

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] | Departamento de História.

T288 Programação de Pós-Graduação em História –
Edição 42, v. 16, n. 2 (out. 2024 | mar. 2025) –
Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH | UFMG, 2025.

Quadrimestral a partir de 2013 | Semestral a partir de 2022.
Títulos e resumos em português e inglês.
ISSN: 1984-6150.

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)
Periódicos Capes (Brasil)
Latindex (México)
Diadorim (Brasil)
Open Aire (U. E.)
PKP Index (Estados Unidos)
Livre! (Brasil) Endereço:

Endereço

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil.

E-mail: temporalidades@gmail.com
Homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais | Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas | Departamento de História – Outubro/2024.

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Prof. Dra. Thais Porlan de Oliveira

Departamento de História

Chefe: Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sá Motta

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sa Motta

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2024

Aline Pereira Lopes

Carine Kely Rocha Viana

Henrique Fonseca Mundim

Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Pedro Henrique Lucarelli Moreira

Wemerson F. Gomes

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrato (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Aline Pereira Lopes

Carine Kely Rocha Viana

Henrique Fonseca Mundim

Júlia Soledade Caldas Saud Rodriguez

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Pedro Henrique Lucarelli Moreira

Wemerson F. Gomes

Diagramação e montagem

Wemerson F. Gomes

Capa e Divulgação

Aline Pereira Lopes

Open Journal Systems/Banco de Dados

Wemerson F. Gomes

Agradecimento aos pareceristas

A Revista Temporalidades é uma publicação discente que almeja divulgar trabalhos científicos que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestigiosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas ad hoc, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da Temporalidades desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, neste espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre à nossa disposição.

Amanda Lacerda de Lacerda
Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires
Anne Thereza de Almeida Proença
Artur Nogueira Santos e Costa
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Charles Sidarta Machado Domingos
Cleyton Antônio da Costa
Diego Omar Silveira
Dimitri Andrey Scarinci
Edvaldo Costa Rodrigues
Elaine Leonara Vargas Sodré
Elielton Gomes
Fernanda de Santos Nascimento
Flávio Renato Varotti Filho
Gabriel Afonso Vieira Chagas
Giselda Brito Silva
Gisele Oliveira Lima
Gustavo Henrique Shigunov
Gustavo Orsolon de Souza
Gustavo Orsolon de Souza
Iamara Andrade
Icles Rodrigues
Ivaldo Marciano França Lima
Juliana Da Silva Sabatinelli
Júlio Ernesto Souza de Oliveira
Letícia Fernanda da Silva Oliveira
Lucas Matheus Araujo Bicalho
Luiza Sarraff
Luiza Sarraff
Marcos Alexandre Arraes
Marcos Vinicius Ferreira Trindade

Maria Leal Pinto
Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia
Nelson Lage
Orson Soares
Pablo Lima
Pedro Henrique Pedreira Campos
Pietro Bompert
Pietro Monteiro da Silva
Raylane Marques
Ricardo Mateus Thomaz de Aquino
Roberg Januário Santos
Robson Sávio Reis Souza
Tainá Elis Santos de Souza
Thiago Enes
Thiago Henrique Sampaio

Sumário

Apresentação | Dossiê

- 07 Aline Pereira Lopes | **Ciência em tempos sombrios**

Editorial

- 09 Aline Pereira Lopes | **Cultura e sociedade sob a ótica histórica em diferentes temporalidades**

Dossiê

- 15 Iandry Ferreira & Victor Hugo Silva de Paiva | **O Mito do Progresso: O (des)balanço de ciências puras e aplicadas durante o regime militar**
- 37 Adson Rodrigo Silva Pinheiro & João Pedro Lopes de Lima | **“Formar, Cultivar E Disciplinar”: A Ospb e os interesses político-econômicos da ditadura empresarial militar brasileira no Ensino Médio nas décadas de 1960 e 1970**
- 62 Caio Brito Barreira | **“Nossa geração teve pouco tempo, começou pelo fim”: a escrita autobiográfica de Alfredo Sirkis a partir da anistia de 1979 e as memórias da guerrilha perdida**
- 88 Vítor Nazaré Pereira | **A chegada do monetarismo ao Chile à elaboração da Constituição Chilena de 1980: a consolidação do Neoliberalismo**
- 112 Carlos André Silva de Moura & Karlla Karina Pereira Felix | **“Pernambuco terá Comissão da Memória e Verdade”: debates sobre a ditadura civil-militar a partir da Comissão D. Helder Camara (2011-2018)**

Artigos livres

- 135 Luigi Pintaude | **Mapas e o Tesouro português: Exportações, tecnologias escritas e colonialismo, c. 1760-1810**
- 167 André Luis Martins Amaral | **Os poderes de uma vontade eurocêntrica: os discursos hegemônicos de poder e conhecimento científico sobre a sabedoria astronômica dos Dogons**
- 180 Felipe Adrian de Assis Vaz | **A identidade nacional afro-americana a partir de Joseph Rainey (1871-1873)**
- 195 Metusalém Engracio dos Santos & Noemia Dayana de Oliveira | **Oficinas no Ensino de História: propostas metodológicas com o uso do jornal *A Voz da Raça* em sala de aula**

- 207 Ana Carolina da Silva Pereira & Éder da Silva Silveira | **Apontamentos sobre o ensino de História em tempos de BNCC e reforma do Ensino Médio**
- 231 Lucinéia Aparecida Gomes Pereira & Frank Antonio Mezzom & Fábio Alexandro Sexugi | **Instituições de ensino e as ações sociais pela perspectiva de Pe. Aloysio Jacobi**
- 256 Luiz Felipe Anchieta Guerra | **Miauvalismos: entre papas, peste e gatástrofe. Os gatos na Idade Média e as mídias contemporâneas**
- 282 Franciely Carolina dos Santos | **Etnopsicanálise: um novo estilo de pensamento sobre o estudo do homem**
- 298 Evelyn Cristine Oliveira Nascimento & Daniel Venâncio de Oliveira Amaral | **Lazer e sociabilidades das classes trabalhadoras em pequenas comunidades rurais do Oeste mineiro (século XIX)**
- 315 Bheatriz Alexsandra Rocha de Souza | **Memórias sobre o Boi da Manta de Pedro Leopoldo (MG): uma análise da festa popular através da História Oral e dos periódicos**
- 345 Maria Dariana de Lima Bessa & Rosangel de Freitas Machado | **Boom e pós-boom latino-americano: uma análise das estruturas de sentimento a partir de A Casa dos Espíritos de Isabel Allende**
- 363 Ana Beatriz Ferreira Marques | **Cinema e Revolução: A perspectiva revolucionária de Serguei Eisenstein em *O Velho e o Novo* (1929)**
- 389 Arthur Menozzo da Rosa | **Star Wars (1977) as an appealing fiction: the success and the gathering symbols of Americanness**
- 405 Pâmela Ferreira | **A saúde pública no contexto brasileiro oitocentista: as legislações em matéria de saúde e seus agentes durante as décadas de 1820/30, e início de 1840**
- 429 Lucas Rembold | **O Golpe de Prigozhin**

Resenha

- 442 **Casaco que se despe pelas costas: História do colonialismo, justiça e agências africanas em Moçambique**

Tradução

- 448 **François Froger e as religiões da Senegâmbia (1695)**

Entrevista

459

História, tecnologia e ensino: os horizontes da pós-graduação latu sensu em História e Práticas Docentes do CEFET-MG – Entrevista com Daniel Henrique Diniz Barbosa & James William Goodwin Jr.

Apresentação | Dossiê

Ciência em tempos sombrios

Aline Pereira Lopes
Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A 42ª edição da *Revista Temporalidades* foi construída com o objetivo de ter como tema central do Dossiê Temático *O conhecimento científico em tempos de Ditadura Militar*. No último dia 31 de março, o golpe político que iniciou o regime ditatorial no Brasil completou 61 anos e, mais uma vez, nos convidou a refletir sobre as forças com que a opressão política e ideológica se impõe de diferentes formas sobre a sociedade, inclusive sobre o saber científico. Dessa maneira, selecionamos trabalhos que se propuseram a discutir a temática da ditadura, sem deixar de lado a preocupação teórico e metodológica da produção historiográfica. Apesar de trazerem como tema central as disputas políticas da segunda metade do século XX, cada um deles contém uma contribuição única para o debate historiográfico. Dentre os 19 artigos desta edição, selecionamos cinco trabalhos para o Dossiê Temático “História, ciência e ditadura militar na América Latina”, não porque os demais trabalhos não atravessassem de forma indireta a temática do fazer histórico, mas porque decidimos que, neste momento, o recorte temporal das ditaduras militares que afligiram os países latinoamericanos no século XX era essencial.

Sendo assim, o primeiro artigo *O Mito do Progresso: O (des)balanço de ciências puras e aplicadas durante o regime militar* utiliza fontes oficiais como decretos, mensagens presidenciais, entrevistas e a revista *Ciência Hoje* para discutir as formas de opressão aplicadas durante a ditadura militar no Brasil ao ambiente universitário. Dessa maneira, o trabalho de Iandry Ferreira e Victor Hugo Silva de Paiva apresenta uma discussão consistente sobre o autoritarismo, a produção científica e as dificuldades enfrentadas pelas universidades na manutenção de suas pesquisas no período entre 1964 e 1985.

No segundo artigo, *“Formar, Cultivar e Disciplinar”: a OSPB e os interesses político-econômicos da ditadura empresarial militar brasileira no ensino médio nas décadas de 1960 e 1970*, Adson Rodrigo Silva Pinheiro e João Pedro Lopes de Lima trazem ao leitor uma rica discussão sobre o modelo educacional tecnicista,

discutindo o conceito de “ditadura empresarial-militar” e os impactos sociais que tais projetos tiveram na sociedade. Em seguida, apresentamos o artigo *“Nossa geração teve pouco tempo, começou pelo fim”*: a escrita autobiográfica de Alfredo Sirkis a partir da anistia de 1979 e as memórias da guerrilha perdida. Nele, o autor Caio Brito Barreira parte da discussão teórico-metodológico dos livros como documentos históricos de Roger Chartier e do conceito de “pacto autobiográfico” de Philippe Lejeune. Assim, utilizando as obras do autor, o trabalho historiciza o local da autobiografia na representação do passado e reflete sobre os processos de anistia e redemocratização na obra de Sirkis.

O quarto trabalho temático, de Nazaré Pereira, intitulado *A chegada do monetarismo ao Chile à elaboração da Constituição Chilena de 1980: a consolidação do Neoliberalismo* discute a aplicação da corrente monetária em larga escala, discutindo desde a chegada do pensamento teórico neoliberal no Chile até a Constituição de 1980. Assim, o trabalho permite entender como esse campo se colocou e continua se colocando econômica e socialmente diante da sociedade contemporânea. Encerrando as pesquisas que compõem o dossiê, Carlos André Silva de Moura e Karlla Karina Pereira Felix trazem o trabalho *“Pernambuco terá Comissão da Memória e Verdade”*: debates sobre a ditadura civil-militar a partir da Comissão D. Helder Camara (2011-2018) sobre entrevistas com membros da comissão da verdade do estado de Pernambuco, bem como o relatório e o Diário Oficial do estado. Em diálogo com essas fontes, a pesquisa analisa a cultura histórica, a violência institucional e a ditadura em Pernambuco.

Para além dos cinco artigos que fazem parte do nosso Dossiê “O conhecimento científico em tempos de Ditadura Militar”, trouxemos mais artigos livres, 1 resenha, 1 tradução livre e 1 entrevista que, juntos, compõem o restante da nossa edição e ajudam a construir a importante discussão que queríamos trazer em 2025: o papel político do historiador e a produção científica. Vivemos o avanço de ideologias ultra liberais no mundo e, de forma irremediável, elas vem impactando o cotidiano dos historiadores no mundo todo, nos fazendo pensar e repensar o nosso trabalho. Nesse sentido, a análise dos trabalhos proporciona uma problematização metodológica e conceitual do papel do historiador e da historiografia na sociedade brasileira.

Editorial

Cultura e sociedade sob a ótica histórica em diferentes temporalidades

Aline Pereira Lopes
Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Nesta edição, apresentamos uma seção de artigos livres de menor volume, mas ainda rica em discussões historiográficas. Os treze artigos selecionados, poderão ser lidos na presente seção, juntamente com uma resenha e uma entrevista que dialogam com os debates contemporâneos da pesquisa histórica e do ensino de história. Apesar de seus recortes temporais e temáticos diversos, os trabalhos se cruzam na relevância, na qualidade de escrita e na originalidade. Sendo assim, os artigos que compõem esta seção destacam a complexidade das interações políticas, dos debates culturais e das construções de identidades em diferentes contextos, possibilitando novos olhares sobre temas importantes para a historiografia.

Ao pensar em um olhar político-cultural das sociedades, apresentamos o trabalho de Luigi B. N. Pintaude. Sob o título de *Mapas e o Tesouro português: Exportações, tecnologias escritas e colonialismo, c. 1760-1810*, o autor discute o impacto das reformas pombalinas no uso dos mapas e nas práticas, tecnologias e visões que podem ser observadas em uma análise profunda dessas fontes históricas. Ainda sobre o pensamento político, André Luis Martins Amaral apresenta com a sua pesquisa *Os Poderes de uma Vontade Eurocêntrica: os discursos hegemônicos de poder e conhecimento científico sobre a sabedoria astronômica dos Dogons* novos questionamentos com uma rica análise comparativa dos discursos de Marcel Griaule e Germaine Dieterlen, Robert Temple e Carl Sagan. Com isso, o autor observa que a desvalorização dos conhecimentos das sociedades africanas geradas por uma literatura eurocêntrica. Fechando a lista de trabalhos que trazem uma reflexão política, Felipe Adrian de Assis Vaz reflete no artigo *A identidade nacional afro-americana a partir de Joseph Rainey (1871-1873)* sobre conceitos do discurso nacional norte-americano e a ascensão à cidadania no século XIX pelas pessoas afro-americanas, partindo da análise dos discursos do congressista Joseph Rainey. Por fim, Lucas Rembold e seu artigo *O Golpe de Prigozhin* trazem análises sobre as políticas militares recentes russas.

Outro tema que entrelaçou artigos livres enviados foi a educação e o ensino de História. Por meio desse recorte, podemos destacar o trabalho *Oficinas no Ensino de História: propostas metodológicas com o uso do jornal “A Voz da Raça” em sala de aula* de Metusalém Engracio dos Santos e Noemia Dayana de Oliveira. De forma eficiente, o texto discute a abordagem da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino básico com uma análise de experiência prática em uma escola da Paraíba. Assim, o texto permite reflexões sobre o desenvolvimento crítico de estudantes acerca do negro na sociedade brasileira. Outro trabalho que destacamos neste ponto temático é de Éder da Silva Silveira e Ana Carolina da Silva Pereira. Em seu artigo *Apontamentos sobre o ensino de História em tempos de BNCC e reforma do Ensino Médio* os autores refletem sobre os currículos escolares, principalmente, após a reforma neoliberal de 2017 que, para eles, valorizou outros processos formativos que fossem mais alinhados ao interesse capitalista. No campo das instituições educacionais, Lucinéia Aparecida Gomes Pereira, Frank Antonio Mezzom e Fábio Alexandro Sexugi analisam livros tombos, atas, circulares, ofícios, arquivos paroquiais e jornais do século XX. Assim, em diálogo rico com as fontes históricas, o artigo *Instituições de ensino e as ações sociais pela perspectiva de Pe. Aloysio Jacobi* evidencia a relação entre estado e igreja na dinâmica educacional da região do Paraná.

Transitando entre diferentes temas, espaços e temporalidades, mas de mesma relevância acadêmica, apresentamos os trabalhos de Luiz Felipe Anchieta Guerra e Franciely Carolina dos Santos. No artigo *Miauvalismos: entre papas, peste e gatástrofe. Os gatos na Idade Média e as mídias contemporâneas*, Guerra confronta historiograficamente histórias famosas sobre a Idade Média que são difundidas na internet, analisando elementos que permitem propagar narrativas fantasiosas sobre o período. Por sua vez, Santos introduz o debate antropológico e psicanalítico do fim do século XIX e início do século XX sobre o “complexo de Édipo”. A análise teórico-filosófica da autora no artigo *Etnopsicanálise: um novo estilo de pensamento sobre o estudo do homem* traz importantes discussões epistemológicas sobre as duas disciplinas, mostrando-se relevante para a construção do saber histórico.

Buscando um olhar sobre a cultura festiva, literária e cinematográfica, alguns artigos exploram de forma potente esses temas. Um desses trabalhos é de autoria de Bheatriz Alexsandra Rocha de Souza, que se debruça sobre entrevistas com pessoas ligadas à organização de uma festa popular de uma cidade do interior de Minas Gerais, no Brasil. Com isso, o artigo *Memórias sobre o Boi da Manta de Pedro Leopoldo (MG): uma análise da festa popular através da História Oral e dos periódicos* destaca a relação entre trabalho, tradição familiar e resistência cultural em Minas Gerais. Evelyn Cristine Oliveira Nascimento e Daniel Venâncio de Oliveira Amaral analisaram a dinâmica histórica das diversões dos

moradores de pequenos distritos e povoados rurais da região do Oeste mineiro, abrangendo quase todo o século XIX. no artigo *Processos criminais e diversões de moradores de pequenas nucleações rurais do Oeste mineiro (século XIX)*. Maria Dariana de Lima Bessa e Rosangel de Freitas Machado analisam a literatura latino-americana do realismo maravilhoso, dando luz às representações do campo e da cidade com o artigo *Boom e pós-boom latino-americano: uma análise das estruturas de sentimento a partir de A Casa dos Espíritos de Isabel Allende*. Arthur Menozzo da Rosa, no artigo *Star Wars (1977) as an appealing fiction: the success and the gathering symbols of Americanness*, aborda a série Star Wars (1977), Hollywood e a utilização da Americanness pelo filme e argumenta que a ficção do filme resulta sobretudo da fusão de elementos da tradição democrática, da exploração espacial, da fronteira ocidental e do orientalismo norte-americano sob uma interpretação específica da Americanness. Olhando para o cinema, Ana Beatriz Ferreira Marques e seu trabalho *Cinema e Revolução: A perspectiva revolucionária de Serguei Eisenstein em "O Velho e o Novo" (1929)* provoca o leitor a refletir sobre as representações da revolução stalinista pelo cinema soviético, com o auxílio teórico-metodológico de Ralf Bohnsack.

As discussões sobre a saúde e a história da ciência no século XIX também estão presentes na nossa edição. O artigo *A saúde pública no contexto brasileiro oitocentista: as legislações em matéria de saúde e seus agentes durante as décadas de 1820/30, e início de 1840* de Pâmela Ferreira analisa as legislações da época e reflete sobre os significados de cuidado com a saúde da população em um período monarquista. A seção também conta com uma resenha de Lilian Alexandra sobre a obra *Casaco que se despe pelas costas: História do colonialismo, justiça e agências africanas em Moçambique*, contribuindo para o debate sobre o colonialismo e suas consequências. Daniel Precioso apresenta uma tradução parcial e abreviada dos relatos sobre religião na Senegâmbia, em 1698, contidos no item 4 do livro *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 & 1697 aux côtes d'Afrique...*, de François Froger. Complementando a edição, Daniel Henrique Diniz Barbosa, James William Goodwin Jr., Bheatriz Alexsandra Rocha de Souza e Marcus Vinícius Damasceno de Moraes apresentam uma entrevista sobre os horizontes da pós-graduação lato sensu em História e Práticas Docentes do CEFET-MG, instigando o debate sobre o fazer histórico, a pós-graduação e as práticas do historiador enquanto professor. Dessa forma, os trabalhos, apesar de diferentes em suas discussões, parecem possibilitar reflexões importantes para futuras pesquisas históricas e constroem uma edição da *Revista Temporalidades* que teve como objetivo refletir sobre o papel dos historiadores em tempos que podem, muitas vezes, ser sombrios.

Dossiê

História, ciência e ditadura militar na América Latina

O Mito do Progresso: um (des)balanço entre ciências puras e aplicadas durante o regime militar brasileiro (1964-1985)

The Myth of Progress: an (im)balance between Pure and Applied Sciences during the Brazilian Military Regime (1964-1985)

Iandry Ferreira

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

iandryjessica.s@gmail.com

Victor Hugo Silva de Paiva

Mestrando em Física

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

victorakpaiva@gmail.com

Recebido: 06/08/2024

Aprovado: 23/09/2024

Resumo: Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), o regime prometeu modernização e progresso tecnológico, mas na prática, revelou-se uma contradição entre as promessas e a realidade. Apesar do discurso oficial sobre avanço científico, a prioridade foi dada à ciência aplicada para o desenvolvimento comercial e industrial, enquanto a ciência feita nas universidades recebeu um ambiente repressivo. Devido à interdependência entre esses dois modos de ciência, a opressão no meio acadêmico dificulta as pesquisas, gerando um sistema condenado a ter problemas com o passar do tempo. Assim, este artigo investiga como a repressão acadêmica e o foco em desenvolvimento de indústria e comércio comprometeu a inovação e o avanço do conhecimento científico no Brasil. Para essa análise, foram usados documentos oficiais, decretos, mensagens presidenciais, entrevistas e a revista *Ciência Hoje* como fonte histórica. Por fim, essa pesquisa revelou como o autoritarismo dos golpistas militares nas universidades afetou o desenvolvimento de ciência de base no Brasil de maneira apropriada.

Palavras-chave: ciência de base; conhecimento científico; ditadura militar.

Abstract: During the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), the regime promised modernization and technological progress, but in practice, a contradiction emerged between promises and reality. Despite the official rhetoric of scientific advancement, priority was given to applied science for commercial and industrial development, while science conducted in universities faced a repressive

environment. Due to the interdependence between these two modes of science, academic oppression hindered research, creating a system doomed to face problems over time. This article investigates how academic repression and the focus on industrial and commercial development undermined innovation and the advancement of scientific knowledge in Brazil. For this analysis, official documents, decrees, presidential messages, interviews, and the journal *Ciência Hoje* were used as historical sources. Ultimately, this research revealed how the authoritarianism of the military regime in universities negatively affected the development of basic science in Brazil.

Keywords: pure science; scientific knowledge; military dictatorship.

Introdução

O elo entre Estado e produção científica é uma cooperação salutar para as duas partes, pois mostra que gerar conhecimento é um processo que não fica restrito aos laboratórios e bibliotecas. As práticas científicas são tão importantes para um Estado que se torna necessária a criação de estruturas para organizar a construção e aplicação de conhecimentos científicos, como ministérios e agências de financiamento de pesquisas. Para validar isso, podemos tomar para análise a fonte de Plutarco (1929) sobre o embate entre o Marco Cláudio Marcelo e o inventor e matemático Arquimedes.

Representando Roma, Marcelo se incomodou com as injúrias feitas por Hipócrates, que era comandante das tropas de Siracusa, e bolou um cerco contra a cidade depois que todas as opções de diplomacia foram esgotadas, posto que, nesse momento, Hipócrates e suas ideias já tinham ganhado a cidade, e ele se tornou o senhor dela. O ataque de Marcelo foi feito tanto por terra quanto pelo mar, e o arsenal marítimo dele era impressionante, mas não foi suficiente para os inventos de Arquimedes. Atendendo ao pedido do rei Hierão, Arquimedes usou seus conhecimentos na construção de dispositivos para que o povo de Siracusa pudesse entender as ideias do matemático por formas mais concretas e menos abstratas (PLUTARCO, 2004, p. 46). Posteriormente, o rei viu potencial em alguns desses dispositivos e pediu para que fossem fabricados com finalidade de ataque e defesa da cidade (ibidem, 2004, p. 47). Algumas dessas invenções incluem um sistema de roldanas capaz de movimentar facilmente objetos pesados (ibidem, 2004, p. 46), dispositivos lançadores de projéteis com alta energia e um conjunto de ganchos metálicos com capacidade de erguer e afundar navios (ibidem, 2004, p. 47). O uso dessas invenções durante a batalha foi tão eficiente que os romanos fizeram retiradas ao receberem o ataque de Siracusa e até pensavam que a ofensiva que caía sobre eles não era feita por humanos, mas sim uma força de ataque feita pelos deuses (ibidem, 2004, p. 47).

Esse texto de Plutarco deixa nítido como a gestão do rei Hierão avalizou inovações de Arquimedes com objetivos políticos que envolviam questões bélicas. Além disso, o texto de Plutarco também aborda o apelo do rei Hierão para que Arquimedes transformasse seus estudos abstratos em algo concreto e aplicável. Apesar desse relato ser datado de muitos séculos, a relação entre a gestão de um governante e as inovações de seu tempo ainda podem ser percebidas na contemporaneidade. Isso poderia muito bem configurar-se em uma discussão sobre o fazer científico no período do regime militar no Brasil (1964-1985).

Durante a ditadura militar brasileira as pautas defendidas e levantadas pelos governantes apontavam para um país moderno, desenvolvimentista e tecnológico, onde se divulgava o fomento à pesquisa, o incentivo à pós-graduação, a implementação dos planos nacionais de desenvolvimento e a realização de uma reforma universitária (CLEMENTE, 2005, p. 63). Porém, todas essas pautas demandam uma análise cuidadosa sobre as condições e finalidades das ciências de base e aplicadas nos planejamentos do governo militar.

Como veremos a seguir, ciências de base e ciências aplicadas representam maneiras de produção de conhecimentos com objetivos diferentes. As ciências de base, que também podem ser chamadas de ciências puras, buscam um conhecimento geral do mundo com um papel focado em melhorar a compreensão do que nos cerca e não tem nenhum propósito específico além desse (ROLL-HANSEN, 2017, p. 3, tradução nossa). As universidades foram o berço da produção de ciência de base, embora ela também possa ser encontrada em outras instituições fora do meio acadêmico (ibidem, p. 4). Já a ciência aplicada é caracterizada por sua atuação direcionada a resolver problemas práticos da sociedade (ibidem, p. 3), e nos dias atuais pode ser feita dentro ou fora das universidades. Embora haja uma ampla discussão na literatura sobre se há uma divisão real entre ciência de base e aplicada, vamos considerar neste trabalho que essa divisão existe partindo das definições apresentadas, mas elas não devem ser tomadas de maneira irrestrita para contextos fora dos apresentados por esta escrita. Para evitar confusões semânticas, é importante apontar brevemente possíveis ambiguidades que podem surgir no uso de alguns conceitos. O termo 'ciência de base' remete a uma ciência fundamental, e não necessariamente base no sentido de ser 'trivial'. Ademais, o termo 'ciência pura' não indica ausência de interdisciplinaridade, mas sim que seu foco é a geração de conhecimento sem preocupação imediata com suas possíveis aplicações futuras. Como ciência de base e ciência pura serão termos usados como sinônimos, essas explicações semânticas são suficientes para evitar ambiguidades.

Apesar dos investimentos em pragmatismo e ciências aplicadas ser frutífero e revelar resultados concretos, negligenciar demais a ciência de base coloca os governantes sob uma espada de Dâmocles: uma lâmina afiada e pesada amarrada acima de todos e presa apenas por um fio de cabelo. Isso ilustra uma situação delicada, pois a ciência aplicada precisa da ciência de base para que inovações e projetos possam surgir com qualidade e sem defasagem. Então, o baixo prestígio pela ciência de base pode ser o fator que irá causar a queda da espada de Dâmocles sobre o Estado. Dessa forma, se estabeleceu uma complexa ambiguidade entre os militares, os cientistas e as universidades, pois a política adotada pelo regime condicionou o ambiente de pesquisas acadêmicas a uma estrutura autoritária e que muitas vezes tornava lento o processo de produção de conhecimento científico (MOTTA, 2014, p. 22a).

Este artigo tem como objetivo investigar de que maneira os militares utilizaram o conhecimento científico nacional para propósitos industriais e comerciais, bem como o impacto dessa abordagem na produção de ciência base. A partir dessa análise, será possível discutir como o autoritarismo dos militares nos meios acadêmicos conseguiu dificultar o desenvolvimento científico ao limitarem a autonomia dos pesquisadores, ainda que houvesse investimento estatal em ciências. Além disso, vamos investigar a hipótese de que a produção de ciência, do ponto de vista dos pronunciamentos presidenciais, estava fortemente associada a aplicações no comércio e indústria, passando uma visão de que o conhecimento científico era apenas um meio para cumprir metas governamentais.

Para alcançar esse objetivo, usaremos documentos oficiais, incluindo decretos e mensagens presidenciais para o Congresso Nacional, dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a revista *Ciência Hoje* como fonte histórica. A partir disso, foram consultadas fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos e documentos históricos, para complementar a análise e proporcionar uma visão mais ampla sobre o impacto da ditadura militar na ciência e como o governo utilizava os avanços científicos nas mensagens presidenciais. Depois, foi realizado um levantamento sistemático dos artigos publicados na revista *Ciência Hoje* entre 1982 e 1985, no intuito de buscar uma fonte que trouxesse à memória oral e a perspectiva dos cientistas à política brasileira e o fazer científico durante a ditadura militar. Por fim, os dados quantitativos sobre o financiamento governamental de bolsas de pesquisa foram coletados do Centro de Memória (CNPQ, 2024), e o tratamento desses dados, bem como a produção de tabelas e figuras, foi realizado utilizando a linguagem de programação Python (PYTHON SOFTWARE FOUNDATION, 2024).

Desenvolvimento científico e projeto de nação do Regime Militar

O projeto de um país moderno e desenvolvimentista adotado pelos militares demandava recursos e estratégias em várias áreas para ser concretizado. Olhando para a economia, a ditadura endossou e manteve o modelo para formação de mão de obra destinada a atuar na indústria brasileira (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 353), e podemos encarar essa medida como sendo mais uma peça importante do projeto militar que focava em recursos e ações destinados à indústria e comércio. Partindo do forte desejo governamental de fomentar o desenvolvimento econômico do Brasil, não é insólito propor que as ciências desempenharam um papel importante no aprimoramento da indústria nacional brasileira, mas essa relação entre Estado e ciência precisa ser definida de maneira precisa e não ambígua para prosseguir a discussão. Nessa linha, Herbert Marcuse (2009) tece comentários gerais sobre a responsabilidade da ciência e sua relação com os poderes governamentais em que:

A ciência literalmente abastece a economia. Na medida em que a ciência é parte da base da sociedade ela se torna um poder material, uma força política e econômica, e todo cientista individual é uma parte desse poder. Assim como o cientista depende do governo e da indústria para o financiamento de sua pesquisa, também o governo e a indústria dependem do cientista (MARCUSE, 2009).

Essa ponderação de Marcuse aponta como a ciência tem um papel de destaque no desenvolvimento das economias. Igualmente valiosa é a afirmação feita sobre a mútua dependência entre os cientistas e o governo, pois o primeiro depende do financiamento do segundo, tal qual o segundo é dependente dos resultados do primeiro. Posto isso, parece prudente que o Estado tenha um relacionamento sólido para alcançar resultados e manter uma base científica adequada. Entretanto, a interação entre ciência e governo tem nuances para que essa cooperação aconteça. A relação entre governo e cientista apontada anteriormente por Marcuse pode ser exemplificada e percebida por meio da entrevista de Warwick Kerr conduzida por Regis Farr, publicada na revista *Ciência Hoje*:

Como presidente da SBPC no início dos anos 70, o senhor viu a comunidade científica atravessar graves problemas políticos, além do financeiro. Como o senhor vê o trabalho do cientista hoje, em tempos de abertura? - O trabalho do cientista depende muito da política governamental. Feliz ou infelizmente, a ciência é tremendamente dependente de quem está por cima. Profissionalmente, trabalho em ciência desde 1945 - antes disso já pesquisava, mas como aluno - e acho que não houve nenhuma época em que nós tivemos mais fundos para a pesquisa do que no governo do general Geisel. Pode-se criticá-lo pelo "pacote de abril", mas é possível que para a ciência, de 1945 até agora, ele tenha sido o melhor dos presidentes da República. No entanto, se hoje vivemos a abertura, há a fechadura de recursos para a pesquisa. O pior é que, ao lado desta insuficiência de fundos para um trabalho sério,

a gente vê o esbanjamento de dinheiro com a Transamazônica, como Projeto Carajás e com várias companhias estatais que, à exceção da Petrobrás, não fazem pesquisa [...] Mais recursos institucionais resolveriam o problema da pesquisa no país, uma vez que o senhor acha que o Brasil tem cérebros suficientes? - Eu acho que a pesquisa caminha mal porque um país em desenvolvimento deveria reservar um mínimo de 3% de seu produto interno bruto para a pesquisa. Além disso, é preciso haver uma política nacionalista. De que adianta alguém desenvolver uma invenção ligada ao automóvel se as firmas aí existentes - americanas, italianas, alemãs - não estão interessadas neste desenvolvimento? A nacionalização das indústrias tem que envolver também a nacionalização dos cérebros, e é preciso que essas empresas façam suas pesquisas aqui no Brasil, com pessoal especializado nosso, porque cérebros nós temos. Só falta uma estrutura política que aproveite os recursos nacionais [...] Que tipo de problemas o senhor está enfrentando atualmente no desenvolvimento de seu trabalho em São Luís? - Minha principal dificuldade lá são os dois decretos governamentais que proíbem a criação de novos cursos e a contratação de novos professores. Para mim, quem criou estas leis esqueceu-se de que o Brasil cresce à razão de 2,5% ao ano. A criação de novos cursos é realmente irrelevante para as universidades do Sul, mas é vital para o desenvolvimento das do Norte e Nordeste (FARR, ano 1, n. 2, p. 8, 1982)

Em uma das analogias usadas por Napolitano (2014, p. 149), ao criticar o desenvolvimento econômico da ditadura militar, ele afirma que “não se faz omelete sem quebrar os ovos”. Em primeiro lugar, é importante reforçar que a ciência de base é fundamental para o avanço do conhecimento, e sem uma base sólida, as inovações tecnológicas podem se tornar limitadas. Essa ciência é muitas vezes a fonte de descobertas inesperadas que podem transformar indústrias inteiras e criar novas oportunidades econômicas, e ao focar apenas em aplicações imediatas, o potencial para tais descobertas é severamente restringido. Assim, a questão que se deve refletir neste momento é como a ciência aplicada funciona, sem o forte investimento do suporte da ciência de base? Ou melhor, aplicando a analogia de Napolitano neste contexto: como fazer omelete sem quebrar os ovos?

A partir de agora, será analisado um conjunto de estratégias, medidas e ações do governo militar que exemplificam a relação do regime com a ciência base e aplicada. Esses exemplos serão coletados a partir das mensagens ao congresso que foram emitidas pelos presidentes da República. Durante a leitura dessas mensagens há uma dificuldade inerente a esse processo com relação a identificação do que seriam projetos de ciência de base, porque esses termos não aparecem de forma explícita durante esses documentos. Para o caso de ciências aplicadas a identificação de projetos é mais fácil, pois os presidentes fazem associações mais diretas das pesquisas desenvolvidas com os impactos que elas representam na economia e na indústria. Então, resta agora fazer a análise de algumas amostras dessas mensagens presidenciais e observar como ocorrem essas relações.

Castelo Branco, o primeiro presidente da ditadura militar, exalta em sua mensagem ao congresso de 1967 o aumento das bolsas de pesquisa em relação ao ano de 1964. Nesta mensagem, o presidente declara:

A concessão de bolsas, cora o propósito de estimular o trabalho científico em regime de dedicação exclusiva e visando formar, novos pesquisadores, sentiu notável incremento: em 1964, o Conselho Nacional de Pesquisas distribuiu 607 bolsas (546 no País e 61 no exterior); em 1965, essa cifra elevou-se a 853 (777 no Brasil e 76 no estrangeiro); em 1966, finalmente, o número de bolsas concedidas atingiu 1.162, mostrando um acréscimo de 90% sobre o montante referente a 1964. Predominaram os auxílios prestados a pesquisadores atuando em ciências agrônômicas, biológicas e químicas, prioritárias para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 1967, p. 106).

Considerando a definição usada anteriormente de ciência base e sua relação com as universidades e bolsas de pesquisas, o teor da mensagem presidencial mostra um zelo pela formação de novos pesquisadores e também pelas áreas de ciência básica como a agronomia, biologia e química. Com isso, podemos notar que a ciência apresentava um papel importante já no primeiro governo da ditadura militar, pois o então presidente menciona essas três áreas de ciência de base como fatores fundamentais para o desenvolvimento da nação. Nessa mesma mensagem são ressaltados os fundos especiais de financiamento administrados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico entre 1964 e 1966, em que temos um destaque para o desenvolvimento científico:

Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico — FUNTEC, criado em 1964 pelo próprio Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico com seus recursos normais, destinados precipuamente a financiar a realização de cursos de pós-graduação em matérias fundamentais, para elevar o nível de formação universitária, assim como de pesquisas técnico-científicas necessárias para permitir acelerar a absorção adequada das inovações tecnológicas ou propiciar o surgimento de processos próprios (BRASIL, 1967, p. 51).

Nessa situação, o fundo é destinado à pós-graduação com finalidade de melhorar a formação e também é possível notar que há um interesse de que esse investimento capacite os profissionais para usar novas tecnologias e também a produzir inovações com os recursos nacionais. Isso ilustra muito bem a nossa proposição de que a ciência para o governo militar é um forte meio para alcançar metas econômicas e industriais.

As bolsas de pesquisa continuaram a aumentar em número no governo seguinte, segundo a mensagem ao congresso nacional enviada por Costa e Silva em 1969. Nesse documento, ele declarou:

Relativamente à pesquisa científica no País, o CNPq conseguiu elevar para mais de 1800 o número de seus bolsistas, além de melhorar o nível de retribuição pelo trabalho

de pesquisas em regime de dedicação exclusiva. As bolsas de estudo concedidas contemplaram os setores da Agricultura, Biologia e Ciências Médicas, Ciências Sociais, Ciências da Terra, Física e Astronomia, Matemática, Química, Tecnologia e Veterinária (BRASIL, 1969, p. 79).

Essa é uma declaração do presidente sobre o aumento no financiamento à pesquisa feito pelo CNPq. Várias das áreas contempladas por essas bolsas de pesquisa são cursos chaves de ciência base, embora não haja obstáculos para que dentro dessas áreas ocorra também o desenvolvimento de aplicações. Essa mensagem também contém um projeto de ciências aplicadas à saúde em que “o Instituto Oswaldo Cruz, além do Curso de Aplicação, instalado por seu fundador, promoveu os de Genética de Microorganismos, e de Computadores Eletrônicos para Aplicação em Biologia e o de Introdução ao uso de Radioisótopos em Biologia” (BRASIL, 1969, p. 93).

O governo de Garrastazu Médici teve presença de um dos maiores projetos de ciência aplicada até então: o início da construção da primeira usina nuclear no Brasil. Uma obra desse nível envolve um contexto enorme de cooperação entre a base científica da área nuclear com as demandas energéticas do país, conforme consta na mensagem de 1974 de Médici ao congresso nacional:

Destaque-se o início da construção da primeira usina nuclear no País, localizada em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, com reator de urânio enriquecido com potência de 626 MW, que deverá entrar em operação comercial em 1977. Especial atenção se dedicou ao desenvolvimento da tecnologia de reatores e a estudos para incrementar as fases do ciclo do combustível nuclear, cuja produção atenderá suficientemente, a médio prazo, às necessidades nacionais (BRASIL, 1974, p. 75).

Podemos observar outros momentos na ditadura militar em que a ciência básica e aplicada trabalharam em conjunto. Na mensagem ao congresso de 1979, o então presidente Ernesto Geisel diz que:

Merecem destaque, a implantação, no Distrito Agropecuário, da Escola de Agronomia do Instituto de Ciências Agrárias da Fundação Universidade do Amazonas e o desenvolvimento de linhas de pesquisa em ecologia, silvicultura e manejo florestal, conversão de energia, piscicultura, fitotecnia, agrostologia e zootecnia, com enfoque para as atividades e problemas prioritários da área do Médio Amazonas (BRASIL, 1979, p. 109).

Assim como o aprimoramento da tecnologia nuclear teve um forte papel nas pesquisas e políticas governamentais energéticas durante o governo Médici, os estudos de genética apresentaram um papel importante em projetos do governo militar. Nessa mensagem ao congresso de 1979, o

presidente Geisel apresenta os resultados de anos de pesquisa na área da genética relacionados à cana-de-açúcar:

Por fim, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) alcançou resultados de elevada significação na execução de projetos integrados de pesquisas nos campos da genética, fitossanidade e agronomia, visando à obtenção de novas variedades canavieiras. Após quase sete anos de pesquisas e experimentos, foram lançadas em Alagoas, em 1977, três variedades RB (República do Brasil), colocadas à disposição dos produtores. Foram também concluídos os estudos, desenvolvidos durante mais de cinco anos, com vistas à fixação do preço da cana-de-açúcar em função do teor de sacarose, sistema já implantado, de forma pioneira, no Estado de Alagoas (BRASIL, 1979, p. 81).

Por esse trecho, percebemos a implantação de áreas de pesquisa em ciências de base, como ecologia, mas com um enfoque para atender atividades e problemas presentes na região do Médio Amazonas. Então, considera-se que a ecologia, e outras áreas citadas na mensagem, estão sendo aplicadas para resolver e avaliar situações que chamam a atenção do governo.

Os termos ciência pura e aplicada aparecem de forma explícita lado a lado pela primeira vez, dentro do regime militar, na mensagem ao congresso de 1985 emitida pelo então presidente Figueiredo. O contexto envolve uma cooperação entre o Brasil e a República Popular de China, em que Figueiredo declara:

Durante a minha visita à República Popular da China, foram assinados um Ajuste Complementar de Cooperação Científica e Tecnológica; um ajuste de cooperação entre o CNPq e a Academia de Ciências da China em ciências puras e aplicadas; um protocolo sobre cooperação científica e tecnológica a ser implementado pelo CNPq e pela Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da China; e um protocolo adicional ao Acordo Comercial, com listagem dos produtos prioritários a serem intercambiados pelos dois países (BRASIL, 1985, p. 209).

Além dessas coletas a partir das mensagens dos presidentes, podemos atribuir a este trabalho um caráter quantitativo para melhor compreender a relação entre a produção científica e o regime militar. A tabela 1 contém os dados do Centro de Memória do CNPq (CNPQ, 2024) para o número de bolsas fornecidas pela instituição ao longo do intervalo de anos em que a ditadura militar perdurou (1964-1985). Foram consideradas para montar essa tabela apenas as bolsas de pesquisadores atuantes dentro do país, portanto as bolsas fornecidas para o exterior não foram contabilizadas.

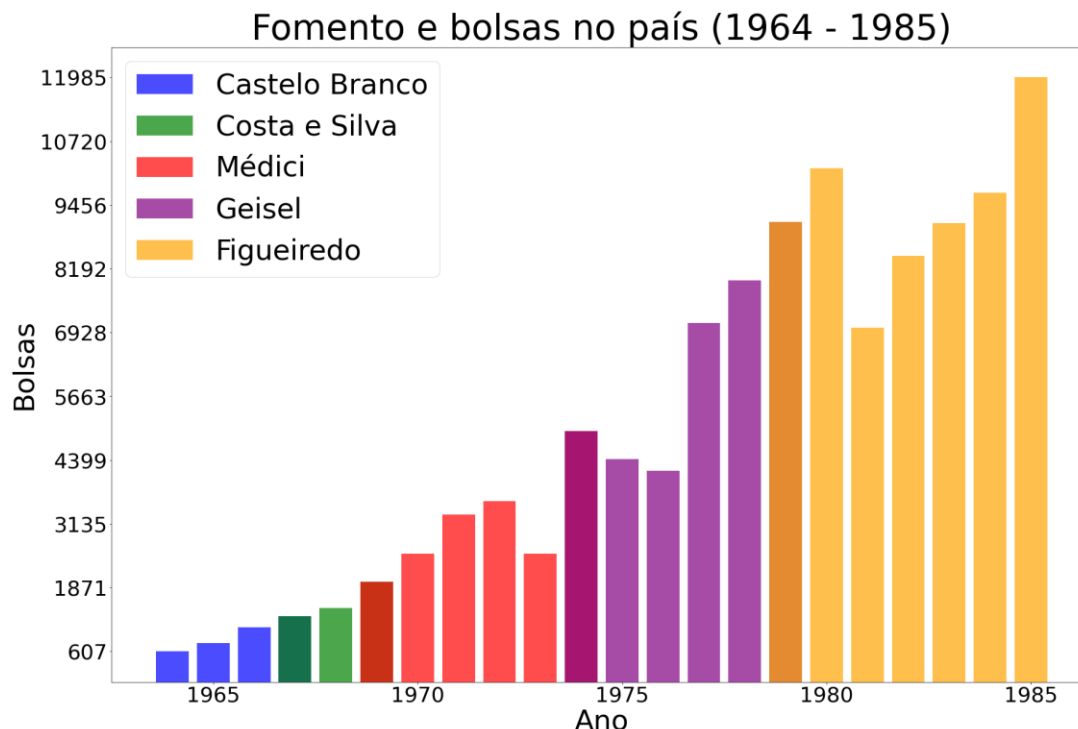
Tabela 1 - Quantidade de bolsas do CNPq fornecidas por ano de 1964 a 1985.

Ano	Quantidade de Bolsas no país
1964	607
1965	777
1966	1084
1967	1309
1968	1492
1969	1989
1970	2547
1971	3321
1972	3583
1973	2547
1974	4977
1975	4416
1976	4190
1977	7111
1978	7966
1979	9116
1980	10181
1981	7027
1982	8446
1983	9092
1984	9695
1985	11985

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CNPq (2024).

Usando esses dados, foi elaborada a figura 1, que é um gráfico no estilo histograma feito para facilitar a visualização dos números de bolsas ao longo dos anos e a qual governo esses valores estão associados.

Figura 1 - Histograma com a relação da quantidade de bolsas acadêmicas no Brasil em função dos anos de regime militar.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CNPq (2024).

No período exposto pelo gráfico, é notável o aumento na quantidade de bolsas fornecidas pela agência de fomento com o decorrer dos anos. Embora as mensagens presidenciais enfatizassem ações e desenvolvimentos voltados para a indústria e o comércio, houve, de fato, um investimento progressivo em ciências durante a ditadura militar. No entanto, é necessário questionar a adequação e a real eficácia desse investimento. Afinal, não podemos basear nossas análises unicamente nas informações que os documentos oficiais do governo nos dão, pois eles podem ser sujeitos a vieses ou a não refletirem a realidade completa das práticas de financiamento. Em comprovação a isso, podemos integrar as reflexões de Edward Carr (1961) e Michel Foucault (1969) ao sustentarem que a história não se limita a uma simples acumulação de fatos, mas constitui uma construção interpretativa feita pelo historiador. Carr (1961, p. 1-24) argumenta que os documentos oficiais, como outras fontes históricas, são produtos de contextos específicos e refletem as perspectivas e interesses de seus autores. Já Michel Foucault, (1969, p. 17-35) nos mostra que documentos e discursos não são meros reflexos de uma realidade objetiva, mas construções que podem refletir e perpetuar relações de poder. Segundo

ele, os documentos são moldados por discursos que servem a interesses específicos e constroem realidades sociais, moldando o entendimento do passado.

Por isso, mesmo sendo relatado nos documentos o aumento da quantidade de bolsas é crucial investigarmos se essas bolsas realmente chegaram aos pesquisadores e em que condições. Assim indagamos: Quais áreas e quais indivíduos foram beneficiados? Houve uma distribuição equitativa dos recursos ou os investimentos foram concentrados em determinados setores ou grupos? Além disso, como a repressão política e a violência institucional do regime influenciaram a execução desses investimentos? Em que medida o clima de medo e censura afetava a alocação e o uso dos recursos? Houve casos de violência ou represálias contra aqueles que se mostraram críticos ou suspeitos aos olhos do regime? Essas questões levantam dúvidas sobre a autenticidade e a eficácia das políticas de financiamento, exigindo uma investigação mais profunda para compreender o impacto real do investimento em ciência de base no ambiente de trabalho dos pesquisadores durante o regime militar.

O dilema da ciência sem cientistas: desafios e contradições na Ditadura Militar

Clemente (2005, p. 26) destaca que, desde os primeiros dias do golpe militar, prisões, demissões e torturas foram amplamente praticadas. Em uma analogia, Marcos Napolitano (2014) afirma que “o martelo de pilão da repressão não matou apenas moscas, mas tudo o que ousasse voar. O regime militar montou uma máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância, censura e repressão” (p. 128). Motta (2014, p. 23b) observa que o principal objetivo do regime militar instaurado em 1964 era manter o controle das instituições, especialmente das universidades, vistas como perigosas e estratégicas para o desenvolvimento nacional e a consolidação do poder. Para inserir seus interesses nesse meio, os militares utilizavam estratégias de infiltração gradual: promoviam a expansão acadêmica, mas, ao mesmo tempo, limitavam a autonomia de professores e alunos ao impor censura de diversas formas (Motta, 2014, p. 7-9b). A repressão, portanto, começa a se concentrar nas universidades, vistas como lugares detentores de poder e influência que necessitavam de controle. Como mencionado anteriormente, as universidades estão historicamente ligadas à produção de ciência de base, então, considerando essa opressão aplicada no ambiente acadêmico, é possível inferir que reprimir o meio universitário poderia prejudicar a produção da ciência de base no Brasil de uma forma geral.

Durante o governo ditatorial de Costa e Silva, foi promulgada a Lei n.º 5540/1968, mais conhecida como Reforma Universitária de 68. Essa lei tinha o intuito de reorganizar o sistema de

ensino superior do país, modernizar e expandir as universidades para atender às necessidades do desenvolvimento econômico e tecnológico. E de acordo com os documentos vistos neste trabalho, o grande legado dos militares, ao estarem no poder, foram as promessas de um desenvolvimento econômico nunca visto na história do Brasil. Mas será que os avanços técnicos e científicos alcançados durante a ditadura militar foram realmente suficientes para compensar os graves danos causados à sociedade? (NAPOLITANO, 2014, p. 147-149).

No dia 13 dezembro de 1968, o Ato Institucional Nº 5 marcou a oficialização do regime distorcido, aprofundando a censura, a tortura e a repressão, consolidando assim a violência sob o pretexto de ordem e controle:

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968);

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968).

Pelo trecho do Ato Institucional Número 5 (AI-5), analisa-se que o golpe militar, uma vez temporário, estava se tornando legítimo e legal perante a lei. Como vimos, a justificativa oficial para tais medidas era a proteção contra supostos inimigos “subversivos” e preservar a ordem e segurança nacional. Por trás deste ato, percebemos que não bastou apenas legitimar o golpe, mas ainda se conferiu ao presidente da República poderes praticamente ilimitados, permitindo a suspensão de direitos políticos, o fechamento do Congresso e a implementação de violências e da censura autoritária (MOTTA, 2014, p. 148-149b).

Antes de entrarmos propriamente no assunto deste tópico é necessário abrirmos um espaço para explicar o Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969, chamado de defesa da Segurança Nacional. Faremos isso por dois motivos: o primeiro está relacionado com a seguinte frase que consta

no documento “usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968” indicando o tamanho poder conferido pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Já o segundo, é devido a sua função no âmbito social, pois, uma vez decretada, ela foi um dos elementos que operou para fortalecer e justificar as repressões impactando negativamente a vida de muitos cidadãos, especialmente a de muitos cientistas durante o regime militar.

O Decreto-Lei nº 477, promulgado em 26 de fevereiro de 1969, representou uma das mais contundentes expressões do autoritarismo do regime militar brasileiro. Com o objetivo de consolidar e expandir o controle estatal sobre a sociedade, especialmente em tempos de crescente contestação política e social, o decreto instituiu uma série de medidas que ampliavam o alcance da repressão e da vigilância governamental sobre atividades consideradas “subversivas”. Embora o foco deste trabalho não seja aprofundar a questão do anticomunismo, é crucial reconhecer que, no século XX, o comunismo tornou-se preocupação central, especialmente na América Latina (MOTTA, 2020, p. 14). Conforme destaca Motta (2021, p. 90-92), o anticomunismo foi instrumentalizado pelo regime militar como uma justificativa central para a criação de uma imagem de uma ameaça comunista iminente, servindo como um pretexto para a eliminação de qualquer oposição rotulada como subversiva.

Assim, nota-se que o medo do comunismo, em conjunto com o contexto histórico da Guerra Fria na América Latina, moldou a estratégia de segurança nacional brasileira, resultando na exclusão e aniquilamento de setores considerados uma ameaça ao regime (MOTTA, 2020, p. 15-16). Esta estratégia não apenas visava a supressão da ideologia comunista, mas também a manutenção do controle absoluto, especialmente nas universidades.

Para a análise da dinâmica de repressão e controle durante o regime militar brasileiro, é relevante incorporar informações obtidas através do método da história oral – uma entrevista da Fundação Getúlio Vargas e artigos publicados na revista *Ciência Hoje* de 1982 a 1985¹. No caso da entrevista, realizada pelo técnico de gravação Marco Dreer Buarque, em São Paulo - SP no dia 04 de abril de 2006, observaremos pela perspectiva da pesquisadora Maria Celina D’Araújo sua vivência nos anos do golpe militar:

M.S. – A ditadura é uma coisa terrível, não é?

M.D. – Horrível, horrível. Horrível, pior...

¹ A revista *Ciência Hoje* foi usada como fonte histórica para auxiliar as investigações no que se refere ao fazer científico durante os Anos de Chumbo. Desde a sua fundação, em 1982, membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criaram essa revista, para desempenhar o papel de pioneira em disseminar informações científicas para o público em geral, contribuindo de forma crucial para a formação de uma cultura científica no Brasil.

M.S. – Houve quem dissesse que o pior da ditadura é o ditador. Mas não é, não, o pior da ditadura é o guarda da esquina.

M.D. – É, quem... O [Heráclito Fontoura de] Sobral [Pinto] é que dizia isso, não é?

M.S. – Eu defendi o Ruy Coelho.

M.D. – O professor da USP?

M.S. – Professor da USP. O Ruy era professor de Sociologia da Arte, se não me engano, e ele foi enfiado naquele processo para valorizar o processo. Porque o processo era uma rapaziada, todos jovens, mas eles tinham que dar um tom maior ao processo, então envolveram o Ruy, não é? Era uma coisa que não dava para aceitar. O Ruy estava em casa, e ele me dizia: "Dr. Simas, eram duas horas da manhã, eu estava com aquele pijama velhinho, puído, que a gente se sente bem naquela roupa, estudando, aí batem à minha porta violentamente. Eu vou ver do que se trata e eu vejo homens armados que entram e dizem 'é um aparelho, é um aparelho'. Eu falei, 'leva a televisão' [risos] Eu pensei que estivessem roubando a casa e levando a televisão. E não era, era o pessoal do DOI-Codi, que tomou a minha casa como sendo um aparelho." Então, o Ruy diz isso: "O senhor vê, lá na Universidade, vai se contratar um professor, e aquilo forma um expediente que passa pelos diversos setores da Universidade – o setor financeiro, o setor pessoal, o setor tal – cada um se manifesta dentro daquele expediente, até chegar ao reitor, para que se faça a contratação. Quando chega a essa última etapa, é encartado naqueles enfolhos, é encartado naquele processo: 'Não é para contratar, é contrário aos interesses da segurança nacional'. E não é contratado. E nós não sabemos quem é o autor daquilo. É simplesmente encartado, ou, encartada uma manifestação nesse sentido." Então, isto é a ditadura. Isto é a ditadura (FGV CPDOC, fita 1-B, 04 de abril de 2006).

Maria Celina D' Araújo menciona que defendeu Ruy Coelho, professor de Sociologia da Arte na USP, que foi injustamente implicado em um processo apenas para dar mais seriedade às acusações contra um grupo de jovens. Ruy Coelho relata um episódio em que foi acordado em casa, durante a madrugada por agentes do estado que reviraram sua casa sob o pretexto de segurança nacional. Ele também relata a arbitrariedade no processo de contratação na universidade, onde uma decisão de não contratar alguém era inserida anonimamente no processo burocrático, sob o pretexto de "interesses da segurança nacional", sem qualquer justificativa ou responsabilidade clara. Isso demonstra uma das utilidades que a Lei de Segurança Nacional poderia ser empregada, no caso: como instrumento de poder para vigiar e intimidar.

Em concordância com a afirmação feita anteriormente, veremos a seguir informações da revista Ciência Hoje que nos ajuda a consolidar ainda mais a ideia de que a Segurança Nacional foi tomada como instrumento de poder:

Em relação à questão da Guerra Fria, os militares brasileiros aceitaram como coisa de interesse próprio o sistema de poder da nação hegemônica e, ao fazê-lo, passaram a absorver sua ideologia de segurança nacional, incorporando-a à visão estratégica de seu próprio Estado sob a forma de segurança hemisférica. Outra modalidade de guerra total, a guerra revolucionária, ou subversiva, ou insurrecional, chegou à ESG

através de textos produzidos basicamente na Escola Superior de Guerra francesa e nas demais escolas militares daquele país. Esse tipo de conflito era definido como uma guerra que, apoiando-se nas massas populares e sendo conduzida por uma minoria atuante que se aproveitava das contradições internas do regime político no próprio país em que atuava, recebendo ajuda do exterior, mobilizava os espíritos pela persuasão ou pelo terror em torno de uma idéia, a força, visando a apossar-se do poder, ou libertar-se de um poder estrangeiro, para instaurar a dominação comunista. [...] A questão da guerra revolucionária mobilizou significativamente as elites militares da ESG, que passaram a traçar a doutrina da segurança nacional a partir do quadro do conflito global Leste-Oeste. A estratégia geral dos militares brasileiros foi definida, essencialmente, em função da luta anticomunista que, nos anos cinqüenta, tomou a forma ideológica da solidariedade continental e, nos anos pós-64, quando o comunismo foi considerado a maior ameaça à segurança nacional na frente interna, a forma concreta de uma política de exclusão e aniquilamento dos setores considerados subversivos. A doutrina de segurança nacional não surgiu de pronto da cabeça de alguns ideólogos. Ela se foi organizando e instrumentalizando pouco a pouco, através de um processo de explicitação e de precisão de seus pressupostos "racionais", de seus objetivos essenciais e dos instrumentos para seu funcionamento. Em sua organização final, ela se estruturou em torno de três conceitos básicos que permearam o discurso até aqui analisado: os objetivos nacionais, divididos em permanentes e atuais - os primeiros expressando as aspirações e os interesses do grupo nacional tendo em vista a sua própria sobrevivência como nação e os últimos, chamados também de estratégicos, resultantes da ação da conjuntura sobre os objetivos permanentes, isto é, representando a cristalização dos interesses nacionais em um dado momento. O poder nacional, significando a expressão integrada dos meios, dos recursos de toda ordem de que dispõe efetivamente a nação em uma determinada época, para promover a conquista e preservação dos objetivos nacionais. E, finalmente, a estratégia nacional, significando a diretriz fundamental, ou melhor, a arte de aplicar o poder nacional com vistas à consecução ou à salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos que se manifestavam tanto no campo internacional quanto no âmbito interno do país. [...] É importante, contudo, salientar que o projeto político que foi elaborado na ESG nos anos cinqüenta não correspondia, naquele momento, à direção que estava sendo dada à política externa do Brasil, nem à sua proposta de organização interna. A doutrina de segurança nacional só foi realmente posta em prática nos anos posteriores a 1964, quando setores militares que haviam passado pelos bancos da ESG na qualidade de alunos ou de professores se apossaram do poder e trouxeram para o exercício de seu comando ou para a sua ideologia de Estado os princípios que haviam norteado a produção teórica da escola (CAMARGO, 1983, v. 2, nº 8, p. 21-22).

De fato, Sônia Camargo mostra que a doutrina de Segurança Nacional foi frequentemente utilizada pelos militares para promover e proteger seus próprios interesses, buscando assim, mecanismos para consolidar seu controle sobre o Estado e a sociedade por meio da necessidade de defesa contra os “antagonistas”.

Como resultado, os trechos analisados revelam que, apesar de a Doutrina de Segurança Nacional ter sido instaurada no início da ditadura, ela gradualmente se consolidou e se transformou em uma justificativa para a violência direcionada às universidades. Assim, os militares buscaram

institucionalizar suas ações, criando um regime próprio, que mais se assemelhava a uma “democracia metamórfica” ou podemos chamar de uma política “Frankenstein” – essas expressões foram utilizadas para descrever um sistema político que foi artificialmente criado ou modificado de maneira que se tornou monstruoso ou disfuncional. Assim como o monstro de Frankenstein, originado a partir de várias partes, resultando em algo inesperadamente desordenado e ameaçador.

Ao implementar políticas que visavam controlar e reprimir, o regime militar demonstrou uma negligência em relação ao desenvolvimento da ciência base. Vejamos nas pesquisas de Clemente (2005, p. 25):

O Instituto Nacional do Câncer sofreu com a instauração de um IPM, em junho de 1964. Enquanto o Inquérito ocorria, o serviço de Raio-X ficou praticamente parado por um mês e as cirurgias foram suspensas pela total falta de material cirúrgico, "a revolução procurava os seus suspeitos." (CLEMENTE, 2005, p. 25)

Já em outros campos que dependem da ciência de base, constata-se que:

No Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, um dos mais importantes e renomados centros da Física brasileira, os físicos Adir Moisés e Jaime Goldstein são demitidos por razões políticas. Nem mesmo o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) escapou dos expurgos. Foi preso um professor de economia, já em 64, e os alunos do Instituto foram sujeitos a perseguições, dentre elas a expulsão. Entre 1965 e 1975, 21 alunos foram expulsos, na véspera de suas formaturas, por serem considerados subversivos pelo regime militar. E esses não foram os únicos constrangimentos causados. Nem a Petrobrás foi poupada. A mais importante empresa estatal de combustível do País, praticamente um símbolo do nacionalismo herdado do "período Vargas", da luta e da resistência contra a exploração do petróleo brasileiro foi duramente atingida por um regime que se dizia defensor da "soberania nacional" (CLEMENTE, 2005, p. 26).

E também,

Foram aposentados compulsoriamente, em 28 de abril de 1969, 42 professores, muitos dos quais pertenciam à UFRJ. Entre os atingidos estavam cinco físicos: Leite Lopes, Jayme Tiomno, Elisa Frota Pessoa, Plínio Sussekind da Rocha e Sara Castro Barbosa. Todos eram professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com exceção de Jayme Tiomno, que ocupava a cátedra de Física Superior, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. De uma só vez, o regime militar desfechava um duro golpe em três das mais importantes instituições de ensino e pesquisas em Física do País. Como se não bastasse, dois dias depois, o governo militar divulga uma outra lista de aposentadorias, desta vez, todos os professores eram da Universidade de São Paulo. O presidente da República, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, aposenta compulsoriamente mais 24 professores dessa Universidade e, dentre eles, o físico Mário Schenberg. Ao aposentar Mário Schenberg, Leite Lopes e Jayme Tiomno, o Regime Militar aposentava três dos mais importantes representantes da Física teórica no Brasil. Como consequência, o projeto

do acelerador de partículas comandado por Leite Lopes que seria instalado no campus do Fundão no Rio de Janeiro foi desmontado. Com a aposentadoria, o projeto fora interrompido, pois nem mesmo ir a Universidade ele não podia. Fora excluído do corpo docente da Universidade, permanecendo como professor titular no CBPF. O ano de 1969, fora para Leite Lopes, como: "o filme cinematográfico que corta a fita" (CLEMENTE, 2005, p. 125-126)

Na revista *Ciência Hoje*, denuncia as ações autoritárias do regime militar de forma similar:

Entre os objetivos do sistema político militar pós-64 incluía-se prioritariamente o enquadramento da Universidade brasileira, e uma verdadeira metralhadora giratória atingiu-a de norte a sul. Na Universidade de São Paulo, figuras preeminentes da física, medicina, arquitetura, filosofia e, naturalmente, das Ciências Sociais, pagaram o preço da resistência e da recusa ao colaboracionismo e à cooptação. Mesmo por ocasião da anistia política decretada em 1978, o núcleo básico dos sociólogos banidos, bem como elementos de outras áreas, recusaram a reintegração nos termos em que foi proposta, pois a Universidade não se mostrara mais disposta a abrigar tais "intelectuais livres", que certamente iriam continuar sua forma de atuação engajada - e tais condições, a USP, em particular, não podia e não se mostrava mais disposta a aceitar (RODRIGUES, 1984, volume 3, número 13, p. 51)

Evidencia-se que a perseguição dos cientistas e a falta de apoio à ciência de base não apenas desmotivou pesquisadores, mas também provocou a fuga de talentos para outros países. Isso fez com que a qualidade do fazer científico e do avanço tecnológico fosse comprometida e projetos foram inevitavelmente perdidos:

Àquela época, Salmeron estava articulando o início de pesquisas em Física de Partículas Elementares ou física de Altas Energias. Já havia acertado um trabalho cooperativo com o laboratório europeu CERN, da Suíça, e com a École Polytechnique de Paris. Também já se havia acertado a técnica com a qual se iria trabalhar, no caso, a câmara de bolhas. Os trabalhos estavam bastante adiantados [...] Entretanto, todo o trabalho se esfacelou. O grupo se dispersou e a UnB perdeu alguns dos melhores físicos do país. O tal "presente" nunca chegou ao Brasil, pois as crises políticas na UnB se intensificaram e, com elas, vieram os pedidos de demissão dos 223 professores em outubro de 1965, dentre eles os 15 físicos. [...] Era o fim de um sonho e de um projeto pioneiro (CLEMENTE, 2005, p. 85-86)

Além da qualidade do fazer científico e do avanço tecnológico ser comprometida por essa série de fatores, também tivemos outros elementos que foram justificados pela Lei de Segurança Nacional, como as bolsas de estudos e aprovação de documentos:

O Almirante Octacílio procurou reformular o estatuto do CBPF, dando ao Presidente poderes para demitir e admitir os cientistas que desejasse, o que efetivamente conseguiu em 1967. Alguns dos funcionários que protestaram contra a "proibição de reclamar" foram demitidos. O professor Jayme Tiomno salientou ainda que, quando viajou para Trieste, vários dos seus estudantes vindos com ele e

com a professora Elisa Frota Pessoa da UnB para realizarem suas pesquisas de pós-graduação no CBPF com bolsas da CAPES ou do CNPq, sofreram fortes pressões e foram obrigados a deixar o CBPF e voltar para a UnB. Dentre os alunos atingidos pelos arbítrios do Almirante estavam: Marcelo Caminha Gomes, José Carlos Valladão de Mattos, Carlos Alberto Lima, Sônia Frota Pessoa e outros. Segundo ele, alguns como Mario Novello, Marcos Maia, Sergio Joffly, Alberto Santoro, Moacyr Souza e João dos Anjos escaparam das ingerências políticas do Almirante Octacílio devido ao fato de eles terem obtido bolsa de doutoramento no exterior. (CLEMENTE apud Sociedade Brasileira de Física, Boletim Informativo, nº 2, 2005, ano 11, p. 140)

Este trecho nos mostra que o Almirante Octacílio reformulou o estatuto do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), conferindo ao Presidente poderes amplos para demitir e admitir cientistas. Assim, muitos pesquisadores e alunos, incluindo alguns da Universidade de Brasília (UnB) e bolsistas da CAPES e do CNPq, foram forçados a retornar às suas instituições de origem ou a abandonar suas pesquisas. Além do mais, Clemente (2005, p. 209-210) manifesta que a repressão também poderia negar passaportes ou documentação para atrapalhar o processo de continuar com bolsas de pesquisa no exterior, em nome da “Lei de Segurança Nacional”:

O professor Paulo Miranda também fora prejudicado no programa de pós-graduação em Geofísica. Sem emprego, tentou uma bolsa de pesquisas no próprio programa, no entanto, não fora atendido (p. 224). Ainda no final de 1973, o professor Argollo solicitou do CNPq uma bolsa de pesquisa para que ele pudesse permanecer nos Estados Unidos por mais tempo e assim concluir o seu doutorado. Recebeu uma carta do CNPq como resposta, informando que a bolsa havia sido aprovada, mas que por ordens superiores, não poderiam implementar a resolução (CLEMENTE, 2006, p. 177-178).

Caio Barbosa (2009, p. 101) adiciona que as instituições de fomento à ciência desempenharam um papel central na mediação entre o Estado brasileiro e a intelectualidade universitária. A Capes, por exemplo, era majoritariamente dirigida por acadêmicos e não por militares. No entanto, essa autonomia era constantemente monitorada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). A vigilância constante sobre os projetos científicos expõe a tensão subjacente entre o controle estatal e a liberdade acadêmica. Apesar de essas instituições funcionarem como espaços de negociação, essas negociações frequentemente eram marcadas por conflitos e tensões, refletindo as dificuldades de operar sob um regime de vigilância e controle. Em outras palavras, embora houvesse um certo financiamento, ele estava condicionado às diretrizes impostas pelo governo militar, evidenciando um equilíbrio precário entre apoio científico e controle político. E enquanto o regime militar destinava fundos para a ciência e tecnologia, a prática da repressão política era intensificada (CLEMENTE, 2005, p. 209-210). E assim

devemos nos indagar nessa reflexão: A análise da eficácia das políticas de investimento em ciência deve considerar não apenas os recursos investidos, mas também as condições sob as quais os investimentos foram realizados e as consequências da repressão para o progresso científico e acadêmico.

Considerações finais

Durante a Ditadura Militar no Brasil houve um discurso de apoio ao desenvolvimento científico, mas com uma preferência pela ciência aplicada em relação à ciência de base. Esse enfoque pragmático, combinado com a repressão política, criou um ambiente difícil para o avançar científico. Apesar das mensagens presidenciais analisadas possuírem uma atenção direcionada para a aplicação de ciência na indústria e comércio, não podemos ignorar que a ciência, de modo geral, foi alvo de investimentos progressivos durante a ditadura militar. Uma das provas disso é o aumento de bolsas de pesquisa ao longo do regime.

Apesar disso, aqueles que se interessam por uma análise da ciência base durante a ditadura militar terão dificuldades nessa tarefa ao fazer essa busca pelos documentos oficiais de mensagens presidenciais, pois a impressão que fica ao leitor é de que o investimento em ciência de base é quase inexistente caso não haja uma análise cautelosa do conteúdo dos documentos. Porém, isso não é verdade, pois na maioria das vezes as informações sobre ciência de base estão condensadas na mera informação sobre o balanço anual de bolsas de pesquisa em universidades ou então atreladas a projetos de ciências aplicadas aos setores comerciais e industriais. Isso é coerente com a proposta ditatorial de construir um país moderno e desenvolvido, pois embora a ciência de base seja um indicativo grande para o progresso, esse é um tipo de conhecimento muitas vezes abstrato e com um entendimento muito restrito ao meio acadêmico. Embora a produção de ciências de bases não seja exclusividade das universidades, historicamente elas estão muito ligadas a esses ambientes, de forma que a retaliação política nas universidades durante a Ditadura Militar brasileira afetaria a ciência base do país de forma geral. Durante esse período, o discurso oficial promovia o desenvolvimento científico, com ênfase na ciência aplicada enquanto a ciência de base produzida nas universidades estava em um ambiente com opressão governamental. Esse enfoque pragmático, aliado à repressão política, criou um ambiente desfavorável para um avanço científico mais amplo. Embora as mensagens presidenciais mencionassem o investimento em ciência, principalmente aplicada à indústria e ao comércio, a ciência de base das academias recebia uma atenção pouco adequada. A maioria das informações sobre esse

tema estava diluída em relatórios anuais de bolsas de pesquisa ou atrelada a projetos de aplicação prática.

Essa escolha reflete o objetivo do regime de construir um país moderno e desenvolvido, focado em resultados concretos que gerassem impacto direto na sociedade. As ciências aplicadas ofereciam um entendimento mais acessível e, portanto, eram mais facilmente divulgadas. No entanto, essa abordagem fornecia pouco destaque para a ciência de base, essencial para inovações de longo prazo, mas muitas vezes de difícil compreensão para o público geral e restrita ao meio acadêmico. Assim, embora houvesse um aumento no número de bolsas de pesquisa, a repressão política e a censura prejudicaram a autonomia dos cientistas e limitaram o progresso. O controle estatal sobre a ciência desmotivou muitos pesquisadores, e alguns foram forçados a abandonar suas carreiras ou deixar o país. A liberdade acadêmica foi sacrificada, e o potencial inovador do Brasil foi comprometido.

A análise dos documentos oficiais e artigos da revista *Ciência Hoje* nos revelaram que a produção científica era frequentemente orientada para aplicações práticas que atendiam aos interesses econômicos e industriais do regime. Essa orientação pode gerar um investimento em pesquisa que está com um viés, pois as áreas mais beneficiadas serão aquelas em que o Estado consegue visualizar um potencial para atingir metas. Um exemplo disso são as áreas de agronomia, biologia, física e química, que foram parte de grandes projetos de genética na agricultura e no setor de energia nuclear. O problema de um investimento com um viés comercial é que ele pode negligenciar pesquisas de bases que não possuem uma aplicação imediata, mas que podem ser essenciais para inovações de longo prazo.

Referências bibliográficas

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 30, n. 2, 2015. DOI: 10.21573/vol30n22014.53680. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53680>>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

BARBOSA, Caio. **Olhares sobre a Capes: ciência e política na ditadura militar (1964-1985)**. Revista de História, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/26685/16010>>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

BRASIL. Arthur da Costa e Silva. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-costa-e-silva-1969/view>>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

_____. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

_____. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal, 27 fev. 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

_____. Emílio Garrastazu Médici . **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-garrastazu-medici-1974.pdf/view>>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

_____. Ernesto Geisel. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1979. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-ernesto-geisel-1979/view>>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

_____. Humberto Castelo Branco. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1967/view>>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

_____. João Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso>>.

nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-figueiredo-1985/view>. Acesso em 04 de agosto de 2024.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 1968. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm#:~:text=LEI%20N%205.540%2C%20DE%2028%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=\(Vide%20Decreto-lei%20n%20618%2C%20de%201969.&text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%BAncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm#:~:text=LEI%20N%205.540%2C%20DE%2028%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=(Vide%20Decreto-lei%20n%20618%2C%20de%201969.&text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%BAncias)>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

_____. Poder Executivo. **Ato institucional Nº 5**. Brasília: 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

CAMARGO, Sônia. **Militares, Geopolítica e Segurança Nacional**. SBPC Acervo Digital, v. 2, n.º 8, p. 21-22, 1983. Disponível em:

<<https://sbpcacervodigital.org.br/server/api/core/bitstreams/09fc18af-314b-4dd2-bd66-ad023e771e3f/content>>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

CARR, Edward. **O que é História?** Tradução de Maria José de Carvalho. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1961.

CLEMENTE, José. **Ciência e política durante a Ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964–1979)**. Dissertação (Mestrado em Física). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Física, Salvador, 2005. Disponível em:

<https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/jose_eduardo_ferraz_clemente_-_dissertacao_-_ciencia_e_politica_durante_a_ditadura_militar_1964-1979_o_caso_da_comunidade_brasileira_de_fisicos.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

CNPq. **CNPq: Centro de Memória**. Fomento e Bolsas. 2024. Disponível em:

<<https://centrodememoria.cnpq.br/Fombols.html>>. Acesso em 05 de agosto de 2024.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Entrevista**. Entrevistador(es): Marco Dreer Buarque. Local: São Paulo - SP - Brasil. Data: 04 abr. 2006. Duração: 1h 23min. Fitas cassete: 01. Disponível em:

<<https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1454.pdf>>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

FARR, Regis. **Warwick Kerr: a ciência a serviço do homem**. SBPC Acervo Digital, ano 1, n. 2, p. 8, 1982. Disponível em: <<https://sbpcacervodigital.org.br/server/api/core/bitstreams/c93b1310-69f1-454f-ae25-74c6cf6f18f7/content>>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

MARCUSE, Hebert. **A responsabilidade da ciência**. Scientiae Studia. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 159-64, 2009.

MARTINS, Carlos. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwFYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 28 de agosto de 2024.

MOTTA, Rodrigo. **A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação**. Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 66, no. 4, outubro-dezembro de 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010. Acesso em 26 de abril de 2024.

_____. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**. 2 ed. Niterói: Eduff, 2020.

_____. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PLUTARCO. **Plutarch's Lives (volume 2 de 4)**. Tradução: George Long, Aubrey Stewart. G. Londres: Bell and sons, 1929.

PYTHON SOFTWARE FOUNDATION. **About Python**. Disponível em: <<https://www.python.org/about/>>. 2024. Acesso em 06 de agosto de 2024.

RODRIGUES, José. **A sociologia do inconformismo**. SBPC Acervo Digital, volume 3, número 13, p. 51, 1984. Disponível em: <<https://sbpcacervodigital.org.br/server/api/core/bitstreams/df19cd00-4ad3-4eb5-8f65-6b58c343fdbb/content>>. Acesso em 06 de agosto de 2024.

ROLL-HANSEN, Nils. Historical Perspective on the Distinction Between Basic and Applied Science. **Journal for General Philosophy of Science**, v. 48, 2017. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10838-017-9362-3>>. Acesso em 28 de julho de 2024.

“Formar, cultivar e disciplinar”: A OSPB e os interesses político-econômicos da ditadura empresarial militar brasileira no Ensino Médio nas décadas de 1960 e 1970

"Shape, cultivate, and discipline": the OSPB and the political-economic interests of the brazilian business-military dictatorship in High School education in the 1960s and 1970s

João Pedro Lopes de Lima

Especialista em História

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

joaopedroldel@gmail.com

Adson Rodrigo Silva Pinheiro

Doutor em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

adson.rodriigo@gmail.com

Recebido: 06/08/2024

Aprovado: 14/10/2024

Resumo: Este artigo caracteriza o modelo educacional tecnicista brasileiro durante a Ditadura civil-empresarial-militar, com foco nas décadas de 1960 e 1970. Analisa os impactos sociais, políticos e econômicos das reformas educacionais, destacando a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Discute o conceito de “ditadura empresarial-militar” e seus usos pela historiografia, a partir das investigações de René Dreifuss, descrevendo o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e seu papel no Golpe de 1964. Baseado em Dermeval Saviani, aborda os projetos educacionais em disputa no período – escolanovismo e tecnicismo – e como o tecnicismo se legitimou durante o regime militar. Esse modelo educacional atendia aos interesses político-econômicos da elite empresarial-militar, sem contribuir para a formação crítico-reflexiva da população, especialmente da classe trabalhadora. A análise inclui legislação educacional pós-1964 e o livro didático de Victor Mussumeci (1975). A Ditadura contou com o apoio das forças armadas e dos empresários, sendo o IPES fundamental no “golpe”, influenciando a política, a mídia e a educação.

Palavras-chave: OSPB; Tecnicismo; História do Ensino de História.

Resumen/Abstract: This article characterizes the technicist educational model in Brazil during the civil-business-military dictatorship, focusing on the 1960s and 1970s. It analyzes the social, political, and economic impacts of educational reforms, highlighting the discipline of Brazilian Social and Political Organization (OSPB). It discusses the concept of "business-military dictatorship" and its uses in historiography, based on the investigations of René Dreifuss, describing the Institute of Social Research and Studies (IPES) and its role in the 1964 coup. Based on Dermeval Saviani, it addresses the educational projects in dispute during the period—progressive education and technicism—and how technicism was legitimized during the military regime. This educational model served the political-economic interests of the business-military elite, without contributing to the critical-reflective formation of the population, especially the working class. The analysis includes post-1964 educational legislation and the textbook by Victor Mussumeci (1975). The dictatorship relied on the support of the armed forces and businessmen, with IPES being fundamental in the coup, influencing politics, media, and education.

Palabras clave/Keywords: OSPB; Technicism; History of History Education.

Introdução

No ano de 2024, quando este artigo é redigido, completam-se seis décadas desde o início da Ditadura civil-empresarial-militar no Brasil (1964-1985), um período que se estendeu por 21 anos na história recente de nossa nação. Esse episódio não merece ser comemorado ou celebrado, como fazem setores conservadores ou reacionários da sociedade ao se referirem a ele como a "Revolução de 1964" ou ao clamarem por seu retorno. As diversas violações de direitos humanos como a censura, a tortura e a perseguição política são atitudes repudiáveis nas democracias e que devem ser rememoradas a todo momento para que não caiam no esquecimento e para que não sejam repetidas nunca mais. Hobsbawm (1995) já nos alertava acerca do compromisso que nós, historiadores, devemos ter ao lembrarmos à sociedade aquilo que ela esquece (ou quer esquecer).

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores (HOBSBAWN, 1994, p. 13).

As pesquisas históricas e o ensino de História no Brasil – em meio às crises políticas e ao avanço do conservadorismo – assumem o compromisso social de fazer esse debate com a sociedade civil de forma ética, plural e responsável, travando a disputa das ideias contra o revisionismo histórico que tem encontrado terreno fértil com o avanço desregulado e criminoso das *fake news* e das tecnologias da informação, utilizadas pela extrema direita no país. Cabe lembrar, também, os ataques contundentes que as áreas das Ciências Humanas têm sofrido, seja pela falta de investimentos financeiros e pelo sucateamento das pesquisas no ensino superior, seja pelas diversas reformas educacionais na educação básica, como a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental e médio, o Novo Ensino Médio (NEM) e a tentativa frustrada do projeto de lei nº 867/2015, conhecido como “Programa Escola Sem Partido”, que nos últimos anos incentivou o aumento de denúncias contra educadores acusados de “doutrinação ideológica”, quando, na verdade, esses profissionais estavam apenas desempenhando seus ofícios: a pesquisa e o ensino de História e/ou Ciências Humanas.

Sob perspectiva durkheiniana, entende-se que a educação é um instrumento social importante no processo de formação da consciência coletiva de uma sociedade. Durante o regime militar, o ensino de História assume a proposta tecnicista em contraponto ao modelo anterior (escolanovismo), fato que colaborou para a formação de uma “consciência coletiva” mais moralista, conservadora e patriótica. A educação tinha por objetivos formar, cultivar e disciplinar: formar mão de obra para o mercado de trabalho, cultivar os valores patrióticos civis e disciplinar para as normas e regras da sociedade.

Sob essa perspectiva, as primeiras disciplinas a serem alvo de ataques pela ditadura foram aquelas pertencentes ao amplo campo das Ciências Humanas, consideradas subversivas por promoverem o pensamento crítico e a análise social. Como parte desse processo de controle ideológico, em 1962, foi instituído o componente curricular de Organização Social e Política Brasileira (OSP); em 1969, tornou-se compulsório o ensino da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC); e, em 1971, a disciplina de Estudos Sociais foi introduzida, substituindo História e Geografia nos currículos de 1º e 2º graus. Ademais, houve a extinção de Sociologia e Filosofia nos currículos do 2º grau, disciplinas que só seriam obrigatoriamente reintegradas em 2008.

Este artigo está organizado em quatro seções, cada uma abordando aspectos centrais da legislação educacional e das influências políticas e ideológicas que moldaram o ensino no Brasil durante e após a década de 1960. Na primeira seção, analisamos a legislação educacional brasileira dos anos 1960, destacando os projetos educacionais em disputa na sociedade da época, com foco no debate

entre escolanovistas e tecnocratas. Com base nas contribuições do historiador Dermeval Saviani, exploramos a estrutura do ensino médio brasileiro, incluindo os ciclos ginasial e colegial. Este tópico também caracteriza o sistema educacional brasileiro a partir da Lei nº 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e discute as reformas educacionais subsequentes, evidenciando a participação empresarial na formulação de políticas educacionais antes e após 1964. É enfatizado, também, que as disciplinas de cunho cívico-moral já existiam antes do regime militar e atendiam aos interesses político-econômicos da elite empresarial.

A segunda seção está focada nas ações do empresariado brasileiro pré e pós-1964, evidenciando os interesses políticos e econômicos desse grupo que se auto-representa como a elite dirigente do país. A partir dos estudos de Dreifuss (1981) e Moura (2024), construímos um debate historiográfico em torno do termo “ditadura empresarial-militar”. Dreifuss argumenta que o empresariado teve um papel decisivo no golpe de 1964, com destaque para as ações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Moura (2024), em seu recente artigo, traz uma reflexão sobre a terminologia utilizada na academia, contrapondo a visão hegemônica do termo “ditadura civil-militar”, conforme apresentado por Carlos Fico (2017).

A terceira seção analisa as disciplinas cívico-militares de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), com ênfase na última. Investigamos suas finalidades e como atenderam aos interesses econômicos e ideológicos do regime militar. São caracterizadas as mudanças na legislação educacional e a institucionalização da EMC nos currículos escolares, além da relação dessas disciplinas com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Por fim, a quarta seção realiza uma análise crítica de excertos do livro didático "Organização Social e Política Brasileira – Elementos de Educação Moral, Social e Cívica", de Victor Mussumeci (1975). Essa análise buscou compreender como as narrativas e os discursos contidos na obra legitimavam as ações e as ideologias do regime militar. Também são identificados os sujeitos e os grupos interessados na inclusão dessas disciplinas nos currículos escolares, destacando o papel dos grupos empresariais no mercado editorial que prosperaram durante a ditadura.

A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica e uma análise da legislação educacional e do livro didático de Mussumeci, que expressa a ideologia do período, marcada pelo patriotismo e pelo moralismo. Este artigo se insere no campo da História do Ensino de História, examinando como as transformações político-sociais influenciam a prática pedagógica e a construção de identidades coletivas. A análise crítica enfocará as dinâmicas de poder e o uso da educação como ferramenta de

controle ideológico, evidenciando como as elites empresariais moldam a formação política da sociedade, com consequências que perduram até os dias atuais.

1. Legislação educacional brasileira na década de 1960

1.1 Ciclo Ginásial e Ciclo Colegial: a organização do Ensino Médio

A década de 1960 no Brasil é caracterizada por uma intensa experimentação educativa promovida pelo Estado (SAVIANI, 2007). Nesse período, o país começa a estruturar legislações educacionais pioneiras em nível nacional, destacando-se a Lei nº 4.024/1961, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Essa lei não apenas fundamenta a criação do Conselho Federal de Educação (CFE), um órgão consultivo e deliberativo das políticas educacionais, mas também define que suas ações seriam executadas pelo Ministério da Educação e Cultura, conforme disposto nos artigos 6º, 7º e 8º da referida legislação (BRASIL, 1961).

Esse órgão colegiado era composto por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República para um mandato de seis anos, selecionados entre indivíduos de notável saber e experiência em matéria de educação (BRASIL, 1961). Essa configuração evidencia um alinhamento ideológico do CFE com os interesses dos governantes da época, visando a formulação de políticas educacionais que harmonizassem as iniciativas públicas e, especialmente, as privadas. Entre suas atribuições, destaca-se a alínea e) do artigo 9º, que prevê a responsabilidade de “indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio (artigo 35, § 1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme o disposto no art. 70” (BRASIL, 1961). Durante o período da ditadura, disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foram instituídas como obrigatórias, com o intuito de inculcar valores patrióticos e moralistas que legitimassem tanto o regime militar quanto suas práticas autoritárias.

A imposição dessas disciplinas e a determinação de seus conteúdos refletiam a intenção do governo de moldar a juventude brasileira conforme sua ideologia. O currículo foi orientado para promover uma visão unidimensional da história e da sociedade, exaltando o nacionalismo, a disciplina e a obediência, ao mesmo tempo em que suprimia críticas e visões alternativas. Logo, o controle do currículo pelo regime militar teve implicações profundas e duradouras para a educação brasileira. Ele não só limitou a liberdade de pensamento e a pluralidade de ideias nas instituições escolares, mas também contribuiu para o fortalecimento das estruturas autoritárias que moldavam a formação de cidadãos, evitando que se tornassem sujeitos conscientes, ativos e questionadores.

No ano seguinte, em 1962, o Conselho Federal de Educação publicou o documento intitulado “Normas para o Ensino Médio”, elaborado pela Comissão Especial de Ensino Médio pertencente à Câmara de Ensino Primário e Médio (CEPM), nele indicando as diretrizes curriculares e as disciplinas que fariam parte da grade escolar daquele período pelo Ministério de Educação e Cultura. A LDB de 1961 definia em seu 33º artigo que “a educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente.” Ou seja, a etapa escolar que sucede o ensino primário dividida em ciclo ginásial e ciclo colegial é denominada de ensino médio. Na tabela abaixo apresentamos de forma simplificada em relação à lei nº 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) como se estruturava o sistema educacional brasileiro² nos anos 1960.

Tabela 1 – Organização da Educação Básica no Brasil na década de 1960, de acordo com a Lei nº 4.024/1961.

Grau de Estudo	Etapa Escolar		Idade Público-Alvo	Duração
Grau Primário	Educação Pré-Primária	Pré-escola	4 a 6 anos de idade	3 anos de duração
	Ensino Primário	Escola Primária	7 a 10 anos de idade	4 anos de duração
Grau Médio	Ensino Médio	Ciclo Ginásial	11 a 14 anos de idade	4 anos de duração
		Ciclo Colegial	15 a 17 anos de idade	3 anos de duração

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir da LDB /1961.

No que concerne à sua organização curricular, o documento evidencia uma complexidade notável em relação aos critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE) para a oferta de disciplinas no ciclo Ginásial e Colegial. Conforme assinalado por Martins (2003; 2014), certas mudanças já estavam em curso quando o CFE criou, em 1962, a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Embora a introdução da OSPB tenha antecedido a reforma educacional promovida pelo regime militar, ela se revelou extremamente pertinente e foi integrada de forma coerente ao conjunto das disciplinas escolares após a implementação da reforma.

Essa integração propiciou um aprofundamento significativo da pedagogia educacional, com foco em três objetivos principais: “formar”, “cultivar” e “disciplinar”. Para atingir tais objetivos, foram

² Convém salientar ao leitor que a concepção teórica e legal de "ensino médio" atribuída àquele período difere substancialmente da vigente na contemporaneidade. Essa observação torna-se imprescindível para evitar anacronismos na interpretação teórica, garantindo uma compreensão precisa e contextualizada das transformações ocorridas ao longo do tempo.

implementadas diversas estratégias sistemáticas. Destaca-se o fortalecimento de conselhos e comissões, que favoreceram o desenvolvimento de um aparato técnico-administrativo voltado a conferir “legitimidade social” ao regime. Além disso, foram constituídas comissões responsáveis pela avaliação dos livros educativos, vinculando a produção desses materiais didáticos ao currículo, com a finalidade de assegurar a congruência entre teoria e prática educacional e otimizar o trabalho nas salas de aula. Foi promovida uma tentativa de reformulação dos currículos, substituindo os tradicionais programas de ensino por novas abordagens didáticas e pedagógicas que orientassem a seleção cultural para o ensino.

Exemplos dessas mudanças incluem a introdução de Estudos Sociais, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), além de alterações no ensino de línguas, que passaram a recomendar, em vez de exigir, a inclusão de uma língua estrangeira moderna na escola básica, com preferência pelo inglês (MARTINS, 2014). Essas mudanças refletem uma reconfiguração no ensino das humanidades, moldando a forma como o conteúdo educacional era apresentado e estudado. Observa-se, contudo, um descompromisso por parte do Estado na oferta de determinados componentes curriculares, o que se traduz na interrupção desses estudos em diferentes ciclos escolares, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 1 - Quadro exemplificativo com as disciplinas ofertadas ao Ciclo Ginásial de acordo com o documento "Normas para o Ensino Médio".

QUADROS EXEMPLIFICATIVOS Ciclo Ginásial (Variedades Admissíveis)																
DISCIPLINAS INDICADAS PELO CONSELHO FEDERAL	1a. HIPÓTESE				2a. HIPÓTESE				3a. HIPÓTESE				4a. HIPÓTESE			
	Séries				Séries				Séries				Séries			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
1. Português	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2. História	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3. Geografia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4. Matemática	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
5. Ciências (iniciação à ciência)...	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
6. Ciências Físicas e Biológicas ...	-	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	x
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA FEDERAL																
Organização social e política brasileira	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19) Língua estrangeira moderna	-	-	-	-	-	x	x	-	-	x	x	-	-	-	x	x
29) Língua estrangeira moderna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-
Língua Clássica	-	-	x	x	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISCIPLINAS INDICADAS PELOS ESTABELECIMENTOS																
1a. Optativa	x	x	-	-	x	x	-	-	x	x	-	-	x	x	-	-
2a. Optativa	-	-	x	x	-	-	x	x	-	-	x	x	-	-	x	x

Fonte: Documento "Normas para o Ensino Médio",
elaborado pelo Conselho Federal de Educação – CFE. (BRASIL, 1962).

Além disso, o mesmo documento estabelece uma lista de componentes curriculares a serem ofertados de forma complementar pelos estados e municípios e também uma lista de disciplinas optativas ofertadas aos estudantes pelas unidades escolares. Destacamos que o grau de estudos do ciclo Ginásial que atendia aos adolescentes de 11 a 14 anos, equivale aos anos finais do Ensino Fundamental dos dias atuais. Neste ciclo há os componentes curriculares obrigatórios (Português, Matemática, Ciências, História e Geografia) e havia também uma oferta de disciplinas complementares pelo Sistema Federal de Ensino, assim como a oferta de disciplinas optativas por responsabilidade das próprias unidades escolares. Dentre as disciplinas complementares, era indicado que fossem oferecidos pelo menos dois componentes curriculares, que de acordo com seu 3º artigo, poderiam ser: "Desenho e Organização Social e Política Brasileira, ou Desenho e uma Língua Estrangeira Moderna, ou uma Língua Clássica e uma Língua Estrangeira Moderna, em ambos os ciclos, ou uma Língua Estrangeira Moderna e Filosofia, esta apenas no 2º ciclo" (BRASIL, 1962).

O Ciclo Colegial contemplava adolescentes de 15 a 17 anos. Sua estrutura assemelhava-se ao atual modelo de Ensino Médio, em sua divisão em três anos séries e a preparação para o Ensino Superior. Em sua organização curricular, o Estado brasileiro exigia a oferta de no mínimo quatro disciplinas e, no máximo, seis para essa etapa, sendo duas destas obrigatórias: Português e História, quais são denominadas de ‘Núcleo Comum’. A depender de cada unidade federativa e escolar, havia a oferta dos demais componentes obrigatórios, além dos componentes curriculares complementares, como já apontado anteriormente.

1.2 – Escolanovismo e Tecnicismo: projetos educacionais em debate

Os argumentos utilizados pela comissão responsável na produção do documento normatizador do Ensino Médio era de que este se inspirava nas experiências de “países da mais alta civilização [que] têm seus ginásios diversificados” (BRASIL, 1962), “a escolha de um dos cursos colegiais tem mais sentido e eficácia quando fundada em experiência no ciclo ginásial” (BRASIL, 1962), que “o sentido da Lei de Diretrizes e Bases – sua melhor conquista – é a descentralização e a quebra da uniformidade” (BRASIL, 1962).

As disciplinas optativas ofertadas pelas escolas chamam atenção pois contemplavam uma formação técnico-profissionalizante durante o ensino médio, resquícios do seu recente passado trabalhista (SAVIANI, 2007). No Ciclo Ginásial eram ofertadas disciplinas optativas como Música (Canto Orfeônico), Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Técnicas Agrícolas. No Ciclo Colegial havia oferta das disciplinas de Mineralogia e Geologia, Estudos Sociais, Psicologia, Lógica, Introdução às Artes, Direito Usual etc.

O que se evidencia com essa diversidade de componentes curriculares é o caráter tecnicista e empresarial do modelo educacional vigente daquele período, isso fica visível numa tentativa de formação humanista que visa contemplar diversas áreas do conhecimento na formação do educando, ao mesmo tempo que busca atender a demanda de mão de obra, incitando assim a formação profissional no ciclo ginásial e posteriormente no ciclo colegial. Saviani (2007) aponta a orientação liberal que conduz a estruturação desse projeto educacional na década de 1960.

Na avaliação de Anísio Teixeira, embora a LDB tenha deixado muito a desejar em relação às necessidades do Brasil na conjuntura de sua aprovação, ele considerou uma vitória a orientação liberal, de caráter descentralizador, que prevaleceu no texto da lei. Assim, a aspiração dos renovadores, que desde a década de 1920 vinham defendendo a autonomia dos estados e a diversificação e descentralização do ensino, foi

consagrada na LDB. Eis aí o sentido fundamental de sua afirmação pela qual a aprovação das diretrizes e bases da educação nacional significou “meia vitória, mas vitória” (TEIXEIRA, 1962). A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando, com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino” (SAVIANI, 2007, p. 337).

Merece destaque sobre as reformas educacionais pré-1964 as disputas travadas entre as iniciativas públicas e iniciativas privadas no campo dos modelos e projetos educacionais apresentados para o país. Anísio Teixeira até se refere a esse contexto da criação da LDB de 1961 como “meia vitória” em alusão às diversas concessões feitas para a iniciativa privada. O projeto escolanovista defendido por Anísio Teixeira viveria seu apogeu e crise na mesma década, experimentando a radicalização das ideias renovadoras no campo pedagógico: “pela esquerda [...] nos movimentos de educação popular e na pedagogia da libertação [...]; pelo centro, [...] nas pedagogias não diretivas [...] de Karl Rogers, de A.S. Neill com a escola Summerhill [...]; pela direita, será articulada a pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2007, p. 339).

A referência de Anísio Teixeira à criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 como uma “meia vitória” indica a complexidade do contexto político e educacional da época, no qual as concessões feitas ao setor privado evidenciam o equilíbrio instável entre diferentes interesses e visões educacionais. O projeto escolanovista apontado e defendido por Teixeira representava um avanço significativo em termos de inovação pedagógica, promovendo práticas que visavam uma educação mais democrática e centrada no aluno. Contudo, a década de 1960 também foi marcada por uma radicalização das ideias pedagógicas, que se manifestou de diferentes formas.

Nesse sentido, o regime militar implantou um modelo educacional tecnicista e conservador alinhado aos interesses econômicos e políticos da elite empresarial que havia contribuído para o golpe. A pedagogia tecnicista, que enfatizava a formação de uma mão de obra obediente e adaptada às normas do regime, substituiu as abordagens mais progressistas e críticas. A educação passou a ser vista principalmente como um meio de controle social e conformidade política, ao invés de um espaço de reflexão e transformação. Logo, a reforma educacional durante a ditadura consolidou a centralização e a padronização do currículo, restringindo a diversidade pedagógica e limitando a capacidade das escolas de fomentar um pensamento crítico entre os estudantes.

Dentre as propostas pedagógicas discutidas, o modelo tecnicista destaca-se como o mais preponderante durante a Ditadura Civil-Militar. Esse modelo, que foi amplamente implementado ao longo do período ditatorial, visava atender aos interesses da elite empresarial – uma das principais

articuladoras do Golpe de 1964 – e exerceu uma influência significativa na formulação das políticas educacionais da época. O propósito central da educação, segundo esse modelo, era a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, preparando os estudantes exclusivamente para obedecer às normas impostas pelo regime político, sem promover qualquer tipo de reflexão crítica ou questionamento. A ausência de estímulo ao desenvolvimento do senso crítico dos alunos foi uma característica marcante desse período, refletindo a preocupação do regime em manter uma população submissa e pouco questionadora, a fim de atender às demandas da ditadura empresarial-militar, termo esse que vem sendo discutido pela historiografia, como trataremos a seguir.

2. A ação empresarial no golpe de 1964 e o papel do IPES

Uma discussão realizada dentro da historiografia brasileira é a que envolve o próprio conceito de “Ditadura Militar”. E a ditadura era só militar? É de conhecimento da historiografia que não. Esse debate transita em nossos livros didáticos, em materiais produzidos por intelectuais acadêmicos e faz-se necessário sua ampliação para o conjunto da sociedade. René Dreifuss (1981) foi um dos primeiros a utilizar o conceito de “ditadura empresarial militar”, em sua obra intitulada “1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe”. Nessa obra, um dos capítulos é destinado à questão do IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – sendo, inclusive, um dos grupos em que os militares e os empresários se articulam para realizar o golpe de 1964.

A primeira questão a se colocar é que não foram só os militares que realizaram o golpe de 1964, pois existiu um processo de articulação para o golpe, comprovada documentalmente, que contou com o setor empresarial, no intuito de implementar uma política de Estado que os beneficiasse.

Dreifuss (1976) aponta em seu trabalho que as origens do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) têm suas raízes ainda no governo Juscelino Kubitschek, mas suas medidas populistas e a inflação econômica desagradavam aos interesses da elite empresarial brasileira.

Durante o governo de Jânio Quadros, o caráter moralista e conservador do gestor despertava esperanças no empresariado, que enxergavam ali uma abertura aos interesses deste grupo político-social. Saviani (2007, p.342) comenta o forte apoio dado pelo IBAD às eleições de Jânio Quadros, contando com capital financeiro estrangeiro, algo ilegal à época, sendo investigado em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Foi então que, conforme Paulo Ayres Filho, empresário e ex-diretor do Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros, "alguns franco-atiradores de São Paulo e do Rio de Janeiro se reuniram pela primeira vez. Todos eles (talvez dez ou doze no máximo) eram relativamente jovens executivos da geração nascida durante a Primeira Guerra Mundial ou pouco depois dela". De acordo com a versão conhecida, o contato com Paulo Ayres Filho foi feito pelo empresário de origem americana Gilbert Huber Jr, residente no Rio, a quem foi dada a incumbência de recrutar homens de negócio de São Paulo (DREIFUSS, 1976, p.162).

O IPES nasceu do trabalho de base dentro do próprio empresariado brasileiro, incentivado pelo estadunidense Gilbert Huber Jr., e evidenciava o interesse estratégico dos Estados Unidos ao alinhamento ideológico da elite brasileira, inserido dentro de um contexto internacional maior pautado pelas disputas geopolíticas da Guerra Fria. O que unificava os empresários “eram suas relações econômicas multinacionais [...], o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado” (DREIFUSS, 1976, p. 163). Fundado em 29 de novembro de 1961, o IPES foi recebido com profundo entusiasmo pela grande mídia – *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Correio da Manhã* – e também se expandiu rapidamente a outros centros urbanos fora do eixo Rio-São Paulo: Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus, Santos e outras cidades menores.

O dito instituto defendia sua livre participação em debates de interesse público, nos acontecimentos políticos e sociais de sua época, o estudo das políticas e reformas apontadas por João Goulart sob a ótica mercadológica liberal. Reivindicavam para si a identificação como um agrupamento apartidário, de caráter civil-educacional de cunho patriota e constituído por profissionais liberais e “homens de negócio”.

Seus objetivos professados eram “promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos”, “desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social” e, “por meio da pesquisa objetiva e discussão livre, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e fortificar o regime democrático do Brasil.” (DREIFUSS, 1976, p. 164).

Para o público o IPES se apresentava como uma organização educacional de orientação liberal voltada a solucionar problemas sociais da época, como o analfabetismo de crianças pobres. Para dentro, sua estrutura complexa apresentada era voltada para o trabalho de cooptação de aliados voltado à disputa política, ideológica e militar. O autor expõe o debate posto por seus fundadores ao instituto se este deveria ser uma organização secreta ou não. Para fins estratégicos, optou-se que as atividades secretas deveriam ser executadas por um grupo de inteligência especializado para esse fim.

O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES (DREIFUSS, 1976, p. 164).

A relação dos militares da Escola Superior de Guerra (ESG) com os empresários do instituto é anterior ao golpe de 1964, demonstrando uma afinidade ideológica entre estes dois grupos. Saviani (2007) e Dreifuss (1976) apontam o caráter doutrinário que o instituto assumia na formação ideológica de setores sociais, sobretudo através da educação. A guerra psicológica era uma das principais armas e, como instrumento, utilizava-se dos meios de comunicação de massa (rádio, TV, cartuns e filmes) em articulação com diversos setores da sociedade civil (estudantes, operários, camponeses, partidos políticos, congressistas), cujo fim em si era a desarticulação dos instrumentos da luta popular (sindicatos, entidades estudantis, movimentos camponeses, etc.). As mesmas grandes empresas nacionais e multinacionais que também financiavam o IPES investiram na campanha de Jânio Quadros e articularam a oposição política de João Goulart.

Moura (2024) indica que o processo de desestabilização do governo João Goulart e a própria formação do regime ditatorial, ocorridas de forma coesa e simultânea em diversas frentes de atuação, denota o caráter classista urgente na análise da atuação do empresariado no Golpe de 1964. Isso se evidencia quando se analisa as frentes de atuação do complexo IPES/IBAD.

[...] a Ação Democrática Parlamentar (ADP) atuando para levar o governo a uma situação de ingovernabilidade, ao mesmo tempo em que a Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE) atuava entre as mulheres de classe média com discurso de forte teor religioso e o Movimento Sindical Democrático (MSD) buscava arregimentar trabalhadores urbanos e fazer frente ao sindicalismo combativo, um dos esteios de sustentação, ainda que por vezes crítico, como demonstra a tese de Demian Melo (2013), de Goulart. Essas três frentes citadas, além das outras, estavam acopladas sob a estrutura do complexo IPES/IBAD. (MOURA, 2024, p. 155).

É feito uma provocação em torno dos usos e das disputas acerca dos termos “ditadura civil-militar” ou “ditadura empresarial-militar” por Moura (2024), entendendo que a nomenclatura “ditadura civil-militar” não assinala um recorte de classe e tampouco demarca os grupos sociais envolvidos diretamente, no caso os militares e o empresariado. Uma crítica apontada pelo autor em relação às orientações de Daniel Aarão Reis e Carlos Fico, é o fato destes apontarem uma superestimação do IPES e do empresariado no golpe de 1964 na obra de Dreifuss (1981). O trabalho do IPES era muito mais do que uma rede organizada entre o empresariado brasileiro e os militares com a agenda política

estadunidense, mas era também uma rede aberta estabelecida pelo poder da “força militar” em ampliar relações do comércio internacional dos EUA com a América Latina.

Ou seja, tratava-se de um investimento – em todos os sentidos – realizado pelo capital multinacional e seus interesses associados para assegurar a hegemonia norte-americana na América Latina. Não é como se o IPES fosse uma “jabolicaba brasileira” ou coisa que o valha, mas sim elemento constituinte de um modo de operar a política externa de modo a levar a outro patamar a acumulação capitalista (MOURA, 2024, p. 156).

Fico (2017) aponta a gerência da desestabilização política e das ações do regime militar como ações centralizadas única e exclusivamente pelos militares.

O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar. [...] O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (“foi militar, mas também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares. (FICO: 2017, p. 53).

Ignorar a participação do empresariado neste processo de articulação pré e pós-1964 revela-se impreciso. Nas palavras de Moura (2024, p.157), “caracterizar o regime considerando a participação civil ou empresarial, ainda que com predominância do componente militar, implica reduzir a responsabilidade dos militares”. Além disso, não se pode negligenciar a interferência do poder econômico na interlocução golpista.

Saviani (2007, p.343) aponta que no campo educacional foram realizadas duas atividades importantes pelo IPES: um simpósio sobre a reforma educacional e o Fórum “A Educação que queremos”. A primeira tinha por intuito debater “as linhas mestras de uma política educacional que viabilizasse o rápido desenvolvimento econômico e social do país” (SAVIANI, 2007, p. 343), preparada de agosto a novembro de 1964 e realizada em dezembro do mesmo ano, para este evento foi preparado um documento norteador que busca assegurar o aumento da produtividade e da renda. Nas suas diretrizes:

O texto considerava, então, que a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática. Na sequência, o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com um diagnóstico da demanda efetiva de mão de obra qualificada. E, finalmente, ao ensino

superior eram atribuídas duas funções básicas: formar a mão de obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país (SAVIANI, 2007, p. 343).

A ruptura democrática no ano de 1964 deixou lacunas profundas no aparelho do Estado brasileiro. Marcado pela efervescência política, no ano de 1968 os estudantes foram protagonistas do embate à ditadura empresarial-civil-militar que estava em marcha. No mundo, com o chamado “maio de 1968”, movimento de rebeldia dos estudantes universitários, aliado à repressão da “primavera de Praga” pela União Soviética, grande número de intelectuais de esquerda, antes simpatizantes da linha ideológica russa, aderiram ao maoísmo” (SAVIANI, 2007, p. 334). No Brasil, o movimento estudantil teve apoio de diversos partidos, organizações políticas e dissidências comunistas que construíam suas ações de oposição ao regime.

O auge desses protestos e manifestações foi o ano de 1968 em que aconteceu a “Passeata dos Cem Mil”, a “Batalha da Rua Maria Antonia” e o XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP). [...] Assim, pode-se dizer que o ME assumia uma postura mais partidária devido à presença de organizações políticas em seu interior. Maria Ribeiro do Valle (1999, p. 114) relata que as palavras de ordem clamadas pelos estudantes nestas manifestações eram “Abaixo à ditadura!” ou “Abaixo a Guerra do Vietnã!” ou ainda “Só o povo armado derruba a ditadura!” (SANTOS, 2007, p. 101).

Saviani (2007) aponta o Fórum “A educação que nos convém” como resposta do IPES às manifestações estudantis ocorridas no ano de 1968. Organizado no período de julho a setembro e realizado entre outubro e novembro daquele ano, Saviani (2007) destaca o Fórum “A educação que nos convém” como uma reação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) às mobilizações estudantis que eclodiram em 1968. É importante destacar que esse evento desempenhou um papel importante na articulação da participação de Roberto de Oliveira Campos, que atuou como ministro do Planejamento durante o governo de Castelo Branco entre 1964 e 1967, e foi responsável pela definição da política econômica do regime militar e pela implementação de suas principais diretrizes (SAVIANI, 2007, p. 344). O fórum contou com a abordagem de diferentes conferências temáticas, mas a última, intitulada “Fundamentos para uma política educacional brasileira” – que teve como conferencista o ministro do Trabalho e Previdência Social Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, foi tida como a conferência síntese do evento.

Os debates promovidos pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) evidenciam a premente necessidade da elite empresarial de assegurar uma formação rápida e eficiente de mão de

obra, alinhada aos seus interesses econômicos imediatos. Essa urgência na capacitação de trabalhadores visava não apenas suprir a demanda do mercado de trabalho, mas também promover um alinhamento com os valores patrióticos e cívicos desejados pela classe dominante. A formação de mão de obra para o mercado de trabalho se configurava como uma prioridade estratégica, com a finalidade de garantir que os trabalhadores estivessem prontamente disponíveis para atender às exigências econômicas e operacionais da elite empresarial.

Simultaneamente, buscava-se cultivar e reforçar valores patrióticos e civis que consolidassem a identidade nacional conforme os parâmetros estabelecidos pelo regime, criando um senso de coesão social e lealdade ao Estado. Além disso, o processo educacional era orientado para uma disciplina rigorosa, visando assegurar que os indivíduos respeitassem e obedecessem às normas e regras estabelecidas pela sociedade. Esse enfoque disciplinar não apenas buscava preparar os indivíduos para a conformidade com os padrões sociais e econômicos, mas também funcionava como um mecanismo de controle social, alinhando o comportamento dos cidadãos às expectativas do regime e da elite empresarial. O sentido geral desse processo é traduzido

pela ênfase nos elementos dispostos pela teoria do capital humano; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade (SAVIANI, 2007, p. 344 – 345).

A análise de Saviani (2007) ilustra como a teoria do capital humano permeava a formação educacional da época. O enfoque na educação como um meio de desenvolvimento de recursos humanos para a ordem capitalista refletia uma visão funcionalista e instrumentalista, na qual o objetivo principal da formação educacional era a adequação do indivíduo às exigências econômicas e sociais do regime. No primeiro grau de ensino, a ênfase era na sondagem de aptidões e na preparação inicial para o trabalho, enquanto o ensino médio visava a formação técnica necessária para atender às demandas específicas do mercado. A diversificação do ensino superior, com a introdução de cursos de curta duração voltados para a formação de profissionais qualificados, bem como o uso crescente de meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos, também reflete essa

orientação. O planejamento educacional era visto, dessa forma, como essencial para a racionalização dos investimentos e para o aumento da produtividade, evidenciando a busca por eficiência e alinhamento com as necessidades econômicas imediatas.

No entanto, essa abordagem reduzia a educação a uma mera ferramenta de adequação ao mercado e controle social, negligenciando seu potencial para promover o pensamento crítico, a reflexão e a transformação social. A ênfase na disciplina rigorosa e na conformidade não apenas limitava a autonomia dos indivíduos, mas também impunha uma visão monolítica da educação, alinhada aos interesses de uma elite que buscava consolidar seu poder econômico e político.

Portanto, a educação da ditadura militar se configurou como um mecanismo de manutenção da ordem vigente, em detrimento de seu papel potencialmente emancipador e transformador na sociedade. Logo, o projeto educacional defendido por estes e implementado ao longo do regime militar expressava estes interesses: “formar”, “cultivar”, “disciplinar” (MARTINS, 2014). Formar mão-de-obra para o mercado de trabalho, cultivar os valores patrióticos-civis e disciplinar para as normas e regras da sociedade.

3. “Formar”, “cultivar”, “disciplinar”: as disciplinas cívico-militares

Como já apontado, o ensino do componente curricular Organização Social e Política Brasileira (OSPB) nas escolas do país tem suas origens no ano de 1962, juntamente com Educação Cívica que se constituía legalmente como “prática educativa obrigatória”, assim como Educação Física, Educação Artística, Educação Doméstica e Artes Femininas, como prescreve o documento “Normas para Ensino Médio”, elaborado pelo CFE no mesmo ano.

A dita “Revolução de 1964” não alterou as estruturas sociais do nosso país, pelo contrário, abriu uma fenda no aparato estatal, marcado pela censura, perseguição e pelo discurso ultranacionalista controlado pelos militares com apoio de setores sociais como a ala mais tradicional da Igreja Católica e os empresários. Se o ano de 1968 foi marcado pelas manifestações de rua organizadas pelos estudantes em torno da Frente Ampla, a resposta do governo seria mais recrudescimento das Forças Armadas com a implementação do Ato Institucional nº 5 – AI-5 – conhecido também dentro da historiografia como “anos de chumbo”.

O AI-5 deu superpoderes ao presidente da República, que foi autorizado a cassar mandatos eletivos, a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros

órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios, além de suspender o direito ao *habeas corpus* (FUINI, 2022).

Neste cenário caracterizado pelo autoritarismo, pelo Estado de exceção, pela ampliação dos poderes políticos ao poder executivo e pela perseguição de adversários, a educação se tornou uma ferramenta necessária à formação ideológica desse novo regime. No ano seguinte, em 1969, é implantado o Decreto-Lei nº 869/1969, que tinha como caráter a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória em todas as escolas e graus de ensino do país. De cunho ufanista e moralista, a disciplina tinha as seguintes finalidades, como prevê seu artigo 2º:

[...] a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BRASIL, 1969).

Analizando esse artigo percebemos que as preocupações dessa disciplina giravam em torno da reprodução dos princípios morais-religiosos, culto ao nacionalismo e da obediência à lei e à ordem para a manutenção do *status quo*, valores e princípios estes que eram colunas de sustentação desse Estado autoritário e repressor. Inseridas no contexto internacional de bipolarização ideológica da Guerra Fria, essas ações atendiam aos interesses da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), uma “estratégia geopolítica ideológica que serviu de base para a manutenção da estrutura repressiva do período excepcional” (TOSCAN, 2020, p. 1).

A DSN acreditava que para combater o “inimigo externo” (a ameaça comunista) era necessário combater “o inimigo interno”, todos aqueles que pudessem ser considerados subversivos ou potencial ameaça para o regime militar. Abreu e Filho (2006) apontam que a construção da disciplina não era posterior à dita doutrina, ao contrário, a moral e cívica foi uma doutrina elaborada ao lado da segurança nacional. O dito componente curricular se mostrava como “uma tentativa de enquadrar o comportamento das pessoas dentro de um padrão social, que estava sendo construído pelo Estado (ABREU e FILHO, 2006, p. 125).

Dreifuss (1981) aponta que duas modalidades de ação deveriam ser consideradas para compreender as táticas adotadas pela elite orgânica do IPES: a ação ideológica e social e a ação político-militar. No campo ideológico, “visava apresentar as abordagens da elite orgânica aos responsáveis por tomadas de decisão políticas e ao público em geral [...]. Visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista” (DREIFUSS, 1981, p. 231).

Como podemos perceber, a educação durante esse período se configurava como uma ferramenta essencial para o reforço das ideologias dominantes, sustentando o regime através da imposição de um padrão moral e cívico que servia tanto aos interesses imediatos quanto aos objetivos de longo prazo da elite militar e empresarial. A disciplina não apenas funcionava como um meio de controle social, mas também como um instrumento de propaganda e conformidade, alinhando a educação às estratégias repressivas da DSN e às práticas autoritárias do regime militar.

4. A Disciplina de OSPB: uma análise didática e editorial

A disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) fez parte dos currículos escolares brasileiros a partir de 1962, sendo obrigatória pela lei nº 869/1969, juntamente com Educação Moral e Cívica e ambas extintas a partir de 1993 com a revogação do decreto-lei a partir da lei nº 8.663/1993, sendo substituídas pelas disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais.

Braghini (2012) aponta em seus estudos que dentre os grupos interessados no retorno das disciplinas cívico-morais como Educação Moral e Cívica (EMC) e OSPB estavam os empresários do ramo das editoras gráficas no país. Em seu estudo, no qual a autora analisa o crescimento econômico da Editora do Brasil S.A, ela analisa como esse grupo empresarial foi importante no apoio dado ao golpe de 1964 e também na articulação ideológica entre as ideias defendidas pelo regime e os materiais didáticos divulgados nas escolas públicas do país.

Fundada ainda em 1943 pelos ex-funcionários da Companhia Editora Nacional, Carlos Costta e Manoel Netto, a Editora do Brasil S.A (EBSA) teve sua inauguração articulada por 36 membros fundadores, muitos deles com ligações diretas com a atuação política do estado de São Paulo e também com o governo federal.

Entre os trinta e seis membros fundadores, podemos constatar a presença de alguns professores da capital e do interior, funcionários públicos e membros atuantes na política de São Paulo, por exemplo, Alfredo Leite Gomes, autor

de livro didático pela Companhia Editora Nacional; Joaquim de Campos Bicudo, inspetor federal de ensino; Otto Costa, advogado e, posteriormente, procurador-geral do Estado de São Paulo (BRAGHINI, 2012, p. 157).

Descontentes com as mobilizações estudantis e com o governo de João Goulart, os editores da dita empresa não disfarçavam o discurso anticomunista que se entrelaçava aos princípios defendidos pela DSN. Gustavo Corção, um dos principais jornalistas e editores da EBSA, católico assumido, defendia a “manutenção de um equilíbrio que fosse avesso aos excessos e aos riscos de uma ordem social mantida pela multidão” (BRAGHINI, 2012, p. 159). O aceno ao catolicismo foi buscado numa tentativa de alcançar o público leitor das escolas confessionais (professores e funcionários) e também de minimizar uma ala mais à esquerda da igreja alinhada com a teologia da libertação, “[...] optavam por manter-se fiéis aos escritos de D. Vicente Scherer, conhecido à época, entre outros assuntos, por atacar Anísio Teixeira, acusando-o de “comunista”, por conta da participação do educador baiano na campanha em defesa da escola pública” (BRAGHINI, 2012, p. 159).

Destaca Braghini (2012) que Alfredo Gomes e Victor Mussumeci mantinham relacionamentos constantes com os clérigos, com as comissões regionais e nacional de Moral e Civismo e representantes de escolas e editoras católicas, visando ampliar seu arco de influência ideológica, mas também econômica. Com a implementação da OSPB e a retomada da EMC como prática em 1962 e depois a obrigatoriedade de oferta destas a partir de 1969, a empresa assistiria um “boom” em seus ativos em parcerias público-privadas firmadas através de programas governamentais como a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e o convênio entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (USAID).

Em 1966, Victor Mussumeci, representante da EBSA, participou da reunião conjunta dos Conselhos de Educação Moral e Cívica, promovida pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Durante este encontro, Mussumeci destacou a importância de se considerar quatro tipos distintos de civismo no “estudo dos processos para formar o cidadão”: o patriótico, o institucional, o político e o solidarista (BRAGHINI, 2012, p. 165). A partir de sua obra didática homônima, elaborada para a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e publicada em 1975, embora em circulação desde uma década antes, Mussumeci delineou claramente as finalidades do componente curricular e do manual correspondente.

Na apresentação da obra, o autor explicita os objetivos e os propósitos que orientam o ensino da disciplina, revelando a abordagem pedagógica e ideológica que se propõe a promover. Segundo os objetivos delineados, o conjunto de ensinamentos formalizados sob aquele título visava proporcionar

uma formação cívica abrangente, com ênfase na internalização de valores patrióticos e na conformidade com as normas e com os princípios estabelecidos pelo regime. A obra buscava, assim, não apenas instruir sobre os aspectos da organização social e política, mas também consolidar um sentido de lealdade e adesão aos valores e aos objetivos do Estado, refletindo a orientação ideológica que permeava o currículo da época, como a

[...] 1 - preparação do jovem para o exercício consciente da cidadania brasileira com fundamento na moral no patriotismo e na ação construtiva visando o bem comum. 2 - Inserção do jovem na vida política e social do país através de um conhecimento adequado de nossas instituições, de nossa estrutura governamental, dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático (MUSSUMECI, 1975, p.5).

O aspecto intrigante reside no fato de que a disciplina preconizava a necessidade de um regime democrático para a instrução juvenil, alicerçada na moralidade, no patriotismo e nas instituições políticas e administrativas. Isso ocorria em um contexto em que o país atravessava a ruptura de seus processos democráticos, imerso em uma ditadura que restringia severamente qualquer forma de manifestação da sociedade civil, com particular ênfase na supressão das atividades do movimento estudantil.

O “solidarismo” aqui é apontado como uma “elevada competência moral” que liga o jovem à comunidade, uma tentativa clara do regime de conter a organização coletiva dos estudantes e verter isso em base política aos militares, “combatendo” a subversão e a rebeldia dos jovens.

Foi o desejo de auxiliar os mestres na tarefa de formar cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres, honestamente aptos para interpretar e defenderem a democracia, suficientemente solidários para atuarem beneficentemente na sociedade brasileira e na sociedade universal, - o agente que inspirou a feitura deste modesto compêndio (MUSSUMECI, 1975, p. 6).

O referido "compêndio" está estruturado em duas partes distintas. A primeira parte, intitulada "Generalidades" focaliza as "noções fundamentais de educação social e cívica" (MUSSUMECI, 1975, p. 5), proporcionando uma base conceitual inicial. A segunda parte, sob o título “O Brasil Social e Político” adota uma abordagem que integra a perspectiva histórica, considerada por Mussumeci como essencial para a compreensão e interpretação dos fenômenos sociais, econômicos e políticos “da hora presente” (MUSSUMECI, 1975, p. 5).

Durante o regime militar, que vigorou de 1964 a 1985, a educação e a propaganda foram fortemente instrumentalizadas pelo Estado para promover uma visão ideológica alinhada com os

interesses do regime. O ensino de “noções fundamentais de educação social e cívica” e a análise do “Brasil Social e Político” podem ser vistos como tentativas de moldar a consciência pública e a percepção histórica de acordo com os princípios e a agenda do regime militar.

A abordagem de Mussumeci, ao enfatizar uma compreensão histórica dos fenômenos atuais, pode ter sido utilizada para justificar ou legitimar a situação política vigente, adaptando a narrativa histórica às necessidades do regime. A "perspectiva histórica" proposta, portanto, poderia ter sido direcionada a consolidar uma visão que minimizasse ou obscurecesse a natureza repressiva da ditadura e a supressão das liberdades civis, apresentando o regime como um guardião da ordem e da estabilidade social.

Logo, a estrutura do "compêndio" e seu conteúdo devem ser analisados com uma compreensão crítica de como a educação foi manipulada durante o período militar. Em vez de promover uma educação verdadeiramente cívica e crítica, o regime utilizou esses materiais para reforçar seu controle sobre a sociedade, moldando a visão histórica e social conforme seus próprios interesses e necessidades políticas.

Considerações Finais

A Ditadura empresarial-civil militar para se sustentar durante mais de duas décadas no poder no Brasil, além de contar com aparato da força repressora do Estado – as forças armadas – também teve como aliada estratégica essencial para se manter assim a aliança dos/com os empresários. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) assume papel determinante no golpe de 1964, financiando candidaturas de empresários, fortalecendo o terror psicológico da população através dos meios de comunicação e interferindo na formação ideológica por meio da educação. Neste artigo trouxemos alguns exemplos de como o IPES atuou nos bastidores – às vezes como protagonista – para a ruptura do Estado democrático de direito,

A participação do IPES no golpe de 1964 não é inocente, ela atende aos interesses econômicos dessa parcela social que busca ter o controle do aparelho do Estado até os dias atuais, seja atuando diretamente na política do congresso e legislações locais, seja incidindo em reformas de cunho neoliberais nas décadas seguintes. No contexto ditatorial, no caso, a formação de uma mão de obra preparada para atender às demandas do mercado emergente, sobretudo empresarial, que fosse instruída a obedecer, apertar botões e não questionar: “formar, cultivar e disciplinar”. O modelo tecnocrata de educação atenderia assim aos interesses dessa elite, que estava mais preocupada com próprios

interesses econômicos que necessariamente com um modelo educacional que emancipasse criticamente a população.

As disciplinas cívico-militares, como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira foram instrumentos utilizados por esse modelo educacional, esvaziadas de conhecimentos técnico-científicos e carregadas de um patriotismo demasiadamente apelativo e religioso. A educação, usada como instrumento de formação social coletiva, neste caso para além de “formar”, propagandeava ideias e valores de uma ditadura e construía uma imagem “idealizada” de um regime político que camuflava suas fissuras como a corrupção, a censura e a perseguição aos opositores políticos.

O mercado editorial de livros didáticos – vale destacar – foi um dos principais entusiastas das reformas educacionais nas décadas de 1960 e 1970 na oferta das disciplinas cívico-militares, seja pelo alinhamento ideológico de sua equipe editorial, seja pela barganha econômica obtida pelo faturamento da circulação de suas obras pelo país, não à toa empresários do ramo editorial assumiram uma árdua defesa na formulação de diretrizes curriculares voltadas para essas disciplinas, sem sequer esconder suas intenções do seu público, caso da Editora do Brasil S.A, que nesse período específico passou por um processo de expansão bem significativo.

Da perseguição política à formação ideológica da população, todos elementos acima faziam parte do que se entendia como Doutrina de Segurança Nacional, conceito utilizado durante a Guerra Fria para caracterizar um conjunto de iniciativas que visavam combater a “ameaça comunista” nos trópicos e nos países de zona de influência estadunidense. Neste caso brasileiro, além das denúncias e censuras de potenciais atores subversivos, a formação ideológica se fazia essencial para uma sociedade “solidária” e alinhada aos interesses do regime político em questão. Logo, a educação foi instrumentalizada não visando a emancipação do ser através do aprendizado, mas sim a propagação contínua de valores ufanistas e conservadores promovida por empresários, militares e religiosos católicos nas escolas, buscando atender aos seus próprios interesses.

Referências bibliográficas

ABREU, V. K; FILHO, G. I. A Educação Moral e Cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas – SP: Editora Unicamp, n. 24, p. 125 – 134, dez. 2006.

- BRAGHINI, K. M. Z. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá – PR: EDUEM, v.12, n.3, p. 153-166, dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 72, p. 51, dez. 1961.
- _____. Indicação s/nº/1962, de 24 de abril de 1962, Câmara de Ensino Primário e Médio (CEPM), Conselho Federal de Educação (CFE). **Normas para o Ensino Médio**. In: Documenta nº1, Rio de Janeiro, mar. 1962.
- _____. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 81, p. 209, set. 1969.
- _____. Lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993. **Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 105, p. 1317, set. 1993.
- DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 3ª edição, 1981.
- FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.
- FUINI, Pedro. Ditadura decreta o Ato institucional nº5. **FFLCH USP**, São Paulo, 13 de dez. de 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/42239>. Acesso em: 02 de jul. de 2024.
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 – 1991**. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2ª edição, 1994.
- MARTINS, M. C. As humanidades em debate: a reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, M. A T.; RANZI, S. M. F (Orgs.). contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- MARTINS, M. C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. In: **Educar em Revista**. Editora UFPR, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.
- MOURA, Yagoo. Sessenta anos do golpe de 1964: balanço historiográfico e perspectivas para novos estudos. In: **Germinal - Marxismo e Educação em debate: Dossiê - Trabalho, ciência & tecnologia:**

ofensiva capitalista e as lutas por práxis emancipatória. Salvador – BA: v. 16, n. 1, p. 147-166, abr. 2024.

MUSSUMECI, Victor. **Organização Social e Política Brasileira**: Elementos de Educação Moral, Social e Cívica. Guarulhos – SP: Editora do Brasil, 1975.

SANTOS, J. S. A Repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. In: **Aurora - Revista de Ciências Sociais**. Marília – SP: Editora Unesp, v. III, n. V, p. 101 – 108, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

TOSCAN, S. P. A Doutrina de Segurança Nacional e seu legado antidemocrático. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 11., 2020, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2020.

“Nossa geração teve pouco tempo, começou pelo fim”: a escrita autobiográfica de Alfredo Sirkis a partir da anistia de 1979 e as memórias da guerrilha perdida

“Our generation had little time, it started at the end”: Alfredo Sirkis' autobiographical writing after the 1979 amnesty and the memories of the lost guerrilla

Caio Brito Barreira

Doutorando em História

Universidade Federal do Ceará (UFC)

caioabarreira@historia@gmail.com

Recebido: 15/08/2024

Aprovado: 11/10/2024

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a análise da produção autobiográfica de Alfredo Sirkis a partir do livro, sua edição original e reedições, *Os Carbonários*. A problemática central dessa análise, tendo como metodologia primordial o trabalho com os livros como documentos históricos a partir de Chartier, é a relação da escrita autobiográfica de Sirkis com a redemocratização brasileira e a mobilização da memória sobre o período da ditadura civil-militar de 1964. Para isso, utiliza-se do conceito de “pacto autobiográfico” de Philippe Lejeune e suas relações com a produção de uma escrita sobre o passado que versa com a ideia de representação do real. A grande questão é então, historicizar o local da autobiografia como uma representação do passado na sociedade brasileira, em como esse “pacto” sofre tensões, rupturas e permanências a partir dos processos de anistia e redemocratização dentro da obra de Sirkis.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; autobiografia; anistia.

Abstract: This article aims to analyze the autobiographical production of Alfredo Sirkis based on the book, its original edition and reissues, *Os Carbonários*. The central problem of this analysis, using Chartier's work with books as historical documents as its primary methodology, is the relationship between Sirkis' autobiographical writing and Brazil's re-democratization and the mobilization of memory about the 1964 civil-military dictatorship. To do this, we use Philippe Lejeune's concept of the “autobiographical pact” and its relationship with the production of writing about the past that deals with the idea of representing the real. The main question, then, is to historicize the place of autobiography as a representation of the past in Brazilian society, and how this “pact” suffers tensions, ruptures and continuities from the processes of amnesty and redemocratization within Sirkis' work.

Keywords: Civil-military dictatorship; autobiography; amnesty.

Introdução

O objetivo central aqui desenvolvido se relaciona com a problematização de narrativas sobre o passado organizadas a partir da escrita autobiográfica de Alfredo Sirkis. Com isso, não pretende-se simplesmente descrever ou explicar os contextos da obra ou vida do autor por si só, mas sim entendê-las como produções intelectuais de seus períodos; relacioná-las com processos históricos que estão imbricadas; e, a partir daí, discutir as relações da sociedade brasileira com o passado autoritário de nossa nação.

Nosso recorte histórico dentro dessa problematização é então dividido em duas noções: o tema das obras e os períodos em que foram escritas. Sirkis possui uma autobiografia intitulada “Os carbonários” que foi publicada pela primeira vez em 1980, porém também utilizamos como fonte as reedições dessa mesma obra entre 1981 e 2014, totalizando 8 exemplares diferentes. A partir de CHARTIER (2014) entendemos o livro como uma produção histórica por si só, não apenas como o veículo ou suporte de sua mensagem (o texto narrado). A narrativa do livro está envolvida e envolve suas capas, quartas capas, textos de prefácios, contracapas, orelhas, resumos, notas de rodapé, documentos em anexos; todos com intenções de autor e de editoração voltadas ou não ao mercado. Esses textos contidos nos livros são historicizáveis aqui a partir do momento em que todos os exemplos dados acima sofrem diversas alterações nas 8 edições diferentes de “Os carbonários”, problematizar essas mudanças é uma das nossas principais metodologias de análise. Procuramos, então, a partir desse exercício, costurar um panorama de indicações que pode nos auxiliar a entender os processos de escrita de si de Alfredo Sirkis sobre a memória da resistência contra a Ditadura Militar, para, assim, produzir um novo entendimento sobre a sociedade brasileira que elaborou, consumiu e consome essas narrativas.

Voltei nove anos depois, num dia de sol. Rio quarenta graus.
O computador me deu uma colher de chá, o tira devolveu meu passaporte e gozou:
“Agora que tu vai ficar complexado, né rapaz? Não damos mais bola prá ti.”
Complexado pela prescrição da minha “periculosidade”? Nem tanto. Me senti apenas anistiado e feliz, até segunda ordem. (SIRKIS, 1980, p. 3)

A primeira edição do livro de Alfredo Sirkis³ é iniciada com um texto assinado pelo próprio autor, datado de 30 de abril de 1980, e intitulado “pré(pós)fácio”. Consiste em uma narrativa de duas

³ Alfredo Sirkis é natural do Rio de Janeiro, participou na juventude da resistência contra a Ditadura Militar, após a anistia e a redemocratização deu continuidade sua participação política no Brasil como autor e político ambientalista. A grafia de seu sobrenome aparece como “Syrkis” em seus livros da década 1980 e como “Sirkis” a partir dos anos 2000, não

páginas e meia sobre o seu retorno ao Brasil após a anistia de 1979 e, como podemos ver no trecho acima, é iniciado com o exato momento em que o autor chega ao País. O prefácio é permeado pelos seus sentimentos com esse retorno, e é iniciado já com um conflito com o regime militar ainda institucionalizado. Sirkis, e outros militantes em retorno, foram anistiados, mas voltam sob governo ditatorial, existe aí um mal-estar explícito na escrita: “agora que tu vai ficar complexado, né rapaz?”.

Ao falarmos de anistia no Brasil, principalmente quando comparamos com outras ditaduras da América Latina, é corriqueiro esse asterisco⁴, o retorno em plena ditadura, mesmo que uma ditadura em abertura, está permeado por esses sentimentos agrídoces. A narrativa de Sirkis, por exemplo, é marcada pelo “pós”, pelo retorno. A escrita do livro é iniciada ainda em exílio no final dos anos 1970, mas suas revisões finais e edição são produções em um Brasil anistiado pela própria Ditadura. Isso é demarcado já no primeiro prefácio:

Mas a luta continua. Taí o regime com seu jogo de cartas marcadas, suas recaídas, suas doses cavaleares de arbítrio, supostamente residual. Taí essa classe dominante com sua mentalidade escravocrata e seus arroubos totalitários de enrubescer as bochechas rosadas qualquer burguês europeu ou ianque no seu próprio país (aqui dentro é onde eles fazem e acontecem como se estivessem atrasados de século). Taí a corrupção onipresente e a violência nas ruas contra o povo e do povo se assaltando, roendo o próprio fígado como um Prometeu que dispensa abutres. Taí a miséria, o abandono, a crise do modelo, a conta que vai a 60 bi. (SIRKIS, 1980, p. 5)

Entendemos a anistia de 1979 como um ponto central na produção autobiográfica brasileira sobre as ditaduras civil-militares na América Latina do século XX para além do marco editorial em si, que foi expresso principalmente devido ao “retorno” e a vontade de narrar, mas por ser possível analisarmos as relações desses sujeitos históricos, testemunhas do processo ditatorial em retorno, com a produção de memória sobre o período durante a sua reabertura, justamente quando os militares não “dão mais bola” para os anistiados. Como essa nova relação pode ser uma nervura nas relações entre as escritas autobiográficas e a verdade testemunhal?

Este artigo trata da problematização sobre os anos de “transição” política entre a Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985), costumeiramente chamado de “abertura” (MOTTA, 2021, página 246), e

conseguimos identificar nenhuma explicação para tal alteração. Faleceu no dia 10 de julho de 2020 em decorrência de um acidente de carro. Sirkis também foi vencedor do prêmio Jabuti, em 1981, com a obra *Os Carbonários*.

⁴ “Apesar dos indícios de ampla atividade política pela anistia, por parte de militantes, naquele período, pouco dessa atuação se dá a conhecer no contexto presente, em que o debate sobre o processo de abertura e redemocratização estão novamente em pauta, especialmente com a institucionalização da Comissão Nacional da Verdade pelo Governo Federal. Setores dos movimentos de direitos humanos, da Justiça e do próprio Governo Federal disputam com os militares, e também entre si, o direito de rediscutir a Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso há 33 anos. Famílias de militantes torturados pelo regime levam seus algozes aos tribunais, a fim de obter o reconhecimento de sua culpa.” (DUARTE, 2012, p. 254)

a Democracia brasileira. Entretanto, uma das grandes questões para a pesquisa é estudar como a memória produzida, através das autobiografias, nos quatorze primeiros anos do século XXI sobre a “abertura” também é em si um movimento social e histórico.

Para isso, utilizamos três fontes para além da produção de Sirkis, elas representam “nós” centrais na trama que traçamos que não coincidentemente chega ao seu “fim” em 2014, com os 50 anos do golpe. A data é a marca da publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade da última edição de *Os Carbonários*. São elas: a lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como “Lei da Anistia” (BRASIL, 1979); a lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, que “Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.” (BRASIL, 1995); e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014a). É importante apontar que o historiador ao tratar de uma “fonte institucional” não trabalha apenas o texto literal inscrito no documento, mas também suas revisões, no caso específico das leis que forma revistas, interpretações e consequências sociais. A lei ou o documento institucional não são escritas fechadas em si, mas sim como produções dialógicas (BAKHTIN, 2016) com a sociedade de seu tempo.

Assim como a tapeçaria possui pontas soltas, também possuem as tramas históricas. MOTTA (2021, p.11) afirma, por exemplo, que o processo iniciado com o golpe de 2016 e que escala para o governo autoritário de Bolsonaro é um desenrolar direto das relações entre a forma como as políticas de memória sobre a Ditadura foram empreendidas nos primeiros anos do século XXI e a própria transição política em si que evitou ao máximo o julgamento de militares e civis envolvidos com o regime.

Neste momento em que escrevemos, no qual forças autoritárias e nostálgicas do regime militar retornaram ao poder e mostram-se dispostas a nele permanecerem por qualquer meio, percebemos o custo da transição política conciliada dos anos 1980, cuja prioridade de acomodar os conflitos bloqueou o devido enfrentamento do legado da ditadura. (MOTTA, 2021, página 274.)

Pensamos esse trabalho como uma forma de entender e estudar justamente o processo histórico de formação dessas pontas soltas na tapeçaria que reverberam na sociedade brasileira. Desse modo, a transição política conciliadora está relacionada as crescentes tensões entre o pacto autobiográfico e as “vontades de saber”.

Os Carbonários: “memórias da guerrilha perdida”

Alfredo Sirkis inicia sua narrativa em outubro de 1967, durante uma manifestação estudantil na cidade do Rio de Janeiro em protesto à ditadura. Uma escrita pessoal e bem pontuada nos conduz por aproximadamente 43 meses da vida política do autor, sua entrada na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁵, os emblemáticos casos dos sequestros dos embaixadores dos Estados Unidos da América e da Alemanha e por fim sua desilusão com a luta armada e o autoexílio para o exterior.

O livro traz descrições profundas sobre os atos políticos do autor, com narrativas elaboradas sobre diversas manifestações em 1967 e 1968, inclusive a *Marcha dos Cem Mil* e diálogos com personagens que na edição mais recente, 2014, são em sua maioria identificados com notas explicativas contando sobre suas profissões no ano da edição, afirmando sua morte ou ainda desaparecimento. Carrega em seu texto uma nostalgia crítica, sempre demarcando seus “erros”, segundo ele mesmo, ou “erros” de seus companheiros.

Os sequestros dos embaixadores⁶ são alguns dos pontos mais trabalhados no livro, são longamente descritos durante vários capítulos, cortados por diálogos entre Sirkis e os embaixadores, em ambos os casos o autor foi o intérprete através do inglês, e entre os militantes. Durante os eventos somos apresentados às angústias do autor perante o belicismo do movimento, inclusive com descrições de sonhos nas noites mal dormidas em que aguardavam as negociações com a ditadura. O autor ainda dedica alguns trechos de sua obra para as figuras de Lamarca⁷ e Iara⁸ seu convívio com os outros militantes da VPR e com o próprio Sirkis.

A narrativa é encerrada após os assassinatos de Lamarca e Iara, já com Sirkis em seu exílio no Chile em busca de dias esperançosos no governo socialista de Allende. O jogo de palavras do parágrafo

⁵ Organização criada em 1968, por ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Seu principal objetivo era lutar e resistir contra a Ditadura Civil-Militar e seu maior líder foi Carlos Lamarca. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6424> Acessado em 5 de março de 2024.

⁶ A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e Alfredo Sirkis como seu integrante, protagonizou o sequestro de dois embaixadores estrangeiros com o objetivo de negociação para a libertação de presos políticos. Foram eles: Charles Elbrick, embaixador dos EUA no Brasil, no dia 4 de setembro de 1969 e Ehrenfried von Holleben, embaixador alemão, no dia 11 de julho de 1970. Ver: <https://memorialdademocracia.com.br/card/40-sao-trocados-por-embaixador-alemao> Acessado em: 06 de março de 2024.

⁷ Carlos Lamarca foi um dos principais líderes da oposição armada à ditadura no Brasil. Militar de formação, desertou em 1969 para lutar contra o regime. Foi considerado pela repressão o inimigo número um do Estado, foi duramente perseguido e assassinado pelos militares em 1971 na chamada “Operação Pajuçara”. Para saber mais ver: <https://memoriasdadtadura.org.br/personagens/carlos-lamarca/> Acessado em: 6 de março de 2024.

⁸ Foi militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Iara Iavelberg foi morta pelo Estado brasileiro no dia 20 de agosto de 1971. Ver: Memorial da Resistência: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/iara-iavelberg/> Acessado em 6 de março de 2024.

final encerra o livro com seu início, lemos esse desfecho como uma referência a experiência histórica e política do próprio autor que não se encerra com sua narrativa. O livro em si teve sua escrita finalizada em 1979, porém a sua narrativa é encerrada com a chegada de Sirkis no Chile em 1971. Para a nossa leitura, o ponto final retomando ao início do livro, no entanto, em diálogo com a nossa pesquisa sobre a trajetória do autor é claro, nos remonta aos acontecimentos no Chile não narrados. A história que culmina com sua fuga da ditadura do Brasil é finalizada com a história de sua fuga da ditadura do Chile⁹, mas com o binômio desespero/esperança invertido: “Chile, anoitecer. Santiago, hora do rush” (SIRKIS, 2014, p. 259).

Uma análise de *Os carbonários* a partir de suas capas

Os Carbonários (SIRKIS, 1980) possui cinco capas diferentes distribuídas em dezesseis edições ao longo de 34 anos, entre 1980 e 2014. As alterações realizadas nas capas são diversas e significativas, elas dialogam também com alterações feitas no próprio texto de Sirkis. Nosso objetivo aqui é problematizar essas mudanças relacionando-as com os processos históricos aos quais elas estão intimamente ligadas, não numa relação de causa e consequência, mas como um entranhamento social, uma malha que envolve processos editoriais, novas escolhas do autor, projeções ou horizontes de leitura, objetivos políticos e disputas de memória. Trama que está intimamente ligada também com o pacto autobiográfico na sociedade brasileira à época de cada publicação.

A primeira capa da obra é composta com uma colagem de uma foto em preto e branco, sobre um fundo vermelho que preenche todo o livro. Acima da fotografia, em letras maiúsculas amarelas pode ser lido o título, “Os Carbrrios”, logo seguido pelo subtítulo em letras minúsculas brancas “memórias da guerrilha perdida”. A folha de referência do livro nos indica que a foto é do arquivo pessoal do cinegrafista Sílvio Da-Rin¹⁰ e foi concedida à editora para a publicação do livro. Na imagem podemos observar a cena de uma passeata em plena ditadura militar. Podemos supor devido ao contorno dos prédios ao fundo, que se trata de uma passeata na cidade do Rio de Janeiro, na regi~]ao

⁹ No dia 11 de setembro de 1973 o Chile sofreu um dos golpes mais violentos da América Latina, com os militares bombardeando o palácio federal e assassinando o presidente democraticamente eleito Salvador Allende. Ver: https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=287 acessado em: 06 de março de 2014.

¹⁰ Cinegrafista carioca autor de diversas obras que versam sobre o cotidiano urbano da cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 1980. É diretor do longa “Hércules 56”, de 2006, que tem como personagens os principais articuladores do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, em 1969, em pleno regime militar. Para saber mais acessar: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/silvio-rin>

da Cinelândia, no centro da cidade, porém não podemos ter certeza de fato, por não conseguimos encontrar nenhuma referência à fotografia nas obras de Da-Rin e nem outros usos da mesma imagem. O livro de Sirkis narra de forma detalhada duas passeatas no Rio de Janeiro, ambas no ano de 1968, as descrições, porém não são referentes a cena em si mostrada na capa, a passeata que culminou com o assassinato de Edson Luís em 28 de março de 1968 e a “Passeata dos cem mil” em 26 de junho de 1968. Seria lógico supor que a imagem possa ser uma referência a um dos dois acontecimentos históricos.

Imagem 01 - capa de *Os Carbonários*, SIRKIS, 1980.



Fonte: arquivo do pesquisador.

São destacadas na imagem três personagens centrais, dois civis e um militar, em uma cena de conflito desesperado no asfalto do Rio de Janeiro. Pensamos ser seguro supor que o próprio Sirkis não é um dos civis, pois, como já comentamos, a cena em si não é descrita no livro, e, além disso, existem

três capas de *Os carbonários* que utilizam a imagem do autor e em todas elas isso é referenciado na ficha catalográfica do livro. É interessante o sentimento de contradição que a capa evoca ao possível observador, os quatro elementos, título, subtítulo, fundo vermelho e foto em preto de branco; podem ser lidos como um diálogo adversativo, como uma ideia de oposição. As memórias são de uma “guerrilha perdida”, porém a cena na capa representa uma semiótica rara de vitória nessa geração, tanto em um possível contexto histórico, apesar da tragédia da passeata do 28 de março, sua mobilização foi inegável na luta contra a ditadura; caso a cena seja referente a Passeata dos Cem Mil sua perspectiva de vitória pode ser ainda maior; como no ato simbólico em si de colocar em quadro um militante resistindo ao militar.

Escurecia. As luzes da Cinelândia pairavam sobre os faróis dos veículos engarrafados. Hora do *rush*. A sinfonia ansiosa das buzinas, o zumbido daqueles besouros metálicos ecoava nos prédios e se perdia na direção do aterro do Flamengo, de onde eu vinha a passadas largas, apressadas.

Atravessei as pistas, entre os carros e segui pelo passeio, vista atenta à multidão que descia dos edifícios se amontoando pelas calçadas, bares, filas de ônibus.

- Será que vem muita gente à passeata? – Cruzei a praça em frente ao Teatro Municipal e os velhos cinemas, rumo ao ponto de encontro do meu grupo. Meu ânimo oscilava: marés de emoção combativa, pontadas do mais genuíno cagaço. (SIRKIS, 1980, p. 15)

Sirkis tece uma trajetória autobiográfica em suas primeiras páginas a partir desse ato, demonstrando como, segundo ele, a ida ao que seria sua primeira passeata seria a culminância de seus anos estudando no Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia (Cap)¹¹ da Universidade Federal do Rio de Janeiro, relata de forma jocosa como seu pai afirmava que graças ao colégio o filho teria trocado “no quarto, retrato de John Fitzgerald Kennedy pelo de Ernesto Che Guevara” (SIRKIS, 1980, p. 17). Essa é uma estratégia utilizada por diversas vezes ao longo das páginas de *Os Carbonários*, o autor constrói sua história durante os eventos ligados aos “anos de chumbo” ao mesmo tempo em que narra momentos de sua infância e adolescência que teriam relações com suas ações durante a resistência contra a ditadura, ou mesmo auxiliariam na compreensão de sua história.

¹¹ Projeto de extensão da UFRJ criado em 1948 com o objetivo de propiciar um ambiente pedagógico crítico e construtivo para alunos de licenciaturas da Universidade. Para saber mais acessar: <https://cap.ufrj.br/index.php/sobrecap/historico>

Carbonários: “conspiradores e guerreiros derrotados”

O título central pode não significar nada à maioria dos leitores brasileiros, os próprios autor e editores tinham alguma ideia disso pois fizeram questão de colocar em todas as edições um pequeno texto anterior ao prólogo onde é explicada a origem da nomenclatura:

“Os carbonários apareceram no início do século XIX em vários reinos da futura Itália. Formavam sociedades secretas, combatiam a tirania e o imperialismo austro-burbônico. Eram os tempos da restauração: da Europa normalizada de Metternich e a ordem monárquica da Conferência de Viena, que pairavam sobre os escombros da Revolução Francesa e da era napoleônica. As sociedades carbonárias eram constituídas por jovens aprendizes, oficiais e suboficiais dos exércitos italianos, profissionais liberais, artesãos e padres do campo. Participaram das revoltas de 1820, em Nápoles, 1821, em Piemonte, e 1831 na Emília Romagna, todas esmagadas.” (SIRKIS, 1980, p. 9.)

A escolha do título, que permanece presente durante todas as edições e reedições da obra, o subtítulo é alterado em 2014, pode representar a relação de Sirkis com sua própria história e sua escrita de si. Além do significado histórico dos *Carbonários*, temos ainda a forma como o autor escolheu elaborar esse significado em seu texto: definindo o grupo do século XIX como sociedades secretas que combatiam a tirania, mas foram *esmagadas*.

O subtítulo da obra possui um sentido menos hermético: “memórias da guerrilha perdida”. Pensando a expressão em diálogo com a foto, um leitor leigo poderia deduzir que o livro trata da ditadura militar brasileira e das diversas guerrilhas utilizadas no período como estratégia de resistência. Esse diálogo, contudo, como já afirmado, é construído de forma adversativa, contraditória. A obra trata das memórias da derrota, mas a fotografia representa um raro triunfo da resistência contra a repressão, diferente de muitas imagens icônicas do período em que vemos civis sendo violentamente agredidos por militares, nesta o sujeito civil está revidando, está em posição ativa de resistência, “*carbonário*”.

A lei da anistia havia sido aprovada no dia 28 de agosto de 1979¹² após um período de fôlego preso e ansiedade, muitos refletiram sobre a anistia como uma armadilha para prender os exilados, os

¹² “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.” (BRASIL, 1979). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=LEI%20No%206.683%2C%20DE%2028%20DE%20AGOSTO%20DE%201979.&text=Concede%20anistia%20e%20d%C3%A1%20outras,Art.

militantes e revoltosos contra o sistema ditatorial iniciaram sua lenta volta à pátria que os tinha expurgado, como afirma MOTTA:

Os grandes líderes da oposição de esquerda voltaram em setembro e outubro de 1979, com destaque para Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes. O retorno desses e de outros exilados ilustres gerou recepção entusiasmada e festiva, além de renovar a esperança no campo das oposições. (2021, p. 286)

O mesmo processo, porém, havia perdoado militantes e militares, um acontecimento adversativo como a capa de Sirkis. O autor retorna ao Brasil, após quase uma década, com um “gosto amargo na boca” tentando não ser o “homem que quer, mas se esquece”¹³, com a intenção de publicar suas memórias autobiográficas escritas durante essa década, mas que trazem no título o epíteto “perdida”. Pensamos a partir de MOTA (2016) no conceito de “acomodação” como uma chave de leitura para problematizarmos esse “amargo”, a derrota dentro dos processos de distensão da ditadura.

O caso da anistia é emblemático da transição brasileira, em que as disputas foram temperadas com acordos e acomodações. (...) E o bizarro “autoperdão” para os agentes do Estado prevaleceu, inclusive porque a maioria da oposição, preocupada com problemas mais prementes, o tratou como tema secundário. A demanda de que os agentes repressivos fossem julgados por seus crimes, defendida por uma parte do movimento pela anistia, encontrou pouca viabilidade devido ao frágil apoio político e à presença dos militares no comando do Estado. (...) A acomodação que prevaleceu no processo de anistia, sobretudo envolvendo as elites políticas e sociais, apesar do protesto de um setor da oposição, acabou pavimentando o caminho para situações semelhantes, que seriam a marca da transição brasileira. (MOTTA, 2021, p. 285.)

A percepção comum era de que o regime se encaminhava para o seu desfecho, porém o sentimento expresso na capa e no livro de Sirkis é a derrota, a resignação de que não pode-se retirar a elite militar e política do controle da distensão “lenta, gradual e controlada”.

As alterações nas capas de Os Carbonários: do arquivo público ao acervo do autor

No ano de 1994, quatorze anos após a sua primeira edição, a obra ganha uma nova capa reformulada:

¹³ Trechos retirados da música *As profecias*, de Raul Seixas lançada em 1978.

Imagem 02 - capa de *Os Carbonários*, SIRKIS, 1994.



Fonte: arquivo do pesquisador.

A imagem agora está inteligível através das sombras, dos seus sujeitos centrais não podemos apreender característica alguma além do ato de empunhar faixas e cartazes. Pode-se imaginar que continuamos nos cenários de passeatas descritos no livro, mas diversas outras composições estão abertas. As faixas, superior e inferior, poderiam ser, por exemplo as clássicas foices empunhadas por trabalhadores do campo nas imagens registradas das Ligas Camponesas, organizações de trabalhadores camponeses criadas no final dos anos 1940 que adquiriram força renovada nos anos 1960 (MONTENEGRO, 2012, p. 391), ou mesmo uma referência aos carbonários clássicos do século XIX.

Imagem 03 - Ligas Camponesas, autor desconhecido.



Fonte: Arquivo Documentos Revelados. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/camponeses-sao-libertados-no-rs-quando-1-lei-trabalhista-rural-faz-60-anos>

A origem da imagem da capa permanece desconhecida pela pesquisa até o momento de escrita deste teste, ao investigarmos o nome referenciado como responsável por sua elaboração, Claudio Alves Mesquita, não encontramos nenhuma entrada, trabalho ou pesquisa. É interessante como o título central agora passa para a cor vermelha, em nossa cultura política ligada às esquerdas e ao comunismo (MOTTA, 2002). A capa traz ainda, não obstante, a mesma ideia de contradição na representação de uma heroica resistência que foi derrotada em seu tempo.

A décima terceira edição de *Os Carbonários* não possui grandes alterações, se comparada com as anteriores, para além da capa e quarta capa. A cor do livro passa de vermelho para branco e o título de amarelo para vermelho. No corpo da obra percebemos alterações na fonte do texto, mas não no conteúdo escrito em si. Para além disso, os dizeres “prêmio jabuti” são grafados logo abaixo do nome do autor na capa. O prêmio, já era considerado em 1994 como um dos maiores reconhecimentos nacionais ligados a escrita e publicação de livros.

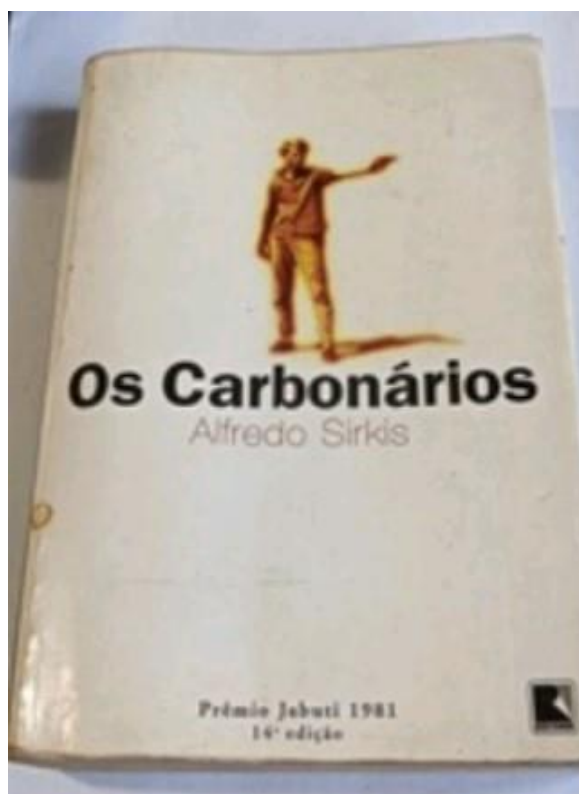
O Prêmio Jabuti foi criado em 1958, por iniciativa da Câmara Brasileira do Livro. Nesse período de existência, houve muitas mudanças, como por exemplo, o número de

categorias. Segundo o Regimento Interno, de 1959, eram apenas sete categorias de premiação: literatura, capa e ilustração, editor do ano, gráfico do ano, livreiro do ano e personalidade literária. Com o passar dos anos, o Prêmio Jabuti foi tomando uma dimensão maior, tornando-se “patrimônio nacional” (Prêmio Jabuti, online), como se autodenomina no site oficial. Cada categoria conta três jurados especializados na área de avaliação, que definem a lista de premiados em: primeiro, segundo e terceiro colocados. (VAZ, 2014, p.15)

O seu destaque na capa pode ser considerado uma estratégia de *marketing* para incentivar as vendas do livro em 1994.

Em 1998 temos uma alteração editorial da obra e agora uma alteração significativa pode ser observada na capa décima quarta edição, agora em uma nova editora, a *Record*:

Imagem 04 - capa de *Os Carbonários*, SIRKIS, 1998.



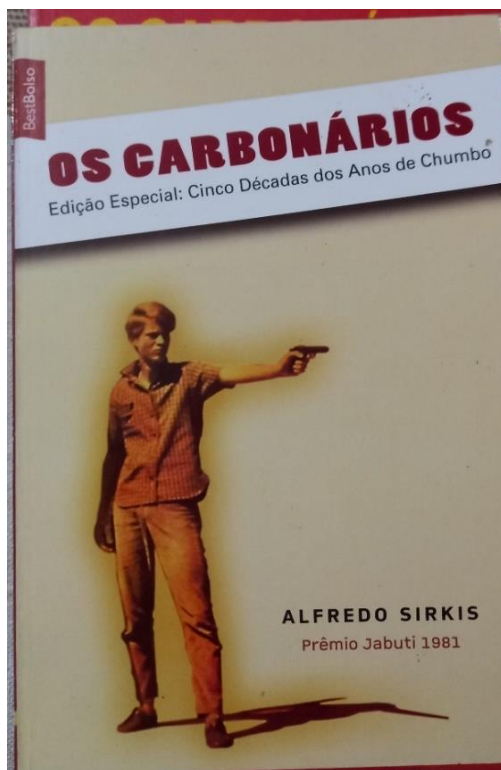
Fonte: arquivo do pesquisador.

A nova capa agora possui o fundo inteiramente branco, outras alterações também nos chamam atenção: o título é escrito agora em fonte preta, com somente as letras iniciais em maiúsculo; fora suprimido da capa (não somente, mas de qualquer referência interna do livro) o subtítulo “memórias da guerrilha perdida”; a imagem agora representa o próprio Alfredo Sirkis e é originária de seu acervo

(está referenciada na contracapa como “Sirkis treinando tiro ao alvo, em 1969”). Pensamos a supressão do subtítulo e a foto do autor como as alterações mais relevantes para a nossa problematização histórica. O livro agora não é mais uma contradição entre o ato de resistir, a rara vitória representada na imagem, dos militantes, e a derrota da guerrilha. Sirkis está altivo com o braço esticado, aponta para o horizonte em desafio e insurgência.

As expectativas de leitura e as relações com o Pacto Autobiográfico são completamente diferentes da capa original ou mesmo da segunda capa, de 1994. A primeira mensagem do livro não é mais a tensão entre a perda e a vitória. Agora a história é descortinada sob a ótica da ação, do movimento representado pelo ato de estender o braço e praticar tiro ao alvo. Tal ambientação continua sendo utilizada até as capas mais atuais da obra, em suas reedições de 2007 e 2014, o subtítulo também continua sendo suprimido.

Imagem 05 - capa de *Os Carbonários*, SIRKIS, 2014.



Fonte: arquivo do pesquisador.

A nova capa de 2014, além de suprimir o subtítulo original, acrescenta um novo exclusivo dessa reedição: “Cinco décadas dos anos de chumbo”. O ano em questão foi marcado por diversas publicações e reedições de textos acadêmicos e autobiográficos referente à efeméride dos 50 anos do golpe de 1964.

O novo “subtítulo”, assim, além de representar uma questão editorial, é uma demarcação narrativa sobre as disputas de memória referentes ao Golpe e às décadas de ditadura, também podemos discutir essa demarcação no novo prefácio exclusivo dessa mesma edição. Nele estão representadas duas personagens, a primeira é o próprio autor, o prefácio em si é também escrito em estilo autobiográfico. A segunda personagem é Nilton de Albuquerque Cerqueira, ex-comandante do Destacamento de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em Salvador e chefe da *Operação Pajussara*¹⁴, ação que assassinou 6 militantes do MR-8, incluindo Carlos Lamarca e Iara Iavelberg (BRASIL, 2014c, página 196.)

Mil anos depois, em 1996, num pátio do Quartel Central do Corpo de Bombeiros, já secretário de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro, recebi uma medalha, uma homenagem pela minha colaboração com o destacamento de Bombeiros que combatem incêndios florestais, no Parque Nacional da Tijuca. Solenidade de ritual militar, e eis que, para minha surpresa, surge o então secretário de Segurança do governo do estado do Rio de Janeiro, para me entregar a condecoração. O general Nilton Cerqueira se aproximou com a medalha na mão e prendeu-a na lapela do meu paletó branco de listrinhas. Protocolarmente cumprimentou-me pelos serviços prestados aos soldados do fogo. Trocamos um seco aperto de mão. Não senti ódio, rancor ou raiva. Não senti simplesmente nada pelo homem que matou meu amigo Carlos Lamarca. Apenas um tremendo constrangimento, acredito, compartilhado. Lá estávamos nós, vinte e seis anos depois, ambos autoridades, num país diferente. (SIRKIS, 2014, página 12.)

É impactante a forma como Sirkis representa o encontro com o homem que participou e comandou as operações que culminaram com os assassinatos de muitos de seus companheiros, estando o mesmo envolvido diretamente em pelo menos um deles. O autor sente a necessidade de representar seus sentimentos perante a cena, de surpresa pelo acontecimento “inusitado”, as *ausências* de ódio, rancor ou raiva. Marca a forma como Sirkis representa o ausente pela afirmação, o autor poderia ter utilizado a palavra *indiferença* ou seus vários sinônimos, ao invés disso faz questão de demarcar, no papel pela tinta, aquilo que não sente.

¹⁴ Ver arquivo virtual FVG-CPDOC, verbete CERQUEIRA, Nilton. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cerqueira-nilton> > Acessado em 03 de janeiro de 2022.

Lemos a referida passagem sobre uma ótica dialógica entre as metodologias históricas e a psicanálise lacaniana através de CERTEAU (2011, página 179.). A palavra escrita ou falada, para Lacan, sempre é uma expressão positiva, mesmo quando em conjunto de um advérbio de negação. Ao analisarmos o “não ódio”, “não rancor” ou a “não raiva”, podemos indicar então uma necessidade do autor, relacionada, assim supomos e problematizamos, com um conjunto de fatores sociais e históricos de demarcar essas três emoções. Traçamos então uma das discussões centrais do artigo como a emergência dessas três emoções, semelhantes entre si, mas com nuances importantes, no discurso de Sirkis e sua relação com o processo histórico referente as tensões e fissuras entre no “pacto autobiográfico” como uma representação do “passado real”.

Resumos e resenhas: Os carbonários nas edições e reedições de quarta capa

Na introdução de seu *Seul* [Limiares], Gérard Genette define o paratexto como um “vestíbulo”, uma “orla”, ou uma “zona não só de transição, mas também de *transação*: um lugar privilegiado de pragmática e estratégia, de influência sobre o público [...] que [...] está a serviço de uma recepção melhor para o texto e uma leitura mais pertinente do mesmo.” E vai adiante para observar: “Os meio e modos de um paratexto mudam continuamente, dependendo do período, cultura, gênero, autor, obra e edição. Com graus diversos de pressão, às vezes variando amplamente.” (CHARTIER, 2017, p. 235)

A quarta capa de um livro, tendo aqui o livro como uma obra tipográfica na contemporaneidade ocidental¹⁵, é o texto, ou conjunto de textos, que encerra uma obra impressa. Ela está presente na cultura editorial brasileira do final do século XX e início do século XXI em diversos gêneros literários, acadêmicos e jornalísticos. Também é amplamente utilizada no nosso recorte específico das autobiografias. Das 24 edições e reedições de autobiografias analisadas aqui, 23 possuíam algum tipo de paratexto, como define Chartier, em suas quartas capas. Entre eles podemos ler resumos das obras feitos por editores não nomeados diretamente no paratexto em si, resenhas nomeadas realizadas por jornalistas, historiadores, críticos literários e outros escritores (por vezes personagens das mesmas obras), e resumos recortados da própria autobiografia.

A citação destacada acima nos é cara pela análise do autor sobre o local desses textos dentro de suas obras, um local, como afirma Chartier, historicizável e em permanente movimento, e sua relação com a sociedade onde a escrita e a edição foram realizadas, mas mais importante onde a leitura é projetada. Caracterizar a sinopse de quarta capa como uma “zona de transação” é entender a leitura

¹⁵ Ver “O que é um livro?” em CHARTIER, 2014, p. 102.

de um livro como um ato social e histórico, portanto é em conjunto pensar a própria escrita e edição das autobiografias como um processo historicizado.

Comparar as quartas capas de edições diferentes da mesma obra, de obras diferentes publicadas na mesma década, no mesmo ano ou com diferenças de vinte anos, essa é a empreitada de estudo sobre essa zona de transição e em como podemos a partir do seu esforço de produção, que passa pelos autores e editores, problematizar as diversas relações entre o pacto autobiográfico, os trabalhos da memória e a leitura social da autobiografia.

Analisando os prefácios, posfácios e sinopses de quartas capas, podemos inferir uma preocupação em afirmar a veracidade da narrativa, uma relação com os documentos, com os profissionais que elaboram o passado (historiadores e jornalistas) e com a narrativa testemunhal propriamente dita. Podemos selecionar como exemplo, a título de comparação, a reedição de 2014 do livro de Gorender, *Combate nas Trevas*, publicado originalmente em 1987. O autor foi militante do PCB nos anos 1950 e 1960, durante a ditadura militar foi preso e torturado por se opor ao regime, em 1987 escreve pela primeira vez suas memórias.

Este livro nasce da fusão de uma extensa pesquisa historiográfica e da experiência do autor em sua luta contra a ditadura civil-militar que assolou o Brasil a partir de 1964. Jacob Gorender reconstrói as condições sociais e políticas à época do golpe, para depois analisar as diversas organizações de esquerda que se formaram ao longo destes anos – cujo ponto comum era a luta contra a ditadura de “trevas” –, evidenciando não só suas potencialidades, mas também os seus limites. Passados 50 anos do golpe civil-militar, este livro – originalmente publicado em 1987 – ainda guarda grande atualidade tanto por reconstruir o fio da memória histórica do país e da luta da classe trabalhadora, quanto por trazer elementos para uma necessária avaliação e (auto)crítica das organizações de esquerda à época. Tema que interessa tanto a pesquisadores quanto àqueles comprometidos com a transformação da realidade brasileira. (GORENDER, 2014).

Na quarta capa de GORENDER, citada acima, a “experiência” do autor vem em conjunto de uma “extensa pesquisa historiográfica”. Não podemos deixar de considerar as diversas aberturas de arquivos sobre a ditadura¹⁶ militar, de 1964, características da segunda metade do século XXI, bem como as pesquisas e discussões ligadas às efemérides dos 50 anos do golpe em 2014, porém, como problematizamos ao longo deste trabalho, além dessa abertura característica, ainda em processo

¹⁶ Em 2009 foi fundado o Banco de dados Memórias Reveladas que reúne informações sobre o acervo arquivístico relativo à repressão política no período 1964-1985 custodiado por diferentes entidades brasileiras, públicas e privadas. Além desse arquivo temos outras iniciativas como a lei de acesso a informação número 12.527 de 18 de novembro de 2011 e os processos relacionados a escrita do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

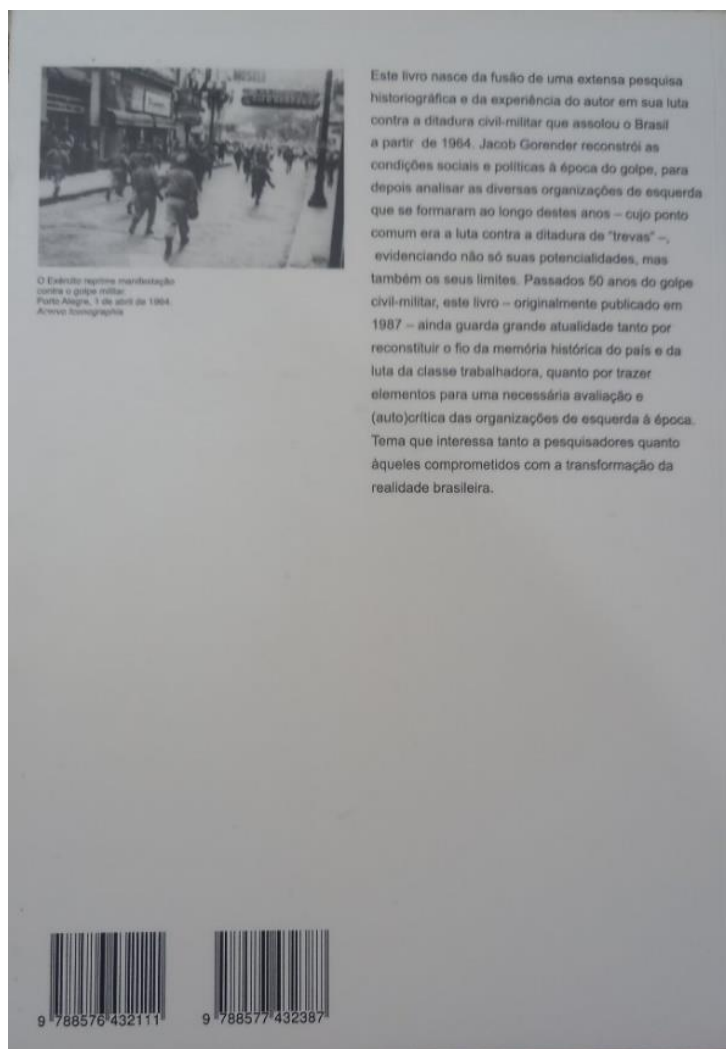
mesmo na sociedade “pós-pandemia”, há uma necessidade singular em amparar o “desnudar” da cicatriz com os novos documentos e as narrativas historiográficas. Vale ressaltar também essa dita “autocrítica da esquerda” proposta no paratexto. Tanto Gorender como Sirkis escrevem sob um lugar de muita crítica aos movimentos de resistência armada contra a ditadura. Para os dois, a “violência” da esquerda foi contraproducente em diversos momentos, Sirkis, por exemplo, também joga com a hipocrisia de um movimento contra o autoritarismo ser “autoritário” em certos momentos. Essas opiniões dos autores são localizadas nos processos de redemocratização e vinda de sujeitos históricos que presenciaram a luta armada ser criada e falhar no Brasil. Este artigo não compactua com tais juízos de valor, apesar de entender seus contextos de produção.

O texto não possui nomeação clara no livro, mas podemos supor que não foi escrito pelo próprio Gorender, o autor faleceu em 2013 e a edição aqui analisada, da Expressão Popular¹⁷ de 2014. Assim, supomos que sua escrita foi pensada pelo editor da obra e aprovada pela família do autor ou algum sujeito em controle de sua obra intelectual para a publicação. O paratexto é sustentado por um fundo completamente branco, a estrutura da capa é dividida em duas colunas: na direita está impresso o texto de resumo, justificado para a esquerda e escrito em fonte reduzida; a esquerda uma foto do 1 de abril de 1964 intitulada “Exército reprime manifestação contra o golpe militar”¹⁸. Imagem e texto uma ao lado da outra em um diálogo não referenciado textualmente.

¹⁷ “A Editora Expressão Popular foi fundada em 1999. Uma iniciativa popular para produzir livros de qualidade e a preços acessíveis. Para atingir este objetivo, contamos com a solidariedade de todos os autores e autoras por meio da cessão dos direitos de criação, traduções ou imagens, da colaboração voluntária em etapa da produção do livro, parcerias editoriais e coedições. É o nosso compromisso com a construção de um novo mundo.” Ver: <https://expressaopopular.com.br/a-editora/> Acessado em: 6 de março de 2024. A editora possui uma linha editorial ligada as discussões progressistas, com a tradução de diversos teóricos do socialismo, anarquismo e pensadores sociais anticapitalistas contemporâneos.

¹⁸ Imagem do jornalista Vladimir Sacchetta, do Acervo da Fundação Perseu Abramo.

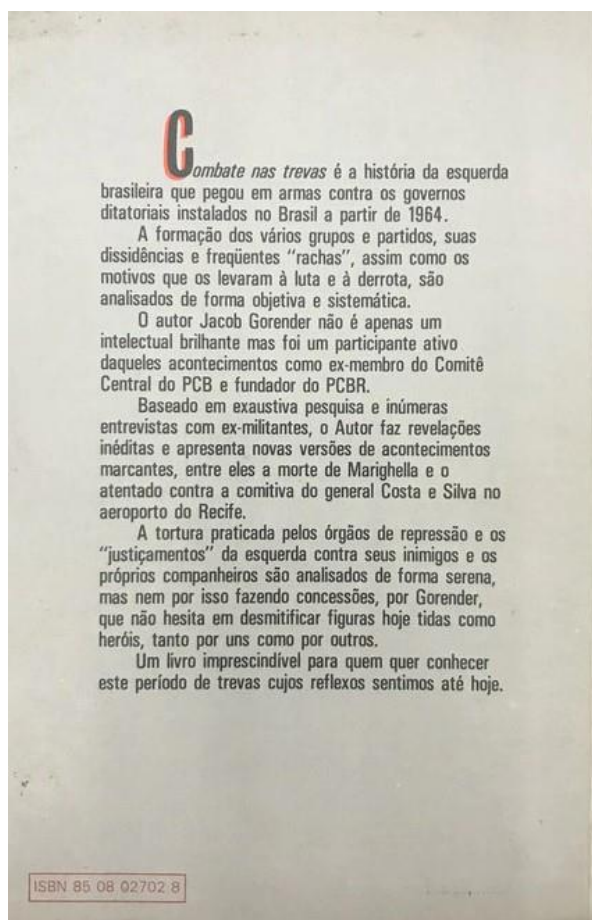
Imagem 06 - Quarta capa de *Combate nas trevas*, GORENDER, 2014.



Fonte: acervo do pesquisador.

Confrontando a quarta capa de 2014 com a primeira edição de 1987 temos um ponto interessante sobre o resumo:

Imagem 07 - Quarta capa de *Combate nas trevas*, GORENDER, 1987.



Fonte: acervo do pesquisador.

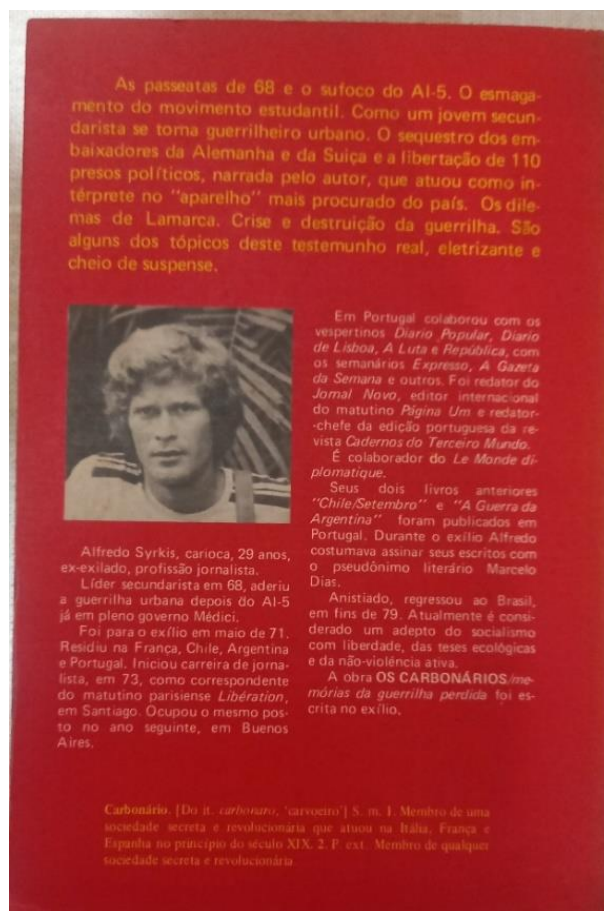
Não há uma justaposição entre texto e imagem ilustrativa. O texto se sustenta por si só. Mais do que isso: o suposto trabalho historiográfico, Gorender nunca possuiu uma formação institucional na disciplina histórica, mobilizado na edição de 2014 em conjunto com as experiências pessoais do autor não é destacado. Ao colocarmos a sinopse da quinta edição de GORENDER (2014) em perspectiva, a sinopse presente na quarta capa da primeira edição de SIRKIS (1980a) podemos destacar ainda mais singularidades nas escritas e edições para a problematização histórica:

As passeatas de 68 e o sufoco do AI-5. O esmagamento do movimento estudantil. Como um jovem secundarista se torna guerrilheiro urbano. O sequestro dos embaixadores da Alemanha e da Suíça e a libertação de 110 presos políticos, narrada pelo autor, que atuou como intérprete no “aparelho” mais procurado do país. Os

dilemas de Lamarca. Crise e destruição da guerrilha. São alguns dos tópicos deste testemunho real, eletrizante e cheio de suspense. (SIRKIS, 1980a)

No texto de 1980, não é referenciada nenhuma fonte histórica ou documental para além do relato do autor, a sua narrativa é suficiente para atestar o passado elaborado na autobiografia. O passado referenciado quase em forma de tópicos na sinopse, a história de Sirkis é deslindada, como os fios de Ariadne, utilizando novamente uma metáfora grega, em ordem cronológica, a narrativa é posta como óbvia e familiar a todos. A quarta capa possui um plano de fundo vermelho vivo, o trecho é acima inicia a disposição gráfica de modo justificado e centralizado, a fonte é destacada pela cor amarela. Abaixo do resumo estão ainda uma pequena biografia do autor, sem autoria atribuída, provavelmente escrita pelo editor, e a sua foto, um autorretrato de 1968 do arquivo do próprio autor.

Imagem 08 - quarta capa de *Os Carbonários*, Sirkis, 1980a.



Fonte: acervo do pesquisador.

A sinopse original da primeira edição do texto de Sirkis está em acordo como o clássico pacto autobiográfico elaborado por Lejeune, onde o leitor, o autobiógrafo e o editor gravitam ao redor da “verdade” como intrínseca à narrativa. O vermelho vivo da cor do sangue demarcado com suas letras amarelas nos evoca, mais uma vez, a cicatriz de Ulisses e seu eco com o passado vivido, a experiência. Para Lejeune esse processo de leitura e escrita está marcado por essa atração, por essa percepção, mesmo que, como expresso de forma mais evidente nos textos de aniversário de vinte e cinco anos do pacto autobiográfico (LEJEUNE, 2014, p.81), de maneira metafórica ou nos meandros do subconsciente, mas a leitura e a “verdade” apontam para o mesmo horizonte de expectativas.

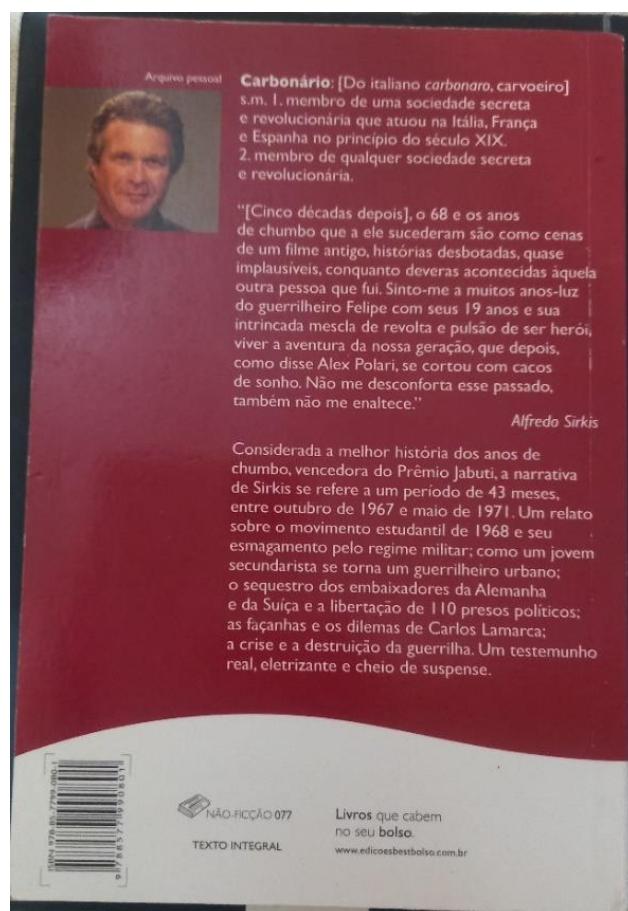
Analisemos agora um novo trecho presente na reedição de 2014 da obra de Sirkis, trata-se também de uma sinopse de quarta capa:

Considerado a melhor história dos anos de chumbo, vencedora do Prêmio Jabuti, a narrativa de Sirkis se refere a um período de 43 meses, entre outubro de 1967 e maio de 1971. Um relato sobre o movimento estudantil de 1968 e seu esmagamento pelo regime militar; como um jovem secundarista se torna um guerrilheiro urbano; o sequestro dos embaixadores da Alemanha e da Suíça e a libertação e 110 presos políticos; as façanhas e os dilemas de Carlos Lamarca; a crise e a destruição da guerrilha. Um testemunho real, eletrizante e cheio de suspense. (SIRKIS, 2014a)

Os dois textos são finalizados de forma bastante semelhante, a partir dos adjetivos “real”, “eletrizante” e do substantivo adjetivado “cheio de suspense”. Pensamos que a versão original de 1980 foi utilizada como base para as reedições, podemos observar ainda a semelhança na reedição de 1994, quando o “eletrizante” e “cheio de suspense” são suprimidos e em 2007. O “real” expresso na sinopse de todas as suas edições nos é ilustrativo dessa “atração gravitacional” do pacto. Nossa problematização não nega a sua existência em nenhum momento, apenas demarca sua historicidade.

Uma alteração significativa na sinopse base de *Os Carbonários* pode ser vista no seu início. Uma referência à premiação do *Prêmio Jabuti*, de 1981, e a apresentação como a “melhor história dos anos de chumbo”. Entendendo essas alterações como representativas da necessidade de se materializar as narrativas dissidentes sobre a ditadura em algo mais “sólido” do que a memória testemunhal. É preciso agora criar alicerces para essas narrativas, comprovações em documentos, em estudos de historiadores e jornalistas, em prêmios ou no simples epíteto da “melhor história”. Além disso, não podemos deixar de considerar a referência do prêmio como uma estratégia de *marketing* editorial para alavancar as vendas da obra. Entretanto, também é importante notar que a obra de Sirkis foi reeditada treze vezes ao longo de 34 anos e em duas editoras diferente (Editora Global e Editora BestBolso), a única vez que o prêmio é mencionado no resumo de quarta capa é na última edição, a de 2014.

Imagem 09 - quarta capa de *Os Carbonários*, SIRKIS, 2014.



Fonte: arquivo do autor.

Outro elemento novo é um texto extra, escrito e referenciado pelo próprio Alfredo Sirkis, mostrando uma marca da edição de 2014: suas relações com os 50 anos do golpe.

[Cinco décadas depois], o 68 e os anos de chumbo que a ele sucederam são como cenas de um filme antigo, histórias desbotadas, quase implausíveis, conquanto deveras acontecidas àquela outra pessoa que fui. Sinto-me a muitos anos-luz do guerrilheiro Felipe com seus 19 anos e sua intrincada mescla de revolta e pulsão de ser herói, viver a aventura da nossa geração, que depois, como disse Alex Polari, se cortou com cacos de sonho. Não me desconforta esse passado, também não me enaltece. (SIRKIS, 2014.)

A quarta capa da edição de 2014 é estruturada da seguinte forma: dividida em duas colunas desiguais, na coluna da direita temos três textos sobre a obra, dos quais dois já foram aqui citados, e o terceiro consistindo na descrição histórica do verbete *Carbonário*, descrição essa que também está presente nas edições da editora Global de 1980 e 1994:

[Do italiano *carbonaro*, carvoeiro] s.m. 1. Membro de uma sociedade secreta e revolucionária que atuou na Itália, França e Espanha no princípio do século XIX. 2. Membro de qualquer sociedade secreta e revolucionária. (SIRKIS, 2014.)

Na coluna da esquerda temos uma foto colorida, do próprio Alfredo Sirkis no ano de 2014, a imagem é quase uma três por quatro, com o enquadramento disposto ao redor de seu rosto. A fonte agora, diferente das primeiras edições, é branca sobre um fundo vermelho, dessa vez em tom de vinho.

Trabalhando os paratextos de quarta capa como um “local de transação” (CHARTIER, 2017.), uma produção feita com base no diálogo entre a intenção do autor, o horizonte de expectativas criado pelos editores sobre as possíveis leituras e suas relações com o mercado ou a sociedade à época; temos uma demarcação importante na edição de 2014: “[Cinco décadas depois]”. Como já dito acima, o texto é formulado pelo próprio autor e demarca o local histórico de marco dos 50 anos do golpe militar de 1964. Apesar de estar assinado, o único texto de quarta capa assinado que analisamos, inclusive, a existência dos colchetes na oração inicial nos remete a uma segunda autoria. Uma intervenção do editor talvez? Como já comentado, o ano de 2014 foi marcado por uma série de publicações e eventos ligados aos 50 anos do golpe militar. A escrita de Sirkis destoa desse tom por tratar do tema como algo superado, algo que pode ser debatido como um “passado morto e sepultado”. Veremos como essa forma de elaborar sua própria trajetória está inserida nos mesmos processos históricos a partir dos quais foram produzidas as buscas por “memória, verdade e justiça”. Como afirma CERTEAU (2011) as melodias da história são compostas por vibrações ressonantes e dissonantes.

Sirkis finaliza seu novo resumo demarcando sua relação com esse passado que foi elaborado por ele em *Os Carbonários* trinta e quatro anos antes: “não me desconforta esse passado, também não me enaltece”, abaixo desse enunciado temos o resumo já trabalhado aqui, feito com base nas primeiras edições da obra. Por quais razões o autor tem tamanha necessidade de expressar sua ausência de orgulho por seu passado? Ao mesmo tempo em que demarca sua lembrança saudável pela narrativa que não o deixa desconfortável? Infelizmente nunca poderemos realizar essas perguntas de forma direta a Sirkis, o autor faleceu em um trágico acidente automobilístico no ano de 2020, como já mencionado. Entretanto, mesmo sem conseguir respondê-las de forma direta, poderemos, a partir das reflexões históricas, começar a entender o local dessas demarcações dentro da sociedade brasileira e da obra do autor.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: editora 34.

BRASIL, **lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**.

BRASIL, **lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. (2014a). Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol. 1). Brasília, DF.

_____. (2014b). Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol. 2). Brasília, DF.

_____. (2014c). Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol. 3). Brasília, DF.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DE CERTEAU, Michel. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976 – 1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. **Combate nas trevas**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MONTENEGRO, A. T. (2012). As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 29(02).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. **A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política**. Páginas / año 8 – nº 17 Mayo - Agosto / ISSN 1851-992X / pp. 9-25. 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Companhia das Letras, 2007.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. São Paulo: Global editora, 1980.

_____. **Os carbonários**. 5ª Edição. São Paulo: Global editora, 1980.

_____. **Os carbonários.** São Paulo: Global editora, 1994.

_____. **Os carbonários.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2007.

_____. **Os carbonários.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

Da chegada do monetarismo ao Chile à elaboração da Constituição Chilena de 1980 - a consolidação do Neoliberalismo

De la llegada del monetarismo en Chile a la elaboración de la Constitución Chilena de 1980 - la consolidación del Neoliberalismo

Vítor Nazaré Pereira

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

vitornzare@hotmail.com

Recebido: 19/10/2024

Aprovado: 27/01/2025

Resumo: Este artigo pretende explicar o processo que culminou, durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973 - 1990), na ascensão do Chile como o primeiro país a aplicar a corrente econômica monetarista em larga escala. Remontamos este trajeto desde a origem dessa escola, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, passando pela chegada de seus primeiros teóricos no país andino, até a promulgação da Constituição de 1980 pela ditadura chilena, consolidando as profundas transformações no Estado, que se tornaram a tendência do chamado “Neoliberalismo”. Este trabalho busca compreender como os neoliberais chilenos conquistaram seu espaço no regime militar, aliando-se à cúpula e derrotando setores que recusaram os protocolos ultra liberais. A partir desse processo, será possível analisar os princípios que movem essa concepção que extrapola o campo econômico, tornando-se uma nova organização social, com um entendimento particular da política, do papel do Estado, e do lugar do indivíduo perante a sociedade.

Palavras-chave: Chile; Ditadura; Neoliberalismo

Abstract: Este artículo pretende explicar el proceso que culminó, durante la dictadura de Augusto Pinochet (1973 - 1990), en la ascensión de Chile como el primer país a aplicar la corriente económica monetarista en gran escala. Remontamos este trayecto desde el origen de esta escuela, inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial, pasando por la llegada de sus primeros teóricos al país andino, hasta la promulgación de la Constitución de 1980 por la dictadura chilena, consolidando las profundas transformaciones en el Estado que se convirtieron en la corriente del llamado “Neoliberalismo”. Este trabajo busca comprender cómo los neoliberales chilenos conquistaron su espacio en el régimen militar, firmando alianzas con la cúpula y aislando facciones que recusaron los protocolos ultra liberales. A partir de este proceso, será posible analizar los principios que impulsan este concepto que

trasciende el ámbito económico, para convertirse en una nueva organización social, con una comprensión muy diferente de la política, del papel del Estado y del lugar del individuo en la sociedad.

Palabras-clave: Chile; Dictadura; Neoliberalismo

A ofensiva ideológica neoliberal

A forte presença da teoria neoliberal econômica no Chile, desde meados da década de 1970, se iniciou com a cooperação dos chamados *Chicago boys* com as Forças Armadas chilenas. O grupo de economistas oriundos do intercâmbio com a Universidade de Chicago, antevendo o golpe que iria depor o presidente socialista Salvador Allende, conseguiu conquistar a confiança de certas parcelas militares no planejamento do futuro regime. Reuniram as insatisfações que militares e grandes empresários sentiam em relação à gestão da Unidade Popular (UP), e apresentaram suas novas políticas econômicas como a via para a reversão da profunda crise econômica que ocorreu no final do período Allende.

Amparados em sua ideologia radicalmente liberal, os *Chicago boys* possuíam críticas à forma como o Chile dirigia sua economia historicamente, não somente à forma como Allende e a UP dirigiam. Condenavam a concentração do poder decisório econômico no Estado, e apontavam a recorrência dessa atitude desde a década de 1930 (DÉLANO; TRANSLAVIÑA, 1989, p. 26). O governo UP era, na visão deles, o expoente máximo da presença estatista na economia chilena. De acordo com eles, as políticas que visavam mudanças estruturais socialistas, a partir da centralização da economia na iniciativa estatal, reforçaram a discricionariedade do poder político nas ações do Estado. Isto é, uma excessiva liberdade de ação do Executivo que se baseia não no rigor científico, mas sim na popularidade política no curto prazo.

A política de mudanças estruturais socialistas, principalmente no campo da propriedade, operou por meio de fixação de preços, nacionalizações de áreas como a mineração de cobre, estatizações de grandes empresas e do sistema bancário; o programa estatista também outorgou subsídios em determinadas atividades e operou um rígido controle alfandegário, aumentou consideravelmente os salários públicos, financiados com emissão monetária do Banco Central (FFRENCH-DAVIS, 1999, p. 28-29). O programa, que inicialmente mostrou bons sinais, não obteve sucesso e a partir de 1972 se iniciou uma profunda recessão: crescente déficit fiscal, acompanhado por uma espiral inflacionária causada pela emissão e pela fragilidade cambial. A situação se agravou com

uma porção de eventos negativos: os sucessivos atentados perpetrados pela extrema direita golpista (AGGIO, 1993, p. 137 – 142), a ação dos grandes empresários para minar as estratégias governamentais, e a impossibilidade da UP de firmar acordos com a Democracia Cristã (DC), se isolando politicamente (Cf. BITAR, 1980; ALTAMIRANO, 1979; AGGIO, 1993).

Ao clima geral de desordem e guerra civil, a solução da extrema-direita prevaleceu: o ataque ao *La Moneda* instituiu um governo autoritário, empenhado na “defesa moral da nação”, na necessidade imediata de “recuperação econômica”, e na restauração, segundo eles, de uma institucionalidade “ameaçada pelo marxismo”. Em questão de horas, os golpistas conseguiram tomar o controle de praticamente todo o país. Reunidos os líderes das respectivas alas das Forças Armadas, formada a Junta de Governo, o recém-instituído regime castrense se deparou com um novo desafio: formarem, dentre a pluralidade ideológica presente tanto nos militares como na sociedade civil, um plano de governo que pudesse estabilizar política e economicamente o Chile, levando-o de volta à “trilha do desenvolvimento”.

Sobre esse impasse inicial, diversos autores e autoras se debruçaram; em especial a jornalista chilena Pilar Vergara (1984, p. 7) que remonta esse período inicial da ditadura, num momento de indefinição ideológica. A autora explica o dilema militar que surge após o sucesso do golpe: empenharem-se num sentido fundacional, de revolução da sociedade chilena, ou empregar os esforços do regime na restauração do país, assegurando a ordem momentaneamente para uma posterior transição à democracia. E é nesse momento incerto que a doutrina econômica neoliberal passa a ganhar relevância: a corrente monetarista de Chicago adentrou os planos de certas alas castrenses, e ao decorrer dos anos construiu sua hegemonia no planejamento do governo ditatorial, expandindo-se como um movimento político e cultural, num sistema até então inédito para o mundo.

Portanto, para continuar sobre o processo de ascensão da preeminência monetarista durante o governo de Augusto Pinochet, esta pesquisa precisa se voltar agora para a origem do grupo de economistas conhecidos como *Chicago Boys*. Estes são os chilenos que fizeram parte da difusão de tais doutrinas no regime militar, que inauguraram a primeira experiência econômica neste sentido em todo o mundo.

Chicago Boys

O fenômeno do monetarismo, enquanto uma teoria econômica distinta das demais correntes inscritas no liberalismo, surgiu como uma reação às políticas estatais intervencionistas que se tornaram um padrão após a Segunda Guerra Mundial. O economista austríaco Friedrich Von Hayek, em 1944, escreveu a obra *O Caminho da Servidão*, onde se inicia a oposição aos mecanismos de regulação do mercado e de bem-estar social arcadas pelo Estado; este alertava sobre o risco às liberdades individuais que o protecionismo pautado no *welfare state* representaria ante a iminente vitória do Partido Trabalhista Inglês em 1945.

Poucos anos mais tarde, em 1947, as inquietações de Hayek reverberaram ao longo do Atlântico, reunindo outros economistas que compartilharam seu pensamento. Não somente na Europa, como nos Estados Unidos, tais medidas já se faziam presentes desde antes da Segunda Guerra, consolidadas em torno do *New Deal* lançado pelo presidente Franklin D. Roosevelt: neste, o papel intervencionista do governo foi chave para a recuperação do *crash* do mercado financeiro estadunidense após 1929. O período entre guerras viu a construção de uma corrente contrária à liberalização total de mercados, uma prática econômica negativamente estigmatizada após a Grande Depressão; o economista de Cambridge, John Maynard Keynes, sintetizou a escolha geral por um Estado regulador em sua obra *Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda*, publicada em 1936. Nesta obra, que se tornou a fundação do que se conhecerá como a Escola Keynesiana, argumentou-se como é errada a aceção de que quanto maior a competitividade mercantil, maior será o nível de emprego nesta sociedade; de forma geral, Keynes refutou uma concepção que mais tarde seria quase um dogma neoliberal: a de que somente numa economia monetária há pleno emprego. Segundo ele, na realidade o sub-emprego e investimentos deficitários seriam provavelmente a situação, a menos que sejam feitas medidas para o corte do desemprego. A questão fundamental não residiria então no nível de competitividade e sim no esforço de se manterem níveis adequados de emprego e de distribuição de renda; quando aplicadas, as receitas keynesianas se traduziam no esforço estatal de regulação de preços e proteção alfandegária para os produtos nacionais, incentivando a substituição de bens que anteriormente tinham de ser importados, bem como no investimento em programas de assistência e criação de empregos.

Hayek reuniu seus correligionários sob a Sociedade de *Mont Pèlerin*, engajados na difusão de uma nova ideologia capitalista; dentre os companheiros, constava Milton Friedman, recém-chegado ao posto de professor de economia na Universidade de Chicago. Nas duas décadas seguintes à formação da Sociedade, o triunfo das economias planejadas pelo Estado frustrou seus planos; entretanto, suas

formulações acerca dos riscos do assistencialismo perduraram. Sobre esse ponto, o historiador inglês Perry Anderson (1995, p. 9-10), em *Balanço do Neoliberalismo*, discorre:

A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos.

Ante o sucesso das economias planificadas, a Organização das Nações Unidas fundou em 1948 a *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL). A CEPAL tornou-se difusora de correntes de pensamento econômico estruturalistas para o desenvolvimento dos países latino-americanos, sediada em Santiago. Raúl Prebisch, o economista argentino que liderava a comissão, era um renomado teórico estruturalista, e conseguiu consolidar seu pensamento como a base científica do projeto. Aliando-se às ciências sociais, os estruturalistas viam a necessidade de reformar o sistema capitalista na América Latina, optando pelo intervencionismo estatal como o instrumento pelo qual seriam feitas as reformas; o que representava a sincronia da CEPAL com as correntes keynesianistas de políticas econômicas, o grande inimigo da Sociedade de *Mont Pèlerin*. A possibilidade de reformas sociais profundas no capitalismo latino-americano era um risco grande para a política externa estadunidense. Em meio à preeminência da CEPAL nas deliberações econômicas no Chile, foi iniciado um intercâmbio acadêmico de orientação monetarista entre os Estados Unidos e estudantes chilenos, que deu origem ao grupo dos *Chicago Boys* (SILVA, 2008, p. 147).

A chegada dos anos de 1950 marcava um panorama distinto da década anterior, conforme a fase da Guerra Fria se assentava. Em 1949, o presidente Harry S. Truman lançou um pacote de planos de apoio internacional aos países em desenvolvimento, buscando frear quaisquer levantes que ampliassem a esfera de influência comunista sobre regiões de baixos níveis de qualidade de vida. Tais programas contribuíram com conhecimento e assistência técnica, e até com verbas para recuperação econômica – vide o notório Plano Marshall. Albion Patterson integrava a equipe de um plano específico para o Chile que, em cooperação com o governo chileno, tinha por propósito modernizar o setor agrícola chileno: o *Plan Chillán*, criado em 1953 (VALDÉS, 1995, p. 109 - 113). Patterson passou a conhecer Theodore W. Schultz, renomado economista, decano do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, e conselheiro da *National Planning Association* (NPA), que avaliava a

efetividade de programas de assistência técnica. Por meio da interação com Patterson, Schultz firmou um acordo entre a *Pontificia Universidad Católica de Chile* (PUC) e seu departamento acadêmico: um programa de intercâmbio onde professores de Chicago ensinariam em Santiago, e os melhores estudantes seguiriam seus estudos de pós-graduação em Economia nos Estados Unidos. A interação começou em 1956, conhecida por *Chile Project*, e recebeu o apoio do *Point 4 Program*, um dos planos de cooperação internacional de Truman focados em compartilhar o *know-how* estadunidense para outras nações (MONTES, 2016, p. 123).

Diversos fatores, inscritos num contexto de disputa internacional de esferas de influência sob a Guerra Fria e num embate ideológico entre duas escolas econômicas vigentes antagônicas no Ocidente, foram determinantes para firmar tais contratos entre universidades. Juan Gabriel Valdés (1995, p.89) elenca-os em seu livro *Pinochet's economists*; citando Theodore Schultz em uma avaliação deste mesmo contexto dada à NPA, onde tais fatores são explicitados:

A União Soviética está fazendo uma série de novas jogadas para engrandecer seu papel e fortalecer sua posição em países pobres. [...] A União Soviética, com suas ousadas novas jogadas, já ganhou muita liberdade de ação, enquanto nos mantemos de lado, sobrecarregados com inflexibilidade. Os Estados Unidos devem fazer um balanço de seus programas econômicos no estrangeiro... nós queremos (que os países pobres) alcancem sua salvação econômica se relacionando conosco e através da nossa forma de atingir seu desenvolvimento econômico¹⁹(Tradução nossa).

A citação evidencia que o compartilhamento de teorias e técnicas econômicas para a América Latina era primeiramente um instrumento da política externa estadunidense para impedir quaisquer avanços soviéticos sobre o Chile, onde as crises econômicas poderiam ser manipuladas em favor do fortalecimento de um movimento marxista. Logo, como Schultz destaca, os programas econômicos no estrangeiro eram imbuídos pelo esforço de *homeland security*; ante o risco comunista, tais programas necessitavam identificar as características chilenas que impediavam o progresso, e corrigi-las por meio das receitas estadunidenses, integrando-os ao “mundo livre” ocidental.

Ademais, a percepção oficial do governo estadunidense sobre o Chile propiciava a união de sua política externa anticomunista e a expansão de um pensamento neoliberal nas Américas (VALDÉS, 1995, p. 90 - 92). Julgavam que o fator inflacionário era mal manejado devido à primazia de tendências

¹⁹ No original : « The Soviet Union is making a series of new moves to enlarge its role and strengthen its position in poor countries. [...] The Soviet Union, with its bold new moves has already gained much freedom of action, while we stand by, burdened with inflexibility. The United States must take stock of its economic programs abroad... we want [the poor countries] to work out their economic salvation by relating themselves to us and by using our way of achieving their economic development ».

socialistas ou estatistas nas últimas três décadas, que também eram percebidas nas universidades e, consequentemente, nos economistas chilenos. Em virtude dessa percepção, demandava-se o confronto dessas tendências com a promoção do livre-mercado (e, portanto, a abertura para a participação massiva do capital norte americano), e treinando profissionais locais a partir dos valores estadunidenses de desenvolvimento.

Dadas as especificações sobre o caso chileno, o departamento de Economia da Universidade de Chicago se encaixava perfeitamente ao posto. De igual modo, interessava aos seus professores o combate às teorias de desenvolvimento planejado, e através dessa oportunidade poderiam atuar exatamente em Santiago, sede do centro difusor do Keynesianismo nas Américas. Numa perspectiva diversa da que possuíam os profissionais da CEPAL, os acadêmicos de Schultz não contribuíam com o desenvolvimento chileno em bases subsidiárias, e sim com o compartilhamento de conhecimento e capacidades (VALDÉS, 1995, p. 96 – 99). Para além do campo ideológico, participar em programas de cooperação governamental também garantia à Universidade os fundos para financiar seus programas de graduação, e abriam portas para outras fontes como as fundações Ford e Rockefeller (VALDÉS, 1995, p. 98 - 99).

A chegada dos docentes norte-americanos impulsionou a criação do *Centro de Investigaciones Económicas* em Santiago, tomando por propósito adequar os postulados liberais à realidade andina. Através da instituição se organizaram pesquisas de longa duração acerca das vicissitudes econômicas experimentadas pelo Chile, que seriam continuadas em Chicago; professores desta universidade foram recebidos no *Centro*, onde se empenharam na busca de soluções para o desenvolvimento chileno por meio das teorias monetaristas (SILVA, 2008, p. 148). À medida que os jovens chilenos completavam seus estudos de pós-graduação no estrangeiro, estes retornavam à PUC-Santiago, para se tornarem professores no Departamento de Economia. Continuamente, mantinham a disseminação do protocolo neoliberal, formando novas gerações de estudantes nas teorias de Milton Friedman.

Durante o restante da década de 50, e ao longo da década de 1960, o programa de interação Chile-EUA cresceu: recebiam aulas de docentes do principal centro acadêmico de orientação neoliberal, contavam com investimentos não somente do governo, bem como de empresas americanas. Todavia, a CEPAL, sob o controle das Nações Unidas, recebia o maior financiamento. Através da CEPAL, o *Latin American Institute for Economic and Social Planning* formou várias pessoas baseadas no “novo igualitarismo”: aponta-se que, após a incorporação do *Point 4 Program* pela USAID (*US Agency for International Development*) em 1961, houve um significativo aumento no investimento. Sob a Aliança

para o Progresso, programa do presidente J.F. Kennedy, o Chile recebeu 720 milhões de dólares entre 1961 e 1970. Este foi o maior valor *per capita* entregue a um país latino-americano (COLLIER; SATER, 1996, p. 310).

Acerca da recepção inicial dos economistas formados em Chicago, em um Chile predominantemente keynesianista, Montes (2016, p.124) ressalta:

No começo, os economistas chilenos educados em Chicago eram considerados uma estranha raça intelectual no Chile. De fato, não foram influentes nas administrações de Alessandri, Frei Montalva ou Allende. Pelo contrário, em um contexto keynesiano e marxista onde a CEPAL era a instituição líder em assuntos econômicos, suas ideias econômicas liberais eram alheias à realidade acadêmica, intelectual e institucional do país (Tradução nossa).²⁰

De fato, desde o início das relações intelectuais entre Chicago e Santiago, pouquíssimo ou nenhum espaço foi cedido aos partidários de um mercado livre de intervenções. O governo do general Ibáñez del Campo (1952-1958) foi marcadamente protecionista, apoiado pelos partidos Agrário Laborista e Socialista Popular, e responsável pela criação de várias empresas estatais. Seus sucessores também não escaparam da tendência, e o governo de Alessandri (1958-1964) e do democrata-cristão Frei Montalva (1964-1970), mesmo praticando gestões mais liberais ao capital externo que Del Campo, igualmente ignoraram os *Chicago Boys*. Ao longo de três diferentes mandatos, sob três diferentes espectros políticos, “a visão de uma economia aberta e competitiva era considerada radical ou, ao menos, estranha” (MONTES, 2016, p. 125).

Apesar de descompassados com a cultura protecionista em voga, ainda existiam diversos intercambistas chilenos empenhados em transformar a economia por meio de seus estudos em Chicago. Se desde finais da década de 50 não conseguiam se infiltrar nas cúpulas decisórias, foi aproximadamente uma década depois que os neoliberais santiaguinos conquistaram um espaço. E isto se deu através do interesse do dono do maior conglomerado empresarial do Chile, Agustín Edwards, que em meados da década de 60 possibilitou aos *Chicago boys* seus primeiros passos fora do campus. Este, que já era notório pela proximidade cultural e financeira com os Estados Unidos, viu com bons olhos as propostas de abertura total ao mercado internacional, passando a empregar professores e estudantes da Faculdade de Economia da PUC nas empresas do *Edwards Group*. O principal jornal

²⁰ No original: “En un comienzo los economistas chilenos educados en Chicago eran considerados una extraña raza intelectual en Chile. De hecho, no fueron influyentes en las administraciones de Alessandri, Frei Montalva o Allende. Por el contrario, en un contexto keynesiano y marxista donde la Cepal era la institución líder en asuntos económicos, sus ideas económicas liberales eran ajenas a la realidad académica, intelectual e institucional del país.”

conservador do Chile, *El Mercurio*, também uma das empresas do grupo, destinou uma seção nas publicações para tratar de economia, e, por vezes, convidava alguns dos chilenos formados em Chicago para escrever (VALDÉS, 1995, p. 232).

Uma vez sob o mecenato empresarial, os *Chicago boys* deram continuidade ao *Centro de Investigaciones Económicas*, fundando uma instituição semelhante independente da universidade católica. O CESEC (*Centro de Estudios Socio-Económicos*) foi o indício de que uma década de interação internacional havia conseguido criar uma geração formada na escola neoliberal, com o potencial para alterar as bases capitalistas locais. Edwards, um exemplo da expansão ideológica, via no centro uma oportunidade para suprir a falta de embasamento científico nas deliberações econômicas da direita (VALDÉS, 1995, p. 227).

O centro nasceu já empenhado em um imenso desafio: sob a expectativa das eleições presidenciais de 1970, nas quais o candidato abertamente marxista Allende inquietava tanto centristas (que representavam a Democracia-Cristã de Eduardo Frei) quanto direitistas (reunidos em torno do Partido Nacional), o CESEC era responsável pela redação do plano econômico da candidatura de Jorge Alessandri, que tentava seu segundo mandato apoiado pela direita chilena. Num profundo contraste com as propostas do oponente Allende, o centro de estudos reuniu as principais recomendações de Chicago: a liberalização de mercados, seguida da abertura da economia para a competição internacional; o encorajamento da iniciativa privada e a retirada do Estado da economia, através da venda de empresas públicas e da redução da burocracia (SILVA, 2008, p. 149). O programa, entretanto, não angariou apoio suficiente entre a direita – mais um sinal da desarmonia entre *Chicago boys* e o clima político-econômico vigente –, por tratar-se de algo “difícil de se implementar em uma democracia” (O’BRIEN, 1982), ainda assim “a campanha foi útil em ganhar importantes aderentes ao plano de Chicago entre homens de negócio essenciais”.

Dessa forma, ainda que a vitória de Salvador Allende em 1970 apontasse para um futuro cada vez mais distante de um Chile idealizado pela Universidade de Chicago, percebe-se que o alto empresariado depositava valor no que receitavam os *Chicago boys*. Conforme O’Brien (1982), ganhar a adesão de grandes homens de negócios tornava-se essencial, pois mostrava a estes uma nova alternativa à uma “cultura capitalista” de atuação e regulação estatal de aproximadamente quatro décadas de vigência. Em tempos de “ameaças marxistas” (MONTES, 2016, p. 1970) empossadas no *La Moneda*, os gigantes da iniciativa privada teriam urgência em formar um plano político-econômico que oferecesse resistência às nacionalizações e expropriações esperadas para o mandato da UP. Tal urgência

se faz evidente pelo turbilhão de diferentes alternativas empenhadas em superar o governo Allende, passando desde as oposições institucionais, aos planos para as futuras eleições de 1976, às ações extralegais.

Demonstrando grande noção estratégica, os economistas da PUC aproveitaram da profunda recessão chilena para aconselhar quase todos os grupos em oposição à UP. Aproximadamente todas as vias de ação receberam apoio estadunidense, e, portanto, de forma geral quase todas implicavam em uma maior aproximação econômica com o governo americano (VALDÉS, 1995, p. 241 - 252). Aquelas sobre os conselhos de formandos de Chicago logicamente apresentaram os projetos mais radicais no que se tratava do livre-mercado, mesmo que em um possível contexto ditatorial.

Dentre todos os movimentos, aquele que gerou o impulso determinante na concretude de uma receita neoliberal feita sob medida para o Chile, foi aquele orquestrado pela Marinha. Assim que tais forças convergiram para a derrubada da *Unidad Popular*, suas autoridades requisitaram a dois ex-oficiais, Roberto Kelly e José Radic, que organizassem um protocolo econômico para guiar o regime militar. Ambos eram funcionários de Agustín Edwards no *El Mercurio*, e a partir de Emílio Sanfuentes, um *Chicago boy* envolvido na formulação de planos nesse sentido, os dois ex-oficiais entregaram um documento elaborado pelos companheiros de Sanfuentes às Forças Armadas. Este ficaria conhecido como *El Ladrillo*, a rocha fundacional da transformação neoliberal no Chile (VALDÉS, 1995, p. 251 - 252).

Ainda que a união entre um grupo que se coloca como herdeiro de uma tradição liberal e um movimento golpista pareça contraditório, em vista de seus objetivos, tal aliança não constituía um problema para os *Chicago boys*. Pelo contrário, esta era a oportunidade pela qual os economistas esperavam.

Para esse neoliberalismo adaptado para o combate às economias planificadas, a democracia não representava um valor fundamental. Anderson explica como, desde a formação de *Mont Pèlerin*, os teóricos neoliberais postulavam os abusos que as democracias podem fazer incidir sobre as liberdades individuais; nesse entendimento, tal “abuso democrático” residia na situação em que, dependendo da maioria, governos demagógicos poderiam intervir sobre os direitos irrestritos de cada agente econômico de dispor de sua propriedade da forma que quiser (ANDERSON, 1995, p. 18). Ou seja, o êxito das reformas, no caso chileno, dependia da manutenção de um contexto sociopolítico favorável, o que significa a supressão de quaisquer oposições internas ou externas, institucionais, parlamentares ou sindicais àquele programa que era revestido de uma autoridade dogmática, alheio às tribulações

políticas. Logo, visando à obtenção das condições necessárias, a aliança com a cúpula militar foi um grande golpe de oportunidade:

A violência, portanto, passa a ter um papel central na constituição do Estado neoliberal. O fogo ameaçador, aquele que impõe a morte, tortura e exílio aos perdedores, o medo que ronda pelas ruas atrás de fuzis e capacetes militares. Essa violência constitutiva é necessária para reconstruir o capitalismo. (RAMOS, 2009, Tradução nossa)²¹.

A virada neoliberal chilena

A derrubada de Allende não instituiu automaticamente a virada neoliberal no Chile. Apesar de existirem facções identificadas com o monetarismo, o desenvolvimentismo econômico estatista era o paradigma principal dentre a coalização golpista, ainda que em um cenário de crise mundial. A ascensão da primeira experiência neoliberal do mundo dependeu da eliminação dessa doutrina nos círculos militares e posterior aplicação gradual de novas medidas. E, após estabilizar a crise geral sob a sociedade chilena, definitivamente transformar o Estado através de reformas em quase todas as suas atividades.

Não foi exclusivamente a custo da iniciativa dos *Chicago boys* que eles lograram sucesso com o projeto, tendo em vista que a palavra final sempre esteve na voz de Augusto Pinochet. Portanto, neste tópico pretendemos revisitar os fatores que ajudam a compreender o sucesso do projeto, passando pelos três estágios supracitados até as primeiras iniciativas voltadas à consolidação das reformas neoliberais. Neste momento, este artigo tem de se voltar para o âmbito militar do processo de transformação neoliberal do Chile. Assim como para os *Chicago boys*, a partir de certo ponto o regime castrense visualizou vantagens em uma virada exacerbadamente liberalizante, e portanto distanciou-se de uma tradição estatista de décadas para um modelo pioneiro – buscaremos agora remontar o contexto dessa mudança paradigmática liberal dentro do regime militar.

A crise resultante do governo Allende, que impeliu sua derrubada, se manifestou em dois grandes problemas bastante caros aos militares: a saber, a profunda recessão econômica e instabilidade política geral, que poderia acarretar em um levante marxista. Ambos os problemas representavam sérios danos à capacidade defensiva das instituições armadas e das possibilidades de desenvolvimento para o país – seja na escassez de recursos, ou nas ameaças à coesão nacional – demandando, como

²¹ No original: “La violencia por tanto pasa a tener un rol central en la constitución del Estado neoliberal. El fuego amenazante, aquel que impone la muerte, tortura y el exilio a los perdedores, el miedo que ronda por las calles tras fusiles y cascos militares. Esa violencia constitutiva es necesaria para reconstruir el capitalismo.”

Verónica Zárate (2001, p. 174) verifica, a “revitalização do princípio de autoridade, a disciplina social e uma condução política eficaz”, através do uso da violência e de um regime autoritário. Somente a partir de tais elementos seria possível retomar o caminho da eficiência, de acordo com a visão castrense.

Os princípios verificados por Zárate, que nortearam os primeiros momentos do regime militar, reverberam na análise de Manuel Chateau (2012, p. 183) sobre os objetivos iniciais do golpe de 1973, os quais eram:

[...] restabelecer a ordem social e econômica, a unidade nacional e dar a força suficiente ao Estado chileno para resistir qualquer agressão externa ou interna. O único consenso básico que existia entre a oficialidade golpista foi possível pela necessidade de pôr fim a um governo (a Unidade Popular) ao qual se considerava como caótico e ideologizado (Tradução nossa).²²

Este consenso a que Chateau se refere liga-se à percepção militar citada anteriormente sobre o excesso de polarização no período UP: o governo “caótico e ideologizado” exemplificava o prejuízo que trazia a polarização ao desenvolvimento nacional, onde, segundo o Gen. Leigh, “a capacidade e a técnica são postergadas ante a militância partidária, em um mundo que cada dia exige maiores conhecimentos científicos e técnicos para solucionar eficazmente os problemas sociais” (REVISTA DE LA FUERZA AÉREA DE CHILE, 2019, p. 5 - 6). O regime castrense teria então um caráter tecnocrático, dirigindo a máquina pública seguindo critérios menos “políticos”, sempre atento à manutenção de uma ordem e unidade nacionais ante as ameaças da luta interna de classes.

Olhadas em retrospectiva, as primeiras medidas da ditadura chilena estiveram na esteira da referida tradição de onde os militares herdaram as concepções estatistas de desenvolvimento econômico, tradição esta que diversos dos autores consultados nomeiam como Ibañista. O general, anteriormente ao regime democrático da década de 1950, havia comandado um breve período autoritário entre as décadas de 1920 e 30, introduzindo as tendências internacionais de planificação estatal. Não somente, diversos outros valores e correntes teóricas que em 1973 eram a base do planejamento da Junta de Governo, foram originadas pela iniciativa de Ibáñez del Campo, como a descrença aos partidos políticos e a participação militar no *desarrollo nacional*. Estes explicavam a opção por uma gestão pública tecnocrata, cientificista, e que trouxe para os debates castrenses os *Chicago boys*. Ainda que envoltos numa maioria keynesiana, alguns militares, como o Almirante Merino da Marinha,

²² No original: “[...]restablecer el orden social y económico, la unidad nacional y darle la fuerza suficiente al Estado chileno para resistir cualquier agresión externa o interna. El único consenso básico que existía entre la oficialidad golpista estuvo dado por la necesidad de poner fin a un gobierno (la Unidad Popular) al cual se lo consideraba como caótico e ideologizado.”

junto de outros subordinados, já possuíam proximidade com os monetaristas ao articularem o *El Ladrillo*, e ao longo dos anos iriam apoiá-los na conquista de espaço.

Desde os primeiros momentos do regime, Merino atuava visando expandir o poder de influência dos *Chicago boys* sobre as deliberações para a solução da recessão: o almirante, responsável pela ordem que gerou o *El Ladrillo*, foi encarregado do comitê econômico da Junta; sob sua indicação, Sergio de Castro, egresso da Universidade de Chicago, foi cotado para assistir o general responsável pelo Ministério da Economia; Roberto Kelly, ex-oficial da Marinha, anteriormente citado pela participação no *El Ladrillo*, ficou a cargo do órgão de planificação econômica nacional, a ODEPLAN (CHATEAU, 2012, p. 187).

Ao longo dos dois primeiros anos ditatoriais a onda neoliberal não encontrou espaço no regime. Logicamente, visando à quebra da militância socialista da UP, tanto os partidos quanto sindicatos e movimentos *obreros* foram eliminados, e as dimensões da economia estatista pregressa foram reduzidas. Entretanto, nenhuma alteração radicalmente liberal ainda tinha aparecido: a privatização e devolução de empresas nacionalizadas se estenderam até o ponto em que somente àquelas estatizadas por Allende foram devolvidas, mantendo-se a forte presença estatal nos setores em que já atuava mesmo antes do governo socialista, representados pela *Corporación de Fomento a la Producción* (CORFO). Mantiveram também os órgãos e ministérios de planificação. De forma geral, sob a perspectiva dos *Chicago boys*, o regime inicialmente logrou afastar a insurgência socialista, mas, até então, não buscavam se afastar do modelo de estado de compromisso. O agravamento da recessão chilena, resultado do estouro de uma crise no abastecimento de petróleo mundial a partir de 1973, deu o impulso necessário para a superação do modelo. Nos primeiros dois anos, as alas civis que nutriam otimismo pelo fim do governo Allende encontraram-se angustiadas ao ver que, ao menos em relação às finanças, a situação se parecia muito com a vivenciada anteriormente. Para 1975, a ODEPLAN, sob o comando de Kelly, apresentou à Junta um cenário desesperador: a alta astronômica do preço do petróleo acompanhada pela baixa dos preços do cobre, seu principal produto para exportação, além de cifras inflacionárias semelhantes às da UP.

Protagonizadas pela ditadura andina, demais países americanos e europeus reagiram à grande crise do início da década de 1970 com a aplicação, em maior ou menor escala, de algumas receitas neoliberais. O prognóstico obscuro de Roberto Kelly apresentava problemas semelhantes às demais economias do mundo em recessão: a combinação inédita de altas taxas de inflação concomitantes a baixos índices de crescimento (ANDERSON, 1995, p. 10); o contexto acabou por produzir reduções

nos níveis necessários de lucros das empresas, iniciando uma espiral inflacionária que aparentava não ter solução. Este momento garantiu a relevância internacional anteriormente ausente ao pensamento neoliberal, a partir da evidência concreta de que o modelo vigente ao longo do pós-guerra havia definitivamente entrado em crise.

Habilmente, pensadores como Hayek e Friedman aproveitaram a notoriedade recém-adquirida para que pudessem apresentar novos paradigmas capitalistas: o cenário inédito supracitado era, de acordo com eles, devido à excessiva força que o estado de bem-estar havia cedido aos sindicatos e ao operariado como um todo, prejudicando o mercado com suas reivindicações por programas assistenciais e aumentos salariais. Portanto, a nova postura neoliberal retomaria a estabilidade monetária e o incentivo a um ritmo crescente mantendo um forte controle da moeda e a supressão do poder de negociação dos trabalhadores. Na prática, representaria a redução drástica e contenção dos gastos sociais do estado, abrindo este espaço para a iniciativa privada; eliminar ou reduzir os instrumentos reguladores dos preços e dos salários, aliando novas legislações sindicais para a manutenção de uma taxa de desemprego que favoreça a decisão do empresariado; reduções tarifárias sobre os grandes rendimentos financeiros e rendas, a fim de incentivar os grandes agentes econômicos (ANDERSON, 1995, p. 10 - 11).

No Chile, os militares se viram forçados a tomar outras direções que não àquelas aprendidas com o período ibañista de estatismo. Tornou-se claro que àquela altura não bastariam os conhecimentos castrenses, ampliando a necessidade da participação civil. Ameaçada a estabilidade nacional pela persistência da inflação, os antigos patronos dos *Chicago boys* entraram em cena novamente, buscando efetivar a preeminência destes se apropriando da insatisfação geral para incentivá-los: o Almirante Merino e o jornal *El Mercurio*, do *Edwards' Group*, como Zárate demonstra em *Estatismo y neoliberalismo*, empregaram um intenso bombardeio discursivo para o convencimento, argumentando em favor da eficiência no trato econômico, sem poupar esforços para desacreditar os opositores. As edições do *El Mercurio* repetidamente ressaltaram que a recessão enfraquecia o país perante os vizinhos, agravando as angústias da Junta de Governo; em seguida, apresentavam diversas melhorias que a virada total para o monetarismo lhes traria, contribuindo para a construção da imagem dogmática e infalível da agenda.

Com a referida notoriedade adquirida mundialmente, a conquista do volante do direcionamento econômico chileno parecia estar bem próxima, contudo, eram nos círculos internos à cúpula militar que se encontravam os principais empecilhos dos *Chicago boys*. Apesar do contexto

desfavorável, havia ainda uma considerável parcela da Junta Militar que se mantinha nas teorias e práticas pregressas, nutrindo desconfiças para com a abertura total ao mercado internacional e a retirada da participação estatal nos principais setores econômicos do Chile, além de ressalvas quanto à insensibilidade idealista dos monetaristas às consequências sociais de suas políticas. Gustavo Leigh, general comandante da Força Aérea, foi aquele que pessoalmente se colocou como opositor dos programas monetaristas pelas razões descritas acima, e possuía semelhantes no *Comité Asesor de la Junta* (COAJ), que, como o nome dizia, assessorava a Junta de Governo, sendo composta apenas por militares. Entre 1973 a 1975, coexistiram os pequenos intentos monetaristas com o planejamento militar tradicional, porém à medida que o contexto nacional e internacional passou a antever a hegemonia neoliberal, os militares resistentes aos novos projetos buscaram impedir o fluxo: “Eu combati os *Chicago boys*, discuti com muitos deles, porque não aceitava este sistema de ação puramente econômica em que se desconheciam os problemas sociais” – disse o gen. Leigh em uma entrevista posterior ao período (MARRAS, 1998, p. 134). Foi pela indicação de Leigh que dois de seus partidários assumiram o comando do Ministério da Coordenação Econômica, o engenheiro da democracia cristã Raúl Sáez, e o Ministério do Trabalho, com o Gen. Nicanor Díaz. Ambos apresentaram projetos opostos aos caminhos pensados pelos monetaristas para a emergência inflacionária, optando por um programa gradual de medidas, de forma a atenuar os impactos produtivos e sociais decorrentes.

Não obstante a divergência teórica, criou-se nesse momento dois pólos distintos de poder no interior da Junta: Pinochet e o oficialato compromissado com a virada monetarista (o maior exemplo sendo o Alm. Merino) e o gen. Leigh e aqueles com ressalvas para com os *Chicago boys*. Pensando puramente na autoridade, não eram auspiciosos os sinais de que uma contenda entre oficiais de altíssimo escalão membros da Junta de Governo trazia para a estabilidade do regime. Leigh, desde os primeiros dias do golpe, posicionava-se com grande relevância sobre quais eram os objetivos dos militares, como visto em uma citação do início dessa seção. Tido como uma das referências intelectuais dos golpistas, evidenciada pelo peso que suas indicações continham, era perfeitamente plausível se pensar em possíveis embates diretos pelo posto de comandante máximo do Chile (ZÁRATE, 2003).

Com a passagem de 1974 para 1975, pode-se verificar o desfecho da disputa interna militar. Haja vista a necessidade de incluir os tecnocratas civis, Pinochet, uma vez convencido pelos egressos de Chicago, nomeou o então vice-presidente do Banco Central, Jorge Cauas, para assumir o posto de Ministro da Fazenda. Cauas, assim como Sáez, era engenheiro e economista e também integrou a Democracia Cristã durante o governo de Eduardo Frei (1964 – 1970). Entretanto, encontrava-se

divergindo de seu semelhante, ao receber apoio dos *Chicago boys* para o manejo do ministério. Estes o assessoraram na elaboração do *Plán de Recuperación Económica*, cujo alvo era a estabilização definitiva da inflação (que em 1974 alcançou 369,2%) e o enfrentamento do déficit fiscal (MONTES, 2016, p. 131). Marcando a derrota de Leigh e seus partidários, o próprio Milton Friedman visitou o Chile em abril de 1975, convidado pela *Fundación de Estudios Económicos* para tratar das soluções para a situação chilena; na ocasião o termo *shock treatment* foi usado para caracterizar o projeto de recuperação. O tratamento de choque se inicia um mês após a primeira das visitas de Friedman, com o anúncio oficial do plano de Cauas. Esta visita marcou uma série de interações entre o professor e o Chile que ajudaram a concretizar a preeminência monetarista.

Os anos seguintes presenciaram os movimentos da facção vitoriosa para estabelecer sua hegemonia. Verónica Zárata sintetiza perfeitamente os diversos fatores observados por Pinochet ao cristalizar o projeto neoliberal. O giro ideológico proposto seria dificultado com a presença majoritária de oficiais e civis que por décadas estiveram alinhados ao arcabouço estatista; as duas décadas anteriores atestavam a relutância que os chilenos apresentaram aos *Chicago boys*. Portanto, Zárata aponta que à medida que o gen. Pinochet era conquistado pelo monetarismo, gradualmente uma renovação da oficialidade foi promovida, a fim de que novos homens, abertos ou adeptos ao neoliberalismo, operassem o estado (ZÁRATE, 2001, p. 225 - 226). A pressão que a situação calamitosa exercia gerava a urgência por resultados positivos, e assim que o Presidente foi convencido, no decorrer dos anos a renovação foi feita para facilitar o projeto. Aqueles militares ou civis, que permaneceram após as trocas e mantinham as ideologias pregressas, resignaram-se em um ato de lealdade ao Comandante em Chefe para manterem o posto.

Noutro aspecto da renovação, Chateau levanta a questão do embate silencioso pelo comando do regime. Anteriormente, esta seção tratou do risco à estabilidade da Junta pelo fato de que o gen. Leigh e uma grande parcela do COAJ se opunham à radicalidade liberal; e como visto desde o princípio do golpe, o comandante da Força Aérea colocava-se como um dos líderes ideológicos dos militares. A renovação, de acordo com o autor, não somente viabilizava o *shock treatment* como também efetivava a autoridade do Exército sobre as demais forças, bem como a autoridade de Pinochet sobre os demais comandantes em chefe da Junta e o Comitê Assessor (CHATEAU, 2012, p. 190 - 191). Com esse golpe de força, Pinochet garantia em sua personalidade o comando total do país e a palavra final sobre o direcionamento econômico, que ao longo da década ganhava notoriedade e credibilidade para a resolução da crise.

A substituição de Cauas, em 1974, é a primeira medida das renovações; logo em seguida o regime convoca Sergio de Castro, desta vez de fato um ex-aluno de Chicago. Este assumiu em abril de 1975 como Ministro da Economia, logo após a visita de Friedman. No mesmo ano, Sáez deixou o comando de seu ministério, e em 1978, o gen. Gustavo Leigh é retirado da Junta de Governo, completando o processo (ZÁRATE, 2001, p. 170).

Partindo de 1975, os *Chicago boys* dirigiram o Estado chileno com relativa liberdade até pouco depois do fim da década. Uma vez recebido o aval militar, empenharam-se num processo bastante ortodoxo de reforma neoliberal, desta vez superando a postura gradualista e agindo diretamente sobre as bases estruturais do modelo pregresso de Estado. Em resumo, o programa apresentou resultados positivos, passando a ser conhecido como o milagre econômico chileno; cabe ressaltar que os êxitos foram acompanhados, segundo Chateau (2012, p. 224), por um “excesso de otimismo, e ataques às críticas de economistas opositores”. Ademais, estes ataques superaram simples debates teóricos, e neste momento o Chile experimentou um aumento das atividades repressoras:

Coincidente com isso (o começo da reforma monetarista) foi o aumento da repressão seletiva e a influência da polícia secreta do regime, a DINA (a partir de 1974), encarregada não só do combate aos opositores reais ou imaginários do regime, mas, sobretudo, de gerar temor na população e assim evitar qualquer tipo de contestação social às medidas econômicas. Um pacote de reformas tão radicais não se podia levar a cabo sem um marco repressivo de acordo à profundidade e rapidez das mudanças impostas desde o poder central. (CHATEAU, 2012, p. 191, Tradução nossa)²³.

Tanto Chateau como Ramos, citado anteriormente, explicitam a aliança entre o aparato repressor da ditadura, e o projeto radical monetarista. Como visto, as campanhas iniciais de extinção de opositores e encerramento das atividades políticas abriram espaço para a consolidação do receituário neoliberal como um sistema dogmático, um conjunto de ideias que não admitia contestações. A capacidade de atuação do Estado, segundo Tomás Moulian (1997), “não poderia estar limitada nem pela lei nem pela moral, ela deveria possuir uma flexibilidade e elasticidade absolutas”. Passados os períodos de expurgo e extinção da oposição à esquerda, da eliminação de oposições internas, e sob um constante bombardeio ideológico por parte da mídia oficialista, se iniciou um período de ortodoxia fanática em torno do monetarismo.

²³ No original: “Coincidente con ello [o começo da reforma monetarista] fue el aumento de la represión selectiva y la influencia de la policía secreta del régimen, la DINA (a partir de 1974), encargada no solo de combatir a los opositores reales o imaginarios del régimen, sino sobre todo generar temor en la población y así evitar cualquier tipo de contestación social a las medidas económicas. Un paquete de reformas tan radicales no podía llevarse a cabo sin un marco represivo acorde a la profundidad y rapidez de los cambios impuestos desde el poder central.”

Sobre os indicadores apresentados pelo regime, trata-se de cifras após aproximadamente cinco anos de aguda recessão; ainda que apontem um crescimento considerável, na realidade tal período representa uma recuperação em relação às taxas anteriores, por vezes antes mesmo do governo Allende. Levando tal fato em consideração, voltamo-nos para a compilação de Patrício Meller (1998, p. 176 - 177) dos seguintes números:

Redução da taxa anual de inflação, dos anteriores 600% a 1000% em 1973, para 30% em 1980 e menos de 10% em 1981; taxa média de crescimento do produto interno bruto de 8% entre 1976 e 1980; as exportações triplicaram ou quadruplicaram em relação a 1973, com um grande aumento em produtos fora dos habituais. Entre 1973 e 1980, as reservas internacionais do Banco Central saltaram de US\$ 167 milhões para US\$ 4,074 bilhões em 1980; o déficit fiscal, que em 1973 somava 21% do PIB, passou a registrar um superávit de 5,5% em 1980, e os salários reais aumentaram cerca de 9% durante os anos do *boom* chileno. Entretanto, as desigualdades advindas da ortodoxia monetarista foram ofuscadas pelas boas-novas do governo: a taxa de desemprego, instrumento visto pelos neoliberais como aliado no enfraquecimento dos trabalhadores, mantinha-se nos 15% ao longo de pelo menos seis anos; isso representou entre 500 a 600 mil chilenos em idade produtiva vivendo desempregados. Não obstante, as remunerações reais representavam menos de 40% dos níveis observados em 1970 (CHATEAU, 2012, p. 224).

Estes são indícios de uma rígida política visando à reintegração chilena ao mercado internacional, que se traduziram em reduções severas nos gastos estatais, a liberalização do mercado financeiro e fixação do câmbio monetário, logicamente ao lado de um restrito controle do trabalho e desarticulação dos sindicatos.

Na transição para a década de 1980, o sistema de fixação de câmbio nominal revelou-se como uma das principais vulnerabilidades do programa monetarista. Manuel Chateau (2012, p. 227) reúne perspectivas de diversos economistas chilenos para concluir que a manutenção irredutível deste sistema acarretou numa impossibilidade de se conseguir crédito internacional, origem primária de financiamento para os anos de *boom*. Entre os anos de 1979 e 1981, as empresas nacionais perderam consideravelmente a capacidade de competição, antevendo um risco de endividamento geral, agravado pela alta taxa de desemprego duradoura.

Entre anúncios otimistas e problemas velados, Meller (1998, p. 196) aponta o teor propagandístico do “milagre”. O que explica as altíssimas somas gastas por chilenos, que acederam a créditos de fácil acesso e por vezes até se endividaram não é somente o esforço dos *Chicago boys* na

liberação irrestrita do mercado; o autor mostra como este elemento propagandístico se alia às condições econômicas criadas para incentivar o consumo – chegando à construção de centros comerciais luxuosos e a invasão de bens de consumo importados. O otimismo e a intransigência para com correntes econômicas alternativas também participam desse incentivo pela propaganda, revelando que a credibilidade científica, quase dogmática, era também um instrumento de convencimento. O milagre, sustentado em fundamentos instáveis, tratou-se de uma sucessão de políticas arriscadas, com alto teor demagógico (CHATEAU, 2012, p. 227).

Os intentos neoliberais não se restringiram somente ao rearranjo da experiência econômica chilena; como Vergara (1984, p.11) destaca, a partir de 1974 o regime abandonou um planejamento transitório para a democracia, e empenhou-se na construção de uma nova institucionalidade que assegure a sociedade das fragilidades inerentes à democracia liberal. Para tanto, não cabia mais o planejamento do regime castrense em termos de prazos e sim de metas, para que se retornasse ao governo civil a partir do momento em que se reformasse a democracia e se alterassem as bases econômicas do Estado de Compromisso.

Como se verifica, o final da década de 1970 presenciou diversas liberalizações inéditas no campo econômico, mas o objetivo de alterar por completo o Estado ainda não estava concluído. Não bastavam as mudanças no mercado financeiro, na política monetária e nas normas sindicais, mas sim em toda a estrutura social do Estado; exatamente por isso os monetaristas desejavam uma nova institucionalidade, com um novo corpo de leis que restringisse o Estado ao mínimo de atividades possíveis (o controle cambial e a ordem, que se traduz na repressão de quaisquer contestações), e alterando-o permanentemente. Ademais, eles buscavam para a nova constituição um mecanismo que impedisse a geração de facções políticas “parasitárias”, que, em sua visão, incentivavam a polarização e o clientelismo – ações que os golpistas atribuíram à UP para justificar sua retirada. Neste ponto, os *Chicago boys* compartilhavam o pensamento castrense e gremialista de “democracia protegida”, onde, ainda que se mantivesse o sufrágio, na realidade a democracia deveria ser somente um mecanismo de uma estrutura hierarquizada, que mantivesse os partidos como meras correntes de opinião. A partir desse sistema, o poder decisório da maioria estaria nas mãos dessa hierarquia burocrática, impedindo alterações radicais tanto do sistema político quanto econômico (CHATEAU, 2012, p.229).

A Junta de Governo, após a eliminação dos opositores militares e civis, iniciou a preparação de uma nova constituição federal. Visavam à consolidação das reformas empregadas desde o início do regime, e do prolongamento das mudanças para áreas até então inalteradas. Até a elaboração da Carta

constitucional em 1980, que passou a vigorar no ano seguinte, diversas das políticas neoliberais já estavam ativas no estado chileno. Este período, de pouco após o golpe militar em 1973 até 1981, é caracterizado por um forte dogmatismo neoliberal, onde fizeram a aplicação rígida de reformas econômicas pontuais. Num segundo momento, após a renovação da Junta, foram empregadas reformas mais amplas em demais setores do Estado.

Em todas as áreas reformadas pelos *Chicago boys*, o campo de ação econômica do poder público foi restringido, com a extinção de restrições e mecanismos de controle. No campo social, Chateau (2012, p. 262) demonstra que o objetivo principal era a criação de novos mercados em áreas anteriormente a cargo do poder público:

Foram tratadas separadamente [as reformas sociais] devido ao seu impacto de longo prazo nas pessoas, e à novidade que representaram, incluindo a nível internacional, em uma época onde ainda dominava internacionalmente o paradigma do Estado de Bem-Estar. A mudança sociocultural maior se produziu ao substituir a ideia de “direito social” pelo conceito de “serviço”, ao qual se determina um preço de mercado e que pode ser provido tanto por agentes públicos como privados (Tradução nossa)²⁴.

Concluiremos este artigo com um levantamento das principais reformas inseridas na Constituição de 1980, tanto no âmbito econômico quanto social, resumindo os principais objetivos destas medidas. Por fim, faremos também uma síntese sobre como as reformas monetaristas influíram nas metas tanto dos *Chicago Boys*, quanto das Forças Armadas, facilitando a compreensão dos resultados da aproximação destes dois grupos.

Ffrench-Davis (1999, p. 85 - 87), em seu balanço sobre a experiência neoliberal chilena, reúne as principais alterações feitas. Sobre a política tributária, o autor aponta que esta estava baseada em remodelar os impostos e reduzir e realocar o gasto público. Eliminam-se impostos sobre o patrimônio e sobre os ganhos de capital, substituindo-os por impostos de valor agregado ao produto. As taxas alfandegárias foram reduzidas para um nível comum de 10%, e visando a abertura total para o estrangeiro, o Chile se retirou em 1976 da zona de integração econômica do Pacto Andino.

A porcentagem do PIB destinado ao orçamento governamental reduziu em mais da metade, desde o início do regime Pinochet até 1979. O campo financeiro viu a eliminação de regulações para

²⁴ No original: “Se las ha tratado separadamente [las reformas sociales] debido a su impacto de largo plazo en las personas y a la novedad que representaron, incluso a nivel internacional, en una época donde aún dominaba internacionalmente el paradigma del Estado de Bienestar. El cambio sociocultural mayor se produjo al sustituir la idea de ‘derecho social’ por el concepto de ‘servicio’, al cual se le asigna un precio de mercado y puede ser provisto tanto por agentes públicos como privados.”

o acesso ao crédito, inclusive para crédito estrangeiro; instituições de financiamento com quase nenhuma restrição foram autorizadas a operar. Foi liberado aos bancos o estabelecimento de suas próprias taxas de juros. A privatização, como citado anteriormente, estendeu-se para além das empresas estatizadas, nacionalizadas ou mesmo expropriadas no governo Allende. Mantiveram-se pouquíssimas empresas sob o controle do Estado, e muitas delas tinham processos de licitação abertos.

Destacamos aqui a reforma trabalhista que foi ratificada com o *Plán Laboral* de 1979. Ratificada, pois consolidava diversas políticas que já estavam em atividade anteriormente. Ainda que a base legal trabalhista dos governos democráticos permanecesse, imediatamente após o golpe militar diversos dos direitos dos trabalhadores foram revertidos, principalmente na organização de greves e na negociação com os patrões. A perseguição às lideranças sindicais se somou à fragmentação do poder coletivo dos sindicatos, submetendo os trabalhadores a uma “política de ameaça e submissão em relação ao setor patronal” (CHATEAU, 2012, p. 263).

O objetivo do *Plán Laboral* era flexibilizar o mercado de trabalho chileno para melhor se adaptar ao livre-mercado. Isso representou o ataque à capacidade de organização do trabalhador, a instauração de demissões sem expressão de causa e a eliminação da indexação de salários. Tais medidas visavam à redução do custo de mão de obra, mantida pela existência de uma taxa constante de desemprego, para aumentar a competitividade chilena em relação ao exterior.

A reforma previdenciária pode ser classificada como a maior das novidades apresentadas pelos *Chicago boys*: um sistema individual de acumulação de renda em administradoras privadas de fundos de aposentadoria. As pessoas deveriam destinar uma porcentagem de seus ganhos para investi-los mensalmente em algum dos fundos, com rendimentos e condições distintas, recebendo-os após a aposentadoria. Acabando com o sistema universal de repartição da renda acumulada, o regime passou a atrair os chilenos para optarem pelas administradoras, chamadas AFPs, criando um modelo em voga desde então.

Considerações finais

A partir da década de 1970, o modelo hegemônico de política econômica mundial entrou em crise. O estado de bem-estar social e a iniciativa estatal não conseguiram lidar com os desequilíbrios no mercado petrolífero mundial, levando a um cenário inédito de estagnação econômica e inflação crescente. Aproveitando a oportunidade, teóricos de um novo pensamento econômico ganham notoriedade ao defender o abandono dos antigos métodos e a adoção de políticas econômicas baseadas

na liberdade individual: a chamada teoria neoliberal. Os neoliberais argumentam que tais práticas, amparadas no Estado, acabam por deteriorar a vitalidade da concorrência e, em decorrência, destruir a liberdade dos cidadãos. Era necessário então reduzir a atividade estatal ao mínimo possível, restringindo-a somente à manutenção da estabilidade monetária, enquanto os demais setores fossem delegados à iniciativa privada. A retirada de obrigações trabalhistas do empregador e o enfraquecimento do poder sindical contribuiriam para o reaquecimento econômico, ao garantir mais liberdade de ação ao empresariado (ANDERSON, 1995, p. 9 - 10).

Até a chegada da crise da década de 1970, alguns dos economistas monetaristas estavam envolvidos na amplificação dos seus ideais em regiões de predominância do estatismo. Milton Friedman, professor de Economia da Universidade de Chicago, foi um destes teóricos, envolvendo-se em projetos de intercâmbio de pós-graduação para alunos da Pontifícia Universidade Católica de Santiago. Tais projetos se inseriram nos programas de assistência estadunidense para a América Latina, que buscavam frear o avanço do comunismo promovendo o desenvolvimento socioeconômico (SILVA, 2008, p. 147). O resultado desse programa de intercâmbio foi o fato de que os monetaristas, egressos da universidade de Friedman, apresentaram-se como a melhor alternativa para a recuperação produtiva do país. Os chamados *Chicago Boys* reproduziram o discurso neoliberal, apontando o excesso de estatismo da Unidade Popular, e de todos os governos anteriores, como os responsáveis pela crise econômica na qual se encontrava o Chile, e que perdurou ao longo dos anos iniciais da ditadura. Disputaram com outros setores da Junta de Governo mais identificados com o estado de bem-estar social, entretanto, a partir da aliança com o general Pinochet e seus partidários, conseguiram dirigir as reformas econômicas do regime.

Como visto, a redução drástica do poder econômico do Estado foi comum a todas as reformas. As principais modificações econômicas se concentraram nos seguintes campos: o tributário, o financeiro, das empresas estatais e setores nacionalizados, e o do comércio com o exterior. Já nos instrumentos sociais, com a referida substituição da concepção de “direito social” para “serviços” prestados pelo Estado, áreas de importância chave para o sistema de Estado de Compromisso foram radicalmente alteradas. A introdução de uma lógica de mercado aos sistemas de saúde, educação, previdência e trabalho trazia consigo a coexistência de agentes públicos e privados nos serviços, bem como o surgimento de um preço de mercado associado a eles.

Para os militares, o neoliberalismo, além de compartilhar a rejeição da deliberação política pelo rigor técnico e pautar suas ações pela lógica da eficiência, garantiu uma estabilidade monetária que

possibilitou sua modernização. Aliada à liberação do acesso a crédito estrangeiro, e a partir da expansão concentrada do mercado financeiro, as instituições militares puderam continuar e aumentar seus projetos de aquisição de materiais, veículos e treinamentos, que não eram possíveis desde antes do governo Unidade Popular. O projeto político monetarista foi instrumentalizado a partir do momento em que começou a ser exitoso, consolidando em Pinochet a personalidade do regime, afastando os estatistas que disputavam com ele o protagonismo (ZÁRATE, 2001, p. 167 - 226).

Atualmente, vemos que além do legado violento deixado pela repressão ditatorial, há também um legado institucional que segue consumindo os chilenos, e que é objeto central das contendas políticas. Nas últimas décadas, desde a abertura política em 1990, velhas e novas figuras do monetarismo chileno seguem com grande prestígio e com um grande número de seguidores, ao mesmo tempo em que diversos episódios de convulsões sociais têm se levantado contra a estrutura neoliberal da ditadura. Portanto, estudar as origens do neoliberalismo e a formação de suas instituições é primordial para a compreensão do atual cenário sociopolítico na América Latina, e, de forma geral, de todo o mundo.

Referências bibliográficas

- AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo a experiência chilena**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 170 p.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota: Chile 1970-1973**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.).
- BITAR, Sergio. **Transição, Socialismo e Democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- CHATEAU, Manuel Gárate. **La Revolución Capitalista de Chile (1973-2003)**. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.
- COLLIER, Simon ; SATER, William F. **A History of Chile, 1808 – 1994**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DÉLANO, Manuel. TRANSLAVIÑA, Hugo. **La Herencia de los Chicago Boys**. Santiago de Chile: Eds. Ornitorrinco, 1989.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Entre el Neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile**. Santiago de Chile: LOM EDICIONES, 1999.

GRAL. Gustavo Leigh G. "Ecos de un proceder", **Revista de la Fuerza Aérea de Chile**, N° 129, sept.-dic. 19'13.

MARRAS, Sergio. **Confesiones**. Santiago: Onitorrinco, 1998.

MELLER, Patricio. **Un Siglo de Economía Política Chilena (1890-1990)**. Santiago, Editorial Andrés Bello, 1998.

MONTES, Leonidas. **Milton Friedman y sus visitas a Chile**. Santiago de Chile: Estudios públicos, 2016.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual. Anatomía de un mito**. Santiago: LOM Ediciones, 1997.

O'BRIEN, Phillip. **The New Leviathan : the Chicago Boys and the Chilean Regime, 1973 – 1980**. n°1. IDS Bulletin 13, p.38 – 50.

RAMOS, Juan Pablo Carrillo. "Poder Constituyente y Contrarrevolución. Nacimiento y consolidación del Estado Neoliberal en Chile. **Rebelión**, 10 out, 2009. Disponible em: <https://rebelion.org/nacimiento-y-consolidacion-del-estado-neoliberal-en-chile/>. Acesso em: 17 set, 2021.

SILVA, Patricio. **In the Name of Reason: Technocrats and Politics in Chile**. University Park : The Pennsylvania State University Press, 2008.

VALDÉS, Juan Gabriel. **Pinochet's economists: the Chicago School in Chile**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. **El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet**. Chile 1960-1980. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

VALDIVIA ORTIZ DE ZARATE, Verónica. Estatismo y Neoliberalismo: um Contrapunto Militar. Chile:1973-1979. **Historia**, Santiago, vol. 34, pp. 167-226, 2001.

VERGARA, Pilar. **Auge y caída del neoliberalismo en Chile: un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar**. Santiago de Chile: FLACSO, 1984-.

“Pernambuco terá Comissão da Memória e Verdade”: debates sobre a ditadura civil-militar a partir da Comissão D. Helder Camara (2011-2018)

**“Pernambuco will have a Memory and Truth Commission”:
debates on the civil-military dictatorship from the D. Helder
Camara Commission (2011-2018)**

Carlos André Silva de Moura

Doutor em História
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
casmcarlos@yahoo.com.br

Karlla Karina Pereira Felix

Mestranda em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
karllafelixupe@gmail.com

Recebido: 27/03/2024

Aprovado: 02/08/2024

Resumo

Neste artigo, analisamos parte dos debates sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) em Pernambuco, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Camara. Compreendemos como pilares basilares dessa comissão: a particularidade do momento político no Estado, os organizadores do relatório e as suas formações profissionais. Como fontes, utilizamos entrevistas realizadas com membros da comissão, o relatório produzido pelo órgão e o Diário Oficial do Estado de Pernambuco. A partir do material, analisamos como a cultura histórica se estabeleceu e qual o caminho percorrido até as considerações finais da comissão. Neste sentido, consideramos que foram envidados esforços para inserir no centro do debate a violência institucional no campo como elemento basilar do que propomos como a cultura histórica sobre a ditadura em Pernambuco.

Palavras-chave: Comissão da Verdade; ditadura civil-militar; Pernambuco.

Abstract: In this article, we analyze part of the debates about the memory of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) in Pernambuco, based on the work developed by the Dom Hélder Camara

State Commission for Memory and Truth. We understand the basic pillars of this commission to be: the particularity of the political moment in the State, the organizers of the report and their professional training. As sources, we used interviews carried out with members of the commission, the report produced by the body and the Official Gazette of the State of Pernambuco. From the material, we analyze how historical culture was established and the path taken until the commission's final considerations. In this sense, we consider that efforts were made to insert institutional violence in the countryside at the center of the debate as a basic element of what we propose as the historical culture about the dictatorship in Pernambuco.

Keywords: Truth Commission; civil-military dictatorship; Pernambuco.

“Não há processo aqui, apenas estancamento”
(SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 196).

Ao longo deste artigo, realizamos um debate sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) em Pernambuco, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara (CEMVDHC). Nesse sentido, foi fundamental nos ancorarmos nos documentos produzidos institucionalmente pela Comissão e em entrevistas²⁵ com seus membros. Na nossa investigação, as fontes orais foram utilizadas para compreender questões sobre a memória, narrativas e subjetividades dos agentes que participaram como organizadores da Comissão (PORTELLI, 2016, p. 10).

A CEMVDHC está circunscrita no que se convencionou chamar de guinada nos trabalhos sobre a memória da ditadura no Brasil. Os debates sobre a instituição dessas políticas partiram da necessidade da criação de ações efetivas que instituíssem ferramentas para que a sociedade brasileira compreendesse os crimes ocorridos no período. Segundo Marcio Seligmann-Silva (2022, p. 192), esse tema voltou à pauta a partir de 2011 por conta das demandas por memória, verdade e justiça impulsionadas pela instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

A CNV ensejou a criação de uma série de comissões estaduais e municipais que objetivaram investigar o passado ditatorial. No entanto, como foram criadas? Seguiram as diretrizes estruturantes da CNV? É nesse sentido que este artigo surge, a partir da necessidade de investigar os trabalhos

²⁵ Todas as entrevistas foram realizadas durante o período de distanciamento social devido à pandemia da COVID-19. O método de coleta de informações respeitou todas as orientações de pesquisa divulgadas no período.

desenvolvidos pela CEMVDHC, suas especificidades locais e alguns dos resultados desenvolvidos por seus integrantes.

A Comissão da Verdade de Pernambuco

Em Pernambuco, as políticas de memória sobre a ditadura começaram a ser adotadas de modo sistemático a partir da gestão de Eduardo Henrique Accioly Campos (1965-2014), governador eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2006 e reeleito em 2010. Em 2012, foi criada a CEMVDHC, cuja finalidade era “examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado de Pernambuco, ou contra pernambucanos ainda que fora do Estado” (PERNAMBUCO, 2012).

Eduardo Campos era neto de Miguel Arraes de Alencar (1916-2005), governador de Pernambuco no período do golpe civil-militar de 1964. Nos primeiros dias do regime, Miguel Arraes foi deposto e precisou se exilar, partindo para a Argélia, onde permaneceu por quatorze anos. É bastante sintomático que seu neto tenha sido o primeiro governador do Estado sensível às demandas pela adoção de políticas de memória. O vínculo familiar não consegue dar conta da complexidade do jogo político que levou a essa adoção, mas explica parcela significativa dos interesses e necessidades que circundam as políticas de memória. O próprio Eduardo Campos afirmou que entendia o sofrimento provocado pela ditadura, como governador e como parente de uma vítima do regime (ASSIS, 2011).

Nesse sentido, o envolvimento do governador teve uma importância decisiva na aplicação dessa política de memória. Outro fator que também contribuiu para sua inclinação foi a existência de um movimento nacional que impulsionava a criação de políticas que investigassem os crimes da ditadura civil-militar. Com efeito, havia uma pressão da sociedade civil organizada para a criação de uma comissão da verdade em Pernambuco. Como explicou o advogado Manoel Moraes:

Eu venho da sociedade civil [...]. Na verdade, a minha militância se dá dentro das entidades de Direitos Humanos. Para contar como eu entrei na Comissão, eu preciso voltar pouco antes na história. As comissões da verdade são resultado do III Plano Nacional de Direitos Humanos, que é resultado de uma articulação promovida pela 11ª Conferência de Direitos Humanos. [...]. Nós fizemos uma articulação nacional para que, no Plano Nacional de Direitos Humanos, um dos eixos fosse o “Direito à Memória e à Verdade”. E aí tem o compromisso para ter a Comissão da Verdade, né? E, *pari passu*, aqui em Pernambuco nós adaptamos o Plano Nacional de Direitos Humanos no estado e o governador aceitou, através de negociações com o Comitê da Memória e Verdade Dom Helder Camara, a criação de uma comissão estadual. A

ideia é o pacto federativo: se a União pode criar uma comissão nacional, o estado também pode, juridicamente, criar a sua comissão estadual. [...] Então a gente usou o projeto de lei que tramitava no Congresso Nacional para a criação da Comissão Nacional da Verdade e nós fizemos propostas aqui no estado que foram aceitas pelo governador (MORAES, 2021).

Fica demonstrado que as políticas de memória resultam da mobilização de diversos setores sociais. No entanto, deve-se ressaltar que já existiam segmentos envolvidos no diálogo com o Estado para adoção dessas políticas em Pernambuco bem antes de 2012. Apesar de o projeto de lei ter partido do Poder Executivo, a movimentação para a criação de uma legislação a respeito da Comissão foi pautada pelo Comitê da Memória e Verdade de Pernambuco. Há poucos registros sobre o órgão, sendo possível encontrar apenas alguns apontamentos da atuação do grupo no Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Na edição do dia 30 de setembro de 2011, consta a atuação de membros na audiência da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2011, p.47).

O Regimento Interno da Comissão foi publicado no dia 19 de junho de 2013, por meio do Decreto nº 38.386. O documento foi responsável por organizar as competências da CEMVDHC, suas finalidades e atribuições. O órgão foi dividido em três subcomissões: sistematização de documentos – constituída por historiadores e arquivistas; pesquisa – da qual faziam parte historiadores, sociólogos e profissionais de áreas afins; e audiências públicas, cujo objetivo era organizar as audiências, com a divulgação e convites a entidades representativas da sociedade civil e de defesa de Direitos Humanos (PERNAMBUCO, 2017, p. 27). A estrutura se assemelha com a CNV, que foi dividida nas subcomissões de pesquisa, comunicação e relações com a sociedade civil e instituições (GODOY, 2020, p. 59).

É importante destacar que, no final do Capítulo I do relatório da CEMVDHC, dedicado à apresentação da Comissão, destacou-se que o órgão “sempre procurou operar em conjunto com as forças atuantes da sociedade civil e com órgãos e instituições públicas relevantes para o cumprimento de suas tarefas” (GODOY, 2020, p. 59). O documento enfatiza a sua parceria com a Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, com arquivos estaduais e nacionais, com a Comissão Nacional da Verdade e com outras Comissões Estaduais da Memória e Verdade.

Para análise do processo de investigações da Comissão, torna-se imprescindível pontuar a participação da sociedade civil. Manoel Moraes relata que:

[...] um dos primeiros atos da comissão, se você for buscar a parte administrativa da Comissão, foi a publicação da relação de mortos e desaparecidos de Pernambuco no

Diário Oficial. Nós colocamos no Diário Oficial publicamente, fizemos uma campanha... Não sei se você sabe, mas foi feita uma campanha publicitária nos ônibus, foram feitos cartazes, foi feita uma campanha de rádio, para que as pessoas que tivessem notícias de mortos e desaparecidos, que se comunicassem com a Comissão da Verdade e que se elas tivessem documentos, que entregassem à Comissão. Foi uma campanha publicitária. Eu acho que poucas Comissões no Brasil tiveram uma campanha publicitária. Foi uma coisa linda. Eu vi naqueles ‘outdoors de ônibus’ e tinha lá: ‘Comissão da Verdade: contribua com a memória do Brasil’ [...] Então essa campanha publicitária tinha um objetivo, que era exatamente termos uma relação de pessoas mortas e desaparecidas em Pernambuco (MORAES, 2021)

Em paralelo, a edição do dia 1º de novembro de 2012 do Diário Oficial do Estado de Pernambuco publicou a lista inicial dos mortos e desaparecidos que preenchiam as condições fixadas na lei que instituiu a comissão. Do mesmo modo, foi divulgada a solicitação de que “qualquer cidadão ou cidadã que tenha conhecimento de fatos ou documentos relacionados aos indicados, que possam subsidiar os trabalhos, que entrem em contato, com a CEMVDHC” (PERNAMBUCO, 2012).

A CEMVDHC se dividiu em eixos temáticos a partir dos partidos políticos. Como resultado, cada capítulo do Volume I do relatório abrangia uma organização e os casos dos mortos e desaparecidos que compunham suas fileiras. Como Manoel Moraes explica, a escolha por essa estruturação parte da concepção de que:

[...] o Estado organizou a repressão contra esses grupos de uma forma muito especializada. Por exemplo: o CENIMAR atuava contra a AP-ML no Brasil inteiro. Então, não dá para você pensar na queda da AP... ou melhor, pensar no desaparecimento do Fernando [Santa Cruz] ou do Eduardo Collier, desconectado de toda a AP. Então a gente teve que fazer um estudo sobre a AP... depois a AP-ML, né? Eu estou dando um exemplo, porque eu fui o relator da AP-ML. Eu tive que estudar o que era AP-ML, depois estudar todas as pessoas que pertenciam àquela organização e organizar, depois desse estudo, todo o relatório partindo desse princípio, ou seja, de um todo. É o que a gente chama de método: a gente foi fragmentando essa informação e produzindo uma lógica *indutiva*. A gente não partiu da hipótese para o fato: a gente partiu de fatos, fragmentos, casos, para chegar em um todo (MORAES, 2022).

A construção de uma narrativa sobre os atingidos pela ditadura em Pernambuco centrada na concepção de um sujeito-vítima ligado a uma estrutura político-partidária é de suma importância para a análise do contexto e para o estudo das razões pelas quais os indivíduos foram perseguidos (MORAES, 2021). No entanto, seguir essa linha faz com que o relatório ratifique a perspectiva de que os agentes da ditadura perseguiram apenas militantes pertencentes a organizações que partiram para a luta armada. A limitação na abordagem não aconteceu apenas na CEMVDHC, mas também na

Comissão Nacional da Verdade – o que foi fruto de críticas por parte do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Um dos membros do Grupo afirmou que na Comissão Nacional não foi produzida:

[...] nenhuma informação que não se tenha antes. Desse modo, ‘ilude’ as pessoas, dando a entender que novos esclarecimentos serão possíveis. Muitas declarações públicas divulgadas por membros da Comissão são apontadas como já tendo sido denunciadas em outros espaços (SALGADO, 2020, p. 75).

Essa versão, que centraliza um grupo específico que foi atingido pela ditadura, representa o que Lucas Pedretti categorizou como tipologia das violências e dos personagens atingidos pela ditadura, na qual “os alvos dessa violência são militantes da luta armada ou universitários” (PEDRETTI, 2017, p. 66). A cristalização dessa narrativa é mobilizada por um grupo que compreende a ditadura na chave positiva, para construir o que Theodor Adorno classificou como *inflexão em direção ao sujeito*: pergunta-se à vítima o porquê de ela ser vítima (LEITE, 2018). Trata-se de uma perspectiva perpetuada e, assim como toda narrativa, mobilizada conforme as diferentes intencionalidades.

É importante ressaltar que o Volume II do relatório abordou questões que estavam para além dos mortos e desaparecidos envolvidos em partidos políticos. Isso nos conduz a um questionamento já estabelecido pela jornalista Julia Duailibi (2014), que destacou que “apesar das limitações, conta a favor da CNV a reação que provocou país afora, ao fazer pipocar comissões estaduais, municipais e da sociedade civil, algumas em pleno funcionamento, outras criadas apenas para tomar carona no burburinho”.

Neste sentido, questionamo-nos se a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Camara teve o seu pleno funcionamento ou se enquadra no outro aspecto apontado por Duailibi? A resposta é mais complexa do que um mero “sim” ou “não”. Quando perguntado se a CEMVDHC foi criada para pegar carona no burburinho do momento, Manoel Moraes respondeu:

Não. Eu tenho a honra de te dizer que a Comissão de Pernambuco foi a primeira comissão estadual que causou muito barulho [riso]. Ela produziu um relatório, tem duas páginas na internet de material sobre ela. A força dela é tão grande que agora mesmo está sendo criado um Grupo de Trabalho para retomar a divulgação dos relatórios, as recomendações... Se fosse um trabalho mal feito, se fosse um trabalho de espuma, não existiria um *grupo de trabalho* para dar seguimento à Comissão da Verdade de Pernambuco [...] Eu acho que essa expressão ‘pipocando’ é de quem não conhece muito esse movimento de Direitos Humanos. É claro que surgiram comissões que não prosperaram, mas isso não quer dizer que não contribuíram. Teve uma comissão da verdade da OAB que também não produziu relatório. Eu não chamo elas de ‘pipoca’, eu chamo de comissões que, por conta das suas especificidades, não deram seguimento ao relatório. A nossa é diferente: era uma comissão de Estado, por lei estadual, que tinha recursos pecuniários para exercer a

função. Era metade do valor que a Comissão Nacional recebia. Nós também tínhamos assessores. Então, foi toda essa estrutura que permitiu o trabalho da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (MORAES, 2022).

Na primeira entrevista realizada com Manoel Moraes, fizemos uma pergunta parecida. O nosso intuito, ao repetir o questionamento, partiu do interesse em compreender sua concepção após um avanço nas políticas de memória em Pernambuco. Durante a coleta de informações, foi indagado: “[...] o senhor cita o caso da Rosalina. O senhor diz que é preciso saber e dizer sobre o que não foi publicado ainda. Eu não quero entrar no debate do caso específico, mas lembrei dessa frase para perguntar: a comissão construiu um discurso sobre o que ainda não tinha sido falado ou publicado em relação à ditadura aqui no Estado?” Manoel Moraes respondeu que:

[...] eu não imaginava que a gente fosse encontrar tanto documento. A minha tese, no início da Comissão, é que tudo já estava disponível e que a gente não ia encontrar [inaudível]. E, por incrível que pareça, eu estava errado. Para você ter ideia, hoje, a gente tem uma pasta – você já deve ter acesso. A página da Comissão da Verdade Dom Helder Camara tem mais de 70 mil documentos e grande parte desses documentos é inédita: nunca foram publicados (Moraes, 2021).

As respostas do entrevistado são, de certo modo, complementares. No entanto, com o avanço nas políticas de memória no Estado de Pernambuco, foi possível perceber um maior otimismo sobre o legado da CEMVDHC. Na primeira entrevista, o advogado pontuou a digitalização de arquivos relacionados à ditadura. Tais fontes estão disponíveis no *website* da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) e no acervo da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Camara.

O resultado dos trabalhos da CEMVDHC foi materializado em um denso relatório dividido em dois volumes, fruto de anos de pesquisa e do olhar de inúmeros investigadores sobre o tema. O resultado cria a possibilidade de uma importante fonte para a compreensão das representações da ditadura em Pernambuco. Nesse sentido, podemos citar mais duas particularidades da comissão: em primeiro lugar, um grande volume de informações sobre o evento foi reunido em um documento de fácil acesso. Os relatórios foram entregues tanto no formato físico, em uma cerimônia no Palácio do Campo das Princesas, como no formato digital, disponíveis junto de um compilado de documentos no *site* da CEPE.

Os documentos também foram entregues a gestores de escolas da Rede Estadual de Pernambuco no dia 4 de novembro de 2021. A possibilidade de consulta do relatório por professores ou discentes do Ensino Básico se caracteriza como uma facilitação no acesso ao direito à verdade, instituída quase cinco anos após a publicação. Entendemos que a ação significa levar o conteúdo para

as mãos de um público não especialista na temática e reapresentar (ou apresentar) o assunto a um grupo que, possivelmente, não teve acesso a ele, fortalecendo a promoção dos valores democráticos de cidadania e Direitos Humanos na rede de ensino de fundamental, médio e superior.

Outro exemplo que nos traz a importância dos desdobramentos da Comissão é a construção do Memorial da Democracia que, segundo Manoel Moraes, pode se constituir como uma “espécie de centro difusor”: “vai ter muita coisa digital, como o Museu da Língua Portuguesa. Eu acho que vai ter muito material assim, para você tocar, acessar, vídeos, interatividade [...]” (MORAES, 2021). O relatório sugeria, nas suas recomendações, que o memorial deveria abrigar o acervo documental e multimídia sistematizado pela CEMVDHC, conforme determinava o artigo 11 da Lei nº 14.688/2012. Todos esses pontos são fundamentais em uma “batalha de memórias”, que implica “a transmissão (diálogos intergeracionais) e mediação (mediatizados ou em espaços públicos)” (BAUER, 2017, p. 231). Ou seja, a Comissão e todos os seus desdobramentos foram importantes para além do burburinho de levantamento de fontes e distribuição de um documento.

O uso da História na Comissão

Se o compromisso com a verdade histórica foi um dos pilares estabelecidos pela Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco durante a estruturação estratégica da Comissão, não poderíamos deixar de refletir sobre essa temática. A evocação da História e, por consequência, da sua incessante busca e compromisso com a verdade histórica por parte da Comissão pode se configurar como uma preocupação de referendar a pretensão por verdade que objetivou o órgão.

O deslocamento do ofício do historiador a uma comissão cujo objetivo era examinar e debater sobre as graves violações de Direitos Humanos praticadas por agentes públicos em Pernambuco, ou contra pernambucanos, ainda que fora do Estado, demonstra o entendimento de um possível “monopólio ou suposta autoridade dos historiadores no trabalho com o passado” (BAUER, 2017, p. 37). A noção de verdade que perpassa as comissões que investigam o passado ditatorial no Brasil também levanta problemas epistemológicos para o campo da História. Deve-se destacar que “comissões como essa tendem a construir uma narrativa oficial, unívoca”, contrapondo, com o processo social do conhecimento histórico, que “não se pretende uma ‘verdade’, mas uma forma de entendimento que contribua para compreensão refinada de experiência humana em toda a sua complexidade” (BAUER, 2017, p. 37). Uma comissão que tende a construir uma narrativa oficial sobre

determinado acontecimento histórico pode abranger, em seus trabalhos, toda a complexidade do ofício do historiador?

Isso acontece não por intencionalidade dos membros, mas pelo seu próprio caráter constitutivo, que tem limites. Com isso, não afastamos a importância da participação dos historiadores em órgãos dessa natureza: compreendemos, juntamente com Daniel Aarão Reis, que os historiadores dignos da arte à qual se dedicam devem se dispor a “enfrentar, sempre, as injunções das memórias seletivas”, dos Estados e das instituições (REIS, 2021, p. 459). Conforme apontado por Benito Bisso Schmidt, apesar de o historiador nunca ser neutro, ao longo da sua formação ele desenvolve habilidades “como a pesquisa em arquivos, a crítica documental, a interpretação de testemunhos e a coleta e análise de fontes orais que lhe permitem formar questões menos emocionais e mais balizadas por referências conceituais e metodológicas [...]”. A forma de análise tem o objetivo de compreender, a partir da análise de fontes, “as tramas do passado ainda que recente” (SCHMIDT, 2012 *Apud*. BAUER, 2017, p. 36).

Constatar que as comissões da verdade, pelos seus próprios limites enquanto políticas de Estado, não possuem, como pilar, a verdade histórica, mas um compromisso ético com a confiabilidade do testemunho e com o passado não é antagônico a defender a presença de historiadores nessas instituições (BAUER, 2017). Deve-se destacar que a memória “desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança” (SARLO, 2007, p. 9). Beatriz Sarlo (2007, p. 12) ainda alerta que “lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes”. Sendo assim, “essas modalidades do discurso implicam uma concepção do social e, eventualmente, também de natureza”.

A importância da presença de historiadores na Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara também foi ressaltada por Manoel Moraes. Ao ser perguntado sobre a importância desses profissionais, o advogado disse que essa presença foi “fundamental, porque os historiadores – como todo mundo na ciência – têm uma metodologia, têm um objeto. E o historiador – ou a historiadora – contribui para comissão analisando os documentos [...]” (MORAES, 2022). Neste sentido, considera-se que os profissionais contribuíram para a Comissão, mas não para que o documento buscasse a “verdade histórica”, mas um direito à verdade ancorado no que foi instituído como “direito fundamental do ser humano e dever do Estado estabelecido pela Organização das Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos” (BAUER, 2017, p. 77).

Pensar no conteúdo de um relatório que denuncia violações de Direitos Humanos não nos exige de compreendê-lo enquanto uma narrativa que deve ser entendida em seu conjunto de intencionalidades, visto que tal narrativa compila, através da linguagem, uma compreensão da experiência histórica. Desse modo, o relatório perpetua “determinada memória e certas interpretações sobre a história recente brasileira, legitimando algumas representações difundidas socialmente” (BAUER, 2017, p. 173).

Por isso, mobilizaremos o conceito de cultura histórica para a análise do conteúdo do relatório, visto que essa categoria contempla o conjunto de recursos e práticas sociais “através das quais os membros de uma comunidade interpretam, transmitem, objetivam e transformam seu passado. Ao estudar a cultura histórica, indagamos a elaboração social da experiência histórica”²⁶ (SANCHEZ COSTA, 2009, p. 277).

Segundo Fernando Sánchez Costa (2009), a prática social de transmissão e recordação do passado possui a forma de um sistema, de uma rede sociocomunicativa composta por quatro elementos estruturantes: os emissores, os meios, a mensagem e os receptores. Sendo assim, mobilizamos esses quatro elementos na análise do resultado dos trabalhos da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder. Deve-se considerar que se trata de uma experiência histórica que foi mobilizada e projetada em um espaço público através de variados meios, formulada por um grupo e que buscava alcançar receptores determinados.

É importante destacar que a CEMVDHC não conseguiu alargar a categoria da vítima da ditadura – como foi realizado pela Comissão de São Paulo, que evidenciou a violência cometida contra crianças no período (SÃO PAULO, 2014). A Comissão do Rio de Janeiro dedicou um olhar para a violência do regime contra as favelas cariocas, para a repressão à sexualidade e a violência sexual contra mulheres, entre outros temas. Esta última Comissão, por exemplo, foi composta por pesquisadores que buscaram expandir o olhar sobre a ditadura (RIO DE JANEIRO, 2015).

Lucas Pedretti afirma que a ditadura “mantinha o mito da ‘democracia racial’ como importante pilar ideológico, [e] logo conferiu aos bailes o *status* de ameaça à segurança nacional”, fato fundamental no processo de circunscrever “o caso dos bailes nos permite inscrever a violência ditatorial em uma temporalidade mais larga” (LIMA, 2018). O acervo da CNV possui um documento “resultado de levantamento de dados sobre a temática ‘a repressão aos negros durante a ditadura’ elaborado por

²⁶ “[...] a través de las cuales los miembros de una comunidad interpretan, transmiten, objetivan y transforman su pasado. Al estudiar la cultura histórica indagamos la elaboración social de la experiencia histórica” (SANCHEZ COSTA, 2009, p. 277. Tradução Livre)

pesquisadoras da Comissão Nacional da Verdade”, sendo possível construir e identificar “dentre aqueles já reconhecidos oficialmente como mortos e desaparecidos políticos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, quais eram negros” (LIMA, 2018).

Sobre a temática, perguntamos, em entrevista com o historiador Lucas Pedretti, sobre a maneira que se relaciona a presença desses pesquisadores com as demandas adotadas para investigações da Comissão. O pesquisador afirmou:

O caso da Comissão Nacional da Verdade [...] um capítulo sobre homossexualidades – como eles chamam, né? –, ou seja, sobre a perseguição à população LGBTQIA+ [...] esse capítulo existe muito por conta de uma pressão construída por uma aliança entre pesquisadores e movimentos sociais, que tinha como figuras fortes o James Green e o Renan Quinalha. [...] Que passou, inclusive, pela publicação de um livro sobre o tema, antes da publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. De modo que a comissão ficou sem meios de falar que não tinha material para ser publicado, por exemplo. Porque se você pega, por exemplo, uma entrevista do Pedro Dallari – que foi coordenador da Comissão Nacional da Verdade – para a Cristina Buarque de Hollanda [...] ele fala: “ah, tem certos temas que não entraram porque não tinha acúmulo teórico, não tinha acúmulo de pesquisa”. A gente sabe que não é isso, né? Não tinha vontade política para, por exemplo, tratar da questão racial, para tratar da questão das favelas e periferias.[...] No nosso caso da Comissão da Verdade do Rio, passou por aí também – embora não tenha sido tão tensionado. A gente tem um capítulo sobre racismo e um capítulo sobre favelas e periferias muito porque tinha historiadores na equipe e a gente se articulou com outros historiadores que já pesquisavam o tema que conseguiram ali, numa forma de pesquisa militante, apresentar relatórios de pesquisa para a Comissão da Verdade do Rio, que tornava impossível a comissão não publicar esses temas [...]. Então eu acho que, sem dúvida nenhuma, a presença de historiadores muda tudo. Outro caso é o caso dos indígenas, a presença do Marcelo Zelic como uma figura importante para a questão indígena na Comissão Nacional da Verdade. (LIMA, 2022).

Os membros das comissões, importantes agentes configuradores das narrativas sobre a ditadura, em consonância com o seu lugar de produção, são fundamentais para estruturarem seus trabalhos e decidirem quais temáticas serão abordadas. Os indícios nos levam a compreender que o “não-lugar” dos recortes de raça e gênero no relatório da CEMVDHC foi resultado de uma escolha relacionada tanto com o olhar que os membros da comissão tinham em relação ao tema, quanto a uma escolha institucional no processo de adoção dos componentes da comissão. Usando as palavras de Lucas Pedretti, trata-se de “uma escolha deliberada, cujas razões residem, em larga medida, na manutenção daquela memória dicotômica sobre a ditadura” (LIMA, 2018, p. 26).

Como exemplo da nossa afirmativa, pode-se destacar que a violência contra mulheres aparece no relatório apenas na página 119 do Volume II, quando a CEMVDHC chega à conclusão que “tal

como ocorreu em outras regiões do país, os mesmos tipos de sevícias sexuais foram, de modo geral, praticados em Pernambuco” (PERNAMBUCO 2017, p. 119). A conclusão é exemplificada com três casos: Sílvia Montarroyos, Anatólia Alves e Genivalda Silva. Mesmo que sete mulheres tenham sido mortas ou desaparecidas em Pernambuco, o tema da violência de gênero não é explorado em profundidade no relatório (PERNAMBUCO, 2017, p.119).

A não abordagem dessas temáticas pelo relatório da comissão pernambucana não faz com que ele tenha uma importância menor do que os documentos produzidos por suas congêneres ou as pesquisas que se debruçam sobre o tema. No entanto, essa ausência evidencia que os membros da Comissão – seus emissores ou agentes configuradores – escolheram sustentar o olhar de quem é “vítima da ditadura” em Pernambuco.

Assim como a análise de Caroline Bauer (2017) acerca da Comissão Nacional da Verdade, compreendemos que a circunscrição reforçadora das vítimas da ditadura por parte da Comissão Estadual de Pernambuco se deveu às escolhas de investigações que afetariam a escrita do relatório. O ofício predominantemente da área do Direito entre os membros da comissão trouxe o caráter de “descrição de fatos” e narrativa baseada na realidade fatídica, com a formulação de um documento com caráter jurídico positivista da narrativa (BAUER, 2017, p. 178-179).

Os meios da Comissão da Verdade Dom Helder Camara

Ao definir o conceito de cultura histórica, Sánchez Costa (2009, p. 276) afirma que as mensagens sobre o passado “só assumem relevância coletiva quando são estruturadas, representadas e usadas em um ambiente social”. Para serem catalisadas e instrumentalizadas, tais mensagens necessitam de meios capazes de divulgá-las para a sociedade de maneira mais ampla. Esses meios são responsáveis por possibilitar a comemoração pública sobre determinado evento histórico, visto que carregam uma determinada memória sobre o passado.

Debater sobre os meios de divulgação de determinada narrativa histórica extrapola a circunscrição do debate no campo da historiografia, visto que pode ser situada, inclusive, no campo da história pública, entendida em seus aspectos de produção, circulação, difusão, recepção e consumo do conhecimento histórico (BAUER, 2017, p. 174).

A cultura histórica sobre a ditadura em Pernambuco formulada pela CEMVDHC utilizou diversos meios para divulgar sua representação sobre o passado ditatorial. Os principais são o relatório,

que catalisa de forma abrangente a narrativa formulada pelos membros da comissão, e o *site* da Comissão que abriga a vasta documentação sobre o período.

Por se tratar de um sistema que é sociocomunicativo, faz pouco sentido que os meios se restrinjam a dois livros de quase novecentas páginas, cujo alcance é evidentemente pequeno. Um importante passo foi realizado no que se refere à divulgação da documentação, especialmente quando foi entregue a gestores de escolas da Educação Básica. No entanto, consideramos que, além de publicizar, é preciso promover uma formação para que os professores tenham propriedade sobre a documentação e, assim, esse tema seja trabalhado de uma forma que não vá ferir os princípios de cidadania e de defesa aos direitos humanos. No início da pesquisa, Manoel Moraes afirmou que:

Não temos o Memorial da Democracia, não temos os seminários para repassar [...] Não houve um processo de divulgação do relatório, não é? Eu acho que ainda temos volumes de relatórios ainda guardados no acervo do estado. Tire uma foto. Vá lá no acervo do Estado de Pernambuco e tire uma foto do volume de relatórios que estão lá e nunca foram divulgados nas escolas públicas. Entendeu? Isso é muito sério. Muito sério (MORAES, 2021).

Compreendemos que a distribuição dos relatórios enfrentou alguns entraves. O primeiro é a não divulgação, seja nas mídias ou nas escolas, sendo essa última fundamental no processo de propagação de uma cultura histórica. É possível elucidar esse processo de compartilhamento sobre o passado ditatorial em Pernambuco utilizando o exemplo do dia da cerimônia de entrega dos documentos. O evento, pouco divulgado à época, foi realizado no Palácio do Campo das Princesas, sobre o qual ficamos sabendo através de um jornalista. Naquele dia, o local estava repleto de familiares dos mortos e desaparecidos, jornalistas, alguns poucos representantes de entidades estudantis, ratificando qual é o público para o qual se fala quando se pensa sobre a ditadura em Pernambuco.

Entre o final de 2021 e o início de 2022, houve uma importante guinada no desenvolvimento dos meios de transmissão da cultura histórica sobre a ditadura: de um lado, o Memorial da Democracia começou a ser construído (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2022); de outro, o relatório final da CEMVDHC foi entregue a gestores de escolas da rede estadual (BRITO, 2021).

O Memorial da Democracia foi formulado a partir de um protocolo de intenções assinado pelo então governador Paulo Câmara. Segundo Manoel Moraes:

[...] ao logo do último ano, nós fizemos uma série de iniciativas, conversas *informais*, com a vice-governadora, a doutora Luciana Santos, que propiciaram a criação do Grupo de Trabalho. Esse grupo de trabalho foi criado por decreto e tem quatro objetivos: instalar, recomendar o local e efetivação do Memorial da Democracia; o

translado da documentação da memória da Comissão para esse Memorial, que não é todo o documento, é alguma parte da documentação, porque uma parte fica no Arquivo Público de Pernambuco que é órgão de Estado; fazer o levantamento das recomendações; e propor, conforme o decreto, proposições legislativas. Para isso, a gente tem um grupo bastante eclético, que tem sete convidados. Eu sou convidado pela Universidade Católica de Pernambuco, como coordenador da cátedra Dom Helder Camara. Temos procuradores do estado, procuradores do município do Recife, representante do prefeito e de outras esferas públicas que estão participando do grupo de trabalho e outros membros, que foram membros da Comissão [...] ex-membros da Comissão estão lá (MORAES, 2022).

Como o Memorial é um meio recentemente construído, ainda não é possível compreender seu horizonte de alcance, assim como o da entrega do relatório para os gestores da rede de escolas públicas. Esse é um aspecto que necessita ser aprofundado por pesquisas futuras.

A mensagem em torno da Comissão

As mensagens estabelecidas sobre o passado são formuladas de maneira dialógica e competitiva. Para compreendê-las, é preciso não negligenciar o contexto em que tais narrativas emergem (COSTA, 2009). Por se tratar de um documento que instrumentaliza as violações de Direitos Humanos durante a ditadura, direcionamos o nosso olhar para compreender o processo de “institucionalização das memórias coletivas sobre as violações de direitos humanos”, visto que é justamente essa institucionalização que categoriza “quem eram os sujeitos de direitos humanos” concebidos pelo relatório (BAUER, 2017, p. 178).

O capítulo V do Relatório é compreendido como o “coração do documento” por apresentar os perfis dos mortos, desaparecidos e as representações sobre os três militantes das Ligas Camponesas atingidos pela ditadura. As principais informações que constam na biografia dos perseguidos são: I. Data e local do nascimento; II. Filiação; III. Atuação profissional; IV. Organização política; V. Data da morte.

O relatório consegue situar o leitor sobre cada acontecimento, mas não apresenta informações a respeito de raça e classe. Como exemplo, utilizamos o caso de Albertino José da Silva, que residia e trabalhava no Engenho Serra, em Vitória de Santo Antão. O relato situa o caso no período histórico, aborda as circunstâncias de morte e tece breves considerações. No entanto, não consegue aproximar o leitor da temática. O formato adotado propõe que o trabalhador do campo está descolado de si e reduzido ao seu período de militância na Liga Camponesa. Compreendê-lo desse modo acaba por ratificar um sistema de poder que afasta o sujeito do seu lugar social (PERNAMBUCO 2017). O sujeito deixa de ser compreendido no seu mosaico de multidimensionalidade. Como alertado por Djamila

Ribeiro (2019, p. 68), “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas sobre o mundo que ocupamos”.

Outro aspecto sobre a mensagem do relatório é o número de mortos e desaparecidos que aparecem no volume I: apenas uma pessoa não constava em relatórios anteriores, como os produzidos pela Comissão de Mortos e Desaparecidos e pela Comissão da Verdade. Mesmo assim, nota-se que esse problema não foi exclusividade da Comissão Estadual de Pernambuco. A Comissão Nacional, conforme abordado por Caroline Bauer (2017), possuía uma capacidade de complementar dados já existentes e de elaborar uma nova narrativa sobre a ditadura civil-militar, mas o que a CNV conseguiu atingir foi muito pouco. A historiadora destaca que, “para muitos, os resultados apresentados apenas repetiam o que prévias comissões congêneres, meios de comunicação e livros já haviam publicitado” (BAUER, 2017. p.178). Essas limitações não se deveram apenas às questões de prazo de trabalho ou amplitude cronológica de análise, mas a escolhas de investigações e de elaboração do relatório (BAUER, 2017).

A partir dessas considerações, podemos indagar: o que foi dito no Relatório que ainda não se sabia? A categoria de vítimas atingidas pela ditadura foi alargada? As categorias das vítimas que constam no relatório nos mostram que não. Durante o trabalho da comissão, talvez fosse o momento de formular uma mensagem acerca das mais diversas categorias de pessoas atingidas pela ditadura; não apenas apresentando agremiações políticas, mas nomes, rostos e vidas. As experiências individuais podem se tornar elementos positivos no processo de aproximação do público com a mensagem (ALBERTI, 2015), tornando-se um mecanismo para que a história da ditadura em Pernambuco chegasse a mais pessoas.

Consideramos que também seria necessário compreender a ditadura como um regime que ataca em nome da “moral” e, por isso, persegue corpos de travestis, uma classe social ou age de maneira específica com um gênero. O relatório reconhece que a violação sexual é um exemplo significativo das graves violações cometidas pela ditadura contra mulheres. No entanto, não há qualquer espaço dedicado ao tema dos travestis ou dos homossexuais.

É importante salientar que a CEMVDHC lançou luz sobre uma temática que não figurava nas interpretações hegemônicas formuladas sobre o regime civil-militar: a violência no campo. O relatório da comissão pernambucana abordou a questão a partir de dois aspectos: as violências cometidas contra indivíduos e a violência perpetrada de forma sistemática contra o campo. Ambos os agentes, indivíduos

e campo, compõem uma característica marcante da atuação de resistência à ditadura em Pernambuco. Socorro Ferraz, membro da CEMVDHC, reflete que:

Cada documento que surge como denúncia de violações dos Direitos Humanos torna-se uma contribuição para o esclarecimento das relações sociais entre os trabalhadores e os proprietários de terras. Os camponeses e os povos indígenas foram os menos vistos nesse processo de recuperação da memória da luta camponesa: por uma reforma agrária, que não veio ou pelos seus direitos trabalhistas, sempre negados; no caso dos índios pela demarcação de seus territórios (BARBOSA, 2021).

Nesse sentido, torna-se cada vez mais urgente compreender os casos de perseguição, tortura, morte e negação de direitos em diversas esferas contra trabalhadores rurais, “efetuadas por agentes privados que tinham a cobertura e a anuência de autoridades civis e militares” (BARBOSA, 2021).

Essa necessidade resultou no relatório temático sobre a situação camponesa durante a ditadura em Pernambuco. Socorro Ferraz afirma que “na relação das 51 vítimas de morte e desaparecimento por agentes do Estado brasileiro constam, oficialmente, vários camponeses [...] cujas biografias foram escritas e, na medida do possível, as circunstâncias de suas mortes e ou desaparecimentos esclarecidos”. Também constam no Relatório final da CEMVDHC relatos sobre as mortes de vários camponeses, “[...] como os da Usina Estreliana, a do militante Jeremias no Engenho Oriente, anteriores a 1964. Também a prisão e tortura de Gregório Bezerra, e, outras vítimas reconhecidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – FETAPE – e pela Comissão Camponesa da Verdade” (BARBOSA, 2021).

Em suma, a comissão concedeu um espaço importante para a violência no campo e aos partidos políticos. Em nossa discussão, cabe uma indagação sobre a mensagem estabelecida pela comissão: por que não fazer um relatório que investigasse as violações de Direitos Humanos em outros segmentos sociais? Era fundamental que o estado de Pernambuco reconhecesse a violência perpetrada contra organizações políticas, mas talvez fosse o momento de denunciar como a ditadura atingiu outros setores sociais. Manoel Moraes compreende a delimitação de análise do relatório da seguinte maneira:

Eu acho que o que a gente tem publicado no Relatório talvez seja uma fração do que nós temos dos documentos e depoimentos. Veja: houve um recorte. A gente teve que fazer um recorte para gerar aqueles Relatórios, mas a gente sempre chamou a atenção das universidades e de que essa documentação precisava ser explorada por pessoas como você, como eu [...] agora como pesquisador. Para que a gente pudesse amadurecer. Porque uma coisa é a demanda da Comissão da Verdade. Tínhamos uma lei e uma demanda. Nós tínhamos que entregar um relatório com tais objetivos. Então é diferente da dimensão acadêmica. A dimensão acadêmica é uma dimensão

de reflexão, de pensar, de refletir e na Comissão da Verdade a gente não tem esse tempo. A gente tem uma demanda muito objetiva (MORAES, 2021).

Compreendemos a dimensão acadêmica direcionada para o objeto. De igual modo, entendemos que o prisma de possibilidades direcionadas à violência implica diretamente no conteúdo adotado no relatório para que futuros pesquisadores abordem essa documentação, cada qual com o olhar do seu campo. A forma ensimesmada do documento aproxima quem tem interesse demasiadamente específico e prévio no texto.

Nesse sentido, questionamos: quais fatores influenciaram nesse formato ensimesmado adotado pela Comissão? Caroline Bauer (2017) pontua que, no caso da CNV, a limitação partiu de uma escolha, não sendo fruto de limitação da legislação. Do mesmo modo, para toda escrita existe um recorte que reflete como os emissores compreendem esse período, ou como esse grupo gostaria que fosse entendido (CHARTIER, 1990).

Outro ponto que compreendemos como fundamental é: para quem se fala quando se escreve esse relatório? A quem alcançamos quando falamos sobre a cultura histórica da ditadura no estado de Pernambuco? Sem dúvidas, o caráter ratificador do relatório em relação a outros documentos, a narrativa que evita “aproximações de caráter analítico”, sem rosto, cor ou som, pouco aproxima pessoas dessa temática. Sem essas reflexões, o texto pode se reduzir a um inventário sobre a temática, pouco conhecido e debatido.

Não atribuímos “falta de interesse” apenas ao tipo de texto do relatório. No entanto, esse documento preservou alguns dos aspectos de narrativas já existentes sobre a ditadura, como a imagem do sujeito-vítima enquanto uma pessoa distante, militante e repleta de interesses particulares. Com esse imaginário, perpetua-se a noção de que a ditadura perseguiu pessoas específicas e, por isso, afasta-se do grande público o interesse sobre o tema.

Considerações Finais

Qual o objetivo do Relatório da CEMVDHC? A ditadura brasileira é um período que extrapola os limites da historiografia e enseja posicionamentos éticos e políticos. Sendo assim, precisamos dialogar com um processo complexo de circulação, difusão, recepção e consumo do conhecimento. O modo como se aborda o tema pode fazer com que determinadas versões sobre o período permaneçam estáveis e regulares (BAUER, 2017). A mensagem cumpre um papel fundamental no sentido de

ultrapassar limites acadêmicos sobre o tema, para que seja realmente circunscrito no que categorizamos como história pública.

Pensar a ditadura a partir desta perspectiva não está relacionado com a ideia da História como “mestra da vida”, nem com o “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Afinal, a mera ampliação do ensino dessa temática não tem o poder de fazer com que as problemáticas que cercam a história da ditadura não ressurgam. No entanto, não há dúvidas de que pensar em extrapolar os limites sobre o conhecimento acadêmico do período assume a função de “patologia social”, não no sentido de oferecer mecanismos de cura, mas de fazer ver com mais nitidez quem são os verdadeiros doentes (BAUER, 2017).

Referências bibliográficas:

- AGUALUSA, José Eduardo. Livros contra o mal. **O Globo**. 09 Jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/jose-eduardo-agualusa/coluna/2022/07/livros-contr-o-mal.ghml> Acesso em: 10 de Jul de 2022.
- ALBERTI, Verena. História e Memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta Viz (Org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ASSIS, Chico de. **Onde está o meu filho?** Recife: CEPE, 2011.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Olho por olho... violações dos Direitos Humanos nos movimentos sociais do campo. In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do Golpe: direitos humanos, acervos, política e sociedade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Vol. 2.
- BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Ed. Jundiaí: Paco, 2017.
- BAUER, Caroline Silveira. Políticas de memória: aproximações conceituais e teóricas. In: GALLO, Carlos Artur (Org.). **Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- BAUER, Caroline Silveira. Vídeo Conversa com historiadoras. **História da Ditadura**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d_WtThsV_I4&t=732s. Acesso em: 17 jun. 2023.

- BRITO, Carol. Luciana Santos entrega relatório final da Comissão da Verdade a gestores de escolas da rede estadual. **Blog da Folha**. 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/luciana-santos-entrega-relatorio-final-da-comissao-da-verdade-a-gestores-de-escolas-da-rede-estadual/27907/>. Acesso em: 10 jul. de 2023.
- BRITO, Carol. Luciana Santos entrega Relatório Final da Comissão da Verdade a gestores de escolas da rede estadual. **Folha de Pernambuco**. 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/luciana-santos-entrega-relatorio-final-da-comissao-da-verdade-a-gestores-de-escolas-da-rede-estadual/27907/>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- CABET, Caio; OSMO, Carla; FRANCO, Paula; BENETTI, Pedro. A Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia no primeiro ano do Governo Bolsonaro. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990
- COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. **Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea**, Alicante, n. 8, p. 267-286, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5215/521552318012.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- DUALIBI, Julia. A Verdade da Comissão: vaidades, resistência militar e vastidão dos arquivos dificultam investigação de crimes da ditadura. **Revista Piauí**, abr. 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-verdade-da-comissao/>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- GODOY, Natália Aparecida. **A atuação dos historiadores na Comissão Nacional da Verdade: limites, contribuições e disputas pelas representações do passado recente**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.
- JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.
- LEITE, Alana de Moraes. **“Não é o destino, é a manifestação da violência”: o ensino do Holocausto como política de memória**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação Profissional em Educação, Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2018.

- LIMA, Lucas Pedretti. **Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- LIMA, Lucas Pedretti. Silêncios que gritam: apontamentos sobre os limites da Comissão Nacional da Verdade a partir de seu acervo. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 2, n.5, p. 62-76, out. 2017. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_04.php. Acesso em: 20 jun. 2021.
- NAPOLINATO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2020.
- PERNAMBUCO. Comissão Estadual da Memória e Verdade. **Cadernos da Memória e Verdade**. Recife: Secretaria da Casa do Governo do Estado de Pernambuco, 2013. Vol. 01.
- PERNAMBUCO. **Lei nº 14.688, de 1º de junho de 2012**. Criação da Comissão Estadual da Memória e Verdade D. Helder Camara. Pernambuco, 2012
- PERNAMBUCO. Relação dos mortos e desaparecidos e solicitação de contribuição da sociedade civil. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, sábado, 1º de novembro de 2012. Disponível em: <http://189.1.20.116/docreader/docreader.aspx?bib=2012&pasta=Novembro\Dia%2001&pagfis=8456>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- PERNAMBUCO. **Relatório final**: Volume I. Organização: Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara. Recife: CEPE, 2017.
- PERNAMBUCO. **Relatório final**: Volume II. Organização: Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara. Recife: CEPE, 2017.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Cultura. **Pernambuco ganha um Memorial da Democracia**. 25 fev. 2022. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/secultpe/pernambuco-ganha-um-memorial-da-democracia/>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e transições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. **Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil**. Salvador: Sagga, 2021.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Falar**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém, 2019.

RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. **Relatório / Comissão da Verdade do Rio.** Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

SALGADO, Livia de Barros. **Narrativas de dor e silêncio: tortura, clandestinidade e exílio na vida de homens e mulheres durante a ditadura brasileira.** Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil.** São Paulo: ALESP, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras. 2007

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico.** Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução.** São Paulo: Editora 34, 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicana. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. IV.

VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

VINYES, Ricard. Memoria, Democracia Y Destiñ. **História e Perspectivas**, Uberlândia, nº 54, 11-22, jan./jun. 2016.

Entrevistas:

LIMA, Lucas Pedretti. **Entrevista concedida a Karlla Karina Pereira Félix pelo Membro da Comissão Estadual do Rio de Janeiro.** 8 dez. 2022, plataforma Google Meet. Disponível em acervo pessoal.

MORAES, Manoel. **Entrevista concedida a Karlla Karina Pereira Félix pelo membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara.** 2 fev. 2021. Plataforma Google Meet. Disponível em acervo pessoal.

MORAES, Manoel. **Entrevista concedida a Karlla Karina Pereira Félix pelo membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara.** 2 fev. 2022. Plataforma Google Meet.

Artigos livres

Mapas e o Tesouro português: exportações, tecnologias escritas e colonialismo, c. 1760-1810

Maps and the Portuguese Treasure: exports, written technologies and colonialism, ca. 1760-1810

Luigi Pintaude

Mestrando em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

luigi.bpintaude@gmail.com

Recebido: 11/04/2024

Aprovado: 31/01/2025

Resumo: Este artigo investiga a forma documental dos mapas de exportação no Império português, entre 1760 e 1810. Tal tipologia, cada vez mais comum com a implantação das reformas pombalinas, apresentou, enquanto tecnologia escrita, um percurso não-linear e transformativo. A intenção é esboçar uma cronologia dessa forma documental e ressaltar algumas de suas peculiaridades no tempo. O texto utiliza análise quantitativa para tratar da especialização das práticas letradas e da reconfiguração de perspectivas sobre a natureza. O estudo também aborda as tecnologias contábeis e sua relevância em ampla escala na América lusa. Por fim, avaliam-se esses processos na capitania de Rio Grande de São Pedro, examinando trajetórias dos agentes imperiais e dos documentos que registravam as mercadorias exportadas. O argumento central é que os mapas de exportação expressam uma certa noção de natureza – unificada pela conversão em capital – efetivada e intensificada através de certas tecnologias, mapas de exportação de leitura tabular, que permitiram uma exploração econômica mais intensa de certos espaços coloniais.

Palavras-chave: Império Português, Mapas de Exportação, Colonialismo, Rio Grande de São Pedro, História Ambiental

Abstract: This paper investigates the typology of export maps as documents in the Portuguese Empire between 1760 and 1810. Such written technology (increasingly common with the implementation of the Pombaline reforms) had a non-linear and transformative trajectory. The intention is to outline a chronology for this typology and highlight some of its peculiarities over time. The text uses quantitative analysis to examine the specialization of literate practices and the reconfiguration of perspectives on nature. The study also examines accounting technologies and their large-scale relevance in Luso-America. Finally, these processes are assessed in the captaincy of Rio Grande de São Pedro by examining the trajectories of imperial agents and the documents that recorded exported commodities. The central argument is that the export maps express a particular notion of nature, unified by its

conversion into capital. This notion was achieved and intensified through specific technologies, particularly tabular export maps, which enabled a more intense economic exploitation of certain colonial spaces.

Keywords: Portuguese Empire, Export Maps, Colonialism, Rio Grande de São Pedro, Environmental History

Introdução

Os annos d'este escrivão [João Carlos Corrêa Lemos], e os desgostos de se ver indvidado, [...] tem feito inhabil os prestimos, [...]; pois que tendo um certo artificio de se fazer muito necessario principalmente aos Vice-Reis, a que só representa difficuldades, e nenhuma providencias, por se constituir o unico depositario dos negocios da junta, confunde todos os que são manejados pela sua inspecção, e quando os não pode absolutamente desembaraçar, recorre ao seu costumado, e extravagante systema de se deixar ficar em casa, debaixo do especioso pretexto de molestias no cerebro, faltas de vistas, verdadeiras tontices na cabeça &c. como me havia já instruido meu antecessor a respeito do seu inconstante comportamento.²⁷ (Vasconcellos, 1860 [1789], p. XX).

Em 20 de agosto de 1789, Luís de Vasconcelos e Souza, Conde de Figueiró, Vice-Rei do Brasil, assinou seu Relatório sobre o estado administrativo, da economia e das contas do Vice-Reino, a fim de deixar seu sucessor, José Luís de Castro, o Conde de Resende, bem informado. Enquanto escrevia sobre os funcionários da Junta da Fazenda Real descreveu as qualidades de João Carlos Corrêa Lemos. De temperamento volátil, preguiçoso e cheio de ardis; o olhar apressado do leitor contemporâneo poderia acreditar se tratar de um “artista” intempestivo e romântico de alguma parte do século XIX. A frágil confusão poderia até mesmo prosseguir com a observação dos equipamentos que provavelmente descansavam sobre sua mesa: caros papéis de linho, vindos da Holanda, França ou das cidades italianas; preciosos frascos de tinta, produzida com as “drogas” trazidas da Amsterdam, em cadinhos de vidro de Hamburgo, penas e pincéis transoceânicos, que viajavam desde os Países Baixos: artigos importados de Lisboa ou ainda, quando possível e permitido, produzidos na própria cidade, como era comum na administração portuguesa (QUINTÃO, 2020, pp. 12-18). O próprio ofício de fazer ver, de *re-apresentar* as realidades da colônia, suas riquezas e sua natureza, poderia dar a entender alguma semelhança.

²⁷ RELATÓRIO do Vice-Rei do Estado do Brazil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu sucessor o Conde de Resende, 20 de agosto de 1789, *RIHGB*, vol. XXIII, 1860, p. 233-234.

A ilusão seria desfeita, entretanto, se os olhos pousassem em suas “telas”. Ao contrário da natureza sublime dos quadros de Caspar David Friedrich ou da natureza revolta e intempestiva da letra de Castro Alves, o que seus “textos” revelam é a natureza prosaica e manejada; produzida e transformada em ativo mercantil. As cores tropicais são substituídas pelas linhas escuras e monocromáticas; as texturas, os sabores, cheiros e sons são convertidos em números, algarismos que atribuem valor de troca.

Lemos era um contador treinado, enviado pelo Erário Régio ao Rio de Janeiro, em 1767, com o objetivo de introduzir o método de partidas dobradas, ou método veneziano. Este era seu “certo artifício”, que o fazia “muito necessario”: ele sabia manejar as técnicas de contabilidade dos mercadores (ALDEN, 1968, pp. 314). O Marquês de Lavradio, antecessor do Conde de Figueiró no Vice-Reinado, havia escrito em seu próprio relatório que Lemos - apesar de possuir “genio muito forte” e “vingativo”, “bastante altivez”, de ser “muito desconfiado” e “bastantemente preguiço” – era “muito inteligente, assim no calculo como na regularidade da escripturação”.²⁸ A escripturação por partidas dobradas havia sido central para a formação da frágil, mas extensa rede mercantil que envolvia a economia-mundo capitalista (BRAUDEL, 1961, pp. 285-286). Através dela, os administradores, de Coroas, corpos e companhias, poderiam ver (economicamente) a si mesmos e aos outros, como afirmaria Matthäus Schwartz, contador dos Fuggers, banqueiros dos Habsburgo no século XVI, comparando a técnica a um espelho (CROSBY, 1999, p. 191).

Se, por um lado, o frade franciscano, Luca Pacioli, não foi seu criador - o que se pode afirmar com razoável certeza, afinal os primeiros registros datam de cerca de 200 anos antes de sua vida (1445-1517); por outro, foi ele que efetivou um momento forte de difusão desta *tecnologia escrita*, ao integrar sua forma - duas colunas, com créditos e débitos, respectivamente - e a matéria, o texto impresso em papel, em 1494. A seção de sua *Suma de arithmetica, geometria, proportioni et proportinalita* que versava sobre contabilidade foi traduzida para italiano, alemão, holandês, francês e inglês e foi altamente plagiada. No século XIX, as edições estadunidenses chamavam a técnica apresentada pelo frade de “a verdadeira forma italiana” (CROSBY, 1999, pp. 197, 201).

Na América portuguesa a chegada de homens *especiosos* como Lemos, instruídos no método veneziano, inscrevia-se em uma política mais ampla, de produção de um espelho econômico do Império português; um esforço pela representação administrativa da natureza e das formações sociais

²⁸ RELATÓRIO do Vice-Rei do Rio de Janeiro Entregando o governo a Luiz de Casconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *RIHGB*, vol. IV, 1842, p. 444. Conferir Nota 1.

luso-brasileiras, a fim de orientar os agentes do projeto colonial na formulação de políticas para tornar a conversão de produtos da terra em riqueza mais eficiente, através do controle do fluxo de pessoas, trabalho e mercadorias. Esta dinâmica, aprofundada após 1750, entretanto, já ocorria, há pelo menos um século (NOVAIS, 1995, p. 82; MONT SERRATH, 2013, pp. 12-13).

A criação do Erário Régio, em 1761, é um ponto central neste processo. Se podemos falar em centralização e concentração de poder é porque a criação de núcleos de tomadas de decisões e nódulos de redes de comunicação como este foram criados - neste período transicional, que caracterizou a segunda metade do século XVIII, principiado pelas reformas do Marques de Pombal – o que acabou por intensificar a possibilidade do exercício do poder (DA CRUZ, 2014, pp. 2-3; BETHENCOURT, 2016, p. 41). Reformas que se centravam na criação de locais privilegiados no acesso à informação - o que Pombal fez sob inspiração britânica - efetivada por meio das tecnologias informacionais, tais como as da contabilidade (DA CRUZ 2014, p. 23; MONT SERRATH, 2013, pp. 247-248).

Este estudo versa sobre uma das formas de representação do mundo que figuraram entre essas tecnologias: os mapas de exportação. Tal tipologia tornou-se cada vez mais comum com a implantação das reformas pombalinas, entretanto não o fez de maneira linear ou sem transformações. A intenção é esboçar uma cronologia para esta forma documental e ressaltar algumas de suas peculiaridades no tempo. Para tanto, o texto divide-se em três seções. Na primeira, tratarei do período das reformas, da especialização das práticas letradas e reconfiguração de perspectivas sobre a natureza. Na segunda, vêm ao foco tecnologias específicas e sua relevância em ampla escala na América lusa. Na terceira, com lente aproximada, será feita uma avaliação dessas dinâmicas na capitania de Rio Grande de São Pedro. Com estes procedimentos, pretendo capturar uma pluralidade de tempos e espaços que permita produzir um esforço historiográfico de escopo regional-imperial. Conclui-se que os mapas expressam uma certa noção de natureza – àquela apropriada pela dinâmica do capital – efetivada e intensificada através de certas tecnologias, que permitiram uma exploração econômica mais intensa de certos espaços coloniais.

O enquadramento da Natureza

Sob o peso dos custos do terremoto que havia assolado Lisboa em 1755, as contas do Império português preocupavam os letrados responsáveis pela formulação das políticas imperiais. Em 1761, pela primeira vez, a cota anual de 100 arrobas, imposta pela Coroa sobre a extração de ouro em Minas Gerais, não foi cumprida. Ainda que seja mais prudente falar em depressão ou estagnação da economia

extrativa do que propriamente de uma crise, os anos seguintes, ao menos até a década de 1790, apresentariam decadência na frequência da taxaço sobre produtos, indicando desaquecimento comercial, uma lenta queda nas exportações de ouro e queda das importações da capitania. A estagnação das capitanias do Nordeste açucareiro em nada contribuía para a situação econômica (MAXWELL, 1973, pp. 65-66; CARRARA et al, 2023, pp. 10-14). A criação do Erário Régio, neste contexto, é um importante indicador das tentativas de centralização e codificação das contas e dos fluxos econômicos do Império. De fato, um crescente número de instituições imperiais tornava-se subordinada ao Erário e lhe devia contas.

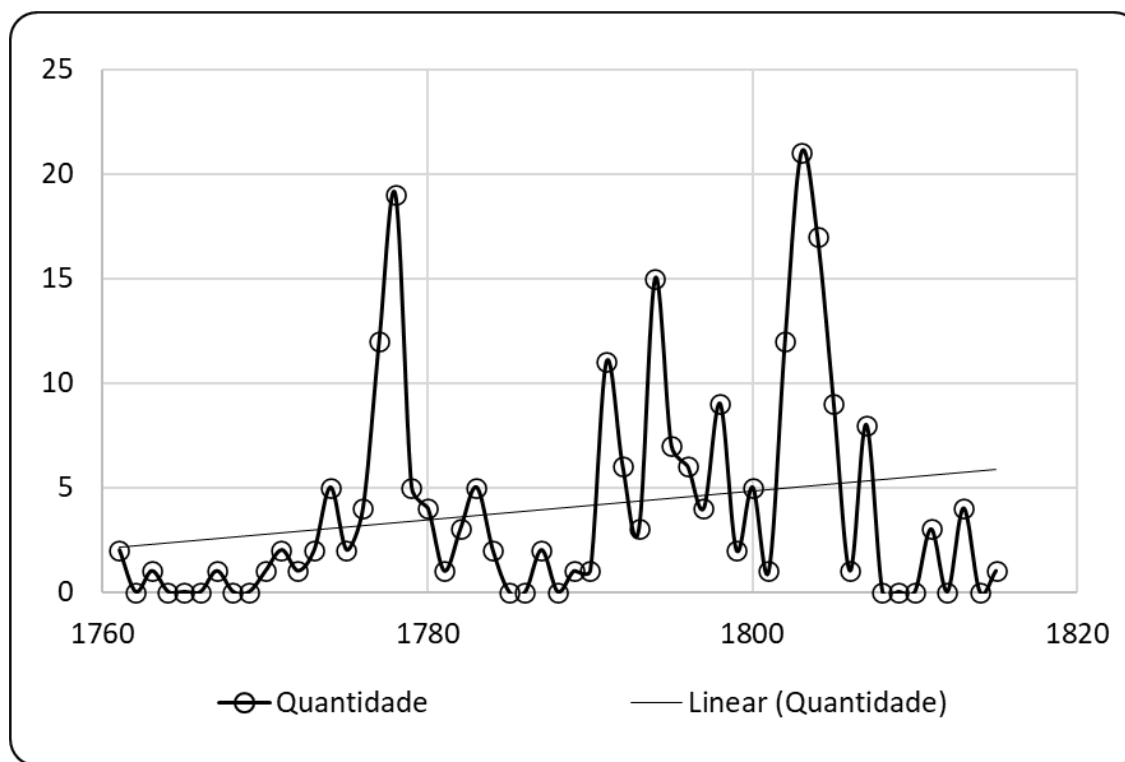
Desde 1711, a autonomia dos conselhos municipais vinha sendo colocada em questão por toda a extensão dos territórios ultramarinos, ou seja, uma dinâmica recente de centralização das contas imperiais se inseria em uma tendência mais longa de polarização política. Não se tratava de uma questão meramente colonial ou mesmo de ações isoladas um ministro que tomava o leme do Império, como por vezes o Sebastião José de Carvalho e Melo - secretário de Estado do Reino, entre 1750 e 1777, e responsável pela criação do Erário - foi retratado (DA CRUZ, 2014, pp. 7-8). Tratava-se de uma transformação da estrutura vigente no desenho da cobrança de impostos assentada largamente na escrituração contábil e na produção de um rigoroso sistema de contas públicas, que resultava em um reforço da centralidade do Estado em Portugal durante a segunda metade do século XVIII. As atividades fiscais, que antes do terremoto eram exercidas por uma série de indivíduos dispersos, estavam lenta, mas seguramente, sendo costuradas em uma mesma trama (CARDOSO, CUNHA, 2011, pp. 75-77)

É certo que, nos últimos anos, a historiografia sobre o poder no Império português tem observado mais atentamente as relações de aliança, conciliatórias e de negociação *em detrimento* das relações de poder verticalizadas de conflito e exploração (SOUZA, 2006, pp. 61-62; PAQUETTE, 2013, p. 21). A questão aqui proposta, contudo, continua sendo compreender as tensões colocadas nas disputas pelo controle da produção social da riqueza, organizada, evidentemente, através das malhas de poder, atravessando a costura social das relações de interdependência, cuja existência, esse mesmo capital tornava possível. Ademais, é notório que as práticas administrativas imperiais, já no final do XVII estavam em franco processo de centralização das decisões políticas, possibilitadas *materialmente* pela exploração sistemática das riquezas coloniais, do ouro em particular, na formação desta dinâmica de cristalização do império (SOUZA, 2006, pp. 68-69; BICALHO, 2010, pp. 353). Ironicamente, era

esse ouro e seu fluxo que era visto por alguns letrados como problema (MAXWELL, 2001 [1973], pp. 23-24)

Uma fração destes portugueses, ligados aos textos pombalinos, - que percebiam o Império português como sujeito a um “atraso” frente a seus concorrentes ultramarinos, que lhe drenavam o ouro – estavam à procura de caminhos para solucionar a situação. As propostas de intervenção da Coroa na economia, visavam superar as relações sociais enxergadas como “obstáculos”, através da fragilização do poder nobiliárquico, redução da presença espiritual e material da Companhia de Jesus nas conquistas e colônias portuguesas e criação de vias de comunicação intercontinentais (PAQUETTE, 2013, p. 26).

Gráfico 1 - Quantidade anual de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

Em termos comerciais, o tráfico marítimo da porção norte da colônia americana tornou-se formalmente controlado por companhias privilegiadas; a produção de vinho em Portugal recebeu privilégios regionais; a produção de seda foi protegida por legislações e uma extensa reforma

universitária foi operacionalizada (BETHENCOURT, 2016, p. 41). Não é surpresa que esta mudança qualitativa veio acompanhada por um aumento da produção de documentação administrativa (QUINTÃO, 2020, p. 3). Os papéis que carregavam as informações imperiais não se tratavam de mero suporte; eram, antes, uma das bases materiais de sustentação do empreendimento colonial, tal qual os navios, canhões e mercadorias tropicais. Os atos comunicativos da escrita e da leitura garantiam a corrente de transmissão das práticas de domínio sobre o território e o fluxo dos seus produtos. Os textos, reforçavam a interconexão entre as diferentes partes de um império ultramarino.

O método de partidas dobradas passava a ser central em diferentes partes do Império: nas Minas, no Rio de Janeiro ou onde quer que houvesse recursos a serem convertidos em crédito para assegurar as contas (ALDEN, 1968, p. 314; QUINTÃO, 2020, p. 10). A fim de sintetizar os dados e produzir a contabilidade, uma das principais formas para representar as potencialidades e a efetividade da exploração colonial foi o mapa de exportação. Esta forma documental, como sugere o termo “mapa”, utilizado como sinônimo de lista²⁹, tratava-se de uma compilação das informações referentes ao comércio de determinada região, sejam elas ligadas às cargas individuais de embarcações específicas; à carga de frotas inteiras, ou mesmo de cunho mais geral, com recorte de vilas ou capitanias em determinados anos (DE CAMBRAIA MARTINS; MELO, 2019, p. 87). Conforme cresciam as exportações, também o faziam - ainda que não reflexivamente, mas produtivamente - os registros de suas quantidades (Gráfico 1). Seguida de um crescimento muito forte da presença de documentos com "mapas de exportação" nos anos de administração pombalina, uma abrupta queda após o ano de 1778 marca o que se tornou conhecido na historiografia como a *Viradeira*, um período de reação às dinâmicas administrativas dos 27 anos anteriores. Entretanto, não podemos deixar levar pela imagem fácil de um pêndulo a variar em ritmos de alternância completa. A partir de uma pluralidade dos tempos, certos movimentos de mais longa duração operavam continuidades e intensificações de certas práticas, ainda que ao revés dos atribulados eventos da queda do Marquês (PAQUETTE, 2013, p. 35).

Em particular, a reforma educacional e universitária - através da introdução do estudo da lei natural, da instalação de laboratórios de ciências naturais e criação de escolas primárias e secundárias fora da jurisdição das corporações religiosas - teve um importante papel na formação das gerações das elites portuguesas que cresceram no período. Em 1759, a Aula de Comércio foi criada, uma escola na

²⁹ SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. v. 2, p. 266.

qual se treinavam os futuros *contadores* e *mercadores* do Império. Já em 1770, por meio do Alvará de 30 de agosto de D. José I, a frequência se tornou obrigatória a todos os mercadores. Deste modo, a seleção de oficiais passava a ser condicionada a sua formação em Colégios, Universidades ou Aulas, instituindo uma forma de produção de um espaço compartilhado de experiências que auxiliava a construir uma certa forma de se relacionar com o mundo (CHAVES, 2007, p. 267). Apenas dois anos depois, seguiu-se uma atualização do estudo das leis em Coimbra, em tendência ao que ocorria na Europa, de maneira mais ampla, com a presença de professores interimperiais. (BETHENCOURT, 2016, p. 41)

As reformas se inspiravam largamente nos governos de Maria Teresa e de José II, soberanos da Áustria, cujas administrações caracterizaram-se por uma série de medidas que desenharam um cenário de centralização política a partir da instituição de novos padrões de ensino, necessários a uma burocracia especializada. Sebastião de Carvalho e Melo, apesar de buscar referência no primeiro-ministro de Luís XIII, da França, o cardeal Richelieu, combinava as lições extraídas do francês com a respostas oferecidas pelo exemplo austríaco, no que se refere à estruturação as finanças e à relação com a Igreja. Não surpreende. Em Viena, quando ainda era embaixador, Carvalho e Melo, esteve entre a alta aristocracia e agentes administrativos do Império austríaco, cujas ideias educacionais e pedagógicas ajudaram a dar corpo às suas próprias políticas (CARDOSO; CUNHA, 2011, p. 72-73).

Entre os novos professores do Império, contratados para os novos colégios, estava o segundo lente da Aula de Comércio, Alberto Jaqueri de Sales, um dos responsáveis pela formação de um discurso mercantil sobre o mundo. Entre 1761 e 1773, ele publicou os quatro tomos do manuscrito *Diccionario do Commercio*, uma tradução do *Dictionnaire Universel de Commerce*, escrito por Jaques Savary des Brûlons filho (GUIMARÃES, CHAVES, 2020, p. 106). A construção de uma determinada forma de olhar para a Natureza, muito prática e analítica, foi adotada na escolha do texto a ser traduzido e adaptado, com exemplos comerciais portugueses (CHAVES, 2007, p. 268). Ainda que não haja uma entrada para o termo “Natureza”, diversas passagens permitem entrever os contornos de uma perspectiva que reparte as formas de vida não-humanas, a matéria orgânica e inorgânica em artefatos mercantis a serem apropriados. Se acompanharmos o verbete para a palavra “Terra”, logo perceberemos que o interesse expresso na obra que circulava entre os alunos não era explicitamente filosófico – ainda que estivesse orientado por uma determinada visão sobre o mundo –, mas econômico.

"Os Filozophos contão a terra por hum dos quatro elementos, que entrão na Compozição de todas as couzas; porem esta Substancia terra, não hé propriam(te) a terra que pizamos, como que habitamos.

Mas como esta materia não pertence a este Diccionario, contentar-me-hey de referir as terras, ou barros medicinaes, e das que servem para os Pintores, Tintureiros, e Manufacturas, e outras obras que fazem hum dos objectos deste Diccionario."³⁰

A questão se torna ainda mais evidente no verbete sobre “Árvores”. O destino que o autor aponta para elas é tornar-se uma imensa coleção de mercadorias, “objectos de Commercio”. Suas raízes, cascas, folhas, troncos e flores eram descritos a partir de um olhar que tinha como intenção a maximização do proveito mercantil de suas propriedades, ao torná-la um bem de consumo. Diz ele

"Há poucas Arvores que não forneção ao Commercio algum gênero de fazenda; ha tais como o coqueiro, cujas partes todas podem fazer hum objecto de commercio.

Os Droguistas, e os Boticários tiram das Arvores a maior parte das Drogas, e remedios próprios a Medicina: Outras produzem as côres para os Pintores, e os Tintureiros: E os Perfumadores preparam com as flores e pão ou a casca das ditas Arvores os mais preciosos perfumes."³¹

Novamente, não há uma entrada para “Animais”. Entretanto, a observação da descrição de suas variedades também escancara uma interpretação organizada em torno da objetificação e mercantilização do mundo e seus habitantes. Um caso exemplar é o das baleias, cujo comércio era um monopólio mercantil. Elas constituíam um grupo de seres vivos cuidadosamente descrito no Diccionario, cuja diversidade foi diretamente afetada pela pesca predatória que se seguiu à sistematização imperial do conhecimento sobre ele, entre os séculos XVII e XVIII (VIEIRA, 2023, p. 111, 120-121). Tudo isso estava na base da formação de um *mundo economicus*, uma realidade material e conceitualmente construída para dar corpo aos anseios de acumulação de capitais, a partir de uma incorporação da natureza que a igualava com a renda e a riqueza, que poderiam ser produzidas por meio de sua conversão em ativo mercantil (BONNEUIL, FRESSOZ, 2016, pp. 200-210). O estudo começava cedo: os candidatos tinham a idade mínima de 14 anos, mas não tinham limite de idade. O ápice dessa forma de enxergar o ambiente era a técnica das partidas dobradas, ou seja, o registro dos artefatos da natureza como valor monetário (CHAVES, 2007, p. 268).

Em 1779, a Academia de Ciências de Lisboa era fundada com o objetivo de difundir práticas e saberes científicos entre os súditos abastados. Literatura, história, *economia política* e *ciências naturais*

³⁰ SALES, Alberto Jacqueri de. Diccionario do Commercio. Tomo III. Que contem as Letras iniciaes Q, R, S, T, U, V, Z. [1761-1773], p. 282

³¹ SALES, Alberto Jacqueri de. Diccionario do Commercio. Tomo I. Que contem as Letras iniciaes A, B. [1761-1773], p. 185

eram parte das discursividades que circulavam intensamente nos seus corredores (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 127). Uma forma de entender o mundo, construída na tríade Natureza-Economia-Contabilidade, parece ganhar corpo no período. Não que se propusessem revoluções – a intenção era um controle efetivo, integração e conhecimento sobre processos produtivos e comerciais *já existentes* -, mas há de se notar uma alteração nos padrões de representação do que pode ser entendido como materialidade (PAQUETTE, 2013, p. 50). As práticas discursivas dos membros da Academia, especialmente, apresentavam uma característica fortemente prática, de união entre a compreensão de processos biológicos com o interesse na possibilidade de sua utilização na produção econômica (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 128).

Ainda que se possa pensar em uma oposição entre o *agrarismo* do período ao *mercantilismo* dos vinte anos anteriores, o que unifica a experiência, sem desqualificar suas especificidades, é a preocupação com a configuração de uma *economia política* no enquadramento modernizante. Observe-se, contudo, a relação dialética, estabelecida entre as forças da tradição agrária e as disposições recentíssimas deste *neo-mercantilismo*: ao mesmo tempo que se projetava o futuro, as experiências de passado eram mobilizadas (MAXWELL, 2013, p. 73; PAQUETTE, 2013, p. 38). A unidade entre os dois era, novamente, a intenção de utilizar o conhecimento do mundo “natural” para baratear o acesso às mercadorias, o que era entendido como o próprio intuito da natureza. Em 1789, o abade José Corrêa da Serra, um dos fundadores da Academia Real, escreveu o Discurso Preliminar, que abre a coleção de textos da instituição. Nascido em Serpa, Portugal, em razão de seu status de cristão-novo, mudou-se para Nápoles aos 6 anos, em 1757, onde iniciou sua formação. Nos 20 anos seguintes, dedicou-se ao estudo teológico e da História Natural, sob a inspiração de Luís António Verney, um ilustrado português que residia na Itália (CARDOSO, 2024a, p. 3). Depois de retornar a Lisboa, foi peça-chave na fundação da Academia e na formulação de seus objetivos. No Discurso, ele deixa explícito que a História Natural e a compreensão do mundo têm função econômica.

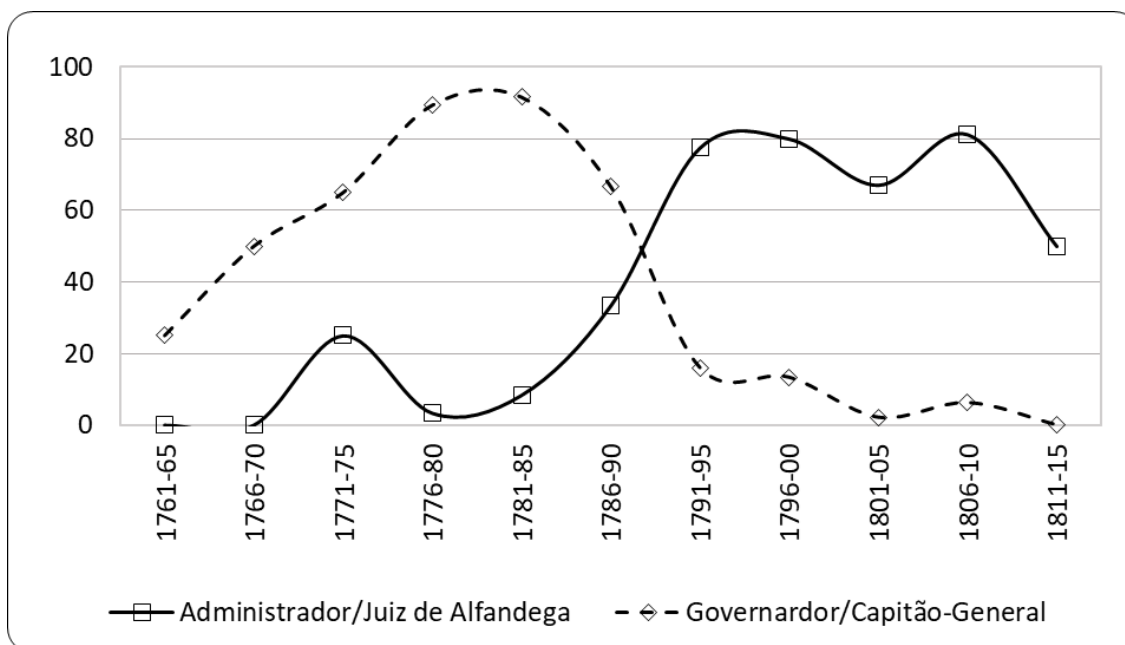
“O primeiro passo de huma Nação, para aproveitar Suas vantagens, he conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em Si encerraõ, o que de Si produzem; o de que Saõ capazes. A HiStoria Natural he a única Sciencia que taes luzes póde dar (...) As artes todas não Saõ mais do que huma applicação do conhecimento da natureza ás nossas precisões, e utilidades; o Seu adiantamento depende todas das Sciencias naturaes, e das exactas, e quanto mais eStas tem Sido cultivadas em cada povo (...) O exame o eStado actual das artes entre nós, o melhoramento dos methods, e máquinas que nella Se uSaõ, a diminuição dos gastos, e a dos preços que dahi resulta

(...) São outros bens que a Academia póde fazer a Portugal, bem análogos á natureza do Seu intuito.”³²

Os resultados de uma especialização técnica, ainda que incipiente nos primeiros anos da segunda metade do século, tornam-se visíveis com a transição da administração pombalina para os anos do primeiro-ministro Melo e Castro. Se, por um lado, é fato que os mapas de exportação "geralmente, eram emitidos pelos Juizes das Alfândegas dos portos de saída. Passavam pelas mãos do governador e eram destinados à secretaria de estado da Marinha e Ultramar" (DE CAMBRAIA MARTINS; MELO, 2019, p. 87), é certo, por outro, que uma mudança ocorreu a partir da década de 1780. Como apresenta o Gráfico 2, os emissores mais frequentes dos documentos com mapas de exportação alternaram-se em dois ciclos visíveis de 30 e 25 anos, entre os anos de 1761-90 e 1791 e 1815, respectivamente. Se, no primeiro ciclo, os governadores e capitães-gerais eram os emissores de maior significância, o que durou até a segunda metade da década de 1780; desde a segunda metade da década de 1770, os administradores e juizes de alfândega, tornavam-se cada vez mais presentes, até o pico de sua representatividade, entre 1806 e 1810. Parece ter ocorrido uma alteração no grau de especialização – e talvez até mesmo de instrução – dos agentes responsáveis pela produção técnica de documentação imperial. Uma autoria construída coletivamente – na longa duração da formação de uma linguagem comercial com características próprias dos impérios – era reformulada conforme o enquadramento administrativo se alterava. O mundo dos números, das finanças e do comércio era esboçado por mãos treinadas. Junto aos quadros populacionais, mapas geográficos e tratados políticos, os mapas de exportação possibilitaram à Coroa manipular matrizes de informação.

³² SERRA, José Corrêa da. “Discurso Preliminar.” in *Memorias económicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura*, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. VIII-IX.

Gráfico 2 – Porcentagem dos emissores entre os documentos que contém esta informação (Médias Quinquenais)



Fonte: Conferir Anexo 1

O manejo de espaços e remodelamento de paisagens não passava apenas pelas armas, pelo arado, pela enxada ou pelos carros de boi - ainda que todos fossem fundamentais à colonização -, mas também pelos pincéis e pela tinta. Números, palavras e assinaturas não somente representavam o mundo em seu conteúdo, mas o transformavam em sua materialidade. A padronização e uniformização da linguagem, um movimento epistêmico, dialetizava-se com a tentativa de uniformização da natureza, um movimento ontológico (PAQUETTE, 2013, p. 52). No entanto, as paisagens de que falamos, para além de serem entendidas como uma interrelação prática entre a atividade humana e a natureza extra-humana, têm de ser observadas como o resultado dialético entre uma ecologia particular, a ação cotidiana e rotineira das formas de produzir e o cálculo deliberado e planejado da produtividade da terra e do trabalho (TOMICH, et al., 2021, p. 8).

Deste modo, se entre os séculos XVI e XVIII, a colonização foi causa e consequência da tentativa de reconstrução da ecologia europeia nas Américas, através do transplante de cultivos de uso cotidiano do Velho Mundo, em longuíssima duração, também devemos considerar a especificidade do período em tela (BRAUDEL, 1984, p. 388). A nova *geografia de acumulação* de fins do século XVIII, incluía a expansão das *fronteiras mercantis* do algodão, do café e do açúcar por meio de uma especialização

produtiva, que particularizava as áreas de cultivo do Império português (MOORE, 2000, p. 410-411; PARRON, 2023, p. 691-692). A demanda industrial, não apenas por algodão, mas pelo café e pelo açúcar, enquanto elementos da vida urbana europeia, era uma das forças que produzia a transformação dos campos das capitanias de Pernambuco, Bahia e do Rio de Janeiro e do Estado do Maranhão e Piauí em extensos espaços produtivos, que compunham uma nova *geografia de acumulação*, na qual as relações escravistas e de industrialização se interpenetravam (PALACIOS, 2004, p. 140, 159; PARRON, 2023, p. 693-694; MELO, MARTINS, 2023, p. 20; MARQUES, MARQUESE, 2023, p. 225-226). Tratava-se de uma continuidade na ruptura: a tendência de polarização das relações entre campos e cidades, presente como uma forma de “colonização interna” nas unidades políticas da Idade Moderna, passava a existir através de continentes e impérios, estabelecendo uma divisão interimperial do trabalho, calcada em uma geografia baseada na sincronia dos fluxos econômicos das zonas rurais luso-americanas e das demandas urbanas europeias (MOORE, 2003, p. 436; PARRON, 2023, p. 695).

Contabilidade e a economia do papel

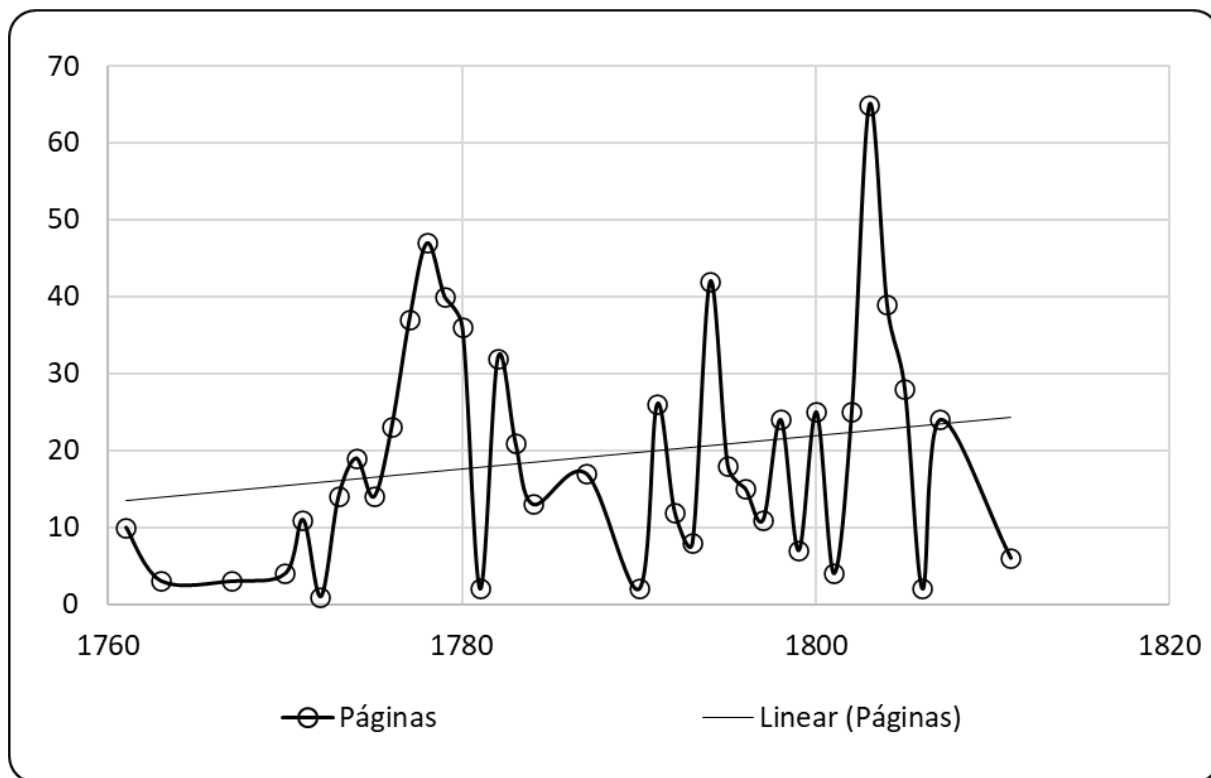
As reformas do fim de século poderiam ser representadas com muitas cores: pouco efetivas, efêmeras ou “anacrônicas”, por supostamente serem mais apropriadas ao século XVII do que ao XVIII. Contudo, se, por um lado, a aristocracia voltou a ter um papel mais decisivo na política imperial depois da queda de Carvalho e Melo, por outro, as políticas econômicas apresentaram relativa longevidade e impacto, materializados na já citada revitalização das exportações de 1790.

As ações dos reformadores, entretanto, produziam importantes transformações. A expulsão dos jesuítas, em particular, e a reforma de ensino, em geral, podem ser interpretadas como um compasso de fratura no equilíbrio de poder entre Coroa e Igreja. O terreno das academias não-religiosas era solo fértil para uma cultura política secularizada. E, a fim de matizar a questão de que não haviam universidades ou imprensa na colônia, devemos lembrar que um número não desprezível de filhos das elites escravocratas encaminhava-se à Lisboa e ao Porto em direção às instituições de ensino. Entre 1772 e 1785, cerca de 300 alunos nascidos no Brasil matricularam-se na Universidade de Coimbra (MAXWELL, 2013, p. 110; BETHENCOURT, 2016, pp. 42-43). Uma unidade intelectual - dialética e contraditória - era formada pela circulação nos espaços de sociabilidade e pelo contato com textos em debate.

Não é de se espantar, portanto, que, em 1787, Dom Rodrigo de Souza Coutinho escrevesse um *Discurso sobre a mendicância*, diagnosticando a fragilidade da posição lusitana e mobilizando, para tal,

os debates de Sanches, Necker, Condorcet e Adam Smith (SANTOS, 2009, p. 215). Páginas e páginas transbordavam tinta na procura por formas de atrair capitais, a serem adquiridos com o produto do sangue das mulheres e homens escravizados na colônia. Não bastava que os registros das exportações crescessem (Gráfico 3); se a mendicância, a “miséria”, do Império não deixasse de atormentar os letrados, as penas e os chicotes não descansariam. Dom Rodrigo, nascido em 1755, teve como padrinho de batismo o Carvalho e Melo. Depois de estudar na Universidade de Coimbra e passar por uma longa carreira diplomática, de 1777 a 1796, tornou-se Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e Presidente do Erário Régio, entre 1801 e 1803. Durante o período em que esteve em missão diplomática, na Sardenha, tomou especial contato com as ideias do iluminismo italiano e escocês (SANTOS, 2009, pp. 214-215).

Gráfico 3 - Quantidade anual de páginas de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

Coutinho observava com atenção os demais impérios ultramarinos. Em especial, a Inglaterra o interessava: a monarquia parlamentar, os incentivos às atividades produtivas e comerciais e o controle

das receitas e da fazenda excitavam a mente do jovem reformista (SANTOS, 2009, pp. 220-221). Como produzir um cenário que pudesse emular o sucesso britânico? Dados sobre as colônias vinham sendo coletados há tempos. Ao menos desde 1755, quando a Junta do Comércio, Agricultura e Navegação foi fundada, esforços nesse sentido eram sistematizados (PAQUETTE, 2013, p. 36). A "falta de informações", entretanto, inquietava Coutinho. O estado dos domínios ultramarinos lhe interessava e ele exigia maiores informações dos governadores, a fim de desenhar as medidas para o que ele entendia como "bem comum". Isso significava a produção de mapas e descrições geográficas, dados sobre a população e, *acima de tudo*, relações precisas sobre a quantidade, qualidade e destino das produções, bem como informações específicas sobre as importações das capitanias. As informações chegavam em grande quantidade e eram apaixonadamente transformadas em estatísticas (PAQUETTE, 2013, p. 53)

Deste modo, se ele não rompia com o modelo mercantilista, ainda assim propôs um vasto programa de reformas, formuladas sob a inspiração do abade Raynal, Adam Smith e outros iluministas. Sua visão era de um alívio da carga fiscal, reduzida pela metade no caso da mineração; de uma redução sensível das taxas de importação dos bens trazidos de Portugal para o Brasil e ainda tentativas contundentes de findar os contratos de monopólio da caça das baleias e da coleta do sal, chamados por ele de "um criminoso método" (CARDOSO, CUNHA, 2011, pp. 82-84). Era tal constelação intelectual, presente na mente dos letrados, – formada na tensão entre um mercantilismo monopolista, fisiocracia e a ilustração liberal – que, de certo modo, colocava em cena uma Natureza, que equivalia a uma justaposição de recursos.

“A tradução da natureza em recursos naturais permeia os escritos dos ditos mercantilistas da era moderna, dentre os quais é possível elencar diferentes precursores da história econômica e social (...). O surgimento e desenvolvimento da economia política no século XVIII, que incorporou elementos do mercantilismo, criou o arcabouço que serviria de inspiração para análises econômicas posteriores, incluindo a história econômica.” (MARQUES, no prelo)

Ora, de um lado, os defensores da industrialização, inspirado por Colbert, mantinham uma versão dos fatos que colocava a indústria como fator catalizador do aumento da produção agrícola. O que eles estavam exercitando era uma perspectiva na qual a produtividade da terra poderia ser incrementada indefinidamente através da aplicação de capitais e de uma crescente demanda urbana incentivada pela produtividade da indústria e pelos salários urbanos.

Pensavam estes, com Colbert, que a indústria mantinha segura e florescente a agricultura e que a multiplicação das fábricas aumentaria tanto a agricultura como o povoamento, «porque diminuindo-se a extracção do dinheiro, este servirá para o

aumento da agricultura, fazendo subir o valor das suas produções»; e as fábricas ocupam a gente ociosa. (GODINHO, 2019, p. 113).

De outro lado, fisiocratas, como Vandelli, assumiam que a existência de uma agricultura imperial altamente produtiva era a condição material que sustentaria o desenvolvimento posterior da indústria. O italiano Domenico Vandelli, chamado de Domingos Vandelli em Portugal e nascido em Pádua, onde realizou sua formação universitária em medicina e história natural, se estabeleceu na Península Ibérica em 1764, ano em que foi chamado, junto a outros professores italianos, para lecionar ciências no Real Colégio dos Nobres (CARDOSO, 2024b). Em 1789, uma “Memória econômica” de sua autoria foi publicada na coleção da Academia Real de Sciencias, defendendo a primazia da agricultura sobre a indústria. Nela, ele apontava a centralidade da agricultura em garantir a redução dos custos de força de trabalho para a indústria.

“As Fabricas não podem Subsistir, nem prosperar, Senão em proporção do eStado florescente da Agricultura. Todas as Fabricas precisaõ abundancia, e barateza das primeiras materias, e particularmente da mão de obra, que depende absolutamente da abundancia das produções da Agricultura.”³³

Por fim, a posição de homens liberais como Coutinho não dispensava a transformação da natureza, por meio do seu conhecimento, em artefatos de capital. Em que pese a discordância quanto ao setor produtor da riqueza, todos os lados deste debate reafirmavam a possibilidade do estímulo mútuo entre indústria e agricultura, a partir da apropriação da natureza a custos reduzidos. Isso significa dizer que a produção da Natureza Barata, durante a Idade Moderna, tal como o historiador e geógrafo Jason Moore denomina este fenômeno, tratava-se de um processo, que foi, ainda que tardia e lentamente, produzido a partir da consciência da utilidade mercantil da redução dos custos dos alimentos, da terra e das matérias-primas. Nas palavras de Moore

“A primeira realização dessa nova lei do valor – uma lei de Natureza Barata – foi, portanto, criar Trabalho Barato. (...) O Trabalho Barato e o trabalho produtivo, portanto, precisavam de algo pra avançar a lucratividade e acelerar a acumulação do capital: energia, comida e matérias-primas Baratas. (...) Comida Barata para impedir o aumento do preço da força de trabalho, ou ao menos para que não aumentasse rápido demais (MOORE, 2022, p. 161, 164)

Um cálculo acertado de como realizar essa lei de valor só poderia ser efetivado através da implementação de inovações tecnológicas que surgiam. Coutinho estabeleceu a Sociedade Real

³³ VANDELLI, Domingos. “Memória Sore as Produções do Reino, e das ConquiStas, primeiras materias de diferentes Fábricas, ou Manufacturas” in *Memorias econômicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. 250-251.

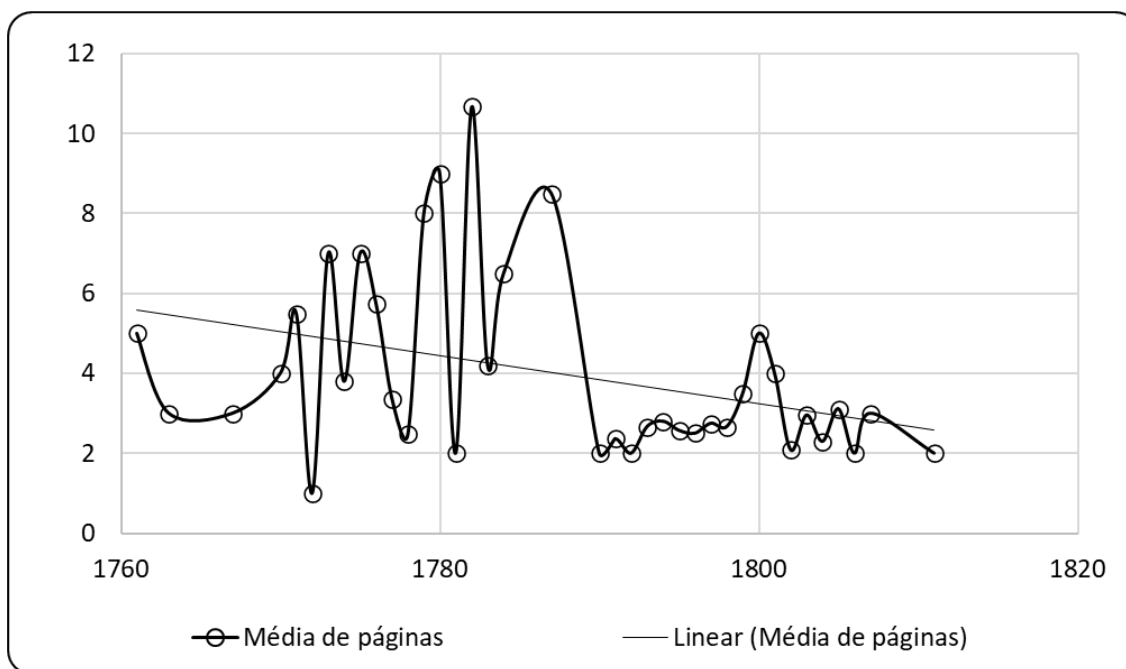
Marítima, Militar e Geográfica em 1798 e a Tipografia Calvográfica e Literária do Arco do Cego em 1799, a fim de produzir e difundir a cartografia e os textos científicos pelo Império. Tal como havia sido o caso da Academia em 1779, as instituições favoreciam textos acerca do conhecimento prático, aplicável à situação econômica e ecológica dos domínios portugueses (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 128). A Tipografia do Arco do Cego, especialmente, destinava-se à publicação de textos sobre agronomia, botânica, química e mineralogia, cujo objetivo era a difusão e técnicas de conversão dos objetos estudados por essas ciências em recursos naturais. Esse objetivo foi parcialmente alcançado, uma vez que uma rede de estudantes luso-brasileiros passou a residir na Europa a partir de um sistema informal de bolsas de estudo financiado pela Tipografia (CARDOSO, CUNHA, 2011, p. 86).

As produções informacionais acerca da América portuguesa, todavia, não eram iguais e isso impactava seus custos de produção e facilidade de circulação. Os mapas de exportação, dada sua centralidade, apresentaram responsividade em sua formatação. De fato, "Tudo leva a crer que a partir de 1780 as diretrizes para a confecção dos mapas mudaram. Em todas as praças brasileiras esses registros se tornaram mais detalhados [...]" (DE CAMBRAIA MARTINS; MELO, 2019, p. 87). Encontramo-nos diante de um aparente impasse. Por um lado, havia crescimento na produção de documentos e na quantidade anual de páginas (Gráficos 1 e 3); por outro, a média de páginas por documento caía (Gráfico 4); tudo isso enquanto, qualitativamente, os mapas de exportação se tornavam mais descritivos. Não nos enganemos, trata-se de uma contradição, mas de modo algum de um paradoxo. A figura do movimento é dialética, e não dualista. Os fenômenos, aparentemente inconciliáveis, na verdade se reforçavam mutuamente e a questão é de cunho tecnológico.

Optei por designar os mapas de duas formas, a fim de apresentar a questão. Em primeiro lugar, temos aqueles de leitura linear: são listas escritas da esquerda para a direita com o nome, a quantidade e, por vezes, o preço de um "produto"; os demais seguem abaixo. A soma dos valores, em alguns casos, segue por último, abaixo. Em segundo, temos os mapas de leitura tabular.³⁴ Estes são matrizes de informações, com categorias dispostas em sentidos transversais, produzindo dados cruzados (produto x quantidade, produto x destino, produto x valor, valor x ano, embarcação x destino, etc.). As somas dos valores totais geralmente aparecem nas colunas e linhas mais à direita e abaixo, permitindo um cálculo total.

³⁴ Estes mapas são, por vezes, chamados de *Relações*. Entretanto, esta também é uma questão cinzenta com usos sobrepostos. Cf. AHU_ACL_CU, Cx. 45, D. 4431 e AHU – Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 40.

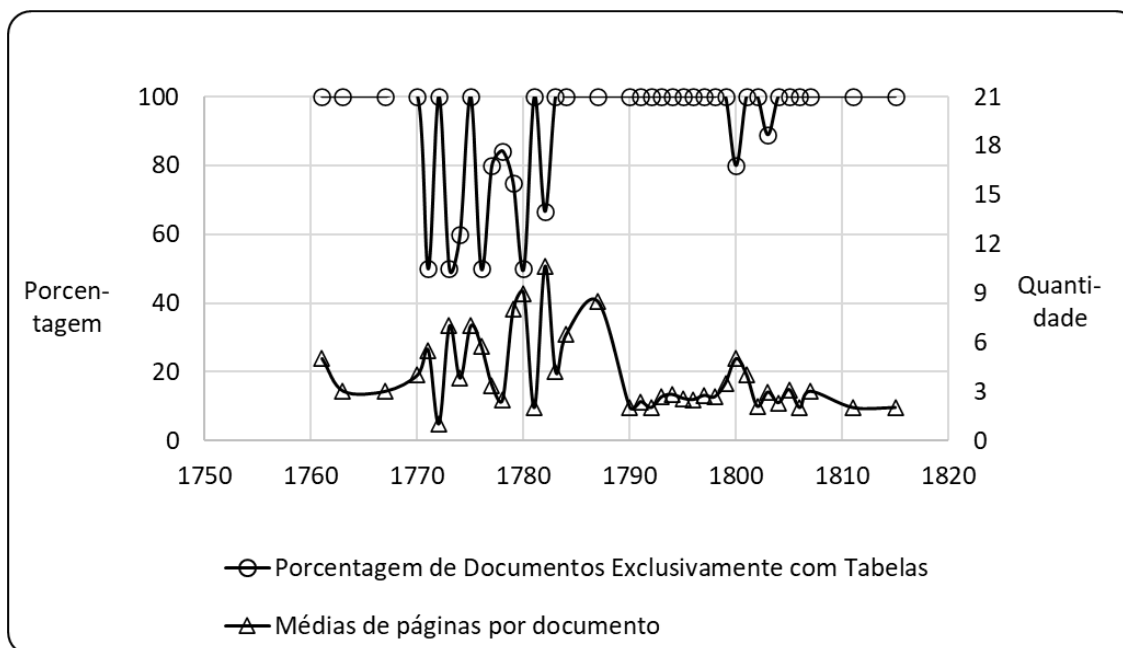
Gráfico 4 - Média anual de páginas de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

A tecnologia do mapa de leitura tabular não surgiu no início de nossa série, mas a tendência da porcentagem de seu uso exclusivo entre os mapas foi se tornando crescente. Em outras palavras, entre 1760 e 1815 uma frequência maior de documentos passaram a utilizar *exclusivamente* mapas de leitura tabular. A correlação inversa entre dado e o número médio de páginas por documento é facilmente identificável (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Porcentagem de documentos com uso exclusivo de tabelas e média anual de páginas de documentos com mapas de exportação



Fonte: Conferir Anexo 1

A interpretação que nos cabe começa a se delinear. A necessidade de circulação de informações ecológico-econômicas da América portuguesa, por parte dos agentes da colonização, levantava uma questão central para a realização do capital que garantia a continuidade do projeto: como ampliar a massa de dados transmitida, frente à percepção de crise, considerando os altos custos de produção dos documentos imperiais? A resposta - forjada através dos repertórios culturais de contadores, nobres, administradores e juizes, treinados nas escolas criadas nas décadas em tela - foi a implementação progressiva da tecnologia das matrizes de leitura tabular para a elaboração dos mapas de importação e exportação. Estas tornavam os documentos mais compactos, ou seja, mais baratos e mais móveis, do que resulta a conclusão de sua maior eficiência, relativa às necessidades de uma economia insolvente, na qual, contraditoriamente, a produção crescia. Assim, a elaboração acelerada de manuscritos se inscrevia em uma dinâmica da conjuntura específica - o crescimento das exportações - mas, simultaneamente, em uma tendência de mais longa duração: a utilização dos manuscritos como forma de estruturar as redes de poder das monarquias europeias. Ao menos desde o século XVII, o crescimento das extensões territoriais dos impérios ultramarinos e a necessidade de acelerar as comunicações, a fim de dar resposta à celeridade da vida e das disputas políticas imperiais entre

diferentes elites locais e secretários, implicava a demanda por uma velocidade considerável das comunicações (BOUZA, 2022, p. 245). Se a escrita de cartas marcou profundamente o século XVII, no século XVIII, os mapas de exportação somaram-se ao cenário das comunicações de papel que modulavam a vida nos Impérios.

Algumas reflexões adicionais podem ser extraídas se nos apropriarmos criativamente da argumentação de McKenzie sobre os mapas geográficos, aplicando-a para o caso dos mapas de exportação:

“Como tais, esses elementos de um mapa estão sujeitos aos processos normais de registro e comparação, para estabelecer uma linha de transmissão ou uma afinidade de versões. A adoção de uma ortografia reformada, a substituição de nomes nativos por nomes do poder colonizador, a localização gráfica e escala dos nomes e sua relação tipográfica com o uso que se destinam são dimensões do significado simbólico no texto verbal de um mapa. Eles talvez não formem sentenças, mas são mensagens.” (MCKENZIE, 2018 [1999], p. 63)

Ora, os elementos não verbais (as linhas de grade da matriz) são aqueles que garantiam a “eficiência” a que nos referíamos. A questão é, ainda que não o expressem através de palavras, qual a sua mensagem? Podemos interpretá-los como uma forma de assíndeto, uma supressão de certas palavras, na qual a disposição de retângulos justapostos atribui uma equivalência simbólica entre o valor de uso e o valor de troca. Por exemplo, a frase “3.143.242 ½ arrobas de charque foram vendidas por 540 réis cada uma, totalizando 1.697.350.950 mil-réis de montante final” pode ser substituída por uns poucos números enquadrados na grade. O ponto que queremos ressaltar é que, *através* da forma, ocorre uma naturalização da *abstração concreta* da mercantilização. Ela sequer precisa ser expressa com código gramatical, pois ainda que seja implícita verbalmente, é explicitada por meio de suas relações gráficas. A metamorfose do capital-mercadoria em capital-dinheiro é apresentada como algo evidente, transparente e automático, o que auxilia a produzir o efeito de verdade segundo o qual a natureza se decompõe em partes a serem vendidas.

Não nos enganemos: essa forma de escrita, como a dos demais manuscritos na Idade Moderna, não era uma forma pessoal e intransferível de visão de mundo, mas, sim, parte da formação de práticas de escrita e leitura que ajudavam a criar o espaço público no qual se esboçavam as visões de mundo ativas no cenário político (BOUZA, 2022, p. 246). Particulares, governadores e juizes, através dessas representações, procuravam construir poder político junto aos monarcas e vice-reis, reforçando argumentos quanto às possibilidades de aprimoramento econômico dos impérios. Tal como cartas, os mapas fluíam, formando as redes que comunicação, cujos membros projetavam os passos da

dominação imperial, que dependia da contabilidade da natureza registrada em papel. Uma Natureza numérica, quantificável, cuja representação corria velozmente.

Mapas da fronteira

A situação da capitania de Rio Grande de São Pedro, neste contexto, era bastante peculiar. A vila de Rio Grande, antiga capital, havia sido ocupada por espanhóis em 1763, no decorrer da Guerra dos Sete Anos, o que levou à transferência a capital para Porto Alegre. O cenário de guerra e conflitos militares constantes, como era de se esperar, apresentava problemas de ordem contábil relacionados às despesas das tropas. Entre 1774 a 1777, Manuel Joaquim de Azevedo, administrador das contas dos batalhões efetuou pagamentos para mais de 6.300 homens (DA CRUZ, 2014, pp. 15-16). Portanto, não deveria causar surpresa que, após os mapas da década de 1740, assinados pelo governador, remetendo as quantidades de munições e gado, os próximos a aparecerem na série refiram-se às despesas das praças militares e aprovisionamento das tropas.³⁵

A fim de aplicar o expediente contábil, a capitania, como outras no mesmo período, recebia um afluxo de administradores profissionais (PAQUETTE, 2013, p. 21). O contador Sebastião Francisco Betâmio, por exemplo, dirigiu-se inicialmente à Bahia em 1767, para introduzir o método de partidas dobradas, por meio do qual auxiliou a reduziu o déficit da capitania. Seguiu depois para São Paulo e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, de onde esboçou instruções para o tempo de guerra no Rio Grande de São Pedro, em 1774, capitania para qual se dirigiu e sobre a qual escreveu uma longa “*Notícia*”, relatando a situação econômica da capitania, datada de 1780. Em 1784, serviu em São Paulo de Luanda (ALDEN, 1968, pp. 314-315; CRUZ, 2014, p. 12). Dom Diogo de Sousa, futuro Conde do Rio Pardo, por outro lado, depois de passar por Moçambique, entre 1793 e 1798, Maranhão, em 1798, passou um tempo como capitão-geral de Rio Grande, entre 1807 e 1814. (PAQUETTE, 2013, p. 24).

A reconquista de Rio Grande, a expansão das fronteiras sul e oeste, avançando sobre o território indígena, e a massificação da importação de pessoas escravizadas, tornariam possível uma intensificação da produção, a ponto de os excedentes serem exportados. O encorajamento do plantio de trigo, para citar uma das mercadorias mais importantes, apresentava-se como uma possível solução para o problema da demanda crônica de Portugal durante o século XVIII. Marrocos, as cidades

³⁵ As informações deste parágrafo se referem aos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), descritos na Bibliografia deste artigo e que foram consultados através do Projeto Resgate.

italianas, os estados germânicos, todos haviam sido invocados para saciar a fome do Império. O Rio Grande se erguia como uma nova fonte escravista de comida. Essa produção foi, como era de se esperar, registrada (PAQUETTE, 2013, p. 57).

A questão é que os preparativos para a criação de uma alfândega foram tomados apenas em 1800. A Carta Régia da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de 15 de julho de 1800 apresentava a ordem de que o Vice-Rei informasse as condições para o estabelecimento do órgão, que produzisse um regimento interno e que nomeasse um juiz. Entretanto, a instituição só seria, de fato, criada em 1804, na Vila de Porto Alegre, com um Consulado na Vila do Rio Grande (MIRANDA, 2000, pp. 107-108). Antes disso, são outras as fontes dos mapas de exportação.

O primeiro documento que compõe a série, frequentemente utilizada pela historiografia, é a *Relação* de 1787, não assinada, sob formato de mapa de leitura linear. O segundo é o *Ofício* de 1791, assinado pelo comandante do Rio Grande de São Pedro, o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, como mapa de leitura tabular. O terceiro, o *Ofício* de 1792 é assinado pelo mesmo, mas apresenta-se sob forma linear. O quarto, *Ofício* de 1793, também assinado por Pinto Bandeira, apresenta leitura linear. Ora, a própria presença de alguém como Pinto Bandeira entre os emissores, aponta a tensão entre a intenção e a produção destes documentos. O ministro da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, desde 1796, estava empreendendo uma tentativa de controle e reforma do “pacto colonial”. Além da necessidade de aumentar as receitas do Estado, as exportações e a produção portuguesa de manufaturas, o combate ao contrabando era uma questão absolutamente central para o Coutinho (CARDOSO, CUNHA, 2011, p. 82). Pinto Bandeira, contudo, assim como muitos outros líderes locais, era um contrabandista contumaz. Dotado dos poderes de sua rede de aliados e da capacidade econômica extraída de sua posição de governador interino da capitania entre 1784 e 1786 e 1790 e 1793 - o militar era um dos responsáveis pelo comércio fluvial ilegal de escravizados e couros entre Montevideo e o porto de Rio Grande (GIL, 2007, p. 155-156, 177-182, 196).

Em 1795, quando da morte do brigadeiro, o comandante da Fronteira do Rio Grande, Manuel de Marques Sousa, remeteu a Martinho de Melo e Castro, secretário de estado da Marinha e Ultramar, o *Ofício* do falecido, de leitura tabular. Este mesmo comandante, assinaria, em 1797, um *Mapa* com as embarcações e cargas que saíram do porto do Rio Grande de São Pedro entre 1790 e 1797, de leitura tabular. Em 1803, o governador da capitania, Paulo José da Silva Gama, enviaria ao príncipe regente uma *Carta*, com os mapas de exportação e importação, de leitura linear; no mesmo ano enviaria um

Ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar com mapas lineares e, no ano seguinte, uma *Carta* ao rei com mapas lineares. Em 1806, o governador torna a enviar um *Ofício* ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, com mapas lineares.³⁶

Para o período posterior à criação da Alfândega (1808-1822), José Feliciano Fernandes Pinheiro foi, em geral, o principal assinante de documentos, exceto quando a assinatura dos documentos foi suprimida. Ele havia sido escolhido para o cargo ainda antes da criação da alfândega, na época em que atuava como Auditor das Tropas do Continente (MIRANDA, 2000, pp. 107-108). Nascido em 1774, na vila de Santos, Pinheiro descendia de um coronel de milícias, Jose Fernandes Martins e D. Thereza de Jesus Pinheiro, que ele próprio dizia ser descendente de família nobre. Depois dos estudos preparatórios, seguiu, aos dezoito anos, para Coimbra. Esta trajetória o insere na citada geração de 1790, o que lhe permitiu entrar em contato com José Bonifácio, Frei Veloso e Conde de Linhares. Pinheiro trilhou uma carreira de funcionário da Coroa, passando por instituições típicas do período: atuou como tradutor e editor da Casa Literária do Arco do Cego e quando foi encarregado de criar a Alfândega, retornou ao Brasil, em 1801, ano em que recebeu a Ordem de Cristo (TURIM, 2015, pp. 179-180).

O historiador Rodrigo Turin chega a falar que Pinheiro haveria realizado a

[...] incorporação de um *ethos* próprio a esses ilustrados, constituído não apenas por uma valorização do trabalho e pela busca do aperfeiçoamento técnico na exploração dos bens naturais, mas principalmente na ideia de que o enobrecimento, mais do que uma herança constituída, deve resultar de uma carreira de serviços prestados ao Estado [...] (2015, p. 180).

Homem metódico, formado em Coimbra, Pinheiro assinaria extensos mapas de exportação. Durante os primeiros anos, de 1808 a 1814, os mapas eram detalhados e apresentados em formato linear, sintetizados em *Resumos*, suportes de papel de pequeno porte. Todavia, a partir de 1812, o Juiz começou a acumular cargos: participou da Campanha por Santa Thereza com o exército português; em 1813, integrou a Comissão Militar que julgava réus acusados de rebelião na Campanha; em 1816 tornou-se Volga de Justiça, magistrado responsável crimes comuns; e, finalmente, em 1821, foi eleito deputado das Cortes da nação Portuguesa (COSTA, 2011, pp. 27-29).

É próximo a esse período que as características dos mapas começam a mudar. Em 1815, o escrivão da Alfândega, Albino dos Santos Pereira, assinou um mapa de leitura tabular. O mapa de 1818, não assinado, segue a mesma característica, apesar de que os resumos de 1818 a 1820, assinados

³⁶ Conferir nota 5.

por Antônio Isidoro da Costa Ramos ainda sejam lineares. Por fim, os mapas de 1819 a 1821, assinados por José Rodrigues d'Oliveira, escrivão da Mesa Grande, apresentam leitura tabular. Os *Resumos* estão presentes por todo o período.³⁷

Descrita a série, de 1787 a 1821, quais conclusões podemos desenhar? Em valor de face, as transformações são visíveis: os mapas lineares se acumulam nos anos anteriores à fundação da Alfândega e nos anos formativos, antes do relativo afastamento de Pinheiro. Com o aumento da presença dos escrivães nas assinaturas, os mapas tabulares voltam à cena, seguidos de perto pelos lineares. Essas informações foram cruciais na transformação econômica da capitania entre 1780 e as primeiras décadas do século XIX. Se, em 1780, Domingos Alves Branco Muniza Barreto, cavalheiro professor da Ordem de São Bento de Aviz, afirmava que pretendia “tirar aquele Continente [a capitania] do ínfimo e decadente estado em que se acha (...)”,³⁸ por outro lados, em 1839, o comerciante francês Nicolau Dreys, instalado no Rio Grande, entre 1817 e 1825, afirmava que “as esplêndidas pastagens, em que girão e se multiplicação imensas manadas de gado, são as minas de ouro que ahi se tem explorado com incessante lucro”.³⁹ Da decadência ao lucro infinito. Tal passagem foi possível pela existência do conhecimento da natureza do Rio Grande: o gado, que na escrita do mercador, aparecia como uma “mina de ouro”. Essa alquimia sinistra, dependia de uma visão particular da natureza. A conversão imediata do gado em charque, como ele aparecia nos mapas de exportação, isolava a parte do todo, a carne do corpo. A representação quantitativa não escondia apenas a exploração das mãos escravizadas que trabalhavam nas charqueadas, mas também todo o complexo ecológico que sustentava o animal até ele ser transformado em mercadoria. Na Idade Moderna

O complexo de criação de animais produzia uma distância espacial e temporal entre proprietários e aqueles gerenciavam os animais vivos, daqueles que taxavam e que consumiam suas carcaças. Essa alienação – e a objetificação que se seguia – separava os consumidores dos animais cujos corpos eles comiam e vestiam e foi um dos efeitos mais poderosos da pecuária.⁴⁰

³⁷ Dados provenientes do Arquivo Nacional, Real Junta do Comércio, cx. 448, pct. 1.

³⁸ BARRETO, Domingos Alves Branco Muniza. “Observações relativas a agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniza Barreto, cavalheiro professor da Ordem de S. Bento de Aviz e capitão de infantaria do regimento de Estremos”. apud SANTOS, Corcino Medeiro dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1984, pp. 177-188.

³⁹ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: J. Velleneuve, 1839, pp. 63-64.

⁴⁰ “Animal husbandry created temporal and spatial distance between those who owned and managed living animals and those who taxed and consumed their corpses. This alienation—and the objectification that followed— separated consumers from the animals whose bodies they ate and wore and was one of the most powerful effects of livestock husbandry.” NORTON, 2023, p. 45, tradução livre.

Se, por um lado, o complexo produtivo distanciava fisicamente os animais de seus consumidores e dos administradores imperiais, por outro lado, o complexo discursivo, do qual os mapas de exportação faziam parte, afastava imageticamente a natureza e os agentes do poder imperial, que a viam retratada como número, lucro e moeda. A partir deste ponto, a conversão do gado em “mina de ouro” é melhor compreendida. Um efeito da tecnologia escrita produzia e era produzido por uma metáfora que se fixava na mente e na prática dos agentes históricos: a equalização da natureza-extra humana em capital. Nos campos, a transformação acontecia na carne; nos gabinetes, a transformação acontecia no papel.

O maior detalhamento, sugerido pela opção extrema do registro duplo, é compatível com o nível de interesse na capitania. Dom Rodrigo manteve um olhar atento ao comércio na região, em especial no que tangia à importação de sal para a produção do charque. Ele estava assentado em um olhar abrangente sobre a questão: na Academia Real das Ciências, muitos discursos foram escritos sobre aquela mercadoria, colocando-a no centro do debate econômico. Mais tarde, muitos mapas de exportação a retratavam, criando condições para o conhecimento do mundo debatido pelos letrados. (GODINHO, 2019, p. 113) Uma vez discriminadas as quantidades, preços e portos de importação, seus argumentos contra o monopólio do produto poderiam ganhar força. Seus esforços foram bem sucedidos: em 1801, o monopólio chegou ao fim depois de uma década de crescimento das importações e dos preços dos cristais, que estavam, como era de se esperar, registrados nos mapas. No início da década de 1800, as importações do Rio Grande já incluíam o Rio de Janeiro, com destaque para as salinas de Cabo Frio. Reconfigurar as paisagens através das informações, a fim de promover a conexão mercantil entre os pontos produtivos do Império, eis um dos sentidos da linguagem quantitativa dos colonizadores.

Conclusão

Alfred Crosby – ao discutir os mercadores modernos, suas técnicas de contabilidade e autorrepresentações – observou que, ao dirigir o Ocidente em direção ao capitalismo, eles acreditavam que estar prestando um favor à humanidade ao racionalizar suas contas (CROSBY, 1999, pp. 187-188). É sintomático, portanto, que surgissem associações tais como a Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público, fundada em Ponte de Lima em 1780, no Império português. Essas sociedades, ao promoverem o ensino de técnicas agrícolas e economia doméstica, ajudavam a

formar a interpretação de que a produção imperial de excedentes mercantis significaria melhoria das condições de vida dos súditos lusitanos (ALMODOVAR; CARDOSO 2001, p. 128).

Para tanto, era necessário reimaginar e reinventar os espaços: reforçando fronteiras através do comércio, o que mantinha os comerciantes coloniais satisfeitos; invadindo terras de povos originários; e ampliando o escopo do tráfico transatlântico. Esse processo pode ser compreendido nos termos da dialética das frentes de expansão e das frentes pioneiras (MARTINS, 1996, pp. 27-33, PAQUETTE, 2013, p. 51). No entanto, dificilmente os benguelas, traficados para o Rio Grande; os tapes, cujas terras eram tomada; ou os espanhóis, em cujas vilas se fazia contrabando de escravizados, diriam que suas vidas melhoravam com a expansão da produção e do comércio do Império português.

Nos salões dos iluministas lusitanos, entretanto, essas não eram as pautas principais. Um diálogo triangular entre a tradição intelectual portuguesa, a escola fisiocrática e a obra de Adam Smith dava o tom das discussões. Os termos do debate eram a liberalização do comércio, a produtividade agrícola e a industrialização, que formavam a percepção de que a circulação biológica intensa garantiria o ciclo do capital, seja pelo tráfico de produtos vegetais, como trigo, o café, açúcar ou algodão; seja pelo tráfico de produtos animais, como o charque e o toucinho. Essas estratégias eram vistas como fundamentais para assegurar a viabilidade econômica do império em um cenário concorrencial. Como notou Santos “Viver e existir como os outros europeus era uma expressão emblemática do anseio de Dom Rodrigo em reivindicar um lugar para Portugal na Europa e, conseqüentemente, no mundo” (SANTOS, 2009, pp. 224-225). Essa conquista só seria possível com o domínio das técnicas de comunicação e de exploração do território. Quanto ao às transformações técnicas este caminho

Foi uma das trilhas que conduziram à ciência e à tecnologia, na medida em que seus praticantes eram adeptos da quantificação, em sua percepção e manipulação do máximo da experiência que pudesse ser descrito em unidades de medida. Em seu caso, a unidade era o *dinheiro*⁴¹ [...] (CROSBY, 1999, p. 188, grifo meu, cf. nota de tradução)

Assim, seria imprudente considerar que a circulação dos documentos dos quais falamos fosse apenas uma relação burocrática ou administrativa. Na realidade, a situação pode ser melhor compreendida como a formulação de espaço público no qual a paisagem convertia-se em fator de

⁴¹ Nota de tradução: Optei por “dinheiro” em vez de “moedas”, como na versão brasileira, por duas razões. Em primeiro lugar, o termo em inglês é “money” e não “currency”; em segundo lugar, pois a própria capacidade dos capitalistas em multiplicar suas receitas dependia da manipulação de diferentes moedas, justamente porque elas possuíam uma *relação social* que as unificava em termos de *valor*, o dinheiro. A moeda é a materialidade, mas a relação entre ela, o trabalho e a mercadoria, é que de fato é a “*quantia*” de que fala Crosby.

produção. A escrita era, de fato, um gesto, um ato político de intervenção em um debate em andamento (BOUZA, 2022, p. 252). O pampa se tornava terra; a terra, em gado; e o gado passava a significar ouro. O fluxo deste capital, unificador discursivo da matéria, acabaria por possibilitar a hierarquização dos espaços. O historiador Gabriel Paquette afirmou que a frase “‘Unidos e desiguais’ resumia a estratégia da Coroa.” (2013, p. 20) e essa era a questão: hierarquização espacial através da economia e controle do território. Para garantir um caminho seguro para o Tesouro, os mapas eram traçados.

Referências bibliográficas

Fontes:

IMPRESSAS

BARRETO, Domingos Alves Branco Muniza. “Observações relativas a agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniza Barreto, cavalleiro professor da Ordem de S. Bento de Aviz e capitão de infantaria do regimento de Estremos”. apud SANTOS, Corcino Medeiro dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: J. Velleneuve, 1839

RELATÓRIO do Vice-Rei do Estado do Brazil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu sucessor o Conde de Resende, 20 de agosto de 1789, *RIHGB*, vol. XXIII, 1860, p. 233-234.

RELATÓRIO do Vice-Rei do Rio de Janeiro Entregando o governo a Luiz de Casconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *RIHGB*, vol. IV, 1842, p. 409-486.

SALES, Alberto Jacqueri de. *Diccionario do Commercio*. Tomo IIII. Que contem as Letras iniciaes Q, R, S, T, U, V, Z. [1761-1773]

SALES, Alberto Jacqueri de. *Diccionario do Commercio*. Tomo I. Que contem as Letras iniciaes A, B. [1761-1773]

SERRA, José Corrêa da. “Discurso Preliminar.” in *Memorias económicas da Academia real das sciencias de Lsboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789

SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p.

VANDELLI, Domingos. “Memória Sore as Produções do Reino, e das ConquiStas, primeiras materias de diferentes Fábricas, ou Manufacturas” in *Memorias econômicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789

Manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU_ACL_CU, Cx. 45, D. 4431

AHU – Brasil Limites, cx. 3, doc. 223 e 253

AHU – Brasil Limites, cx. 3, doc. 253, 224-242 e 245-252

AHU – Brasil Limites, cx. 3, doc. 256

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 4, doc. 40.

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 4, doc. 31; cx. 5, doc. 34 e 55 e 56; cx. 6, doc. 5

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 9, doc. 43 e 44; cx. 11, doc. 29.

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 10, doc. 40 e 41; cx. 11, doc. 5

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 13, doc. 13; cx. 11, doc. 22.

AHU – Rio Grande do Sul, cx. 16, doc. 19

AHU – Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 56.

AHU – Rio de Janeiro, cx. 147, doc. 40.

ARQUIVO NACIONAL

REAL Junta do Comércio, cx. 448, pct. 1

Referências Bibliográficas

ALDEN, Dauril. **Royal government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

ALMODEVAR, António; CARDOSO, José Luís. "The establishment of the economist profession in Portugal." In: AUGELLO, Massimo M. and GUILDI, Marco E. L., (eds.) **The Spread of Political Economy and the Professionalisation of Economic:** Economic Societies in Europe, America and Japan in the Nineteenth Century. London and New York. Routledge, 2001

BETHENCOURT, Francisco. "Enlightened Reform in Portugal and Brazil." In: PAQUETTE, Gabriel, (ed.) **Enlightened reform in Southern Europe and its Atlantic colonies, c. 1750-1830.** Routledge, 2016.

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e seus domínios ultramarinos. In: Fragoso, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 343-371.

BONNEUIL, Christophe. FRESSOZ, Jean-Baptiste. **The shock of the Anthropocene:** The earth, history and us. Verso Books, 2016.

BOUZA, Fernando. "Um governo em cartas: la correspondência entre información, despacho y memoria em los siglos XVI y XVII". **Hipogrifo**, 10.2, pp. 241-259, 2022.

BRAUDEL, Fernand. "European expansion and capitalism, 1450-1650." In: **Contemporary Civilization.** Staff of Columbia College, Columbia University (Eds.), Chapters in western civilization. p. 245-288. New York: Columbia University Press, 1961.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism, 15th-18th Century.** Volume III: The Perspective of the World. London: Grafton Street, 1984.

CARDOSO, José Luís. CUNHA, Alexandre Mendes. "Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808)". **Tempo**, 17, pp. 65-88, 2011.

CARDOSO, José Luís. **As origens do programa científico de Correia da Serra:** Uma visão inspiradora. Academia de Ciências de Lisboa, 2024

CARDOSO, José Luís. "Vandelli, Domingos (ou Domenico)". **Dicionário.** Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia. 2024.
<https://dicionario.cihuct.org/vandelli-domingos-ou-domenico/>

CARRARA, Angelo Alves, et al. "The Brazilian economy during the old regime crisis (1750-1807)." **Revista de Historia Economica-Journal of Iberian and Latin American Economic History** 41.1: 119-146, 2023

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. "As aulas de comércio no Império luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante". **Textos das comunicações apresentadas na VII Jornada Setecentista.** [s.l.], 7, pp. 267-276, 2007.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "Negociante". In: SLEMIAN, Andréa, AIDAR, Bruno e LOPES, José Reinaldo Lima. (Org.). **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX).** 1ed.São Paulo: Alameda, 2020, v. 2, p. 97-128.

COSTA, Renata Soares. **A elite em formação e movimento: o exercício do poder por José Feliciano Fernandes Pinheiro na Alfândega de Porto Alegre (c. 1800–c. 1830).** (2011). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DE CAMBRAIA MARTINS, Diego, e MELO, Felipe de Souza. "Os mapas de exportações como fonte de pesquisa (Segunda metade dos séculos XVIII e início do século XIX)." **História e Economia** 22.1, pp. 86-101, 2019.

CROSBY, Alfred W. **The measure of reality: Quantification in Western Europe, 1250-1600.** Cambridge University Press, 1997.

CROSBY, Alfred W. **A mensuração da realidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

DA CRUZ, Miguel Dantas. "Pombal and the Atlantic Empire: political impacts of the foundation of the Royal Treasury." **Revista Tempo** 20, pp. 1-24, 2014.

GIL, Tiago Luís. **Infieis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa.** Lisboa: Edições 70, 2019.

MARQUES, Leonardo. **Para além do grande despertar ambiental: visões da natureza humana e extra-humana na história econômica e social.** (No prelo)

MARQUES, Leonardo. MARQUESE, Rafael de Bivar. "Gold, Coffee, and Slaves: Brazil and 'the So-Called Primitive Accumulation'". **Critical Historical Studies**, volume 10, number 2, Fall, 2023.

MARTINS, José de Souza. "O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira." **Tempo social** 8, p. 25-70, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **Naked tropics: essays on empire and other rogues.** Routledge, 2013

MELO, Felipe Souza. MARTINS, Diego de Cambraia. "Reassessing the productivity of enslavement on large-scale plantations and small farms in Brazilian cotton production (c.1750-c.1810)". **Historical Research**, XX, pp. 1-29, 2023.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografia e a sociologia dos textos.** Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro: administração pública no período colonial.** Porto Alegre. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2000.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **O Império Português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808).** 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

MOORE, Jason. "O surgimento da Natureza Barata". In: MOORE, Jason W. (Org.). **Antropoceno ou capitaloceno?:** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

NORTON, Marcy. **The tame and the wild:** people and animals after 1492. Harvard University Press, 2024.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989 [1979].

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil:** agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco (1700-1871). Editora Universidade de Brasília, 2004.

PAQUETTE, Gabriel. **Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions:** the Luso-Brazilian world, c. 1770–1850. Cambridge University Press, 2013.

PARRON, Tâmis. "Transcending the Capitalism and Slavery Debate: Slavery and World Geographies of Accumulation". **Theory and Society**, 52: 677-709, 2023.

QUINTÃO, Régis Clemente. "“Papel, penas e drogas para tinta”: materiais de escritório na administração diamantina do século XVIII." **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** 28, 2020.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. "Um turista na Corte do Piemonte dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Iluminismo italiano e francês (1778-1790)." **Varia Historia** 25, pp. 213-225, 2009.

SANTOS, Corcino Medeiro dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

TOMICH, Dale W., et al. **Reconstructing the landscapes of slavery:** A visual history of the plantation in the nineteenth-century Atlantic world. UNC Press Books, 2021.

TURIN, Rodrigo. "José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo." In: VARELLA, F.; OLIVEIRA, MG; GONTIJO, R.; **História e Historiadores no Brasil:** Da América portuguesa ao Império do Brasil (1730-1860). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

VIEIRA, Nina. "A Story of Whales and People: the Portuguese Whaling Monopoly in Brazil (17th and 18th Centuries)". **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha**, 13(3), pp. 20–48, 2023.

ANEXO 1

No site do Projeto Resgate (<http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>) pesquisei pelas seguintes entradas na barra de pesquisa: “mapa dos generos”; “mapa dos produtos”; “mapa dos efeitos”; e, por fim, “mapa das fazendas”. Selecionei as quatro pastas com mais resultados: Pará, Maranhão, Rio de Janeiro e Pernambuco. Exceto quando especificado em nota de rodapé, utilizamos todos os documentos presentes nos resultados da pesquisa. Depois de filtrar dos dados aqueles que não seria possível aproveitar, me vali de 78,1% do valor de face dos resultados. Formulei uma base de dados com os descritores: Pasta, Entrada, Ano, Número do Documento, Tipologia, Número de Páginas, Conteúdo, Formato, Posição do Emissor, Assinatura do Emissor, Posição do Receptor, Assinatura do Receptor e Assinatura 2. O resumo dos das pastas e dos dados seguem na Tabela 1:

Tabela 1 - Dados dos Mapas

Entrada	Resultados						
	Pará ⁴²	Maranhão ⁴³	Rio de Janeiro ⁴⁴	Pernambuco ⁴⁵	Utilizados	Total no Projeto	Porcentagem (Utilizados/Total)
Mapa dos generos	146	11	22	3	172	201	85,6
Mapa dos produtos	2	22	4	2	26	41	63,4
Mapa dos efeitos	1	8	0	7	16	19	84,2
Mapa das fazendas	4	0	1	2	4	17	23,5
Total	154	39	27	14	217	278	78,4

Fonte: Conferir o texto.

⁴² Referente à pasta "Pará": 1 registro de "mapa dos generos" e 1 registro de "mapa de fazendas" são duplicados e 4 registros de "mapa dos generos" são relativos documentos impressos, de modo que dos 154 resultados apontados pela pesquisa utilizaram-se 148.

⁴³ Referente à pasta "Maranhão": 1 registro de “mapa dos gêneros” não apresenta mapa algum; 1 registro de "mapa dos produtos" é relativo a um documento posterior ao recorte temporal, de modo que dos 41 resultados apontados pela pesquisa foram utilizados 39.

⁴⁴ Referente à pasta "Rio de Janeiro": 1 registro de "mapa dos generos" é relativo a um requerimento de mapa de generos, 1 registro é duplicado e 1 é posterior ao recorte temporal; 1 registro de "Mapa dos produtos" é duplicado e 2 são outliers evidentes; 1 registro de "Mapas das fazendas" é anterior ao recorte temporal, de modo que dos 26 resultados apontados pela pesquisa foram utilizados 19.

⁴⁵ Referente à pasta "Pernambuco": 1 registro de "mapa dos generos", 1 registro de "mapa dos produtos" e 1 registro de "mapa das fazendas" são relativos a uma promessa de envio de mapas de exportação, de modo que dos 14 resultados apontados pela pesquisa utilizaram-se 11.

Os Poderes de uma Vontade Eurocêntrica: os discursos hegemônicos de poder e conhecimento científico sobre a compreensão astronômica dos Dogons

The Powers of a Eurocentric Will: The hegemonic discourses of power and scientific knowledge on the Dogon's Astronomical Understanding.

André Luis Martins Amaral

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

andre.ufmg.dri@gmail.com

Recebido: 24/04/2024

Aprovado: 30/01/2025

Resumo: Este artigo busca realizar uma análise epistemológica e comparativa do discurso entre Marcel Griaule e Germaine Dieterlen, Robert Temple e Carl Sagan sobre o conhecimento astronômico dos Dogons. Por meio de diversas teorias desenvolvidas, esses estudiosos tentaram explicar a complexa cosmologia desses povos, que residem na região da Chapada de Bandiagara, no Mali. O objetivo é apresentar a história dos Dogons, a fim de situá-los no continente africano, demonstrando como ocorreu a resistência de suas tradições. Estas continuam despertando interesse entre estudiosos e turistas ao redor do mundo até os dias atuais. Entre a convivência com alienígenas⁴⁶ e os conhecimentos adquiridos pelo contato com europeus no final do século XIX⁴⁷, a análise se baseará nas teorias apresentadas por Mudimbe e nos estudos sobre o Orientalismo de Edward Said. O objetivo é demonstrar como a literatura eurocêntrica concentra-se na desvalorização dos conhecimentos das sociedades africanas, alimentada por um etnocentrismo epistemológico que acredita que "cientificamente não há nada para aprender com 'eles', exceto se já for 'nosso' ou surgir de 'nós'"⁴⁸.

Palavras Chaves: Dogons; Astronomia; História do Mali

⁴⁶ Segundo Júlio Arrieta: "Dentro dessa escola científica, uma obra que destacou pela aparente solidez de sua argumentação e pela evidência antropológica em que se baseia. Se trata de *The Sirius Mystery* (1978), de Robert K.G. Temple. Este livro foi reeditado recentemente, e as ideias que nele são recolhidos voltaram a receber algum eco na imprensa pseudocientífica, especialmente nas revistas *Más Allá* y *Año Cero*.

⁴⁷ Tese defendida por Carl Sagan.

⁴⁸ MUDIMBE, Valentin-Yves. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013.

Abstract: this article seeks to perform an epistemological and comparative analysis of the discourse between Marcel Griaule and Dieterlen, Robert Temple, and Carl Sagan on the astronomical knowledge of the Dogon people. Through various theories developed, these scholars attempted to explain the complex cosmology of these peoples, who reside in the region of the Bandiagara Escarpment in Mali. The aim is to present the history of the Dogon people, in order to situate them within the African continent, demonstrating how their traditions have persisted. These traditions continue to arouse interest among scholars and tourists worldwide to this day. Between encounters with aliens and knowledge acquired through contact with Europeans in the late 19th century, the analysis will be based on the theories presented by Mudimbe and studies on Edward Said's Orientalism. The goal is to demonstrate how Eurocentric literature focuses on devaluing the knowledge of African societies, fueled by an epistemological ethnocentrism that believes that "scientifically there is nothing to learn from 'them,' except if it is already 'ours' or arises from 'us'."

Keywords: Dogon; Astronomy; Mali History

Os Dogons

Os Dogons são uma sociedade africana que reside na região da Chapada de Bandiagara, no Mali. Uma consciência de nação Dogon começou a surgir entre os séculos XVI e XVII⁴⁹ como uma forma de se proteger contra as incursões provocadas pelos Estados centralizados que exerciam domínio sobre aquela região.⁵⁰ Causa estranheza o fato de uma sociedade com uma população estimada em 450 mil pessoas estar localizada em um local tão íngreme quanto a Chapada de Bandiagara. Segundo Denise Barros, essa localização e a não islamização dos Dogons causaram fascínio entre os pesquisadores, que viram em sua complexa cultura, suas representações e cosmologia um espaço propício para realizar incríveis trabalhos antropológicos:

O hipotético isolamento atribuído à população das montanhas refratária à islamização – então chamada de Habbé⁵¹ – iria intensificar o efeito e o fascínio que têm exercido desde a década de 1930 sobre os viajantes, administradores e, posteriormente, sobre os pesquisadores, a mídia, os turistas e os aventureiros de nossos dias. Desde então, inúmeros trabalhos têm sido realizados na região em domínios disciplinares diversos: arqueologia, história, sociologia, antropologia e medicina. (BARROS, 2005, p.764)

⁴⁹ Segundo Huizinga (Huet, 1994), os Tellem migraram do sul e teriam permanecido à margem da expansão do Império do Mali, vivendo em lugares altamente defensivos.

⁵⁰ Sobre a razia como estratégia de combate, que buscavam obter animais e escravos, empregados na agricultura ou servos e ainda auxiliares em suas infantarias ver: BARROS, DD. Situar. In: Itinerários da loucura em territórios Dogon. 2004.

⁵¹ Habbé significa pagão na língua fulfulde, foi usado pelos Peul para designar a população que vivia no planalto e nas escarpas da falésia de Bandiagara. Na literatura, o nome Dogon foi utilizado pela primeira vez em 1907 por Desplagnes.

A forma de organização social que tem sido conservada entre os Dogons é a de uma sociedade patrilinear, que “se baseia em um sistema de linhagens que se desdobram em segmentos e grupos domésticos, sendo patrilinear e virilocal.” (BARROS, 2004, p.30). Esta organização é constituída pelo ancestral masculino, seus filhos, filhas e os filhos de seus filhos. Os Dogons também são caracterizados por serem extremamente preocupados com as crianças. Um dos primeiros trabalhos do antropólogo francês Marcel Griaule junto aos Dogons foi o exercício de relatar sobre os jogos das crianças, fazendo comparações entre os jogos das crianças europeias, que ocorrem em um ambiente artificial na escola, e os jogos das crianças Dogons, que têm como objetivo prepará-las para o futuro, como um aprendizado para a vida difícil que enfrentarão. (GRIAULE, 1939, pp. 221-223).

A região conhecida como "país Dogon" foi ocupada militarmente pela França em 1893, com a criação do posto de Bandiagara, e permaneceu nessa situação até a independência do Mali em 1960. Devido à presença francesa de longa data no Mali, é possível imaginar que as relações bem-sucedidas entre os Dogons e os antropólogos franceses não tenham ocorrido de maneira totalmente pacífica inicialmente. É importante salientar que, após a independência, o Mali substituiu os governantes franceses, mas manteve a organização que havia sido estabelecida por eles.

Segundo Ortiz de Montellano, os Dogons também são conhecidos pela sua extrema complexidade e precisão ao descrever questões astronômicas que fazem parte da sua cultura oral e se relacionam com a sua complexa cosmologia, centrada no sistema estelar Sírius. Com a chegada dos antropólogos franceses⁵², foi possível descobrir que os Dogons já tinham conhecimento da existência dos anéis de Saturno, das luas de Júpiter e da estrutura espiral da Via Láctea, além de possuírem um entendimento complexo do sistema estelar Sirius, incluindo a sua companheira anã branca, Sirius B (ou Po Tolo, "estrela de Digitalia"), sua massa, seu período orbital de 50 anos e seu período de rotação axial de um ano. (ORTIZ DE MONTELLANO, 1996, pp. 39-42).

As características da Sirius B, levaram os astrônomos a classificá-la como uma anã branca, pois esta é uma estrela quente, de luminosidade muito fraca, com massa da ordem da massa do Sol, com raio aproximadamente de 5.000 km, e densidade entre 109 e 1011 kg/m³. Como afirma José Maria Bassalo, muitos antropólogos surpreenderam-se ao contrariar as observações precisas que os Dogons tinham sobre aquela estrela, uma vez que as informações que se obtiveram sobre a companheira de Sirius eram recentes.

⁵² A equipe guiada por Griaule em 1936, era composta por seis homens europeus: Griaule (etnólogo, chefe da missão), Lager (botânico, subchefe), Leiris (escritor, arquivista), Pingault (fotógrafo e cinegrafista), Monchet (lingüista) e Schaeffner (musicólogo).

Em 1844, o astrônomo alemão Friedrich Wilhelm Bessel (1784-1846), propôs a existência de uma companheira dessa estrela ao observar que o seu movimento era ondulado. Em 1862, Alvan Graham Clark (1832-1897) descobriu acidentalmente a Sirius B, ao testar um telescópio refrator de 46,25 cm do Observatório de Dearborn. Em 1915, Walter Sydney Adams (1876-1956) observando as duas estrelas de Sirius, concluiu que a Sirius B era muito pequena (hoje se sabe que ela tem o tamanho da Terra), assim como sua massa e brilho, em relação à Sirius A. Em 1920, Sir Arthur Stanley Eddington (1882-1944) propôs que em tais estrelas, o campo gravitacional é tão forte que produz uma grande contração gravitacional, reduzindo-lhe o tamanho. Em 1926, Ralph Howard Fowler (1889-1944) formulou um modelo para a anã branca, mostrando que a pressão dos elétrons degenerados equilibra o puxão gravitacional. Em 1931, Subrahmanyan Chandrasekhar (1910-1995) desenvolveu um modelo que permitiu descobrir que nenhuma estrela anã branca pode ter massa maior do que 1,2 massas solares, valor esse que passou a ser conhecido como o limite de Chandrasekhar. (BASSALO, 2019, p. 1-2).

Muitos dos conhecimentos cosmológicos dos Dogons são questionados, levantando diversas perguntas sobre como eles têm conhecimento da existência do metal Segala, considerando que este metal não é encontrado na Terra. Como os Dogons conseguem ter informações tão precisas sobre a constelação de Sírius?

A cosmologia Dogon é uma intrincada teia de conhecimento transmitida oralmente ao longo das gerações, tendo como ponto central a estrela Po Tolo. Esta estrela desempenha um papel fundamental na compreensão do universo pelos Dogons, influenciando não apenas suas crenças religiosas, mas também sua organização social e ritualística. Em uma cerimônia conhecida como Sigui, realizada a cada sessenta anos, os Dogons celebram e reafirmam sua identidade cultural. Durante o Sigui, as máscaras são utilizadas como veículos simbólicos para representar a complexa cosmologia Dogon, incorporando elementos que remetem aos mitos, às divindades e aos princípios cósmicos fundamentais. Além de ser um momento de celebração, o Sigui também serve como um mecanismo para fortalecer a coesão social e reforçar a hierarquia dentro da sociedade Dogon, estabelecendo uma conexão profunda entre passado, presente e futuro. Esta cerimônia não apenas preserva a rica herança cultural dos Dogons, mas também perpetua a transmissão do conhecimento ancestral que molda sua compreensão do cosmos e seu lugar nele. (BARROS, 2004, P.36).

Marcel Griaule e Germaine Dieterlen e o Sistema Sirius Sudanês

Marcel Griaule, renomado antropólogo francês, foi pioneiro no registro e estudo da cosmologia Dogon. Ele estabeleceu uma relação próxima com o povo Dogon durante os trabalhos de campo da Missão Dakar-Djibouti, iniciados em 1931. Ao lado de sua equipe, Griaule e sua colaboradora Germaine Dieterlen viveram entre os Dogons por um longo período, ganhando sua confiança e obtendo um profundo insight em sua cultura e tradições. Foi durante essa imersão que os Dogons compartilharam com eles seus notáveis conhecimentos, culminando em uma singular e unificada declaração. Nesse trabalho, Griaule e Dieterlen descreveram em detalhes uma cerimônia de renovação do mundo conhecida como Segui, intimamente associada à brilhante estrela Sirius B (ou Sigu Tolo, "estrela de Segui"), uma cerimônia realizada pelos Dogons a cada sessenta anos para marcar ciclos significativos na sua cosmologia e na sua relação com o cosmos. (ORTIZ DE MONTELLANO, 1996, pp. 39).

A pesquisadora Denise Barros em seu texto *Os sonhos dos outros: travessias pela etnografia francesa* levanta a questão sobre a personalidade de Griaule, sugerindo que ele possivelmente era um homem dinâmico e cheio de energia, impulsionado por um desejo pessoal de conquista e domínio, o que o levava a se referir a si mesmo na terceira pessoa com frequência.⁵³ Ao discutir o trabalho de Giobellina Brumana, no seu texto *Soñando con los Dogons: en los orígenes de la etnografía francesa* de 2005, Barros enfatiza que “essa forma discursiva é expressão da autocomplacência e integra seu projeto heróico”. (BARROS, 2005, p.764).

Publicado por Griaule e Dieterlen em 1950, "A Sudanese Sirius System" é resultado de um extenso trabalho realizado entre quatro povos sudaneses: Dogon, Bambara, Bozo e Minianka. A pesquisa principal foi conduzida entre os Dogon entre 1946 e 1950, com a colaboração de quatro informantes-chave. Griaule apresenta esses informantes e ressalta que os desafios relacionados a como esses povos adquiriram conhecimento sobre os movimentos e características de certas estrelas não foram abordados, pois os autores optaram por apresentar os documentos em seu "estado bruto".

Griaule e Dieterlen detalham em seu trabalho, por meio de representações visuais e explicações minuciosas, o método empregado pelos Dogons para calcular o tempo do Sigu, uma cerimônia

⁵³ Tomo como exemplo o artigo escrito por Griaule para o Journal de la Société des Africanistes, onde ele menciona um pouco sobre o trabalho que tem feito para sua tese de doutorado em letras. Nesse artigo, Griaule escreve em terceira pessoa, o que pode confundir o leitor, levando-o a imaginar que se trata de uma referência a ele por outra pessoa, quando na verdade foi ele próprio quem escreveu: “Os documentos foram coletados por Griaule, entre os penhascos dos Dogons de Bandiagara, no Sudão Francês, em 86 aldeias espalhadas por uma pequena área de 80 km de extensão e 10 km de largura” (GRIAULE, Marcel. Jeux dogons. In: Journal de la Société des Africanistes, 1939. tome 9. fascicule 2. p. 222).

tradicional realizada a cada 60 anos como simbolismo da renovação do mundo. Além de abordar a relação entre o cálculo temporal e a realização da cerimônia, os autores destacam o papel fundamental das máscaras nas celebrações, as quais são representativas das órbitas das estrelas.

Conforme descrito por Griaule e Dieterlen, Sirius não constitui a base do sistema, mas sim um dos focos da órbita da pequena estrela conhecida como Digitaria (Po Tolo). Essa distinção é fundamental para compreender a cosmovisão dos Dogons e sua complexa relação com o cosmos.

Sirius aparece vermelho aos olhos, Digitaria branco. Este último está na origem das coisas. "Deus criou a Digitaria antes de qualquer outra estrela". É o "ovo do mundo", infinitamente pequeno e, à medida que se desenvolveu, deu origem a tudo o que existe, visível ou invisível. É composto de três dos quatro elementos básicos: ar, fogo e água. O elemento terra é substituído por metal (sagala). (GRIAULE; DIETERLEN; 1950, p. 42).

Po Tolo é considerado pelos Dogons como "o celeiro de tudo no mundo".⁵⁴ Os autores detalham as origens, características e órbita da Digitaria, descrevendo-a como: "A órbita de Digitaria está situada no centro do mundo, 'Digitaria é o eixo do mundo inteiro',⁵⁵ e, sem esse movimento, nenhuma outra estrela poderia manter seu curso". Além disso, Griaule e Dieterlen descrevem outras estrelas do Sistema Sirius e suas características entre os Bambaras e os Bozos. (GRIAULE; DIETERLEN; 1950, p.44)

Griaule viveu entre os Dogons até sua morte em 1956, e muitos escritos sugerem que, devido à confiança conquistada, o antropólogo francês se tornou parte da cultura Dogon. Diante dessa afirmação, concordo com Ortiz de Montellano, que sugere que Griaule, durante esse processo, provavelmente interpretou algumas declarações de seus informantes à luz de seu próprio conhecimento sobre Sirius e sua estrela companheira. (ORTIZ DE MONTELLANO, 1996, p. 40). Como Walter Van Beek sustenta a tese de que, "embora um antropólogo possa vivenciar uma experiência etnográfica profunda em seu trabalho de campo, acredito que ele ainda é capaz de revisá-la até certo ponto." Para o autor o conhecimento Dogon têm seu conteúdo fluido, em vez de fixo, e que os dogons de hoje, não reconhecem por total os mitos secretos e a cosmologia, documentada por Griaule na primeira metade do século XX. (VAN BEEK, 1991, pp. 139-167).

Com a morte de Griaule em 1956, Dieterlen continua o trabalho iniciado, o que dá origem a diversas teorias que criticam as obras dos autores, principalmente por não permitirem uma

⁵⁴ aduno kize fu guyoy.

⁵⁵ po tolo aduno fu dudun gowoy.

comprovação empírica dos dados apresentados por eles. Além disso, surgem objeções à insistência dos pesquisadores em compreender a sociedade por meio de suas narrativas míticas, bem como à concentração na interpretação simbólica e na busca de significados subjacentes e secretos aos fenômenos estudados. (BARROS, 2005, p. 765).

Robert Temple e o contato com extraterrestres

Diante do avançado conhecimento astronômico dos Dogons descrito por Griaule e Dieterlen, surgiram teses que buscavam explicar a origem desse conhecimento. Em 1976, Robert Temple publicou "The Sirius Mystery", sugerindo que o notável entendimento astronômico dos egípcios e dos Dogons era resultado de visitas por habitantes do sistema estelar Sírius.⁵⁶

Temple inicia seu livro com uma citação de Griaule, na qual o antropólogo descreve a estrela de Dogon como o ponto de origem de toda a criação, destacando como seu movimento em torno de Sirius sustenta todo o cosmos e como a órbita de Po Tolo determina o calendário das cerimônias do Sigui. De maneira sarcástica, Robert Temple ironiza o fato de os Dogons terem compartilhado sua sabedoria com Griaule e Dieterlen.

Pois este artigo trata exclusivamente do mais secreto de todas as tradições dos Dogon, os quais, após anos vivendo com eles, os antropólogos Griaule e Dieterlen haviam conseguido extrair de quatro de seus padres-chefes, depois de uma conferência sacerdotal especial entre a tribo e uma "decisão política" de divulgar seus segredos a Marcel Griaule, o primeiro forasteiro de sua história a inspirar confiança. (TEMPLE, 1999, p. 3).

Ao tentar explicar como os Dogons adquiriram um conhecimento tão extraordinário e sugerir que isso implicava em visitas extraterrestres à Terra, Temple revela que enfrentou obstáculos por parte de outros intelectuais, que o rotulavam como alguém que escreve sobre "homenzinhos verdes no espaço sideral", uma categoria nada invejável. No entanto, Temple argumenta que esta deveria ser uma investigação séria e pondera sobre a possibilidade de pedir desculpas pelo tema, mas conclui que isso seria inútil.

Temple continua com sua ironia ao mencionar o fato de os Dogons terem compartilhado suas tradições com Griaule, aparentemente sem o temor de que essas tradições pudessem se extinguir no processo:

⁵⁶ Usaremos para essa análise a segunda edição de 1999: TEMPLE, Robert K. G. *The Sirius mystery: new scientific evidence of alien contact 5.000 years ago*. (2nd ed.). London, UK: Arrow. 1999.

Na era moderna, pela primeira vez as tradições secretas podem ser reveladas sem o perigo de que elas se extinga no processo. Pode ser que os Dogon chegaram a perceber algo disso quando, através de algum instinto poderoso e depois de consultas mútuas entre os mais altos sacerdotes, eles decidiram dar o passo sem precedentes de tornar públicos seus maiores mistérios?. (TEMPLE, 1999, p. 5).

Sem muito esforço, Temple generaliza as sociedades africanas ao estabelecer conexões entre os Dogons e os antigos egípcios, sugerindo que isso pode indicar um contato no passado distante entre nosso planeta e uma raça de seres inteligentes de outro sistema planetário, situado a vários anos-luz de distância no espaço. Ao atribuir a si mesmo o crédito de sua pesquisa, Temple afirma que "por exemplo, um resultado de minha pesquisa, que começou de forma inofensiva com uma tribo africana, foi demonstrar a possibilidade de que a civilização como a conhecemos era, em primeiro lugar, uma importação de outra estrela." (TEMPLE, 1999, p. 6).

Questionando as pesquisas realizadas até então, Temple argumenta que as questões relacionadas à sabedoria Dogon não foram abordadas de maneira sofisticada até o momento. Ele sugere que os Dogons aprenderam todo esse conhecimento com seres anfíbios de uma civilização superior no sistema Sirius:

O que sabemos é que as pessoas primitivas de repente se viram vivendo em civilizações prósperas e opulentas e tudo aconteceu de forma abrupta. À luz das evidências relacionadas com a questão de Sírius, bem como outras evidências que ou foram tratadas por outros autores ou permanecem a ser abordadas no futuro, deve ser considerado como uma séria possibilidade de que a civilização neste planeta deve algo a uma visita de seres extraterrestres avançados. Não é necessário postular discos voadores, ou mesmo deuses em trajes espaciais. O meu próprio sentimento é que esta questão não foi tratada de uma maneira bastante sofisticada até agora. (TEMPLE, 1999, p. 7).

Carl Sagan e o aprendizado por meio do possível contato com europeus

No livro "Broca's Brain", Carl Sagan explora questões relacionadas à origem do mundo, da natureza e ao destino último do universo, com a ciência como tema central. No Capítulo 6, intitulado "White Dwarfs and Little Green Men", Sagan critica as afirmações feitas por Robert Temple em seu livro "The Sirius Mystery" sobre um possível contato com extraterrestres. Sagan chega à conclusão de que nenhuma das supostas evidências apresentadas por Temple é minimamente convincente para um eventual contato extraterrestre. (SAGAN, 1979, p. 95).

No entanto, Sagan reconhece os Dogons como uma exceção entre os relatos conhecidos, pois postulam possuir um conhecimento preciso de conceitos físicos ou astronômicos modernos, apesar

de serem considerados uma civilização pré-científica. Para Sagan, "a única exceção conhecida é a notável mitologia elaborada em torno da estrela Sirius por um povo originalmente estabelecido na atual República do Mali, os Dogons". (SAGAN, 1979, p. 98).

No que se refere ao trabalho de Griaule, Carl Sagan expressa confiança em suas descobertas e não vê motivos para duvidar delas. No entanto, ele é extremamente crítico em relação às conclusões de Temple, as quais refuta repetidamente. Sagan destaca a profundidade do conhecimento dos Dogons sobre temas astronômicos como Júpiter, Saturno e as órbitas elípticas, reconhecendo sua notável sabedoria nesses assuntos.

Quando se trata de Sirius, Sagan enfatiza a importância histórica de Sirius B, que foi a primeira anã branca descoberta pela astrofísica moderna. Ele contextualiza essa descoberta em relação à tradição dos Dogons, destacando como a sabedoria deles se alinha, de certa forma, com os conhecimentos científicos contemporâneos.

Ao discutir a tradição oral dos Dogons, Sagan observa que ela é transmitida por meio de um método conhecido como "pau sobre a areia", onde informações são passadas de geração em geração de forma oral e visual. Ele utiliza essa tradição como ponto de partida para desenvolver sua tese de que "onde existe uma notável riqueza lendária tem, desde já, uma probabilidade muito mais elevada de que algum dos mitos sustentados coincidam acidentalmente com descobrimentos da ciência moderna." Isso sugere que os mitos podem, em alguns casos, conter vestígios de conhecimento antigo, adquirido de formas que ainda não compreendemos totalmente. (SAGAN, 1979, p. 100).

Sagan não oferece ao leitor outras possibilidades além das levantadas por ele ou das levantadas por Temple.

O conhecimento dos céus dos Dogons é totalmente impensável sem a ajuda do telescópio. A conclusão imediata é que essas pessoas mantiveram contatos com uma civilização tecnicamente avançada. A única pergunta a resolver é: que civilização? extraterrestre ou europeia?. (SAGAN, 1979, p. 103).

Sagan questiona os Dogons sobre por que eles não tinham conhecimento dos anéis de Urano e apresenta uma quantidade de livros publicados anteriormente à chegada de Griaule ao Sudão Francês, abordando questões relacionadas às massas e à formação das anãs brancas.⁵⁷

Como hipótese, Sagan busca explicar como teria sido o possível contato entre os Dogons e um visitante europeu no início do século XX, destacando uma hipótese marcada pela incerteza.

⁵⁷ (EDDINGTON, 1928; FOWLER, 1925 e CHANDRA-SEKNAR, 1934 e 1937).

Este viajante hipotético - por exemplo Richard Francis Burton - deveria ser encontrado em terra ocidentais africanos de várias décadas antes. A conversa começou para girar em torno do tema astronômico. Sirius é a estrela mais brilhante do mundo céu o povo Dogon deu ao visitante com sua mitologia sobre o estrela então, com um sorriso educado, cheio de expectativa, talvez pergunte ao visitante por seu mito sobre Sirius interessado na lenda de um povo estrangeiro em uma estrela tão importante. E também é muito possível que, antes de responder, o viajante consultasse um livro surrado que Ele carregava em sua bagagem pessoal. Desde então a escuridão o companheiro de Sirius foi uma sensação de moda astronômica, o viajante trocou com os Dogons um mito espetacular por uma explicação rotineira. Uma vez que a tribo foi abandonada, sua explicação permanece viva nas memórias, foi reelaborada e, possivelmente, incorporada à sua maneira no *corpus* mitológico Dogon, ou pelo menos um de suas ramas colaterais (talvez registrado como "mitos sobre Sirius, história dos povos da pele pálido). Quando Marcel Griaule realizou suas investigações mitológicas nos anos 30 e 40, ele se viu escrevendo uma versão reelaborada de seu próprio mito europeu sobre a estrela Sirius. (SAGAN, 1979, p. 106).

Além disso, Carl Sagan busca exemplificar como o médico Gajdusek teve contato com os guineanos e lhes explicou o efeito da penicilina para a cura de doenças como a lepra, levando esses povos da Nova Guiné a abandonar imediatamente práticas de sacrifício daqueles que estavam doentes. Carl Sagan finaliza seu capítulo refutando a ideia de contato com extraterrestres, dizendo que essa hipótese é impensável.

Dimensões de poder e alteridade

Se considerarmos o vasto conhecimento astronômico dos Dogons, conforme descrito por Griaule e Dieterlen, percebemos que várias teses foram elaboradas para explicar a origem desse conhecimento. No entanto, muitas dessas epistemologias foram marcadas por uma ligação ideológica e influenciadas por uma atitude eurocêntrica, como evidenciado nas especulações de escritores como Robert Temple e Carl Sagan. Essas especulações contribuíram para a construção de uma visão marginalizada da África, perpetuando uma posição de inferioridade. As teorias de Sagan, conforme descritas por Valentin-Yves Mudimbe, refletem uma mentalidade do século XIX sobre os "primitivos", sugerindo que cientificamente não há nada a ser aprendido com eles, a menos que já seja conhecimento ocidental.

Em suma, embora apresentadas na segunda parte do século XX, as hipóteses de Carl Sagan pertencem ao pensamento do século XIX sobre "primitivos". Em nome do poder e conhecimento científico, revelam de uma forma maravilhosa o que definirei [...] como um etnocentrismo epistemológico; nomeadamente, a crença de que

cientificamente não há nada a aprender com “eles”, excepto se já for “nosso” ou surgir de “nós”. (MUDIMBE, 2013).

Refletir sobre as dimensões de poder e dominação presentes nas obras de Sagan e Temple é fundamental. Através de formações discursivas e da construção de narrativas de alteridade, esses autores contribuíram para a marginalização da África, enquadrando-a dentro de paradigmas eurocêntricos de análise. Embora o trabalho de campo realizado por Griaule e Dieterlen seja amplamente elogiado, inclusive por Mudimbe, é crucial reconhecer que esse trabalho está enraizado em um contexto colonial e europeu, como observado por Said. (SAID, 1990). Griaule e Dieterlen, assim como Temple e Sagan, podem ser interpretados como parte de um sistema de superioridade, contribuindo para a desqualificação da África e perpetuando sua definição como um espaço marginal, moldado por paradigmas eurocêntricos de análise. Ao confrontarmos essas narrativas e paradigmas, é importante questionar as relações de poder subjacentes e buscar uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade de perspectivas e conhecimentos existentes no mundo.

Considerando a análise de Said sobre o orientalismo e sua dependência de uma suposta superioridade do Ocidente sobre o Oriente, podemos situar o trabalho de Griaule nesse contexto (SAID, 1990, p. 19). Apesar de se retratar como um estudioso respeitoso e bem-intencionado, Griaule está inevitavelmente imerso em um contexto de superioridade eurocêntrica. Assim como Temple e Sagan, ele contribui para a manutenção desse espaço que desqualifica a África e a define como um lugar de negação dentro dos discursos ocidentais. Como observa Said, o orientalismo funciona como uma espécie de "biblioteca", um arquivo comum de representações sistematizadas, cujas ideias, valores e categorias permitem aos europeus descrever e classificar povos não ocidentais a partir de um olhar estruturado pela superioridade ocidental. Essa biblioteca cria um repertório de discursos pré definidos que explicam comportamentos, genealogias e mentalidades, estabelecendo uma hierarquia simbólica em que o Ocidente é sempre o padrão superior. (SAID, 1990, p.52).

Dentro desse contexto, Griaule opera com o que pode ser descrito como uma "superioridade posicional flexível", um mecanismo que permite aos intelectuais europeus ajustar suas representações para afirmar sua autoridade sobre os povos africanos. Essa flexibilidade, articulada no interior da "biblioteca" orientalista, permite que Griaule, ao mesmo tempo em que se apresenta como um admirador das culturas africanas, submeta essas mesmas culturas a uma lógica discursiva que reforça estereótipos e as adapta aos valores e interesses ocidentais. Dessa forma, o trabalho de Griaule não apenas exemplifica as dinâmicas de poder presentes nos estudos eurocêntricos, mas também evidencia

como essa "superioridade flexível" molda as representações dos povos africanos dentro do espaço da "biblioteca". Mesmo quando busca retratar essas culturas de forma aparentemente positiva, ele perpetua a lógica hierárquica e subalterna que sustenta o discurso ocidental, limitando as possibilidades de um entendimento verdadeiramente equitativo da diversidade cultural.

Portanto, ao refletirmos sobre o trabalho de Griaule e seus contemporâneos, é essencial reconhecer não apenas suas contribuições para o estudo da cultura africana, mas também os complexos sistemas de poder e dominação que moldaram suas abordagens e interpretações. O trabalho de Griaule pode ser posicionado no contexto da chamada narrativa científica da anticonquista, que lhe permite apresentar-se como um estudioso benevolente e admirador das culturas africanas, ao mesmo tempo em que reforça dinâmicas de poder eurocêntricas. (PRATT, 1999). Essa postura, típica dos discursos coloniais, molda a figura de Griaule como um observador aparentemente neutro e respeitoso, mas que inevitavelmente contribui para a manutenção de hierarquias de conhecimento, nas quais o Ocidente ocupa o lugar de autoridade e universalidade, enquanto deslegitima ou reduz as culturas estudadas a objetos de interpretação externa. Somente ao questionarmos e desafarmos essas estruturas de poder, mascaradas por discursos de admiração e respeito, podemos verdadeiramente buscar uma compreensão mais justa e equitativa da diversidade cultural do mundo.⁵⁸ Assim como Temple, com sua ideia de contato com extraterrestres, e Sagan, com sua crença em trocas com europeus, Griaule e Dieterlen contribuem para a manutenção de um discurso que desqualifica a África e a define como um lugar de negação.

Referências Bibliográficas

APTER, Andrew. **Griaule's Legacy: Rethinking "la parole claire"** in Dogon Studies. Cahiers d'Études africaines, XLV (1), 177, 2005, pp. 95-129.

ARRIETA, Julio. **Dogon, un misterio inexistente**. El escéptico. Madrid. Primavera 2000. p. 54-58.

BARROS, DD. **Itinerários da loucura em territórios Dogon**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. Loucura & Civilização collection, pp. 21-38. ISBN 978-85-7541-332-6. Available from SciELO Books .

⁵⁸ Griaule (Marcel). Jeux dogons. . In: Journal de la Société des Africanistes, 1939, tome 9, fascicule 2. pp. 221-223; Nesse trabalho, Griaule, faz comparação entre os jogos das crianças europeias que estão em um ambiente artificial na escola e as crianças Dogons, que segundo ele, jogam de maneira a "brincar" com a realidade que não será fácil no futuro.

BARROS, DD. Os sonhos dos outros: travessias pela etnografia francesa. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, SÃO PAULO, USP, 2005, V. 48 N° 2. pp. 759-768.

BASSALO, José Maria. O povo Dogon e a Estrela Dupla de Sírius. *Curiosidades da Física*. **Seara da Ciência**. UFC. 2019. disponível em: <https://seara.ufc.br/wp-content/uploads/2019/03/folclore22.pdf> . Acesso em 24 de abril de 2024.

GIOBELLINA BRUMANA, F. **Soñando con los Dogon**. En los orígenes de la etnografía francesa. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 2005.

GRIAULE, Marcel. Jeux dogons. In: **Journal de la Société des Africanistes**, 1939. tome 9. fascicule 2. pp. 221-223;

GRIAULE, Marcel. DIETERLEN, G. Un Système soudanais de Sirius. **Journal des Africanistes**. 1950. n° 20-2. p. 36-51.

JOLLY, Éric. **Démasquer la Société Dogon**: Sahara-Soudan (janvier-avril 1935). Série “Missions, enquêtes et terrains - Années 1930”. Coordonnée par Christine Laurière. 2014.

MUDIMBE, Valentin-Yves. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: **A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013.

ORTIZ DE MONTELLANO, Bernard. **The Dogon People Revisited**. Skeptical Inquirer. 1996. 39-42. disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281492298_The_Dogon_People_Revisited. acessado em 20 de abril de 2019.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

SAGAN, Carl. **Broca's Brain**: Reflections on the Romance of Science. 1979.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente / Edward W. Said; tradução: Tomás Rosa Bueno. - São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

TEMPLE, Robert K. G. **The Sirius mystery**: new scientific evidence of alien contact 5.000 years ago. (2nd ed.). London, UK: Arrow. 1999.

VAN BEEK, Walter E. **A. Dogon Restudied A Filed Evaluation of the Work of Marcel Griaule**, Current Anthropology, 1991. n°. 2, 139–167.

A identidade nacional afro-americana a partir de Joseph Rainey (1871-1873)

The Afro-American national identity from Joseph Rainey (1871-1873)

Felipe Adrian de Assis Vaz

Mestrando em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

felipe.adrian.vaz@gmail.com

Recebido: 27/11/2023

Aprovado: 14/01/2025

Resumo: O presente artigo propõe a analisar a construção de identidade nacional afro-americana a partir das atuações de Joseph Rainey durante a Quadragésima Segunda Legislatura da Câmara dos Representantes (1871-1873). Nascido ainda cativo, Rainey tem a sua liberdade comprada por seu pai, tornando-se barbeiro por influência deste. No início da Guerra Civil Americana, é recrutado para lutar ao lado dos Confederados e articula uma fuga para as Bermudas com a sua família em 1862, retornando aos Estados Unidos em 1866. Sendo o primeiro afro-americano eleito para exercer o cargo de congressista na câmara baixa federal no ano de 1870, Joseph Rainey articula conceitos que se relacionam tanto com a cultura e sociabilidade afro-americanas, quanto com uma cultura intelectual eurocentrada. Assim, o congressista se apresenta como um articulador capaz de sistematizar conceitos já estabelecidos no discurso nacional norte-americano juntamente com características discursivas de uma sociedade afro-americana em ascensão à cidadania.

Palavras-chave: afro-americanos; identidade nacional; discurso parlamentar.

Abstract: This paper aims to analyze the construction of Afro-American national identity based on the acting of Joseph Rainey during the Forty-Second Congress of the House of Representatives (1871-1873). Born into bondage, Rainey had his freedom purchased by his father, who influenced him to become a barber. At the onset of the American Civil War, he was recruited to fight alongside the Confederates but orchestrated an escape to Bermuda with his family in 1862, returning to the United States in 1866. As the first African American elected to serve as a congressman in the federal lower house in 1870, Joseph Rainey articulates concepts that relate to both African American culture and sociability and a Eurocentric intellectual culture. Thus, the congressman presents himself as a facilitator capable of systematizing concepts already established in the American national discourse along with discursive characteristics of the rising Afro-American society to citizenship.

Keywords: Afro Americans; national identity; parliamentary speech.

Introdução

Quando, em 1870, Joseph Rainey assume o seu cargo como congressista na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, sendo o primeiro afro-americano a sê-lo, tal evento marca a implantação da Décima Quarta Emenda à constituição – cuja em sua primeira seção prevê que “todos os indivíduos nascidos ou naturalizados nos Estados Unidos, e sujeitos à sua jurisdição, são cidadãos dos Estados Unidos e do estado onde residem” (UNITED STATES OF AMERICA, 1868) – e a institucionalização, legitimada pelo estado nacional, da política desenvolvida pela comunidade afro-americana.

Entretanto, a comunidade afro-americana já havia desenvolvido formas de identidade e organização políticas, tanto como resistência como para a sua própria autonomia mesmo dentro do sistema escravocrata, que limitava a experiência desses indivíduos. A religião, as sociabilidades entre os diversos grupos afro-diaspóricos e mesmo a educação, formal e informal, aliada com o processo de “crioulização”, como foi desenvolvido por Sidney Mintz e Richard Price, são pontos chave para compreender o desenvolvimento e a constituição desta mentalidade política. Além disso, é perceptível também que os representantes negros tentavam, de certa forma, relacionarem seu passado, a sua história, com a história oficial dos Estados Unidos, que envolve os “Pais Fundadores” e a ideia de uma “terra da liberdade”.

Nesse artigo pretendo demonstrar como essa política afro-americana, a partir das relações anteriormente citadas, refletia nos discursos de Joseph Rainey na Câmara dos Representantes durante a sua primeira legislatura completa. Optei por não traduzir os discursos no corpo do texto para analisar os conceitos empregados na língua original, ou seja, o inglês. As traduções, para auxiliar a compreensão, estão em nota de rodapé.

A “religião negra” e a identidade política afro-americana

Tal qual em outras partes das Américas, como em Cuba e no Brasil, os escravizados africanos chegados na América Continental Inglesa, eram obrigados a abandonar seus antigos hábitos culturais em favor dos hábitos europeus. Entretanto, enquanto nas colônias ibéricas predominava o catolicismo, nas colônias inglesas a fé que seria adotada pelos cativos era de tradição protestante.

Assim mesmo, havia uma resistência na aculturação desses indivíduos. Os escravizados africanos, e mais tarde afro-americanos, para fugirem da censura imposta pelos senhores mesclavam ritos ancestrais com ritos protestantes. Segundo a antropóloga Stefania Capone (2011), havia certa

aceitação da classe senhorial sobre esses ritos, que marcavam a ponte entre a posseção cerimonial africana e a conversão ao protestantismo. Esses cerimoniais, como os *ring shouts* – espécie de rito em que os cativos realizavam um círculo de danças e cantos –, e sua aceitação por parte dos senhores escravistas constituíram o primeiro passo para a homogeneização dos grupos africanos desembarcados na América do Norte.

Outra questão que constituiu um cristianismo negro diferente do cristianismo da classe senhorial branca foram as leituras a respeito da Bíblia. Poucos eram os escravizados que sabiam ler em um primeiro momento, obrigando os escravizados a participarem de cultos liderados pelos senhores. Nestas cerimônias, havia o tempo todo uma incitação à obediência e docilidade esperada de um cativo, como afirma Albert Raboteau (2004, p. 213). Mas a partir do momento em que alguns indivíduos, geralmente cativos, mas não necessariamente, apresentavam formas de interpretação diferentes dos senhores, vários escravizados agrupavam-se em torno destes homens.

Nestes novos agrupamentos, os cativos identificavam-se com o cativo hebreu no Egito a partir da interpretação de sacerdotes mais próximos à experiência escrava, em contraste com o cristianismo branco norte-americano, que se via mais no êxodo da Nova Israel. Todavia, as interpretações dos cativos não eram bem-vistas pelos senhores, obrigando-os a realizar reuniões ocultas, uma das características que fez com o cristianismo afro-americano fosse referenciado como “instituição invisível” (RABOTEAU, 2004).

O caráter de instituição vem da conceituação de Sidney Mintz e Richard Price (2003, p. 43), que designam como instituição “qualquer interação social regular ou ordeira que adquira um caráter normativo e, por conseguinte, possa ser empregada para atender a necessidades reiteradas”, e a igreja negra seria a mais bem sucedida das instituições afro-americanas porque, além de um local de culto e identificação, as igrejas também serviam como uma rede de apoio social e política, como na fundação da *Free African Society* – uma sociedade de ajuda mútua ligada a congregações negras autônomas – ainda no século XVIII (MINTZ; PRICE, 2003; CAPONE, 2011).

A partir da criação de tais congregações e agrupamentos, inicia-se um período de desenvolvimento de um “nacionalismo afro-americano”, que se diferencia do “nacionalismo branco americano”. Um dos motivos é que esse “nacionalismo branco”, de origem europeia, limita o que pode ser considerado nacional, já que “a história e a cultura negras são percebidas, [...], como uma intrusão ilegítima em uma visão da vida nacional [...] autêntica que, antes de sua chegada, era tão estável e tranquila quanto etnicamente indiferenciada” (GILROY, 2001, p. 43).

Nessas condições, nota-se a influência das narrativas nacionais como tentativa de homogeneizar todos que estariam incluídos nesse Estado. O sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall comenta sobre esse aspecto que “as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que [Ernest] Gellner chamou de ‘teto político’ do Estado-Nação” (HALL, 2015, p. 30). Ao se negar a consentir com essa subordinação e articulando conceitos próprios de sua experiência singular nas Américas, os afro-americanos não somente tornam-se párias nessa sociedade, que produz um racismo etnicamente absoluto e culturalista, como também agrupam perspectivas contraditórias à sua formação política – como por exemplo o caso de Martin Delany a usar a frenologia para contrapor a sociedade branca a partir de suas próprias referências (GILROY, 2001 p. 75).

Essa formação política representa o que Mintz e Price entendem como “crioulização”. O conceito pretende compreender não um processo de aculturação passiva, porém um processo de reformatação da cultura tradicional africana, limitada pelas elites brancas senhoriais que controlavam as comunidades afro-americanas direta e indiretamente, resultando em algo que representava a resistência da ancestralidade e a absorção da cosmovisão dos algozes (MINTZ; PRICE, 2003, p. 11).

Mesmo que esse nacionalismo e essa consciência política já estivesse entranhado na comunidade negra dos Estados Unidos desde pelo menos a época da Revolução Americana, seria somente a partir da Reconstrução que esses indivíduos seriam ouvidos e mesmo participariam do debate político oficial. Assim, creio ser importante localizar o recorte histórico. Eric Foner (2014) compreende que a cronologia da Reconstrução se estende desde 1863 – quando da assinatura da Declaração de Emancipação por Abraham Lincoln – até 1876, ano em que o Partido Democrata, ligado à antiga elite escravista e majoritariamente contrário às reformas que visavam conceder a cidadania plena aos libertos, consegue o controle das casas legislativas de todos os estados do sul que compunham a Confederação, processo que se iniciou ainda década de 1860. É nesse recorte, portanto, que ascendem ao congresso nacional norte-americano as lideranças negras como Joseph Rainey.

Joseph Rayne: um sujeito afro-diaspórico entre dois mundos

Outro ponto importante a ser destacado é a trajetória de vida de Rainey. Nascido na condição de escravo em 1832, na cidade de Georgetown, Carolina do Sul, Joseph Hayne Rainey teve sua liberdade comprada no início da década de 1840 por seu pai – que também comprou a liberdade dos irmãos e da mãe, uma mestiça de origem franco-americana –, que o ensinou o ofício de barbeiro e

proporcionou sua alfabetização (WASNIEWSKI et al, 2008). Logo no início da Guerra Civil, o então barbeiro foi convocado pelo exército confederado para, entre outras coisas, trabalhar nos navios comerciais que furavam os bloqueios navais impostos pela União. Aproveitando desse serviço, em 1862 Rainey e sua esposa fogem para as Bermudas, uma colônia britânica próxima aos Estados Unidos, e que havia abolido a escravidão em 1834 (WASNIEWSKI et al, 2008, p. 62).

Quatro anos depois, em 1866, a família Rainey retorna aos Estados Unidos em uma condição financeira que, segundo o trabalho de Loren Schweninger (1990), os colocaria numa posição de elite econômica negra no sul. Mais ainda, Schweninger disserta a respeito desses serviços prestados pelos afroamericanos libertos no *Lower South* e seu caráter benéfico à população branca, por oferecer serviços inexistentes nos ambientes frequentados por essa parcela da população. Segundo o historiador, “negros livres que possuíam barbearias, açougues, estabelecimentos mercantis e alfaiatarias ou que trabalhavam como carpinteiros, tanoeiros, construtores, pedreiros, fabricantes de charutos e sapateiros prestavam serviços valiosos aos brancos em suas comunidades” (SCHWENINGER, 1990, p. 40, TRADUÇÃO PRÓPRIA)⁵⁹.

Ao chegar aos Estados Unidos, Rainey filia-se ao Partido Republicano no mesmo ano, logo após fixar-se em Charleston, o que o tornou um sujeito influente do partido no estado. Toma posse como senador estadual em 1870, mesmo ano em que é indicado à Câmara dos Representantes no lugar do democrata Benjamin F. Whittemore, envolvido em casos de corrupção (WASNIEWSKI et al, 2008, p. 62-64). Todavia, seria a partir de 1871, em uma nova legislatura, que Rainey teria mais destaque.

Alguns aspectos merecem ser destacados na biografia de Rainey. Em primeiro lugar, a sua fuga para o Caribe, que não constituía uma atitude isolada mas que era comum nas fugas de escravizados do sul. O historiador norte-americano Marcus Rediker (2022) destaca como os percursos marítimos entre os portos norte-americanos e caribenhos auxiliaram na fuga de comunidades afro-americanas para locais que apresentavam mais oportunidades e liberdades, com a existência de redes de apoio presentes nos navios e nos portos de origem e destino. Soma-se a isso o fato de trabalhadores urbanos, principalmente em áreas portuárias, serem mais autônomos que em outras regiões, inclusive os trabalhadores negros, fossem livres ou escravizados, o que era inclusive motivo de reclamação dos trabalhadores brancos, como cita Rediker (2022, p. 8):

⁵⁹ Trecho original: “free blacks who owned barber shops, butcher shops, mercantile establishments, and tailoring businesses or who worked as carpenters, coopers, builders, masons, cigarmakers, and bootmakers provided valuable services to whites in their communities?”.

Os trabalhadores negros em Charleston tinham, por exemplo, uma autonomia considerável no desempenho de suas funções, conforme reclamaram os estivadores brancos em 1859: 40-60 estivadores escravizados podiam assumir a mesma grande embarcação, quer para carregar, quer para descarregar, sem, muitas vezes, “nenhuma pessoa branca entre eles”.

É possível supor, então, que a fuga dos Rainey as Bermudas tenha seguido essa lógica de clandestinidade já que, embora não fossem cativos, Joseph Rainey estava à disposição do exército confederado, que possuía menos recursos e menos combatentes se comparado com o exército unionista, consequentemente pouco inclinado a perder qualquer tipo de força de trabalho. Além disso, pode-se supor que existissem em Bermudas grupos de acolhimento à população negra que chegasse em tal colônia, independentemente do *status* de liberdade ou cativo.

Esta suposição se relaciona com outro aspecto da biografia de Rainey: a sua condição financeira. Mesmo permanecendo por, aproximadamente, três anos em Hamilton, a família desfrutava de um padrão de vida alto e reconhecimento social na cidade, como demonstram os anúncios sobre a barbearia de Joseph e a loja de Susan, sua esposa, na *Royal Gazette*, o único periódico diário das Bermudas (ROYAL GAZETTE..., 1865). Além do mais, hoje o local em que Rainey atuava como barbeiro se tornou um local de memória da diáspora afro-americana, chamado de *Barber's Alley* (FONER, 1996, p. 175), sugerindo que sua presença nas Bermudas, mesmo na época, tenha sido importante a ponto do local ser recordado e nomeado em sua homenagem. Tal condição financeira, já abordada previamente nesse texto, pode ser uma das explicações para Rainey ter se tornado tão proeminente política e socialmente em seu retorno aos Estados Unidos, além, é claro, da sua condição de letrado.

A sociedade sulista reestruturada

O seu retorno também é marcado pela mudança estrutural da aristocrática sociedade sulista norte-americana, impactada pela emancipação. Em um primeiro momento, o que se destaca é a diferença entre os conceitos de liberdade pelas comunidades brancas e negras, debate que se estende também para o congresso. Para os brancos, havia a ameaça de que os libertos não estivessem preparados para arcar com as responsabilidades que a liberdade exigia, enquanto os afro-americanos enxergavam-na como uma combinação entre viver sem a tutela branca e a igualdade de viver como os brancos (FONER, 2014, pp. 77-78). Em ambos os significados, a liberdade perpassava pela agregação

das famílias, antes separadas pelo regime escravista, possibilidade de educação formal e autonomia de suas agremiações religiosas e políticas.

A junção das famílias foi, de certa forma, o primeiro passo a ser tomado quando ocorreu a emancipação. Mesmo que existissem laços familiares dentro da escravidão, esses eram muito frágeis e vulneráveis à rupturas súbitas. Era comum também, como relata Eric Foner (2014, p. 82), que famílias afro-americanas adotassem filhos de amigos e conhecidos cuja localização fosse desconhecida, já que seria melhor, na visão dos libertos, que essas crianças fossem criadas por famílias negras constituídas do que aprendizes de profissionais brancos ou vivendo nos orfanatos do Departamento dos Libertos, órgão do governo federal criado para lidar com a situação social e econômica dos libertos.

O protestantismo afro-americano também fomentou uma mudança drástica no pós-Guerra Civil. Além da clara autonomia que as igrejas afro-americanas possuíam sem a intervenção das antigas elites escravocratas, eram nas comunidades religiosas que a educação formal e o debate político eram levados adiante. Muitas eram as instituições religiosas que ofereciam escolas e, mesmo, que fundavam escolas laicas (CAPONE, 2011; FONER, 2014).

Sobre o debate político, Eric Foner (1996) também destaca que grande maioria dos líderes políticos negros que surgiam nessa época partiam de lideranças de alguma congregação e, mesmo aqueles que não eram, se utilizavam do discurso religioso para obter apoio da comunidade. Anexo a isso, existiam as querelas raciais e de *status*: as lideranças políticas que dominaram as convenções negras – espaços para debate sobre a situação dos afro-americanos e reivindicação do que consideravam direitos básicos de cidadania – eram “*mullatoes*”, mestiços de pele mais clara cujo status de libertos havia sido conquistado antes da Emancipação, expondo com frequência os conflitos dentro da própria comunidade afro-americana (Idem, 2014, p. 112-113).

Havia ainda a instrumentalização da história oficial da nação norte-americana para se afirmarem como americanos, se identificando “com a história, o destino e o sistema político da nação” (Ibidem, p. 115, TRADUÇÃO PRÓPRIA)⁶⁰. Assim, é possível compreender a sua posição e sua construção discursiva e de diálogo com seus pares no Congresso. As suas referências ao cristianismo, à educação como maneira de reforçar a Emancipação, sua necessidade de se afirmar americano, localizando a si e aos afro-americanos no geral como herdeiros da mesma tradição política e filosófica que havia fundado os Estados Unidos, são características presentes e construídas em um âmbito coletivo.

⁶⁰ Trecho original: “*nation's history, destiny and political system*”.

A “Dupla Consciência”: entre a construção branca e negra de “americanidade”

Como exemplo dessa formação político-discursiva, destaco dois discursos realizados por Rainey na Câmara dos Representantes. O primeiro é referente ao debate da legislação *H. R. No 320*, conhecida como *Ku Klux Klan Act* de 1871, ocorrido entre março e abril do mesmo ano. Compondo um conjunto de adendos para assegurar a execução da Décima Quarta Emenda, esta legislação provia segurança legal contra violência exercida por milícias e grupos supremacistas brancos aos partidários do Partido Republicano, principalmente negros, nos estados do sul.

Enquanto muitos membros do Partido Democrata tentam contrapor a proposta de legislação, a caracterizando como inconstitucional e que fere a autonomia dos estados, Rainey disserta que a leitura da Constituição deve ser feita a partir de uma contextualização, já que os “Pais Fundadores” teriam-na escrito

so broad that the humblest, as well as the loftiest citizen, could be protected in his inalienable rights. It was designed to be, and is, the bulwark of freedom, and the strong tower of defense, against foreign invasion and domestic violence (CONGRESSIONAL GLOBE..., 1871, p. 395)⁶¹.

Esta sua fala suscita um debate sobre os termos utilizados no contexto que foram utilizados. Em primeiro lugar, Rainey parte da magna carta norte-americana para se legitimar como norte-americano, o que parece ser contraditório visto que a constituição e quem a escreveu, os “Pais Fundadores”, legitimavam a instituição escravista e, inclusive, alguns possuíam escravizados. Entretanto, essa articulação era comumente utilizada não só no âmbito institucional mas em meios informais como um esforço para se encaixar no conceito de “americanidade”, expondo o que William Du Bois chama de “dupla consciência” (DU BOIS, 1999, p. 54). Além disso, quando Rainey destaca o papel da Constituição como baluarte da civilização norte-americana na inclusão de todos os cidadãos, se destaca em sua ideia de democracia que não deve haver diferenças de direitos e deveres entre pessoas em diferentes condições, fossem essas raciais, socioeconômicas ou políticas.

Em seguida, os termos “*humblest*” (humilde) e “*loftiest*” (pomposo) chamam atenção por denotarem posições sociais e afirmar posições de prestígio, em vez de uma dualidade racial (brancos e negros) ou socioeconômica (ricos e pobres). Uma das suposições possíveis é da influência do individualismo norte-americano, que ressalta as conquistas individuais em detrimento das questões

⁶¹ Tradução: “tão ampla que o mais humilde, assim como o mais pomposo dos cidadãos, deveria ter protegidos seus direitos inalienáveis. Foi projetada para ser, e é, o baluarte da liberdade, e a torre forte de defesa, contra invasões estrangeiras e a violência doméstica”.

coletivas. Esse individualismo estaria relacionado à vida de Rainey, visto que sua liberdade se inicia em um momento que a instituição escravista era presente e permeava a vida de todos os indivíduos, independentemente se livres ou cativos. Além disso, sua proximidade com uma elite branca, ou mesmo com a classe média branca sulista, retomando o que Schweninger comenta sobre a relação entre a elite afro-americana no sul e a população branca, pode ter influenciado no uso desses termos.

Há também a adoção de hábitos de familiares de classe média pelas famílias libertas no período posterior à emancipação. Foner (2014, p. 85) comenta que eram frequentes críticas às mulheres negras que se negavam a realizar trabalhos manuais por assemelharem-se aos trabalhos realizados por essas mulheres quando eram escravizadas. Essas adaptações de comportamento, por exemplo, podem ser compreendida como uma atitude pomposa por parte da comunidade afro-americana.

Podemos supor também que isso parte dos aspectos de afirmação de prestígio presente em sociedades africanas. Este suposto eco de ancestralidade é denominado por Mintz e Price como “gramática profunda”, que seria a presença, ainda que sutil, de certos elementos ancestrais, paralelamente à constituição da “crioulização”. Os autores comentam que fragmentos religiosos e de divisão de papéis de prestígio tenham conservado-se e transformado-se nas Américas, como ocorreu na forma de organização social dos quilombos saramacanos de Suriname, em que “a ‘provação’ máxima, [...], encontra-se nas mãos de um pequeno grupo de culto numa única aldeia; suas técnicas, [...], parecem remontar diretamente ao reino setecentista de Benim” (MINTZ; PRICE, 2003, p. 80).

Liberdade e igualdade a partir de uma perspectiva tocquevilleana

Já em 1872, o congressista defende a legislação *H. R. No. 1043*, que versa sobre a concessão das terras públicas pertencentes à União para a construção de escolas e a consolidação de uma política de educação federal. A legislação, é altamente condenada pelos representantes do Partido Democrata com argumentos sobre sua suposta inconstitucionalidade, à violação do direito de soberania dos estados e receios sobre a integração racial nas instituições de ensino.

Para defender a legislação, Rainey ressalta que a educação das massas seriam importante para exercerem a sua cidadania completa:

All they ask for is an equal chance in life, with equal advantages, and they will prove themselves to be worthy American citizens. [...] so that they will be enabled to judge for themselves in all matters appertaining to their interests, and by intelligent expression of their manhood annihilate the remnant

of that oligarchical spirit of exclusiveness which was so prominent in the past (APPENDIX TO THE CONGRESSIONAL GLOBE... 1872, pp. 15-16)⁶².

Nesse discurso, o que se destaca é a defesa da educação de massas como meio para alcançar a cidadania e, de certa maneira, a liberdade plena. A ideia de que a educação seria um dos pilares da liberdade era bem difundida entre a comunidade afro-americana, como é possível perceber na autobiografia de Frederick Douglass, publicada na década de 1850. Douglas comenta sobre a repressão que sua senhora sofreu do marido após ensinar alguns princípios básicos de alfabetização:

Para usar suas próprias palavras, ele disse ainda: “Se você dá a um preto um dedo, ele vai querer o braço. [...] se você ensinar aquele preto (falando de mim) a ler, nada mais poderá detê-lo. Isso o tornaria inapto a ser escravo. Ele se tornaria inadministrável e sem qualquer valor para o seu senhor [...]”.

Essas palavras calaram fundo em meu coração, despertaram sensações anteriores que estavam adormecidas e fizeram surgir uma forma de pensar inteiramente nova. [...] Agora eu compreendi o que havia sido para mim uma dificuldade que me deixava perplexo – entender o poder de um homem branco para escravizar um homem negro. [...] A partir daquele momento, entendi o caminho da escravidão para a liberdade. (DOUGLASS, 2021, p. 62)

Tal defesa sobre a educação se complementa quando Rainey contrapõe dois conceitos que não seriam contrários em todos os casos, embora na construção narrativa do congressista tornam-se: o “espírito oligárquico exclusivista” e a “expressão inteligente de sua própria humanidade” – originalmente “*oligarchical spirit of exclusiveness*” e “*intelligent expression of their manhood*”, respectivamente. A contraposição de sentidos ocorre já que o conceito de “expressão inteligente de sua própria humanidade” pode ser analisado à luz do que Tocqueville chamou de “interesse bem compreendido”, segundo o qual a participação política moderna deveria ser baseada.

Alexis de Tocqueville constrói essa concepção envolvendo elementos caros para os interlocutores do discurso do congressista assim como para o próprio contexto temporal e geográfico da época, tornando-o extremamente profícuo. O pensador francês disserta que o homem novecentista, ao menos o europeu, foca-se muito em sua vida privada, abandonando a esfera pública, que constitui a construção política da sociedade, e levando-a ao despotismo e a perda da liberdade, que em sua visão se relaciona com a participação ativa na política. Além disso, esta participação deveria ser exercida de forma igual entre todos os cidadãos, já que os que buscam por democracia teriam apenas duas

⁶² Tradução: “Tudo o que eles pedem é uma chance igual na vida, com vantagens iguais, e eles se provarão valorosos. [...] cidadãos americanos para que esta seja apta a julgar por si mesma, em todas as matérias pertencentes a seus interesses, e por uma expressão inteligente de sua própria humanidade aniquilar o remanescente daquele espírito oligárquico de exclusividade o qual era tão proeminente no passado”.

alternativas para a sua organização política, sendo essas “ou todos compõem igualmente o soberano, ou este não conta com a participação de ninguém. À primeira possibilidade, Tocqueville denominará genericamente liberdade; à segunda, servidão” (JASMIN, 1997, p. 50 apud LIMA, 2016 p. 45).

Para solucionar este possível problema, o intelectual francês desenvolve a ideia de “interesse bem compreendido”, uma ferramenta cívica tal qual o ócio teria sido para os antigos gregos e que pode ser explicada como a contenção do interesse privado para fundar ou mesmo manter a civilidade. Para Sérgio Lima (2016, p. 47),

Tocqueville, cabe reiterar, não vê outra saída para o êxito da liberdade, a não ser fundindo-a com a igualdade, pois, por si só, a virtude política não teria preponderância frente à paixão pelo bem-estar individual e pela vida privada. A ação coletiva dar-se-ia objetivando a tranquilidade para o âmbito doméstico.

Assim, ao citar “*intelligent expression of their manhood*”, Rainey justifica que os indivíduos em questão – que não possuíam educação formal, majoritariamente afro-americanos – podem, e devem, participar das decisões políticas já que agora seriam livres e iguais. A partir disso, podemos aprofundar algumas questões.

Em primeiro lugar, levando em conta as análises de Tocqueville, a organização política criticada por Rainey se baseia num conceito de exclusão e tutela dos afro-americanos, levando à servidão destes indivíduos por não reconhecer sua igualdade e liberdade, este último conceito constituindo uma contradição de significados entre a população negra e a população branca. Para a sociedade branca norte-americana, principalmente os sulistas, a instituição escravista representava não só uma liberdade, como também um direito. A emancipação, então, representaria o cerceamento da liberdade.

Já para a sociedade afro-americana, a liberdade, em seu conceito mais amplo, constituía o fim da tutela branca sobre suas vidas e a construção da autonomia, individual e coletiva. Entretanto, partia-se desta premissa para a concepção de diversos sentidos:

os negros da Louisiana entrevistados pelos agentes do General Bank durante a Guerra Civil, muitos antigos escravos viam a liberdade como o fim da separação das famílias, a abolição de punições por chicotes, e a oportunidade de educar suas crianças. Outros, como o ministro negro Henry M. Turner, enfatizaram que a liberdade significava o aproveitamento de “nossos direitos em comum com outros homens”. “Se eu não posso viver como um homem branco eu não sou livre”, disse

Henry Adams ao seu antigo senhor em 1865 (FONER, 2014, p. 78, TRADUÇÃO PRÓPRIA)⁶³.

O que Joseph Rainey faz em sua construção discursiva é colocar tais definições como complementares, destacando a preocupação com a igualdade dos “direitos em comum com outros homens” quando comenta que a população afro-americana deseja “*is an equal chance in life, [...] and they will prove themselves to be worthy American Citizens* (APPENDIX TO THE CONGRESSIONAL GLOBE..., 1872, p. 16). Assim, empregando uma noção ampla de liberdade, que depende também do direito à cidadania – tal qual Tocqueville –, o congressista contrapõe significados excludentes (“liberdade é o direito de ter escravos”) e includentes (“liberdade é o direito de cidadãos de participar da vida pública igualmente”) de liberdade e ainda põe em foco a noção de que tal liberdade não teria atingido uma parte importante da população, ainda tutelada e, portanto, “desigual”.

Também se faz necessário visitar o conceito de igualdade. Este, que também apresentava suas multiplicidades, era em certa medida mais acordado entre as populações branca e afro-americana. De acordo com Rebecca Scott, durante a Reconstrução o termo era balizado pela participação da vida pública, a partir do que os contemporâneos identificavam como “*public rights*” ou “*social rights*”, ou seja, o “acesso igualitário a bens e serviços, indiferente se provido por ente público ou privado” (SCOTT, 2020, p. 524, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Dito isso, Joseph Rainey menciona episódios de ocorrência no âmbito privado, demonstrando como a igualdade já seria um comportamento normalizado pela sociedade escravista, como quando comenta sobre o receio de seus pares brancos sobre a integração das escolas:

Why this fear of the negro since he has been a freedman, when in the past he was almost a household god, gamboling and playing with the children of his old master? And occasionally it was plain to be seen that there was a strong family resemblance between them. (APPENDIX TO THE CONGRESSIONAL GLOBE..., 1872, pp. 15-16)⁶⁴.

Nessa fala, o que parece ressaltar também da fala do congressista em questão é que a permissão para uma relação com mais “igualdade” no ambiente privado se faz porque o ambiente é controlado, no sentido de tutela. Então, é possível afirmar que a estrutura política debatida se organiza de tal forma

⁶³ Trecho original: “[...] *the Louisiana blacks interviewed by General Bank’s agents during the Civil War, many former slaves saw freedom as an end to the separation of families, the abolition of punishment by the lash, and the opportunity to educate their children. Others, like black minister Henry M. Turner, stressed that freedom meant the enjoyment of “our rights in common with other men.” “If I cannot do like a white man I am not free,” Henry Adams told his former master in 1865*”.

⁶⁴ Tradução: “Por que esse medo do negro desde que ele se tornou um homem livre, quando no passado era quase um deus doméstico, brincando e se divertindo com as crianças de seu antigo senhor? E ocasionalmente era evidente que havia uma forte semelhança familiar entre eles.”

que reproduz no espaço público a realidade de submissão do ambiente privado, tutelando a sociedade afro-americana da mesma forma. Assim, as elites escravistas estariam estendendo princípios que seriam incumbência da esfera privada à esfera pública e, segundo Sérgio Lima (2016) opondo-se ao que Tocqueville havia escrito o equilíbrio entre os interesses privados e individuais e a participação da coletividade na política. De modo que, para Rainey, quem portava a prudência do “interesse bem compreendido” seriam os afro-americanos, estes também responsáveis pela vivência democrática.

Outra característica notável do conceito tocquevilleano de “interesse bem compreendido” seria a de suceder o que ele denominava de “virtudes sublimes”, um aspecto comum na democracia antiga, como por exemplo o ócio. O modelo antigo de cidadania e democracia partia também do indivíduo que “já possuía uma condição financeira tranquila e que não teria preocupações com o âmbito doméstico. O modelo tradicional do bom cidadão, portanto, para o do grande proprietário de terras com a vida financeira bem resolvida” (LIMA, 2016, p. 48). O fazendeiro escravocrata sulista, em um primeiro momento, preencheria estes requisitos.

Contudo, os Estados Unidos representariam uma nação fundada na modernidade – aspecto frisado por Tocqueville e também pelos seus valores de fundação – e isso, com base nas influências liberais clássicas que constroem esta nação, explicam a participação dos homens modernos na vida pública, cujos contexto vivenciado não permitiria mais alcançar as “virtudes sublimes”, e estimulam tal participação, argumentando que a perspectiva moderna de atuação na esfera política aprimora o trato das relações sociais, agora pautadas pela igualdade (LIMA, 2016, p. 49).

Rainey parece infundir que a coletividade afro-americana há um entendimento pelo sobre o “interesse bem compreendido”, ao mesmo tempo em que apresenta a educação formal como elemento primordial na construção da liberdade, sendo sua falta constituinte da servidão: *“it was a pride in the past to exult in the extraordinary ability of a few representative men, while the poorer classes kept illiterate and in gross ignorance; consequently completely under control of their leaders”* (APPENDIX TO THE CONGRESSIONAL GLOBE..., 1872, p. 16)⁶⁵.

Portanto, o congressista concebe discursivamente que a liberdade completa da sociedade afro-americana partiria do fim da tutela oligárquica sobre tal grupo e com o desenvolvimento da educação formal do mesmo. Assim, os afro-americanos seriam responsáveis pela manutenção da ordem democrática porque seus interesses privados são elaborados com base no bem comum, ao contrário

⁶⁵ Tradução: “no passado, era motivo de orgulho exultar na extraordinária habilidade de alguns representantes, enquanto as classes mais pobres permaneciam analfabetas e em completa ignorância; consequentemente, totalmente sob o controle de seus líderes.”

da elite escravocrata que lutava pela manutenção de um sistema sociopolítico que a modernidade já havia superado.

Considerações finais

Joseph Rainey serviria como congressista até a quadragésima quinta legislatura, que durou até março de 1879. Fortalecidos pela tomada do congresso e governo estaduais da Carolina do Sul a partir de 1876, atores do Partido Democrata realizavam campanhas de terror e intimidação ao eleitorado negro e, uma vez de volta ao poder, favoreceram a exclusão das tropas federais no estado e a consolidação dos chamados *Black Codes*, legislações que excluíram a participação dos afro-americanos a partir de brechas da 14ª Emenda (WASNIEWSKI et al, 2008, p. 66). A sua participação na 42ª Legislatura, entretanto, apresenta particularidades e questões que voltariam à tona em seu trabalho posterior.

Em primeiro lugar, as referências variadas, com graus de sutilidade, à cultura afro-diaspórica. A expressão de sua ancestralidade pode ser percebida na maneira com a qual o congressista lida com a percepção de *status* diferenciados a partir da fatia da população sobre a qual ele debate, além da maneira como ele se porta como líder da comunidade afro-americana, oprimida e exilada, tal qual os líderes protestantes negros costumavam fazer.

Ainda sobre a questão afro-diaspórica, é possível observar a intercambialidade de ideias e fenômenos muito comuns ao “Atlântico Negro”, ambiente que Rainey pertence e se faz presente em suas construções discursivas. Assim, o congressista se constitui como um sujeito moderno, a partir da perspectiva de Tocqueville, ao mesmo tempo que extrapola esta modernidade se analisado à luz de Stuart Hall.

Também é possível perceber a tensão racial no sul durante a Reconstrução. Mesmo em estados com uma população majoritariamente negra, como é o caso da Carolina do Sul, Joseph Rainey destaca a continuação de uma violência contra as comunidades afro-americanas. A continuação de um poder oligárquico, como ele mesmo denomina, e o receio sobre a integração do ambiente escolar são exemplos simbólicos, que posteriormente são transformados em violência direta, contra estes indivíduos.

Apesar disso, o congressista consegue se manter como uma liderança proeminente e uma voz sobre a construção nacional a partir da perspectiva do negro. Ainda que existissem ainda problemas

relacionados à desigualdade de gênero, a partir de Rainey podemos compreender quais são os artifícios teóricos e narrativos que são mobilizados na “Segunda Fundação dos Estados Unidos”, como o período da Reconstrução é comumente mencionado.

Fontes

APPENDIX to the Congressional Globe. Washington, 1872.

CONGRESSIONAL Globe. Washington, 1872.

MR. J. H. Rainey... **Royal Gazette**, Hamilton, ano 38, n. 49, p. 1, 05 dezembro 1865.

Referências bibliográficas

CAPONE, Stefania. **Os Yorubá do Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2011.

DOUGLASS, Frederick. **Autobiografia de um escravo**. Belo Horizonte: Vestígio, 2021.

DU BOIS, William E. B. **As Almas da Gente Negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

FONER, Eric. **Freedom's lawmakers: a directory of Black officeholders during Reconstruction**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1996.

_____. **Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877**. Nova York: Harper Collins, 2014.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

LIMA, Sérgio. Liberdade e interesse bem compreendido no pensamento político de Alexis de Tocqueville. **Mosaico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 40–54, 2016.

MINTZ, Sidney.; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2003.

RABOTEAU, Albert J. **Slave Religion: The "Invisible Institution" in the Antebellum South**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004

REDIKER, Marcus. Escaping Slavery by Sea in Antebellum America: A Labor History. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1–18, 2022.

SCHWENINGER, Loren. Prosperous Blacks in the South, 1790-1880. **The American Historical Review**, Washington D. C., v. 95, n. 1, 1990.

SCOTT, Rebecca. Discerning a Dignitary Offense: The Concept of Equal “Public Rights” during Reconstruction. **Law and History Review**. Washington D. C., v. 38, n. 3, p. 519–553, 2020. p. 520.

WASNIEWSKI, Matthew A.; HROMADA, Erin Marie-Lloyd; JOHNSON, Kathleen; RUCKER, Terrance; TURNER, Laura K. **Black Americans in Congress: 1870-2007**. Washington: U.S. Government Print Office, 2008.

Oficinas no Ensino de História: Propostas Metodológicas com o uso do jornal A Voz da Raça em sala de aula

Workshops in History Teaching: Methodological Proposals using the newspaper A Voz da raça in the classroom

Metusalém Engracio dos Santos

Graduando em História

História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

thekingmetu@gmail.com

Noemia Dayana de Oliveira

Doutora em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

noemia.oliveira@servidor.uepb.edu.br

Recebido: 28/03/2024

Aprovado: 03/01/2025

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma aula-oficina desenvolvida na escola ECIT Prefeito Williams de Souza Arruda localizada em Campina Grande, Paraíba, com o uso de fontes históricas, especificamente o jornal A Voz da Raça. Para tanto, acreditamos na importância e as possibilidades de trabalhar temas relacionados à cultura afro-brasileira especialmente na disciplina de História, a partir do uso desses materiais, visando superar lacunas históricas e promover uma educação mais inclusiva e consciente, que reconheça e valorize a diversidade cultural do Brasil. Através da análise de uma experiência prática realizada e da discussão sobre movimentos como a Frente Negra Brasileira, podemos estimular o interesse dos alunos e ampliar sua compreensão sobre a história e a cultura afro-brasileira. Mostrando como se faz necessário o uso de temas que permitam o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos, e de uma percepção mais ampla do negro na sociedade a partir de uma aula-oficina.

Palavras-chave: Ensino de História; A Voz da Raça; Frente Negra Brasileira.

Abstract: This article aims to present a workshop class developed at the ECIT Prefeito Williams de Souza Arruda school located in Campina Grande, Paraíba, using historical sources, specifically the newspaper A Voz da Raça. To this end, we believe in the importance and possibilities of working on themes related to Afro-Brazilian culture, especially in the History discipline, based on the use of these materials, aiming to overcome historical gaps and promote a more inclusive and conscious education,

which recognizes and values the cultural diversity of Brazil. Through the analysis of a practical experience carried out and the discussion of movements such as the Frente Negra Brasileira, we can stimulate students' interest and broaden their understanding of Afro-Brazilian history and culture. Showing how necessary it is to use themes that allow the development of students' critical capacity, and a broader perception of black people in society based on a workshop class.

Keywords: History Education; A Voz da Raça; Brazilian Black Front.

Introdução

Mesmo com a instauração da lei 10.639/03 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, ainda existe uma dificuldade em adicionar aos planejamentos das aulas, temas relacionados ao que foi proposto pela referida lei – mesmo na disciplina de História – algo que acaba fomentando um problema recorrente no âmbito educacional, que é a falta de abordagens que instiguem a curiosidade e o conhecimento sobre a nossa própria cultura; dessa forma, ainda com essa lei se formam diversos entraves que impedem a utilização desses conteúdos em sala de aula. E com essa percepção surgiu a iniciativa de trabalhar o jornal A Voz da Raça e a Frente Negra Brasileira (FNB), com a turma da 2ª série do ensino médio na ECIT Prefeito Williams de Souza Arruda (WSA), localizada no bairro dos Cuités em Campina Grande - Paraíba, através do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) do curso de licenciatura em História, da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) Campus I.

Esse tema já havia sido debatido em alguns encontros dos integrantes do PIBID, e ao longo das pesquisas e reuniões voltadas ao tema - e das próprias experiências enquanto alunos - percebemos como esse conteúdo não aparecia, tanto nos livros didáticos, em planejamentos dos professores, ou mesmo nas matérias do curso de graduação em História. Por conta disso, constatamos a necessidade de trabalhá-lo em sala de aula, para que os alunos pudessem observar o negro a partir de outros olhares, que seria possível por meio do jornal A Voz da Raça. Como resultado, foi organizada uma oficina, realizada no dia 27 de novembro de 2023, com o objetivo de explorar essa temática de forma mais aprofundada. Como observa De Oliveira (2006, p.52):

Nas páginas do A Voz da Raça, o negro deveria tomar as rédeas de seu destino e, ao fazê-lo, ajudar a sua gente e a sua pátria a não serem tapeados. O negro deveria seguir o exemplo de seus antepassados e marcar com seu sangue e suor o seu próprio espaço

no corpo nacional. A violência adjetiva a ação como forma de transformação da posição subalterna do negro na sociedade brasileira. Não deveria se enganar o negro e esperar a ajuda dos patrícios brancos, incapazes de perceber o quão prejudicial à pátria é a sua exploração da Gente Negra Nacional.

Assim, é possível compreender a importância da imprensa negra nessa busca por um espaço para o negro na “sociedade brasileira” – branca – da época. Através do jornal *A Voz da Raça*, os objetivos da FNB de conscientizar e buscar um progresso para essa população, teve maiores chances de ser alcançado. A praticidade e o alcance que esse veículo de comunicação possuía, dava oportunidade para que diferentes regiões pudessem ter acesso ao que a FNB almejava compartilhar com os negros brasileiros. Partindo para uma definição do modelo editorial do jornal *A Voz da Raça*:

Seu formato era pequeno, tipo tablóide, com 4 páginas: rosto, duas páginas internas e, na última página, havia continuação dos artigos, ou novas manchetes. Os anúncios eram, na maioria, escritos em verbetes e sem imagens; eram poucos e, em geral, anúncios dos próprios fretenegrinos. Havia ofertas de serviços de advocacia, dentistas e ainda cursos, oficinas de costura, entre outros. Quanto à tiragem, não há como obter os números exatos. A distribuição do jornal era feita na sede da Frente Negra e nos eventos (SILVA, 2003, p. 133).

Mesmo sendo um jornal de poucas páginas, o seu conteúdo além de diversificado era necessário. Os artigos que contemplavam temas de conscientização racial à casamentos, permitiam que a sociedade negra percebesse a sua existência e atividade, gerando acima de tudo a valorização e o reconhecimento de sua identidade. A busca pela educação também era um tema recorrente nas páginas do *A Voz da Raça*, por ser umas das bases da FNB, o preparo intelectual e formativo, iria dar possibilidades para que a sociedade negra reconhecesse os seus direitos, e conhecessem a sua história. Com a possibilidade de acesso à educação básica, abriam-se espaços para novas perspectivas, e com a comprovação de personalidades negras bem-sucedidas surgia um novo sentimento do que poderia ser alcançado. Sentimento esse que passou a dar novos horizontes de esperança promovendo uma ascensão do negro brasileiro e permitindo novas oportunidades de diálogo entre a comunidade negra (SILVA, 2003).

Noções de escola e marginalização

Nas últimas décadas, a sociedade tem avançado na discussão e conscientização sobre questões como o racismo e outros tipos de preconceitos, o que tem possibilitado diálogos mais amplos. No entanto, alcançar uma sociedade verdadeiramente igualitária, livre de preconceitos étnicos e culturais,

é uma empreitada complexa e de longo prazo. Como aponta Freire (1996) quando discriminamos grupos marginalizados, como meninos e meninas pobres, negros, indígenas, entre outros, estamos na verdade nos recusando a ouvi-los e a entendê-los verdadeiramente. Essa visão preconceituosa foi construída ao longo de muitos anos e está profundamente enraizada em nossa estrutura social. No entanto, espaços como este, proporcionados por essa aula, abrem caminhos para a conscientização e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda nesse panorama, existe um problema que agrava o preconceito e a falta de conhecimento sobre o negro na sociedade brasileira. Quando partimos para a disciplina de História, ainda é muito comum que o negro brasileiro seja retratado no recorte do período da escravidão, e isso gera um problema muito grave, que é um sentimento de que nesse espaço entre a abolição e a sociedade atual, a comunidade negra não tenha feito nada importante, ou pior ainda, não seja relevante saber. Por isso, trazer essa imprensa criada pela FNB como tema da aula foi fundamental, seria nesse momento que os alunos poderiam compreender o que aconteceu com esses ex-escravizados, os seus descendentes e com a sociedade negra que mesmo cheia de amarras e de preconceito lutou em busca do real significado de liberdade. E que por meio do Jornal a Voz da Raça, realmente teve voz e através do movimento da FNB possibilitou que pessoas negras pudessem tomar posições a frente daquilo que era esperado socialmente.

Por isso, a história da educação no Brasil é marcada por lutas por inclusão e igualdade, especialmente no que diz respeito às comunidades marginalizadas, como a população negra. Ao analisar a atuação da FNB e o papel desempenhado pelo jornal A Voz da Raça, é possível identificar uma luta contínua pela conquista de direitos educacionais e pelo combate ao preconceito racial. Nesse contexto, as perspectivas de Saviani (1999) sobre a marginalização na educação oferecem importantes reflexões. Por um lado, há uma visão não-crítica que entende a educação como um instrumento de equalização social e superação da marginalidade. Essa perspectiva destaca as conquistas alcançadas pela educação, mas também pode obscurecer as formas sutis de discriminação racial que persistem nos ambientes escolares.

Por outro lado, as teorias crítico-reprodutivistas de Saviani destacam a importância de considerar os impedimentos sociais e econômicos na análise da educação. Nessa visão, a marginalização não é apenas um fenômeno acidental, mas uma consequência da estrutura social marcada por divisões de classe e discriminação racial. Assim, mesmo que a educação seja um espaço de conquistas, ela também pode reproduzir e legitimar formas de marginalização, especialmente para

a criança negra que enfrenta obstáculos não apenas para ter acesso à educação, mas também para ser plenamente aceita e valorizada dentro do ambiente escolar. E é a partir desse aspecto, que a FNB deu chance para uma mudança nesse contexto social, e educacional da sociedade negra daquele período. Com as salas de aula e professores fornecidos pelo movimento, surgiu uma possibilidade de transformação dessa sociedade marginalizada na busca por igualdade. Por isso, Saviani (1999, p. 87) entende que:

o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada.

Essa relação íntima entre educação e democracia, enfatiza como o processo educativo é mais do que uma mera transmissão de conhecimentos; é um caminho para a transformação social. Por isso, a educação desempenha um papel crucial na diminuição dessas desigualdades sociais, promovendo oportunidades equitativas para todos os membros da sociedade. Além disso, ao diferenciar a democracia como uma possibilidade no ponto de partida e como uma realidade no ponto de chegada, se faz necessário compreender que os princípios democráticos devem ser não apenas um objetivo final, mas também uma base fundamental ao longo de todo o processo educativo.

Perspectivas de compreensão nas aulas de História

Como aponta Piaget (2013), o meio social em que o ser humano está submerso, age de alguma forma sobre ele, podendo transmitir fatos, ou gerar circunstâncias que possam modificar de alguma forma a sua maneira de pensar, ou mesmo o significado de alguns valores sociais. Em decorrência disso há uma necessidade de o educador fazer algum tipo de mediação para que o aluno possa desenvolver uma visão mais ampla e conseqüentemente livre de preconceitos, melhorando sua capacidade de interpretação e do que pode ser tratado, sendo observado por Piaget (2013) como um dos aspectos da inteligência.

Ainda assim surge uma dificuldade durante esse processo, pois o ensino de história não é algo simples, ele é caracterizado por contradições e complexidades. Mesmo eventos que parecem se moldar em uma linha cronológica, possuem em seus acontecimentos diferentes interpretações e formas de se entrelaçar. Por isso, é necessário que se busque um ensino de história que traga diferentes métodos e possibilidades de metodologias de ensino e de temas a serem trabalhados. Neste sentido, conforme

aponta Fonseca (2009), todas as propostas curriculares emergentes dos anos 80 até os Parâmetros Curriculares Nacionais convergem para uma mudança fundamental no objetivo da disciplina, que passa a ser explicitamente "a preparação dos cidadãos para uma sociedade democrática".

Por isso é importante pensar nessa perspectiva, pois os alunos ainda estão aprendendo História, e por ainda não dominarem os conceitos ou conhecerem a fundo o contexto histórico dos temas analisados, existe uma necessidade por parte do professor de ter uma maior atenção para adequar os materiais didáticos utilizados com nível e os contextos de escolarização dos alunos (Bittencourt, 2008). Aconselha-se que o professor possa explorar as inúmeras camadas da história, ao utilizar temas diversificados que muitas vezes são ausentes dos livros didáticos, dos currículos acadêmicos ou mesmo considerados como temas "problema"; a exemplo de temas ligados a questões/movimentos políticos, étnicos e/ou religiosos. Para Fonseca (2009, p. 95):

o real, objeto da história, é a pura contradição, não é a justa adequação. Não é mais possível alimentarmos, em nossos alunos, a crença desse mito. Se o progresso é contínuo e linear no campo técnico, no campo simbólico e político é descontínuo, fragmentado, cheio de idas e vindas, avanços e retrocessos. Sendo assim, não é mais possível "colar" - justapor - diferentes dimensões da experiência humana num único movimento. O ensino de história por meio de temas e problemas possibilita o rompimento com essa fusão de temporalidades, redimensionando as relações passado/presente/futuro.

Considerando a importância de uma abordagem diversificada e inclusiva no ensino de história, tornou-se fundamental incorporar durante a aula, um tema que de alguma forma contribuísse com a igualdade racial. Ajudando a quebrar uma visão unívoca sobre o negro brasileiro, especificamente durante o período pós-abolição, desmistificando a ideia de sua "insignificância" para a sociedade brasileira (De Oliveira, 2006). Nesse sentido, a história da FNB em conjunto com o jornal A Voz da Raça surgiu como uma possibilidade significativa educando para a igualdade racial, demonstrando como esse movimento proporcionou mudanças positivas para a sociedade negra, promovendo oportunidades para indivíduos excluídos, marginalizados ou "apagados" socialmente (SILVA, 2003).

Aula-oficina de História: experiência em sala de aula

Como discute Barca (2004) em sua perspectiva de projetar uma aula de História, a autora mostra os aspectos necessários para desenvolver formas de alcançar os alunos a partir de aulas que saiam do padrão tradicional tendo como uma dessas possibilidades à aula-oficina, trabalhando a construção de uma abordagem que permitam ao aluno poder compreender as "relações entre o passado

compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado". Durante a elaboração dessa aula-oficina se faz necessário o desenvolvimento de uma abordagem metodológica que siga as seguintes funções: Interpretação de fontes; Compreensão contextualizada e Comunicação. Para que através desses métodos, o aluno possa analisar o documento, discutir os aspectos que o compõem e refletir sobre a sua importância como instrumento de ensino.

O 'plano', qualquer que seja o formato que assuma, numa perspectiva de construtivismo social representa um projeto que procura antecipar as vertentes hoje requeridas numa aula, em termos de instrumentalizações a focalizar, conteúdos temáticos a operacionalizar em questões problematizadoras e conseqüentes experiências de aprendizagem, sem esquecer a avaliação contínua, e por vezes formal, das tarefas (BARCA, 2004, p. 135).

Assim a aula-oficina ministrada na WSA no dia 27/11/2023, veio sendo planejada ao longo do mês de novembro, com a orientação da coordenadora do PIBID para que pudesse ser elaborada uma abordagem que realmente impactasse os alunos de alguma maneira. A organização do conteúdo foi feita através de um contínuo diálogo entre a dupla responsável por ministrar essa aula-oficina, que seria desenvolvida a partir de uma análise de documento histórico - o jornal -, primeiro houve um cuidado em selecionar uma página do jornal *A Voz da Raça*, que pudesse instigar a curiosidade dos alunos ao longo da análise, já que esse seria o primeiro contato deles com essa imprensa negra - e para alguns com uma página física de jornal -. Em seguida, veio o planejamento dos conteúdos que seriam apresentados para a turma, visando ajudá-los a compreender o contexto em que surge esse veículo de imprensa negra. Então a programação dessa aula/oficina foi elaborada da seguinte forma:

Tabela 1

JORNAL A VOZ DA RAÇA		
ETAPAS	ATIVIDADES	DURAÇÃO
1ª etapa	Desenvolver leituras iniciais do Jornal a Voz da Raça (nº 64 de abril/1937) com os alunos(as) e discussão sobre as suas interpretações; Referência utilizada: Jornal A Voz da Raça;	40 minutos
2ª etapa	Expor o contexto do pós-abolição e a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) para os alunos(as); Referência utilizada: Livro didático (Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas);	30 minutos
3ª etapa	Construir coletivamente um mapa mental com as principais características observadas pelos alunos(as) do jornal A Voz da Raça; Referência utilizada: Jornal A Voz da Raça;	30 minutos
4ª etapa	Produzir um jornal com os alunos(as); Referência utilizada: livros didáticos, sites, etc.;	80 minutos
5ª etapa	Criar uma roda de conversa com os alunos(as) afim de traçar considerações sobre a aula-oficina e futuras sugestões.	20 minutos

Aproveitando a semana seguinte ao dia da consciência negra, a professora responsável por supervisionar os bolsistas da WSA conseguiu um acordo com os demais professores, permitindo a utilização de todo o horário da tarde exclusivamente para essa aula-oficina de História, e com essa oportunidade foi possível montar esse modelo em que os alunos realmente pudessem conhecer, aprender, dialogar, refletir e produzir sobre a temática proposta.

Na primeira etapa, houve apenas um curto diálogo com os alunos, seguido pela entrega de uma xerox em folha A3 da página de abril de 1937 (Imagem 1) do jornal A Voz da Raça, neste momento não houve explicações sobre o que seria trabalhado com eles ou o que era aquele jornal, a ideia era justamente fazer com que eles fizessem uma análise do documento, interpretando e expondo posteriormente, do que se tratava aquele material. Também foi desenhado um mapa mental no quadro,

onde os alunos preencheram com características e com o que puderam extrair daquela análise, eles trouxeram palavras como: negro, representação, educação, igualdade.

Imagem 1 - Jornal A Voz da Raça



Fonte: hemeroteca digital⁶⁶

Na segunda etapa, ocorreu uma exposição sobre todo o contexto do pós-abolição no Brasil, onde muitos negros libertos enfrentaram dificuldades para se integrar à sociedade devido ao preconceito e à falta de oportunidades. Contribuindo para a intensificação das desigualdades sociais no período republicano, pois não houve um plano efetivo para inclui-los como “verdadeiros” cidadãos. Ainda assim, apesar do racismo disseminado entre a elite e a classe dirigente, os negros resistiram,

⁶⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/845027/per845027_1937_00064.pdf>. Acesso em: 26 de março, 2024.

formando associações e movimentos para lutar por direitos e pela valorização da sua cultura. Ainda nessa etapa, foi mostrado como a Frente Negra Brasileira, criada em 1931, foi fundamental nessa luta, buscando igualdade racial por meio da promoção da educação, emprego e participação política para eliminar as disparidades enfrentadas pela população negra.

Durante a terceira etapa foi apresentado como o jornal *A voz da Raça* criado em 1933, vem para desempenhar um papel fundamental na promoção dos direitos civis e conscientização racial da população negra, desafiando estereótipos raciais, e trazendo um merecido destaque para as contribuições da população negra para a sociedade.

Na quarta etapa foi proposto que os alunos usassem a criatividade para pesquisar eventos ligados à comunidade negra, para que então pudessem produzir uma página de jornal, cada aluno se propôs a desenvolver uma manchete. Para os que não tinham meios de fazer pesquisas – celular pessoal, já que a escola não tem sala de informática disponível –, foram distribuídas algumas reportagens referentes à movimentos e conquistas de pessoas negras na atualidade, pré-selecionadas pelos bolsistas do PIBID, onde esses alunos poderiam buscar materiais que considerassem importantes para o jornal. Alguns fizeram desenhos, recortaram imagens das folhas impressas, ou fizeram pequenos artigos, posteriormente os colando em uma cartolina que representava uma “grande folha de jornal”, que ao fim da aula foi colada na parede da sala ficando exposta para que as demais turmas pudessem ter acesso.

Para a quinta e última etapa, foi formada uma roda de conversa, onde os alunos conseguiram descrever o que acharam daquela aula-oficina e como saber da existência dessa imprensa negra e do movimento que a criou, foi importante para abrir a visão de mundo sobre o tema do negro na sociedade brasileira. E como o uso de perguntas orientadoras como: “Os desafios enfrentados por essa população negra, se relaciona com questões contemporâneas?”, permitiram um rico diálogo entre e com os alunos.

Considerações finais

Em conclusão, com essa aula-oficina pudemos observar como ao longo do aprofundamento sobre o tema, os alunos desenvolveram uma curiosidade sobre os movimentos negros, e uma percepção de como esses movimentos se fizeram e fazem necessários. Como a imprensa negra desenvolveu um papel fundamental na propagação de uma mudança na vida de inúmeras pessoas, e

realmente tomando a frente na busca por direitos da sociedade negra brasileira. Ainda que a página de jornal utilizada como recurso didático tenha tido alguns problemas – quando alunos sentiram dificuldade para entender o que estava escrito em alguns dos artigos, ou mesmo o estranhamento do primeiro contato com o material – ela permitiu que fosse desenvolvido um olhar cuidadoso sobre o tema. Como aponta Chaves (2016) a FNB surgia como uma instituição que buscava integrar o negro à sociedade paulista – inicialmente –, permitindo que esse indivíduo pudesse ter as mesmas oportunidades e ser reconhecido como um cidadão brasileiro. Porém, isso ainda vai tomando proporções significativas, atingindo diversos outros estados, e expandindo as oportunidades para a comunidade negra brasileira.

A todos que têm a possibilidade de ter um contato com o sistema educacional, especialmente na perspectiva de um professor, que se permite observar a realidade da educação, percebe como ainda existem diversas lacunas a serem preenchidas. E esses problemas não se restringem ao campo do ensino de história, mas de todas as disciplinas e além delas para o cotidiano dos alunos. A escola como instituição ainda tem muitas possibilidades de transformar a educação do país, e auxiliar na construção de uma sociedade mais consciente e que respeite as suas diversidades. Mas isso ainda é algo que não será alcançado a curto prazo; mas que a partir de iniciativas e propostas como essa que foi apresentada, pode seguir dando os seus passos nessa jornada para uma educação que permite uma resistência contra os preconceitos e a discriminação não apenas dentro dos muros da escola, mas além deles.

Referências bibliográficas

BARCA, Isabel. **Aula oficina: do projeto à avaliação.** Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, p. 131-144, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2008.

BRAICK, Patrícia Ramos et al. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.** São Paulo: Moderna, v. 6, 2020.

CHAVES, Gisele Matos. **A imprensa negra através do jornal A Voz da Raça: uma São Paulo de negros para negros.** São Paulo, 2016.

DE OLIVEIRA, Andre Cortes. Quem é a "Gente Negra Nacional"? : Frente Negra brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 8.ed. Papirus Editora, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Maria Aparecida Pinto et al. **A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco**. 2003.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. Editora Vozes Limitada, 2013.

Apontamentos sobre o ensino de História em tempos de BNCC e reforma do Ensino Médio

Notes on the teaching of History in times of BNCC and High School Reform

Ana Carolina da Silva Pereira

Graduada em História
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
anacarolinasp@hotmail.com

Éder da Silva Silveira

Doutor em História
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
eders@unisc.br

Recebido: 15/08/2023

Aprovado: 24/03/2025

Resumo: O artigo resulta de pesquisa qualitativa bibliográfica e documental que buscou compreender o lugar da História no currículo escolar considerando a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, homologadas em 2017 e 2019, respectivamente, bem como as mudanças ocorridas no currículo do Ensino Médio através da Lei 13.415/2017. Os principais resultados sinalizam que a BNCC e a reforma do Ensino Médio diminuem o papel e as finalidades da História no currículo escolar, que passa a ser marcado pela racionalidade neoliberal, valorizando processos formativos mais pragmáticos e alinhados aos interesses da cultura do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Ensino de história; Reforma do ensino médio; Base nacional comum curricular.

Abstract: The article is the result of a qualitative bibliographical and documentary research that sought to understand the place of History in the school curriculum, considering the National Common Curricular Base of Elementary and High School Education, approved in 2017 and 2019, respectively, as well as the changes that occurred in the Education curriculum through Law 13.415/2017. The main results indicate that the BNCC and the High School reform diminish the role and purposes of History in the school curriculum, which is now marked by neoliberal rationality which values more pragmatic training processes aligned with the interests of the culture of contemporary capitalism.

Keywords: History teaching; High school reform; National common curricular base.

Introdução

O currículo passou a ser uma preocupação dos seres humanos a partir do momento em que a educação escolar apresentou-se para algumas pessoas, de algumas sociedades, como a melhor forma de transmitir aos seus membros os conhecimentos que lhes permitiriam desempenhar da melhor maneira os papéis sociais que lhes seriam atribuídos. (GIOVEDI, 2012, p.55).

Vivemos nos últimos anos um momento que pode ser denominado como restauração conservadora (APPLE, 2002), caracterizado pela emergência de políticas curriculares que suscitem debates e disputas em relação ao conhecimento escolar. Por trás das justificativas de reformas educacionais implementadas, e que induzem a currículos nacionais, é possível perceber uma grande ofensiva ideológica que afirma ser necessário seguir parâmetros economicistas e gerenciais no campo da educação. No Brasil, destacamos um conjunto de reformas a partir do *impeachment* da ex-presidente da República, Dilma Rousseff, no ano de 2016. Tais reformas refletem os interesses empresariais e a visão de um currículo e formação pautados para a competitividade (LAVAL, 2019) e para a fabricação de sujeitos empreendedores (DARDOT; LAVAL, 2016). Neste contexto, salientamos a reforma atual do Ensino Médio e sua clara ofensiva em relação à presença e ao papel das Ciências Humanas e, consequentemente, ao lugar da História no currículo escolar.

Com a Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.415/17, os rumos para uma reforma educacional do Ensino Médio passaram a ser delineados. Tema central dos últimos anos, sendo discutida enquanto Projeto de Lei desde 2013 e atravessando o conturbado processo de *impeachment* e a posse de Michel Temer, a principal alteração desta Lei para a última etapa da educação básica está relacionada a um conjunto de mudanças na LDBEN (Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sendo a principal delas a divisão do Ensino Médio brasileiro em duas partes: uma determinada pela Base Nacional Comum Curricular⁶⁷, cuja carga horária ficou fixada em até 1.800 horas, destinadas à formação básica comum; outra para a parte diversificada, composta por cinco itinerários formativos, sendo 4 distribuídos por área do conhecimento e um de formação técnica e profissional, ampliando a carga horária total do ensino médio de 2.400 horas para 3.000 horas (SILVEIRA, 2022).

⁶⁷ “A BNCC foi formalizada com a homologação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), da Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, no âmbito da política educacional brasileira (BRASIL, 2017). Essa Resolução foi complementada, em 17 de dezembro de 2018, pela Resolução nº 4 (BRASIL, 2018), que institui a Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Médio (BNCC-EM)” (GIARETA, 2021, p.2).

Conforme Giareta (2021), a BNCC representa uma política educacional ancorada no ordenamento jurídico-estatal brasileiro induzida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, prevista em metas e estratégias deste documento nacional. Ela “apresenta-se como reforma curricular integrada à política nacional de Educação Básica, capaz de promover profunda transformação na educação brasileira” (GIARETA, 2021, p.2). O novo texto da LDBEN passou a comunicar que a oferta de itinerários formativos ficará sob a responsabilidade dos sistemas e instituições de ensino, que poderão oferecer tais itinerários para a realização da escolha por meio de diferentes arranjos curriculares, “conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017, s.p.). Com este amparo legal que flexibiliza a oferta dos itinerários, ao contrário do que é divulgado pela mídia e pelo governo federal, eles não têm sido, necessariamente, uma escolha dos estudantes, especialmente no que diz respeito aos alunos(as) das escolas públicas. Além disso, o texto da Base Nacional Comum Curricular (2018) prevê a necessidade de a escola atender às demandas do mercado de trabalho.

A modernização do currículo do Ensino Médio para os reformadores busca alterar um currículo considerado “sobrecarregado de disciplinas ‘inúteis’ ou ‘desinteressantes’” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.361), ou seja, que “não dialoga com os jovens e o setor produtivo” (GONÇALVES, 2017, p.135), deixando explícito o caráter empresarial adotado pela reforma educacional, bem como sua relação com a noção de capital humano. A partir da nova organização curricular proposta, a oferta de itinerários formativos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas⁶⁸ não será obrigatória, o que afeta as condições de possibilidade de oferta do ensino de História dentro desta grande área. Conforme a BNCC e demais dispositivos normativos do Novo Ensino Médio, por exemplo, apenas Português e Matemática foram consideradas disciplinas obrigatórias em todos os anos desta etapa.

Considerando esta breve contextualização, o objetivo geral da pesquisa que resultou no presente texto buscou compreender o lugar da História no currículo escolar considerando a BNCC e a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017). O problema se fundamenta a partir da percepção de que, após a alteração da Medida Provisória nº 745/16 para a Lei nº 13.415/17, houve um esvaziamento do conhecimento histórico nos currículos escolares a partir da definição de competências gerais para

⁶⁸ Vale observar que, pela primeira vez, a área de Ciências Humanas, em sua nova denominação, carrega o termo “aplicadas”, indicando a racionalidade segundo a qual apenas os conhecimentos que podem ter aplicação serão considerados válidos. O pragmatismo de tal concepção apresenta limites à ideia de uma formação humana integral.

a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, retirando-se a identidade das disciplinas, especialmente a de História.

No que concerne à metodologia, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, dividida em duas etapas principais. A primeira consistiu em pesquisa bibliográfica iniciada com um mapeamento realizado em duas bases de acesso livre no Brasil, sendo elas o Portal de Periódicos da CAPES e o seu Catálogo de Teses e Dissertações. Também foi utilizado o artigo de Paulo Fioravante Giaretta intitulado “A produção do conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular no Brasil: um levantamento de teses, dissertações e artigos”, publicado no ano de 2021. Esta abordagem serviu para compreender e analisar como o tema do ensino de História, na reforma do Ensino Médio e na BNCC, tem sido abordado em trabalhos recentes. O levantamento foi feito a partir de marcadores de busca específicos vinculados à pesquisa, sendo utilizado um total de 9 filtros no Portal de Periódicos da CAPES e 4 no Catálogo de Teses e Dissertações, tendo em vista que os outros 5 utilizados na primeira base não apresentaram resultados na segunda. Estes marcadores foram registrados em uma planilha do Excel para a melhor observação dos dados, sendo eles:

- 1) Portal de Periódicos CAPES: a) “ensino de história” *AND* “reforma do ensino médio”; b) “ensino de história” *AND* “contrarreforma”; c) “ensino de história” *AND* “contra-reforma”; d) “ensino de história” *AND* “novo ensino médio”; e) “ensino de história” *AND* “ensino de história” *AND* “N.E.M.”; f) “ensino de história” *AND* “NEM”; g) “ensino de história” *AND* “base nacional comum curricular” e i) “ensino de história” *AND* “lei 13.415”.
- 2) Catálogo de Teses e Dissertações: a) “ensino de história” *AND* “reforma do ensino médio”; b) “ensino de história” *AND* “novo ensino médio”; c) “ensino de história” *AND* “base nacional comum curricular” e d) “ensino de história” *AND* “lei 13.415”.

O recorte temporal utilizado para a seleção das produções foi o período de 2016 a 2021. O marco de 2016 esteve relacionado à publicação da Medida Provisória nº 746 em setembro de 2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017. Já 2021 foi o ano em que finalizamos a pesquisa bibliográfica em virtude do planejamento de um novo projeto de pesquisa relacionado aos processos de implementação do Novo Ensino Médio. Para a melhor análise e seleção de artigos, teses e dissertações, foi construída uma planilha do Excel dividida em 9 categorias, sendo elas: 1) Portal; 2) Marcadores de Busca; 3) Data de Busca; 4) Nome do Artigo/EBook/Dissertação/Etc.; 5) Autores(as); 6) Data de Publicação (Mês e Ano); 7) Palavras-Chave; 8) Resumo e 9) Referência. De um total de 97

referências encontradas, 67 foram artigos e 30 foram dissertações e/ou teses na área da educação. Entre os trabalhos selecionados, ganharam destaque em nossa análise: as dissertações e/ou teses de Oliveira (2018); Felício (2019); Machado (2019) Sczip (2020); e Almeida (2021); e os artigos de Menezes Neto (2017); Franco, Silva Júnior e Guimarães (2018); Alves, (2019); e Ralejo, Mello e Amorim (2021).

Após o registro das principais pesquisas ocorreu a separação dos trabalhos para, então, iniciar-se a leitura dos resumos das produções para que fossem descartadas aqueles que não estivessem vinculadas aos objetivos da pesquisa. Para uma melhor análise destes artigos, teses e dissertações foram excluídos, posteriormente, todos os trabalhos que não estivessem relacionados diretamente com a pesquisa, tendo em vista que a grande maioria dos artigos listados na planilha tratavam de conteúdos não relacionados ao ensino de História na reforma do Ensino Médio e/ou na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental e Médio. Os artigos e dissertações que apareceram no trabalho de Giaretta (2019) e que se repetiram na pesquisa bibliográfica não foram contabilizados. A partir da análise dos resumos, percebeu-se um número pouco expressivo de artigos relacionados ao ensino de História na reforma do Ensino Médio (cerca de 8,2%) e uma quantidade maior de pesquisas voltadas para o ensino de História no ensino fundamental (cerca de 28,9%). Com a escolha das produções que fariam parte da pesquisa, iniciamos um processo de leitura e fichamento dos trabalhos selecionados. A segunda etapa consistiu na leitura de três documentos oficiais: Lei nº 13.415, de 16 de dezembro de 2017, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio.

O artigo está dividido em duas seções: na primeira discutimos sobre o lugar que o componente curricular História ocupa nos documentos analisados, apresentando uma breve contextualização do processo de elaboração da BNCC e do Novo Ensino Médio, refletindo sobre a importância do ensino de História para a formação humana e integral dos(as) estudantes. Por fim, a segunda seção analisa o que passou a ser exigido para o ensino de História, a partir da BNCC do Ensino Fundamental e Ensino Médio, identificando o que dizem as pesquisas e produções disponíveis sobre o tema, coletadas no processo de levantamento bibliográfico. Nesta seção também apontaremos algumas diferenças entre as três versões disponibilizadas da BNCC História e o que, enfim, foi homologado e está em vigor.

Base Nacional Comum Curricular e Novo Ensino Médio: novas tensões para o ensino de História

O currículo “é produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (APPLE, 2002, p.59), ou seja, não é apenas um conjunto de conhecimentos neutros, mas faz parte da seleção de um indivíduo e/ou grupo que possui visões em comum e se julga capaz de indicar o que é, ou não, conhecimento legítimo. A questão sobre o tipo de conhecimento que mais vale não é algo simples, “não se trata ‘apenas’ de uma questão educacional, mas de uma questão intrinsecamente ideológica e política” (APPLE, 2002, p.39). Desta maneira, quando se fala em um currículo nacional – como é o caso do brasileiro –, vemos que por trás das justificativas educacionais e um sistema de avaliação nacional há uma forte investida ideológica (APPLE, 2002).

Já se foi o tempo em que a educação era vista como parte de uma aliança social que reunia muitas “minorias”, mulheres, professores, ativistas comunitários, legisladores progressistas, funcionários de governo e outros, que agiam em conjunto para propor políticas sociais-democráticas (ainda que limitadas) para as escolas [...]. Uma nova aliança foi constituída, e vem tendo sua influência nas políticas educacionais e sociais aumentada. Esse bloco de poder associa o mundo dos negócios, a Nova Direita e os intelectuais neoconservadores. Seus interesses concentram-se muito pouco na melhoria da vida das mulheres, de pessoas de cor ou da classe trabalhadora. Em vez disso, está empenhado em prover as condições educacionais tidas como necessárias para não só aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina, mas também para resgatar um passado romantizado de lar, família e escola “ideias” (APPLE, 2002, p.67-68).

Mesmo que os discursos da reforma do Ensino Médio defendam um currículo nacional como uma maneira de criar certa coesão social, ele irá apenas acentuar as diferenças entre o nós e os outros (APPLE, 2002). Concorde-se com este autor quando ele defende que o currículo não deve ser um objetivo, mas deve subjetivar-se constantemente, reconhecendo todos os tipos de posicionamentos sociais e repertórios culturais presentes em uma sala de aula, assim como a relação de poder estabelecida entre eles.

Após o conturbado processo de *impeachment* sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff, e a tomada de poder por Michel Temer no ano de 2016, ocorreu a publicação da Medida Provisória nº 746/16 que definiu a reforma do Ensino Médio. Segundo a Exposição de Motivos nº 00084/16, publicado pelo Ministério da Educação (MEC), as justificativas que sustentaram a reforma vão desde a intenção de corrigir o extenso currículo do Ensino Médio, considerado superficial e fragmentado e que “não dialoga com a juventude, com o setor privado”, destacando que o Brasil “é o único país do

mundo que tem apenas um modelo de ensino médio, com treze disciplinas obrigatórias” (BRASIL, 2016), até o baixo desempenho dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), especialmente nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Ainda segundo o documento, o novo modelo oferece “além das opções de aprofundamento nas áreas de conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino” (BRASIL, 2016), estando alinhado às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Segundo Gonçalves (2017, p.134, grifos nossos), a MP nº 746/16 surpreendeu ao apresentar aos brasileiros as mudanças pelas quais o Ensino Médio passaria, demonstrando “a postura anti-democrática do governo, pois não foi dada oportunidade de diálogo e discussão, uma vez que a Medida Provisória tem efeito imediato”. A partir da leitura da Exposição de Motivos, ficou clara a intenção de melhorar o desempenho dos estudantes nas avaliações externas, procurando atender as orientações de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A principal justificativa do MEC para a Base Nacional é de que, a partir da mesma, seria possível compreender e difundir os conhecimentos essenciais aos estudantes brasileiros, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Entre as mudanças trazidas à estrutura curricular do Ensino Médio, destacamos: a) aumento da carga horária total de 2.400 horas para 3.000 horas (1.000 horas anuais), sendo que a carga horária anual total para o Ensino Médio diurno “deve ser ampliada progressivamente para 1.400 (um mil e quatrocentas) horas” (BRASIL, 2018a, p.10); b) Currículo organizado por áreas do conhecimento e por competências e habilidades, incluindo as “aprendizagens essenciais socioemocionais”, em consonância com a BNCC; c) Currículo separado em duas partes, uma de formação geral básica de, no máximo, 1.800 horas; outra considerada diversificada, composta por até cinco itinerários formativos, sendo quatro referentes às quatro áreas do conhecimento e um relacionado à formação técnica profissional de nível médio; d) Obrigatoriedade apenas de língua portuguesa e matemática, únicos componentes curriculares consideradas disciplinas obrigatórias em todos os anos do Ensino Médio. Os demais componentes podem não ser tratados como disciplinas, a exemplo de Filosofia e Sociologia que passaram a ser tratadas na forma de “estudos e práticas”. A partir desta nova organização curricular, a História perdeu seu *status* de disciplina obrigatória. Além disso, compreendemos que ao se definir competências gerais para as Ciências Humanas e Sociais, retira-se a identidade das disciplinas que a compõem (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), demonstrando

que estas competências e habilidades podem ser aplicadas a qualquer uma das matérias que fazem parte do itinerário.

O educador canadense Christian Laville explica que a disciplina de História, no decorrer dos anos, sempre recebeu certa vigilância e intervenção por parte do poder. Segundo o autor, “a História é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos mais altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra o quão importante ela é para o poder” (LAVILLE, 1999, p.130).

As discussões a respeito do conteúdo que deveria constar no currículo da disciplina História já vinham gerando debates na comunidade acadêmica. Em organizações como a Associação Nacional de História (ANPUH-BR), Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) e Associação de Professores de História das Américas (ANHPLAC), a primeira versão do documento da BNCC de História gerou diversas manifestações, podendo citar as críticas a respeito da Comissão composta pelo MEC, ausência de conteúdos fundamentais como História Antiga e Medieval e uma abordagem eurocêntrica no documento. Não cabe nesta pesquisa abarcar as especificidades de cada um dos comentários realizados citados por estas instituições, mas é importante destacar a “intervenção” realizada pelas mesmas em busca de uma melhoria na proposta para o ensino de História.

No que concerne à elaboração do documento, a primeira versão contou com a colaboração de cerca de 13 especialistas da área, divididos nas duas etapas de ensino. Segundo a primeira versão do documento, a História

favorece o exercício da cidadania, na medida em que estimula e promove o respeito às singularidades e às pluralidades étnico-raciais e culturais, à liberdade de pensamento e ação e às diferenças de credo e ideologia, como requer, constitucionalmente, a construção da sociedade democrática brasileira (BRASIL, 2015, p.240).

A versão apresentou 4 eixos temáticos nos objetivos de aprendizagem que estariam presentes no Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio. Entretanto, críticas surgiram por parte do Ministério da Educação que acusou o documento de excluir conteúdos clássicos do currículo. Desta forma, a equipe de profissionais responsáveis pela primeira versão foi dissolvida e substituída por um novo grupo que, criado pelo MEC, apresentou sua versão da Base para História – já no governo Temer –, selecionando “conteúdos mais abrangentes” e “dando forma a um currículo mais conteudista que o anterior” (RALEJO; MELLO; AMORIM, 2021, p.3). Em setembro de 2016 o Ministério da Educação

decidiu adiar a aprovação da Base e a dividiu em duas etapas: 2016 para o Ensino Fundamental e 2017 para o Ensino Médio. No mesmo ano, uma terceira versão passou a ser redigida e, ao final de 2017, a última versão da BNCC foi homologada para o Ensino Fundamental, enquanto a do Ensino Médio foi aprovada um ano depois, em 2018, sendo que “toda a produção editorial desse documento ficou a cargo de uma fundação privada” (CRUZ, 2021, p.97), figurando o caráter empresarial da reforma educacional.

É importante discutir o sentido de uma Base Nacional Comum Curricular. Concordamos com Silva (2018, p.45) quando comenta que a “listagem de objetivos sequenciados temporalmente [...] é expressão de uma dimensão regulatória e restritiva”, reforçando “a ideia de que se trata de algo que conduz a uma formação sob controle”. Compreendemos que um currículo nacional é limitador ao se demonstrar prescritivo e atrelado às avaliações do próprio Estado, assim como

uma política curricular oficial como listagens de objetivos ou de competências, como se configuram os textos do Ministério da Educação em torno da definição da BNCC tem ainda, como decorrência, a ampliação das desigualdades educacionais já existentes [...]. A proposta de Base Nacional Comum Curricular vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até as diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo etc. (SILVA, 2018, p.6).

A política do conhecimento oficial que opera atualmente está associada ao mundo dos negócios. Os interesses dos que estão no poder não se concentram mais em uma melhor oportunidade de vida para as minorias, mas sim em promover as condições “necessárias” para aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina (APPLE, 2002). Percebe-se esse movimento neoliberal e neoconservador em uma série de políticas e propostas educacionais e sociais como, por exemplo, a reforma da previdência e a reforma trabalhista, da mesma forma que o movimento Escola sem Partido, que se posiciona contra a chamada “doutrinação ideológica de esquerda” nas escolas, e ataca currículos escolares “por suas ‘tendências’ antifamília [...], sua falta de patriotismo e seu suposto descaso em relação ao conhecimento e aos valores da ‘tradição ocidental’ e ao ‘verdadeiro conhecimento’” (APPLE, 2002, p.68). Dessa maneira, percebemos que a reforma do Ensino Médio se sustenta em uma noção de capital humano, no qual “se compreende ‘um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas’, potencializa a ‘capacidade de trabalho e de produção’” (FRIGOTTO, 2010, p.44).

Com a homologação da Base Nacional, ocorre um intenso período de reelaboração de referenciais curriculares estaduais e municipais, assim como de instituições escolares e de Projetos

Políticos Pedagógicos (PPPs). O novo currículo está sendo implementado progressivamente nas redes de ensino desde 2022, quando a implementação começou com os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio em todo território nacional. Além disso, entre 2020 e 2022 existiu a experiência do “Novo Ensino Médio” com escolas-piloto na maioria dos Estados. A partir de 2022, as escolas de Ensino Médio deverão reproduzir a reforma, estruturada por intermédio da Lei nº 13.415/17.

Entendemos que

a História é um campo privilegiado em que as discussões curriculares incidem fortemente sobre as demandas sociais, uma vez que se trata de disputas pela memória coletiva, de operações históricas que dão visibilidade a diferentes posições enunciativas e pontos de vista sobre o passado e, consequentemente, sobre o tempo. (CAIMI, 2016, p.87).

A partir da Lei nº 13.415/17, a História, no Ensino Médio, passa a fazer parte da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas junto à Geografia, Filosofia e Sociologia. Segundo a BNCC, esta área tem por objetivo “a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética” (BRASIL, 2018, p.561). Como mencionamos anteriormente, por intermédio da reforma do Ensino Médio a disciplina de História perdeu a sua obrigatoriedade nessa etapa de ensino, ou seja, “deixa de existir como disciplina autônoma, uma vez que sua oferta, integrada à área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, passa a ser optativa” (SCZIP, 2020, p.249). Para o governo, a justificativa para uma Base Nacional Comum Curricular está pautada na ideia de possibilitar uma definição melhor do que será estudado pelos(as) alunos(as), assim como permitir uma maneira mais eficaz de formação e avaliação dos docentes e discentes. Acreditam que um currículo comum seria capaz de diminuir as relações de desigualdades regionais, assegurando o Art.205 da Constituição de 1988 que reitera que a educação é um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988, s.p.). Entretanto, é importante levar em conta que esta ideia de uma “aprendizagem indistinta para todos traz em seu bojo um aspecto de exclusão, pois obriga que alunos aprendam com base na reprovação e outros processos rígidos de ensino” (ALMEIDA, 2021, p.75). Além disso, a construção de um currículo a partir de competências e habilidades evidencia o tipo de estudante que a Base busca formar.

O ensino escolar transforma-se, de uma formação baseada em conteúdos disciplinares, em produção de competências verificáveis em tarefas e situações cotidianas [...]. Os conteúdos escolares são requisitados apenas na medida em que possibilitam e fornecem as competências para se agir em situações concretas. (ALMEIDA, 2021, p.46).

Reiterar que a Base, que cabe à escola desenvolver, competência relacionada ao saber fazer esvaziando seu conteúdo, nega o que há de mais avançado no campo da ciência, da cultura, e da arte para a maioria da população brasileira. É negar escola como lugar do saber e da democratização do conhecimento. A ênfase na aprendizagem para desenvolver competência tem a ver em pensar a escola como se fosse uma empresa, tem que ser medida e avaliada principalmente pelos seus resultados. (MENDES *apud* MOTTA; SILVA; BARBOSA, 2022, p.7).

Ao invés de possibilitar um acesso mais amplo aos conhecimentos, a formação educacional se torna “unicamente ordenadora de práticas e atitudes profissionais em diálogo estreito com o funcionamento dos processos de produção” (ALMEIDA, 2021, p.47). Nesta perspectiva, vale considerar que

o currículo de História é produto de escolhas que estabelece modo de recortar e de dizer o passado; de criar referências ao presente e de estabelecer o que é necessário que se torne uma memória e, consequentemente, componha uma identidade de todos/as os/as brasileiros/as. (PEREIRA; RODRIGUES, 2017, p.28).

A partir da terceira e última versão da Base para o Ensino Médio, percebemos a perda das especificidades das disciplinas, demonstrando que um ensino fundamentado em competências e habilidades procura atender a uma estrutura mercadológica e a um modelo econômico capitalista, não havendo mais uma preocupação com a formação humana e integral do(s) indivíduo(s) de forma coerente. Sabemos que o ensino de História é essencial para a construção de uma consciência histórica e, ao se trabalhar com esta disciplina em um ambiente escolar, torna-se possível produzir visões de mundo e ideias que poderão levar nossos(as) alunos(as) a desenvolver atitudes em relação ao mundo no qual estão inseridos. Desta forma “o espaço escolar [...] é, sobretudo, o local onde se forma e reconstrói o pensamento histórico” (ALMEIDA, 2021, p.121). (Re)organizar o currículo de História não é uma tarefa fácil, visto que o campo é atravessado por correntes historiográficas e epistemológicas que tornam a seleção dos conteúdos muito mais complexa. Quando observamos a primeira versão da BNCC/História para o Ensino Fundamental e comparamos com a última, verificamos um retrocesso àquele modelo tradicional de organização utilizado há anos pelas escolas e materiais didáticos. Almeida (2021) chama atenção para o caráter ideológico do dispositivo, afirmando que a compreensão da História e do seu ensino, aderidos pela Base, são de uma corrente positivista defendida por historiadores do século XIX e que viam a História apenas como uma disciplina científica. Assim como tal corrente historiográfica, a BNCC prescreve que se adote uma postura passiva, neutra, do(a) professor(a), ou seja, “que ele apresente apenas os ‘fatos’ neutralmente, acriticamente, sem se posicionar – pois, fazendo-o, posicionando-se, poderá vir a ser acusado de ‘doutrinação’” (MALERBA,

2017, s.p.). Além disso, o documento retoma uma perspectiva tradicional do ensino de História ao adotar aspectos cronológicos pautados pelo “surgimento, auge e declínio”, assim como também reduz o conhecimento da história a um instrumento de raciocínio ou ferramenta. No que concerne às habilidades e competências planejadas no dispositivo, há uma preocupação muito maior em se ater a práticas como identificar, comparar e analisar, do que a uma problematização que contribua nos processos de interpretação dos(as) estudantes, na assimilação da situação histórica e na construção de argumentos. A perspectiva eurocêntrica dos conteúdos de História retorna e marginaliza novamente o “Outro” e “reafirma uma história de interpretação econômica em detrimento do social” (ALMEIDA, 2021, p.88).

A partir desta discussão, percebemos a preocupação em torno de qual História deve ser ensinada aos alunos(as) e qual modelo de ensino deve ser adotado, pois a (re)estruturação do seu currículo sempre será um palco de conflitos – como diria Apple (2002) – nas esferas governamentais e acadêmicas. Os saberes históricos “possibilitam a construção e formação de uma consciência histórica contra-hegemônica ou resignada aos ditames sociais, dependendo dos interesses relacionados a ela (SCHMIDT, 2009, p.204-206).

Com as transformações historiográficas que ocorreram no final de década de 1980, uma nova maneira de pensar o ensino de História possibilitou enxergar a escola não mais como um local de reprodução dos saberes contemplados no ambiente acadêmico, e sim o entendimento de que a aprendizagem histórica não era mais um processo de memorização e que era necessário preocupar-se como aprender a disciplina. Como Mullet e Rodrigues observam, “a História é uma disciplina que se presta ao esquecimento e à atualização, ao silenciamento e à voz e, por fim, ao direito e à justiça [...]”. Não se trata, portanto de uma prática aleatória” (2017, p.30). A ciência da História é fundamental para fornecer critérios de investigação e reflexão necessários para a interpretação dos indivíduos da realidade presente para que, desta forma, possam construir, consciente e qualificadamente, perspectivas de orientação temporal (ALMEIDA, 2021). Desta maneira, a BNCC do Ensino Médio vai no caminho oposto a esta concepção pois dissolve a História na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sem levar em consideração as suas particularidades e especificidades. A Base enfatiza que este modelo curricular serve para atender às necessidades dos(as) jovens nos dias de hoje, possibilitando a sua preparação para o mercado de trabalho, além de instrumentalizar o ensino de História apenas a propósitos políticos e ideológicos (ALMEIDA, 2021). A História perde seu lugar como uma disciplina que prepara o indivíduo para uma postura crítica diante da realidade para se tornar uma disciplina com

conhecimentos a serem memorizados e/ou decorados. A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio apresenta a aprendizagem histórica como algo operatório, no qual o(a) historiador(a), ao investigar o passado, procura “identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes” (BRASIL, 2017, p.347). No caso do Ensino Fundamental, percebemos que a BNCC/História compreende o passado apenas como um conteúdo disciplina, o qual deve ser compreendido e explicado por si mesmo, assim como

o currículo de História limita o entendimento do tempo histórico somente a datações e a uma linearidade de fatos sucessivos no tempo, não possibilitando a compreensão da relação entre os espaços de experiências e os horizontes de expectativas. O tipo de conexão e entendimento sobre o tempo na BNCC não possibilita a formação de uma consciência histórica mais qualificada, onde a atribuição de sentido temporal é fundamental. (ALMEIDA, 2021, p.115).

Ao se olhar para a Base Nacional Comum Curricular para o ensino de História, verificamos o esvaziamento dos processos de formação que, conseqüentemente, impossibilita um desenvolvimento do aprendizado histórico que seja qualificado ao valorizar uma educação voltada para um caráter empresarial e para a formação de indivíduos que saibam empreender e sejam flexíveis, não importando que entendam as decisões políticas que estão influenciando e limitando o seu modo de viver. A Base Nacional Comum Curricular de História para o Ensino Médio acaba por reduzir o ensino de História ao concebê-la apenas como algo operatório e utilitarista. Enfatizando competências e habilidades que não são próprias da disciplina, impede-se a formação histórica que relaciona “os espaços de experiências e os horizontes de expectativas” (ALMEIDA, 2021, p.119) e que possibilite aos alunos(as) uma construção do sentido de suas vidas. Transformar a História em uma disciplina em que os conteúdos devem ser apenas acumulados ou selecionados considerar estes aspectos pode inviabilizar

O ensino de História na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio: apontamentos a partir das produções disponíveis sobre o tema

O polêmico cenário em que ocorre a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recebeu destaque na grande maioria das produções disponíveis sobre o tema, assim como as diversas críticas que o documento recebeu advindas de associações acadêmicas, professores(as) e especialistas de áreas como da História e da Educação. Na terceira e última versão da Base, os(as) pesquisadores(as) apontam que os objetivos de aprendizagem passaram a estar sujeitos ao desenvolvimento das chamadas

competências, bastante criticadas nas produções devido ao seu caráter pragmático e economicista, adequado para atender aos interesses empresariais em detrimento de uma formação humana e integral.

[...] a organização das áreas de conhecimento no Ensino Médio, passa, a partir da terceira versão, a ser muito mais rígida, perdendo as especificidades de cada conteúdo e indo ao encontro de discursos empresariais sobre o excesso de disciplinas nesta etapa de ensino. Ou seja, há claramente um fator econômico que contribuiu para tais mudanças. (ALMEIDA, 2021, p.80).

No que diz respeito à BNCC História, a mesma também sofreu críticas e foi alvo de discussões ao longo de todo o seu processo de elaboração. A primeira versão do documento, publicada em 23 de setembro – separadamente da BNCC, divulgada em 15 de setembro –, contou com a colaboração de profissionais das áreas da educação básica e do ensino superior. Ela mostrava-se inovadora ao fugir da clássica divisão quadripartite (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea). Esta versão preliminar se organizava em recortes espaciais (regionais, nacionais e globais) e cada ano escolar apresentava um enfoque predominante, traduzido em títulos como, por exemplo, “Sujeitos e Grupos Sociais” no 1º ano do Ensino Fundamental e “Mundos europeus e asiáticos” já no 3º ano do Ensino Médio (MENEZES NETO, 2017, 2019). Segundo esta primeira versão, a História favorece o exercício da cidadania, pois “estimula e promove o respeito às singularidades e às pluralidades étnico-raciais e culturais, à liberdade de pensamento e ação e às diferenças de credo e ideologia [...]”, assim como permite “a compreensão e a problematização dos valores, dos saberes e dos fazeres de pessoas, em variadas especialidades e temporalidades” (BRASIL, 2015, s/p.).

Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, teceu diversas críticas à proposta apresentada para a área de História e procurou barrar a publicação imediata, assim como “tentou convencer os membros da comissão que havia sido designada a alterá-la antes de torná-la pública” (MENEZES NETO, 2019, p.360). Entretanto, os responsáveis por esta versão recusaram alterar a proposta antes de apresentá-la ao público. Esta versão apresentava lacunas e estava sujeita a alterações e aprimoramentos. Portanto, era de suma importância fomentar o debate e submetê-la à uma análise crítica tanto da academia quanto da comunidade escolar e civil (MENEZES NETO, 2019). O ministro da Educação se pronunciou através de um *post* nas redes sociais sobre o documento e frisou que o texto divulgado não era um documento oficial do Ministério da Educação (MEC), mas sim uma proposta. Para ele, o texto da Base para a História não possuía uma

sequência histórica. Queriam partir do presente para ver o passado. No caso do Brasil, p. ex., propunham a certa altura estudar as revoluções com participação de

escravos ou índios. E deixavam de lado a Inconfidência Mineira! Certamente, porque o espírito dela era bem pouco abolicionista. Solicitei expressamente que ela fosse incluída. Você pode até discordar dos inconfidentes, criticá-los, mas tem que conhecê-los. Não havia, na proposta, uma história do mundo. Quanto muito, no ensino médio, uma visão brasilcêntrica das relações com outros continentes. (RIBEIRO, 2015).

Além de Renato J. Ribeiro, diversos comentários, pareceres, notas e cartas foram publicadas por professores(as), pesquisadores(as) e entidades, relativas a esta versão. Grande parte das críticas foram feitas em relação a exclusão de conteúdos clássicos, como História Antiga e Medieval, justificando que, ao se valorizar a História do Brasil e suas conexões com o continente africano e a América Latina, desprezaram-se as contribuições advindas da antiga Europa, assim como do período medieval. A partir da crítica dos conteúdos selecionados para fazer parte do currículo de História, pode-se notar que

grande parte do meio acadêmico e das organizações sociais se viram entre criticar a existência de uma base curricular ou lutar pela presença de certos conteúdos ou termos específicos na redação do texto. Preocupou-se menos com os pressupostos educacionais do que com “o quê” deveria ser ensinado. (MENDES, 2020, p.110).

Ainda sobre este primeiro documento, Caimi (2022) ressalta que por se tratar de uma versão preliminar, ela deveria ter sido “debatida, acrescida, aprimorada, lapidada, melhorada, burilada, refinada, sofisticada, jamais desqualificada e sumariamente rechaçada (p.21). Os(as) autores(as) do documento tinham por objetivo “promover o debate e a reflexão nas escolas, universidades e demais espaços de sociabilidade, propondo uma versão inicial da BNCC que passaria pela necessária consulta pública e incorporação de contribuições [...]” (SILVA; PINTO JUNIOR; CUNHA, 2022, p.56). Diante de tantas críticas e de repercussões negativas, tanto nas mídias quanto nos espaços institucionais, a comissão de especialistas foi substituída por historiadores(as) *stricto sensu*, que retornaram a tradição historiográfica de abordagem eurocêntrica, com uma lista de conteúdos e habilidades que, segundo Caimi (2022, p.22), parecem ter sido extraídos “do sumário de um manual didático da década de 1960”, ou mesmo como afirma Almeida (2021, p.86), o currículo de História “retrocedeu a um modelo tradicional de organização há muito utilizado nas escolas e nos livros didáticos”.

O mesmo poderia se aplicar à terceira e última versão homologada do documento. Esta, como consta Mendes (2020, p.110) “sinaliza para uma atualização daquilo que Tomaz Tadeu da Silva chamou de ‘teorias tradicionais do currículo’, pois se preocupa mais com o ‘o quê’ deve ser ensinado do que com um questionamento crítico sobre a finalidade do processo de ensino-aprendizagem”. As principais

críticas à BNCC História, como observam Silva, Junior e Cunha (2022, p.60), estavam voltadas para um “suposto empobrecimento do currículo escolar com a possível marginalização de conhecimentos científicos, qualificados como fundamentais para a formação de cidadãos”, ou seja, não seguindo o modelo historiográfico tradicional de uma história quadripartite, assim como não reproduzindo suas concepções teórico-metodológicas. A versão preliminar da BNCC História havia deixado de contribuir com a formação e o desenvolvimento intelectual e social dos(as) brasileiros(as). Neste caso, o currículo para o ensino de História passou a ser apenas um reprodutor de uma lista de conteúdos, sem apresentar reflexões ou direcionamentos efetivos para a formação humano-integral dos(as) estudantes (WALTER, 2021).

Sabemos que o componente curricular História contribui para a formação de um sujeito crítico que, por meio do ensino de História ao qual teve acesso, “será capaz de intervir na realidade à sua volta, de forma crítica” (WALTER, 2021, p.49). Entretanto, quando chegamos na etapa do Ensino Médio, encontramos as disciplinas diluídas em grandes áreas do conhecimento, como é o caso das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e seus conteúdos acabam desaparecendo. Como Germinari e Mello (2018, p.12) colocam, “o que discurso oficial sobre a reforma do Ensino Médio omite é que disciplinas fundamentais do currículo, especialmente a História foi relegada a uma posição secundária [...]”, deixando de ser uma disciplina curricular obrigatória nos dispositivos normativos nacionais da última etapa da educação básica. Tanto na BNCC do Ensino Fundamental, quanto na do Ensino Médio, é possível visualizar a falta de habilidades e competências voltadas para uma problematização, focando muito mais em identificar, analisar, caracterizar e comparar, o que, segundo os historiadores Selva Guimarães, Astrogildo Guimarães e Alécia Pádua (2018, p.1020) observaram, acaba por prejudicar a compreensão histórica já que “ensinar a construir conceitos e situações-problemas contribui para o processo de interpretação, na construção de argumentos que permitam explicar a si próprios e aos outros [...]”. Além disso, Mendes (2020) argumenta que o currículo de História proposto pela BNCC não comunica apenas conteúdos a serem ensinados, mas também valores. Desta forma, podemos observar “que o papel outrora ocupado pelo Estado-nacional parece ter sido ocupado pela lógica empresarial de mercado” (MENDES, 2020, p.120). Para o(a) historiador(a), o discurso das competências e habilidades apropriado pela lógica neoliberal na última versão da Base enxerga nas competências uma maneira de mobilizar e aplicar conhecimentos escolares que resolvam às demandas do mundo do trabalho e da cidadania, em situações práticas, transformando e reduzindo a educação à

uma mera “aquisição de conteúdos para finalidades imediatas”, convertendo a escola em uma prestadora de serviços (MENDES, 2020, p.120).

A partir da versão homologada da BNCC História, podemos observar um predomínio de especialistas vinculados às universidades paulistas, o que não ocorre nas duas primeiras versões que continham uma certa diversidade regional (MENDES, 2020). Desta maneira, como pode uma Base Nacional Comum Curricular ser representativa da imensa diversidade cultural e étnica de nosso país, se a comissão responsável por sua elaboração é tão homogênea? Diferentemente do que havia sido proposto em suas primeiras versões – mesmo diante de controvérsias e sugestões de alterações do texto apresentado – e antes da substituição dos profissionais por especialistas vinculados aos interesses do mercado de trabalho, percebemos um ensino de História que tomava como ponto de partida uma História que estava mais próxima de nós – ou seja, uma História do Brasil, da África e Indígena –, mas que, no fim, foi substituída novamente por uma perspectiva eurocêntrica e de tempo linear. Como já dito antes, a versão final acabou reduzindo o pensamento histórico, e mesmo a atitude historiadora, a processos metodológicos como a análise, comparação, contextualização, identificação e interpretação – deixando de fora métodos como a problematização.

Ao interpretar criticamente a BNCC os professores de história da educação básica podem e devem mostrar que a história não se preocupa apenas com a cronologia daquilo que aconteceu (passado histórico), mas, sobretudo, procura compreender o passado (passado prático) na busca ético-política de significados que impulsionem ações presentes em nome de um futuro mais democrático e menos injusto. (MENDES, 2020, p.125).

O emprego de competências como delimitadora dos currículos traz à tona o mesmo argumento utilizado em décadas anteriores, o de que é necessário alinhar os currículos escolares – e a própria escola – com as transformações que afetam o mundo do trabalho, sendo indispensável a formação de sujeitos empreendedores, flexíveis, inovadores, produtivos e, conseqüentemente, competitivos. O historiador continua argumentando que o texto da Base para o Ensino Médio justifica o enfoque nas competências pois, no novo cenário mundial, torna-se essencial “que o jovem seja ‘criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável’, o que requer que ele saiba [...] aprender a aprender” (ALMEIDA, 2021, p.97). Ou seja, o currículo nacional vigente demarca uma compreensão de educação alinhada à lógica empresarial e a formação do sujeito neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

O Novo Ensino Médio coloca obstáculos e barreiras que limitam o acesso dos estudantes a uma educação significativa. Para o professor Denis Castilho (2017), esta reforma atende muito mais aos interesses de escolas e redes privadas que terão as condições necessárias para ofertar os itinerários formativos, diferentemente das escolas públicas que enfrentam diversos problemas neste sentido. Além disso, Castilho critica a falsa propaganda do governo que afirma a escolha dos(as) alunos(as) do Ensino Médio por uma área do conhecimento de seu gosto. Dessa maneira, sabemos que os(as) estudantes das escolas públicas não terão este poder de escolha pois, como reitera Castilho (2017), estes terão que decidir de acordo com a área que sua escola poderá ofertar, mostrando-se falsa a premissa da escolha no sistema público e lhe restando como opção mais fácil e viável o ensino técnico.

Enquanto, os estudantes mais pobres são forçados a optarem por carreiras de fácil inserção de mercado a partir da relação de demanda/desemprego haverá propositalmente outro grupo de estudantes que provavelmente terá um ensino que abarque não somente as questões tradicionais, isto é, obrigatórias como Matemática e Português, mas também outras disciplinas de caráter formador e crítico. A ausência ou a seletividade dos campos do conhecimento talvez se tornem a chave principal para uma consequente maior desigualdade social e também de oportunidade. (FELÍCIO, 2019, p.39).

Como sabemos, a História tem um papel fundamental no fornecimento de critérios de investigação e reflexão para que possamos interpretar a realidade presente de modo a construirmos, de maneira consciente e qualificada, perspectivas de orientação temporal (ALMEIDA, 2021). A partir de seus próprios métodos, podemos estabelecer uma educação e aprendizagem significativa aos nossos(as) alunos(as). Entretanto, como Almeida (2021) coloca, com a BNCC para a etapa final da educação básica não vemos isso ocorrer, pois a disciplina de História encontra-se diluída nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em detrimento de suas particularidades.

Na terceira – e última – versão homologada da BNCC História, a finalidade atribuída ao ensino está restringida “a um elemento instrumental, com o qual o aluno deverá localizar acontecimentos no espaço e no tempo, porém [...] não há indícios de como esse aluno/aluna possa operar com esse conhecimento no seu tempo, o presente” (SCZIP, 2020, p.177). Além disso, o texto da BNCC História se limita a uma visão de saber-fazer, ou seja, não aponta para quem está lendo o texto o que fazer com o conhecimento. Quando pensamos no ensino de História, devemos saber que o seu ensino

deve ter por objetivo a formação de uma consciência histórica que supere formas tradicionais e exemplares da consciência histórica, responsáveis pela consolidação de narrativas baseadas em organizações lineares do tempo, bem como as visões de que a história é a mestra da vida [...] A formação da consciência histórica, finalidade

principal do ensino de história leva em consideração que, tanto os professores, como os alunos, fazem parte de um coletivo e de um tempo social. (SCHMIDT, 2018, p.14-15).

Entretanto, ao analisarmos os processos de ensino propostos por este novo modelo curricular, vemos que o mesmo não proporciona o desenvolvimento para esta consciência histórica. Além disso, a BNCC enxerga na cronologia uma única maneira de dar sentido à aprendizagem histórica e, desta maneira, acaba reafirmando a centralidade de uma lista de conteúdos tradicionais. Este novo currículo para a História acaba por circunscrever o tempo histórico apenas às datações e à linearidade dos fatos no tempo. Entretanto, “o ensino de História não se trata somente de constatações de acontecimentos do passado, ele é necessário para a problematização do presente” (OLIVEIRA, 2018, p.89). No caso das habilidades expostas pela BNCC para a História, podemos perceber, também, um esvaziamento do processo de formação, o que acaba dificultando o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica mais qualificada. Algumas das habilidades colocadas como objetivos de aprendizagem pelo documento são: associar, discutir, identificar e mapear. No entanto, ao se privilegiar verbos – tanto nas competências específicas quanto nas habilidades de cada unidade temática – percebe-se “operações mentais que pouco contribuem para processos de uma interpretação mais qualificada do passado em sua relação de explicação com os interesses e carências do presente, o ensino de História acaba se tornando [...] mecânico” (ALMEIDA, 2021, p.115). Podemos observar que as operações mentais mais exigidas dos(as) alunos(as) nos anos iniciais do ensino fundamental são: descrever, compilar, comparar, identificar e selecionar; à medida que compreender, conhecer, problematizar e relacionar quase não aparecem ou estão ausentes – uma forte discrepância com a primeira versão da BNCC, na qual estas operações eram muito mais exigidas. No caso dos anos finais do ensino fundamental, não percebemos alterações, as habilidades acabam se repetindo e não contribuem para uma relação de sentido com os conteúdos históricos (ALMEIDA, 2021).

No caso das habilidades prescritas para o ensino médio, o mesmo ocorre para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Não há operações de problematização e compreensão, o foco se encontra muito mais em identificar, caracterizar e avaliar. Este enfoque neoliberal fica claro pois se opera com competências que frisam apenas um desenvolvimento de habilidades individuais. Concordamos com Machado (2019, p.137), quando observa que “o estudo de história ancorado na pedagogia de competências terá como resultado a formação [...] de subjetividades pragmáticas, fragmentadas, adaptáveis, flexíveis e presentistas”. Dessa maneira, entendemos que a proposta de um novo modelo curricular, no que concerne o campo da História, prioriza uma instrumentalização do

conhecimento histórico, ou seja, como algo que seja útil e aplicável – de maneira imediata, preferencialmente – à sociedade vigente. Esta perspectiva limita este conhecimento histórico e o torna apenas um acúmulo de informações sem qualquer capacidade reflexiva, o que impede a formação histórica dos(as) alunos(as). A História passa a ser vista apenas como uma transmissão de fatos do passado. Por fim, o que ocorre com o ensino de História e a própria História, a partir deste novo modelo curricular, é um acúmulo de fatos, o que acaba impedindo a construção de conhecimentos pelos quais os sujeitos possam problematizar e transformar a si mesmos e ao mundo no qual se encontram e estão inseridos.

Considerações Finais

O papel da História na formação dos(as) estudantes não se limita aquele defendido pela pedagogia das competências, nem mesmo pela lógica neoliberal da educação, onde o recorte eurocêntrico das temáticas a serem trabalhadas em sala de aula com os(as) estudantes é mantida e o tempo cronológico se torna a melhor maneira de se assemelhar ao tempo histórico. À luz das BNCCs analisadas e com base na bibliografia sobre o tema, pode-se dizer que a História é reduzida a um mero instrumento de mecanização e memorização dos fatos históricos, sem que haja alguma fundamentação do tempo e do espaço. O ensino de História “precisa educar para a cidadania, em seu sentido transformador da realidade, para que possamos garantir o futuro democrático [...]” (WALTER, 2021, p.57) e deve ser compreendido como uma maneira de refletirmos sobre a realidade, mostrando aos alunos(as) que eles fazem parte dessa História, não na forma de memorização de datas e fatos históricos, mas sim como indivíduos dentro de um contexto social maior.

A partir da reforma do Ensino Médio, percebe-se uma subalternização da área das Ciências Humanas, especialmente no caso da História, que deixa de ser tratada como um campo de conhecimento relevante para a formação de um cidadão crítico e reflexivo, que está consciente de seu papel na sociedade. Na cultura do capitalismo contemporâneo, os conhecimentos das ciências humanas em geral passam a ser substituídos por outros saberes em virtude de uma lógica empresarial e de uma racionalidade neoliberal que passaram a influenciar as políticas educacionais, incidindo diretamente sobre o currículo escolar. A reforma do Ensino Médio acaba impondo obstáculos para os(as) alunos(as) no acesso a uma educação significativa e transformadora.

A pesquisa nos permitiu compreender que a História perde lugar no currículo escolar na medida em que este passa ser concebido pela lógica de habilidades e competências, diminuindo as

condições de possibilidade para a formação de sujeitos críticos e reflexivos. No caso da BNCC do Ensino Fundamental, a bibliografia analisada denuncia indução à volta de características do ensino tradicional, voltado à memorização de datas e fatos históricos, sem um aprofundamento maior ou mesmo a garantia de acesso a determinados conhecimentos históricos. No caso do Ensino Médio, a História perde especificidades enquanto disciplina na medida em que a BNCC desta etapa organiza o currículo da formação geral básica apenas por competências e habilidades gerais de sua grande área do conhecimento, que passa a chamar-se de “Ciências Humanas e Sociais aplicadas”. Com a diminuição da carga horária destinada à formação geral em até 1.800 horas e a inclusão dos itinerários formativos, o “Novo Ensino Médio” diminui a importância da História no currículo escolar, inviabilizando sua presença em todos os anos de curso.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Denis Andrade. **O currículo e o ensino de História nas malhas do neoliberalismo: competências e formação histórica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Campinas. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1164714>>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- ALVES, Vânia Maria Siqueira. História na Base Nacional Comum Curricular do ensino médio: alguns apontamentos. **Escritas**, vol.11, n.1, p.99-115, 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/7127/15893>>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- APPLE, Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? *In*: MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002, p.59-91.
- APPLE, Michael. Repensando Ideologia e Currículo. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002. p.39-57.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Base Nacional Comum Curricular**. Parecer sobre o documento de História. 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Flavia_Eloisa_Caimi.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas. **Revista do LHISTE**, n.4, v.3, p.86-96, jan./jun.2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/65515>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CASTILHO, Denis. Reforma do Ensino Médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico. **Pragmatismo Político**, 21 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/reforma-do-ensino-medio-desmonte-educacao-inercia.html>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

CRUZ, Lauro Rafael. **A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio**: uma análise das continuidades e rupturas no processo de elaboração (2015-2018). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/71799?show=full>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória N°746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v.38, n.139, p.385-404, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FtTfSsKTq/abstract/?lang=pt>> . Acesso em: 13 jan. 2023.

FELÍCIO, Silvio Célio. **Reforma do ensino médio e a disciplina História**: leituras sobre as repercussões da proposta da BNCC. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9973>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FRANCO, Aléxia Pádua; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, MG, v.25, n. Especial, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46455>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GERMINARI, Geyso Dongley. Reforma do Ensino Médio no Brasil: o caso da disciplina de História e as implicações para aprendizagem histórica. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v.13, n.33, p.254-269, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336355797_Reforma_do_Ensino_Medio_no_Brasil_o_Caso_da_Disciplina_de_Historia_e_as_Implicacoes_para_Aprendizagem_Historica>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GERMINARI, Geyso Dongley; MELLO, Paulo Eduardo Dias. Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: confrontos narrativos, estratégias de imposição e impactos no ensino de História. **Interacções**, n.49, p.7-24, 2018. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/16154>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GIARETA, Paulo Fioravante. A produção de conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular no Brasil: levantamento de teses, dissertações e artigos. **Revista de Estudios Teóricos y**

Epistemológicos em Política Educativa, v.6, p.1-38, 2021. Disponível em:

<<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18101>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio.

Retratos da Escola, Brasília, v.11, n.20, jan./jun. 2017, p.131-145. Disponível em:

<<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/753>> Acesso em: 13 jan. 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v.19, n.38, p.125-138, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/jKD6TyyYNJXW7JMPnyxgBps/>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MACHADO, Lucília. Capital humano. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/367-1.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2023.

MACHADO, Vinicius Oliveira. **Crítica ao esvaziamento do currículo de História: a BNCC e a pedagogia das competências**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <<https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=13807>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MOTTA, Lucas Gabriel; SILVA, Monica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres. A BNCC do Ensino Médio: das controvérsias no processo de elaboração ao texto aprovado. **Revista de Educação Pública**, v.21, p.1-19, jan./dez. 2022. Disponível em:

<<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12745>> Acesso em: 13 jan. 2023.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas, v.38, n.139, p.355-372, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDkkt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. As discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular de História: entre polêmicas e exclusões (2015-2016). **Crítica Histórica**, Maceió, Ano VIII, n.15, p.31-61, jul. 2017. Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/3537>>. Acesso em 13 jan. 2023.

NÓVOA, António. Notas de apresentação. In: GOODSON, Ivor Frederick. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: EDUCA, 1997, p.9-16.

OLIVEIRA, Marina Xavier de. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC: da Política Pública Curricular ao Ensino de História**. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal do Rio Grande. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/1/8938>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e Passado Prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halfeld Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (orgs.) **Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, v.1, p.27-46.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: Horizontes possíveis. **Educar em Revista**, vol.37, p.1-19, set. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RIBEIRO, Renato Janine. A base nacional comum. **São Paulo**, 8 out. 2015. Facebook: renato.janineribeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/renato.janineribeiro/posts/pfbid02qwdzRKF8MHraSB8gzLZvjzdmhnbPFZ4SiuMJUNiA1m7d75zJLCFxfF8PwKkGGGrGrl?locale=pt_BR>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SCZIP, Rossano Rafaelle. **De quem é esse currículo? Hegemonia e contra-hegemonia no ensino de História na Base Nacional Comum Curricular**. Dissertação (Mestrado profissional em ensino de História) - Universidade Federal do Paraná. 2020. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69247>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SIMÕES, William. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do Ensino Médio. **Retratos da Escola**, Brasília, v.11, n.20, p.45-59, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/752>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVA, Felipe Dias de Oliveira; PINTO JUNIOR, Arnaldo; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. Antinomias entre experiências e expectativas acerca da BNCC de História. In: PINTO JUNIOR, Arnaldo; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. 1. ed. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, p.32-75.

SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário em disputas. **Retratos da Escola**, Brasília, v.9, n.17, p.367-379, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva. **O “Novo Ensino Médio”**: experiências e narrativas de recontextualização na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório de estágio pós-doutoral desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR. Paraná/Curitiba, UFPR, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/369553716_O_NOVO_ENSINO_MEDIO_experiencias_e_narrativas_de_recontextualizacao_na_rede_publica_do_estado_do_Rio_Grande_do_Sul>. Acesso em: 13 jan. 2023.

WALTER, Luciana Siqueira. **Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e o Ensino de História: contribuições para uma formação cidadã**. Dissertação (Mestrado profissional em ensino de História) - Universidade Federal de Pernambuco. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41667>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Instituições de ensino e as ações sociais pela perspectiva de Pe. Aloysio Jacobi

Educational Institutions and Social Actions from the Perspective of Fr. Aloysio Jacobi

Lucinéia Aparecida Gomes Pereira

Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
neialuccy@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo

Doutorado em História
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
frankmezzomo@gmail.com

Fábio Alexandro Sexugi

Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
sexugi@gmail.com

Recebido: 30/10/2024

Aprovado: 13/02/2025

Resumo: Neste artigo, analisamos as contribuições educacionais e sociais desenvolvidas pelo padre alemão Aloysio Jacobi, entre as décadas de 1940 e 1970, quando atuou em municípios da Mesorregião Centro-Occidental do Paraná, como Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão. O *corpus* empírico da pesquisa é composto por livros tombos, atas, circulares, ofícios, arquivos paroquiais e jornais da época. Por meio de uma abordagem biográfica, investigamos como o religioso, além de exercer suas funções próprias de um cura, contribuiu para a criação de instituições educacionais e o desenvolvimento de ações sociais na região. O estudo evidencia a proximidade, nem sempre pacífica, entre Igreja e Estado, demonstrando como a Igreja Católica desempenhou um papel central na educação e no apoio assistencial às comunidades locais. A análise visa a contribuir para a compreensão das dinâmicas entre religião, educação e poder político na formação dessas comunidades, ressaltando o impacto dessas iniciativas no desenvolvimento social da região.

Palavras-chave: Ensino; Assistencialismo; Relações de Poder.

Abstract: In this article, we analyze the educational and social contributions made by the German priest Aloysio Jacobi between the 1940s and 1970s, a period during which the municipalities of the Mesoregion Centro-Ocidental do Paraná, such as Campo Mourão, Peabiru, and Engenheiro Beltrão, were in the process of formation. The empirical *corpus* of the research consists of archival books, minutes, circulars, official documents, parish archives, and newspapers from that time. Using a biographical approach, we investigate how the clergyman, in addition to performing his religious duties as a parish priest, contributed to the establishment of educational institutions and the development of social actions in the region. The study highlights the relationship, not always peaceful, between Church and State, demonstrating how the Catholic Church played a central role in education and in providing support to local communities. The analysis aims to contribute to understanding the dynamics between religion, education, and political power in the formation of these communities, emphasizing the impact of these initiatives on the region's social development.

Keywords: Education; Assistance; Power Relations.

Introdução

A ligação entre a Igreja Católica e o Estado, no Brasil, envolve, entre tantas vultuosas questões, disputas de poder complexas que, em meados do século XX, eram mais evidentes. A fim de analisá-la neste estudo, afinamos a lupa e reduzimos a escala, para entender como um eclesiástico, Pe. Aloysio Jacobi, além de exercer suas funções religiosas, se envolvia na fundação de escolas e instituições sociais, estabelecendo laços, além de leigos e outros clérigos, com figuras públicas, especialmente, a partir dos anos de 1940, quando essa região passava por um processo de expansão territorial, econômica e social, que deu origem aos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão. Foi nessas localidades que o referido padre atuou por mais de trinta anos.

Pe. Aloysio foi um sacerdote alemão que, de acordo com informações levantadas pelo Pe. Henrique Perbeche (1918-2011) e obtidas junto à sede da Província Sul da Congregação do Verbo Divino (CVD), ingressou no seminário aos 26 anos de idade, numa vocação considerada tardia, estudando por dois anos na Alemanha, de onde partiu para o Brasil, para ser ordenado padre em Santo Amaro, São Paulo, e dar impulso à expansão dos trabalhos missionários no interior do Paraná, destacando-se pelo protagonismo que desempenhou na consolidação do catolicismo na região.

O padre verbita – nome que se dá aos clérigos dessa congregação, numa alusão a Jesus Cristo, considerado o “Verbo de Deus” – por vezes se envolvia em certas querelas, motivados, aparentemente, por questões morais, sociais e políticas. Ele era figura controversa e tinha uma estreita relação com o campo da política, empreendendo ações que colocam em contato perene a Igreja e o Estado, como a

negociação de terrenos, construção de escolas e eventos sociorreligiosos, ao lado da criação de capelas e paróquias.

Paralelamente a isso, buscamos entender como a presença da Igreja Católica na região de Campo Mourão se estendeu ao campo educacional e da assistência social. Na verdade, com a chegada de inúmeras famílias vindas das regiões do Brasil e do exterior, a região viu um aumento significativo na diversidade étnico-cultural. Esses novos moradores buscavam, entre outras coisas, uma nova vida e oportunidades na “terra prometida” de Campo Mourão. Porém, encontravam diversos desafios e dificuldades nesse processo de estabelecimento. Nesse contexto, a Igreja atuou de modo articulado ao Estado, para prestar-lhes, à sombra da cruz que se afixava na região central das novas cidades, todo tipo assistência, que abrangia desde a construção de instituições de ensino até a fundação de hospitais, sindicatos e outras iniciativas de apoio.

Nessa busca por desenvolver o catolicismo – que, por vezes, era assistencialista e que pode se encarregar de desenvolver papéis sociais e políticos (BOURDIEU, 2007) –, verificamos uma complexa relação de poder e interdependência entre as esferas religiosa e política. Isso é verificado em livros tombos, atas, circulares, ofícios, arquivos paroquiais, jornais da época, que revelam interações que iam além da expansão do catolicismo, já que englobavam ações educacionais e sociais.

É dentro desse cronotopo que essa pesquisa busca explorar duas dimensões da atuação do Pe. Aloysio: a educacional e a social, tendo em vista que a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental não apenas na expansão da própria religião, mas também na promoção da educação e da beneficência.

Instituições educacionais

Ao longo de sua história, a Igreja Católica desempenhou um papel crucial no campo educacional, visando contribuir para o desenvolvimento da instrução em território nacional e não só. Apesar disso, não podemos deixar de mencionar, que durante um período de tempo, a Igreja unida ao Estado, formava uma das maiores defensoras do sistema escravo no Brasil, mudando seu posicionamento após a separação entre Igreja e Estado (BEOZZO, 1982). Seu compromisso com a educação remonta tempos antigos, buscando preservar e transmitir o conhecimento por meio de seus seminários, educandários e monastérios, que atuavam como importantes instituições de ensino. No Brasil, durante o período colonial, a Igreja Católica foi a precursora da educação, sempre interligado com a expansão do catolicismo. Muitas congregações religiosas traziam, como carismas, o propósito

educacional. Tal é o caso dos jesuítas, que foram relevantes difusores da educação desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil, ainda que tal atuação estivesse marcada por diversas violências, sobretudo, no trato com as populações negras e indígenas, a partir do século XVI, quando a Coroa Portuguesa e a de Roma estavam embaralhadas, numa união que ficou conhecida como “padroado real”, que redundou, como apontado por Ferreira (2011), na legitimação da escravidão e na subjugação das populações nativas.

De qualquer forma, a Congregação do Verbo Divino, que chega nos primeiros anos do período republicano, considerava as escolas como um elemento preponderante no processo de difusão do catolicismo. E de acordo com as ideias do fundador da CVD, Pe. Arnaldo Jansen, nas paróquias que atuassem, deveriam buscar criar instituições de ensino.

É oportuno ressaltar que, com a Proclamação da República em 1889 e a subsequente implantação da pretensa laicidade do Estado em 1890, o sistema de ensino laico foi estabelecido nas escolas públicas em 1891. Se, por um lado, o episcopado expressava descontentamento com essa decisão (MEZZOMO, 2002), a Igreja, por outro, começou a receber diversos benefícios, de acordo com Valle (1995). Na Nova República, embora não desfrutasse dos mesmos privilégios, houve uma reaproximação entre o poder secular e o religioso. Este detinha recursos e alcançava setores não cobertos por aquele, como o ensino. Nessa conjuntura, com a capacidade de administrar seus próprios bens e projetos, a Igreja Católica passou a desenvolver iniciativas sociais e educacionais significativas, de modo que, entre 1900 e 1950, esse esforço resultou na criação de “um verdadeiro império” (VALLE, 1995, p. 50).

Segundo Mezzomo (2002), da década de 1900 à de 1930, constantemente, os documentos episcopais abordavam as questões do Ensino Religioso em escolas públicas, reivindicando a primazia da Igreja em organizar o sistema de ensino. Os bispos, nesse sentido, conjecturavam que a falta dessa disciplina no currículo das escolas públicas prejudicaria o país. Ao contexto desse fomento educacional pelo catolicismo, soma-se o fato de que, no ano de 1929, foi publicado um importante documento eclesial: a Encíclica *Divini Illius Magistri*. Nela, se discutia o papel da fé romana no ensino escolar, defendendo, como princípios, os fundamentos pedagógicos do catolicismo, ao que enfatizava a importância da presença da Igreja, da Família e do Estado na formação de uma nação.

Em resposta aos apelos papais, os clérigos e leigos católicos brasileiros buscaram inserir o catolicismo no cenário educativo, como se evidencia na sua participação na Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Esta comissão foi estabelecida pelo governo brasileiro com o propósito de

regular as questões relacionadas à produção, importação e uso de livros didáticos em diversas instituições educacionais. A comissão contava com a presença de intelectuais católicos, sacerdotes ou não, que atuavam como autores e membros, responsáveis por livros didáticos aprovados e autorizados pela comissão: muitos dos quais, diga-se, com o *imprimatur*, ou seja, uma autorização formal da Igreja. Essa atuação terá desempenhado um papel significativo na formação da identidade nacional sob uma perspectiva católica, fortalecendo mais uma vez a aliança entre Estado e Igreja (SILVA; CARMINATI, 2019).

Em 1932, outro evento marcante tem a ver, paradoxalmente, com a criação do Manifesto Pioneiro da Educação Nova. Embora os autores propusessem uma reformulação educacional, incluindo a defesa da educação laica, Costa (2006) evidencia que esse o acirramento do conflito entre professores liberais e católicos, acabou por fortalecer a posição e influência da Igreja no cenário educacional brasileiro. É que, diante da intensificação da disputa, os líderes católicos perceberam a necessidade premente de reafirmar seu papel na educação, buscando adaptar-se às novas demandas e correntes educacionais. Assim, apesar das tensões entre os defensores da educação laica e os representantes católicos, esse momento desafiador proporcionou à Igreja a oportunidade de reavaliar suas estratégias e reafirmar sua presença no sistema educacional do país.

Apesar disso, este panorama sofreu uma alteração significativa em 1934, quando o governo de Getúlio Vargas reformulou a disciplina de Ensino Religioso, tornando-a facultativa na grade curricular da rede pública de ensino. Assim, em 1937, o Ensino Religioso foi incorporado como disciplina regular, embora os alunos não fossem obrigados a participar dessas aulas. Dez anos mais tarde, em 1947, com o fim da Era Vargas, a matrícula no Ensino Religioso tornou-se opcional, e a disciplina passou a ser ministrada de modo a respeitar outras expressões religiosas (COSTA, 2006).

Com a perda da antiga centralidade, a Igreja buscava retomar, sua supremacia no sistema de ensino, com inúmeras tentativas de atingir seu objetivo. Numa delas, grupos católicos fundaram, em 1945, a Associação de Educação Católica (AEC), dedicada à defesa da educação e à busca por uma distribuição mais equitativa de recursos. A AEC promovia a família como a base fundamental da educação e se opunha ao monopólio estatal sobre o setor educacional. Participando ativamente na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/1961), a AEC influenciou, de modo significativo, a formulação de políticas educacionais da época (DEBALD, 2007).

Nesse mesmo período, outra iniciativa notável é o Movimento de Educação de Base (MEB), que enxergava a educação não apenas como um sistema de alfabetização, mas, sobretudo, como uma

ferramenta de organização social. O MEB foi inicialmente concebido e liderado por autoridades eclesiais, mas, posteriormente, passou a ser executado por leigos (DEBALD, 2007).

Aliás, na década de 1960, teve início a contratação de leigos nos campos pastorais e diocesanos para trabalhos na Pastoral Escolar, marcando uma significativa transição de responsabilidades, que saíam das mãos das autoridades eclesiais e iam para as mãos dos leigos. Tal mudança – que se harmonizava com o espírito do Concílio Vaticano II, que dividiu com os leigos o protagonismo eclesial – possibilitou uma inserção mais ampla e diversificada da Igreja nas esferas educativa e social. Além disso, o apoio financeiro do Estado ao setor de ensino permitiu que homens e mulheres ingressassem na carreira de ensino como agentes de pastoral, na condição de professores de Ensino Religioso. Para serem contratados, os leigos precisavam atender às determinações do Ministério da Educação, sendo exigidos licenciatura ou mestrado em Teologia, ou Ciências Religiosas, desde que complementados por formação pedagógica. Esse processo profissionalizante conferiu ao trabalho dos leigos um respaldo além do voluntariado, consolidando sua atuação de forma mais estruturada (LUNEAU E MICHEL, 1999).

Várias dessas fundações educacionais foram estabelecidas pelas ordens religiosas, da qual destacamos nesta pesquisa a CVD, que marcou sua chegada ao Brasil no ano de 1895, e se estabeleceu no Paraná em 1899 (GOVERNAN, 1974). O seu fundador, Pe. Arnaldo Janssen⁶⁹, que era professor, pedia aos seus missionários que se empenhassem nessa área, principalmente, na fundação de escolas normais, com a finalidade de formar professores. Fato que corroborou para assumirem colégios e seminários em diversas regiões brasileiras (WISNIEWSKI, 1995), em especial no estado Paraná, onde a CVD teve uma atuação significativa na criação de estabelecimentos de ensino.

Em conformidade com os princípios estabelecidos por seu fundador, os padres da CVD assumiam o compromisso de construir templos e instituições de ensino ao tomarem posse de uma comunidade paroquial. Seguindo esses princípios, Pe. Aloysio construiu prédios para instituições educacionais em Campo Mourão e Peabiru, onde, como ponderam Lineau e Michel (1999), integrava Irmãs e leigos como profissionais do Ensino Religioso.

Com o advento da colonização de Campo Mourão e das cidades do entorno, os colonizadores recém-chegados buscavam maneiras de prover educação para seus filhos. De acordo com Veiga (1999),

⁶⁹ Arnold Janssen (1837-1909) foi um sacerdote e missionário alemão, fundador da Sociedade do Verbo Divino e das congregações das Missionárias Servas do Espírito Santo e das Irmãs Servas do Espírito Santo da Adoração Perpétua, tendo sido beatificado em 1975 pelo Papa Paulo VI e canonizado em 2003 pelo Papa João Paulo II.

aqueles que não possuíam recursos financeiros, dependiam dos ensinamentos oferecidos, de modo improvisado, por seus próprios familiares. Por outro lado, os mais abastados contavam com professores contratados. Somente em 1947 é que foi fundada a Escola Getúlio Vargas, que se adequava às normas e padrões de ensino formais da época.

Um dos estabelecimentos de ensino que “tomaria a compostura de notável efeméride” (VEIGA, 1999, p. 206) em Campo Mourão seria o Colégio Santa Cruz. Como a CVD enfatizava, a educação como parte de sua missão, logo nos primeiros anos de atuação do Pe. Aloysio como vigário da paróquia de Campo Mourão, registros no Livro Tombo revelam que em 1947 ele fizera uma solicitação à prefeitura municipal no sentido de tentar ganhar um terreno visando à construção de um colégio e de um hospital. Além disso, propôs também a colaboração de irmãs vicentinas para a administração dessas instituições. Pe. Aloysio, conseguiu a concessão de um terreno, durante uma visita pastoral de Monsenhor Koenner. Este, em acordo com o prefeito Pedro Viriato, assegurou-lhe a doação do terreno ao lado da igreja (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

A construção do colégio foi uma das primeiras iniciativas educacionais no município de Campo Mourão, projetada para oferecer ensino a crianças e adolescentes entre 14 e 16 anos que ainda não haviam concluído a educação primária (Colégio Vicentino Santa Cruz, s.d.). O marco de sua construção ocorreu em 23 de abril de 1949, com os primeiros recursos obtidos mediante pedidos feitos pelo prefeito Pedro Viriato (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Na intenção de estabelecer o colégio em Campo Mourão, Pe. Aloysio recorria aos órgãos públicos sempre que necessitava de fundos. Sentindo-se parte integrante da comunidade que visitava, ele buscava melhorias para sua Igreja e também reivindicava junto aos governantes, benfeitorias para os municípios por onde passava. Durante suas visitas às comunidades adjacentes à paróquia de Campo Mourão, não se furtava de pedir contribuições para a construção da instituição de ensino (LTPSJ/Campo Mourão).

Em 13 de dezembro de 1949, durante a visita do Governador Moysés Lupion a Campo Mourão, uma cerimônia grandiosa marcou o lançamento da pedra fundamental de um complexo que incluía um posto de higiene, um campo escolar, uma delegacia e uma usina. Nesse evento, Pe. Aloysio aproveitou a oportunidade para solicitar ao Governador um auxílio financeiro para a construção do colégio e a nomeação de três irmãs como professoras estaduais. Com rapidez, o auxílio foi oficializado por meio de um decreto emitido, durante o jantar de comemoração da inauguração, atendendo aos pedidos do sacerdote e viabilizando o projeto (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Assim, no dia 14 de fevereiro de 1950, finalmente chegaram as três primeiras Irmãs Filhas da Caridade da Ordem de São Vicente de Paulo: Martha Kleina, como Superiora, Cecília Lechocki e Therezinha Maria Bertuol, acompanhadas da Irmã Balbina Filipak, Superiora do Colégio de Pitanga. O início das aulas ocorreu em 20 de fevereiro de 1950, e a inauguração oficial do colégio ocorreu em 7 de maio do mesmo ano (VEIGA, 1999).

O colégio funcionava em regime de internato, atraindo, alunos das cidades de Maringá, Arapongas, Apucarana e Marialva. Pe. Aloysio desempenhou um papel fundamental na criação e manutenção dessa que se tornou uma das primeiras instituições educacionais em Campo Mourão. Em reconhecimento a seus esforços, o colégio foi posteriormente renomeado como Instituto Santa Cruz, em homenagem à sua devoção à Cruz de Cristo (Colégio Vicentino Santa Cruz, s.d.).

Podemos sugestionar que Pe. Aloysio teve êxito na formação desse estabelecimento de ensino confessional. Como deixou registrado no Livro Tombo de Campo Mourão, em 1951, o padre observou que os alunos demonstravam preferência pelo Colégio Santa Cruz em detrimento dos grupos escolares. Estes últimos, à época, representavam uma sistematização do ensino promovida pelo governo para atender aos filhos dos colonizadores. Os grupos escolares funcionavam em locais improvisados, como casas alugadas, e seguiam um modelo inspirado no sistema educacional europeu, caracterizado por sua natureza elitista: divisão em séries, exigência de exames para aprovação, currículo progressivo, controle parcial do professor sobre o processo de ensino-aprendizagem, um professor por série e um diretor de grupo. Com o tempo, surgiram iniciativas educacionais privadas, com orientação religiosa (SOUZA-CHALOPA, 2019).

A formação desses colégios vinha atrelada a um período em que a Igreja Católica se dedicou à educação e à formação de leigos (DEBALD, 2007). Além disso, essas iniciativas estavam alinhadas aos princípios da CVD, que enfatizava, como já dissemos, a importância da educação, pelo que incentivava seus padres a fundarem instituições de ensino, ao mesmo tempo, em que buscavam expandir o catolicismo.

Nessa conjuntura, ao ser transferido para assumir como vigário de Peabiru – uma localidade em pleno crescimento –, Pe. Aloysio percebeu a necessidade de uma escola com base nos princípios católicos. Embora já existisse uma escola no recém-formado município, conforme Rocha e Silva (2022) observam, o crescimento de Peabiru e a chegada de novos moradores provenientes de diversas regiões do Brasil e do mundo demandavam a expansão da oferta educacional. Assim, em 1952, foi fundada a

primeira instituição de ensino, chamada inicialmente Escola Pública de Peabiru, posteriormente rebatizada como “Casa Escolar de Peabiru”.

Logo nos primeiros anos da fundação de Peabiru foi implementado o Ensino Religioso, conforme evidenciado nos arquivos da paróquia local. Um decreto do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, de 1954, regulamentou essa prática, estabelecendo que a disciplina seria parte integrante dos currículos dos cursos primários, secundários, normais e profissionais, mantido pelo Estado e consoante as normas pedagógicas vigentes. As autoridades confessionais interessadas em incluir sua fé no currículo escolar deveriam registrar-se junto à Secretaria de Educação e Cultura, designar professores responsáveis e desenvolver programas e materiais didáticos. Na matrícula, os responsáveis pelos menores de 18 anos eram solicitados a especificar a disciplina de religião (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1954).

Padre Aloysio utilizava esses decretos como instrumento de ação, conforme asseveram os registros no Livro Tombo de Peabiru. Em 1957, ele implantou o Ensino Religioso nas escolas do município de Peabiru. E à medida que o município crescia, Pe. Aloysio incluiu em seus projetos a construção de um colégio em Peabiru. Primeiramente, formou uma comissão para iniciar a construção do Colégio Sagrado Coração de Jesus. O marco inicial ocorreu em 20 de janeiro de 1960, com a colocação da pedra fundamental, na presença da Comissão da Igreja, autoridades civis e muitos outros presentes (LTPSJB/Peabiru, 1953).

Pe. Aloysio, ciente das necessidades educacionais do novo município, em 1960, inicia a construção do colégio, e logo começa a receber benemerências do governo. Os projetos de formação de instituições educacionais, era uma forma pela qual a Igreja buscava contribuir para a educação e formação da comunidade, e, ao mesmo tempo, criava parcerias com o Estado. Como podemos verificar no documento encontrado nos Arquivos da Paróquia de Peabiru, consta que ficaria o Poder Executivo, autorizado a abrir um crédito de Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) destinados às obras do Colégio Sagrado Coração de Jesus. E ainda justifica:

A construção do Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Peabiru foi iniciada há algum tempo, tendo atingido já o primeiro andar. A constante alta do material necessário tem retardado, sobremaneira, a conclusão do prédio. Luta, ainda, a Direção do Colégio com dificuldades financeiras de toda ordem. Reconhecendo os grandes e inestimáveis serviços prestados pelo Colégio S. C. de Jesus, os quais terão maior amplitude depois do concluído o edifício, elaboramos o presente plano da lei que, uma vez aprovado pela Casa, dará meios financeiros suficientes para o término dentro do menor prazo possível (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1960).

A abertura de um novo colégio em Peabiru não apenas evidencia o compromisso do padre para com a educação confessional católica, mas também ressalta as importantes contribuições das instituições religiosas no campo educacional em localidades em desenvolvimento. Conforme destaca Durkheim (1996), a religião vai além de meras ideias influenciadoras e conjunto de doutrinas, mas também oferece uma perspectiva social e prática, que, por vezes, pode moldar a vida de uma sociedade.

A construção do colégio enfrentou desafios, como a constante alta dos custos dos materiais, levando o padre a enfrentar dificuldades financeiras. Para superar esses obstáculos, o governo local autorizou um crédito significativo para conclusão do edifício, reconhecendo os valiosos serviços prestados pela escola. Essa colaboração entre a instituição religiosa e o governo reflete as observações de Beozzo (1982) sobre a relação complexa entre esfera política e religiosa, evidenciando uma ligação íntima entre Igreja e Estado no apoio às construções das diversas congregações religiosas.

Apesar desse vínculo próximo que Pe. Aloysio manteve com os agentes públicos de Peabiru, tinha abordagens estratégicas para conseguir recursos para seu projeto educacional, tanto que no ano seguinte, depois do início da construção do colégio, em 1961, buscou apoio financeiro na Alemanha, como podemos analisar em documento encontrados na paróquia de Peabiru, intitulado “ANTRAG AUF GEWÄHRUNG EINER BEIHILFE”, que pode ser traduzido como “Pedido de ajuda” (tradução nossa). Nesse requerimento, o padre solicita auxílio para construção do colégio, em que descreve que o município de Peabiru está localizado na região Norte do Paraná, e que após a última guerra, esta área foi declarada “área de assentamento”, da qual as pessoas moram em pequenas propriedades e a maioria das famílias, informa ele, vive da agricultura, mas não era qualificada para o trabalho. Assim sendo, deixou claro que para sanar tais dificuldades pretendia fundar um colégio:

Quase todos os novos colonos têm muito pouca escolaridade. Portanto, os cursos noturnos em nosso centro social são uma necessidade urgente para superar o desconhecimento em todas as áreas. A formação em economia doméstica para mulheres jovens e raparigas é uma necessidade urgente aqui, onde as famílias dependem majoritariamente de si próprias. Isto deve ser transmitido pelas nossas irmãs nos cursos de costura, nas aulas de culinária e no ensino do comércio de presunto. Cuidados e instruções de higiene podem ser fornecidos pelas irmãs nestes cursos de formação, a fim de reduzir a mortalidade infantil, reduzir e aumentar os cuidados gerais de saúde. A influência e a educação que oferecemos evitam a radicalização de elementos que procuram intervir em todos os lugares (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, s.d. tradução nossa).

Um dos empreendimentos do colégio tinha a ver com a oferta de formação profissional como uma forma de contribuir para a geração de empregos, alinhando-se aos princípios da Ação Popular:

um movimento surgido na década de 1960, que defendia uma sociedade humanista e promovia políticas sociais voltadas para a criação de oportunidades de trabalho (DEBALD, 2007). Durante o período em que Pe. Aloysio permaneceu na Alemanha Pe. Daniel D'Ambrosio da C.V.D., foi designado a administrar a Paróquia de Peabiru, e dar andamento às obras do Colégio, como podemos perceber em um pedido feito ao secretário de Educação do Paraná, pedindo carteiras para a instituição de ensino, com o intuito começar as aulas já no próximo ano (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961). Essa interação entre a Igreja e o Estado reflete uma dinâmica em que as instituições religiosas buscam apoio do governo para promover a educação, evidenciando suas relações de poder. Essa busca por benefícios por parte da Igreja junto ao Estado está, grosso modo, em linha com as observações de Azzi (1981), que destacam a importância duma cooperação harmoniosa entre instituições religiosas e civis para alcançar objetivos compartilhados, apesar da separação oficial e alegada entre o poder eclesial e o temporal.

Os padres da CVD ansiavam pela abertura do novo colégio. Conforme registros nos arquivos da Paróquia de Peabiru, em julho de 1962, a Irmã Salomé, freira da Congregação São Vicente de Paulo, enviou um telegrama a Pe. Aloysio informando que não seria possível atender ao pedido de abrir o educandário devido a uma epidemia de pneumonia e gripe. Sugeriu-se, portanto, que a inauguração do educandário fosse adiada para janeiro de 1963. Em resposta, Pe. Daniel d'Ambrósio, designado pró-vigário da paróquia de Peabiru durante a ausência de Pe. Aloysio em sua busca por recursos na Alemanha, enviou uma mensagem às Irmãs:

Recebi a carta de V. Reverência como também notícia do telegrama mediante a Irmã Sup. do colégio de Campo Mourão. Apreço-me, portanto, a dar informes pedidos e na carta e no telegrama de V. reverência. Os informes estatísticos são tirados da voz do Paraná. A Paróquia de Peabiru tem um total de 19.180 habitantes A cidade de Peabiru só tem 5.368 habitantes. A finalidade da nova fundação é proporcionar às crianças de famílias católicas uma formação católica adequada. Há um grupo escolar na cidade e vários isolados. Não há outro estabelecimento religioso semelhante. Não posso dar informe certo sobre o número certo ou aproximado dos católicos da Diocese de Campo Mourão. Aqui na cidade muitas outras religiões que homens possam inventar e que Deus não deixe de condenar. Estes são os informes que eu posso dar a V. Reverência atendendo a carta do dia 31 de julho p.p.. O Colégio 'Sagrado coração de Jesus' está mm fase de acabamento e o dinheiro para isso disponível, também. Querendo inaugurar o colégio ainda para o ano letivo de 1962 como é ardente desejo do reverendíssimo padre Vigário efetivo aqui, atualmente em merecido gozo de férias na Alemanha, peço mandar umas irmãs ver, apreciar, deliberar para propor um auxílio bastante elevado ao conselho provincial da casa central. De V. Reverência em Xto, Pe. Daniel D'ambrósio (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961).

E no dia 13 de novembro 1962, após uma prolongada espera, as irmãs, nomeadamente a Irmã Lúcia, a Irmã Inês e a Irmã Irene, chegaram a Peabiru para dar continuidade ao projeto até ser inaugurado. O colégio, chamado Sagrado Coração de Jesus, era uma instituição particular com regime de internato, e foi inaugurado na presença do bispo Dom Eliseu Mendes, no dia 13 de fevereiro de 1963. Pe. Aloysio encerraria mais um de seus projetos, significativo na área educacional.

Após a inauguração do Colégio, no dia 20 de fevereiro, o verbita foi transferido para Engenheiro Beltrão, onde não construiu instituições de ensino, mas no Livro Tombo da paróquia daquela cidade (1962), deixa clara sua vontade em implantar o Ensino Religioso nas escolas. Em meados de 1963, registra-se que o Prefeito nomeou uma catequista para lecionar Ensino Religioso nas escolas, e que ele próprio tinha se colocado à disposição para dar aulas de religião duas vezes na semana nos cursos normais.

Ao longo de sua atuação na implantação da fé católica nos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, Pe. Aloysio via nas instituições educacionais uma ferramenta irrenunciável para promover seus projetos de expansão do catolicismo. Nesse contexto, cabe registrar que tal iniciativa coincide com a disputa crescente, em nível nacional, entre o ensino confessional e o ensino laico: ambos travando disputas por influência e poder no cenário brasileiro. Apesar disso, de acordo com Azzi (1981), a Igreja, naquele período, enfatizava a importância da colaboração entre o poder político e eclesiástico, promovendo uma aliança estratégica que visava à consolidação de sua autoridade sobre a educação. Nessa perspectiva, a Igreja, como uma entidade moral, desempenhava um papel significativo na manutenção da ordem social, defendendo a interesses mútuos entre os poderes político e religioso para alcançar objetivos comuns: inclusive, a expansão e a consolidação do catolicismo. É importante destacar que, antes de alcançarem uma relação de cooperação, o ensino confessional e o ensino laico já enfrentam alguns conflitos. Um evento marcante tem a ver, paradoxalmente, com a criação do Manifesto Pioneiro da Educação Nova, em que se evidencia um acirramento do conflito entre professores liberais e católicos, que acabou por fortalecer a posição e influência da Igreja no cenário educacional brasileiro (COSTA, 2006). Diante da intensificação da disputa, os líderes católicos perceberam a necessidade premente de reafirmar seu papel na educação, buscando adaptar-se às novas demandas e correntes educacionais. Assim, apesar das tensões entre os defensores da educação laica e os representantes católicos, esse momento desafiador proporcionou à Igreja a oportunidade de reavaliar suas estratégias e reafirmar sua presença no sistema educacional do país.

Ação social na atuação de Pe. Aloysio

A Igreja Católica no Brasil atuou e atua não apenas como instituição religiosa, mas também exerce práticas com um viés assistencialista. Tanto, que no final do século XIX, a Igreja contou com a participação de muitos pensadores cristãos que passaram a defender o direito de criar sindicatos, estabelecer negociações justas e promover a intervenção do Estado em apoio aos trabalhadores. A encíclica *Rerum Novarum*, assinada pelo Papa Leão XIII, em 1891, consolidou esse movimento e exerceu influência significativa sobre os católicos no Brasil (Menezes, 1986). Fatos históricos fortaleceram ainda mais os laços entre a Igreja e o Estado, levando em consideração que, em determinados momentos, a Igreja desempenhou funções que eram próprias do Estado. Com a Proclamação da República e a laicização do Estado, a Igreja demonstrava que tinha recursos educacionais e sociais, que o poder estatal não comportava, e aos poucos ocorre a reaproximação dos dois poderes, com o Governando financiando obras religiosas.

Em busca de se estabelecer uma conexão entre indivíduos, instituições religiosas e a sociedade como um todo, a análise da influência da Igreja pode revelar suas intervenções sociais que moldam a cultura, a organização social e o bem-estar coletivo. Conforme Morin (2002) aponta, os indivíduos estão imersos numa dinâmica social na qual a sociedade desempenha um papel fundamental na sua organização e funcionamento, ao mesmo tempo, em que existe para promover o bem-estar individual.

O estreitamento dos laços entre a Igreja e o Estado tem suas raízes históricas, sobretudo, no período que compreende o do Brasil colonial (1500 a 1822) e imperial (1822-1889). Naquele tempo, a ausência de diversidade religiosa no país estabelecia o catolicismo como a única religião aceita legalmente, configurando o Estado como confessional, conforme apontado por Oro (2011). Com a proclamação da República em 1889, no ano seguinte, houve a separação entre Igreja e Estado criando independência entre instituições religiosas e o governo. Assim, o Brasil deixou de ser um Estado confessional e passou a ser um Estado laico, ou seja, sem uma religião oficial.

Além disso, na década de 1920, a Igreja deu início a uma fase conhecida como Restauração Católica. De acordo com Azzi (1977), tal restauração foi um movimento coordenado pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, com o intuito de estabelecer ordens políticas e sociais fundamentadas na fé cristã. Essa iniciativa católica estava alinhada aos apelos do Papa Pio XI, que buscava direcionar tanto a fé católica quanto os líderes políticos para questões culturais e educacionais, conforme destaca Valle (1995). Após a Revolução de 1930, sob liderança do Cardeal Sebastião Leme, a Igreja Católica no Brasil conseguiu restabelecer uma aproximação com o Estado, liderado por Vargas,

que reconheceu o prestígio da Igreja. Essa aproximação de D. Leme com o Vargas favoreceu a presença e a atuação da Igreja em ações políticas e sociais que, por sua vez, requeria junto ao Estado privilégios que tinham antes da Proclamação da República (AZZI, 1978).

A partir da década de 1930, começam a surgir vários movimentos dentro da Igreja para reforçar o catolicismo no Brasil: momento que as instituições religiosas e o Governo voltam a estreitar laços (DEBALD, 2007). Apesar de possuírem papéis distintos, se complementavam numa relação de poder, onde a Igreja buscava recuperar seu espaço na sociedade e defender seus valores e interesses, já o Estado, vê-se compelido a ampliar sua autoridade e evitar conflitos sociais.

Desse modo, com o fim do padroado, o Brasil passou a ter liberdade religiosa, o que deveria garantir a Igreja e ao Estado, autonomia em suas decisões. Entretanto, nunca deixaram de ter um vínculo, tanto que, no decorrer do século XX, houve uma flexibilização na laicização, de sorte que, na constituição promulgada em 1934, foi aceita a cooperação entre Igreja e Estado Brasileiro, efetivando uma tradicional relação marcada por uma simbiose entre tradição religiosa e ordenamento jurídico, resultando na criação de feriados católicos, no reconhecimento civil do casamento religioso, na autorização da criação de cemitérios religiosos e na inclusão de disciplinas confessionais nas escolas. Como se não bastasse, foi facultada aos eclesiásticos a decisão se queriam ou não prestar serviço militar. Desse modo, a Igreja Católica voltou a receber, oficialmente, benesses do governo, deixando entendível os privilégios católicos em detrimento de outras religiões (CAMURÇA, SILVEIRA, ANDRADE JÚNIOR, 2020).

Porém, não podemos deixar de dar atenção ao cronotopo pelo qual esta pesquisa perpassa. O país, nas décadas de 1930 a 1945, vivenciava a Era Vargas. Quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder, buscou o auxílio da Igreja e reestabeleceu com ela os laços estatais. O getulismo achava plausível o uso da religião para se aproximar do povo, por meio dos seus serviços sociais, e, em contrapartida, o catolicismo se beneficiava das regalias que o Estado lhe oferecia. A Era Vargas, inaugurada em 1930, no Brasil, passava por um desenvolvimento econômico e industrial, que culminou na elevação da população urbana, acarretando problemas de educação, habitação, saneamento básico, etc. Conforme a industrialização progredia, houve um aumento na concentração de renda, ampliando as disparidades socioeconômicas, o que intensificou as tensões nas relações laborais e agravando os problemas sociais.

No decorrer do seu governo, Vargas, temendo um aumento de movimentos operários contra seu governo, adotou uma política colaborativa ao trabalhador. Vargas buscou aliança com Igreja Católica que, imbuída de um sentimento social expresso nas encíclicas papais – especialmente, a *Rerum*

Novarum (1891), de Leão XIII, *pioneira ao abordar questões trabalhistas*, e a *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI, *que enfatizou a necessidade de uma ordem social mais justa* –, se via impelida a colaborar com a intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, enfatizando a obrigação de implementar políticas sociais. Diante dessa aliança, a Igreja expandiu suas instituições caritativas e educacionais, com destaque às universidades católicas (BULLA, 2003).

Ademais, o governo getulista via nas atividades pastorais mais uma oportunidade de aproximação ao povo, devido seus diversos segmentos sociais, fato que motivou o estreitamento dos laços entre Igreja e Estado. Nessa circunstância, surgiu oficialmente um dos primeiros movimentos de ação pastoral do país, a Ação Católica, que da década de 1930 a metade da década de 1960, foi a principal forma organizativa da Igreja nos ambientes urbanos e rurais, que atendia pessoas de qualquer faixa etária (DEBALD, 2007). Mas, não era só no Brasil que surgia a Ação Católica, esse movimento, também despontava na América Latina, que parecia estar em sintonia com pedidos do Papa Pio XII, e expandia iniciativas de natureza assistencial, espiritual e reformista (MEZZOMO, 2002).

É nesse ensejo que foi reforçada a Ação Católica – criada em 1922 –, favorecendo o fortalecimento do catolicismo e representando uma nova abordagem de vivência da Igreja Católica com o Estado (DEBALD, 2007). Embora a separação entre Igreja e Estado tenha sido estabelecida em 1891, houve uma tentativa frustrada na criação de um partido católico. Porém, foi somente com a criação da Ação Católica, que a Igreja conseguiu se consolidar durante o getulismo, no ano de 1932, ao criar a Liga Eleitoral Católica (LEC), que tinha o propósito abranger o maior número possível de eleitores, enquanto tentava reunir todos os registrados em uma organização centralizada que permanecesse comprometida com seus objetivos (PRIMOLAN, 2007).

Além da LEC, surgiram algumas subdivisões da Ação Católica, como os de grupos da Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), da qual se formaria a Ação Popular, e estabeleceu contato dos trabalhadores e estudantes junto ao episcopado. Essas mudanças expressavam uma maior preocupação com questões de justiça social (Gomes, 2014), de modo que a Ação Popular buscava melhorias sociais e econômicas, visando à humanização das relações trabalhistas, principalmente, as do meio urbano (DEBALD, 2007).

Outro fato importante é que, segundo Yazbek (2005), o Serviço Social no Brasil teve seu embasamento na Ação Católica, representando um avanço em relação às práticas filantrópicas direcionadas às mudanças políticas e sociais sob a perspectiva dos princípios católicos. Desse modo, à medida em que o governo Vargas criava estratégias assistencialistas para se aproximar da classe operária

e conquistar apoio popular, a Igreja acabava por se engajar em suas ações, criando uma dinâmica notável entre Igreja e Estado.

Dentre essas estratégias varguistas, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada pela Primeira Dama Darcy Vargas, com intuito de atender às famílias que tinham expedicionários na Segunda Guerra Mundial. Após o término da Segunda Guerra Mundial, o órgão redirecionou seu foco para a assistência à maternidade e à infância, o que deu início a uma política de parcerias com instituições sociais distintas para a filantropia e a benemerência (Yazbek, 2005). A LBA teve um forte engajamento feminino voluntário, abrangendo mulheres de diversas faixas etárias, níveis educacionais e classes sociais, unidas pela solidariedade, evidenciando a importância das mulheres, muitas das quais descritas como “vestidas como donas de casa” que, através dessa ação, tiveram a oportunidade de ingressar no meio público (BARBOSA, 2020).

Sendo a LBA um movimento liderado pelas primeiras-damas do governo federal, estadual e municipal, teve no Paraná, a partir de 1947, a gestão de Hermínia Rolim Lupion, esposa de Moysés Lupion, primeiro governador eleito após o fim do Estado Novo. Engajada em ações políticas sociais de benemerência alinhadas à Igreja Católica, Hermínia desempenhou um papel ativo na instituição, com impactos também na região de Campo Mourão. Tanto que Pe. Aloysio deixou registrado no LTPNSG/Engenheiro Beltrão (1962) um episódio em que o órgão viabilizou a formação de um jovem no curso de mecânica de tratores.

A propósito, a LBA, com o apoio de Pe. Aloysio, exerceu um papel significativo na comunidade paroquial de Peabiru, de modo mais evidente, na década de 1970, quando foram oferecidos vários cursos profissionalizantes, como curso prático de eletricidade, auxiliar de administração rural, tratorista, carpintaria, marcenaria, latoeiro, pedreiro, pintor, bombeiro hidráulico, mecânica de automóvel e trator de pneu, torneiro mecânico e radiotécnica. Além da formação propriamente técnica, em cada curso, se incluíam conteúdos complementares, que abordavam temas como direitos trabalhistas e educação moral e cívica.

Nessas décadas que precediam à Restauração Católica, com tantas regalias que o Estado cedeu à Igreja Católica, os clérigos desse período, incluindo os padres da CVD, que contribuíram com trabalhos pertinentes em várias paróquias do Paraná, não hesitavam em exigir benefícios estatais para os próprios redutos eclesiais, de maneira que, por meio dessas políticas sociais desenvolvidas pela Igreja no governo de “Getúlio Vargas, tanto antes quanto depois do Estado Novo (1937), as obras católicas passaram a receber expressivas verbas e subvenções dos cofres do Estado” (VALLE, 1995, p. 60).

Por outro lado, Pe. Aloysio não se limitou a pleitear benefícios exclusivamente à própria Igreja. Sua atuação ia além, buscando, ativamente, a criação de espaços de desenvolvimento social, interessando-se na fundação de instituições de ensino, hospitais e obras sociais vinculadas ao Estado, e, até mesmo, interferia em melhorias para os municípios onde atuou, como a aquisição de energia elétrica, água encanada e asfalto. Como podemos constatar no LTPSJ/Campo Mourão (1943), o eclesiástico cobrava do prefeito a doação de um terreno próximo à Igreja, no qual poderia construir um hospital e um colégio. Nos arquivos paroquiais de Peabiru, aliás, preserva-se uma declaração do prefeito Silvio Barros referente à reivindicação que Pe. Aloysio lhe fizera, reivindicando a instalação de rede de distribuição de água e luz para o município (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961).

Ao analisar o teor do requerimento do padre verbita junto ao prefeito de Peabiru, podemos sugerir que Jacobi trabalhava em consonância com o governo municipal, buscando o bem-estar social dos munícipes, e deixava claro que, naquele momento, a principal necessidade era justamente essa. Esse fato corrobora as postulações de Azzi (1981), ou seja, de que a Igreja persistia em destacar a importância da colaboração mútua entre as autoridades civis e eclesiásticas.

Mas os clérigos não esperavam benefícios apenas do governo: também pediam favores aos leigos, como podemos observar em carta de Dom Inácio Krause, bispo da Prelazia de Foz do Iguaçu, no ano de 1959, a qual deixava enfatizado:

Ha no mundo 900 milhões de crianças. 500 milhões vivem e morrem na miséria espiritual e material. É para estas crianças que a Igreja, em nome de Nosso Senhor, vos pede hoje vossas orações, para que nenhuma destas crianças não morra sem batismo; vos pede hoje um auxílio material, para dar comida, roupa e remédios e assim salvar a vida do corpo. Todo aquele que receber em meu nome um menino como este, a mim recebe - disse Nosso Senhor. E quem de vós não gostaria receber Nosso Senhor?! (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1959).

Através do documento, podemos inferir que a Igreja Católica desempenhava significativo papel na esfera social, ao se envolver, ativamente, na busca por soluções aos problemas relacionados ao combate à miséria. A Igreja, naquele contexto, tentava fazer as vezes do Estado, ocupando-se em levar auxílio para os que viviam sob vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, buscando expandir o catolicismo, ao envolver e enfatizar a ação dos leigos.

Uma maior preocupação com o meio social veio com o Concílio Vaticano II (1962-1965), que chegou como um novo advento, trazendo para a Igreja aquilo que chamou de “nova evangelização”, que se traduziria em inovações e melhorias organizacionais (LUNEAU E MICHEL, 1995) e uma

forma atualizada de agir em relação às ações sociais. É oportuno frisar que esse Concílio foi uma assembleia episcopal convocada por João XXIII e concluída por Paulo VI, com o objetivo de orientar a “Igreja Católica para uma maior solidariedade com os povos oprimidos e com as classes marginalizadas pela estrutura econômica e social” (AZZI, 1978). Nesse período, a Igreja enfrentava desafio econômicos, políticos e sociais, em decorrência da Revolução Francesa e Revolução Industrial, Unificação Italiana e a supressão dos Estado Pontifícios. Devido a tal fato, no enalço do *ultramontanismo* da Igreja, centrado na autoridade do Papa e na reafirmação de valores tradicionais, busca se ajustar às mudanças sociais. É importante, no entanto, que se compreenda esse concílio não apenas a partir de uma perspectiva de classe, mas também em suas dimensões espiritual e política, refletidas nos 16 documentos conciliares. Tais documentos, que abrangem uma ampla gama de temas – que perpassam mudanças na liturgia às relações interreligiosas –, indicam uma busca institucional por um equilíbrio entre a preservação da tradição e a necessidade de responder aos novos tempos, ao mesmo tempo em que reafirmam a missão espiritual da Igreja em promover a justiça e a paz social. Desde antes, porém, já no final do século XIX, a Igreja acumulava experiências, baseadas nos princípios da encíclica do Papa Leão XIII *Rerum Novarum*, que instruía os trabalhadores nos princípios da fé cristã e na promoção da ordem. Dentro dessas restaurações que a hierarquia católica brasileira buscava implementar, a Frente Agrária Paranaense (FAP) pode ser entendida como uma das expressões da Ação Católica (PRIORI, 2012).

O lançamento oficial da FAP ocorreu em Maringá, com uma missa campal celebrada em frente à Catedral, no dia 13 de agosto de 1961. Essa fundação foi organizada pelos bispos de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão e abraçada com entusiasmo por Pe. Aloysio, com o alegado propósito de melhorar as condições de vida na lavoura, buscando uma abordagem mais humanizada para os trabalhadores rurais. Os bispos responsáveis por essas iniciativas eram respectivamente Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Eliseu Mendes.

No mês de janeiro de 1962, antes que o Concílio tivesse terminado, já havia indícios dos movimentos da Frente Agrária em Peabiru. No Livro Tombo de Peabiru, o padre enfatiza que o ano iniciou com um aviso importante a respeito da FAP. E, mais tarde, como podemos observar em suas anotações, foi organizada uma conferência sobre a Encíclica *Mater et Magistra* – assinada pelo Papa João XXIII, que aborda temas sobre o bem-estar social –, à disposição dos padres do Verbo Divino. O Pe. Walter Boutem, também da CVD, ia a várias paróquias para fazer palestras e conferências sobre a Doutrina Social da Igreja – um conjunto de princípios e orientações baseados no Evangelho e na

tradição católica, que buscam promover a justiça social, a dignidade humana e o bem comum na sociedade – que foi, por sua vez, uma resposta aos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial. A Igreja, por meio dessa abordagem, buscava intervir nas mudanças políticas e sociais, orientando-as de acordo com os princípios da doutrina católica (YAZBEK, 2005). As primeiras paróquias a serem visitadas foram: Peabiru, Araruna, Terra Boa, Jussara, Cianorte, Cruzeiro d'Oeste, Umuarama e Iporã.

Dessa maneira, Pe. Aloysio e grande parte do clero, conscientes das novidades que ainda se discutiam na Sé Romana, antecipavam, na prática, as diretrizes que o Concílio Vaticano II viria a estabelecer, especialmente, no que se refere à atuação social da Igreja, movimentação que ocorria em outras dioceses do Brasil. Eles se empenhavam, ativamente, em áreas sociais, como evidenciado nesta carta de 1962, na qual Pe. Aloysio presta contas junto à Secretaria de Trabalho e Assistência Social Departamento de Serviço Social, sobre a origem dos benefícios que foram usados na FAP.

A Secretaria de Trabalho e Assistência Social Departamento De Serviço Social!
Resposta da a Carta Nr. 31/62

O requerimento, que foi feito pedindo o pagamento da subvenção na importância de 100.000,00 (cem mil cruzeiros) é a verba que foi lançada das obras Sociais da Igreja Matriz, da PARÓQUIA de Peabiru, que será aplicada no actual obra social da Igreja Matriz, na formação do Colegio do Sagrado Coração Jesus, que está esperando sua abertura em breve em favor do homem do campo. A duplicata da aquisição de 25 camas é mais do que subvenção. A Frente Agrária Paranaense fundada nesta PARÓQUIA no dia primeiro de Julho deste ano está esperando este benefício (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1962).

Essa iniciativa reflete a crescente preocupação de agentes da Igreja em atuar de forma concreta nas questões sociais locais, o que culminaria, em 17 de fevereiro de 1963, na convocação de uma reunião pela FAP, sob a liderança de D. Eliseu Mendes. Na ocasião, com a presença de diversas lideranças, entre as quais, do deputado estadual Edgard Távora, foram traçadas as diretrizes para a criação de sindicatos, como o Sindicato do Trabalhador Simples da Lavoura, o Sindicato do Trabalhador Rural e o Sindicato dos Produtores. A FAP, ao organizar esses sindicatos, buscava reduzir a influência comunista entre os trabalhadores rurais, reforçando a orientação social que permeava suas ações (PRIORI, 2012, p. 191). Assim, a atuação da Igreja, por meio de Pe. Aloysio e de outras lideranças, visava não apenas ao atendimento das necessidades imediatas da comunidade, mas também à organização social e política de seus membros, alinhando-se aos novos ares do catolicismo daquele período.

A FAP, vale mencionar, tinha o objetivo de direcionar o movimento dos trabalhadores rurais, visando a “cristalizar a verdade agrária” e impedir a dominação do movimento comunista, num contexto marcado pela Guerra Fria, no qual a hierarquia da Igreja e setores conservadores da sociedade brasileira buscavam conter a influência da União Soviética e de suas ideologias nos países latino-americanos. Por isso, as lideranças da FAP adotaram a estratégias para neutralizar essa suposta influência, apostando na organização institucional. Em vista disso, estabeleceu uma infraestrutura diversificada, com destaque à criação de associações de trabalhadores, visando à formação dos sindicatos (PRIORI, 2012).

Durante a década de 1950 a 1960, os conflitos adquiriram um caráter de nível nacional. Tais conflitos foram resultados de diversos processos que envolveram as lutas sociais agrárias, as quais culminaram na formação da Liga Camponesa. Esse movimento foi sendo formado a partir de uma brusca ocupação de terras em Porecatu, no Norte paranaense, dando início a um conflito pela posse de terra. Dessa disputa, surgiu o Partido Comunista Brasileiro no campo e para a formação das “ligas camponesas”, que representavam as primeiras formas de organização coletiva dos camponeses. Apesar da intensa resistência por parte dos proprietários, os comunistas conseguiram obter sucesso ao conquistar um importante apoio entre os camponeses.

Entre os colonos das fazendas de café, houve uma imposição de desmembramento de organismos variados e a formação dos primeiros sindicatos agrícolas. Essa iniciativa foi liderada principalmente, por militantes comunistas, resultando no aumento de sindicatos no meio rural e na emergência da primeira geração de dirigentes sindicais agrícolas. A Igreja Católica, em busca de defender seus interesses, com o apoio das oligarquias, decidiu participar na busca pela sindicalização das populações rurais, formando a FAP (SILVA, 2006).

No Paraná, a década de 1960 foi marcada pela chegada dos imigrantes, que ocupavam toda a extensão territorial do Paraná. Sem encontrar mais espaço para a expansão, essas frentes desapareceram, deixando para trás uma série de problemas decorrentes de distorções ocorridas nas diversas fases dos processos de distribuição e apropriação da terra. Tais distorções, ao longo da fase mais recente da história do Paraná, criaram as crises agrárias, das quais surge a necessidade de reforma agrária na região avançada (SERRA, 1992). Nesse ensejo, com a criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Peabiru, Pe. Aloysio fez um requerimento solicitando verbas para atender às necessidades dos trabalhadores rurais, visando orientá-los sobre a situação agrária.

Importa mencionar que, em 1963, Pe. Aloysio foi transferido de Peabiru para o município vizinho de Engenheiro Beltrão, onde sua atuação com a Cáritas – que é uma organização católica que promove ajuda às comunidades necessitadas – se destacou no âmbito do serviço social. A presença e a atuação desse organismo naquela localidade evidencia o comprometimento da Igreja em atender às necessidades sociais, especialmente, em contextos de carência e vulnerabilidade que, naquele momento, centrava-se no campo. Com a instituição da Cáritas na Diocese de Campo Mourão, Pe. Aloysio, oportunamente, fez uso do movimento para fomentar ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a fim de receber a aprovação do governo, chegando até a enviar três membros do Movimento Mariano da Paróquia de Engenheiro Beltrão e um de Ivaíândia para participarem do curso de formação para líderes do sindicato (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962).

Sendo assim, o engajamento do padre transcendeu as meras atividades de edificação, de modo que não só colocava “as mãos à obra” apenas em construções, mas também se envolvia nas ações sociais desenvolvidas por sua paróquia. Como deixou registrado no LTPNSG/Engenheiro Beltrão, em maio de 1963, a Cáritas da diocese, iniciou a distribuição de recursos alimentares. Em Engenheiro Beltrão, por exemplo, havia 250 famílias cadastradas para receber os benefícios caritativos, pelo que Pe. Aloysio se encarrega de distribuir, semanalmente, às sextas-feiras, esses donativos.

Além disso, o clérigo tinha uma relação ambígua com figuras públicas da época, ora se distanciando delas, ora mantendo certa distância. Para ilustrar, evocamos o fato ocorrido durante a formação de Campo Mourão, quando autoridades demarcaram o território do novo município. A escolha do local gerou insatisfação em algumas famílias, que não hesitaram em procurar o padre para que intercedesse na decisão. Sua intervenção ocasionou um descontentamento por parte de agentes políticos, o que, mais tarde, lhe causaria sérios problemas. Sendo alemão, ele passou a enfrentar desconfianças em meio à eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e chegou a ser acusado de espionagem nazista, tendo de prestar esclarecimentos em Curitiba (PERBECHE, s.d.)

Outro fato que ilustra essa ambiguidade de Pe. Aloysio: enquanto liderava a paróquia de Peabiru, demonstrava que tinha atribuições além das presbiterais, já que exercia, sem segredos, algumas funções político-administrativas na cidade. É que o padre alemão tinha, literalmente, carta branca para agir e falar em nome da prefeitura local, conforme achasse conveniente. Isso fica demonstrado no já referido ofício do prefeito ao padre:

Também estou anexando duas folhas em branco, por mim devidamente assinadas e carimbadas, para que V. Excia. possa usá-las, se necessário for, na confecção de qualquer outro documento, pedido, requerimento, valor aproximado dessas obras,

etc., enfim, para que V. Excia. possa agir nesse sentido, de acordo com o vosso critério (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961, p. 1).

Assim, a atuação social do Pe. Aloysio demonstra, na nossa leitura, a relevância da Igreja diocesana não apenas na dimensão da espiritualidade, mas também no apoio social. Como postula Durkheim (1996, p. 462), “pode-se dizer, em resumo, que quase todas as grandes instituições sociais nasceram da religião”. A Igreja desempenhou um papel na formação e sustentação das estruturas sociais na região de Campo Mourão, mesmo sendo em defesa de seus valores e interesses.

Considerações finais

Na região de Campo Mourão, Pe. Aloysio foi uma figura importante, além das edificações de templos religiosos, desempenhou um papel relevante na esfera social e educacional. No âmbito educacional, procurava devolver os projetos educacionais como o fundador da CVD, Pe. Arnaldo Janssen, lhes pedia. Além de construir templos, Pe. Aloysio buscava formar escolas. Dentro de um contexto em que a Igreja desempenhava um papel importante ao longo de sua história no campo educacional. Durante o período colonial, a Igreja teve um papel pioneiro na promoção da educação, principalmente, por meio de congregações religiosas como a dos jesuítas.

Além disso, Pe. Aloysio foi um dos principais idealizadores do Colégio Santa Cruz em Campo Mourão, e em Peabiru, o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Para formação dessas instituições religiosas, o padre contava tanto com a ajuda de seu país de origem, a Alemanha, de fiéis, e também com a ajuda do poder estatal, demonstrando mais uma vez as relações de poder entre Igreja e Estado. Nas escolas, foi incorporado o Ensino Religioso nos cursos primários, secundários, normais e profissionais, mostrando a interação entre esferas religiosas e educacionais, onde a Igreja tinha a pretensão da expansão do catolicismo.

Apesar de sua hermética relação em diferentes círculos sociais, Pe. Aloysio incluía em seus projetos ações sociais, refletindo a tradição de a Igreja Católica desempenhar um papel social e político relevante ao longo dos séculos. Uma ilustração disso pode ser observada no período da Era Vargas, quando o governo, estrategicamente, se aproximou da Igreja para obter aceitação entre a população, enfrentando resistência de diversos setores, incluindo movimentos sociais e operários. Nesse contexto, a Igreja Católica expandiu suas atividades para além do aspecto religioso, se engajando em programas assistencialistas e educacionais, em estreita colaboração com o Estado. Essa união resultou em benefícios mútuos e refletiu uma estratégia de relações de poder entre Igreja e Estado.

Fontes

- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, s.d.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1954.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1955.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1959.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1960.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1961.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1962.
- CHIQUEM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium Edições, 2005.
- COLÉGIO VICENTINO SANTA CRUZ. **Histórico do Colégio Vicentino Santa Cruz**, Campo Mourão, s.d.
- LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOSÉ (LTPSJ), Campo Mourão, 1943.
- LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA (LTPSJB), Peabiru, 1953.
- LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (LTPNSG), Engenheiro Beltrão, 1962.
- MC GOVERN, Joseph Patrick. **Fertilidade de Canaã: a história da Congregação do Verbo Divino no Brasil**. Juiz de Fora: Esdeva, 1974.
- PERBECHE, Henrique. **Um pioneiro do sertão: esboço biográfico Pe. Aloísio Jacobi S.V.D.** (s.d.)
- VALLE, Edenio. Cem anos caminhando com o Verbo Divino no Brasil: desafios missionários hoje. **História da Congregação do Verbo Divino no Brasil**, p. 33-61, 1995.
- WISNEWSKI, Maria José. Cem anos caminhando com o Verbo Divino no Brasil: desafios missionários hoje. **História da Congregação do Verbo Divino no Brasil**, p. 9-32, 1995.

Referências Bibliográficas

- AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, v. 13, n. 29-31, p. 7, 1981.
- AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 5, n. 12, p. 47-78, 1978.
- AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977.
- BARBOSA, Michele Tupich. Darcy Vargas: a trajetória feminina na formulação da Legião Brasileira de Assistência - LBA. In: Cláudia Priori e Márcio José Pereira. (Org.). **Os estudos de gênero e seus percursos: intersecções possíveis com a história pública**. 1ª edição. São Paulo: Brazil Publishing, 2020, p. 129-156.

- BEOZZO, José Oscar. Igreja no Brasil: o planejamento pastoral em questão. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 42, n. 167, p. 465-505, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª edição. São Paulo: Presença, 2007.
- BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Textos & Contextos**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2003.
- CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena; ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **HORIZONTE: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 57, p. 975-975, 2020.
- COSTA, Viviane. O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. **Paidéia**, v. 16, p. 9-17, 2006.
- DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro (1889-1960). **Revista Pleiade**, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FERREIRA, Mendell Barreto. **O papel da Igreja frente à escravidão indígena e africana nos séculos XVII e XVIII: um olhar sob a perspectiva dos padres Antônio Vieira e João Antônio Andreoni (Antonil)**. 2011. 37 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- LUNEAU, René; MICHEL, Patrick. **Nem todos os caminhos levam a Roma**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MENEZES, Carlos Alberto. **Ação Social Católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade: identidade humana**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.
- ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Civitas**, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.
- PRIMOLAN, Emilio Donizete. Catolicismo e Política: a participação da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933. **I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades**, p. 1-15, 2007.
- PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.
- ROCHA, Arlêto; SILVA, Washington Luiz Henrique. **Peabiru - PR 70 anos: do caminho a cidade**. Curitiba: Hellograf Artes Gráficas, 2022.
- SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 10, n. 1, p. 61-94, 1992.
- SILVA, Aldemir Barbosa; CARMINATI, Celso João. Recatolizar a Nação: Intelectuais Católicos na Comissão Nacional do Livro Didático (1938-1969). **Educação e Filosofia**, v. 33, n. 68, p. 885-924, 2019.

SILVA, Osvaldo Heller. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Osvaldo Heller da Silva, 2006.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

VEIGA, Pedro. **Campo Mourão:** centro do progresso. Maringá: Bertoni, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 217-228, 2005.

Miauvalismos: entre papas, peste e gatástrofe. Os gatos na Idade Média e as mídias contemporâneas

Meowvalisms: between Popes, plague and cat-astrophe. Cats in the Middle Ages and contemporary media.

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Doutorando em História

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

anchietaguerra@gmail.com

Recebido: 05/11/2024

Aprovado: 06/01/2025

Resumo: Durante a média Idade das Trevas, o Papa Gregório IX declarou hereges os gatos através da bula *Vox in Rama*, isto, somado ao já natural preconceito do homem medieval, resultou na perseguição e dizimação de milhões de felinos pela Inquisição. Mas o carma estava por vir e assim que os últimos gatos foram mortos na Europa, a população de ratos aumentou, causando a Peste Negra. Tudo o que está escrito acima é falso. Uma coleção de teorias da conspiração, rumores de internet e *bad history* que, quando confrontada com uma análise historiográfica cuidadosa, não se sustenta. Porém, por mais ridículo que isso possa parecer, essa é uma das histórias mais famosas e difundidas sobre o medievo, presente em blogs, revistas, vídeos no Youtube, etc. Neste artigo pretendemos primeiramente esmiuçar algumas das versões dessa história que são populares no Brasil, tentando distinguir fato de delírio, e também verificar suas afirmações por meio de fontes medievais primárias e secundárias. E segundo, tentar entender os elementos que permitem o estabelecimento e a propagação dessa narrativa.

Palavras-chave: História Medieval; História Pública; Medievalismos

Resumen/Abstract: During the Dark Ages, Pope Gregor IX branded all cats as heretics through the bull *Vox in Rama*, this, added to the already natural prejudice of medieval man, became the persecution and decimation of millions of cats by the Inquisition. However, karma was on its way and as soon as the last cats were killed in Europe, the rat population increased, causing the Black Death. Everything written above is false. A collection of conspiracy theories, internet rumors and *bad history*, which when confronted with careful historiographical analysis does not hold up. However, as ridiculous as this may seem, this is one of the most famous and widespread stories about the medieval period, present in blogs, magazines, videos on YouTube, etc. In this article, we first intend to break down some of the versions of this story that are popular in Brazil, trying to distinguish fact from delusion, and verify their statements through primary and secondary medieval sources. And second, try to understand the elements that allow the establishment and propagation of this narrative.

Palabras clave/Keywords: Medieval History; Public History; Medievalisms

Da adoração divina à adoração da mídia: uma breve história dos gatos

Os gatos exercem um enorme fascínio sobre a humanidade, seu predomínio na cultura pop dos dias atuais é um enorme atestado disso (O'Meara, 2014; Myrick, 2015). Afinal, quem nunca recebeu, produziu ou enviou memes, figurinhas, emojis ou vídeos de gatinhos nas redes sociais? Do Nyan Cat⁷⁰ aos memes da mulher gritando com o gato, pelo menos no campo virtual, os felinos parecem ter finalmente superado os cães como melhores - ou pelo menos os mais populares⁷¹ - amigos do homem⁷².

Mas, essa relação entre humanos e gatos está longe de ser uma novidade. As primeiras interações e domesticações, de que temos evidências, entre felinos e humanos, datam de quase 10 mil anos atrás (Breedlove, 2020; Serpell, 2000). Assim, é comum apontar como, no auge do Egito faraônico, os felinos eram considerados animais muito importantes, com status quase divino (Engels, 2018). A arte Egípcia e a existência de múmias de gatos⁷³, são frequentemente apontadas como evidências disso (Hawass, 2006; Ikram, 2005), bem como a narrativa de Heródoto sobre a Batalha de Pelúsio (525 a.C.), onde soldados persas teriam soltado hordas de gatos contra o exército egípcio que bateu em retirada por medo de ferir os animais (Heródoto, 1977; Dupuy, 1977; Soffer, 2020).

Além disso, desde a antiguidade, comerciantes e marinheiros estavam cientes da importância de terem felinos a bordo de seus navios, como forma de proteger suas mercadorias e estoques de alimentos (Gross, 2020; Ottoni, 2017; O'Connor, 1992). No entanto, essas interações vão além da praticidade ou religiosidade. Nas antigas Grécia e Roma representações artísticas, entre outras fontes, apontam que doninhas frequentemente assumiam o papel de caçador de ratos, mas também mostram que os felinos podiam ser tão importantes para gregos e romanos quanto para muitas pessoas modernas, estando presente em Esopo, Aristóteles e em pinturas de vasos e inscrições (Figura 1). Temos aí, potencialmente, o surgimento da figura do gato como animal de estimação (Blaisdell, 1993; Serpell, 2000; Lonsdale, 1979).

⁷⁰ Nyan Cat é um vídeo do YouTube de 2011, que se tornou um meme. Ao som de uma música pop japonesa o vídeo mostra um gato de desenho animado com um Pop-Tart (doce) no lugar de seu torso voando pelo espaço e deixando uma trilha de arco-íris para trás. O vídeo ficou em quinto lugar na lista dos vídeos mais vistos do YouTube em 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QH2-TGUlWu4> (Meme, 2018).

⁷¹ Para mais informações sobre demografias de populações de gatos domésticos e as possíveis correlações entre vídeos de gatinho e aumento da adoção de felinos, conferir: (Murray, 2010; Workman, 2015)

⁷² Referência à expressão popular “o cachorro é o melhor amigo do homem”

⁷³ Para uma discussão mais profunda sobre os aspectos arqueológicos da mumificação de gatos e outros animais, conferir: (Gaugne, 2018, p. 1-8; Malgora, 2012; Richardin, 2017).

Figura 2 - Base de um Kouros funerário em Atenas. Uma cena de tensão entre cão e gato de estimação. 510-500 aC.



Fonte: Galeria de Esculturas de Pedra de Atenas, Museu Arqueológico da Grécia, Atenas, Grécia

Os vitorianos, do século XIX, e, principalmente, os ingleses, possuíam uma notória fascinação por seus felinos, que eram admirados por sua beleza, higiene e também por suas ditas “origens divinas” – em grande parte estabelecidas com as expedições napoleônicas ao Egito (1798-1801) e a resultante publicação do livro *Le Description de L’Egypte* (1825). Concursos de beleza (vide figura 2 abaixo), pinturas e até mesmo fotos de gatos vestindo fantasias marcaram uma era de ouro desses “pets” (Kete, 1994; Kean, 2018; Gordon 2017). Mas esse auge só foi possível graças ao surgimento e difusão das noções de direitos dos animais e preservação do meio ambiente, defendidas por célebres nomes da época, como o autor Victor Hugo, que passaram a criticar práticas de vivissecção e tradições sádicas de torturar animais: ‘*Nouveaux venus, laissez la nature tranquille!*’ ‘Recém-chegados, deixem a natureza em paz!’ (Hugo, 1857) (Quandt, 2017; Pocard 1999; Linzey, 2011).

Figura 3 - Concurso de gatos no Palácio de Cristal

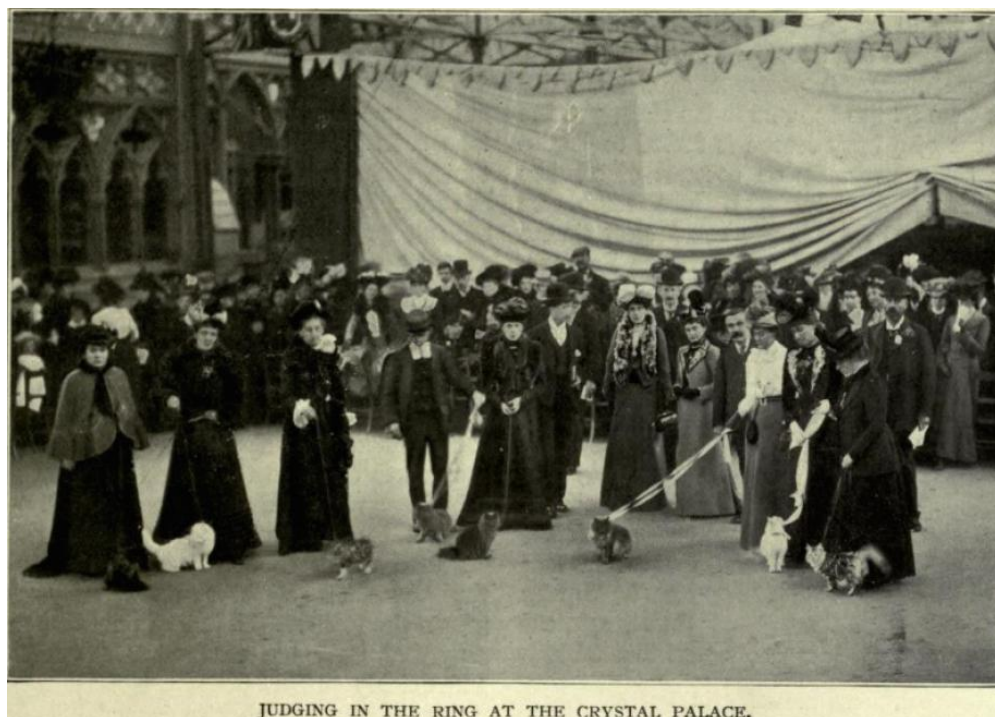


Foto: Russell & Sons, Palácio de Cristal, Inglaterra, c.1880. (Simpson, 1903, p. 83).

Apesar de sua boa fama entre o alto escalão da sociedade vitoriana, os felinos já eram, também, tidos como traiçoeiros e vistos com desconfiança por alguns, e frequentemente associados com o ocultismo e com a magia. Além disso, existe uma abundância de registro de práticas sádicas contra os bichanos durante os séculos XVIII e XIX, como atirá-los do alto de torres, ou o infame festival *brûler les chats* – sobre o qual falaremos mais adiante (Allred, 2004; Jean, 1758; Kaibara, 2022). Mas, seriam essas práticas o reflexo de uma desconfiança generalizada? Uma espécie de perseguição aos bichanos? Se sim, quais seriam suas origens?

Gatos, bruxas e Idade Média

Na narrativa amplamente difundida por memes, vídeos do YouTube⁷⁴ e até mesmo revistas de grande circulação: é tudo culpa da Idade Média. Os “nobres” vitorianos teriam apenas restaurado a

⁷⁴ Cabe notar que este texto não é uma crítica pessoal a essas pessoas e nem um ataque a essa modalidade de divulgação do conhecimento. Pelo contrário, reconhecemos a relevância desse tipo de conteúdo e pretendemos aqui, de maneira construtiva, apresentar uma crítica ao conteúdo em questão.

boa imagem dos gatos, arruinada pela “Idade das Trevas” que os associara à bruxaria, dando início a uma perseguição e extermínio de felinos que quase os erradicou da Europa no século XIV, contribuindo para a epidemia da “Peste Negra”. Dito isso, até onde essa história se sustenta?

A própria ideia de uma “Idade das Trevas” é amplamente criticada pelos historiadores, e sabemos que muitos dos “atrasos” atribuídos ao período foram, na verdade, inventados a posteriori por “modernos” que buscavam exaltar seus feitos e invenções (Bishop, 2014; Classen, 2007; Keyser, 2010; Mannix, 1965, pp. 30, 74-75). A chamada Idade Média corresponde a um período extremamente longo, entre 476 e 1492⁷⁵, ou seja, praticamente mil anos de história. Portanto chega a ser absurdo esperar que as coisas ocorram de forma homogênea em todo esse tempo (isso sem levar em conta a vasta extensão geográfica e práticas diversas, que pode muito bem incluir todos os continentes Europeu, Africano e Asiático). Dessa forma, seria mais adequado falar em várias “Idades Médias”. Portanto, classificar algo como essencialmente “medieval” é complexo.

Sendo assim, é possível que indivíduos ou grupos tenham odiado gatos, ou desenvolvido comportamentos sádicos em relação a eles, em algum lugar e momento desse vasto período. Da mesma forma que pode ser considerado “normal”, embora condenável, que isso ainda ocorra nos dias de hoje. A violência contra animais é uma realidade comum. Espancar bichos que não obedeciam comandos e torturá-los por diversão (Ostos, 2017) eram práticas frequentes no Brasil do século passado, mas nem por isso dizemos que o Brasil atual odeia cães ou aves como um todo.

⁷⁵ As referências temporais foram escolhidas aqui de maneira arbitrária, utilizando os marcos das ditas Queda de Roma e a Descoberta da América, de maneira similar aos empregados no ensino Básico. Estamos cientes das profundas discussões sobre essa periodização, bem como sobre os conceitos de Antiguidade Tardia e Primeira Modernidade. Todavia, para os propósitos deste artigo, vamos lidar com a concepção mais difundida do tempo da Idade Média dentro do “senso comum” e não das discussões acadêmicas de ponta.

Figura 4 - "A queima dos gatos", tradição medieval?



Queima de gato

Queima de gato (*brûler les chats*) é exatamente o que parece.

Esse entretenimento francês medieval envolvia gatos suspensos sobre piras de madeira, colocados em gaiolas de vime ou amarrados em mastros de madeira e depois incendiados. Em alguns lugares, *courimands*, ou caçadores de gatos, encharcavam um gato em líquido inflamável, colocavam fogo nele e depois o perseguiam pela cidade.

As brasas e pedaços de gato carbonizados dessas chamas seriam coletados e levados para casa para dar sorte!

Fonte: Captura de tela do site <https://www.interestly.com/great-cat-massacre-middle-ages/>. Acessado em 22 mai. 2023. Tradução automática do Google

Uma das mais célebres imagens reproduzidas na internet para se falar da “perseguição” dos gatos na Idade Média é a da “queima dos gatos”, vista acima (Figura 3). Descrita em muitos sites e blogs como um exemplo da tradição chamada de *brûler les chats* (Jean, 1758), uma espécie de entretenimento popular sádico medieval. Dito isso, é interessante notar que todos os registros que encontramos dessa prática datam de depois do ano 1600, portanto, estão longe de serem medievais. Isso se aplica, também, ao mais célebre caso de “perseguição” a gatos, narrado pelo historiador Robert Darnton (1986) em seu livro *O Grande Massacre de Gatos*, que trata de um episódio do século XVIII. Nele, apesar de abordar o descontentamento entre operários e burgueses em um episódio específico, Darnton extrapola e afirma que gatos eram um tema recorrente de rituais e de simbolismo popular na França, e que a torturar e matar felinos era parte recorrente de passeatas burlescas (*charivaris*), entre outras festas populares, de acordo com ele, a caça aos gatos nessas situações festivas assemelhava-se a uma caça às bruxas, incluindo a queima ritual em fogueira (Sarandy, 2010).

A tortura de animais, especialmente os gatos, era um divertimento popular em toda a Europa, no início dos Tempos Modernos. [...] Os franceses, no início dos Tempos Modernos, provavelmente usaram mais os gatos, em nível simbólico, do que qualquer outro animal, e usavam-no de maneiras diferentes (Darnton, 1986, p. 121-125).

Vale aqui lembrar que a obra em questão também foi, e é, alvo de duras críticas a respeito de sua deficiência de fontes históricas, bem como certas opções metodológicas (Cerutti, 1998; Levi, 1999, Benedict, 1985; Da Silva Santos, 2022).

Mas voltemos ao *brûler les chats*, descrito na figura (Figura 4) acima como:

Esse entretenimento francês medieval envolvia gatos suspensos sobre piras de madeira, colocados em gaiolas de vime ou pendurados em mastros e depois incendiados. Em alguns lugares, *courimands*, ou caçadores de gatos, encharcavam um gato em um líquido inflamável, acendiam-no e depois o perseguiam pela cidade. As brasas e pedaços carbonizados de gato dessas chamas seriam recolhidos e levados para casa para dar sorte!

Para além da ausência de fontes que atestem a existência de tal festival dentro de um recorte temporal entendido como “medieval”, é importante apontar que, seja por inocência ou ignorância, a imagem utilizada no site (e em muitos outros blogs e vídeos sobre o tema) é, em si, recortada de forma distorcida, fato que fica evidente quando vista na íntegra (vide Figura 5). Trata-se de uma ilustração em uma página de um manuscrito intitulado: *Ein wahres Probiertes und Pracktisches geschriebenes Feuerbuch* (Um tratado sobre usos de fogo realmente testado e prático) e produzido em 1603, que mostra as supostas aplicações militares de fogo e explosivos durante uma guerra de cerco. Além de diversas instruções sobre como criar projéteis e explosivos, o tratado sugere outros usos “criativos”, incluindo um “pássaro bomba”. Ou seja, a imagem acima representa um gato bomba do século XVII (Fraas, 2013), não muito diferente, em teoria, dos cães antitanque da Segunda Guerra Mundial (Zaloga, 1989, p.43; Мазовеп, 1975, Pp. 28, 29, 34; Medvedev, [s.d.]). Não se trata, assim, de uma representação do *brûler les chats*, nem mesmo da Idade Média, sendo uma fonte de 1603.

Figura 5 - Ein wahres Probiertes und Pracktisches geschriebenes Feuerbuch, 1607.



Fonte: Folger Shakespeare Library. fol. 129r. V.b.311

Mas, e as bruxas? Elas estavam sempre acompanhadas de um gato preto e com certeza foram perseguidas e torturadas pela inquisição medieval junto com seus felinos. Além disso a Igreja Católica perseguiu os bichanos desde o início do período medieval, por serem associados a um suposto paganismo. Essa é a narrativa que se encontra disseminada em várias produções midiáticas, desde séries de TV até videogames, mas também é o que nos afirma uma edição de 2018 da Revista Superinteressante, então a maior revista de divulgação científica do Brasil:

A semente para o ódio contra os felinos (...) começou quando o cristianismo teve a ambição de se tornar a única religião da Europa. O Império Romano tinha como política a tolerância religiosa. Mas no século 4, quando o cristianismo se tornou a religião oficial do Império, tudo mudou. **A Igreja Católica Apostólica Romana proibiu cultos pagãos e deu início a séculos de obscurantismo e perseguição, inclusive aos felinos. Em alguns lugares, principalmente nas áreas rurais, mais influenciadas pela pregação cristã, o gato passou a ser associado à má sorte e à bruxaria.** A imagem da deusa céltica Cerridwen, que usava capas, fazia poções em caldeirões e se metamorfoseava em felinos, se tornava um arquétipo do mal. (Superinteressante, edição 369, grifo nosso)

Qualquer historiador minimamente familiarizado com a produção sobre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média já conseguiria, de relance, listar uma infinidade de problemas com a citação acima. A própria linha cronológica proposta pela revista parece ser minimamente incongruente, sem contar a insistência em associar a Idade Média a uma Idade das Trevas de obscurantismo e perseguições. Nele podemos observar, novamente, a ideia de um período medieval monolítico e Católico, dominado pela irracionalidade e por uma Igreja absoluta. Para além dos pormenores, como, por exemplo, o uso discutível do termo culto, a reportagem reafirma não só um estereótipo terrível de uma Idade das Trevas, como também, de maneira ambivalente, constrói uma narrativa mística de resistência e permanência. Narrativa essa que tem sido muito profícua por meio de obras como *O Calibã e a Bruxa* (2023)⁷⁶, que defendem uma associação entre a figura da bruxa e uma luta de resistência, e que, embora se apresentem com roupagens medievais, acaba sendo um reflexo muito mais direto dos tempos contemporâneos.

Para começar, a associação direta de bruxas com a inquisição é por si só problemática, e um lugar-comum do tradicional discurso de uma Idade das Trevas. A própria Inquisição, embora de origens realmente medievais (Fontoura, 2017), viveu seu auge na Idade Moderna (Schultz, 2014), e as grandes condenações e execuções do período chamado de “caça às bruxas” (*witch hunt/witch craze*) ocorreram nos séculos XVII e XVIII – inclusive, em grande número, em regiões protestantes, como no caso de Salém, nos EUA em 1692 (Kors, Peters, 2001; Roper, 2004).

Além disso, a associação de feitiçaria com animais vem de longa data - em Homero, a feiticeira Circe transforma seus convidados em porcos -, assim não é surpresa alguma que vários manuais e tratados inquisitoriais relacionem os acusados (principalmente as mulheres) com atribuições animais, ou com a prática de possuírem os chamados “familiares” (Hutton, 2017; Sax, 2009).

⁷⁶ Vale mencionar aqui, que essa obra, embora um verdadeiro *best seller* é alvo de diversas críticas por outros pesquisadores do tema como Purkiss (2003, 2013) e Kallestrup (2013), por sua suposta falta de embasamento histórico.

Apesar disso, o gato é apenas um dos animais utilizados, juntamente com as serpentes, os cachorros, os bodes e até mesmo os camelos (como descrito no romance *O Diabo Enamorado* de 1772). Mauss (2003, p.72) aponta essa abundância de espécies:

a antiga *strix*, é uma feiticeira e uma ave. Depara-se com a feiticeira fora de casa sob a forma de gato preto, de loba, de lebre, com o feiticeiro sob a forma de bode etc. quando o feiticeiro ou a feiticeira deslocam-se para causar dano, eles o fazem sob sua forma animal, e é nesse estado que se pretende surpreendê-los. [...] As feiticeiras europeias, em suas metamorfoses, não assumem indiferentemente todas as formas animais. Elas se transformam regularmente, uma em jumento, outra em rã, outra ainda em gato etc.

Um dos mais exemplares e antigos casos de gatos em julgamentos por bruxaria data de 1566, com a execução de Agnes Waterhouse, a primeira mulher condenada por bruxaria na Inglaterra, e, obviamente, não possui relação alguma com a Inquisição. Durante seu julgamento, Agnes confessou a prática de feitiçaria e possuir um gato chamado Satã, com o qual ela se comunicava, e que teria pertencido anteriormente a outra acusada: Elizabeth Francis. Esse caso inspirou diversos panfletos, e outras obras, focados na figura do “familiar” (Sharpe, 2021; Parish, 2019): o gato, e com isso é provavelmente um dos responsáveis pela forte associação entre gatos e bruxas que foi formada a partir no século XVII (Torrey, 2022). Elemento esse que foi explorado a fundo e se tornou verdadeiramente “pop” com a ascensão de formas de literatura barata do século XIX⁷⁷, que possuíam um interesse particular por histórias de crime e ocultismo (Dunae, 1979). Assim, os vitorianos talvez tenham lutado para “reabilitar” a figura do gato de um estereótipo que os próprios modernos foram responsáveis por difundir.

Papas, peste e gatástrofe

E a tal história do papa e da Peste? Essa parece ser uma narrativa bem popular no mundo dos memes e da internet. Igualmente, nas mídias mais “tradicionais”, retornando ao texto da Revista Superinteressante, o “auge” do obscurantismo medieval em relação aos felinos teria ocorrido no período que antecede a pandemia da chamada Peste Negra⁷⁸.

⁷⁷ Inclusos aqui estão os célebres *Penny Dreadfuls*, mas também outras formas de literatura popular do período. Ver: Vaninskaya (2011).

⁷⁸ “Peste Negra” é nome tipicamente empregado para se referir à manifestação do século XIV de uma doença causada pela bactéria *Yersinia pestis*, geralmente transmitida pela pulga do rato, *Xenopsylla cheopis*. Quando a doença sai do seu ambiente natural, é geralmente, embora não exclusivamente, espalhada pela ação conjunta das pulgas e do rato preto, *Rattus rattus* (Borsch, 2005). Todavia, o termo “Peste Negra” foi cunhado apenas em 1832, pelo historiador da medicina Justus Friedrich Carl Hecker, que definiu o tom emocional “gótico” dessa epidemiologia histórica. Essa abordagem destaca a Peste Negra

(...) a coisa ficaria feia para o lado deles [os gatos] a partir de 1233. **No dia 13 de junho, o Papa Gregório 9º publicou a bula *Vox in Rama*, que associava o gato a Satã. Milhões de animais foram torturados e queimados na fogueira, junto com centenas de milhares de mulheres acusadas de serem bruxas.** A radicalização pretendia eliminar de vez os cultos pagãos que ainda existiam. E também foi uma **reação a um culto relativamente novo que a Igreja não bicava: o Islã, que amava os gatos.** Maomé teve até uma gata malhada de estimação chamada Muezza, talvez uma angorá ou abissínia. (Superinteressante, edição 369, grifo nosso)

Desconsideremos os pequenos detalhes como os usos inadequados dos termos culto e pagão, e foquemos na narrativa principal. Ainda assim, essa história é repleta de problemas. O primeiro deles, e talvez o mais importante, é a ausência de evidências arqueológicas que sustentem a existência desse massacre, bem como a falta de registros históricos contemporâneos de tal episódio. Um extermínio na casa dos milhões, capaz de impactar significativamente o ecossistema de todo um continente, por certo deixaria vestígios materiais. Afinal, a arqueologia e paleontologia são capazes de analisar e registrar grandes flutuações em populações animais como, por exemplo, as causadas pela caça predatória, desde o neolítico até o século XIX (Dewar, 2006; Albarella, 1997; Martin, 2022; Biginagwa, 2012).

Nenhum número de maciço de esqueletos felinos encontrados, nenhuma crônica do período relatando o ocorrido, nem mesmo ilustrações ou pinturas. Aliás, a pouca discussão arqueológica que temos sobre sepultamentos em massa de gatos na Idade Média apontam, justamente, o quão atípico eles são, como Rosemary Luff e Marta Gacia (1995) reforçam no caso da descoberta, em Cambridge, de 79 esqueletos datados do século XIII. Ou seja, se esse genocídio medieval de gatos de fato ocorreu ele seria, essencialmente, um “crime perfeito”, sem provas.

Se hoje, em tempos de viagens espaciais, bombas atômicas e mensagens virtuais instantâneas, nós somos incapazes de erradicar simples pestes urbanas como pombos, ratos ou mosquitos, ou mesmo de convencer uma significativa parcela da sociedade a usar máscaras em uma pandemia, nos parece improvável que os medievais não só foram capazes de quase erradicar os gatos em toda a

como um fenômeno histórico distinto, separado de outros surtos de peste, e é abertamente eurocêntrico e orientalista no seu teor (Varlik, 2021). Wim Blockmans e Peter Hoppenbrouwers (2002) também apontam este eurocentrismo e questionam as dimensões e impactos atribuídos à peste, bem como apresentam a hipótese de Samuel Cohn (2002) de que a peste não seria causada pela bactéria *Yersinia*. Tentar provar que esse patógeno foi a causa da pandemia tem sido uma busca desde o século XIX, vide: Prentice, Gilbert, Cooper (2004); Duncan, Scott (2005); Spyrou, et al. (2016); Bos, et al. (2011).

Como aponta J. L. Bolton (2013), nas últimas décadas centenas de artigos sobre a peste foram publicados em revistas científicas. O problema é como integrar estas novas descobertas científicas com o conhecimento histórico adquirido sobre as causas e consequências da peste que chegou à Europa em 1347. Os argumentos são tão sólidos quanto as evidências em que se baseiam e, por mais difícil que seja, avaliar a evidência microbiológica tem de ser, neste caso, uma das competências do historiador. Infelizmente, “a maioria dos cientistas não são bons historiadores e a maioria dos historiadores são cientistas ainda piores”.

Europa (em um intervalo de menos de 100 anos), como também de apagar todos as provas desse crime. Se os vestígios de uma perseguição sistêmica aos felinos são escassos, o mesmo não pode ser dito da evidência contrária. Existem, por todo o medievo, indicações não só da domesticação frequente dos bichanos como de sua importância social. De ilustrações de freiras brincando com gatos, poemas dedicados a um animal de estimação, até leis exigindo sua presença em barcos, como veremos adiante.

Mas a Revista Superinteressante não está sozinha ao propor essa narrativa. Pelo contrário, essa versão pode ser facilmente encontrada em sites, blogs e memes. Dentre suas muitas fontes, cabe destacar os dois vídeos de vasto alcance no YouTube que citamos anteriormente (nota 4): um do canal MBM, narrado por Miguel Falabella, de 4 de mai. 2020, e o outro “A história dos Gatos” de Débora Aladim em 22 de mar. 2017 – esse segundo atualmente consta com 207.975 visualizações. Ambos os vídeos narram, grosso-modo, a mesma história e, assim como a Superinteressante, citam como fonte a “bula” *Vox in Rama*.

O documento *Vox in Rama* de fato existe e teria sido publicado entre 1232-1234, porém, isso é tudo que há de “averiguável” nessa história. Infelizmente não há nenhum exemplar medieval sobrevivente desse documento, tudo que temos são cópias dos séculos seguintes, embora nenhum dos historiadores e pesquisadores que tratam desse documento questionem sua autenticidade (Hergemöller, 2007; Tremp, 2008). Entretanto, o documento que, de acordo com a Superinteressante, deveria conter uma expressa ordem papal para o extermínio dos gatos ou algo semelhante, não possui nada do tipo.

O documento contém cerca de 3 páginas, em sua versão transcrita, escritas em latim, e descreve um grupo de hereges chamados “luciferianos” e suas cerimônias, que incluem muitos dos clichês frequentemente encontrados nos discursos medievais sobre práticas heréticas (Zerner, 2011). Entre elas estão banquetes em homenagem ao demônio, visões de um sapo gigante, iniciados beijando um homem pálido e uma estátua de um gato preto ganhando vida e falando. E nada mais. Em 3 páginas, e cerca de 1200 palavras, o termo “gato” aparece apenas 3 vezes, todas as três na mesma frase. Em momento algum a bula relaciona gatos, de forma geral, ou mesmo gatos pretos, com o demônio, e muito menos ordena que sejam exterminados. Não há indícios de que este documento, emitido localmente na área de Mainz, fosse sequer conhecido em outros lugares (Hergemöller, 2007), e, como vimos, definitivamente não há evidência alguma que tal massacre tenha acontecido.

Por fim, segundo a lógica proposta nessa versão, se a Peste fosse um resultado direto do suposto massacre de gatos, seria de se esperar que ela se limitasse, ou, pelo menos, fosse mais intensa,

nos lugares onde tal massacre teria ocorrido. Sendo fruto das palavras de um Papa, é de se esperar que ele tenha acontecido dentro das regiões de fé Católica majoritária. Assim, conforme essas premissas, todo o mundo para além da Europa estaria mais protegido da peste por não terem massacrado suas populações de felinos. Certo?

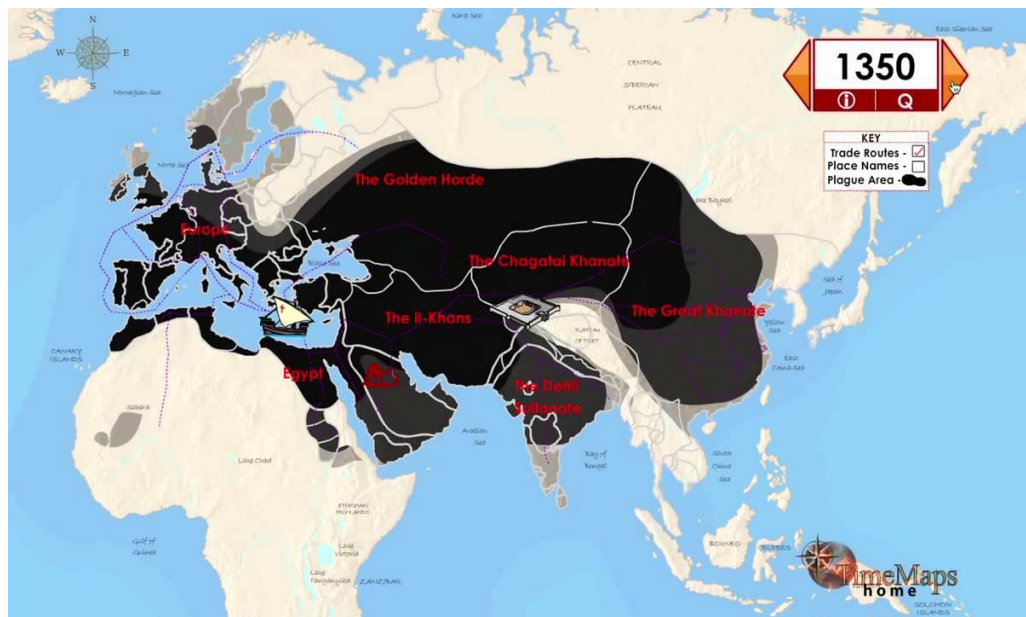
Agora vamos aos dados. A Grande Peste – que é o termo mais utilizado na época em vez de “Peste Negra” (Byrne, 2004) – foi uma pandemia de peste bubônica que ocorreu entre 1346 e 1353, e que resultou na morte de algo entre 70 e 200 milhões de pessoas ao redor do mundo. (Green, Symes, 2015). Já temos aqui nosso primeiro problema, a terminologia: “pandemia”. A definição de pandemia é uma epidemia com ampla extensão geográfica, imunidade populacional mínima, novidade e gravidade como os fatores mais importantes (Morens, Folkers, Fauci, 2009).

Temos aqui um impasse. Os lugares além da influência papal, como os territórios do Islã (que supostamente amava gatos, de acordo com a Superinteressante) ou a China (onde eles são até hoje símbolo de boa sorte, também de acordo com a Revista) estão dentre as regiões mais afetadas pela doença. De acordo com Little (2011, p. 271):

A Peste Negra [é] um termo que muitos historiadores restringem à mortalidade em massa em toda a Europa entre 1347 e 1353, mas é melhor entendida como uma pandemia que começou na Ásia Central na década de 1330, posteriormente se espalhou pela Europa e Oriente Médio a partir do final 1340, e fez retornos frequentes nessas regiões por mais de quatro séculos.

Em outras palavras, a Peste não só teve início fora da Europa, em regiões onde gatos não teriam sido perseguidos, como também marcou constante presença nessas regiões.

Figura 6 - Mapa da pandemia de Peste Negra em seu “auge” de 1350.



Disponível em <https://timemaps.com/>. Acessado em: 24 mai. 2023

Observando o mapa acima, fica claro como toda essa correlação entre Peste, Papa, Igreja e gatos é, além de infundada, insustentável de um ponto de vista prático. É claro que a Idade Média viu seus episódios macabros de torturas e mortes de animais, e é claro que o fanatismo religioso resultou em perseguições e preconceito, mas até que ponto isso é diferente do que vemos hoje (Mazobep, 1975; Caravaca-Llamas, 2022)? Utilizando novamente a terminologia das epidemias, talvez o problema com os gatos sejam questões muito mais “endêmicas” (restrita a locais e episódios isolados) do que “pandêmicas” ao longo da História.

O Gato medieval de acordo com os “medievais”:

Vimos até agora, como diversos dos estereótipos sobre gatos atribuídos ao medievo podem ser traçados a períodos posteriores, como a Idade Moderna ou até mesmo a Contemporaneidade. Mas, o que se sabe, realmente, sobre os felinos na Idade Média? Como eles eram vistos pela sociedade? E pela Igreja? Como dito antes, é difícil falar de uma única Idade Média, mas vamos agora tentar compilar alguns exemplos de felinos durante esse milênio, de diferentes regiões, para tentar termos uma ideia melhor de seu papel.

Mesmo no período moderno, quando a Inquisição viu seu auge na Europa, a Igreja Católica nunca teve uma postura anti-felina ou de preconceito generalizado contra os bichanos. Inclusive algumas figuras do alto escalão do clero ficaram conhecidas por sua predileção por gatos, como é o caso do Cardeal Wolsey (1573-1530) conhecido por estar sempre acompanhado de seu gato. Mas muito antes disso, antes mesmo de uma Igreja fortemente estruturada, gatos e monges já possuíam uma relação próxima.

Figura 7 - Gatos caçando ratos e ratos comendo hóstias, no Bestiário de Salisbury, cerca de 1230.



Fonte: Harley MS 4751, f. 30v.

Não é nenhum salto lógico imaginar que mosteiros, abadias e conventos eram um terreno propício para ratos, que frequentemente atacavam estoques de hóstias e podiam causar prejuízos irreparáveis aos livros e rolos de pergaminho contidos nas bibliotecas e *escriptoriums*. E se existe uma

atribuição constante na história dos felinos, ela seria o fato de que eles são eficientes em matar ratos, coisa que o próprio Isidoro de Sevilha já descreve em sua *Etymologiae*, no século VII (Gross, 2020; O'connor, 1992; Allred, 2005).

Dessa forma gatos eram figuras comuns nesses ambientes por vezes serviam, também, de companhia para os religiosos que ali viviam. Essa relação “profissional” é bem documentada com gatos frequentemente desenhados em manuscritos caçando ratos. Um dos exemplos mais antigos desses registros está no Livro de Kells, uma cópia ilustrada dos Evangelhos feita no século IX, que contém naquela que é, provavelmente, sua página mais importante e detalhada: o *monograma christi* (abreviatura do nome de Cristo), uma cena de ratos roubando hóstias enquanto são observados por dois gatos.

Figura 8- Gatos observam enquanto os ratos comem a hóstia no Livro de Kells, século IX.



Fonte: TCD MS 58, f. 14r

Assim, fica difícil conceber uma Igreja que despreze e persiga os gatos de maneira generalizada, mas, ao mesmo tempo, preenche seus manuscritos religiosos com ilustrações deles, inclusive dentro das iniciais de seu próprio messias. Os registros dessa proximidade entre monges, freiras e gatos não se limitam apenas a sua utilidade “prática”. Um bom exemplo disso é o caso do poema *Pangur Ban* (século IX), dedicado por um monge a seu fiel parceiro o gato branco (*ban*) chamado Pangur. Além disso, outras iluminuras mostram religiosos interagindo diretamente e brincando com os felinos, como no caso da imagem abaixo (Porck, 2013).

Figura 9 - Freira usa um novelo de linha para brincar com gato. Livro de Horas de Maastricht, Holanda, 1320.



Fonte: Stowe MS 17, f. 34r

Mas a Idade Média se estende para muito além do clero, e os gatos também. Seu papel como “caça-ratos” era fundamental em outros ambientes mais seculares, como castelos, fazendas, estabelecimentos comerciais e até mesmo cidades. Como afirma Keith Thomas (1998, p. 131):

Na Idade Média, eles eram criados em casa, para combater ratos e camundongos. É bem ocasional que apareçam como companheiros e objetos de afeição [...]. Muitos chefes de família eximiam-se deliberadamente de alimentá-los, de modo a garantir que tivessem um incentivo para caçar. [...] No entanto, ao começar o período Stuart [século XVII] já eram numerosos os amigos dos gatos.

Essa função podia ser “oficial” e até mandatória, como no caso dos gatos de navio, que já mencionamos, que não só eram comuns no mundo medieval, como também se tornaram parte de mecanismos jurídicos em alguns lugares. Na Inglaterra do século XIII, felinos possuíam um certo status legal em contextos navais, pois de acordo com a lei-de-naufrágios de Eduardo I, no primeiro Estatuto de Westminster, se um homem, **gato** ou cachorro escapasse com vida de um navio, aquele naufrágio não poderia ser reivindicado por quem o encontrasse, ficando assim assegurado a seu

proprietário (Melikan, 1990; Palmer, 1843; Cressy, 2020). Já pela legislação catalã, no *Llibre del Consolat de Mar* (1320-1330), caso o proprietário de um navio não mantivesse um gato a bordo, ele deveria pagar compensações a sua tripulação, além de ser responsável por todos os danos causados caso o navio fosse comprovadamente *gastat per rate* [infestado por ratos]. A única exceção seria caso ele pudesse comprovar que um gato estava presente ao zarpar, mas morreu durante a viagem, devendo ele adquirir um felino substituto no próximo porto (Vallejo, 2018, P. 113; Hughes, 2011).

Consequentemente, não é de se surpreender que essa valorização “funcional” dos gatos também tenha, de maneira similar ao caso dos monges, resultado em uma maior aproximação entre homens e felinos e sua valorização como animal de estimação (Walker-Meikle, 2008; Serpell, 2000). Inclusive, diferentemente dos cães que foram alterados desde a Antiguidade, foi durante a Idade Média que as primeiras raças de gato doméstico começaram a ser formadas (Gross, 2020), o que pode indicar o surgimento de um maior apego pela estética dos bichanos.

Conclusão: entre miauvalismos e *bad history*

Como vimos, diferentemente do que alguns memes, vídeos e revistas afirmam, os gatos eram figuras comuns do cotidiano medieval, e com podiam desenvolver com seus “donos” relações que iam além do mero utilitarismo. A Idade Média não os odiava, e os medievais estavam longe de ser as criaturas atrasadas e ignorantes que muitas vezes são taxados como.

Neste artigo, tentamos cobrir os principais pontos dessa versão histórica amplamente divulgada sobre gatos, tentando confrontar seus principais argumentos com documentação e pesquisa pertinentes ao tema. Como era esperado, essa história alternativa, um verdadeiro “passado paralelo” (Rocha; Guerra, 2021), não resiste a um escrutínio mais rigoroso. Temos aqui um curioso caso de um fenômeno similar ao negacionismo, mas que é diametralmente oposto: ao invés de se negar algo, cria-se uma série de fatos que são reproduzidos à exaustão até adquirirem, em alguma medida, um verniz de verdade. Uma verdadeira *fake news* histórica, algo que se encaixa perfeitamente no conceito de *Bad History*, como proposto por Andrew Elliott (2021). Uma produção de história, essencialmente problemática e fora dos padrões do estabelecimento acadêmico, mas que ainda assim com pretensões “científicas”, tentando fundamentar suas afirmações de maneira anedótica, não muito diferente do que vemos com outras iniciativas revisionistas como por exemplo o *Brasil Paralelo* (Balestro; Pereira, 2020).

Está longe de ser a primeira vez que algum historiador se debruça sobre temas dos usos e desusos do período medieval. Nos resta então a pergunta: por que essa narrativa segue tão popular? E

muitas vezes reproduzida por indivíduos e instituições que supostamente tem um compromisso com a divulgação científica: historiadores, grupos editoriais, etc.² Obviamente a resposta para esses questionamentos não cabe nas páginas deste texto, mas existem elementos que podemos aqui elencar brevemente.

Primeiro, temos a natureza típica dos revisionismos, ou *bad history*, que se esforçam para listar nomes e documentos, como é o caso da bula *Vox in Rama* e o papa Gregório IX, esse verniz historiográfico, embora oco, adiciona um certo peso à narrativa, tornando mais crível. Isso vale para além da audiência, os criadores de conteúdo, inseridos dentro de uma lógica produtivista, muitas vezes negligenciam a curadoria de seus “fatos históricos”, assim, uma narrativa com elementos aparentemente acadêmicos torna-se atrativa e acaba sendo comprada e reproduzida *at face value*.

Em segundo, temos o fato de a Idade Média, por razões que já apontamos no início desse artigo, acabar sendo um terreno fértil para todo tipo de revisionismos e interpretações “criativas” do passado. Esse período vasto e longo ocupa um lugar especial dentre os interesses populares atuais: um lugar onde o terrível e o fantástico coexistem (Biddick, 1998). Dentro dessa lógica, do fenômeno que os acadêmicos intitularam de medievalismo (Matthews, 2015, Utz, 2017), a Idade Média pode ser preenchida pelas mais diversas narrativas, possuindo uma suspensão de descrença [*suspension of disbelief*] maior do que outros períodos históricos. Em outras palavras, nossa sociedade tende a ser mais flexível quanto ao que acredita sobre o período medieval, e assim ele é mais propício a esse tipo de narrativas. Embora o melhor exemplo “documentado” de um massacre de gatos seja o narrado por Robert Darton (1986) e ocorrido no século XVII, é sintomático que essa perseguição vem sempre associada e atribuída a um certo medievo. Não muito diferente do que acontece com o fenômeno da caça às bruxas: essencialmente moderno, mas cristalizado como medieval na cultura pop. É desse conceito que se origina o infame trocadilho no título deste artigo.

A esse segundo pontos e adiciona também, um outro elemento: a convergência narrativa. Embora os acadêmicos lutem para desmitificar o período, e alguns apologistas extremistas tentem exaltá-lo como utópico, o medievo segue, na percepção dominante, como a *Idade das Trevas*. Esse medievalismo retrata o período como um tempo de retrocessos e obscurantismo. A narrativa de um extermínio em massa de inocentes gatinhos, por uma maléfica e obtusa igreja, portanto cai como uma luva. E uma dimensão extra de compatibilidade vem a popular associação, atual, de gatos com o divino e o místico, elementos que seriam perseguidos pelo fanatismo medieval.

Em terceiro, temos a dimensão da História Pública e Educação. Tema esse muito explorado nos dias de hoje, mas que segue sendo cada vez mais vital. É notado no campo da medievística um grande descompasso entre a produção acadêmica e o conteúdo que efetivamente chega em sala de aula (Birro, Boy, 2020; Bovo, Vieira, 2020). As iniciativas de divulgação científica e atuação pública por parte de historiadores não são poucas, mas cabe aqui questionar sua efetividade. É preciso se questionar sobre quem é o público da história pública, quem de fato consome os múltiplos *podcasts* acadêmicos que se tornaram populares na universidade? Pesquisas sobre a demografia dessas produções apontam num sentido não tão otimista: os canais acadêmicos – como o da FAPESP – são alguns dos que mais produzem faixas, mas essa quantidade está longe de ser refletida em números de audiência (Da Silva, Dos Santos, 2020; Carvalho, 2020). E vale lembrar que, de certa forma, conteúdos como os vídeos de Débora Aladim e Miguel Fallabela, anteriormente mencionados, não deixam de ser iniciativas de divulgação do conhecimento, longe de serem tentativas mal-intencionadas de revisionismo/negacionismo. De certa forma, eles são também história pública, história ruim pública, mas ainda assim história pública.

Vimos como esse *miauvalismo*, não só não se sustenta em termos de documentação, como também possuímos indicativos o suficiente para propor uma tese quase oposta. Infelizmente, o nosso objetivo aqui não é trazer soluções, mas sim ilustrar como algo tão inócuo quanto memes de gatinho podem levar, não só a um exercício historiográfico interessante, como também a um exemplo claro do problema com a forma de produção de conteúdo dito “histórico”. Para se produzir boa história, e não *bad history*, é necessário rigor e método, esforço e pesquisa, e, acima de tudo, de uma constante checagem de afirmações terceiras. Infelizmente essas etapas levam tempo, tempo e esforço, o que muitas vezes acaba sendo de difícil conciliação com a realidade do mercado de produção de conteúdo. A natureza das mídias digitais exige frequência e velocidade, e, muitas vezes, dificulta um aprofundamento maior nos temas, estimulando os criadores de conteúdo a buscarem bibliografias rápidas e rasas (e potencialmente ruins). Afinal, qualquer pesquisador está sujeito a falhas, principalmente ao lidar com dinâmicas (as redes sociais, por exemplo) completamente diferentes daquelas que aprendemos durante nossa formação, e com temas que não são de nossa expertise.

Novamente reafirmo, este artigo não é um ataque aos criadores de conteúdo, pelo contrário, é uma reafirmação da necessidade de se estabelecer um contato maior com eles, ao invés de promover um ostracismo. Afinal, a história em suas especificidades, como vimos aqui no caso dos gatinhos, é

interessante demais para ser confinada a apenas mais um artigo acadêmico (de baixa circulação) com um título infame.

Referências bibliográficas

- ALADIM, Débora. A HISTÓRIA DOS GATOS. 22 de mar. de 2017 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pQJXDC1t67k>. Acesso em: 22 maio. 2023.
- ALBARELLA, Umberto. Size, power, wool and veal: zooarchaeological evidence for late medieval innovations. *Environment and subsistence in medieval Europe*, v. 9, p. 19-31, 1997.
- ALLRED, Alexandra Powe. *Cats' Most Wanted: The Top 10 Book Of Mysterious Mousers, Talented Tabbies And Feline Oddities*. Potomac Books, 2005, p. 234.
- BALESTRO, Mayara; PEREIRA, E. **Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação**: a serviço da extrema-direita (2016-2020). Nova Direita, Bolsonarismo e Fascismo: reflexões sobre o Brasil. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, p. 326-354.
- BENEDICT, Philip. Robert Darnton e il Massacro dei Gatti: storia interpretativa o storia quantitativa? *Quaderni storici – nuova serie*, Vol. 20, No 58 (1), L'America arriva in Italia (aprile 1985), p. 257-269.
- BIDDICK, Kathleen. *The shock of medievalism*. Duke University Press, 1998.
- BIGINAGWA, Thomas John. Historical archaeology of the 19th century caravan trade in north-eastern Tanzania: a zooarchaeological perspective. 2012. Tese de Doutorado. University of York.
- BIRRO, Renan Marques; BOY, Renato Viana. Ensino de História Medieval e História Pública: desafios atuais em formato de apresentação. *Ensino de História Medieval e História Pública*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020.
- BISHOP, Chris. The 'pear of anguish': Truth, torture and dark medievalism. *International journal of cultural studies*, v. 17, n. 6, p. 591-602, 2014.
- BLAISDELL, John D. "A Most Convenient Relationship: The Rise of the Cat as a Valued Companion Animal." *Between the Species* 9.4 (1993): 8.
- BLOCKMANS, Wim; HOPPENBROUWERS, Peter. **Introduction to medieval Europe 300–1500**. Routledge, 2002.
- BORSCH, Stuart J. **The Black Death in Egypt and England: a comparative study**. University of Texas Press, 2005.
- BOS, Kirsten I. et al. A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death. **Nature**, v. 478, n. 7370
- BOVO, Cláudia; VIEIRA, Lucas Martins. A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NO ENSINO DE TEMPORALIDADES RECUADAS: UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE UBERABA-MG. *Revista Outras Fronteiras*, v. 5, n. 2, p. 133-142, 2018.

- BREEDLOVE, Byron, and Jana Igunma. "In Consideration of Our Mutual Relationship with Cats." *Emerging Infectious Diseases* 26.12 (2020): 3108.
- BYRNE, Joseph Patrick. *The black death*. Greenwood Publishing Group, 2004.
- CARAVACA-LLAMAS, C. La violencia hacia las mascotas como indicador en la violencia de género. **Tabula Rasa**, v. 41, p. 269-86, mar. 2022.
- CARVALHO, Amanda Schmidt. Podcast como ferramenta de divulgação científica: um estudo de casos comparados. Trabalho de conclusão de curso, 2020.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1998, p. 173-201.
- CIDADE DO VATICANO, Arquivos secreto do Vaticano, Registra Vaticana 17, fol. 53-55, c. 177. Disponível em: <http://telma-chartes.irht.cnrs.fr/aposcripta/notice-acte/26666>. Acessado em 22 mai. 2023.
- CLASSEN, Albrecht. *The medieval chastity belt: a myth-making process*. Springer, 2007.
- COHN, Sam. **The Black Death transformed: disease and culture in early Renaissance Europe**. Arnold, 2002.
- CRESSY, David. *Shipwrecks and the Bounty of the Sea*. Oxford University Press, 2022.
- DA SILVA SANTOS, Rosenilson. Darnton, Benedict e Levi em desacordo e a grande discussão em torno d' O Grande Massacre De Gatos. *História e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 38-55, 2022.
- DA SILVA, Sérgio Pinheiro; DOS SANTOS, Régis Salvarani. O que faz sucesso em podcast?. *Radiofonias—Revista de Estudos em Mídia Sonora*, v. 11, n. 1, 2020.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Graal, 1986.
- DEWAR, Genevieve et al. Implications of a mass kill site of springbok (*Antidorcas marsupialis*) in South Africa: hunting practices, gender relations, and sharing in the Later Stone Age. *Journal of Archaeological Science*, v. 33, n. 9, p. 1266-1275, 2006.
- DUNAE, Patrick A. Penny Dreadfuls: Late Nineteenth-Century Boys' Literature and Crime. *Victorian Studies*, v. 22, n. 2, p. 133-150, 1979.
- DUNCAN, Christopher John; SCOTT, Susan. What caused the black death?. **Postgraduate medical journal**, v. 81, n. 955, p. 315-320, 2005.
- DUPUY, R. Ernest, and Trevor N. Dupuy. *The Encyclopedia of Military History from 3500 BC. to the present*. New York: Harper and Row, 1977.
- ELLIOTT, Andrew. 'Bad History and Contemporary Medievalism'. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0fWx4V1i0ps>. Acesso em 23 mai. 2023.
- ENGELS, Donald W. *Classical cats: the rise and fall of the sacred cat*. Routledge, 2018.
- FALABELLA, Miguel. EXTERMÍNIO DE GATOS NA IDADE MÉDIA. 4 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-vpgwuGTpCc>. Acesso em: 22 maio. 2023.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

- FONTOURA, Odir. A Inquisição como Instituição na Idade Média. *Brathair-revista de estudos celtas e germânicos*, v. 17, n. 1, 2017.
- FRAAS, Arthur Mitchell. "A Rocket Cat? Early Modern Explosives Treatises at Penn." (2013).
- GAGE, Matilda. *Woman, Church & State*. Litres, 2018.
- GAUGNE, Ronan et al. A digital introspection of a mummy cat. In: 2018 3rd Digital Heritage International Congress (DigitalHERITAGE) held jointly with 2018 24th International Conference on Virtual Systems & Multimedia (VSMM 2018). IEEE, 2018. p. 1-8.
- GORDON, Rebecca. From pests to pets: social and cultural perceptions of animals in post-medieval urban centres in England (AD1500–1900). **Papers from the Institute of Archaeology**, v. 27, n. 1, 2017.
- GREEN, Monica H.; SYMES, Carol. Pandemic disease in the medieval world: rethinking the black death. Arc Humanities Press, 2015.
- GROSS, Michael. "Of mice and men, cats and grains." (2020): R783-R786.
- GROSS, Michael. Of mice and men, cats and grains. 2020.
- HAWASS, Zahi A. et al. Beloved beasts: animal mummies from ancient Egypt. American Univ in Cairo Press, 2006.
- HERGEMÖLLER, Bernd-Ulrich. Vox in Rama: Die Dämonisierung des schwarzen Katers. Eine seltsame Gefährtin: Katzen, Religion, Theologie und Theologen, p. 149-176, 2007.
- HERÓDOTO. The Histories. Suffolk, England: Penguin Books, 1975.
- HUGHES, Robert. Barcelona. Vintage, 2011.
- HUGO, Victor. 'Le Cèdre'. In: *La légende des siècles*. Typ. P. Mouillot, 1857
- HUTTON, Ronald. The witch: a history of fear, from ancient times to the present. Yale University Press, 2017.
- IKRAM, Salima. The loved ones: egyptian animal mummies as cultural and environmental indicators. In: Proceedings of the Sixth International Symposium on the Archaeozoology of Southwestern Asia and Adjacent Areas. 2005. p. 240.
- JEAN, François, 1758. *Dissertation sur l'ancien usage des feux de la Saint-Jean, et d'y brûler les chats à Metz*, un inédit de dom Jean François In: Cahiers Élie Fleur no 11, édité par Marie-Claire Mangin, 1995, p. 49-72
- KAIBARA, Tomohiro. Moncrif, historien des chats: Masculinité et émotion dans la France des Lumières. Clio. Femmes, Genre, Histoire, p. 69-90, 2022.
- KALLESTRUP, Louise Nyholm. Women, Witches, and the Town Courts of Ribe: Ideas of the Gendered Witch in Early Modern Denmark. In: **Gender in Late Medieval and Early Modern Europe**. Londres: Routledge, 2013. p. 121-136.
- KEAN, Hilda. From skinned cats to angels in fur: Feline traces and the start of the cat-human relationship in Victorian England. **Cahiers victoriens et édouardiens**, n. 88 Automne, 2018.
- KETE, Kathleen. *The beast in the boudoir: Petkeeping in nineteenth-century Paris*. Univ of California Press, 1994.

- KEYSER, Linda Migl. *The Medieval Chastity Belt Unbuckled*. In: Misconceptions about the Middle Ages. Routledge, 2010. p. 264-272.
- KORS, Alan; PETERS, Edward (eds). *Witchcraft in Europe, 400-1700: A documentary history*. University of Pennsylvania Press, 2001
- LARUE, Renan. *Le Végétarisme des Lumières. L'abstinence de viande dans la France du xviii^e siècle-Est-il mal de tuer les bêtes?*. 2021.
- LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. *História Social*, n. 6, p. 137-146, 1999.
- LINZEY, Andrew. The French Contribution to Animal Ethics: Rene Descartes and Victor Hugo. *J. Animal L.*, v. 7, p. 105, 2011.
- LITTLE, Lester K. Plague historians in lab coats. *Past & Present*, v. 213, n. 1, p. 267-290, 2011.
- LONSDALE, Steven H. Attitudes Towards Animals in Ancient Greece¹. **Greece & Rome**, v. 26, n. 2, p. 146-159, 1979.
- LUFF, Rosemary M; GARCÍA, M. Killing Cats in the Medieval Period. An unusual episode in the history of Cambridge, England. *Archaeofauna*, v. 4, 1995. P. 93-114.
- MALGORA, S. et al. Investigation of the Trento cat mummy. *Journal of Biological Research-Bollettino della Società Italiana di Biologia Sperimentale*, v. 85, n. 1, 2012.
- MANNIX, Daniel P. *The history of torture*. eNet Press, 1964.
- MARTIN, Jeff M. et al. Integrated evidence-based extent of occurrence for North American bison (*Bison bison*) since 1500 CE and before. *Ecology*, v. 104, p. e3864, 2022.
- MATTHEWS, David. *Medievalism: A critical history*. Boydell & Brewer Ltd, 2015.
- MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 49-181.
- MEDVEDEV, G. *Школа Военного Собаководства ЦИИВС*. Disponível em: http://www.dog-shkola.ru/voen_dog.htm. Acesso em: 22 maio. 2023.
- MELIKAN, Rose. Shippers, salvors, and sovereigns: Competing interests in the medieval law of shipwreck. *The Journal of Legal History*, v. 11, n. 2, p. 163-182, 1990.
- MEME, Know Your. Nyan Cat. **Online unter: <https://knowyourmeme.com/memes/nyan-cat> [15.10. 2018]**, 2018.
- MORENS, David M.; FOLKERS, Gregory K.; FAUCI, Anthony S. What is a pandemic?. *The Journal of infectious diseases*, v. 200, n. 7, p. 1018-1021, 2009.
- MURRAY, Jane K. et al. Number and ownership profiles of cats and dogs in the UK. *Veterinary Record*, v. 166, n. 6, p. 163-168, 2010.
- MYRICK, Jessica Gall. Emotion regulation, procrastination, and watching cat videos online: Who watches Internet cats, why, and to what effect?. *Computers in human behavior*, v. 52, p. 168-176, 2015.
- O'CONNOR, Terence P. "Pets and pests in Roman and medieval Britain." *Mammal Review* 22.2 (1992): 107-113.

- O'MEARA, Radha. Do cats know they rule YouTube? Surveillance and the pleasures of cat videos. *M/C Journal*, v. 17, n. 2, 2014.
- OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, p. 297-318, 2017.
- OTTONI, Claudio et al. The palaeogenetics of cat dispersal in the ancient world. *Nature Ecology & Evolution*, v. 1, n. 7, p. 1-7, 2017.
- PALMER, William. *The Law of Wreck, Considered with a View to Its Amendment*. 1843.
- PANCKOUCKE, Charles Louis Fleury. **Description de l'Egypte**. 1825.
- PARISH, Helen. "Paltrie vermin, cats, mise, toads, and weasils": witches, familiars, and human-animal interactions in the English witch trials. *Religions*, v. 10, n. 2, p. 134, 2019.
- POCARD, M. Origin of animal experimentation legislation in the 19th century. In: *Annales de chirurgie*. 1999. p. 627-631.
- PORCK, M. H. "Paws, Pee and Mice. Cats among Medieval Manuscripts." *Medieval Fragments* (2013).
- PRENTICE, Michael B; GILBERT, Tom; COOPER, Alan. Was the Black Death caused by Yersinia pestis?. **The Lancet Infectious Diseases** 4, no. 2 (2004): 72.
- PURKISS, Diane. **The witch in history: early modern and twentieth-century representations**. Londres: Routledge, 2003.
- PURKISS, Diane. Women's stories of witchcraft in early modern England: the house, the body, the child'. **New Perspectives on Witchcraft, Magic, and Demonology**, Londres, v. 6, p. 278-302, 2013.
- QUANDT, Karen F. Victor Hugo and the Politics of Ecopoetics. *French Ecocriticism*, 2017, p. 61.
- RICHARDIN, Pascale et al. Cats, crocodiles, cattle, and more: initial steps toward establishing a chronology of ancient Egyptian animal mummies. *Radiocarbon*, v. 59, n. 2, p. 595-607, 2017
- ROCHA, Igor T. C; GUERRA, Luiz F. A. A "revolução" de 64 e outros passados paralelos: dos negacionismos ao Deus Vult. *Linhas – UFRRJ*, 2021. Disponível em: https://linhas-ufrrj.org/2021/03/31/a-revolucao-de-64-e-outros-passados-paralelos-dos-negacionismos-ao-deus-vult/?fbclid=IwAR3FRCVeuQxFwT_JJQk_DYiDf5jRnYUhdvBCQ_Q5M8hKi_wjIUgMX3Ngs-U. Acessado em 23 mai. 2023.
- ROPER, Lyndal et al. *Witch Craze: terror and fantasy in Baroque Germany*. Yale University Press, 2004.
- SARANDY, Andréa Barbosa Osório. Alguns aspectos simbólicos acerca do gato. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 12, n. 1, 2, p. 233-259, 2010.
- SAX, Boria. The magic of animals: English witch trials in the perspective of folklore. *Anthrozoös*, v. 22, n. 4, 2009. pp. 317-332
- SCHULTZ, Marcos. A grande virada da Inquisição: heresias, tribunais e judeus na Península Ibérica-séculos XV-XVIII. *Revista Tempo de Conquista*, 2014.
- SERPELL, James A. "Domestication and history of the cat." *The domestic cat: The biology of its behaviour* 2 (2000): 180-192.

- SERPELL, James A. Domestication and history of the cat. *The domestic cat: The biology of its behaviour*, v. 2, p. 180-192, 2000.
- SHARPE, James. 'The Witch' s Familiar in Elizabethan England. In: *Authority and consent in Tudor England*. Routledge, 2021. p. 219-232.
- SIMPSON, Frances. *The book of the cat*. Cassell, limited, 1903.
- SOFFER, Sarah; MATHERLY, Carter; STELMACK, Robert. Psychology as a Warfighting Domain. *Global Security & Intelligence Studies*, v. 5, n. 1, 2020.
- SPYROU, Maria A. et al. Historical Y. pestis genomes reveal the European Black Death as the source of ancient and modern plague pandemics. **Cell host & microbe**, v. 19, n. 6, p. 874-881, 2016.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- TORREY, E. Fuller. The Rise of Cats and Madness: II. The Seventeenth and Eighteenth Centuries. *Parasites, Pussycats and Psychosis: The Unknown Dangers of Human Toxoplasmosis*, 2022. pp. 43-69.
- TREMP, Kathrin Utz. Von der Häresie zur Hexerei: „Wirkliche“ und imaginäre Sekten im Spätmittelalter. BoD–Books on Demand, 2008.
- UTZ, Richard. *Medievalism: A manifesto*. Arc Humanities Press, 2017.
- VALLEJO, Margarita Serna. Textos jurídicos marítimos medievales. *Boletín Oficial del Estado*, 2018.
- VANINSKAYA, Anna. Learning to read trash: Late-Victorian schools and the Penny Dreadful. In: **The History of Reading, Volume 2: Evidence from the British Isles, c. 1750–1950**. London: Palgrave Macmillan UK, 2011. p. 67-83.
- VARLIK, Nükhet. Why Is Black Death Black? European Gothic Imaginaries of 'Oriental' Plague. **Plague Image and Imagination from Medieval to Modern Times**, p. 11-35, 2021.
- WALKER-MEIKLE, Kathleen Fiona. *Late medieval pet keeping: Gender, status and emotions*. University of London, University College London (United Kingdom), 2008.
- WORKMAN, Miranda K.; HOFFMAN, Christy L. An evaluation of the role the Internet site Petfinder plays in cat adoptions. *Journal of Applied Animal Welfare Science*, v. 18, n. 4, p. 388-397, 2015.
- ZALOGA, Steven J. *The Red Army of the Great Patriotic War, 1941-45*. Osprey Publishing, 1989.
- ZERNER, Monique (Org.) *Inventar a heresia? discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*. 2011.
- МАЗОВЕР, А. П. Собаки в Великой Отечественной войне. Охота и охотничье хозяйство, n. 5, 1975.

Etnopsicanálise: um novo estilo de pensamento sobre o estudo do homem

Ethnopschoanalysis: a new way of thinking about the study of man

Franciely Carolina dos Santos

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

francarol1@outlook.com

Recebido: 20/07/2024

Aprovado: 26/02/2025

Resumo: O objetivo deste artigo é introduzir, na história da ciência, o debate entre antropologia e psicanálise, que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, em torno da universalização do “Complexo de Édipo” nas sociedades primitivas. Na nossa perspectiva, a querela envolvendo o antropólogo e etnógrafo Bronislaw Malinowski (1884-1942) e o médico e psicanalista Sigmund Freud (1856-1939), colaborou para o surgimento de um novo campo de estudo conhecido como Etnopsicanálise. Portanto, no decorrer do texto, busca-se responder a seguinte questão: O conflito de teorias e métodos entre duas disciplinas científicas que possuem o mesmo objeto de pesquisa, nesse caso o homem, pode resultar em um novo campo do conhecimento? Para responder essa questão, os conceitos elaborados pelo historiador da ciência Ludwik Fleck, a saber: “estilo de pensamento” e “coletivo de pensamento”, norteará as discussões epistemológicas das duas disciplinas sobre os desdobramentos desse cenário de disputas de ideias. E como fonte principal, será utilizado como contextualização do debate, o livro de Malinowski, *Sexo e repressão na sociedade selvagem* ([1927] 2013).

Palavras-Chave: Malinowski; estilo de pensamento; Etnopsicanálise.

Abstract: The aim of this article is to introduce, in the history of science, the debate between anthropology and psychoanalysis, which took place at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, around the universalization of the "Oedipus Complex" in primitive societies. From our perspective, the dispute between anthropologist and ethnographer Bronislaw Malinowski (1884-1942) and physician and psychoanalyst Sigmund Freud (1856-1939) led to the emergence of a new field of study known as ethnopschoanalysis. In the course of this text, the aim is to answer the following question: Can the conflict of theories and methods between two scientific disciplines that have the same object of research, in this case man, result in a new field of knowledge? To answer this question, the concepts elaborated by the historian of science Ludwik Fleck, namely "style of thought" and "collective of thought", will guide the epistemological discussions of the two disciplines on the unfolding of this scenario of disputes of ideas. And as the main source, Malinowski's book *Sex and Repression in Savage Society* ([1927] 2013) will be used to contextualize the debate.

Keywords: Malinowski; style of thought; Ethnopschoanalysis.

Introdução

No texto escrito pelo eminente psicanalista Sigmund Freud (1856-1939), *Totem e Tabu* (1912/1913), o médico austríaco ultrapassou as fronteiras da psicologia clínica ao tomar emprestado as notas antropológicas elaboradas por algumas personalidades da Antropologia, do século XIX e início do século XX. Esses antropólogos eram conhecidos como representantes do paradigma evolucionista cultural⁷⁹. Dentre os principais atores, o inglês Sir James Frazer (1854-1941), que estava no auge de sua carreira, influenciou as ideias sobre totemismo e tabu nos textos de Freud. (FREUD, 1912/1914).

Ao tentar explicar sobre o surgimento do “Complexo de Édipo” e pegar emprestado teorias de outro campo de estudo, como a Antropologia, Freud fomentou uma querela entre duas áreas que estudavam o comportamento humano. A publicação do texto do psicanalista ocorreu no período que a antropologia estrutural funcionalista, na Inglaterra do final do século XIX para início do século XX, estava reformulando o campo de estudo para superar a antropologia evolucionista. (SANTOS, 2023). Por causa disso, nesse momento, surge um breve debate entre alguns antropólogos que defendiam o entendimento de grupos sociais por meio da cultura e os psicanalistas que defendiam o entendimento dos grupos sociais por meio da “psi”, ou seja, a mente humana.

Entre esses pesquisadores, a figura de um jovem antropólogo e etnógrafo polonês, conhecido como Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) se destaca ao confrontar as ideias freudianas em seu livro *Sexo e repressão na sociedade selvagem* ([1927] 2013). O interesse de Malinowski por psicologia primitiva e, de certa forma, adepto a algumas das teorias freudiana, fez o pesquisador refletir sobre a teoria do “Complexo de Édipo” no contexto dos trobriandeses, grupo social que havia realizado

⁷⁹ De acordo com Santos (2022, p. 12-13) “O evolucionismo defendia que as culturas passavam pelos mesmos estágios, seguindo a mesma linha de evolução social. Mas cada autor enfatiza um aspecto ‘evolutivo’: alguns, o evolucionismo biológico (superioridade de determinadas raças, como Herbert Spencer), outros, o evolucionismo religioso (animismo, politeísmo e monoteísmo, de E. Tylor), outros a sequência obrigatória do progresso (selvageria, barbárie e civilização, de Lewis Morgan, como também a sua perspectiva de evolução familiar, da promiscuidade primitiva à família bilateral moderna de tipo europeu), outros a comparação tanto no tempo, como no espaço, costumes praticados por diversos povos, fossem estes das Antiguidade Clássica, camponeses europeus ou os ‘primitivos’ do período (James Frazer). A perspectiva funcionalista rejeita completamente essa teorização, e não só porque inseriram a observação participante e a necessidade de material empírico, mas porque partiam do princípio de que cada sociedade deve ser vista/analisaada em si mesma, como um todo integrado de costumes e relações.”

pesquisa na Nova Guiné melanésia. O trabalho etnográfico entre os nativos ocorreu no período de 1914-1918 e foi considerado um dos trabalhos de campo mais extensos daquela época. (SANTOS, 2023). O que resultou no seu principal livro sobre o grupo, sendo este: *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia* (1922). Por causa dessa experiência imersiva, relendo o material coletado para escrever *Argonautas*, Malinowski, anos depois, afirmou a impossibilidade de um complexo universal exposto por Freud e seus seguidores, ao publicar um texto que argumentava o oposto dessa ideia.

No texto *Totem e Tabu*, o objetivo de Freud foi contruir uma narrativa que explicasse o surgimento das neuroses e de alguns traumas presentes na nossa sociedade, por meio de algumas instituições primitivas. Além de tentar explicar o início das sociedades⁸⁰. Para tal fim, os estudos de Frazer em *The Golden Bough* (1890), norteou a maior parte do texto, ao explicar sobre totemismo⁸¹ e tabu⁸² na estrutura social nativa. Em busca de respostas para as questões psicanalíticas emergentes, as pesquisas concluíram que o trauma encontrado em alguns pacientes começou pelos nossos ancestrais na horda primitiva (FREUD, 1912-1913; 1924; MALINOWSKI, [1927] 2013).

Diante dessa breve exposição, esse artigo pretende realizar uma introdução do debate teórico entre Antropologia e Psicanálise, especificamente nas discussões entre Freud e Malinowski, em torno do “Complexo de Édipo”. Como fonte principal para apresentar as discussões entre os dois campos, os trechos do livro de Malinowski, *Sexo e repressão na sociedade selvagem* (edição de 2013 da editora vozes), contrapondo as ideias de Freud, foi essencial para a nossa leitura e contextualização dos

⁸⁰ De acordo com Lima et al. (2021, p. 106-107): “Por meio de dados etnográficos secundários, elencou uma mitologia fundacional na qual a existência de interdições – ou tabus – seria comum a todas as sociedades, como é o caso do incesto; bem como discorreu sobre a universalidade do Complexo de Édipo.”

⁸¹ Conforme Freud (1912-1913, p. 12): “No lugar das instituições sociais religiosas que não têm, acha-se entre os australianos o sistema do totemismo. Suas tribos dividem-se em clãs ou estirpes menores, cada qual nomeado segundo seu totem. Mas o que é o totem? Via de regra é um animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), que tem uma relação especial com todo o clã. O totem é, em primeiro lugar, o ancestral comum do clã, mas também seu espírito protetor e auxiliar, que lhe envia oráculos, e, mesmo quando é perigoso para outros, conhece e poupa seus filhos. Os membros do clã, por sua vez, acham-se na obrigação, sagrada e portadora de punição automática, de não matar (destruir) seu totem e abster-se de sua carne (ou dele usufruir de outro modo). O caráter do totem não é inerente a um só animal ou ser individual, mas a todos da espécie. De quando em quando são celebradas festas, em que os membros do clã representam ou imitam, em danças cerimoniais, os movimentos e as características de seu totem.”

⁸² Segundo Freud (1912-1913, p. 26): “‘Tabu’ é uma palavra polinésia cuja tradução nos apresenta dificuldades, pois já não possuímos o conceito por ela designado. Entre os antigos romanos ele ainda era comum, o seu *sacer* era o mesmo que o tabu dos polinésios. Também o *?goV* dos gregos e o *kodansch* dos hebreus devem ter significado o mesmo que os polinésios exprimem com ‘tabu’, e muitos povos da América, África (Madagascar), Ásia Central e do Norte, com denominações análogas. O significado de ‘tabu’ se divide, para nós, em duas direções opostas. Por um lado quer dizer ‘santo, consagrado’; por outro, ‘inquietante, perigoso, proibido, impuro’. O contrário de ‘tabu’, em polinésio, é *noa*, ou seja, ‘habitual, acessível a todos’. Assim, o tabu está ligado à ideia de algo reservado, exprime-se em proibições e restrições, essencialmente. A nossa expressão ‘temor sagrado’ corresponde frequentemente ao sentido de ‘tabu’.”

desdobramentos do debate. Pois, na nossa perspectiva, foi por causa dos pontos de interseção no texto de Freud e do etnógrafo, discutindo a aplicação do “Complexo de Édipo” em culturas “primitivas” e a impossibilidade da universalização do complexo, que os seguidores de Freud se sentiram instigados a unir as duas ciências em busca de respostas concretas. Nesse encontro de duas áreas distintas em métodos e teorias, surge, conforme Fleck (2010), um novo “estilo de pensamento”.

A partir dos conceitos cunhados pelo historiador da ciência e, também, polonês Ludwik Fleck (1896-1961), sobre “estilo de pensamento” (os pressupostos de pensamento sobre os quais o coletivo constrói seu edifício de saber) e “coletivo de pensamento” (unidade social da comunidade de cientistas de uma disciplina) (SCHAFFER et al., 2010, p. 16), exposto em seu livro *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (2010), propomos fazer, nesta pesquisa, um paralelo sobre a teoria fleckiana e o debate de Freud e Malinowski. A leitura fleckiana acerca dessa divergência intelectual, possibilita um esclarecimento sobre os desdobramentos epistemológicos das duas áreas científicas, Psicanálise e Antropologia e, ainda, corrobora na busca por resposta para a seguinte questão: O conflito de teorias entre duas disciplinas científicas que possuem o mesmo objeto de pesquisa, nesse caso o homem, pode resultar em um novo campo do conhecimento?

Logo, a teoria fleckiana chama a nossa atenção para o seguinte:

[...] alguma coisa de cada estilo de pensamento permanece. [...] todo estilo de pensamento contém descendente do desenvolvimento histórico de vários elementos de outros estilos. Provavelmente muitos poucos conceitos completamente novos são formados sem relação qualquer a um estilo de pensamento anterior. Normalmente, apenas muda seu colorido (*Farbung*), como o conceito científico de força originou do conceito cotidiano de força, assim, também o novo conceito de sífilis origina do místico. Desse modo, nasce uma conexão histórica (*geschichtlicher Zusammenhang*) entre os estilos de pensamento. (FLECK, 1980, p. 130 apud CONDÉ, 2005, p.141).

A conexão histórica entre a Psicanálise e Antropologia é percebida no método empregado pela Etnopsicanálise, ao considerar fatores externos como a cultura do sujeito, além de questões internas da mente humana, no momento do tratamento clínico. Nesse sentido, conforme Fleck (2010, p. 17) “a ciência deve ser entendida essencialmente como um processo coletivo”. Mesmo que esse coletivo não inclua somente os seus pares. Portanto, temos, também, nesse período, as contribuições de especialistas que transitavam entre as duas disciplinas, como Géza Róheim (1891-1953), psicanalista, antropólogo húngaro e um dos fundadores desse novo campo de estudo. Róheim foi um dos seguidores de Freud e o pesquisador responsável por retornar a região da melanésia para realizar um

novo estudo, após a publicação do livro de Malinowski que contestou o complexo freudiano⁸³. O objetivo da expedição foi provar que as formulações de Malinowski falharam na interpretação do complexo. (BAIRRÃO; BARROS, 2010).

No final do século XIX e início do século XX, os pesquisadores das ciências humanas e sociais se esforçavam para conquistar o reconhecimento científico, uma vez que disciplinas das ciências da natureza se sobressaíam. Diante de fatores externos ao ambiente acadêmico, como o surgimento das cidades urbanas, o desenvolvimento acelerado do capitalismo e das tecnologias, consequentemente, essas questões elevou a quantidade de problemas sociais. O que favoreceu algumas disciplinas que estudavam o homem, como a Antropologia e Psicanálise, a exercerem suas pesquisas e refinarem suas bases epistemológicas. (SANTOS, 2023).

De acordo com Fleck (1980), as transformações significativas em um campo de estudo podem ocorrer por meio de conflitos que extrapolem o ambiente do saber (comunidade científica) e ocupem o campo do social e político (sociedade). Pois, o ambiente acadêmico não está imune dos acontecimentos que ocorrem na esfera política, que chegam a atingir uma mudança global (conflitos bélicos, desigualdade social, pandemias e desastres naturais). São esses acontecimentos externos (sociedade) e a interação dos cientistas com esse ambiente, que porporcionam mudanças significativas na base de uma disciplina.

Para a sociologia da ciência é importante sustentar que grandes transformações no estilo de pensamento, isto é, importantes descobertas, frequentemente ocorrem durante períodos de confusão social geral. Tais “períodos de inquietação” revela a rivalidade entre as opiniões, diferenças entre pontos de vista, contradições, falta de clareza e a impossibilidade de perceber diretamente uma forma (*Gestalt*) ou sentido (*Sinn*). Um novo estilo de pensamento nasce de tal situação. (FLECK, 1980, p. 124 apud CONDÉ, 2005, p.136)

⁸³ De acordo com Bairrão e Barros (2010, p. 46): “Tomando conhecimento das críticas dirigidas à sua obra, Freud convidou seu colega etnólogo e psicanalista Géza Róheim a reagir às análises de Malinowski. Financiado por Marie Bonaparte, Róheim segue à Nova Guiné e contesta *in loco* as afirmações que Malinowski proferiu contra a teoria freudiana (LIOGER, 2002), apontando o profundo desconhecimento do autor em relação à psicanálise, a começar pelo fato de que Malinowski se valia do discurso manifesto dos indígenas para atestar a inexistência de complexo de Édipo entre os trobriandeses, por exemplo.”

Psicanálise e Antropologia no livro *Sexo e repressão na sociedade selvagem* ([1927] 2013)

O texto de Malinowski apresenta uma contextualização ampla do debate. Nele, encontramos uma explicação que vai além da possibilidade da universalização do complexo. A preocupação do antropólogo estava, também, centrada na argumentação dos psicanalistas sobre o surgimento da cultura. De acordo com Malinowski (2013), os psicanalistas freudianos acreditavam que o parricídio na horda primitiva foi o responsável pelo surgimento da cultura. Diante dessa especulação freudiana, escolhemos apresentar para introduzir o debate, neste artigo, trechos que discorrem sobre dois pontos importantes do livro, a saber: (1) A impossibilidade da universalização do “Complexo de Édipo”, por parte da Antropologia; (2) O conceito de cultura na perspectiva da Antropologia e dos psicanalistas freudianos.

A Psicanálise, no início do livro, foi apresentada pelo antropólogo como uma doutrina que aborda a influência familiar sobre o espírito humano. As relações entre os membros de um corpo familiar (pai, mãe, irmão e irmã), com a criança, são apontadas como os principais responsáveis por determinar, no futuro, as atitudes comportamentais e mentais do sujeito. As experiências permanecem no inconsciente⁸⁴ durante a trajetória do indivíduo e, por mais imperceptível que seja, acabam influenciando as interações que ele promove com a sociedade. (MALINOWSKI, [1927] 2013). Nesse sentido, o trecho, abaixo, é um exemplo da primeira abordagem que propomos realizar do livro, a saber: (1) a impossibilidade da universalização do “Complexo de Édipo”. Na observação participante realizada em Trobriand, o etnógrafo expõe seu primeiro questionamento acerca do complexo freudiano. Ao tentar aplicar a teoria de Freud, sobre o complexo, na sociedade nativa de Trobriand, Malinowski notou divergências na estrutura social do grupo, que, de certa forma, interferiu na efetividade e confirmação da teoria, como:

Surge, por conseguinte, o problema de saber se os conflitos, paixões e ligações no interior da família variam com a constituição desta ou se permanecem iguais em toda a humanidade. Se variam, como de fato acontece, então o complexo nuclear da família não pode permanecer constante em todas as raças e povos humanos, devendo variar com a constituição da família. A principal tarefa da teoria psicanalítica é, portanto, estudar os limites da variação, estabelecer a fórmula apropriada e finalmente discutir os tipos destacados de constituição da família e enunciar as formas correspondentes do complexo nuclear. (MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 16).

⁸⁴ Conforme Weinfeld Reiss (2018, p.330): “Em síntese, para Freud, o inconsciente é uma entidade dotada de conteúdo — ‘representantes da pulsão’”.

Com esse problema da variedade familiar em diferentes culturas, Malinowski ([1927] 2013, p. 17) afirma que o “Complexo de Édipo” universal não está correto e que se trata exclusivamente da família patrilinear ariana, um contexto cultural da qual Freud e Malinowski se formaram enquanto indivíduos. Apesar dessa premissa, o antropólogo afirma que a Psicanálise, ao ressaltar que o interesse do homem “primitivo” concentrava-se nele e naqueles que o cercam, trouxe um fundamento relevante para os estudos da psicologia primitiva. No entanto, o erro dos psicanalistas foi desconsiderar as particularidades de cada cultura e sociedade. O que prejudicou, na percepção de Malinowski, a efetivação do “Complexo de Édipo”.

A popularidade da Psicanálise foi significativa no início do século XX. Freud havia publicado alguns textos importantes da sua carreira, como *Totem e tabu* (1913/1993), *Mal-Estar na Civilização* (1930/2002), *O Futuro de uma ilusão* (1927/2001) e *Moisés e o Monoteísmo* (1939/1986). O desejo do pesquisador era descobrir uma “clínica da cultura”. O que, consequentemente, despertou o interesse e, ao mesmo tempo, a desaprovação de alguns pesquisadores, por causa do tratamento aberto que dava ao discutir sexo e os desejos humanos reprimidos. Esse era o tema principal dos escritos de Freud e mesmo não se considerando um adepto da Psicanálise freudiana, Malinowski reconheceu a relevância do empreendimento realizado pelos psicanalistas ao discutir um tema considerado tabu pela sociedade. (BAIRRÃO. BARROS, 2010; MALINOWSKI, [1927] 2013).

Após algumas leituras referente a bibliografia psicanalítica, o etnógrafo acrescenta que foi convencido de ter suas dúvidas justificadas após examinar cuidadosamente as obras de Freud: *Totem e Tabu*, *Psicologia de grupo e análise do ego*; do livro *Australian Totemism* de Róheim; e dos trabalhos antropológicos de Reik, Rank e Jones. A terceira parte do livro são suas conclusões sobre essas leituras. Na leitura de *Totem e Tabu*, Malinowski identificou que Freud tentou explicar que as instituições sociais e culturais são produções do inconsciente e podem ser acessadas por meio de sessões de análise. Contudo, enquanto antropólogo, Malinowski considera que era preciso ter um conhecimento sólido sobre a vida nativa, de preferência, a convivência na rotina desses grupos. A observação participante é uma das maiores contribuições de Malinowski para a antropologia moderna, por isso, o pesquisador defendia, de uma maneira obstinada, a participação ativa na vida desses povos.

No trecho, abaixo, tem-se uma primeira crítica feita ao texto de Freud por Malinowski:

Como antropólogos, sinto mais especialmente que as teorias ambiciosas referentes aos selvagens, as hipóteses sobre a origem das instituições humanas e as explicações da história da cultura deveriam basear-se em um sólido conhecimento da vida primitiva, assim, como dos aspectos inconscientes e conscientes do espírito humano.

Afinal, nem o casamento por grupos, nem o totemismo, nem o costume de evitar a sogra, nem a magia acontecem no “inconsciente”. São todos fatos sociológicos e culturais sólidos e para tratar teoricamente deles, requer-se um tipo de experiência que não pode ser adquirido no consultório. (MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 10).

Na parte III do livro, chamado “Psicanálise e Antropologia”, Malinowski cita que pretende apresentar uma colaboração entre as duas áreas. E o eixo central da discussão continua sendo o “Complexo de Édipo”. A teoria do complexo foi construída sem qualquer influência de teorias sociológicas e culturais, uma vez que a Psicanálise começou como uma técnica de tratamento baseada na observação clínica. Enquanto se expandia, chegou a ser um campo para a explicação das neuroses e mais tarde tornou-se uma teoria dos processos psicológicos. Por fim, a Psicanálise passou a ser considerada uma disciplina que explicava uma parte significativa dos fenômenos do corpo, do espírito, da sociedade e da cultura. (MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 93). Após essa explicação da formação da disciplina, um confronto entre as ideias de Alfred Ernest Jones (1879-1958), psicanalista, amigo e o primeiro biógrafo de Freud, e Malinowski ganham destaque no capítulo.

Dr. Jones (referido assim por Malinowski) leu o livro que Malinowski escreveu sobre Trobriand, *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia* (1922), e chegou a utilizar esse material como referência para o seu trabalho. No entanto, as conclusões sobre o complexo e a cultura tomaram direções diferentes, o que ficou exposto no livro do antropólogo. Para o psicanalista, o trabalho de Malinowski representava o complexo nuclear como um contexto que varia de acordo com a estrutura social e cultural do grupo. (MALINOWSKI, [1927] 2013). No complexo nuclear de Trobriand, por exemplo, o etnógrafo encontra um sistema matrilinear⁸⁵ que modifica a configuração do “Complexo de Édipo”. Com isso, tem-se um “complexo nuclear reprimido” que “consiste na atração do irmão com a irmã e o ódio do sobrinho ao tio” (MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 97). Nesse cenário não faz sentido a universalização do complexo para Malinowski, já que as configurações de uma estrutura social matrilinear ou patrilinear⁸⁶ modificam as relações e obrigações familiares.

Apesar dessa conclusão pertinente, o Dr. Jones discorda da insistência do etnógrafo de negar a existência do complexo nas sociedades nativas e menciona que a questão está no sistema (matrilinear

⁸⁵ Sistema de parentesco, de filiação através do qual somente a ascendência (família) da mãe é tida em consideração para a transmissão do nome, dos benefícios ou do *status* de se fazer parte de um clã ou classe. Conferir em: <https://www.dicio.com.br/matrilinear/>.

⁸⁶ Relacionado com a família paterna; refere-se aos parentes por parte do pai: tio patrilinear; irmão patrilinear. Conferir em: <https://www.dicio.com.br/patrilinear/>.

ou patrilinear). Pois, uma vez havendo a troca do sistema matrilinear pelo sistema patrilinear, podemos encontrar as configurações que concernem ao “Complexo de Édipo”. A atração do filho pela irmã substitui a atração do filho pela mãe. E o ódio ao tio pode ser comparado ao ódio e conflito que o filho tem com o pai. No fim, essas configurações apenas substituem os personagens, mas o complexo permanece o mesmo como pano de fundo. (MALINOWSKI, [1927] 2013, p.98-99). Nesse confronto, entramos no segundo ponto principal do texto, a saber: (2) o conceito de cultura para a Antropologia e os psicanalistas freudianos.

Conforme já foi mencionado, o essencial da dificuldade consiste no fato de que para o Dr. Jones e outros psicanalistas o complexo de Édipo é algo absoluto, a fonte primordial, em suas próprias palavras, a *fons et origo* de tudo. Para mim, por outro lado, o complexo familiar nuclear é uma formação funcional, que depende da estrutura e da cultura de uma sociedade. [...] É necessariamente determinado pela maneira em que as restrições sexuais são moldadas numa comunidade e pela maneira em que a autoridade é distribuída. Não posso conceber o complexo como causa primeira de tudo, como uma única fonte da cultura, da organização e da crença, como uma entidade metafísica, criadora, mas não criada, anterior a todas as coisas e não causada por algum motivo. (MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 97).

Malinowski não ficou convencido com a resposta do Dr. Jones, sobre o complexo estar por trás das novas representações geradas pelo sistema matrilinear. Por isso, indo além da leitura do ensaio do psicanalista, estudou as contribuições antropológicas dos psicanalistas em geral e conseguiu mapear o surgimento da teoria do “Complexo de Édipo”. Conforme o etnógrafo ([1927] 2013, p. 98-99): “originou-se do famoso crime totêmico que teve lugar na horda primitiva”. As influências de Freud para escrever *Totem e Tabu* e formular a ideia do “Complexo de Édipo”, teve origem na biologia e teologia inspirado por Charles Darwin (1809-1882), pai do evolucionismo biológico, e de William Robertson Smith (1846-1894), teólogo escocês.

Em um primeiro momento, tem-se a ideia de “horda primitiva” de Darwin, que representa o modelo mais antigo de família ou de vida social constituídos de pequenos grupos. Esses grupos, geralmente, são representados e protegidos por uma figura dominante, o macho adulto. Nessa relação de dominação, o macho tem em sua posse um certo número de fêmeas e crianças para proteger. E, em um segundo momento, tem-se a influência do sacramento totêmico exposto por Smith. Na concepção do teólogo, o mais antigo ato de religião consistiu em uma refeição comum entre o clã que comiam o animal totêmico em caráter cerimonial. (MALINOWSKI, [1927] 2013). Pensando nessas duas teorias, Freud acrescenta uma de própria autoria: “a identificação do homem com o totem é um traço da

mentalidade comum às crianças, aos primitivos e aos neuróticos, baseado na tendência a identificar o pai com algum animal desagradável” (MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 100-101).

O mapeamento das referências de Freud, para criar a teoria do “Complexo de Édipo”, chegou a um ponto específico da teoria de Darwin: o naturalista comparar as formas de organização dos grupos humanos com a forma de organização dos gorilas⁸⁷. Esse trecho foi apontado por Malinowski como o ponto principal do parricídio. Nesta passagem, Darwin menciona explicitamente a comparação entre homens e gorilas. Apesar de achar uma comparação confusa, Malinowski diz ter respeito com a escolha do naturalista, pois, enquanto a diferença filosófica entre um homem e um gorila soa insignificante. A diferença entre a família organizada e a família dos gorilas tem certa relevância para o debate sociológico. (MALINOWSKI, [1927] 2013).

Os sociólogos, conforme Malinowski ([1927] 2013), sabiam diferenciar a vida animal no estado de natureza e a vida humana no estado de cultura. E no caso de Darwin, esse fato não tinha muita relevância, uma vez que o naturalista estava desenvolvendo um argumento estritamente biológico sobre a hipótese da promiscuidade. O crime totêmico, na perspectiva psicanalítica, deu origem a culpa e, por causa disso, os homens precisaram se organizar, criando, assim, as “primeiras” leis. A partir desse incidente, tem-se um indício do nascimento da cultura, pois, uma vez organizados socialmente, a comunidade avançava para outros estágios de cultura.

Então, para o psicanalista freudiano, a conexão do “Complexo de Édipo” com o crime totêmico da horda primitiva foi o responsável por fundamentar a cultura:

[...] para o psicanalista o complexo de Édipo, como sabemos, é o fundamento de toda a cultura. Isto significa para ele não somente que o complexo governa todos os fenômenos culturais, mas também que os procede no tempo. O complexo é *a fons et origo*. Da qual brotam a ordem totêmica, os primeiros elementos da lei, o início do ritual, a instituição do direito materno, enfim tudo quanto é considerado pelo

⁸⁷ Trecho de Darwin sobre parricídio: “Podemos na verdade concluir, do que sabemos sobre o ciúme de todos os quadrúpedes machos, armados, como muitos deles são, com armas especiais para lutar contra seus rivais, que as relações sexuais promíscuas no estudo da natureza são extremamente improváveis. [...] se portanto olharmos para trás bastante longe na corrente do tempo e julgarmos pelos hábitos sociais do homem tal como existe agora, a concepção mais provável é que o homem vivia originariamente em pequenas comunidades, cada um com uma única mulher ou, quando era poderoso, com muitas mulheres, que defendia ciosamente contra todos os outros homens. Ou ele pode não ter sido um animal social e no entanto ter vivido com várias mulheres, como o gorila; pois todos os nativos estão de acordo em que somente o macho adulto é visto em um bando. Quando o macho jovem cresce tem lugar na luta pelo domínio, e o mais forte, matando e expulsando os outros, estabelece-se como chefe da comunidade. Os machos mais jovens sendo assim expulsos e vagueando, quando por fim conseguem encontrar companheira, evitam o acasalamento demasiado estreito nos limites da mesma família.” (DARWIN apud MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 100-101).

antropólogo geral e pelo psicanalista como os primeiros elementos da cultura. (MALINOWSKI, [1927] 2013, p.108).

Essa transição de um estado de natureza para o de cultura, de acordo com Malinowski, não aconteceu dessa forma. O antropólogo ainda afirma ser o complexo, um subproduto da cultura e não a sua *fons et origo*. Na sua concepção, não podemos acessar ou observar a cultura *in status nascendi*. O que, então, na percepção de Malinowski, podemos fazer? Podemos indicar o papel de alguns fatores, para o desenvolvimento da cultura, que impactaram psicologicamente a consciência humana. E, ainda, como os elementos não psicológicos impactaram a vida das pessoas (MALINOWSKI, [1927] 2013, p. 119-120-121).

Na citação, abaixo, nota-se a diferença na visão de mundo (*Gestalt*) do antropólogo para a citação anterior, sobre a *fons et origo*, que representa a visão de mundo (*Gestalt*) dos psicanalistas freudianos

A transição real do estado de natureza para o de cultura não se processou por um salto, não foi um processo rápido, não foi certamente uma transição abrupta. Temos de imaginar os mais antigos desenvolvimentos dos primeiros elementos da cultura-linguagem, tradição, invenções materiais, pensamento conceitual- como um processo muito laborioso e muito lento, realizado de maneira cumulativa por um número infinitamente grande de passos infinitamente pequenos, integrados durante enormes extensões de tempo. Não podemos tentar reconstruir em detalhes este processo, mas podemos enunciar os fatores relevantes desta modificação, podemos analisar a situação da primitiva cultura humana e indicar, dentro de certos limites, o mecanismo pelo qual se gerou.

Etnopsicanálise na perspectiva fleckiana

Após essa breve apresentação dos pontos relevantes do livro de Malinowski, iremos avançar para a discussão em torno da nossa questão principal: O conflito de teorias e métodos entre duas disciplinas científicas que possuem o mesmo objeto de pesquisa, nesse caso o homem, pode resultar em um novo campo do conhecimento? No debate apresentado anteriormente, percebe-se que houve um esforço de ambas as partes (psicanalistas e antropólogo) de favorecer os seus conhecimentos em detrimento do outro. Mas, na nossa perspectiva, esse esforço de provar qual teoria estava certa se desdobrou em um terceiro campo de conhecimento, como a Etnopsicanálise, ao invés de anular ou superar uma das teorias sobre o complexo. De acordo com Bairrão e Barros (2010, p. 47-48) esse termo foi empregado, em um primeiro momento, por George Devereux (1908-1985), um etnólogo e adepto da Psicanálise. Ele contribuiu para o desenvolvimento da disciplina, a partir da década de 1960,

ao conjugar características da Psicanálise e Antropologia. O objetivo do pesquisador não era fomentar um campo interdisciplinar, isto é, fundir os dois campos. Mas convocar as duas áreas para explicar os fenômenos humanos.

As reflexões de Devereux, em sua obra *Psychoterapie d'un indien des plaines: réalité et rêve* (1951/1985), exigiam do pesquisador, psiquiatra e psicólogo, que em contatos com outras culturas, analisasse o indivíduo não pelos padrões estipulados pela psiquiatria ocidental, mas, enquanto profissionais, fossem capazes de compreender as necessidades culturais do paciente e sua maneira de vivenciar o mundo. Além de realizar um conhecimento do sistema cultural de seus pacientes. Nessa nova proposta, o ideal era ter disponível na clínica uma equipe multidisciplinar composta por “co-terapeutas de diversas origens (quando possível, da mesma do paciente), psicólogos, médicos, antropólogos, linguistas e um tradutor da língua do paciente para que o mesmo possa se expressar em sua língua materna” (BAIRRÃO. BARROS, 2010, p. 50). Com esse corpo de profissionais, Devereux acreditava na efetividade do tratamento clínico ao atender o paciente “dentro de seus próprios sistemas de crença, a partir de um discurso próprio e em respeito aos seus próprios saberes sobre corpo, saúde ou doença” (BAIRRÃO. BARROS, 2010, p. 50).

O “coletivo de pensamento”⁸⁸ de Fleck (2010), possibilitou uma reflexão além das implicações do debate entre Malinowski e Freud, como a metodologia da Etnopsicanálise, que demanda a atuação de uma coletividade diversa de saberes. O historiador da ciência discorre que nas relações históricas dentro de uma disciplina, há a interação entre o objeto e o processo do conhecimento. E como podemos pensar nessa interação dentro do contexto desta pesquisa? Nesse caso, enquanto Malinowski e Freud fomentavam o debate sobre cultura e complexo, a teoria estava se renovando e ampliando o seu sentido, o que resultou em outro campo de estudo. Além disso, a teoria fleckiana afirma que esse processo de desenvolver um campo de estudo, não ocorre no individual de uma consciênica teórica, mas na atividade coletiva empreendida pelas duas disciplinas em diálogo com a sociedade. Então, respondendo a nossa questão, de acordo com Fleck, acreditamos ser possível um debate coletivo promover o surgimento de um novo campo de estudo, mesmo não sendo o propósito ou intenção inicial do grupo. E a Etnopsicanálise é um exemplo desse acontecimento.

⁸⁸ A definição de Fleck (2010, p. 82) para “coletivo de pensamento” é: “a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos, temos, em cada uma dessas pessoas, um portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo específico de pensamento. Assim, o coletivo de pensamento representa o elo que faltava na relação que procuramos.”

Tal coletivo de pensamento existe logo que duas ou mais pessoas trocam ideias. Um mau observador é aquele que não percebe como uma conversa animada de duas pessoas leva a um estado em que cada uma delas manifesta ideias que não seria capaz de produzir sozinha ou em outra companhia. Surge uma atmosfera particular, que nenhum dos envolvidos consegue captar sozinho, mas que volta quase sempre logo que as duas se encontram. (FLECK, 2010, p.87).

A atmosfera criada pelas discussões de Freud e Malinowski contribuíram para que outros pesquisadores, como Róheim e Devereux, fossem um dos primeiros pesquisadores a explorar um novo campo que unisse as duas práticas. Consideramos pertinente destacar que o “estilo de pensamento” fleckiano está representado pelas disciplinas de antropologia e psicanálise enquanto unidades. Pois, como pesquisadores, inseridos em um determinado grupo acadêmico (ciências da natureza ou das humanidades), somos treinados para atender as demandas da disciplina. Esse treinamento condiciona a maneira que enxergamos e pensamos o mundo e o nosso objeto de pesquisa. Além disso, o “estilo de pensamento” de pesquisadores como Malinowski e Freud, que desenvolveram suas próprias teorias, é o que mantém a particularidade de um grupo de pesquisadores. No entanto, como vimos anteriormente, esses pesquisadores (unidade em teoria, mas coletivo por ser um grupo de pessoas) sofrem também influência externa e podem participar de outros coletivos. O que pode acontecer, a partir dessas interações, é o surgimento de um novo campo de estudo aprimorado por um conjunto de ideias que não pertencem, necessariamente, a mesma origem. (FLECK, 2010).

Conclusão

No contexto brasileiro, a disciplina ainda continua no seu *status nascendi*. Apesar de sermos um país diverso em aspectos culturais e propício a receber uma teoria com abordagens decolonial, de acordo com Bairrão e Barros (2010, p. 50), “a discussão antropologia-psicanálise e mesmo as próprias disciplinas ‘etnopsis’ (etnopsicanálise, etnopsiquiatria, antropologia psicanalítica, etnopsicologia) que nasceram da ‘complementaridade’ de ambas, são pouco conhecidas”. O termo etnopsicanálise é utilizado para afirmar a parceria empreendida entre Psicanálise e Antropologia⁸⁹. Os atendimentos clínicos de Psicanálise, Psicologia e Psiquiatria no Brasil não costumam considerar fatores culturais no diagnóstico do paciente. Esse fato ocorre devido à percepção de que diante a mestiçagem brasileira há um acolhimento das alteridades existente e que somos todos iguais, ou seja, somos todos brasileiros.

⁸⁹ Na perspectiva de Bairrão e Barros (2010, p.51): “Enquanto a psicanálise pode contribuir com um olhar profundo e complexo sobre o outro (e do outro em nós), a antropologia auxilia a conhecer e reconhecer este outro em sua alteridade, bem como nos informando sobre o Brasil e as diferentes práticas culturais do país.”

No entanto, essa ideia que se pretende ser democrática “é culturalmente ‘homogeneizante’ e atento a modelos de pessoa restritos a uma psiquiatria e medicina ocidental” (BAIRRÃO et al., 2010, p. 52). Infelizmente, há pouco interesse e, às vezes, desconhecimento desta teoria e prática por partes de alguns profissionais (que trabalham com saúde mental) do nosso país.

Além disso, o artigo escrito por Emilly Lima et al., “Etnopsicanálise no Brasil: revisando literaturas e contextualizando subjetividades (2020)”, realizou um levantamento bibliográfico para identificar a quantidade de estudos direcionados para Etnopsicanálise no Brasil entre 2010 a 2019. A pesquisa considerou 6 bancos de dados, como: Scielo, Banco de Teses e Dissertações (BDTD), PePsic, LILACS, Periódicos da CAPES e Google Acadêmico. Ao buscar pela palavra-chave “etnopsicanálise”, foi encontrado apenas 29 trabalhos, entre artigos, teses e dissertações. No entanto, após realizarem um filtro do teor do conteúdo, apenas 6 passaram no teste⁹⁰. Esses trabalhos selecionados, a maioria, pertence ao Laboratório de Etnopsicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), da Universidade de São Paulo (USP). O laboratório foi fundado nos anos 2000 e desde essa época continua sob a coordenação do professor Dr. José Francisco Miguel Henriques Bairrão. Atualmente é o único laboratório de referência nessa temática no território brasileiro.

Apesar dos estudos serem escassos, o debate entre Antropologia e Psicanálise, em torno do complexo, mostrou-se promissor para o estudo do desenvolvimento epistemológico de um campo científico. Portanto, ao aplicar a teoria fleckiana de “coletivo de pensamento” e “estilo de pensamento”, para a compreensão do surgimento da Etnopsicanálise, temos a expectativa de promover e fomentar estudos que abordem sobre a formação de disciplinas das ciências humanas e sociais, no campo da História da Ciência. E, com essa nova abordagem, ampliar o campo de estudo para além das disciplinas das ciências naturais.

⁹⁰ Conforme Lima et al. (2020, p. 110-11): “Na etapa de seleção foram excluídos 11 trabalhos, dos quais 7 apareceram nos resultados de mais de uma base de dados e 4 não estavam com a obra completa disponível, dispondo apenas do resumo. Todos os trabalhos selecionados passaram por uma análise detalhada de seus resumos e palavras-chave na fase de elegibilidade. Foram elegidos somente trabalhos que continham exatamente o termo “Etnopsicanálise” nas palavras-chave e que discorriam sobre a Etnopsicanálise ao longo do texto. Após os processos de seleção e elegibilidade, foram incluídos 6 trabalhos de diferentes naturezas, entre articulações teóricas, relatos clínicos e teses de doutorado.”

Referências bibliográficas

Fonte

MALINOWSKI, Bronislaw K. *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. Tradução de Francisco M. Guimarães (Coleção Antropologia). ed. Vozes. 3º ed., Petrópolis: Rio de Janeiro. 2013.

Bibliografia

BAIRRÃO, Miguel Henriques. BARROS, Mariana Leal de. *Etnopsicanálise: embasamento crítico sobre teoria e prática terapêutica*. rev. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais. São Paulo, Jan./Jun., vol. 11, n. 1, 2010, p. 45-54.

CONDÉ, Mauro Lúcio. *Paradigma versus estilo de pensamento na história da ciência*. Texto apresentado no 9º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Rio de Janeiro, 2003, p. 123-146.

DOMINGUES, Eliane. HONDA, Hélio. REIS, Juliana Gomes dos. *A etnopsicanálise de Devereux no filme Jimmy P.: uma introdução à clínica transcultural*. rev. Psicologia em estudo, v. 24, 2019, p.1-15.

FANTINI, J. A. *A construção do social – antropologia e psicanálise*. In: Imagens do pai no cinema: clínica da cultura contemporânea [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 17-64. ISBN: 978-85-7600-365-6. <https://doi.org/10.7476/9788576003656>.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu, contribuição à história do movimento analítico e outros textos (1912-1914)*. ed. Companhia das Letras. Tradução: Paulo César de Souza. v. 11, p.7-79 .

_____. *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. ed. Companhia das letras. Tradução: Paulo César de Souza. v. 16, p. 182-192.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

_____. *Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftliche Tatsache: Einführung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv*. rev. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 1980.

LIMA, Emilly. SIQUEIRA, João Paulo. VIEIRA, Luiz Otávio. *Etnopsicanálise no Brasil: revisando literaturas e contextualizando subjetividades*. rev. Pensata. v.10, n.1,jul., 2020,p. 102-115. DOI: <https://doi.org/10.34024/pensata.2021.v10.11047>.

SANTOS, Franciely C. *Um polonês entre os vitorianos: a trajetória intelectual de Bronislaw Malinowski*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. 2023.

_____. *Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942): o processo de constituição da etnografia enquanto método antropológico*. rev. Tempo da Conquista. 2022, p.1-25.

SCHADEN, Egon. *A Antropologia em face da Psicanálise*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 2, 1956, p.143–150. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1956.110342. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/110342>. Acesso em: 15 maio. 2024.

SCHAFER, Lothar. SCHBELLE, Thomas. *Introdução: fundamentação da perspectiva sociológica de Ludwik Fleck na teoria da ciência*. In.: FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, p.1-36.

WEINFELD REISS, Regina. *Entre Totens e tabus: estruturalismo e psicanálise*. **Anuário Antropológico**, [S.l.], v.10, n.1, 2018, p.326–332. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6373>. Acesso em: 17 maio. 2024.

Lazer e sociabilidades das classes trabalhadoras em pequenas comunidades rurais do Oeste mineiro (século XIX)

Leisure and Sociability of the Working Classes in Small Rural Communities of Western Minas Gerais (19th Century)

Evelyn Cristine Oliveira Nascimento

Graduada em Educação Física

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

evelyncon19@gmail.com

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral

Doutor em Estudos do Lazer

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

dvoamaral@gmail.com

Recebido: 11/02/2025

Aprovado: 07/04/2025

Resumo: Pesquisas sobre a história das diversões em Minas Gerais costumam ter como ponto de partida o final do século XIX, privilegiando a análise das sociabilidades supostamente mais sofisticadas, desfrutadas por setores das elites das cidades maiores e com uma dinâmica urbana mais intensa. Esse cenário pode ser explicado tanto por razões teóricas quanto por limitações documentais. Com o intuito de ampliar o estado de conhecimento sobre o tema, a presente pesquisa descreve e interpreta a dinâmica histórica das diversões dos moradores de pequenos distritos e povoados rurais da região do Oeste mineiro, abrangendo quase todo o século XIX. As principais fontes utilizadas foram processos-crime arquivados no Fórum de Oliveira, com as primeiras ocorrências datadas de 1842, estendendo-se até 1900. Os registros estão disponíveis nos acervos digitais da Universidade Federal de São João del-Rei. Tabernas, bebedeiras, jogatinas, festividades, casas de prostituição, espetáculos circenses e caçadas formam as possibilidades de tempo livre reveladas pelas fontes criminais. Os resultados contrariam uma disseminada percepção da hinterlândia brasileira, historicamente marcada pelo estigma do atraso e do subdesenvolvimento, como um lugar pacato, monótono e com poucas opções de divertimento.

Palavras-chave: história; diversões; classes trabalhadoras.

Abstract: Research on the history of entertainment in Minas Gerais often begins in the late 19th century, focusing on the analysis of supposedly more sophisticated sociabilities enjoyed by elite sectors in larger cities with more intense urban dynamics. This scenario can be explained by both theoretical

reasons and documentary limitations. To expand the state of knowledge on the subject, this research describes and interprets the historical dynamics of leisure activities among residents of small rural districts and villages in the Western Minas Gerais region, spanning nearly the entire 19th century. The primary sources used were criminal cases archived at the Oliveira Forum, with the earliest records dating back to 1842 and extending to 1900. These records are available in the digital collections of the Federal University of São João del-Rei. Taverns, drinking bouts, gambling, festivities, brothels, circus performances, and hunting emerge as the leisure possibilities revealed by criminal records. The results challenge a widespread perception of the Brazilian hinterland — historically stigmatized as backward and underdeveloped — as a quiet, monotonous place with few entertainment options.

Keywords: history; entertainment; working classes.

Introdução

Pesquisas que tratam da história das diversões em Minas Gerais costumam tomar como ponto de partida o final do século XIX, privilegiando a análise das sociabilidades supostamente mais sofisticadas, fruídas por setores das elites das cidades maiores e com uma dinâmica urbana mais vigorosa.⁹¹ Esse cenário pode ser explicado tanto por razões teóricas quanto por limitações documentais.

No que tange às razões teóricas, nota-se uma usual vinculação entre os processos de urbanização e industrialização para a conformação de uma nova forma de uso do tempo livre, “dali em diante identificada como lazer” (Amaral; Dias, 2019, p. 63). Partindo dessa premissa, pesquisas históricas sobre o tema frequentemente pressupõem que o lazer inexistia em localidades pequenas e quase inteiramente rurais, o que explica, de um lado, a escolha dos grandes centros, e, de outro, o final do século XIX, período caracterizado por um intenso esforço urbanizador que delineará, na virada para o século XX, uma “pequena revolução dos costumes” (Dias; Machado; Hosken, 2019, p. 1.200).

Do lado das razões documentais, nucleações pequenas, ruralizadas e distantes dos grandes centros geralmente apresentam preservação mais precária, o que desencoraja, quando não impede, tentativas investigativas nesse sentido (Dias *et al.*, 2014). Em outra frente, as principais fontes mobilizadas nas pesquisas sobre o uso do tempo livre em Minas Gerais são os jornais, cujos cronistas carregavam ambições simbólicas de progresso material e comportamental (Amaral, 2022). Nesses

⁹¹ Cf., por exemplo, Rodrigues, 2006; Carvalho, 2010; Oliveira, 2016; Amaral; Dias, 2017; Nogueira Júnior, 2017; Silva, 2018.

termos, é justificável que, ao tomar a imprensa como principal referência informativa, os esforços dos pesquisadores sejam direcionados para a compreensão dos modismos e inovações que preenchiam as expectativas imaginárias dos grupos abastados.

É bem verdade que, nos últimos anos, temos acompanhado um esforço da historiografia mineira na busca por caminhos que possam romper com este panorama apresentado, especialmente no que diz respeito à ampliação das fontes e dos agentes investigados. Marina Nakayama (2016), por exemplo, em pesquisa sobre o tempo livre de trabalhadores de Juiz de Fora, nas duas primeiras décadas do século XX, cotejou um extenso volume de processos-crime dos arquivos daquela cidade, identificando várias formas de sociabilidades lúdicas envolvendo a mão de obra local. Já Caroline Bibbó (2017), em direção parecida, por meio do cotejamento de documentos camarários, examinou, no final do século XIX, na antiga capital mineira, Ouro Preto, posturas e legislações que incidiam sobre diversões “ilícitas”, usualmente fruídas por grupos populares.

Não obstante, em que pese o avanço interpretativo, os novos estudos permanecem concentrados nos grandes centros, com recortes temporais voltados para o final do século XIX. É nessa direção que a presente pesquisa, com a intenção de ampliar o estado de conhecimento a respeito do assunto, descreve e interpreta a dinâmica histórica das diversões dos moradores de pequenos distritos e povoados rurais da região do Oeste mineiro, abrangendo quase todo o século XIX. As principais fontes mobilizadas foram processos-crime depositados no Fórum de Oliveira, com as primeiras ocorrências datadas de 1842, estendendo-se até 1900. Os registros encontram-se disponíveis nos acervos digitais da Universidade Federal de São João del-Rei (Arquivos Históricos e Documentais da Comarca do Rio das Mortes).

Ao todo, foram examinados 910 processos, levando-se em consideração o local do ocorrido, os dados contidos nas denúncias e os depoimentos dos réus e testemunhas. Essa série elencada engloba crimes de diferentes naturezas, como ameaça, agressão física, arrombamento, roubo, assassinato, defloração, desobediência, estelionato, facilitação de fuga, injúria verbal, perturbação da ordem pública e rapto. Embora os crimes ocorridos constituíssem algum grau de importância, nos interessou, de forma mais incisiva, manejar essas fontes e observar as situações de tempo livre dos moradores dos pequenos lugares investigados. Mais do que os delitos, a leitura ampliada desses processos nos permitiu identificar fragmentos do cotidiano e momentos de diversão das pessoas envolvidas nas querelas processuais.

Para a seleção dos processos, levamos em consideração ocorrências que apresentaram práticas ligadas à questão do tempo livre e que, de alguma forma, se tornaram cenários trágicos para desentendimentos, rixas ou incidentes da vida diária. O acervo documental selecionado foi organizado e agrupado em pastas, com o ano, o local e o divertimento. Os distritos da jurisdição do município de Oliveira nos quais encontramos registros de interesse foram: Bom Sucesso, Cana Verde, Carmo da Mata, Cláudio, Passa Tempo, Perdões, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Francisco de Paula e São João Batista. Também encontramos registros nos seguintes povoados: Cabrais, Frades e Martins (cidade de Oliveira), Serra Negra (distrito de São Sebastião do Curral), Bom Jesus (distrito de Cana Verde) e Lajes (distrito de Carmo da Mata).

As temáticas dos divertimentos, bem como a quantidade de ocorrências encontradas, foram organizadas conforme a seguinte lógica: tabernas (3), bebidas (12), jogatinas (14), festas domiciliares (4), festas públicas (1), festas religiosas (3), festas sem especificações (4), prostituição (4), circo (1) e caça (1). É preciso destacar que essa divisão não reflete uma especificidade rígida entre as possibilidades de tempo livre, podendo, em várias ocasiões, misturar-se. A bebida e a jogatina, por exemplo, poderiam estar presentes na taberna, nas casas de prostituição ou nas festividades. No curso da pesquisa, foram selecionados alguns exemplos de cada temática, na intenção de desnudar especificadas desses divertimentos, não abarcando, portanto, de forma descritiva, a totalidade dos registros encontrados.

Essa documentação, de natureza policial, por vezes involuntária, deixa ver, por meio do depoimento dos réus e testemunhas, fragmentos do cotidiano das pessoas arroladas nos processos, frequentemente dos estratos menos privilegiados, cujo arcabouço informativo não se encontraria em outras fontes disponíveis. Como já disse Daniel Roche (2004): “quem quiser encontrar os pobres deve seguir a polícia”.

De forma complementar, a pesquisa utilizou o jornal *Gazeta de Oliveira*, da cidade homônima, uma publicação fundada em setembro de 1887 pelo português Antônio Fernal, que, no ano de 1899, mudou seu nome para *Gazeta de Minas*. Suas edições estão disponíveis no acervo digital do próprio editorial. Com uma tiragem semanal, circulando sempre aos domingos, o jornal possuía agentes e representantes instalados em cidades e distritos de diferentes pontos do Oeste mineiro, incluindo alguns distritos de interesse da pesquisa, compartilhando uma gama variada de informações, como excursões de circos, caçadas ou relatórios de estabelecimentos que comercializavam bebidas alcoólicas.

“Festas”, “jogatinas” e “bebidas espirituosas”

Em novembro de 1880, o negociante André J. Pimentel, vulgo Baiano, estava em uma taberna no distrito de Cláudio, “tomando aguardente” com Joaquim Julião. Tempos depois, “os dois começaram a se insultar”, quando André, com uma faca, desferiu “diversas facadas” em Joaquim. Além das facadas, André sacou uma garrucha, “acertando o ofendido com dois tiros”, o que ocasionou sua morte (AHCRM, 1890).

Em junho de 1900, em outro registro, dessa vez na povoação de Serra Negra, no distrito de São Sebastião do Curral, o jornaleiro José Antônio de Araújo Júnior disparou uma garrucha contra Tibúrcio Pereira da Costa, “matando-o imediatamente”. De acordo com testemunhas, “o réu foi impelido a cometer o crime”, uma vez que havia sido “insultado verbalmente” e ainda “agredido com uma faca”. As testemunhas afirmaram que “o réu era um homem pacífico e trabalhador e, em contrapartida, o ofendido estava constantemente embriagado e provocando” (AHCRM, 1900).

O uso abusivo de bebidas alcoólicas, compradas ou consumidas, geralmente, no interior de bares, botequins, tabernas ou vendas, termos usados para definir os estabelecimentos encarregados de comercializar aguardente, cerveja, licores e vinhos, não havendo, segundo Taina Karls (2017), distinção clara entre esses espaços, encontra-se presente na maior parte dos registros selecionados. Segundo apontamentos de Daniel Roche (2004), nas investigações sobre as classes menos abastadas: “quem se ocupa da cultura do povo, não tarda a encontrar o bar”.

No contexto da pesquisa, essas vendas ocupavam um papel central na aglutinação e difusão de informações, uma espécie de “observatório popular” (Chalhoub, 2012). Estavam espalhadas, com uma larga penetrabilidade, nas sedes e nos povoados rurais das nucleações investigadas. Uma evidência a esse respeito, no início do século XX, quando é possível consultar, no jornal *Gazeta de Minas*, lançamentos detalhados de impostos de indústria e comércio de três distritos do município de Oliveira, encontramos os seguintes dados: Passa Tempo, 1 farmácia, 2 fábricas de manteiga, 3 fazendas e 6 tabernas. Santana do Jacaré, 1 farmácia, 4 fazendas, 5 negócios de gado e 9 tabernas. Por fim, Carmo da Mata, 1 farmácia, 1 olaria, 1 fábrica de ferraduras, 2 fábricas de manteiga, 7 fazendas, 14 negócios de gado e 25 tabernas (Gazeta de Minas, Oliveira, 24 dez. 1911, p. 3, 4).

Percebe-se que, somados todos os empreendimentos registrados dos três distritos citados, totalizando 82 negócios alcançados pela coletoria, 48,78% eram tabernas. Ou seja, de todo o comércio e indústria local, quase metade estava envolvida com a venda de bebidas alcoólicas. Mesmo se tratando de um recorte temporal mais avançado, isto é, a década de 1910, a pequena diversificação dos

empreendimentos de comércio e o predomínio das tabernas nas três nucleações distritais, sugerem a presença e a importância desses ambientes em períodos anteriores. Em 1819, por exemplo, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilare, de passagem pela cidade de Oliveira, já notava uma relativa movimentação comercial na parte central, com pontos para o consumo de bebidas alcoólicas. Segundo narrado: “Encontra-se em Oliveira várias lojas de tecidos e armarinhos com variado estoque, além de botequins, uma farmácia e dois albergues, cada um com o seu rancho” (Saint-Hilare, 2004, p. 85).

A abertura e manutenção de tabernas estavam intrinsecamente associadas à demanda dos clientes, cuja procura parecia ser bem intensa; caso contrário, não teríamos números tão significativos. Com a bebedice, nas palavras de Maria Rosa (2021, p. 12): “muitos perdiam o juízo e cometiam maus tratos, falavam palavras descompostas, cometiam excessos, faziam parvoíces e davam escândalos”. Esse movimento ajuda a entender o alcoolismo como o principal pano de fundo das teias de sociabilidades impregnadas nos registros policiais.

Em novembro de 1845, por exemplo, “em um distrito da cidade de Oliveira”, os oleiros Antônio Duarte Mendes e José Ferreira da Costa estavam “ajudando na construção da comunheira da casa de Izequiel de Souza”. Ao fim do expediente, os três se reuniram para consumir “bebidas espirituosas”. Neste ínterim, Antônio Duarte, “completamente bêbado”, foi provocado por José Ferreira. Em razão disso, Antônio, “fora de controle”, desferiu um “golpe de faca” em José, ferindo-o gravemente (AHCRM, 1845).

Em janeiro de 1853, no distrito de Cana Verde, às margens de um riacho da povoação de Bom Jesus, Lázaro Antônio Medela e Manoel Joaquim Maduro, “ambos embriagados”, começaram a discutir, “resultando em uma luta corporal”. Segundo testemunhas, que também estavam no local consumindo “cachaça”, “o réu Lázaro teria sido jogado à lama pelo ofendido Manoel Joaquim”. Como vingança, “o réu apontou a espingarda para o ofendido e atirou, não respondendo aos pedidos de sua mãe para parar a briga”. O tiro ocasionou a morte de Manoel Maduro (AHCRM, 1853).

Em setembro de 1862, no distrito de Santo Antônio do Amparo, o réu Joaquim José de Santana, “estando embriagado”, foi “atrás de sua mulher que o havia deixado”. Ao encontrá-la, José Joaquim promoveu uma série de insultos e ameaças. O ofendido Cândido Julião, na tentativa de impedir a continuidade das agressões verbais, “acabou esfaqueado, morrendo dias depois em decorrência do fato” (AHCRM, 1862).

Em novembro de 1877, no distrito de Carmo da Mata, o carpinteiro José Fernandes da Silva, vulgo José Carapina, foi acusado de agredir brutalmente a fiadeira Maria Severina, vulgo Maria Criola.

Segundo consta no processo, o réu invadiu a casa da vítima, e alcoolizado, cometeu “atrocidades” contra ela: “dedo da mão decepado e brechas na região da cabeça”. Uma das testemunhas alegou que “os dois viviam se embebedando e brigando”. O réu alegou que os dois moravam juntos, “insistindo até o final que não foi autor das pauladas e facadas” (AHCRM, 1877).

Outro exemplo, datado de outubro de 1898, no distrito de São Francisco de Paula, o carapina Eusébio Marcelino da Rocha foi denunciado por tentativa de assassinato a Francisco de Paula Gonçalves após uma briga. Estavam, segundo a ocorrência, “o denunciado e o ofendido em um bar, quando Eusébio foi colocado para fora do mesmo e começou a insultar e brigar com o irmão de Francisco. Este, vindo em socorro do irmão, acabou sendo ferido com uma faca”. Eusébio foi levado ao júri e “condenado a um ano e dois meses de prisão” (AHCRM, 1898).

O alcoolismo, para além do seu consumo nas vendas, ruas, praças, beira de riachos, ou ainda residências particulares, também esteve associado a outros divertimentos, tornando-se um ingrediente adicional nas situações de animosidades e violências verbais e físicas. Jogo e embriaguez estavam, na maioria das vezes, associados uns aos outros (Nakayama, 2016). No geral, os registros encontrados nos processos criminais dizem respeito a dois jogos que fizeram parte de momentos de tempo livre dos moradores dessas pequenas nucleações: cartas e víspera. Em pelo menos dois momentos a embriaguez esteve presente nas ocorrências policiais. Nos demais boletins judiciais envolvendo jogatina, embora o consumo de álcool não tenha sido citado, não seria exagero inferir que diferentes bebidas estivessem presentes, visto que, como já foi demonstrado, o seu consumo era largamente disseminado nas localidades investigadas. A brevidade dos registros e a ausência de especificação, na maioria dos casos, dos espaços do jogo, reforçam essa posição.

No caso do jogo de cartas, podemos citar que, em novembro de 1842, “no arraial de Perdões”, o réu Manoel Joaquim Gomes estava “na rua” jogando cartas com Eleutério. No curso da partida, Manoel “avançou para cima” do companheiro de jogatina. O réu, segundo consta no processo, “correu para sua casa para pegar uma espingarda (manguarã) e uma faca para tentar matar Eleutério”. Este fugiu a tempo. Maria Clara de Jesus tentou dissuadir Manoel da ideia de matar o ofendido, e “acabou levando algumas bordoadas na cabeça”. Manoel fugiu do local, porém, logo foi encontrado pelas forças policiais e preso pela dupla agressão (AHCRM, 1842).

Em agosto de 1898, em uma “povoação de Oliveira”, o cabo da esquadra e comandante da brigada policial da cidade, Rodrigues da Silva Perdigão foi “acusado de ter roubado dinheiro que iria pagar os salários de alguns praças”. O réu havia recebido da coletoria “o valor de 386 mil e 200 réis”,

contudo, no depoimento, alegou que “foi chamado para jantar e depois de jogar cartas com alguns indivíduos, só que bebeu demais e quando voltou a si o dinheiro tinha sumido”. Contrariando essa versão, “as testemunhas disseram que perdeu tudo no jogo”. Como desfecho, “o réu foi condenado a 12 meses de prisão, expulsão da Brigada, além de indenizar o Estado” (AHCRM, 1898).

No ano seguinte, em um registro do distrito de Passa Tempo, datado de agosto, durante uma partida de cartas, em local não informado, o lavrador Francisco José de Freitas acusou João Nogueira de “estar roubando”, embora “o próprio Francisco não tivesse muito conhecimento de como se jogava”. Depois de muita discussão, na qual ambos se ofenderam, “o denunciado partiu para cima do ofendido e, com uma garrucha, deu um tiro em Francisco José” (AHCRM, 1899).

Quatro meses depois, também no distrito de Passa Tempo e em local não informado, as forças policiais registraram um novo incidente envolvendo jogo de cartas. Desta feita, Antônio Zacarias Nunes, após uma discussão com José Maximiano Peixoto, em razão de uma suposta trapaça, valeu-se de uma “foice” para agredir José, deixando-o gravemente ferido (AHCRM, 1899).

Já, no caso do jogo de víspera, em mais um registro do distrito de Passa Tempo, em agosto de 1899, o negociante Francisco José de Freitas e o lavrador João Garcia envolveram-se em uma discussão e passaram a “trocar acusações”, “durante uma partida de víspera”. “Logo depois atracaram-se violentamente, quando Francisco deu uma facada em João”. Segundo o boletim policial, “ambos estavam embriagados e alterados no momento do crime” (AHCRM, 1899).

Festas domiciliares, públicas, religiosas, ou ainda sem especificações, também integraram o leque de fruição de tempo livre, e não era raro que esses eventos fossem regados de danças, músicas e, como não poderia deixar de ser, “bebidas espirituosas”. Segundo Léa Perez (2018, p. 37), tomando como referência os relatos de viajantes estrangeiros que recortaram o território mineiro no século XIX, havia uma organização farta de festividades, da elite e populares, com a participação de brancos, negros e índios, promovendo um entrelaçamento de “gentes e coisas, de crenças e valores, de cheiros e sabores”.

Sobre as festas domiciliares, podemos citar que, em outubro de 1853, no distrito de Bom Sucesso, o jornaleiro Luiz Barbosa de Faria, que participava de uma “súcia”, “no terreiro de Florinda”, por ocasião de um “batizado”, foi acusado de assinar a facadas Manoel Antônio. Conforme o depoimento do réu, ele alegou não se lembrar do acontecido, pois, nas suas palavras, “estava embriagado” (AHCRM, 1853).

Em março de 1879, na área rural da cidade de Oliveira, mais precisamente no povoado de Martins, ocorria um batuque na casa de Silvério. No momento das músicas, o guarda municipal Joaquim Teixeira dos Santos havia pedido para que a lavadeira e fiadeira Maria Teresa “não dançasse, mas ela não deu ouvidos”. Segundo testemunhas, Joaquim, inconformado com a situação, “utilizando um sabre, espancou barbaramente a ofendida”. “O caso foi a júri de sentença e o réu absolvido” (AHCRM, 1879).

Em outro batizado, dessa vez em novembro de 1899, no distrito de Carmo da Mata, os irmãos José Maria Assunção (negociante) e Jonathas José Assunção (ferreiro) foram acusados de espancar, por motivos fúteis, Franklin José dos Santos. Segundo consta nos autos, o processo foi remetido ao juiz de paz, que julgou a queixa improcedente por falta de provas (AHCRM, 1899).

Sobre festas públicas, é instigante um registro datado de abril de 1900, cuja querela ocorreu no distrito de São Francisco de Paula. No dia 26, nas “corridas carnavalescas”, o lavrador Higino Ribeiro Silvino “tomou um tiro no peito que o ofendido inicialmente pensou ter sido pólvora, mas na verdade foi baleado com uma grande quantidade de chumbo”. O autor do disparo foi o “amigo íntimo e companheiro dele na corrida”, José de Barros (carpinteiro). Depoimentos indicaram que o tiro desferido, que quase matou a vítima, era endereçado “ao dono do cavalo em que Higino estava montado, e que alguém, maldosamente, colocou um projétil de chumbo na garrucha, situações que colaboraram para a absolvição do réu (AHCRM, 1900).

Já no que diz respeito às festas religiosas, em 1844, no distrito de Passa Tempo, João Cândido e Tenente Lindolfo Pinheiro Chagas foram nomeados festeiros da procissão do Senhor Morto. Concluída a festa, João Cândido foi até a casa de Lindolfo para acertarem as contas da festa. Chegando à casa, segundo relato da esposa de Lindolfo, “o marido estava de cama, mas convidou o ofendido para entrar”. Ao entrar no quarto, João Cândido começou a falar sobre as contas, quando “Lindolfo se apoderou de um punhal e fez nele um pequeno ferimento, além de lhe dar uma bofetada no nariz”. Como desfecho, “o réu pagou uma fiança e o ofendido não deu continuidade ao processo” (AHCRM, 1844).

Em julho de 1849, “em uma povoação” do município de Oliveira, durante uma “festa religiosa”, o réu José Pacheco Lopes pediu a Joaquim Antônio do Nascimento ouro para enfeitar um anjo. Joaquim “o emprestou alguns colares e pulseiras de sua madrinha, dona Lisarda Maria do Sacramento”. O réu, por sua vez, “hipotecou um pouco do ouro com José Santana e o resto gastou em jogo” (AHCRM, 1849).

Em mais um registro, datado de outubro de 1870, no distrito de São Francisco de Paula, durante uma “festa do Rosário”, o jornaleiro Francisco Correia “bateu em uma crioula”. O oficial de justiça Camilo Alves Pereira tentou prender o acusado, “e ele entrou em briga com o oficial, dando-lhe duas facadas”. “Francisco Correia foi a júri e condenado a 14 meses de prisão por atentado contra a vida” (AHCRM, 1870).

Havia ainda festas cujos registros não oferecem especificações do motivo e do espaço de organização. Em todo caso, reforça um ambiente efervescente de festividades, com uma participação efetiva dos moradores dessas pequenas localidades. Em março de 1855, por exemplo, em “um arraial de Oliveira”, Francisco Antônio dos Santos foi acusado de ter “disparado um tiro na coxa” de Francisco Cordeiro Neto “durante uma festa”. O incidente ocorreu quando o lampião que iluminava a sala foi apagado. Segundo consta nos autos, “ouviu-se somente o barulho do tiro, sem que pudesse saber com certeza o autor”. A vítima alegou que “não havia entre ele e o acusado nenhum rancor”. Baseado nessas informações, “o júri foi unânime na absolvição do réu” (AHCRM, 1855).

Em setembro de 1896, em outro exemplo, no distrito de Carmo da Mata, Antônio Vicentino foi acusado de agredir o lavrador Carlos José “com um cacete”, ferindo-o “na cabeça”. Os dois se encontravam “dançando em uma festa” no momento do crime. Segundo testemunhas, o motivo do crime teria sido o ciúme do acusado pela sua mulher, que “goza de má reputação”. O réu prestou depoimento, porém o processo ficou inconclusivo, por motivo da necessidade de novas diligências (AHCRM, 1896).

A prostituição também integrou o leque de tempo livre de moradores das localidades investigadas. De acordo com Renata Cavour (2011, p. 17), essa prática estava intrinsecamente ligada aos homens de variadas classes sociais que buscavam “fuga para uma sociedade que de dia trabalhava e tinha diversas limitações morais sexuais”. Ainda segundo a autora, o principal objetivo era saciar impulsos sexuais supostamente impróprios, bem como forma de iniciação sexual dos mais jovens. Nos registros cotejados, a prostituição aparece como sendo oferecida em “casas” onde residiam “prostitutas”. Não raro, ocorria o uso abusivo de bebidas alcoólicas nesses espaços.

Em setembro de 1861, por exemplo, no povoado rural de Cabrais (cidade de Oliveira), o boiadeiro Honório Antônio foi acusado de espancar brutalmente Cândido Antônio de Moraes. “Os dois estavam na casa de duas irmãs prostitutas se divertindo e se embriagando”. No depoimento o acusado alegou “não se lembrar de nada, dizendo que não estava no seu pleno juízo” (AHCRM, 1861).

Em mais um registro, datado de outubro de 1900, em outro povoado rural de Oliveira, dessa vez sem especificação do nome, o “camarada de viagens” Francisco de Paula Ferreira entrou na “casa da prostituta Mariana Cândida”, acompanhado de José Américo, local que já contava com a presença do topógrafo João Pereira Marques. Segundo consta no processo, “Francisco e João se desentenderam a respeito de quem permaneceria ali dentro e partiram para a luta corporal, sendo que este último saiu ofendido”. O caso foi levado ao júri e o réu absolvido (AHCRM, 1900).

Os processos criminais também indicaram a possibilidade de tempo livre no circo. Segundo a historiadora Rosana Xavier (2019), companhias circenses já excursionavam pela região do Oeste mineiro pelo menos desde o ano de 1842, quando é possível encontrar registros da passagem do Circo Olímpico pelas cidades de Oliveira e São João del-Rei. No quartel final do século XIX, especialmente a partir do ano de 1892, com a proliferação dos ramais da Estrada de Ferro Oeste de Minas, as turnês dos artistas cênicos ficaram mais recorrentes, em razão das possibilidades de transporte mais rápido, barato, seguro e previsível (Xavier, Amaral Dias, 2019). No geral, empresários de circo privilegiavam cidades maiores, com melhores condições de estradas ou pontilhadas por trilhos ferroviários. De outra parte, esses mesmos grupos, ainda que em menor frequência, também visitavam pequenas localidades e povoações, especialmente em dias de festas, transfigurando, como bem apontado por Regina Duarte (1993), o ambiente e o cotidiano das pacatas nucleações mineiras. Nas suas palavras: “qualquer arraial mineiro contava, a cada ano, com a chegada de companhias de circo” (p. 10).

Tomando como referência matérias e propagandas veiculadas pelo jornal *Gazeta de Minas*, é possível encontrar, na década final do século XIX, registros da passagem de circos por pequenos distritos da região, confirmando a possibilidade de fruição de lazer com os espetáculos cênicos. O Circo Equestre, dirigido por Lazaro Telles, que em junho de 1892 visitou o distrito de Cláudio, o Circo União Artística, dirigido por Manoel José de Barros, que em agosto de 1892 visitou o distrito de Santana do Jacaré, ou ainda o Circo Pery & Coelho, “dirigido pelos renomados artistas Pery e Coelho”, que em maio de 1894 visitou os distritos de Carmo da Mata e Espírito Santo do Itapeçerica, são alguns exemplos nessa direção (cf., respectivamente, *Gazeta de Minas*, Oliveira, 12 jun. 1892, p. 2; 7 ago. 1892, p. 2; 20 mai. 1894, p. 3).

Encontramos, nas ocorrências judiciais, uma passagem ocorrida em torno do circo. O caso aconteceu em abril de 1874, em um povoado de Oliveira, denominado “Frades”. Na ocasião, o comerciante e chefe da guarda municipal, Herculano Rodrigues, “exigiu para si e sua família entradas para o circo de cavalinhos”, o que foi negado pelo diretor da companhia, o espanhol Manoel Maria

Mendes. Enfurecido com a negativa, segundo declarações de testemunhas, Herculano “começou a injuriar o diretor da companhia equestre” (AHCRM, 1874).

Por fim, as fontes primárias também indicaram a caça. A primeira obra publicada no Brasil dedicada exclusivamente ao tema da caça foi produzida em 1860, por Francisco Adolfo Varnhagen, com o título: *A caça no Brasil, ou manual do caçador em toda América tropical acompanhado de um glossário dos termos usuais da caça*. Nela, o autor oferece um arsenal informativo de sua organização no território nacional, compartilhando experiências, entre outras coisas, de armas, trajes, cães de caça, ambientes da prática, animais de interesse e conselhos ao caçador. Na introdução do trabalho, argumenta-se que: “o exercício da caça, indispensável ao selvagem para buscar alimento, converte-se para o homem civilizado em uma distração lícita, com que dá trégua aos cuidados e trabalhos do espírito, robustecendo o corpo e geralmente o coração” (Varnhagen, 1860, p. 9).

Na *Gazeta de Minas*, por diversas passagens, cronistas locais e correspondentes veicularam informações de caça, com notícias sobre acidentes, vestimentas, utensílios, necessidade de regulação, bem como os perigos da participação de crianças nessa prática (cf., por exemplo, *Gazeta de Minas*, Oliveira, 5 jan. 1890, p. 2; 17 fev. 1895, p. 2; 2 out. 1896, p. 2). Também se veiculou resultados de caçadas, com a participação de pessoas proeminentes de Oliveira e cidades vizinhas, em serras de diferentes pontos do estado, referindo-se à caça como “magnífico divertimento”, de “comoções violentíssimas e prazeres inefáveis” (*Gazeta de Minas*, Oliveira, 22 mar. 1896, p. 2). Em setembro de 1900, por exemplo, a *Gazeta* noticiou uma caça na serra de Carrancas, na qual, “fizeram recentemente diversos caçadores, dentre os quais o nosso colega do jornal *O Resistente*, Major Carlos Sanzio, matando em 12 dias 376 perdizes” (*Gazeta de Minas*, Oliveira, 9 set. 1900, p. 1).

Embora os registros jornalísticos façam referências apenas a caçadores da elite, residentes nas cidades mais proeminentes e que viajavam para pontos de maior visibilidade, cabe destacar que grupos menos abastados, residentes de pequenas povoações e promovendo empreitadas em propriedades rurais da própria localidade de moradia, também estiveram envolvidos com essa atividade na região estudada. Pode-se especular, no caso das camadas trabalhadoras, uma junção do caráter de subsistência da caça, com a dimensão do “divertimento”, este último, elemento reiterado em diversas passagens da imprensa da época.

Encontramos um registro envolvendo a caça. O caso ocorreu em outubro de 1900, no distrito de Carmo da Mata, mais especificamente, no povoado de Laje. Segundo a ocorrência policial, o lavrador Henrique Alves da Cruz, em companhia do menor Joaquim Geraldo dos Santos, “caçava” na

propriedade do fazendeiro Antônio Dias da Silva, pai do menor. Iniciou-se então uma discussão entre Henrique e Antônio, devido à falta de autorização para caçar em sua propriedade. O denunciado (Antônio) agrediu Henrique “e por isso foi levado à Juri de Sentença sendo absolvido” (AHCRM, 1900).

Considerações finais

Os resultados oferecidos pela pesquisa, ainda que com falhas e lacunas, revelam como, ao longo de todo o século XIX, as camadas populares de pequenos distritos e povoados rurais de Minas Gerais tinham à sua disposição um cotidiano lúdico relativamente agitado. Tabernas, bebedeiras, jogatinas, festividades, casas de prostituição, espetáculos circenses e caçadas formam as possibilidades de tempo livre reveladas pelas fontes criminais. Esse repertório representa apenas uma parte das vivências de divertimento desses moradores e trabalhadores. É certo que muitas outras práticas, não explicitadas pela documentação cotejada, estiveram presentes neste cenário. Tudo isso contraria uma disseminada percepção da hinterlândia brasileira, historicamente marcada pelo estigma do atraso e do subdesenvolvimento, como um lugar pacato, monótono e com poucas opções de divertimento (Dias; Ribeiro; Amaral, *prelo*).

A despeito da historiografia do lazer privilegiar a virada para o século XX, período modernizador marcado por inovações lúdicas fruídas pelas elites dos centros proeminentes, nas menores localidades mineiras, em recortes temporais mais recuados, grupos e práticas, antes invisíveis, estão agora recebendo protagonismo. Tal incursão reforça a necessidade da produção de novos trabalhos igualmente importantes, abarcando, com o rastreio e o uso de novas fontes, grupos sociais diversos, situados nos recônditos. Só assim será possível traçar um panorama mais completo da história das diversões no Brasil.

Referências

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. Festas e diversões em Oliveira, Minas Gerais, no final do século XIX: um novo olhar a partir de um periódico local. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 27, n. 1, 2022.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Lazer e mercado do entretenimento em uma cidade rural de Minas Gerais. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, 2019.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Nos trilhos do lazer: entretenimento urbano e mercado de diversões em Divinópolis, Minas Gerais, 1890- 1920. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 237- 261, 2017.

BIBBÓ, Caroline Bertarelli. **Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CARVALHO, Jailson Dias. **Lazer, cinema e modernidade: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG), 1900-1940**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

CAVOUR, Renata Casemiro. **Mulheres de Família: papéis e identidades da prostituta no contexto familiar**. Tese (Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lazer e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Unicamp, 2012.

DIAS, Cleber *et al.* História do futebol em Minas Gerais. **Tempos Gerais**, São João del-Rei, v. 3, n. 2, 2014.

DIAS, Cleber; Machado, Ana Flávia; HOSKEN, Vinicius Moraes Silveira. O espaço da cultura em Minas Gerais: aglomerações territoriais, desenvolvimento socioeconômico e concentração regional entre 1920 e 2010. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. especial, 2019.

DIAS, Cleber; RIBEIRO, Wecisley; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. A vida das cidades mortas: lazer, mercados e sociabilidades religiosas no longo século XIX. **Revista Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, no prelo.

DUARTE, Regina Horta. **Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

KARLS, Thaina Schwan. **Comida, bebida e diversão: uma análise comparada do perfil de restaurantes e confeitarias no Rio de Janeiro do século XIX (1854-1890)**. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NAKAYAMA, Marina Fernandes Braga. **Divertimentos e tempo livre: experiências dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900-1924)**. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NOGUEIRA JÚNIOR, João Martins. **Uma história dos divertimentos do sul mineiro: Itajubá, Pouso Alegre e Campanha entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (1891-1930)**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. O teatro e algumas diversões em Diamantina: uma história registrada pela imprensa (1888-1915). Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PEREZ, Léa Freitas (coord.). **Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX: compêndio de citações**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

ROCHE, Daniel. **O povo de Paris: ensaios sobre a cultura popular no século XVIII**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **A constituição e o enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROSA, Maria Cristina. Diversão, doença e educação dos corpos na Comarca de Vila Rica (século XVIII). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77146, 2021.

SANT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.

SILVA, Igor Maciel da. **Elas se divertem (Barbacena – MG, 1914 a 1931)**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

VARNHAGEN, F. A. **A caça no Brasil, ou Manual do caçador em toda América tropical acompanhado de um glossário dos termos usuais da caça**. E. & H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1860.

XAVIER, Rosana Daniele. **Respeitável público, o circo chegou: itinerários, espetáculos e estratégias comerciais dos circos na cidade de Oliveira, Minas Gerais, (1888-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

XAVIER, Rosana Daniele; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS Cleber. Cultura, ferrovias e desenvolvimento econômico: circos em Minas Gerais no final do século 19. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 24, n. 1, 2019.

Fontes:

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 1 set. 1880, p. 72.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 14 jul. 1900, p. 52.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 7 nov. 1845, p. 44.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 23 jan. 1853, p. 34.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 5 set. 1862, p. 42.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 19 nov. 1877, p. 58.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 6 out. 1898, p. 94.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 10 nov. 1842, p. 18.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 14 out. 1844, p. 104.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 1 ago. 1898, p. 82.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 10 out. 1899, p. 120.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 3 dez. 1899, p. 154.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 10 ago. 1899, p. 120.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 29 out. 1853, p. 112.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 30 nov. 1878, p. 164.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 22 nov. 1899, p. 110.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 26 abr. 1900, p. 46.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 14 abr. 1884, p. 116.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 24 jul. 1849, p. 40.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 18 abr. 1870, p. 88.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 19 mai. 1855, p. 49.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 6 set. 1896, p. 42.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 6 jan. 1861, p. 36.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 4 out. 1900, p. 112.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 4 out. 1900, p. 44.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 16 abr. 1874, p. 154.

Gazeta de Minas, Oliveira, 12 jun. 1892, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 2 out. 1896, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 20 mai. 1894, p. 3.

Gazeta de Minas, Oliveira, 22 mar. 1896, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 24 dez. 1911, p. 3, 4.

Gazeta de Minas, Oliveira, 5 jan. 1890, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 7 ago. 1892, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 9 set. 1900, p. 1.

Gazeta de Minas, Oliveira, 17 fev. 1895, p. 2.

Memórias sobre o Boi da Manta de Pedro Leopoldo (MG): uma análise da festa popular através da História Oral e dos periódicos

Memories of the Boi da Manta in Pedro Leopoldo (MG): an analysis of the popular festival through Oral History and Newspapers

Bheatriz Alexsandra Rocha de Souza

Pós-graduanda em História e Práticas Docentes

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

bheatrizr@gmail.com

Recebido: 17/07/2024

Aprovado: 17/02/2025

Resumo: Este estudo analisa a festa popular do Boi da Manta, realizada em Pedro Leopoldo (MG), a partir da História Oral e da análise dos jornais locais *Observador* e *AquiPL* (1990-2019). Foram entrevistadas quatro pessoas (três homens e uma mulher) ligadas ao evento, entre organizadores, foliões e moradores antigos. Os resultados preliminares apontam para a centralidade do festejo na dinâmica social, enquanto os resultados definitivos evidenciam a relação da festa com o trabalho, sua permanência como tradição familiar e elemento de resistência cultural.

Palavras-chave: Boi da Manta. Memória. História Oral.

Abstract: This study analyzes the popular festival *Boi da Manta*, held in Pedro Leopoldo (MG), through Oral History and the analysis of local newspapers *Observador* and *AquiPL* (1990–2019). Four individuals (three men and one woman) connected to the event—organizers, revelers, and long-time residents—were interviewed. Preliminary results indicate the centrality of the festivity in the social dynamics, while the definitive findings highlight the festival's connection to labor, its persistence as a family tradition, and its role as an element of cultural resistance.

Keywords: Boi da Manta. Memory. Oral History.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto social, cultural e histórico da festa do Boi da Manta em Pedro Leopoldo (MG), destacando sua relação com o trabalho, a memória coletiva e suas transformações ao longo do tempo. A centenária festa do Boi da Manta da cidade de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, é um dos principais movimentos populares da região. Transitando entre uma festa pré-carnavalesca e uma manifestação folclórica, ela carrega consigo a expressão da cultura popular. A tradição de percorrer a cidade atrás de bois, feitos de tecido e metal, vem sendo passada através das gerações e perpassa a própria história da cidade.

A pesquisa sobre a festa do Boi da Manta se apoia em fontes primárias e secundárias, destacando-se a História Oral como principal metodologia, com entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro sujeitos, sendo três homens e uma mulher, com idades entre 50 e 75 anos, moradores e participantes ativos da festa. As entrevistas, conduzidas em 2023, buscaram acessar as memórias dos entrevistados, desde a origem da festa até os eventos mais recentes. O anonimato dos entrevistados, seguem a partir do pedido da entrevistada, sendo aplicado então à todos que cederam seu tempo, suas memórias e autorizações de cessão para a construção da monografia que deu origem a este artigo. No que tange a semiestruturação do questionário previamente elaborado, cabe destacar perguntas pouco delimitadoras e até mesmo simplórias, como “Qual a sua relação com a festa na infância?”, “Sabe da origem da festa ou lembra de alguma mudança ao longo dos anos?”, “Qual é o significado do boi para você?”, “Qual o significado da festa para a cidade e para você?”, enfim, alguns exemplos que ilustram que o foco não era delimitar os relatos, mas permitir que o entrevistado ou a entrevistada, pudesse, a partir de um ponto de inflexão, trazer novos questionamentos ao longo na nossa conversa. As entrevistas, foram parcialmente transcritas, entretanto, continuam na íntegra em formato digital.

Além disso, foram consultados periódicos locais, como o *Observador* e o *AquiPL*, que trazem relatos jornalísticos da festa desde a década de 1990. Essas fontes, de difícil acesso, compõem acervos pessoais, muitas vezes em recortes apenas. Ambos os veículos de informação da cidade de Pedro Leopoldo, dispõe pouco a preservação dessa fonte riquíssima para historiados e demais pesquisadores das mais variadas áreas. Seja por uma questão financeira, estrutural ou até mesmo desinteresse na preservação desses documentos, esses produtos jornalísticos não foram preservados na íntegra e foram salvos em fragmentos que despertaram o interesse de seus leitores ou editores e cronistas, que se preocuparam em guardar o que era caro para si e descartar o restante. De toda forma, esses jornais ou fragmentos deles, proporcionam uma visão das transformações da festa ao longo do

tempo, sendo essenciais para a análise da relação entre o evento e as dinâmicas socioculturais de Pedro Leopoldo.

De acordo com Priore (1994) e Reis (1991), ao abordar as festas como um fenômeno social, é possível acessar indícios e sinais de significação dos sujeitos que dela participam. Por meio do festejar, é possível vislumbrar formas de rebelar-se contra a cultura dominante das classes hegemônicas ao operacionalizar ritos próprios e pertencentes à cultura dos dominados, configurando, assim, uma ação de resistência social e política no campo simbólico. Ao analisar a festa como referência cultural, Mikhail Bakhtin (2008) traz a circularidade cultural como forma de sujeitos e grupos sociais compartilharem suas práticas através da “concepção carnavalesca”. Ao empregar esse conceito, Bakhtin defende que isso resulta em negar aspectos de sua condição social e provisoriamente abolir as hierarquias e regras, tanto comportamentais quanto comunicacionais. Nota-se, nesses autores, uma concepção de que a festa aproxima classes em suas especificidades, colocando-as frente a frente, em diálogo e conflito.

A partir dessas perspectivas, torna-se essencial refletir sobre o papel desempenhado pelo Boi da Manta na dinâmica social e cultural da sociedade pedroleopoldense. Levando assim, hipóteses acerca do papel da festa enquanto espaço significativo para a construção e ressignificação das memórias coletivas e como essas narrativas são elaboradas e preservadas ao longo do tempo. Além disso, faz-se necessário problematizar a articulação entre os registros jornalísticos e as narrativas orais emergentes, como um caminho proveitoso para compreender as múltiplas temporalidades do evento, tanto quanto evidenciar as relações entre memória, identidade local e a construção histórica dessa manifestação cultural.

Nesse sentido, a análise do Boi da Manta se alinha com a proposta de Néstor Garcia Canclini (2005) sobre culturas híbridas, ao reconhecer que a festa é resultado de um processo contínuo de ressignificação, em que as práticas culturais locais dialogam com influências globais, sem perder suas raízes. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre a festa se relaciona com a visão de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997), ao entender a festa como um espaço de “invenção das tradições”, no qual práticas e rituais são constantemente adaptados e reinventados para responder às necessidades e conflitos do contexto social.

Para dar conta dessas questões, investigamos como os sujeitos da pesquisa, em sua diversidade, construíram suas memórias, seja as da origem da festa ou as dos momentos vivenciados por meio dela no tempo presente (THOMSON, 1997). As entrevistas realizadas, aliadas à análise dos periódicos locais, oferecem um panorama abrangente sobre a festa e seus desdobramentos ao longo do tempo.

Problematizamos, ainda, como os diversos contextos sociais, políticos e econômicos se manifestam nos discursos e na própria prática festiva. Por fim, concluímos este trabalho analisando a construção dessas memórias ao longo do tempo, refletindo sobre como esses sujeitos e suportes da memória (re)significaram o Boi da Manta ao longo de sua história, constituindo assim uma identidade intrinsecamente ligada à permanência da festa popular.

Festas populares e o Boi da Manta como objeto de estudo

As manifestações festivas têm sido tomadas como objeto de análises e problematizações pelas Ciências Humanas, em especial a partir das novas abordagens dos estudos históricos na década de 1970, principalmente com as publicações da terceira geração da Escola dos Annales. Esses estudos abriram um enorme leque de possibilidades de fontes históricas, que extrapolam os vestígios oficiais, considerando tudo aquilo produzido pelo ser humano enquanto sujeito social e histórico.

Diante disso, Pesavento (2005) argumenta que os modelos de análise tradicionais se mostravam insuficientes diante da complexidade da diversidade social, das novas formas de fazer política, das mudanças nas estratégias econômicas globais e, principalmente, da dificuldade em compreender fenômenos como a cultura e os meios de comunicação de massa, que pareciam escapar dos parâmetros racionais e lógicos estabelecidos.

Tal concepção sustenta a necessidade de ajustarmos o foco das pesquisas para os eventos cotidianos, e, sobretudo, as manifestações das grandes massas populares, como meio de acessar os modos de representações que grupos e indivíduos elaboram no seu tempo e no seu espaço. Portanto, compreender uma coletividade por meio de suas formas de expressão e de seus ritos, como no caso das festas populares – e, conseqüentemente, da festa do Boi da Manta de Pedro Leopoldo, que é o nosso objeto de análise –, é fundamental para a história e a memória da população em geral, em especial para o povo pedroleopoldense.

Por meio da articulação entre história e antropologia proporcionada pelo campo da história cultural recente, as pesquisas sobre festas permitem compreender “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.” (PESAVENTO, 2005, p. 23). Essas expressões da cultura popular, que demonstram uma contraposição às manifestações da cultura erudita – presente, produzida e vivenciada pelas classes dominantes –, entretanto, potencialmente revelam a relação dialógica entre grupos dominantes e grupos subalternos. Para Bakhtin (2008), os compartilhamentos e trocas ocorrem porque as festas

populares abarcam toda a dinâmica de vida dos sujeitos, que se veem imersos naquele momento em que a fuga da realidade, proporcionada por um momento de imersão, minimiza tensões e exalta o presente como uma utopia.

Bakhtin (2008), descreve o carnaval como um momento de ruptura total com a rotina cotidiana, onde as leis do carnaval se impõem, permitindo uma vivência de liberdade absoluta, sem fronteiras espaciais. A festa torna-se um estado único, de renovação e renascimento, no qual todos os participantes se imergem intensamente, vivenciando sua essência. Essa visão de Bakhtin ressoa com o estudo do Boi da Manta, pois, embora não se trate de um carnaval institucionalizado, a festa compartilha de um caráter de liberdade e subversão das hierarquias sociais, oferecendo aos foliões uma pausa simbólica da rotina laboral e das estruturas de poder.

Seja França da Idade Média, como mobilizada por Bakhtin, seja no Brasil da contemporaneidade, as festas de caráter carnavalescos, seus elementos e seus foliões, configuram um microcosmos de um estrato social por completo, dizendo muito sobre os anseios, as disputas, os desejos e inúmeros outros significados para aqueles impactados de algo forma por elas. Segundo Mary del Priore (1994), para compreender as festas brasileiras da contemporaneidade devemos identificar como se deu o caráter festivo ao longo de nossa história, propondo, assim, analisar os significados das celebrações, especialmente no contexto colonial, pela perspectiva da História Cultural. A festa, para autora, carrega consigo a utopia necessária para desanuviar os aspectos socioeconômicos que permeiam o cotidiano da maioria dos foliões, sendo esse escape da realidade um potencial formador de uma identidade comunitária, ao passo que partilha valores e normas, constituindo então parte significativa do arranjo social.

No contexto da América Portuguesa, o poder real sobre a colônia também se utilizava dos festejos para ressaltar sua presença e seu controle do território. Tal presença, levanta uma série de questionamentos acerca da influência do poder político nas práticas culturais e em que medida isso reforça, ou não, o controle das pulsões, se propondo a manter uma ordem social imposta pelas classes hegemônicas. É relevante também destacar que a autora problematiza o pertencimento às atividades festivas, afinal, a população negra, escravizada, era pertencente aos festejos, ou só as classes dominantes? Como as festas se organizam e quais os significados de seus signos e ritos? (PRIORE, 1994)

Para responder esses e outros inúmeros questionamentos que a festa como objeto de análise histórica pode ensejar, Priore reforça que, em muitos dos casos, os vestígios passam pelo crivo dos

letrados e não das grandes massas que se apropriam e dão corpo a esses momentos de celebração. Nesta perspectiva, faz-se necessário um olhar mais atento aos ocultamentos desse discurso. As pesquisas sobre cultura popular, sobretudo das festas que expressam essa cultura, podem nos levar a compreender “o próprio folclore, este domínio do conhecimento coletivo que é também uma realidade concreta e dinâmica em constantes adaptações às novas formas assumidas pela sociedade brasileira.” (PRIORE, 1994, p. 10).

Cabe ressaltar que a autora expõe que as festas populares do período Colonial carregam consigo uma dualidade, não sendo possível agregar-lhes o caráter de festa profana ou festa religiosa. Sendo assim, “É como se dentro de cada festa religiosa existisse uma profana e vice-versa.” (PRIORE, 1994, p. 19). Tal afirmação se faz relevante para pensar o objeto aqui em análise, pois o festejo do Boi da Manta agrega características religiosas, mas também mundanas, que compõem todo esse processo ritual. Seja no que diz respeito ao momento em que é realizada e aos elementos carnavalescos que carrega, o Boi não integra o período de carnaval institucionalizado, mas prepara para ele e consequentemente para o período da quaresma. Outro elemento importante, é a forte presença da manifestação católica durante o cortejo, pois nunca há música perto das igrejas católicas, sendo que a banda só retoma as marchinhas após passar por elas. Isso é descrito por um dos depoentes, o Entrevistado 2, como um sinal de fé e respeito à religiosidade cristã.

Albuquerque Júnior (2011) ressalta, inicialmente, a forma periférica com a qual as festas eram tomadas na historiografia, citando como exemplo o caráter pacificador atribuído por Gilberto Freyre. Os festejos aparecem como justificativa para a harmonia entre classe e raças, sendo sobretudo um nivelador das hierarquias sociais (ALBUQUERQUE JR., 2011). O autor explicita, inclusive, a interpretação da historiografia marxista, em que às festas era empregado um caráter de disputa simbólica entre trabalhadores e donos do capital. O que interessava, portanto, era o que se carregava de sério nessas manifestações, “o que havia de sério no riso” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 143). Sendo assim, a festa não era o principal objeto de análise, mas a sua reverberação na sociedade, seus impactos nos trabalhadores e nas estruturas de poder. Em contrapartida, Albuquerque Jr. apresenta a defesa da festa enquanto discurso, mobilizando a obra *A Farra do Boi*: palavras, sentidos, ficções. Publicada em 1997 por Maria Bernardete Ramos Flores, esta obra apresenta a festa popular realizada no litoral do estado de Santa Catarina, que agrega múltiplos sentidos, reais e ficcionais, assim como performa identidades construídas, ressignificadas e reapropriadas pelos diversos sujeitos que as vivenciam.

Nesse sentido, analisar o Boi da Manta como discurso é problematizar a apropriação da festa como meio para elaboração de uma história da cidade de Pedro Leopoldo, de seus fundadores e figuras que conquistaram seu espaço na sociedade e na memória popular. Por diversas vezes a festa é tomada como algo que fazia parte da cidade antes mesmo dela existir e seu desenvolvimento se confunde e se mistura com a municipalização do antigo distrito.

No jornal local *AquiPL*, em matéria publicada no mês de janeiro de 2019, a retomada da história de origem do festejo é o foco principal, devido à comemoração de 100 anos. Sempre atrelada ao trabalho e a produção têxtil que deu origem a cidade, constrói-se uma narrativa que define a criação da festa por trabalhadores da fábrica têxtil Cachoeira Grande, com o aval dos empregadores que prezavam pelo ambiente harmônico na fábrica. O que leva o periódico a narrar essa história e atribuir-lhe uma data de início, o ano 1919, é a monografia de Passos, que tem por objetivo “esclarecer o porquê da permanência da festa” (PASSOS, 2014, p. 13) e, para isso, a autora mobiliza trechos de entrevistas com pessoas envolvidas com a organização e foliões em geral. A antropóloga propõe que a festa se mantém viva até a atualidade devido a sua origem familiar e seu caráter popular, pois permite uma relação íntima entre sujeitos e grupos, que somente uma “grande família” poderia proporcionar (PASSOS, 2014).

Imagem 1 - “Boi da Manta faz 100 anos e o povo sai à rua para comemorar” – Jornal *AquiPL*, 2019.



Fonte: recorte do jornal AquiPL de 2019, presente no acervo da Associação Cultural do Boi da Manta de Pedro Leopoldo.

Um ponto interessante que se destaca no trabalho de Passos é a clara distinção entre o Boi da Manta e o carnaval, sobretudo ao afirmar que “(...) o Carnaval, que é a festa popular por excelência, mas como já exposto, ele não é capaz de propiciar tudo que a festa do Boi da Manta proporciona.” (PASSOS, 2014, p. 31). Isso se dá principalmente por não haver na cidade o carnaval, como tem ocorrido na capital nos últimos anos, por exemplo. O Boi termina antes disso e durante o feriado de carnaval o comum é que uma parcela de moradores, sobretudo os de melhor condição socioeconômica, viagem para as praias do litoral ou para o interior do Estado de Minas Gerais, deixando a cidade mais vazia.

A pesquisa desenvolvida pelas historiadoras Maria Cardoso e Vânia Epifânio em 1993, intitulada O Boi da Manta de Pedro Leopoldo, é um referencial significativo para pensar o Boi da Manta, afinal ele traz elementos únicos como o depoimento dos fundadores da festa, ainda vivos à época. Apresenta também letras e partituras de marchinhas cantadas no período e elaboradas para o Boi, assim como condecorações oficiais e algumas fotografias. Essa diversidade de documentos só foi possível de se localizar nesse trabalho em específico, tendo em vista que a cidade não possui mais um arquivo público, sendo ainda mais problemático o acesso a essa memória documental e material da história da cidade de Pedro Leopoldo.

A pesquisa em questão descreve a origem da festa, seu rito em minúcias, sempre ressaltando suas influências no modo de vida, trabalho e lazer na cidade no início do século XX. As autoras destacam que

esta festividade tira o povo da sua vida de rotina, vida quase que exclusivamente voltada para a sobrevivência. Não havia lazer, ou melhor dizendo, quase nenhuma forma de distração. Dentro deste quadro era necessidade impiedosa de deitar-se cedo, logo após os afazeres domésticos, pois além do trabalho profissional sacrificante, a situação econômica não permitia pagar uma ajudante para os trabalhos caseiros; era forçoso levantar-se de madrugada para pegar serviço. (CARDOSO e EPIFÂNIO, 1993, p. 8)

e tal abordagem ganha ainda mais profundidade ao incorporar a discussão de Thompson (1998), sobre a relação entre trabalho, lazer e costumes. Afinal, Thompson argumenta que, na sociedade pré-industrial e industrial, os rituais e festividades populares não apenas ofereciam alívio das duras condições laborais, mas também desempenhavam um papel crucial na manutenção de práticas

comunitárias e na negociação das relações de poder. O Boi da Manta, à luz dessa perspectiva, pode ser entendido como um espaço onde a cultura popular não apenas articula formas de escapismo, mas também reafirma costumes que resistem às imposições de uma economia voltada exclusivamente ao trabalho. Assim, a festa não é apenas um intervalo, mas um momento em que as normas do trabalho são desafiadas e renegociadas, permitindo que os sujeitos reafirmem sua identidade coletiva e os valores comunitários que persistem diante das pressões de uma sociedade industrial emergente.

Cabe ressaltar que, apesar a importância dada a questão originária do festejo, é importante considerar a advertência de Bloch (1995) sobre os riscos de se cristalizar narrativas de origem que romantizem ou simplifiquem a complexidade das realidades históricas. Bloch enfatiza que a história, especialmente a de eventos culturais como o Boi da Manta, não deve se limitar à descrição linear ou às interpretações que projetam uma unidade harmoniosa. A festa, nesse contexto, longe de ser apenas uma forma de lazer, emerge como uma resposta simbólica às tensões entre o trabalho e o descanso, refletindo tanto as necessidades de escapismo quanto as contradições sociais presentes no cotidiano dos trabalhadores. Assim, o Boi da Manta não é apenas uma herança cultural, mas um espaço onde a cultura popular articula resistência e negociação com as condições impostas pela sociedade industrial nascente.

Nessa perspectiva, é possível inferir que o cotidiano do trabalho, os trabalhadores e a população menos abastadas, ganham pouco ou nenhum destaque quando se noticia sobre a festa. O caráter descritivo do que acontece na festa há pelo menos 20 anos (tendo em vista a criação do jornal Observador, que ainda mantém sua publicação, e é o mais antigo em circulação) sobressai a outros aspectos que serão abordados na próxima seção.

Retomando a Cardoso e Epifânio (1993), as autoras foram por diversas vezes citada pelo Entrevistado 2 durante a entrevista, como ele buscasse um respaldo com maior teor de veracidade para aquilo que lembrava. Logo no início de seu depoimento, o entrevistado discorre que “a história nos diz aí, que foi ele [José Pires], mais três colegas da fábrica de tecidos, que começaram essa festa no modelo que ela é hoje”. A “história”, conforme relatado, são os trabalhos acadêmicos supracitados, o que leva ao questionamento sobre, em que medida, esse material influenciou e ainda influencia na construção da memória tanto dessa família festeira como dos foliões e da população em geral, que se vê impactada de alguma maneira pela festa.

O depoente, por diversas vezes durante a entrevista, buscava em suportes físicos (como jornais e trabalhos acadêmicos) a confirmação do que estava em suas memórias. Muitos desses recursos,

empregados por ele com o intuito de dar legitimidade às reminiscências compartilhadas pela oralidade, constituem um acervo de cunho pessoal, no qual ele vem, ao longo dos anos, reunindo uma diversidade de documentos que “comprovem” a história da festa. Sendo que, tal comportamento, para Thomson (1997), ao abordar seu trabalho com veteranos de guerra, expõe a peculiaridade do processo de rememorar, principalmente no que diz respeito à desconfiança empregada a esse processo de composição das memórias. Em busca de dar sentido e legitimidade às lembranças, muitos entrevistados se apegam a fotografias, jornais, revistas e outros vestígios do passado que se busca revisitar por meio da oralidade (THOMSON, 1997).

A tradição da festa do Boi da Manta de Pedro Leopoldo

O Boi da Manta, festa típica da cidade de Pedro Leopoldo, é realizada anualmente no período entre o aniversário da cidade, dia 27 de janeiro, e o início do carnaval. O cortejo principal ocorre no centro da cidade, alternando atualmente entre quartas-feiras e sábados, porém nos demais dias da semana outros bairros da cidade recebem o Boi da Manta, a Banda do Boi, bonecos gigantes e, claro, os foliões.

A cidade de Pedro Leopoldo se localiza a 46 km de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, onde conta com aproximadamente 63 mil habitantes, segundo a estimativa do IBGE. O território anteriormente pertencia à cidade de Santa Luzia, sendo elevado a distrito em 1901 e emancipado em 1924. As ocupações do território ganharam força com a construção da Estação Ferroviária da Central do Brasil e da fábrica de tecidos Cachoeira Grande, pertencente ao fazendeiro Antônio Alves, entre 1893 e 1895.

Nesse contexto de urbanização e consolidação da cidade, surge em 1919 a festa do Boi da Manta. Apesar da falta de registros, os relatos orais e as pesquisas mais recentes colocam dois trabalhadores da companhia têxtil como os idealizadores do festejo: os senhores Alagares e Emílio Costa, que, com um burrinho de tecido e madeira, “tiravam” de casa os trabalhadores da pequena vila, chamada “Quadro” no entorno da fábrica. O intuito era divertir os moradores e as crianças aos domingos e quartas-feiras, aproveitando as folgas para esvaziar o peso das longas jornadas de trabalho.

Devido ao aumento da população da cidade e da adesão à festa, ela saiu dos limites da fábrica e se expandiu, acompanhando o próprio ritmo de crescimento do município. Ganhando as ruas da recém-emancipada Pedro Leopoldo, adquiriu um novo público e ganhou novos contornos,

principalmente pela mudança na organização. O Boi da Manta, como conhecemos atualmente, vem também de um dos funcionários da Cachoeira Grande, José Pires da Paixão. Segundo Cardoso e Epifânio (1993, p. 34) e o Entrevistado 2, foi com Paixão que a festa ganhou um boi no lugar do burrinho e passou a ter o cortejo na rua Comendador Antônio Alves, a partir da década de 1950.

Tanto os entrevistados quanto o material bibliográfico sobre o festejo evidenciam que desde 1950 até os dias atuais, mesmo sofrendo algumas mudanças ao longo desse tempo, que serão abordadas mais adiante, os elementos principais desse rito e seu trajeto permanecem os mesmos. A festa carrega como elementos principais: os bois, os bonecos gigantes, a charanga e os foliões, na maioria fantasiados.

A figura central da festa, os bois, são estruturas de metal cobertas com panos coloridos, lantejoulas, fitas e uma cabeça de boi empalhada; essa estrutura é conduzida por um folião, que “veste” o Boi da Manta como uma fantasia. Segundo a organização das últimas edições da festa, em 2017 e 2018, são 3 bois grandes (ou seja, conduzidos por adultos) e 2 bois pequenos (conduzidos por jovens). Os bois saem conduzindo o cortejo, correndo atrás de crianças e adultos, que, com as mais diversas fantasias, atribuem corpo ao evento.

Imagem 2 - Alegorias do Boi da Manta



Foto: Prefeitura de Pedro Leopoldo

Elementos fundamentais da festa são os bonecos gigantes, semelhantes fisicamente com os tradicionais bonecões de Olinda. Entretanto, os que estão presentes no Boi da Manta homenageiam figuras importantes para a história da própria festa e da cidade (porém, só são homenageados os já falecidos), como o já mencionado José Pires da Paixão, os seus filhos, José Pires e Idelfonso Pires “Calango”, que passaram a comandar o Boi posteriormente, dentre outras figuras emblemáticas que vão variando com o passar dos anos. Confeccionados em isopor, tecidos e estruturados em metal, os bonecos saem logo após os bois. É como se os fundadores e organizadores do passado, transformados em monumentos que cortam a cidade arrastando multidões, seguissem conduzindo a festa e os foliões por meio de sua história e de seu simbolismo.

Imagem 3 - Os bonecões do Boi da Manta



Foto: Prefeitura de Pedro Leopoldo

Imprescindível para o festejo, a Banda do Boi ou Charanga do Boi conduz os foliões por todo o percurso ao som das tradicionais marchinhas compostas nas décadas de 1920 a 1960, como “Aurora” de Mário Lago, “Cachaça não é água” de Marinósio Trigueiros Filho, “Saca rolha”, entre outras do período, mesclando inclusive com composições de períodos mais recentes, como “Xô satanás” do Asa de Águia e “Vou Festejar” de Beth Carvalho. A banda conta atualmente com 32 músicos, tocando variados instrumentos durante quase todo o trajeto, parando somente em 3 ocasiões; na frente das igrejas católicas e no que podemos dizer ser a metade do trajeto, onde todos param para descansar.

Atualmente, o cortejo se inicia por volta das 19h saindo da praça Dr. Senra e segue por toda a rua Comendador Antônio Alves até a praça Tancredo Neves, onde há uma pausa para que todos recuperem as energias para fazer todo o percurso de volta, para que o cortejo seja finalizado em seu ponto inicial. São cerca de 4 km, que são percorridos lentamente, ressignificando o espaço da cidade, onde cotidianamente é o espaço de trabalho e consumo para uma grande parte da população local.

Esse trajeto só se altera no último dia, pois acontece o enterro do Boi da Manta, sempre na sexta-feira que antecede o início do carnaval. Levemente estendido por poucos metros, além de seu ponto final nos demais dias de festa, o cortejo segue para o seu ponto de nascimento e origem, a Companhia Têxtil Cachoeira Grande. Cabe ressaltar que essa fábrica de tecidos só foi construída nesse local devido à queda d'água do curso do Ribeirão da Mata que passa na região. O Boi da Manta acaba onde começou, ao ser “enterrado” nas águas que deram origem a tudo. Ao som de marchas fúnebres, foliões tristes e carregando velas, o principal símbolo é jogado de uma ponte, colocando fim ao momento catártico da celebração popular.

Quanto aos foliões, muitos se fantasiam das formas mais diversas. Das fantasias mais simples e comuns, como noivas, diabos e anjos ou homens vestidos com roupas ditas femininas e mulheres com roupas ditas masculinas, que estão presentes desde a origem da festa; até as mais elaboradas, que trazem consigo aspectos da contemporaneidade e da cultura pop, como super-heróis, personagens de filme e desenhos, personalidades da TV e da internet, entre outros símbolos que, por serem amplamente comentados pelo público, são transformados em fantasias. Além disso, vale ressaltar a diversidade de público participante, em que é possível identificar desde os moradores mais antigos da cidade e pessoas idosas, bem como famílias com crianças de todas as idades, além de jovens e adultos de variadas idades, classes sociais, gêneros e entre outros.

Cabe pontuar algumas questões técnicas sobre os bastidores da festa. Os preparativos começam no mês de dezembro, sendo que os membros da organização, por meio da Associação Cultural do Boi da Manta, se reúnem para definir os aspectos técnicos junto à Polícia Militar de Minas Gerais e a Secretaria de Cultura da Prefeitura de Pedro Leopoldo. É nesse momento que os materiais necessários para a realização da festa são adquiridos, construídos e reformados, sendo um trabalho totalmente voluntário, coordenado atualmente pelo neto e o bisneto do fundador Zé Pires. É significativo ressaltar que o festejo mobiliza não somente os grupos descritos anteriormente, mas também uma série de vendedores ambulantes, barraqueiros e turistas, sendo um período de grande estímulo do comércio local.

A memória dos foliões e o discurso jornalístico sobre a festa

Compreender como o Boi da Manta é significado pela população pedroleopoldense implica investigar como a festa é elaborada através do discurso, seja ele o oficial ou de maior legitimidade, como o da imprensa; seja por meio da memória, através dos relatos orais. Ambas expressam pontos de vista variados, sobretudo pela intencionalidade, porém são fontes de igual peso nesse trabalho e dialogam por vezes entre si. Os periódicos como fonte de análise do Boi da Manta são relevantes, pois possibilitam analisar os acontecimentos da festa, a sua história e como o poder público propaga informações sobre ela. Nesse sentido, a imprensa desempenha um papel central ao refletir o cotidiano sociocultural de uma comunidade, servindo não apenas para informar, mas também para moldar o consciente coletivo, orientando práticas sociais e interpretações dos eventos (AGUIAR, 2010).

Em diálogo, trazemos os relatos orais, que carregam inicialmente outra visão sobre a manifestação popular, sendo que evoca as memórias do que foi experienciado por meio do Boi sempre “reformuladas de acordo com as situações do cotidiano e com as emoções.” (THOMSON, 1997, p. 55-56). Os entrevistados participam ou já participaram da festa de alguma maneira, sendo que cada um “ao narrar o passado, identifica o que pensavam que eram no passado, que pensam que são no presente e o que gostariam de ser.” (THOMSON, 1997, p. 56).

Para Luca (2005), a desconfiança dos pesquisadores tradicionais nos periódicos como fontes válidas para a escrita da história, tendo em vista que esses documentos, “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2005, p. 12). O que é visualizado nas montagens jornalísticas, trazidas pelos jornais locais Observador e AquiPL e a dubiedade que perpassa todo essa pesquisa, que se propõe a problematizar as diversas temporalidades presentes nos discursos sobre essa festa centenária.

Como é sabido, nenhum vestígio consegue abarcar o acontecimento em sua completude, muito menos é dotado de imparcialidade. O interessante, aqui, é justamente problematizar o papel dessa mídia para a cidade e quais os seus interesses em relatar a festa, sendo justamente um fragmento da vida cotidiana. As tensões e impactos que a festa do Boi da Manta gera no cotidiano podem ser visualizadas no diálogo e no embate entre as narrativas aqui mobilizadas. As montagens jornalísticas trazem interpretações que ora divergem, ora complementam o que é revisitado pelo processo de

relembrar. Assim como a memória, os jornais também selecionam o que lembrar e o que esquecer, a quais fatos serão lançados luz e quais fatos, pessoas, personagens serão deixados no esquecimento.

O Boi da Manta entre o trabalho e ócio

A edição do jornal Observador de fevereiro, ano de 2001, traz uma matéria escrita por Dorinha Cardoso, também autora do já citado O Boi da Manta de Pedro Leopoldo (1993), em que o principal objetivo é relatar a história de origem da festa. Um dos pontos que mais chamam atenção é o destaque ao incentivo da Companhia Industrial Cachoeira Grande na realização da festa dentro da vila operária, bem como a associação disso ao progresso da cidade, afirmando que “a cidade cresceu, atendendo as leis do progresso.” (CARDOSO, 2001). No depoimento do Entrevistado 3, é defendido que, no contexto de surgimento da festa, a relação entre patrão e empregado diferia, tinha mais parceria, portanto esse incentivo era possível. Contudo, não só na reportagem, a autora acentua a benesse do patronato, em sua pesquisa ela também evidencia haver a permissão para o pequeno cortejo. Entretanto, aponta que, a partir disso, as classes mais abastadas passaram a sofisticar suas formas de lazer, separando-se do divertimento dos operários. Houve a criação de um Jockey Clube, que funcionou entre 1925 e 1927, e um Tênis Clube, inaugurado em 1928 e descontinuado poucos meses depois. O Boi da Manta, em contrapartida aos lugares de lazer das elites, que funcionaram por pouquíssimo tempo, permanece até os dias atuais (CARDOSO e EPIFÂNIO, 1993; SOUZA, 2019).

Imagem 4 - Seção “Cultura” do Jornal Observador, ano de 2001.



Fonte: recorte do jornal AquiPL de 2019, presente no acervo da Associação Cultural do Boi da Manta de Pedro Leopoldo.

Nas primeiras décadas do século XX, o país vivia um processo lento de industrialização: a modernidade das máquinas atingia, em larga medida, o Estado de São Paulo, enquanto o restante do país sustentava-se ainda por meio da agricultura. As fazendas de criação de gado da região onde hoje é o território de Pedro Leopoldo cederam espaço para as máquinas; nesse caso, para os teares da fábrica de tecidos Cachoeira Grande (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1985). No entanto, é relevante ressaltar que os estudos que versam sobre a História do Trabalho no Brasil seguem em sentido contrário ao explicitado, tanto na matéria supracitada quanto na fala do depoente. As condições precárias de trabalho, resultam na mobilização de trabalhadores organizados

em sindicatos, greves gerais e forte repressão social (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Nesse sentido, a industrialização é uma força motriz para a transformação na sociedade, sendo um fator que provoca tanto problemas sociais ligados ao desenvolvimento e crescimento industrial das cidades como agrega a crescente necessidade da fruição de lazeres e de práticas culturais (LEFEBVRE, 2011).

A história de origem do Boi da Manta, por diversos momentos, se funde à história do trabalho na região. O ideal do progresso e do desenvolvimento, assim como do trabalho dignificante, são sustentados com a exaltação dos benefícios trazidos pelo trabalho na indústria têxtil, mas sobretudo no ocultamento das mazelas trazidas pelas condições laborais do período. Nas palavras da Entrevistada 1, que começou a trabalhar na fábrica de tecidos aos 13 anos:

E1: "Foi bom trabalhar desde novinha sim, mas... era cansativo, tinha dia que chegava em casa morrendo de dor, mas não tinha jeito, ainda tinha que preparar tudo pra E. [irmã] ir pro próximo turno [turno de trabalho na fábrica]."

Esse relato evidencia a relação intrínseca entre o trabalho e a festa do Boi da Manta, mostrando como o evento se torna, para muitos, um alívio simbólico das duras condições de trabalho. Contudo, ao analisar a origem da festa e sua associação com o trabalho, é importante problematizar a construção de um "mito de origem", como alerta Marc Bloch (1995) em seus estudos sobre a história das mentalidades. Bloch enfatiza a necessidade de evitar narrativas que romanticizam a origem de eventos culturais ou sociais, desconectando-os das realidades históricas mais complexas. A celebração do Boi da Manta, frequentemente associada ao trabalho na indústria têxtil e à busca por um ambiente harmônico na fábrica, precisa ser lida com cautela, pois muitas vezes apaga as contradições e desigualdades que marcaram as condições de trabalho da época.

A história oficial sobre o nascimento da festa, que a vincula diretamente à classe trabalhadora e à relação entre patrão e empregado, muitas vezes omite as tensões e os conflitos que permeavam esse espaço de produção. Ao invés de reforçar uma narrativa unificada de "progresso" e "harmonia", é necessário reconhecer que a festa do Boi da Manta, longe de ser apenas um espaço de celebração, também funciona como um reflexo das condições de opressão, das relações desiguais de poder e das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores. Esse olhar crítico permite não apenas desconstruir mitos de origem, mas também compreender a festa como um espaço de resistência simbólica, onde, ao lado da exaltação do trabalho, se esconde a tensão entre o trabalho exaustivo e a busca por momentos de escapismo e alegria coletiva.

Relatos como este feito pela Entrevistada 1, ex-funcionária da fábrica de tecidos, raramente aparecem nos relatos sobre o Boi da Manta. O foco, entretanto, não é compreender em sua totalidade as condições de trabalho nas décadas em que o festejo ocorria nos limites da Cachoeira Grande. O intuito é trazer a compreensão de que o rito surge nesse contexto de disputas concretas e simbólicas, inclusive a disputa entre o trabalho e o ócio. Sendo assim, comparando as fontes orais advindas das falas dos organizadores e participantes entrevistados, das produções acadêmicas de Cardoso e Epifânio (1993) e Passos (2014) e das matérias jornalísticas que se propõem a abordar o mito de origem do Boi da Manta, essa dinâmica indissociável entre origem do trabalho industrial na cidade, o Boi da Manta e a municipalização, fica ainda mais evidente.

O resultado da expansão industrial e urbanística leva, portanto, a concepção de meios de vivência do ócio, com “esta festividade [o cortejo do burrinho] que tira o povo da sua rotina, vida quase que exclusivamente voltada para a sobrevivência” (CARDOSO e EPIFÂNIO, 1993, p. 8), sendo, assim, algo necessário ao mundo do trabalho e do trabalhador: “embora os deserdados não vivessem grande participação nos frutos, eles ainda assim partilhavam a realização, o profundo envolvimento e a alegria do trabalho” (THOMPSON, 1991, p. 274).

Bakhtin (2008) e Thompson (1998) abordam o “festejar” como uma prática intrinsecamente vinculada ao mundo do trabalho, destacando seu papel como um espaço de ruptura simbólica com as normas laborais e sociais impostas. No contexto do carnaval medieval, como registrado por Rabelais, Bakhtin interpreta os ritos carnavalescos como momentos em que as hierarquias e convenções do cotidiano são temporariamente suspensas, permitindo aos participantes experimentar uma sensação de liberdade e igualdade. Essa “suspensão” das normas é essencial para renovar as relações sociais, possibilitando uma troca simbólica entre diferentes classes e realidades. Thompson, por sua vez, ao examinar o operariado inglês em *Costumes em Comum*, destaca como as festividades populares funcionavam como uma forma de resistência cultural frente à crescente disciplina imposta pelo capitalismo industrial, resgatando a agência dos trabalhadores no processo de criação e preservação de suas tradições.

Essas reflexões se aplicam diretamente ao Boi da Manta, que, como as fontes revelam, também desempenha um papel libertador e transformador para a população de Pedro Leopoldo. Ao permitir que trabalhadores saiam de suas rotinas rígidas, como evidencia o Entrevistado 3,

E3: o festejo ocorria em dois dias da semana, pensando justamente nos turnos de trabalho e nas escalas de folga, para que todos pudessem participar dos dias de festa.

Participavam às quartas-feiras aqueles que trabalhavam aos sábados e, aos sábados, aqueles que tinham seus turnos iniciados nas quartas,

ou seja, a festa articula os turnos e escalas de trabalho para possibilitar a participação ampla, garantindo que os momentos festivos se tornem acessíveis a todos. Essa dinâmica é emblemática de como o rito opera como uma “zona de escape”, rompendo a estrutura padronizada de vida voltada exclusivamente ao trabalho.

A mesma matéria de 2001, publicada no *Observador*, reforça essa análise ao descrever como a Rua Principal (Comendador Antônio Alves), tradicionalmente um espaço de trabalho e circulação para as lides cotidianas, se transforma no epicentro da festa, ressignificando sua função e tornando-se um ponto de encontro comunitário. Essa ressignificação não apenas interrompe as atividades laborais, mas também abole, ainda que temporariamente, as hierarquias sociais, conforme observado por Bakhtin. Como o autor destaca, ritos de caráter carnavalesco, como o Boi da Manta, configuram-se como o “triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (BAKHTIN, 1977, p. 8).

Assim, o Boi da Manta não é apenas uma manifestação cultural, mas também um espaço de negociação simbólica, onde o trabalho e o lazer, a ordem e a subversão, encontram-se em constante diálogo. Ele ecoa os princípios destacados por Bakhtin e Thompson ao afirmar-se como um rito de resistência, em que a coletividade recria suas práticas culturais e desafia as imposições do trabalho e do capital, reafirmando sua identidade e preservando suas tradições em meio às transformações sociais.

A mesma reportagem ainda traz uma fotografia de dois foliões e ao lado o boi e seu condutor com a seguinte legenda: “pessoa de todos os níveis sociais participam ativamente do Boi da Manta em Pedro Leopoldo” (CARDOSO, 2001), reforçando a ideia da cidade, naquele momento, como palco pacífico entre os mais variados grupos. Entretanto, essas pessoas não são identificadas. Quem são os sujeitos utilizados como expressão desse ambiente pacífico? Quem é aquele que conduz o símbolo da festa durante todo o trajeto?

O símbolo principal da festa carrega consigo inúmeros significados, tanto do ponto de vista simbólico quanto do sociopolítico (GEERTZ, 2008). Isso é destacado por um dos entrevistados quando ele discorre sobre o simbolismo do boi da manta:

E3: O boi sempre esteve presente em todo o Brasil, e em Pedro Leopoldo não seria diferente. Pedro Leopoldo, por ser uma cidade interiorana, foi uma cidade de muitas fazendas, de muita pecuária, então, por isso, eu acredito que representa o boi. E a manta, representa a fábrica de tecidos, porque a manta é um tipo de tecido. Não foi

algo pensado, mas foi realmente as coisas que estavam em abundância na cidade, que se transformaram na festa.

Passos (2014), traz também uma análise dessa figura, buscando compreender o papel simbólico e os significados atribuídos a esse animal que aparece como figura central em diversas festas populares pelo país. Mobilizando alguns estudos sobre o folclore brasileiro, a autora propõe que esse aspecto da figura do boi está intimamente relacionado ao ambiente rural e a pecuária, que se configura ainda hoje como uma das principais atividades econômicas do país (PASSOS, 2014).

Nesta linha, o Dicionário do Folclore Brasileiro logo de início do verbete “boi” explicita que “pelas regiões da pecuária vive uma literatura oral louvando o boi, suas façanhas, agilidade, força e decisão.” (CASCUDO, 2005, p. 166), e aborda também suas variações no folclore nacional, como o Boi-Bumbá, o Boi-de-Fita, Boi-Santo, entre outros, mas o Boi da Manta não figura no dicionário. Porém, fica evidente o quanto a figura do boi é utilizada em manifestações populares em todas as regiões do país. Essa exaltação do trabalho no campo por meio dessa figura símbolo de “adoração” ainda é bastante atual, basta vislumbrar a permanência da dependência econômica nacional da produção agrícola e pecuarista, principalmente por meio da propagação desse ideal moderno e emancipatório agregado ao chamado, e amplamente divulgado pela mídia nacional, “agronegócio”.

Os bois da festa em questão conduzem milhares de foliões pelos vários dias de cortejo pela cidade, mas cabe lembrar que essa figura que dá nome ao festejo também é conduzida. Como indicamos anteriormente, ao falar de trabalho, precisamos questionar aqueles que realizam essa tarefa ao longo do cortejo. Nos anos iniciais da festa, a condução era realizada pelos próprios fundadores do Boi da Manta; entretanto, após a ampliação da festa, outras pessoas passaram a exercer esse papel. Nas mais de 50 reportagens analisadas, nenhuma delas destaca o papel fundamental das pessoas responsáveis por conduzir pela rua Comendador o símbolo principal. Na maioria das matérias, os textos são acompanhados de fotografias que contém os bois e seu condutor dentro deles. As legendas, quando empregadas, pouco abordam sobre quem são aquelas pessoas, o porquê de estarem ali, qual a ligação e os sentimentos nutridos pela festa e o contexto em que as fotografias foram produzidas.

Questionado sobre essas pessoas, responsáveis por carregar a pesada estrutura de metal que dá forma ao boi da manta, um membro da organização confessa que

E2: eles [os condutores dos bois e dos bonecos] se sentem tão valorizados. Naquela hora eles tão fazendo parte, né, do acontecimento, da cidade, da sociedade mesmo e são pessoas geralmente relegadas, sabe? (um longo silêncio) Que são pessoas que bebem, ficam pra rua, então, nessa hora, a gente dá um certo respeito pra eles, e com a gente, eles não fazem nada de errado, entendeu? Então vale a pena dar essa oportunidade pra eles.

Com isso, visualizamos que, à margem da sociedade e à frente da maior celebração da cidade, estão pessoas que não sabemos quem são, pessoas que trabalham à sombra desse momento. Com esses indícios, é perceptível que a ideia da quebra de hierarquias e a homogeneidade social proporcionada pela festa não consegue ser suficientemente abrangente. A memória que se pretende construir acerca da festa e de seus foliões não é uma memória de todos os trabalhadores, de todos os cidadãos. Os marginalizados continuam no esquecimento, seja pelas teias da memória, seja pela narrativa jornalística. Portanto, lançar luz sobre esses sujeitos, tomá-los como foco, é uma rica possibilidade para pesquisas futuras.

O Boi da Manta como tradição familiar

Ao analisar como as breves matérias sobre o Boi da Manta são construídas, é possível identificar os grupos sociais que elas apresentam. Em diversas vezes, por várias edições de anos diferentes, foi possível notar que o jornal optou por enfatizar principalmente as figuras mais conhecidas da cidade, dentre elas as figuras do poder político e, em outros casos, ressalta principalmente famílias aos moldes tradicionais, numa tentativa de mostrar como o ambiente da festa é algo sadio e que não fere a moralidade, como muitas vezes, sobretudo na atualidade, vemos atribuído ao carnaval.

A edição de fevereiro de 2009 tem um pequeno texto descrevendo o último dia da festa, o “enterro” do Boi e uma página repleta de fotografias, em que se vê sobretudo figuras socialmente relevantes e grupos familiares; junto, há legendas como: “(...) famílias inteiras para a rua Comendador.”. O mesmo na edição de janeiro de 2005, em que o então prefeito, dr. Marcelo Gonçalves (Partido Democrático Trabalhista - PDT), é destaque da matéria sobre a festa. A fotografia do prefeito trajando um espartilho traz em sua legenda a ênfase da sua presença no festejo desde a infância, o que nos leva a compreender a proposta de mostrar tanto a figura pública quanto o festejo como algo que acompanha o crescimento e o desenvolvimento dos pedroleopoldenses. Há de se ressaltar, o caráter de certa forma cômico da cena, que traz a exposição de trajes luxuosos utilizados como fantasia juntamente com essa narrativa que ressalta a tradicionalidade familiar.

Imagem 5 – Jornal Observador, de 2005, traz como destaque o prefeito da cidade de Pedro Leopoldo, Marcelo Gonçalves, frequentador do Boi desde a juventude.



Fonte: recorte do jornal Observador, presente no acervo da Associação Cultural do Boi da Manta de Pedro Leopoldo.

Imagem 6 - Prefeito Marcelo Gonçalves com sua tradicional fantasia no Boi da Manta de 2010, reportado pelo jornal belorizontino O Tempo.



Fonte: site jornal O Tempo, seção O Tempo Cidades, publicado em 09 de fevereiro de 2010. Disponível em: www.otempo.com.br/cidades/prefeito-cai-na-folia-de-lingerie-1.587863

No ano seguinte, o então prefeito foi novamente destaque de uma matéria, dessa vez do portal online do jornal O Tempo, de Belo Horizonte. Para além do destaque dado ao “prefeito que se veste de mulher no carnaval”, como traz o título da matéria do dia 9 de fevereiro de 2010, é possível observar como o editorial homogeneiza qualquer tipo de manifestação cultural que carrega características carnavalescas. Ficando isso ainda mais claro quando propõe que o “Boi da Manta, ao que seria a

“Banda Mole” para Belo Horizonte, na qual os homens saem às ruas vestidos de mulher.” (O Tempo, 2010).

A própria família festeira é um exemplo disso, afinal, é defendido, tanto pelo Entrevistado 2 quanto pelo Entrevistado 3, que o Boi da Manta é parte da vida dos moradores da cidade e integra a dinâmica cotidiana, indissociável das outras práticas culturais da região. Essa presença da festa na formação identitária local fica explícita na fala do Entrevistado 4, na qual ele relata:

E4: Comecei a ir nele [no Boi da Manta] bem pequeno [entre 7 e 8 anos de idade], que meus pais que levaram nele. Que tinha as tradições de ficar correndo na frente dos bois, as crianças, o boi correndo atrás delas. Eu conheci o Boi assim.

mais adiante, o entrevistado, relata que

E4: eles [os pais do entrevistado], antes mesmo deles terem a gente [o entrevistado e seu irmão], eles iam. Que eles levaram a gente justamente pra gente conhecer, pra gente ver como era o Boi da Manta. Só que, assim, com algumas modificações do que era no tempo deles. Igual, era mais tempo, não acabava tão cedo como acaba hoje, a movimentação na rua era maior também.

O entrevistado supracitado não é o único a explicitar a manutenção da tradição do Boi da Manta: de mães e pais, para seus filhos e filhas:

E3: Minha relação com o Boi da Manta se dá desde a infância. Desde o meu nascimento, na verdade. Por ser uma pessoa que faz parte da família de produção cultural do Boi da Manta e eu escutava histórias do meu pai, contando que desde pequeno, criança, já me levava nos braços pro casarão [ponto de concentração para a saída do cortejo] e quando a festa saía, eu ficava acompanhando ele. São lembranças minhas, de algumas fotos e recordações dele, que ele me passou.

A partir desses relatos e dos discursos presentes nos periódicos, a festa, não se configura apenas como mero divertimento, apesar de efervescência e a alegria que proporciona ocuparem maior destaque nas falas e nos textos. Ela integra toda uma dinâmica familiar, que age como fator formador de uma identidade intimamente ligada a essa celebração, com o rito e com a cidade. Sendo assim, é compreensível que o discurso jornalístico dê mais ênfase a esse aspecto familiar de uma festa passada de geração a geração, tendo em vista que isso torna a narrativa sobre a festa popular mais palatável para o público leitor, que não a vivência. Como diria um periódico, “O Boi da Manta é uma festa que as famílias saem às ruas”.

O Boi da Manta: entre a preservação da tradição e a busca por modernidade

As fontes orais possibilitam compreender as mudanças, no tempo e no espaço, pelas quais a festa passou ao longo de seus 100 anos, quer seja a alteração do seu símbolo-mor, por motivos ainda desconhecidos, que agrega um caráter mítico à origem da festa, quer seja mudanças que objetivavam explorar a festa como recurso gerador de lucro. É notório que mudanças fazem parte da permanência dessas manifestações culturais, que, com seu caráter popular, agregam e compartilham questões próprias do tempo em que se insere. Nesse sentido, cabe analisar também como as fontes documentais abordam essas mudanças.

No jornal Observador de fevereiro do ano de 2003, a matéria publicada na coluna Opinião, cujo título é “Clicando a Cidade - Boi da Manta”, traz uma fotografia que expressa iconograficamente o cortejo em sua forma tradicional, como se configurava tradicionalmente, ou seja, com três bois à frente, seguidos da faixa de agradecimento à prefeitura e, por fim, os demais elementos do cortejo. Tal fotografia vem juntamente com uma legenda, que diz: “Sem Trio Elétrico, o Boi da Manta voltou a ser o que era, ou seja, uma festa popular, alegre, descontraída e com a presença de famílias de novo na rua”. Compondo a pequena matéria juntamente a fotografia e sua legenda, nota-se a seguinte frase com autoria atribuída ao filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard: “A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás; mas só pode ser vivida olhando-se para a frente”. Há aqui a exaltação de um futuro que se projeta tal qual, ou de certa forma parecido, com o passado que se quer lembrar. Passado esse de um Boi da Manta organizado por Calango, conduzido pela Banda do Boi, e que arrastava os foliões ao som das conhecidas marchinhas de carnaval.

Imagem 7 - Seção Clicando a Cidade do jornal Observador



Fonte: recorte do jornal Observador, ano XI, nº355, Pedro Leopoldo, 27 de fevereiro de 2003, presente no acervo da Associação Cultural do Boi da Manta de Pedro Leopoldo.

Em contrapartida, o passado recente é relegado ao esquecimento: o Boi da Manta “modernizado”, com “sonorização mecânica e Trio Elétrico”, como apontado no Observador do mesmo período do ano de 2002. Tais mudanças podem ser interpretadas como um reflexo da grande difusão do Carnaval de Salvador, juntamente do ritmo musical Axé Music entre as décadas de 1990 e 2000, mas também como uma tentativa da gestão governamental do período de atrair turistas para a cidade por meio da festa (ANTÔNIO, 2009).

Sobre essas mudanças, que muitas das vezes ocorrem por imposição da gestão pública, o Entrevistado 2 questiona: “Gente, inventar a roda pra quê, se ela já existe? Redescobrir a roda é bobagem, se ela já existe!”, num questionamento do porquê dessas interferências em uma festa que funciona há tanto tempo, pois “eles [políticos] tentam fazer muita mudança, depois vê que não é [viável], que o Boi tem a força dele. Não adianta.”. Logo em seguida, o entrevistado cita o jornal supracitado, mostrando inclusive que a intervenção mudou um dos principais símbolos, os bonecos gigantes, buscados em outra cidade, com figuras que a população não reconhecia.

Nesse sentido, identificamos que a festa se configura também como palco de disputas no campo da política, sofrendo interferências conforme o plano de ação para a pasta de cultura da cidade e estando sob influência de correntes ideológicas ou partidárias que valorizam, ou não, a manifestação da grande massa popular. Afinal, o espaço e “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver (...)” (LEFEBVRE, 2011, p. 22). A resistência, nesse ponto, não é pela relutância em mudar ou adaptar às condições novas que possam eventualmente surgir, mas no sentido de manter a festa como algo que pertence à população, e não a grupos políticos e interesses mercadológicos.

Considerações finais

Neste estudo, a festa popular do Boi da Manta, realizada em Pedro Leopoldo (MG), foi analisada como uma manifestação cultural centenária, profundamente enraizada na memória e na história local. Com características carnavalescas, a festa transforma o cotidiano da cidade durante seu período de realização, evidenciando dinâmicas que articulam trabalho, lazer e pertencimento. A partir da mobilização de relatos orais e fontes documentais, como jornais locais, foi possível compreender como a memória sobre o festejo é construída, preservada e ressignificada ao longo do tempo.

Os resultados preliminares indicaram que tanto as narrativas orais quanto os registros escritos são fontes complementares na construção da memória coletiva. Como argumentam Matos e Senna (2011), essas fontes não se excluem, mas dialogam entre si, oferecendo perspectivas distintas que enriquecem a análise histórica. No caso do Boi da Manta, as reminiscências da memória, muitas vezes sustentadas pelos textos jornalísticos, reforçam a interdependência entre registros físicos e relatos orais. Esse diálogo evidencia como os sujeitos elaboram suas vivências a partir do presente, utilizando tanto as experiências vividas quanto os documentos como suporte para a construção de suas narrativas (Pinsky, 2005; Nora, 1993).

A análise das fontes revelou três aspectos centrais da identidade pedroleopoldense vinculados à festa: o trabalho, a vida familiar e a transformação contínua do festejo. Em primeiro lugar, a relação entre o Boi da Manta e o mundo do trabalho é fundamental. Desde sua origem, a festa se apresenta como uma forma de resistência às condições laborais adversas, permitindo aos trabalhadores um momento de ruptura simbólica com a rotina e a disciplina impostas. Essa conexão se manifesta até hoje, como no rito do enterro do Boi, onde o luto pelo fim da festa simboliza o retorno à vida cotidiana, ao passo que renova a expectativa pelo próximo ano.

Em segundo lugar, a festa desempenha um papel central na vida familiar, reforçando laços geracionais e comunitários. As entrevistas revelaram que o contato inicial de muitos foliões com o Boi da Manta ocorre por meio de familiares e amigos que os introduzem à festa desde a infância, perpetuando a tradição e o sentimento de pertencimento. Embora Passos (2001) associe a permanência da festa ao papel da família fundadora, esta pesquisa ampliou essa compreensão ao demonstrar que a dinâmica de transmissão intergeracional abrange todos os foliões, reforçando o caráter inclusivo e comunitário do evento.

Por fim, as fontes evidenciaram a transformação da festa ao longo do tempo. Apesar das intervenções do poder público e de influências externas, a comunidade demonstrou sua capacidade de resistir e preservar os elementos essenciais do festejo. Essa resistência, por meio da manutenção de ritos e símbolos, reflete a importância da festa como espaço de carnavalização e quebra de hierarquias, reafirmando sua relevância para a identidade local (Bakhtin, 2008).

Portanto, o Boi da Manta constitui um dos elementos centrais da cultura pedroleopoldense, articulando memória, trabalho e lazer em um espetáculo que une tradição e resistência. A festa não é apenas um momento de celebração, mas também um espaço onde o povo se organiza para reafirmar seus valores, fortalecer suas conexões e resistir às imposições da rotina. Em sua essência, o Boi da Manta simboliza a força coletiva de seus foliões, que, ano após ano, transformam as ruas da cidade em um palco de celebração, união e identidade – sempre à espera do próximo cortejo.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. **Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História**. X Encontro Estadual de História. 26 a 30 de julho de 2010. Santa Maria - RS. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuhrs\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuhrs[1].pdf). Acesso em 22 dez. 2019.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202. 2005.

ANTONIO, Gabriela Mendes. **Relevância turística da festa do Boi-da-Manta em Pedro Leopoldo / MG**. 2009. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Turismo pelo Centro Universitário de Newton Paiva. 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. Editora Cortez: São Paulo. p. 160-179. 2009.

Bloch, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2ª edição. São Paulo: Editora UFMG, 2005.

CARDOSO, Maria. A. EPIFÂNIO, Vania. B. **O Boi da Manta de Pedro Leopoldo**. Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo (FPL), curso de Plenificação de História. 1993.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. p. 166.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína; (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. *In: A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Ed. Vértice. São Paulo: 1990.

HALL, Stuart. A identidade em questão. *In: A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 7-97. 2005

HOBBSBORN, Eric, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992 (O Homem e a História).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de monografias municipais: nova série** — nº 170 — Pedro Leopoldo / Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE. 1985.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153. 2005.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos.** *Historiae*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. Disponível: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

PASSOS, Amélia Correa. **Visitando o Boi da Manta: Tempo e Festa em Pedro Leopoldo.** 2001. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

PEREIRA, Júnia Sales e ORIÁ, Ricardo. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio.** *In: RESGATE* - vol. XX, Nº 23 - jan./jun. 2012. P. 161-171. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p. 2005.

PRIORE, Mary del. **Festas e utopias no Brasil Colonial.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

SANTOS, Leandro Felix dos. **Turismo Cultural em Pedro Leopoldo-MG: o papel do boi da manta na história da cidade.** 2007. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Turismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. 2007.

THOMPSON, E.P. Introdução: Costume e Cultura. *In: Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, A. **Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias.** Projeto História. São Paulo, v.15, p. 51-84, 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11216/8224>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

***Boom e pós-boom* latino-americano: uma análise das estruturas de sentimento a partir de *A Casa dos Espíritos* de Isabel Allende**

The Latin American *boom* and *post-boom*: an analysis of structures of feeling through *The House of the Spirits* by Isabel Allende

Maria Dariana de Lima Bessa

Mestranda em História e Letras

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

darianabessa777@gmail.com

Rosangel de Freitas Machado

Mestrando em História e Letras

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

rosangel.freitas@aluno.uece.br

Recebido: 01/07/2024

Aprovado: 09/12/2024

Resumo: Este artigo tem como pretensão investigar alguns elementos importantes da literatura latino-americana através das discussões de Raymond Williams sobre literatura, cultura, estruturas de sentimento e em relação ao campo e a cidade. Dessa forma, analisaremos principalmente o *boom* e *pós-boom* literário, o chamado realismo maravilhoso e as representações do campo e da cidade na obra *A Casa dos Espíritos* (1982) de Isabel Allende. Usando o método qualitativo e bibliográfico de pesquisa, nós discutimos os trabalhos de Williams (1979; 2011; 2015); Chiampi (1980); Cevasco (2001; 2003); Pizarro (2004) e outros. Concluimos que os estudos de Raymond Williams são de fundamental importância para entendermos que a literatura latino-americana faz parte das estruturas de sentimento de um determinado período, mas que se mantém em processo de transformação até os dias de hoje. Isto é evidente com o *pós-boom*, em que tivemos mais mulheres escrevendo, como Isabel Allende, e que por meio de sua obra podemos refletir a respeito das concepções de cultura construídas e acerca dos espaços campestres e urbanos.

Palavras-chave: Raymond Williams; Literatura latino-americana; *A Casa dos Espíritos*.

Abstract: This article aims to investigate some important elements of Latin American literature through Raymond Williams' discussions on literature, culture, structures of feeling and the relationship between the countryside and the city. Thus, we will analyze the literary *boom* and *post-boom*, the concept of marvelous realism and the representations of the countryside and the city in *The House of the*

Spirits (1982) by Isabel Allende. Using qualitative and bibliographical research as our method, we discuss the works of Williams (1979; 2011; 2015); Chiampi (1980); Cevalco (2001; 2003); Pizarro (2004) and other authors. We have concluded that Raymond Williams' studies are of crucial importance for understanding that Latin American literature is part of the structures of feeling of a particular period, but remains as a process in transformation until today. This is evident with the *post-boom*, in which we have had a growth of women writers, like Isabel Allende, whose work allows reflection on the conceptions of culture that have been constructed and on the rural and urban spaces.

Keywords: Raymond Williams; Latin-American literature; The House of the Spirits.

Introdução

O conceito de cultura, assim como outras áreas de produção humana, passa por diversas ressignificações ao longo da história. Sua origem pode ser remontada desde o latim, estabelecido pelo termo *colere*, que remete a atividades múltiplas associadas ao trabalho no campo e a colonização de territórios, como cultivar, cuidar e habitar, mas que também diz respeito aos rituais de adoração, denotando que ao longo do tempo o termo e suas várias ramificações de significação tomaram rumos, desenvolvimentos e percepções diferentes (WILLIAMS, 2007, p. 117). As formas de entender a ideia de cultura, portanto, vão sofrer em vários aspectos com as transformações das estruturas de pensamento das sociedades ao longo da história, fazendo emergir e dominar proposições específicas do que pode ser entendido como algo “cultural”, em muito sido posto a partir de formas de domínio de uma classe dominante.

Portanto, transformações históricas do conceito de cultura trazem consigo problematizações que, embora tenham a especificidade de cada tempo e local, estarão postas a partir de uma lógica que foque em reforçar a perpetuação de tal forma de ver o mundo, uma vez que: “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante” (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

Partindo dessa ótica, podemos assim entender os processos de configuração da noção de cultura enquanto dispositivos que atuam dialeticamente com os fatores políticos e históricos de uma classe social, e para tanto cabe o entendimento de como as classes dominantes, ao longo do tempo, estabelecem os parâmetros do que é e o que não é cultura. Portanto, torna-se válido analisar dentro do que pode ser entendido enquanto uma perspectiva dominante de cultura. E como é essa percepção?

Dentro do recorte em que o presente artigo se insere, é possível discutir o caso proposto por Raymond Williams em suas formulações teóricas sobre a cultura inglesa, mais especificamente da literatura, do período por ele vivenciado.

Já o que nos remete a compreensão de cultura para Raymond Williams, em *Cultura é algo comum* (no original *Culture is Ordinary*, publicado em 1958), quebra com as noções hegemônicas de cultura que existiam. Cultura não seria um produto pertencente apenas a um grupo erudito, fomentador de determinadas práticas culturais que impossibilite o pensamento de cultura fora do eixo das “grandes obras”, definindo o que seja alguém dessa lógica como pertencentes a uma cultura inferior. Mas a cultura é comum, é formada a partir dos modos de vidas e das experiências dos sujeitos, portanto, a cultura é de todos e formada por todos também. É algo dinâmico, sem a existência de hierarquias e de uma cultura dividida (WILLIAMS, 2015).

Para Cevasco (2003), na ótica de Williams, a cultura comum não pode ser uma extensão e difusão dos valores de uma minoria, pois possivelmente quem se beneficiaria com isso seria a classe dominante. Mas é necessário dar condições para que todos participem dessas práticas culturais, e não apenas consumidores do que é dito e feito por poucos sujeitos.

As artes também fazem parte desse processo, pois são produções culturais ligadas à vida social e que utilizam os meios sociais para conseguir dar sentido, significado e objetivo ao que escreve (CEVASCO, 2003). No que diz respeito a literatura, para Williams:

A literatura é uma arte social material tão central que foi usada, e continua a ser usada, em todas essas formas e intenções. O que encontramos é um verdadeiro contínuo correspondente aos processos ordinários e extraordinários da atividade humana e da autocriação em todos os seus modos e meios [...]. A literatura é sempre uma comunicação, mas não pode ser sempre reduzida a comunicação simples: a passagem de mensagens entre pessoas desconhecidas. A literatura é sempre, de alguma forma, composição individual e composição social, mas não pode ser sempre reduzida ao seu precipitado em personalidade ou ideologia, e, mesmo quando sofre essa redução, tem ainda de ser considerada ativa. [...] A literatura é com frequência uma articulação e, com efeito, uma nova formação que se estende além de seus próprios modos. Mas isolá-la como arte, que na prática inclui (sempre em parte e por vezes no todo) elementos de outro ponto de contínuo, é perder contato com o processo criativo substantivo e idealizá-lo, colocá-lo acima ou abaixo do social, quando ele é na verdade o social, numa de suas formas mais características, duráveis e totais (WILLIAMS, 1979, p. 210-211).

A literatura seria mais uma prática do que um objeto, está ligada com as mudanças nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. A partir do que já foi dito, discutiremos algumas questões sobre a literatura latino-americana emergente a partir da segunda metade do século XX, tendo

como caso representativo a obra *A Casa dos Espíritos* (1982), da escritora chilena Isabel Allende, buscando trabalhar com os conceitos de cultura, literatura, estruturas de sentimento, campo e cidade na perspectiva de Raymond Williams.

Assim, é importante trazer algumas reflexões sobre a literatura também, esta passou por grandes transformações ao longo dos tempos, servindo para diferentes propósitos. Raymond Williams (1979) ao analisar o desenvolvimento do conceito de literatura, diz que, o seu uso inicial era ligado às práticas de leituras ou alfabetização, ou seja, a capacidade do sujeito de ler algo. O conceito se transforma com a imprensa também, mas até o século XVIII, ainda expressava uma ideia de capacidade de ler e não de produção de obras. Sendo associada a uma determinada classe social, considerada mais “cult”. Além disso, a palavra literatura incluía todos os livros impressos, não apenas aqueles considerados “fictícios” ou “irreais”, mas os livros de história, filosofia e outros. Mas o conceito não deixou de distinguir socialmente quem podia consumir e fazer essas produções, pois começam a levar em conta o “gosto” e “sensibilidade” do público leitor considerado erudito e culto; e a literatura passa a ser julgada pelos críticos que distinguem o que é uma boa literatura de uma ruim. Como consequência, é usada pelo poder dominante para pregar a ideia de uma nação idealizada (WILLIAMS, 1979, p. 55).

Antonio Candido (2011), ao argumentar que a literatura é um direito de todos, diz que: “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita [...]” (CANDIDO, 2011, p. 177). A literatura pode difundir as regras e normas que a sociedade dita normalizadora prega, os setores conservadores e dominantes, servindo como uma forma de dominação dos valores vigentes. Mas não tem um papel inofensivo na mão do leitor (a), exerce um papel importante para a formação da personalidade e do olhar crítico, gerando questionamentos ao que está sendo dito ou falado a partir da realidade social.

Assim, os escritores (as) deixam suas intenções nas obras também, suas revoltas, ideologias e crenças. A literatura seria um grito de revolta dos escritores (as) contra as diferentes injustiças, deixando obras intencionalmente escritas para gerar a reflexão e conflitos em seus leitores (as) (CANDIDO, 2011). Toda obra literária está embebida das visões e das vivências do autor (a), além do seu contexto histórico, social, político e cultural. Muitas dessas experiências não são isoladas e apenas tal escritor (a) viveu, mas são experiências compartilhadas com outros sujeitos.

Boom, pós-boom e o realismo maravilhoso na literatura latino-americana

Durante o século XX, a literatura latino-americana passou por mudanças significativas, principalmente a partir da década de 60 com o chamado *boom* da literatura latino-americana. Mas, como aponta Rodríguez Monegal (1970), houve diversos fatores que contribuíram para o desenvolvimento do cenário literário latino, principalmente a partir dos anos de 1940, com o fim da Guerra Civil Espanhola e o início da Segunda Guerra Mundial. Tal contexto contribuiu para o incentivo à carreira de escritor, a fundação de editoras nacionais, a constituição de leitores que cada vez mais se interessaram pelas produções dos seus países, e consequentemente, tivemos uma procura pela formação de uma identidade latino-americana e um rompimento com os modelos tradicionais, além de outras coisas (RODRÍGUEZ MONEGAL, 1970).

Segundo Trouche (2013), o insólito era empregado como uma forma de romper com a estética realista presente até então, muitos escritores lançaram a semente do que viriam ser a nova literatura latino-americana, como Alejo Carpentier, Jorge Luís Borges e Juan Rulfo.

De acordo com Ana Pizarro (2004), é no século XX que a América Latina inicia a construir seus próprios modelos culturais e literários, utilizando as próprias referências literárias latinas. Isso não significa um completo desprezo aos escritores do exterior, mas à busca de uma expressão latina própria, pela identidade e afirmação do que é ser latino. Isso se deu nas artes de forma geral, principalmente na poesia, em que temos grandes nomes como Pablo Neruda e Mário de Andrade.

É perceptível uma mudança nas estruturas de sentimento, sendo importante para uma “nova” concepção de literatura por parte dos escritores. O conceito “estrutura de sentimento” foi formulado por Raymond Williams, temos o contato inicial com o termo a partir do seu livro *Preface to Film*, de 1954, como foi observado por Peter Middleton, no qual fez com Michael Orrom⁹², em que analisa as produções cinematográficas partindo de uma visão que se opõe ao dos formalistas da sua época (CEVASCO, 2001).

É importante pontuar que o contexto que Williams estava inserido é marcado por discordâncias no tratamento do cinema, segundo Stam (2003), depois que o cinema mudo passa para o cinema com som emergiram intensos debates entre os formalistas, estes apresentam um caráter de enxergar uma

⁹²É importante pontuar que os dois se conheceram na União Socialista que era organizada por estudantes, em Cambridge. Embora tenham perdido contato, principalmente por causa da Segunda Guerra Mundial, no final da década dos anos de 1940 retornam a parceria. Os dois, em 1953, criaram a “Film Drama Ltd.”, onde desejavam por meio dessa empresa produzir filmes (além dos roteiros também) e também fomentar as discussões sobre o cinema. Além disso, os seus escritos são uma forma de manifesto para conseguirem amparar as discussões das produções cinematográficas que desejavam realizar - como é o caso do livro *Preface to Film* (POLAN, 2013).

divisão entre o cinema e o real, não tendo uma ligação entre a obra de arte e a vivência do artista enquanto ser humano dissociado do processo artístico, e realistas, ambos preocupados com o que autor chama de “essência do cinema” (STAM, 2003, p. 91). Após a Segunda Guerra Mundial, com tudo que foi vivenciado, o realismo dentro das produções cinematográficas passa a ser muito utilizado para contar a história do que aconteceu (STAM, 2003).

Então, como aponta Williams, a sua obra pode ser considerada um manifesto que propõe discutir com a teoria cinematográfica a partir das complexidades do fazer artístico inserido numa dinâmica de relações entre o vivenciado historicamente, distanciando-se das práticas até então formuladas, que entendiam o externo e o interno como dimensões desassociadas. Ao encarar um filme como parte do drama, aponta que faz parte da estrutura de sentimento de determinado contexto, tendo que ser enxergado na sua amplitude e não apenas nos seus elementos isolados da materialidade presente na vivência humana (WILLIAMS, 2014, p. 610-611). Esse caso denotado por Williams nos faz entender que as estruturas de sentimento estão em sua composição: não se pode falar do filme isoladamente sem entender os processos materiais que tornaram ele possível, assim como sua contemplação e reprodução. Desde a fabricação do rolo de filme até a forma com que os telespectadores vão assistir o filme, serão importantes para compor o imaginário emocional de um tempo e cultura, denominando assim uma estrutura de sentimento, que age dialeticamente entre si e é indissociável na emergência de uma afetividade cultural.

Embora a forma exposta acima seja o primeiro modelo, e portanto a base dessa conceituação teórica, ao longo do tempo, o conceito sofre transformações a partir de sua fomentação, principalmente tendo em vista que o próprio Williams não determinou uma definição clara e final, constantemente reformulando o debate acerca do que pode ser entendido enquanto estruturas de sentimento (FILMER, 2009, p. 372).

Para tanto podemos confiar na delimitação proposta por Cevasco (2001), que explica de forma mais concreta o que podemos entender como estrutura de sentimento, sendo: “A estrutura de sentimento é então uma resposta a mudanças determinadas na organização social, é a articulação emergente, do que escapa à força acachapante da hegemonia [...]” (CEVASCO, 2001, p. 157-158). Nas obras de artes, em especial na literatura, são estruturas geradas a partir da própria experiência histórica, não são experiências individuais e únicas, mas fazem parte de algo comum, que está sendo vivenciado, uma mudança cultural e da sociedade (CEVASCO, 2001).

Conforme Williams (1979), as estruturas de sentimento se relacionam mais com as formações emergentes ou pré-emergentes, podendo ser utilizadas como causadoras de desordens ou modificadoras da velha ordem. Assim, o seu surgimento pode ser referente a elevação de uma determinada classe social, mas pode ser ainda quando ocorre na mesma classe social algumas rupturas, quando ocorrem conflitos e modificações também, tais fatores ocasiona uma tensão que é, “[...] imediatamente vivida e articulada em novas figuras semânticas radicalmente novas” (WILLIAMS, 1979, p. 137).

As artes estão sempre em processo de mudanças, ligadas ao contexto histórico de sua produção, relacionam-se com os fatores sociais, culturais, sentimentais e políticos de sua época. O que a leva às práticas culturais emergentes, segundo Williams:

Por “emergente” entendo, primeiro, que novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relação estão sendo continuamente criados. Mas é excepcionalmente difícil distinguir entre os que são realmente elementos de alguma fase nova da cultura dominante (e nesse sentido “específico da espécie”) e os que lhe são substancialmente alternativos ou opostos: emergente no sentido rigoroso, e não simplesmente novo [...]. Ainda assim, a localização social do residual é sempre mais fácil de compreender, já que grande parte dele (embora não toda) se relaciona com formações sociais anteriores e fases do processo cultural, nas quais certos significados e valores reais foram gerados (WILLIAMS, 1979, p. 126).

A partir das discussões de Raymond Williams (1979), podemos entender que a cultura residual age enquanto conjuntos de valores de uma determinada cultura que, embora tenha sido dominante em um determinado período, entra em declínio. Seu núcleo é composto de significações, visões de mundo e conjuntos de experiências que ainda persistem e reverbera nas dinâmicas culturais de uma sociedade, podendo ser adquirida pela cultura dominante e assim como pode ser uma contraposição a essa cultura. Podemos exemplificar que muitos dos valores e símbolos empregados pela cultura dominante durante a ditadura brasileira podem ser vistos em alguns discursos de sujeitos que fazem parte da cultura dominante na atualidade (ou seja, os resquícios ainda permanecem, e em alguns casos contribuem para a formulação de novos códigos culturais). Mas podemos encontrar também resquícios culturais dos sujeitos subversivos desse período, mesmo que menos visíveis, como percebemos nos filmes e livros que retratam tal período, além dos próprios discursos engendrados nessas manifestações também. A cultura dominante incorpora o que melhor lhe agrada dessa cultura residual, esta seria a cultura hegemônica, e daqueles que detém o poder e ditam os valores e normas sociais. Mas a cultura emergente age enquanto novas práticas contra-hegemônicas, englobando a classe subalterna e as manifestações contra os valores vigentes.

Isso nos leva a entender o caráter de uma cultura emergente que estava se formando na América Latina, incorporando uma mudança na estrutura de sentimento e de caráter contra-hegemônico. Na literatura, os escritores se posicionaram contra a hegemonia norte-americana, reivindicando uma maior autonomia. Alimentando-se dos vários movimentos sociais que já estavam acontecendo, como a descolonização da África, o anti-neocolonialismo na Ásia e o movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos, além da influência e inspiração que a Revolução Cubana proporcionou, no qual o discurso literário passa a ter uma ligação forte com o discurso político (PIZARRO, 2004).

Assim, teremos o desencadeamento do *boom* da literatura latino-americana, como aponta Rama (s.d.), ocorreu um interesse exterior pelas narrativas latino-americanas, no qual a Revolução Cubana teve um importante papel nisso também (pois proporcionou uma maior notoriedade pelo que estava acontecendo na América Latina), o que possibilitou que as obras fossem traduzidas para outras nacionalidades, ocasionando o crescimento de um sentimento nacionalista por parte dos latino-americanos também. Desse jeito, as mudanças históricas foram cruciais para que ocorresse o *boom*, o aparecimento dos consumidores dessas obras foram fomentados tanto pelo crescimento das telecomunicações (como das revistas, jornais, TV etc), como da expansão urbana e da industrialização também, após a Segunda Guerra Mundial, que ocasionou uma série de modificações, como no desenvolvimento educacional (RAMA, s.d.).

Rama (s.d.), ao falar sobre a importância das editoras nesse processo, caracteriza-as como editoras culturais justamente para se distanciar daquelas que tinham apenas o interesse mercadológico nas obras, os editores tinham um compromisso com a literatura e a cultura latino-americana, então traziam matérias que estivessem ligadas a esse propósito. Mas estas sofreram com as suas concorrentes, principalmente no fim dos anos 1970, com as editoras tendo seu foco de ação e estrutura em vários países (ou como Rama chama de multinacionais do livro), que desejavam apenas publicar livros e autores que vendessem bem (RAMA, s.d.).

Além disso, ele fala que o *boom* teve uma pequena duração, o seu início é por volta da metade da década de 1960 e já se encerraria no início da década de 1970 (aproximadamente em 1972), mas mesmo nesse curto período de tempo é visível a intensa produção, as edições e reedições das obras, possibilitando a popularização das narrativas para um público mais amplo também (RAMA, s.d.).

Um ponto que merece destaque quando falamos do *boom* é o uso do Realismo Mágico ou Realismo Maravilhoso nas obras, Plácido (2020), a partir das discussões de Shaw, diz o seguinte: “Para os escritores o foco não era mais a representação da realidade crua e palpável, mas sim a representação

de uma sociedade ambígua, dotada de irracionalidades e misticismo” (PLÁCIDO, 2020, p. 22). Os escritores se distanciam da literatura considerada mais realista, aquela que é mais bem vista também, em nome de uma literatura que utiliza dos elementos insólitos.

Segundo Alves (2019), nos anos 1970 e 1980 vamos ter a concretização do *pós-boom*, embora anteriormente já pudesse ser encontrado nas narrativas da América Latina, mas foi negligenciado pela crítica em decorrência do *boom*, ainda que este o tenha beneficiado de alguma maneira também. Os escritores inseridos no *pós-boom* encontrarão nos acontecimentos e transformações que estavam transcorrendo nas sociedades, principalmente nas da América Latina, temáticas relevantes para as suas narrativas. Alves (2019), aponta algumas questões levantadas por José Danoso sobre tais transformações, como o florescimento nos anos 1960 do movimento da contracultura, ou até mesmo das influências de alguns intelectuais na latinoamérica, como Beauvoir e Lukács, e de outras tendências artísticas e literárias; aliado a isso tem outros importantes marcos históricos que impactam até durante os anos 1970, como a Guerra do Vietnã e outras questões.

Um ponto que pode diferenciar os escritores do *boom* e do *pós-boom* é justamente que para estes o contexto histórico-social é muito importante dentro das suas narrativas, assim deixam claro o contexto abordado, já para os escritores do *boom* essas questões aparecem de maneira indireta, até deixando alguns leitores entenderem que não se trata de um momento histórico específico (ALVES, 2019).

Além disso, tais mudanças foram importantes para: “[...] à necessidade de reflexão sobre o lugar e a emergência de categorias sociais que até então tinham sido praticamente ignoradas, no plano sociocultural, como a mulher, o negro, o homossexual, etc.” (ALVES, 2019, p. 29). Sendo assim, as narrativas do *pós-boom* trazem esse olhar atento para o contexto histórico-social que estão inseridas, aprofundando-se nas especificidades de problemáticas que antes não tinham sido colocadas em holofote, além de uma maior ascensão dos sujeitos historicamente marginalizados enquanto vozes ativas de suas reivindicações, representações e agentes políticos e militantes. Essa estrutura de sentimento que se põe no *pós-boom* vai falar das temáticas caras para esses grupos a partir de suas próprias perspectivas, e não a partir de indivíduos alheios às suas demandas.

Por conseguinte, a literatura latino-americana fica marcada desde o *boom* literário pelo Realismo Mágico ou Realismo Maravilhoso, segundo Esteves e Figueiredo (2010), muitos dos escritores tinham a preocupação de superar os cânones europeus, tentando criar uma narrativa que representasse a crise

do homem americano e sua relação complexa com a sociedade capitalista, ao mesmo tempo que deseja ingressar no universo urbano, ainda viviam em um mundo rural e agrário.

O emprego do termo Realismo Maravilhoso ou Realismo Mágico gera debates e não tem uma concordância entre os críticos, muitas vezes utilizados como sinônimos e outras como opositores. A crítica brasileira Irlemar Chiampi (1980) prefere o uso do Realismo Maravilhoso, abdicando do uso do segundo. Para ela, o termo já se encontra consagrado e conhecido pela poética e pelos estudos críticos literários, mantendo uma relação estrutural com outros termos, o fantástico e o realista. Além disso,

[...] o termo maravilhoso apresenta vantagens de ordem lexical, poética e histórica para significar a nova modalidade da narrativa realista hispano-americana. A definição lexical de maravilhoso facilita a conceituação do realismo maravilhoso, baseado na não contradição com o natural. Maravilhoso é o ‘extraordinário’, o ‘insólito’, o que escapa ao curso das coisas e do humano (CHIAMPI, 1980, p. 48).

Assim, o uso do maravilhoso já indica que são obras que apresentam elementos do insólito; na segunda vantagem que ela coloca, a poética, é porque a expressão já enquadra uma série de referências literárias em diferentes contextos históricos, como em *As mil e uma noites*; já na histórica, é por causa da própria ligação da palavra com a história do nosso continente, além das discussões travadas por Alejo Carpentier (CHIAMPI, 1980).

Como sugere Figueiredo (2013), o realismo maravilhoso não deixa de manter uma crítica ao processo modernizador que não foi benéfico para todos os sujeitos, muito pelo contrário, facilitou as desigualdades sociais e contribuiu para a manutenção do poder vigente nas mãos de pessoas com uma boa condição financeira; além de consistir na afirmação identitária latina, marcada pela formação cultural do processo histórico que permitiu as trocas culturais com diferentes povos. Ocorreu uma ressignificação do termo maravilhoso por parte da literatura latino-americana, como fica evidente, o termo realismo maravilhoso é parte das próprias experiências da América Latina com a colonização, sendo ressignificado e rompendo com as estruturas eurocêntricas que, desde sempre, tentaram se distinguir dos considerados “os outros”, definindo-se como pertencente a uma cultura superior, civilizada e letrada, enquanto as práticas culturais das outras sociedades eram consideradas bárbaras e selvagens.

Por conseguinte, Isabel Allende incorpora o realismo maravilhoso em sua obra *A Casa dos Espíritos* (*La Casa de los Espíritus*, publicado em 1982), o seu primeiro romance e que foi adaptado para o cinema em 1993. A autora pode ser situada como pertencente ao *pós-boom* da narrativa latino-americana, como afirma Carvalho (2017) sobre o *pós-boom*: “[...] uma de suas características mais

significativas é a entrada no cenário literário de numerosas escritoras, já que no período do Boom, houve uma predominância de escritores masculinos” (CARVALHO, 2017, p. 35). Assim, ao contrário do que ocorreu no *boom*, uma marca do *pós-boom* seria uma maior visibilidade para as narrativas de autoria feminina, podemos citar o caso da Laura Esquivel e Gioconda Belli também.

Yls Rabelo Câmara (2023) evidencia que existe uma disparidade em relação ao número existente de escritoras em relação ao cenário masculino na América Latina, podemos entender isso em decorrência do patriarcalismo, bem como de outras formas de imposições de poder, que estabelece quais são os espaços reservados para as mulheres, as esferas privadas dos lares domésticos, enquanto a vida pública seria destinada aos homens (CÂMARA, 2023). Mas as mulheres desafiaram e continuam desafiando essa lógica dominante masculina, reafirmando que os lugares delas são onde elas quiserem estar, as muitas mulheres que escrevem hoje já representam a resistência de ser mulher e escritora, dando continuidade ao legado de muitas que já faleceram.

Ademais, Isabel Allende tem o seu nascimento no Peru, em 1942, mas desde cedo se mudou para o Chile, para a casa dos avôs maternos, principalmente em decorrência da ausência de seu pai - este pertence a família do Salvador Allende, um importante nome para a história chilena, objetivava alcançar um governo socialista sem uso de armas, mas foi interrompido por um golpe militar que instituiu a ditadura chilena. Isabel Allende se aventura pelo jornalismo também, trabalhou na Revista Paula que tinha um viés feminista, é uma postura que a escritora adota também, é tanto que nas suas obras sempre traz o protagonismo para as personagens femininas. Com a ditadura militar implantada, a autora se exila e isso é tema recorrente em suas obras também (BESSA, 2024).

As personagens principais em *A Casa dos Espíritos* são mulheres (Clara, Blanca e Alba), personagens que participam de uma série de conflitos de cunho social e histórico, perpassando não só as suas próprias narrativas, mas de sua família, tornando-se uma obra que estabelece as mudanças, impactos e conflitos que a família Trueba enfrenta ao longo de décadas. Portanto, nosso enfoque é entender como o espaço urbano e rural é construído na narrativa, mas essa sendo galgada em uma crítica mordaz e fundamentada sobre as questões de exploração, seja de gênero, de classe, ou raça. Sendo assim, um dos personagens que será mais recorrente é Esteban Trueba, no qual está ligado com a história daquelas mulheres também, como marido, pai e avô, mas é um homem que poderia ser considerado o “vilão” da história, por gerar as várias formas de violência e opressão que perpassam não só a história das três personagens, mas de toda a organização social, econômica e cultural ao seu redor. Para as discussões que vamos travar, dialogamos principalmente com Raymond Williams.

O campo e a cidade na obra *A Casa dos Espíritos* (1982)

Raymond Williams, em *O campo e a cidade: na história e na literatura* (publicado em 1973), trata sobre as interações entre o campo e a cidade por meio da literatura e da história. Demonstrando como ocorreram distintas perspectivas sobre esses dois espaços por meio da literatura, esta serve para manifestar as estruturas de sentimento que existiam também, já que os escritores incutem a sua percepção sobre a realidade social dentro do que foi ficcionado. Na própria produção de Williams, podemos perceber que o autor parte de muitas das suas experiências pessoais, já que transitou entre os dois espaços, tendo vivido no campo e depois na cidade. O autor discute, inicialmente, diferentes sensibilidades que marcam as visões sobre o campo e a cidade.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se à ideia do centro de realizações - de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 2011, p. 11).

Campo e cidade são conceitos que se moldam de acordo com determinadas estruturas de sentimento. Por exemplo, Williams (2011) traz os conceitos de bucólico e antibucólico; o primeiro faz referência aos escritores que trazem uma visão idealizada do campo, como a geração romântica, de um lugar tranquilo e harmônico, já o segundo termo faz referência aos escritores que quebram essa idealização do campo, retratando-o sem romantização ou criticando a forma descolada da realidade com que alguns autores abordaram a vida campesina (ou pastoral).

Diante disso, na obra *A Casa dos Espíritos*, somos apresentados a vida campestre, principalmente devido ao personagem Esteban Trueba, dono da fazenda *Las Tres Marías*, um homem cruel, violento, considerava-se dono de todas as pessoas que moravam em sua fazenda, não pagava salários e forçava os seus trabalhadores a vidas miseráveis, dentro das estruturas do poder oligárquico.

Esteban cometia abusos sexuais contra as mulheres regularmente, mas utilizava seus privilégios de classe para garantir a impunidade de seus atos, para este os habitantes de sua fazenda eram: “[...] esses pobres-diabos não têm cultura nem educação, não podem assumir responsabilidades; não passam de crianças [...]. São muito ignorantes” (ALLENDE, 2023, p. 73). Tendo uma visão compartilhada por alguns setores da sociedade conservadora, os habitantes do campo eram ignorantes e inocentes, não deveriam participar da vida política ou cultural, apenas obedecer e trabalhar.

Williams (2011) diz o seguinte, observando as visões sobre o campo e a cidade na Inglaterra do século XVII: “As peças, escritas por e para os membros da sociedade elegante da cidade,

evidentemente manifestam sentimentos ansiosos de rejeição - ou aparência necessária de rejeição - da vida rural, vista como grosseira, desgraciosa ou simplesmente tediosa” (WILLIAMS, 2011, p. 90). Para os membros da classe média, os habitantes do campo eram incivilizados, não tinham recebido uma educação adequada, e por isso não podiam participar da vida cultural também.

A verdadeira cultura, na lógica da classe conservadora e oligárquica criticada no livro de Isabel Allende, estaria com a classe dominante. Quando um conde francês visita a fazenda, há uma mudança de comportamento por parte dos moradores da casa principal. Usavam suas melhores roupas, a melhor louça inglesa e castiçais de ouro. O francês era admirado pela forma como descascava a laranja com os talheres e como citava antigos poetas. Sendo reconhecido como pertencente a uma alta cultura, enquanto o campesinato vivia na barbárie. Algo similar com o que Williams (2015) descreve sobre as casas de chás, vivem com uma cultura de aparência.

Por conseguinte, em época de eleição, em *Las Tres Marías*, os camponeses eram obrigados pelo patrão a votar em que fosse mandado, denotando o caráter de opressão, vigilância e controle empregado nessa relação de classe. Mas o campo, representado na obra, não está isolado das mudanças que estavam acontecendo:

De lá, estavam chegando as ideias subversivas, trazidas pelos ventos incontrolláveis do rádio, do telégrafo e dos navios carregados de emigrantes que desembarcaram como um tropel atônito, escapando à fome de sua terra [...]. O país despertava. A onda de descontentamento que agitava o povo abalava a sólida estrutura daquela sociedade oligárquica (ALLENDE, 2023, p. 76-77).

Com as ideias comunistas que se difundiram, uma nova estrutura de sentimento se formava, o campesinato começa a querer reivindicar os seus direitos, principalmente Pedro Terceiro García. Ele tem uma relação amorosa com Alba, filha de Esteban, mas, quando este descobre, encontra todas as formas para impedir (obrigando-a a se casar com outro homem para ascensão social da família). Pedro Terceiro Garcia se torna um importante político, contrariando os valores hegemônicos da sociedade burguesa. A classe conservadora sente medo dessa multidão em formação, principalmente na cidade, e isso leva ao planejamento de um golpe militar, posteriormente.

A cidade é vista com diferentes perspectivas também. Esteban era um homem que transitava entre o campo e a cidade. Ao voltar para a vida urbana, depois de anos distante, encontra-a transformada, acompanhando o chamado “progresso” e a “modernidade” que estava acontecendo no ocidente.

A cidade pareceu-lhe desconhecida, havia uma desordem de modernismo, um prodígio de mulheres mostrando as canelas, de homens com colete e calças de pregas, uma barulheira de operários esburacando o calçamento, tirando árvores para instalar postes, tirando postes para construir edifícios, tirando edifícios para plantar árvores. [...] um bafo de multidão, um rumor de corridas, de ir e vir com pressa, de impaciência e horário fixo. Esteban sentiu-se oprimido. Odiava aquela cidade mais do que lembrava; evocou as alamedas do campo, o tempo medido pelas chuvas, a vasta solidão de seus pastos, a fresca mansidão do rio e da sua casa silenciosa (ALLENDE, 2023, p. 92).

Por mais que Esteban considerasse os habitantes do campo ignorantes e inocentes, a vida campestre era considerada mais pacífica e tranquila. Já que era o patrão, não trabalhava e podia desfrutar dessa suposta vida harmoniosa. Enquanto nas cidades, temos a presença da multidão e da correria - o tempo é controlado, você tem horário de sair e chegar, diferente do tempo medido no campo.

De acordo com as discussões de Thompson (1998), podemos entender que entre algumas sociedades com características mais rurais, como algumas de agricultores e pescadores, não existe um interesse tão grande pelo tempo como acontece em outras sociedades que possuem um capitalismo em desenvolvimento mais evidente, as primeiras se organizam mais pelas tarefas que se tornam indispensáveis e necessárias de serem feitas, ao contrário das segundas que existe uma regularização maior do trabalho e do tempo, principalmente por aqueles que se beneficiam mais disso (aqueles que estão lucrando), existindo uma ligação com tempo, trabalho e dinheiro. Mas mesmo em comunidades rurais essa lógica pode estar sendo empregada, principalmente quando envolve a questão da exploração da mão de obra (THOMPSON, 1998), como é o caso de Esteban Trueba.

Williams (2011) ao falar sobre as transformações da cidade londrina, destaca uma mudança nas estruturas de sentimento dos escritores também. Alguns apresentando uma visão mais positiva das mudanças na cidade, o progresso seria sinônimo de uma vida mais confortável. Mas nem todos compartilhavam desse otimismo, a rápida expansão da sociedade capitalista, trouxe muitas questões sociais também, como os poemas de Blake ou Wordsworth revelam:

“[...] E noto em cada rosto, reveladas,
As marcas e fraqueza e sofrimento.”
(BLAKE *apud* WILLIAMS, 2011, p. 251).

“como podia um homem
Viver sem conhecer sequer o nome
Dos vizinhos que moram a seu lado.”
(WORDSWORTH *apud* WILLIAMS, 2011, p. 253).

As desigualdades sociais acompanham as mudanças na sociedade capitalista, enquanto alguns conseguem tirar proveito disso, uma grande maioria sofre com as injustiças e opressão. Enquanto os negócios de Esteban estavam indo bem, desfrutando de uma vida boa e próspera. Uma grande quantidade de desempregados se juntam na cidade, saindo de algumas regiões campestres em busca de emprego. Na visão de Esteban:

As famélicas tribos de desempregados, que arrastavam suas mulheres, seus filhos e seus velhos, procurando trabalho pelos caminhos, se haviam aproximado da capital e lentamente formaram um cordão de miséria ao redor da cidade, instalando-se de qualquer maneira, entre tábuas e pedaços de papelão, em meio do lixo e ao abandono. Vagavam pelas ruas pedindo uma oportunidade para trabalhar, mas não havia trabalho para todos, e pouco a pouco os rudes operários, emagrecidos pela fome, encolhidos de frio, andrajosos, desolados, deixaram de pedir trabalho e pediam simplesmente uma esmola. A cidade encheu-se de mendigos. E, depois, de ladrões (ALLENDE, 2023, p. 142).

Essa multidão assume características depreciativas para a sociedade conservadora. Considerando-a causadora da desordem, criminosos, vadios e difusores de doenças. Diante disso, como demonstra Williams (2011), o termo “turba” designado para se referir a multidão revela o temor que a classe dominante passa a ter também, pois é utilizado para nomear as insubordinações e subversões que estaria presente com essa “turba”. O medo gerado por essa multidão subversiva, na obra de Isabel Allende, ocasiona o golpe militar apoiado pelos setores da classe média e alta.

Com a ditadura implantada por Pinochet, temos uma mudança na cidade também, principalmente em consequência das medidas neoliberais:

Limpas, ordenadas e silenciosas, as ruas abriram-se ao comércio. Em pouco tempo, desapareceram os meninos mendigos, e Alba notou que não havia cães vadios nem latas de lixo. [...] As lojas começaram a vender coisas que não se conheciam nem de nome e outras que antes só os ricos conseguiam graças ao contrabando. A cidade nunca estivera tão bonita nem a alta burguesia fora mais feliz: podia comprar uísque sem impostos e automóveis a crédito (ALLENDE, 2023, p. 395).

Como afirma Silva e Fuentes (2022, p. 364): “Os bairros da cidade acabam refletindo o funcionamento de uma ditadura: os locais mais ricos seguem limpos, com as propriedades sendo respeitadas por um bom tempo, os bairros mais pobres entram em miséria, vivem sujos e sofrendo com a truculência policial”. Sendo assim, nos bairros mais pobres, a população vivia na miséria vigiada pela polícia, além das torturas e prisões que eram frequentes. Existiam campos de concentração e prisões espalhadas também, como no próprio Estádio Nacional do Chile, que foi palco de execuções sumárias, incluindo a do cantor e militante marxista-leninista Victor Jara (1932 - 1973). A ditadura

queria transparecer uma imagem de que estava tudo bem, por meio da própria arquitetura da cidade, mas só reforçou o abismo social que estava se instaurando, sobretudo com a implementação do neoliberalismo enquanto modelo econômico da ditadura chilena. Ou seja, tanto a implementação urbanística quanto econômica mudavam dependendo de quem morava em determinada região, se eram os ricos ou os pobres, uma vez que essa violência tinha filtro de classe bem determinada.

Considerações finais

Evidencia-se que a literatura latino-americana passou por extensas transformações como consequência das estruturas de sentimento que se formavam em diferentes períodos históricos. O *boom* literário proporcionou importantes mudanças no cenário literário latino, partindo das influências da Revolução Cubana, da busca por uma identidade latino-americana, assim o mercado passa a crescer com as produções latinas, proporcionando uma maior visibilidade para os escritores da América Latina, embora tenha se concentrado apenas em determinados sujeitos.

Mas, por meio das discussões de Raymond Williams, observamos que a cultura é algo dinâmico e não fixo, um processo contínuo e que parte das experiências que estão sendo vivenciadas. Ademais, podemos entender que a partir das modificações sociais no cenário latino e no mundial também, tivemos mudanças que ocasionaram um maior protagonismo por outros grupos sociais no meio literário, como discutimos com o *pós-boom*, em que Isabel Allende faz parte. A sua obra *A casa dos Espíritos*, nos permite perceber a forma com que as estruturas de sentimento se manifestaram, possibilitando discutir sobre as modificações sociais do campo e da cidade, além de fomentar a reflexão sobre opressão ocasionada pelos grupos dominantes, que ainda mantém formas de violência na nossa contemporaneidade, recrudescendo e minando a atuação política do grupos subalternizados.

Referências bibliográficas

ALLENDE, Isabel. **A Casa dos Espíritos**. Tradução de Carlos Martins. 61.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

ALVES, Wanderlan. **O melodrama e outras drogas: uma estética do paradoxo no pós-boom latino-americano** [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2019.

BESSA, Maria Dariana de Lima. “Façam-nos calar vocês”: a luta das mulheres contra o autoritarismo em Isabel Allende. **Revista Em Perspectiva**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 6-19, jun. 2024.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CÂMARA, Yls Rabelo. Lygia Fagundes Telles e Isabel Allende: interseções entre suas vidas, escrituras e a literatura testemunhal que produziram. In: CÂMARA, Yls Rabelo (org.). **Das Brumas à Luz: Escritoras Nacionais em Pauta** [livro eletrônico]. Tutóia, MA: Diálogos, 2023, v. 2, p. 358-399.

CARVALHO, Nathalia Oliveira de Barros. **Protagonismo feminino e trações memorialísticas em Malinche, de Laura Esquivel e Inés del alma mía, de Isabel Allende**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2017.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHIAMPI, Irlemar. **O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ESTEVES, Antonio Roberto; FIGUEIREDO, Eurídice. Realismo Mágico e Realismo Maravilhoso. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2010, p. 393-414.

FILMER, Paul. A estrutura do sentimento e das formas sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. Tradução de Leila Curi Rodrigues Olivi. **Estudos de Sociologia**, v. 14, n. 27, 2009, p. 371-396.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de Figueiredo. Realismo Maravilhoso: o realismo de outra realidade. In: **Caderno Globo Universidade**, n. 3: Tema: Realismo mágico no século XXI. Rio de Janeiro: Globo, 2013, p. 16-22.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIZARRO, Ana. **El sur y los trópicos. Ensayos de cultura latinoamericana**. Alicante: Universidad de Alicante, 2004.

PLÁCIDO, Edna Mércia Bezerra. **O realismo maravilhoso como aporte para a representação do autoritarismo em A casa dos Espíritos, de Isabel Allende e Incidente em Antares, de Erico Veríssimo**. 2020. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Português) - Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, Monteiro, 2020.

POLAN, Dana. Raymond Williams on Film. Austin: University of Texas Press, **Cinema Journal**, v. 52, n. 3, p. 1-18, Spring 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43653108>. Acesso em: 3 nov. 2024.

RAMA, Ángel. O boom em perspectiva. Tradução de Susana Kerschner. No original: RAMA, Ángel. RAMA, Ángel. El Boom em Perspectiva. La crítica de la cultura en America Latina. **Biblioteca Ayacucho**, s.d., p. 266 - 306. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/rama/rama.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. La nueva novela latinoamericana. In: ACTAS DEL III CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE HISPANISTAS, 1968, México. **Actas** [...] México: Asociación Internacional de Hispanistas; El Colegio de México, 1970, p. 47-63. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcfj4g4>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SERRÃO, Raquel de Araújo. A hora e a vez do rosa no pós-Boom latino-americano: a ficcionalização da história sob a ótica feminina. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 5, n.1, p. 103 - 118, mar./ jun. 2013. Disponível em: <http://200.145.201.15/index.php/Olhodagua/article/ew/182>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, Cecília de Almeida; FUENTES, Maribel Aliaga. A Casa dos Espíritos e seus lugares: arquitetura, literatura e mulheres na obra de Isabel Allende. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 21, p. 360-373, 20 maio 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/22046/14379>. Acesso em: 20 out. 2024.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Tradução de Fernando Mascarello. Campinas, SP: Papirus, 2003.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROUCHE, André. Boom e Pós-boom. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2010, p. 83-102.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: WILLIAMS, Raymond. **Recursos da Esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: Edusp, 2015, p. 3-28.

WILLIAMS, Raymond. From Preface to Film (UK, 1954). In: MACKENZIE, Scott. **Film Manifesto and Global Cinema Cultures: A Critical Anthology**. Berkeley: University of California Press, 2014, p. 607-613.

Cinema e revolução: a perspectiva revolucionária de Serguei Eisenstein em *O velho e o novo* (1929)

Sergei Eisenstein's revolutionary perspective in "The Old and the New" (1929)

Ana Beatriz Ferreira Marques

Mestranda em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

abmarques99@gmail.com

Recebido: 25/10/2024

Aprovado: 14/01/2025

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar e interpretar o filme *O Velho e o Novo* (1929), dirigido pelo cineasta soviético Serguei Eisenstein. A trama gira em torno de Marfa, uma camponesa pobre que percebe a necessidade de mudança em seu ambiente. Acompanhamos sua jornada enquanto ela se transforma em uma agente política, enfrentando diversos desafios até alcançar seu objetivo: a substituição do antigo pelo novo, com a coletivização e a mecanização substituindo o controle desigual dos *kulaks*. Assim, além de explorar a situação individual de Marfa, Eisenstein oferece uma reflexão mais ampla sobre o contexto histórico do início da revolução stalinista. Este artigo propõe discutir como a História e o Cinema podem ser articulados ao analisar as representações da revolução promovida por Stalin, por meio do uso do método documentário e a interpretação de imagens, de Ralf Bohnsack.

Palavras-chave: Serguei Eisenstein; *O Velho e o Novo*; Stalinismo

Resumen/Abstract: This article aims to analyze and interpret the film *Old and New* (1929), directed by Soviet filmmaker Serguei Eisenstein. The plot revolves around Marfa, a poor peasant who realizes the need for change in her environment. We follow her journey as she becomes a political agent, facing various challenges until she achieves her goal: replacing the old with the new, with collectivization and mechanization replacing the unequal control of the *s*. Thus, in addition to exploring Marfa's situation, Eisenstein offers a broader reflection on the historical context of the beginning of the Stalinist revolution. This article proposes to discuss how History and Cinema can be articulated when analyzing the representations of the revolution promoted by Stalin, using the documentary method and the interpretation of images, by Ralf Bohnsack.

Palabras clave/Keywords: Serguei Eisenstein; Old and New; Stalinism

Introdução

Para a Grande Revolução de Outubro, quem foram elas? Indivíduos? Não, uma massa, dezenas, centenas de milhares de heroínas anônimas que caminharam lado a lado com operários e camponeses em nome da bandeira vermelha, com o lema dos soviets, através das ruínas do odioso passado religioso e tsarista em direção a um novo futuro (AS COMBATENTES..., 1927 *apud* SCHNEIDER, 2017, p. 175).

O trecho acima, retirado da Revista das Mulheres, de 1927, traz consigo um olhar sobre outubro de 1917. Nele, podemos notar tanto uma retórica voltada para uma separação entre passado e presente-futuro advindo da revolução, quanto uma preocupação acerca do papel da mulher no evento revolucionário. Isto é, dez anos após outubro, ainda reverberavam discussões voltadas para os agentes do evento e suas heranças e rompimentos com o passado.

Não é à toa que, em comemoração ao aniversário de uma década de Outubro, uma série de filmes foi encomendada pelo Estado soviético, dentre eles, *Outubro* (1927), de Serguei Eisenstein. Em *Outubro*, é nítido o tom de uma narrativa que promove a construção de um enredo baseado em um herói-massa⁹³ – esse sempre masculino – e, além disso, uma reafirmação da revolução bolchevique como legítima e necessária para completar o que foi iniciado por fevereiro. Dessa forma, o diretor compõe uma argumentação que se volta a um entendimento de uma revolução dupla, baseada em fevereiro e outubro. Assim, a primeira, incompleta principalmente por colocar no poder a burguesia, precisou da segunda para, de fato, possibilitar uma liderança popular. Entendemos, portanto, que o contexto de produção do filme é essencial para edificar essa narrativa soviética, principalmente ao depararmos com uma conjuntura marcada pelo processo de ascensão de Josef Stalin ao poder logo após a morte de Vladimir Ulianov, Lenin.

Este artigo pretende promover uma análise de *O Velho e o Novo* (1929), filme de Serguei Eisenstein, produzido pela *Sovkino*, companhia cinematográfica estatal da União Soviética. Apesar da mesma direção e de ser produzido apenas dois anos depois de *Outubro* é possível encontrar divergências na narrativa sobre a questão revolucionária e seus frutos. Nesse sentido, o texto pretende se voltar para esse olhar eisensteiniano sobre a revolução dentro de um contexto um pouco diferente de 1927, agora marcado por um início de uma revolução feita de cima.

⁹³ O herói-massa é uma contraposição ao herói individual. O herói-massa retira o papel de protagonista a uma só pessoa e entrega-o a um grupo de pessoas. Eisenstein enfatiza um dos aspectos mais proeminentes do cinema revolucionário: a construção do herói massa. O diretor relata que “[...] [levou] a ação coletiva e da massa para a tela, em contraste com o individualismo e o drama do ‘triângulo’ do cinema burguês. Eliminando a concepção individualista do herói burguês [...] insistindo na compreensão da massa como herói” (Eisenstein, 1990, p.23)

Para atingir tais objetivos, propõe-se a utilização do método documentário, de Karl Mannheim, transposto para a análise das imagens. Tal metodologia, empregada por Ralf Bohnsack, alinha os principais pontos de Mannheim, em a Sociologia do Conhecimento, junto a métodos e teorias da História da Arte. Isto é, Bohnsack trabalha com a ideia de Mannheim sobre uma análise baseada em três sentidos: objetivo, expressivo e documentário. Onde, o primeiro gira em torno da observação primária; o segundo sobre percepções relacionadas às manifestações expressivas; e o último permite um olhar voltado para a interpretação da fonte dada sua produção em seu contexto específico. E tal entendimento perpassa uma metodologia que é composta por uma análise da imagem em seus sentidos: pré-iconográfico – na estrutura formal da imagem –, iconográfico e iconológico, de Panofsky, e icônico, de Imdahl. Em resumo, Bohnsack entende a necessidade da compreensão através da imagem e seu entendimento como diretora da ação e construtora da nossa realidade (Bohnsack, 2007), proporcionando um olhar sobre a fonte imagética que está interessado em como (*wie*) ela foi produzida. A sua preocupação, então, promove um olhar sobre o contexto da produção da fonte tomando alguns conceitos-chave, como: *habitus*, visão de mundo e imaginário.⁹⁴

Serguei Eisenstein e a montagem

Antes de iniciar a análise do filme de Eisenstein é necessário compreender a relação do diretor com as técnicas utilizadas. Por meio dessa breve elocução será possível introduzir o leitor nos principais métodos utilizados por Eisenstein e, a partir disso, promover diálogos entre a parte teórica do cineasta e a metodologia empregada no artigo.

Eisenstein inicia sua introdução às artes ao mesmo tempo em que viajava como engenheiro do exército, a partir da confecção de cenários para os *agitprop*⁹⁵. Em 1921, começa sua carreira no teatro da *Proletkult*⁹⁶. Na *Proletkult*, ainda como desenhista, Eisenstein já realizava algumas intervenções no que tange a direção. A peça “O Mexicano”, de 1921, recebe uma mudança na cena clímax de luta, proposta por Eisenstein. Se originalmente ela aconteceria atrás do palco, o futuro diretor convence que a cena deveria se desenrolar no meio do teatro, permitindo uma estimulação direta de emoções

⁹⁴ Para mais sobre a metodologia empregada, ver: Bohnsack, Ralf. *A interpretação de imagens e o Método Documentário*. Sociologias[online]. 2007, n. 18, pp. 286-311. Liebel, Vinícius. *O historiador e o trato com as fontes pictóricas - a alternativa do método documentário*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 17, n. 33, p. 372–398, jul. 2016.

⁹⁵ Propaganda política realizada pelos bolcheviques com o intuito de “agitar as massas”. Tais propagandas tomavam diversas formas, como: curtas políticos, panfletos, músicas...

⁹⁶ Organização com o objetivo de proletarizar a cultura, por meio de uma produção proletária para os proletários.

dos atores sobre a plateia, a partir de um caráter realista que se dá ao embate. De acordo com Eisenstein, é nesse momento que se pode afirmar o início de sua carreira e sua conexão com a “tipagem” que, em suas palavras, se identifica como: “uma abordagem específica dos eventos abrangidos pelo conteúdo do filme. Aqui também o método é o do mínimo de interferência no curso natural e nas combinações dos eventos” (EISENSTEIN, 1990, p.19).

Para além da tipagem, outra característica do cinema eisensteiniano é a utilização da montagem como peça-chave da narrativa e estética dos seus filmes, tal característica já é percebida quando trabalhava com o teatro. Eisenstein relata que em *O Sábio* (1923) há uma escolha de divisão do cenário, onde várias cenas aconteciam ao mesmo tempo e iam se entrecortando, produzindo um novo sentido para cada uma: “Em vez de uma mudança de cenas, Glumov (Yezikanov) corria de uma cena para a outra – pegando um fragmento do diálogo de uma cena, interrompendo-o com um fragmento da outra cena-, com o diálogo assim colidindo, criando novos significados e algumas vezes jogos de palavras” (EISENSTEIN, 1990, p.20). Percebemos um constructo do que viria ser uma de suas características principais como diretor de cinema: a montagem.

Além do mais, o teatro *Proletkult* foi fundamental para a construção do diretor em relação à arte revolucionária. Eisenstein entendia que deveria ocorrer uma revolução política associada a uma revolução das técnicas cinematográficas. Por isso, utilizava do cinema através de dois vieses: pedagógico e artístico. Isso ocorre por sua inclusão no movimento de vanguarda construtivista soviética, a qual pensava o cinema como um meio de união entre o poder vigente e as massas. Entretanto, não visualizava as massas como passíveis de informação. Nesse sentido, a partir de justaposição de imagens aparentemente desconexas, cria-se um novo sentido na junção das mesmas, ou seja, $1 + 1 > 2$. Através dessa matemática eisensteiniana, o público poderia produzir seu próprio entendimento dos filmes do diretor. Dessa forma, Eisenstein advoga por um subjetivismo na arte e entende que a mesma deve agregar o conteúdo revolucionário à forma revolucionária. Por isso, ele utiliza a montagem intelectual, a partir da produção dos sentidos por meio das combinações das imagens. E, conseqüentemente, essa montagem intelectual se agrega à montagem das atrações que era utilizada na *Proletkult*, a qual se utiliza do efeito da descarga emocional e psicológica do público. A montagem, portanto, é essencial para “[...] uma narrativa que contenha o máximo de emoção e de vigor estimulante” (EISENSTEIN, 2002, p.14) e, através dela, segundo Eisenstein, se permitiria a acessibilidade de classe.

Para além da questão da montagem, também é válido ressaltar a diferenciação entre imagem e representação feita pelo diretor. Na obra “O sentido do filme”, Eisenstein resalta a importância da construção de uma representação que reverbera na produção de uma imagem, já que somente a representação não vale de nada para o espectador, ela deve emitir algum tipo de memória. Para que isso seja possível, é necessária a utilização da justaposição de representações que configuram em um novo produto, a imagem total. Dessa forma:

A representação A e a representação B devem ser selecionadas entre todos os aspectos possíveis do tema em desenvolvimento, devem ser procuradas de tal modo que sua justaposição - isto é, a justaposição desses próprios elementos e não de outros, alternativos - suscite na percepção e nos sentimentos do espectador a mais completa imagem do próprio tema. (EISENSTEIN, 2002, p.18)

Os aspectos discutidos são essenciais para conceber uma percepção de Eisenstein como autor da obra. Isto é, promover um debate sobre Eisenstein em um papel duplo de diretor e teórico, permite que olhemos a análise do filme para além de uma discussão do filme *per se*, mas que enxergue na obra, não somente o contexto, como também o autor por trás da película.

Uma entre muitas

O início de *O Velho e o Novo* constrói uma delimitação clara entre os vilões e os mocinhos do filme. Delimitação essa transposta de um período em que os discursos políticos, principalmente de Stalin, desenvolvem um “inimigo de classe”, uma visão de mundo em que há uma nítida política baseada na separação entre nós x eles, importada de uma gramática essencial para a consolidação dos bolcheviques no poder. Ou seja, uma produção de uma cosmovisão segundo a qual a retórica dicotômica dos bolcheviques – seja ela, velho x novo, opressão x libertação ou oprimidos x opressores – torna-se basilar para a construção de uma cultura política sólida o bastante para encabeçar uma revolução em 1917 e justificar uma nova após a morte de Lenin.

Em uma das cenas iniciais podemos observar duas famílias de camponeses (figura 1), imersas em uma situação de pobreza e fome, filmadas em um plano aberto, o qual, progressivamente, se fecha para compor uma imagem que destaca os rostos e, conseqüentemente, as expressões dos camponeses (figuras 2 e 3). Na primeira família, o recurso é utilizado, primeiramente, no camponês mais velho segurando o bebê e, logo depois, na filha/neta do camponês que segura a roupa do pai/avô em uma tentativa de se proteger de algo.

Escolhendo por compor uma cena, onde o *close-up* é utilizado como recurso, Eisenstein nos permite construir uma empatia com esses personagens ao nos colocar cara-a-cara com cada um deles. O diretor inicia um enredo baseado na empatia para com os camponeses em miséria em contraposição aos personagens que logo em seguida serão apresentados. As expressões performadas pelos personagens também complementam essa narrativa ao promover um sentimento de injustiça perante os camponeses, entendendo a necessidade de algum tipo de intervenção para mudar a situação dessas pessoas.

Figura 1 - Camponês e bebê.



Figura 2 - Família camponesa.



Figura 3 - Criança protegendo-se.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

Ainda nessa cena, também é possível observar uma construção que preza por uma filmagem em plano médio e *contra-plongée* (figura 1) com o objetivo de proporcionar certa superioridade ou valor superior da família de camponeses, uma vez que a "linha dos olhos" se encontram abaixo da figura central, o camponês. Além disso, prezando por uma estética que contrasta claro-escuro, o diretor promove uma iconografia que ganha traços sacros, representando uma aura em volta do camponês adulto. Assim, em um movimento dialético, Eisenstein edifica uma interpretação sobre a classe por meio de uma perspectiva religiosa, isto é – como veremos mais à frente – mesmo corroborando para um discurso antirreligioso, o diretor utiliza-se dos ícones sacros com o objetivo de produzir um sentido novo às imagens religiosas. O significante, isto é, a forma se mantém, enquanto Eisenstein engendra um novo significado, possibilitando um novo signo (BARTHES, 2001) à “aura santa”, agora conectada ao camponês.

Para consolidar mais essa nova narrativa, o filme segue com uma cena em que vemos a personagem principal, ou melhor, a heroína do filme, Marfa. Para apresentá-la, Eisenstein decide por uma introdução escrita. Na tela, a legenda *одна из многих* (uma entre muitos), articula um discurso da experiência individual para pensar o coletivo/conjuntural. Marfa, aparece em tela por meio de um plano médio, essencial para demarcar seu posicionamento e sua solitude em vista do que “sobra” em tela (figura 5), assim como a profundidade de campo. Sentada com a cabeça para baixo, a camponesa se esconde em si mesma até o momento em que o *close-up* em seu rosto é realizado.

Figura 4 - Uma entre muitas.

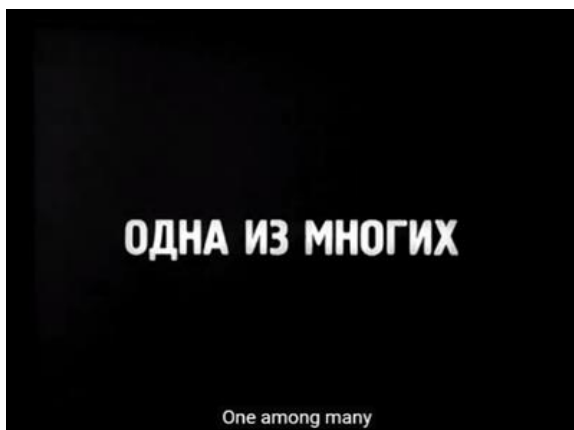


Figura 5 - Marfa sozinha.



Figura 6 - *Close-up* Marfa.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

Aqui, mais ainda do que na cena anterior, o diretor desenvolve o que Didi-Huberman (2021) encara como um movimento do *pathos* à *práxis*. Em outros termos, ao discutir sobre *O Encouraçado Potemkin* (1925), o filósofo compreende em seu âmago um dispositivo de discurso que, ao trabalhar primariamente com as emoções, – sejam elas dos personagens por si mesmos ou os sentimentos que os personagens nos proporcionam através de suas emoções – Didi-Huberman percebe uma caminhada, com um caráter revolucionário anacrônico, que se inicia nessa “celebração” da dor e desemboca em um processo revolucionário. Mais que isso, o autor constata uma relação direta entre o cinema eisensteiniano e o conceito de partilha do sensível de Rancière (2005), onde a ideia do sensível

– tratada como *pathos* por Didi-Huberman – é capaz de gerar uma emoção que é compartilhada, isto é, não uma emoção coletiva, mas uma sensibilidade que abarca e afeta e, conseqüentemente, promove mudanças. No entanto, se em *O Encouraçado Potemkin* (1925) e em *A Greve* (1925), Eisenstein parece se encaixar no conceito do filósofo de forma radical, trazendo a tragédia como resultado, – quase como uma “ópera do proletariado” – em *O Velho e o Novo* (1929), a ideia se afasta um pouco do seu sentido original ao oferecer aos camponeses uma resposta à dor no decorrer do filme. Assim, diferentemente das outras obras citadas, o filme de 1929, como veremos mais à frente, propõe uma solução para o problema de dentro (tela) para fora (mundo soviético).

Após a cena concentrada em Marfa, a personagem decide pedir ajuda a outros camponeses, os *kulaks*⁹⁷. A caminhada até a outra residência apresenta um enquadramento focado nos pés descalços de Marfa, possibilitando uma leitura voltada para a simplicidade da camponesa e o início de sua jornada. Ao chegar na casa do camponês mais abastado é notória o contraste entre Marfa e tudo que compõe o mundo do *kulak*. Não só a casa, mas até mesmo os animais corroboram para uma dicotomia entre esses dois mundos que, apesar de completamente opostos, se desenrolam em um mesmo espaço (figura 9). A disparidade entre a personagem principal e tudo que envolve o universo dos camponeses mais prósperos é construída por meio de diferenças utilizando dimensões completamente absurdas. Quando Marfa chega à casa dos *kulaks*, há uma preocupação em demonstrar a imponência da residência em relação à personagem principal. Em um primeiro momento, vemos a camponesa em um plano aberto que é tomado por um fundo preenchido por toda a casa dos *kulaks* (figura 7). Logo após, a cena se preocupa em mostrar a riqueza de detalhes da fachada da residência, em alguns frames ainda é possível notar por uma decisão que prestigia o uso do *contra-plongée* com o objetivo de demonstrar a grandiosidade do lugar – e também na riqueza como sinônimo de poder – em contraste com Marfa (figura 8).

Os cavalos, por outro lado, filmados em primeiro plano, contrapõem-se a Marfa ao fundo da cena. Os animais, por meio de um jogo que brinca com as dimensões dos elementos que compõem a cena, parecem ser maiores que a personagem principal e, até mesmo, mais fortes e nutridos (figura 9). No entanto, são as linhas dos olhos de Marfa que a câmera acompanha, mostrando-nos que, apesar das imensas disparidades, é a história de Marfa que está sendo contada.

⁹⁷ Camponeses mais abastados vistos, muita das vezes, como uma burguesia rural. Surgem no século XIX e permanecem após a criação da União Soviética. Os *kulaks* tinham grandes propriedades de terra e eram responsáveis pela contratação de outros camponeses assalariados para trabalhar em seus terrenos.

Dessa forma, os animais e a casa são filmados em tom de denúncia pelo diretor, iniciando um discurso onde essa diferença não pode ser vista como algo natural, indo ao encontro de uma concepção marxista de mundo que preza pela mudança da história pelo próprio homem a partir da luta de classes.

Figura 7 - Detalhes da casa.



Figura 8 - Marfa e a casa dos *kulaks*.



Figura 9 - Cavalos e Marfa.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

Ao adentrar a casa, essa concepção ganha uma nova camada e, mais ainda, recebe uma personificação. Quando Marfa se encontra com o camponês mais abastado e sua mulher, notamos uma angulação que intenta, novamente, produzir uma diferenciação entre a personagem e os *kulaks*. O pequeno tamanho de Marfa em relação aos outros personagens resalta a dinâmica de poder entre eles, sendo a primeira pertencente a parcela oprimida pelos segundos (figura 10).

Figura 10 - Marfa e *kulak*.



Figura 11 - *Kulaks*.



Figura 12 – Detalhe *kulak*.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

Já nos *close-ups* fechados (*extreme close-ups*) dos *kulaks* há uma preocupação de expor que, em muitas vezes, seus corpos não cabem dentro do enquadramento (figura 12). Dessa forma, a cena provoca uma diferenciação de tamanhos entre Marfa e os outros personagens. O tamanho avantajado dos outros camponeses – e até mesmo de seus animais, seus utensílios e sua casa – em relação à Marfa ressalta, simultaneamente, uma questão de poder, visto que os *kulaks* têm um domínio maior sobre a terra, e de riqueza, onde o peso torna-se sinônimo de uma boa alimentação consequência de uma maior produção. Alinhando a estética ao enredo, a cena tem seu desfecho quando Marfa não consegue que o *kulak* ceda um de seus cavalos a ela, dificultando sua colheita. Mesmo suas súplicas não são

suficientes para comover o *kulak* que volta a dormir, demonstrando o egoísmo e a preguiça dessa classe.

Figura 13 - Mãos em súplica.



Figura 14 - *Kulak* dorme.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). *O Velho e o Novo*. 2h. União Soviética, 1929.

Eisenstein inicia o filme compondo um olhar sobre os camponeses segundo o qual esses elementos, imersos em uma mesma realidade, compartilham das mesmas angústias e problemas causados pela má distribuição de terras. Se por um lado, são indivíduos com emoções e distintos entre si, por outro, suas histórias se imbricam ao pensar de forma conjuntural. Se, diferentemente dos filmes anteriores de Eisenstein, *O Velho e o Novo* desenvolve uma narrativa de um herói individual – ou melhor, heroína –, essa escolha deixa explícito que Marfa é um indivíduo dentro de uma realidade compartilhada por vários. Existe aqui a expectativa de representar uma visão sobre uma experiência compartilhada que, apesar de não ser a do cineasta, é representada de forma empática, dada pela primazia de planos fechados e dos rostos expressivos dos personagens.

A quem se corta a cabeça não se pergunta se quer que lhe cortem o cabelo

Ao refletirmos sobre os elementos analisados – os enquadramentos, as emoções, as disposições dos corpos e o próprio enredo – percebemos uma associação entre o filme e a conjuntura da União Soviética. O final da década de 1920 é composto por um processo de ruptura com a Nova Política Econômica (NEP) e um início de uma nova revolução. Tal revolução é encabeçada por Stalin e com

objetivos voltados para o setor econômico, a partir da implementação do Primeiro Plano Quinquenal, com metas voltadas para a industrialização intensa e a coletivização das terras. Além disso, é marcado pelo fim de uma disputa política entre Stalin e Leon Trotski sobre o futuro soviético – socialismo em um só país, projeto vencedor de Stalin versus internacionalismo, projeto de Trotski – responsável, em certo sentido, pela acusação de faccionalismo de Trotski por Stalin e sua expulsão do partido. O Plano Quinquenal, por sua vez, apresenta ligação direta com a disputa ao se voltar para a própria Rússia com o objetivo de industrializá-la, de forma forte e consistente, sem a necessidade de investimentos externos e promovendo o Estado Soviético como o financiador dessa política. Sheila Fitzpatrick (2017) ainda ressalta que Stalin comparou o Primeiro Plano Quinquenal – e seu objetivo voltado para a industrialização – com a tomada de poder de Lenin em 1917. Dessa forma, Stalin consegue realizar um rompimento com uma das medidas mais polêmicas de Lenin entre os bolcheviques e a população, ao mesmo tempo em que reitera uma continuação de seu legado revolucionário ao estabelecer ligações entre 1917 e 1929.

Como uma continuação da retórica estabelecida em 1917, a libertação permanece como antônimo da opressão. No entanto, os conceitos, moldando-se em sua conjuntura, estabelecem significados novos. Se no imediato pós-1917, a opressão é caracterizada pelos fantasmas do czarismo e da burguesia, no final dos anos de 1920, e na década de 1930, a figura é enfatizada sobre os *kulaks*, inimigos da libertação camponesa nos campos e beneficiários da NEP. Isto é, o momento pós-Revolução de Outubro – imerso em uma Guerra Civil Russa e composto por certa insegurança do futuro revolucionário – “elege” a burguesia e os antigos nobres como inimiga de classe dentro de uma dialética marxista. No entanto, a ascensão de Stalin ao poder traz uma ênfase aos *kulaks*, na medida que tal retórica era essencial para a promoção de uma revolução econômica que apagasse os efeitos da NEP de Lenin. Sendo assim, tanto os *kulaks* quanto os *nepmen* – empresários que também se beneficiaram da política econômica de Lenin – recebem uma caracterização antirrevolucionária que pode ser percebida nas medidas políticas iniciadas no final da década de 1930.

Mark Steinberg (2017), ao discutir o papel das emoções no Leste Europeu, promove uma argumentação voltada para a emoção como parte integrante da identidade. O historiador compreende que a identidade é um conceito histórico, isto é, apresenta um caráter mutável por ter sua definição ligada às condições políticas e sociais. Dessa forma, ao refletir sobre ideias como religião, nação e etnicidade – e seu caráter identitário – é impossível não as conectar às percepções de afeto e rejeição, compreendendo-as como uma identidade emocional (STEINBERG, 2017). Ao transpor essa base

teórica ao contexto soviético é evidente o papel das emoções na retórica com o intuito da construção desse “novo homem”, o qual nutre compaixão, admiração e afeto pelos camponeses afetados pelos *kulaks*, esses últimos agora ligados a uma personificação da opressão e do ódio de classe.

Em dezembro de 1929, Stalin discursa na Conferência Marxista de Técnicos Agrários e ilustra uma posição sobre os *kulaks* desenvolvida anteriormente, podendo perceber essa dicotomia entre as duas classes e, mais ainda, um sentimento de ojeriza que leva a uma ideia do extermínio da classe ou na exclusão desses camponeses dos *kolkhozes* e *sovkhozes*, em outras palavras, a marginalização dos *kulaks* do processo da coletivização do campo e da criação das cooperativas do Estado, medidas do Primeiro Plano Quinquenal. Na fala, Stalin ressalta:

Agora já podemos empreender uma ofensiva decidida contra os *kulaks*, vencer sua resistência, liquidá-los como classe e substituir sua produção pela produção dos *kolkhozes* e *sovkhozes*. Agora a expropriação dos *kulaks* é levada a cabo pelas próprias massas de camponeses pobres e médios, ao realizarem a coletivização em massa. Agora a expropriação dos *kulaks* nos distritos de coletivização em massa já não é uma simples medida administrativa, mas, nesses distritos, parte integrante da criação e desenvolvimento dos *kolkhozes*. Por isso, é ridículo e pouco sério determo-nos agora para tratar da expropriação dos *kulaks*. A quem se corta a cabeça não se pergunta se quer que lhe cortem o cabelo. [...] Não menos ridícula é a pergunta sobre se se deve admitir os *kulaks* nos *kolkhozes*. Naturalmente que não podem ser admitidos. Não podem ser admitidos porque são inimigos juramentados do movimento kolkhosiano. Parece-me que a coisa é clara. (STALIN, 1929, n.p.).

A partir de um processo em que se identifica os perpetradores da exploração, também é reforçada uma unidade entre os camponeses explorados a fim de lutar contra um inimigo maior. Dessa forma, a edificação do *kulak* como inimigo, sinônimo de atraso, opressão e antirrevolução é responsável por identificar os agentes da exploração e, simultaneamente, promover uma união entre os camponeses explorados. Definindo um inimigo em comum e estimulando a autoidentificação coletiva, essa cultura política é responsável por compor parte de um processo da agitação das massas, por meio de uma consolidação da consciência de classe e da integração entre os camponeses. É, portanto, uma articulação dos mitos políticos de Unidade e Conspiração discutidos por Raoul Girardet (1987). Onde, por mito político, entende-se a junção de três perspectivas: a ideia do mito como a construção de uma visão de mundo voltada para uma alternativa ao real; seu papel explicativo, à medida que tenta conceber uma explicação do presente por meio de uma noção ordenada dos fatos e; sua consequência voltada para a mobilização, para a ação. Percebendo esse conceito através de sua multidimensionalidade e, simultaneamente, seu caráter simbiótico, é possível conjecturar essas ideias ao pensar em *O Velho e o Novo* e no trecho acima, ao passo que ambos são exemplos de uma construção

de imaginário a partir do qual, conseqüentemente, sustenta-se uma visão de mundo que promove uma luta interna entre os camponeses e os *kulaks*, ou melhor, entre o lado da revolução e os antirrevolucionários. Mais que isso, a retórica também carrega em sua essência um movimento dos camponeses, o qual mobiliza sentimentos negativos sobre os *kulaks* em um processo que, “naturalmente”, deve desembocar na ação revolucionária, seja pelo apoio à coletivização das terras ou pela aprovação da criação das cooperativas estatais. Dessa forma, o discurso – seja pela narrativa cinematográfica, seja através da fala de Stalin em 1929 – ampara as mudanças no campo provocadas pelo Primeiro Plano Quinquenal através de uma narrativa que desmoraliza a personalidade dos *kulaks* relacionada à ganância e reforça a necessidade da desconfiança em relação a sua própria existência. Nesse sentido, compõe um quadro que entrevê na Revolução Stalinista uma resposta para os problemas gerados pela NEP, concebendo uma ruptura com a “Revolução Leninista” e indo ao encontro dos conceitos de Girardet discutidos anteriormente.

Isso não significa dizer que Stalin foi o responsável por inculcar na sociedade um imaginário sobre os *kulaks* ligado a uma oposição ao avanço revolucionário, já que, anteriormente, já existia uma desconfiança dos bolcheviques sobre esses camponeses mais prósperos.⁹⁸ No entanto, é interessante notar como essa desconfiança na primeira metade da década de 1920 é contraposta com uma prática – NEP – que beneficia essa camada. Enquanto, após a ascensão de Stalin e o início do Primeiro Plano Quinquenal, vemos um sentimento responsável por mobilizar a política stalinista, transpondo as percepções sobre os *kulaks* em política de Estado que, logo mais, metamorfoseia-se em uma política do apagamento da classe na nova revolução encabeçada por Stalin.

Decepção?

Outro ponto que merece atenção no filme são as articulações que Eisenstein estabelece entre religião e revolução, isto é, a forma como algumas cenas contrapõem a ideia de revolução com a ideia de religião através de uma mesma linguagem, uma mesma linha de pensamento, mas que produz resultados diferentes. Esse embate, no entanto, também aparece em outros filmes soviéticos, como é o caso de *Outubro* (1927), de Serguei Eisenstein.

⁹⁸ Fitzpatrick (2017) ressalta que os laços entre bolcheviques e proletariado são constituídos através das emoções em relação aos “inimigos de classe”. Principalmente no que diz respeito ao ódio e à desconfiança sobre os *kulaks*, antigos nobres e a burguesia. Para a autora, tal laço é forte o bastante para construir uma aliança ao longo prazo. Dessa forma, a NEP acaba por enfraquecer essa aliança, já que restabelece – mesmo que momentaneamente – o poder dessas classes através de uma abertura parcial ao desenvolvimento privado.

Após a tentativa malsucedida de Marfa de conseguir ajuda dos *kulaks*, a personagem decide tentar a aprovação do partido para a criação de uma cooperativa de laticínios, mesmo sem o apoio inicial dos próprios camponeses. Após alguma argumentação e, até mesmo, com certa desconfiança em relação às taxas bolcheviques, Marfa consegue a aprovação. Logo em seguida, presenciamos um período de seca, que se torna o pano de fundo do diretor para discutir religião e revolução.

A cena tem início com uma procissão composta por fiéis e figuras religiosas que acreditam na ação como um ato de salvação. O enfoque que o diretor dá aos primeiros é percebido nos frames dedicados à devoção: vemos os fiéis ficarem de joelho, fazerem o sinal da cruz, carregarem imagens religiosas e se esforçarem a seguir a procissão. No entanto, o começo também é responsável por compor uma diferenciação entre os fiéis e os clérigos. O primeiro fiel, com dificuldade de locomoção e descalço, logo é contraposto pelo clérigo andando e calçado, a partir de uma justaposição de imagens e um plano fechado nos pés, promovendo o abismo entre as duas classes (figuras 15, 16 e 17). Em seguida, a diferenciação é demonstrada pelas “camadas da procissão”: se os líderes religiosos seguem sua caminhada bem mais à frente e com muito mais espaço, os camponeses, muito mais atrás, seguem amontoados (figuras 18 e 19). Nesse sentido, a narrativa criada por Eisenstein contribui para uma percepção de afastamento entre a Igreja e a população, onde planos mais abertos são utilizados para os clérigos e planos mais fechados para os camponeses, promovendo um corte por associação de ideias.

Figura 15 - Fiel com dificuldade de locomoção.



Figura 16 - Enquadramento das pernas.



Figura 17 - Pés do clérigo.



Figura 18 - Grupo de clérigos.



Figura 19 - Multidão.



Figura 20 - Devoção camponesa.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

Em um outro momento, ainda na procissão, as imagens dos fiéis realizando o sinal da cruz e ajoelhados (figura 20) é contraposta por uma cena extradiegética, na qual Eisenstein insere uma ovelha e uma vela derretendo. A montagem aqui feita, elemento essencial do cinema eisensteiniano, lança um novo olhar sobre a cena anterior (figuras 21 e 22). Isto é, a imagem dos fiéis em devoção mais a ovelha junto à vela derretendo edificam um sentido outro, no qual os camponeses, assim como as ovelhas, seguem em movimento de rebanho ao encontro da religião, denunciada pela estrutura imagética como o ópio do povo. Simultaneamente, a montagem do diretor também constrói uma noção mais óbvia, a do calor excessivo produzido pela seca e o esforço dos camponeses em continuarem na procissão. No entanto, como poderemos observar, assim como a vela, o movimento de rebanho está prestes a se finalizar por meio de uma decepção sobre o poder da religião.

Figura 21 - Vela derretendo.



Figura 22 - Ovelha ofegante.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

O momento final da cena estabelece uma relação direta com os elementos mais subjetivos discutidos anteriormente - a ovelha e a vela. Em situação de total subserviência, percebemos os fiéis ajoelhados ou deitados esperando algum tipo de solução divina em relação ao problema da seca, enquanto isso - em um movimento de contraposição - o padre segue em pé também esperando uma resposta divina. Ao perceberem que nada acontece, os camponeses levantam em um ato de rebeldia e emancipação. A ação é cinematografada de uma maneira em que a disposição desses atores se faz à

frente de imagens religiosas, possibilitando um olhar sobre a cena no qual, apesar de uma organização dos camponeses em um primeiro plano, a religião ainda se torna um elemento onipresente. Para além disso, os camponeses olham em direção à câmera, transformando o espectador em testemunha da não realização divina (figura 24). Por outro lado, o clérigo olha para baixo, impondo, novamente, essa diferença, agora entre o espectador e a Igreja (figura 23).

Figura 23 - Olhar da Igreja.



Figura 24 - Decepção.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

Por último, a cena constrói uma ponte com a próxima, compondo uma sequência. O questionamento “Обманство?” (decepção?) aparece na tela e, em seguida, outra personagem, na mesma posição dos seguidores da procissão, compõe o início da nova cena sobre a chegada da desnatadeira no campo (figura 25).

No início, a desconfiança – a mesma sentida durante o “não resultado” da procissão e do momento em que Marfa traz a ideia da cooperativa – paira sobre os camponeses; no entanto, paulatinamente, vendo o resultado esperado na desnatadeira é possível notar uma mudança nas expressões dos personagens que aprovam o novo equipamento. Para criar mais tensão surge na tela: “Обманство или деньги” (decepção ou avanço) para, ao iniciar o trabalho da máquina desnatadeira concluir “деньги” (avanço).

Figura 25 - Desconfiança camponesa.



Figura 26 - Tensão e desconfiança.



Figura 27 - Marfa testa a desnatadeira.



Figura 28 - Desnatadeira.



Figura 29 - Esperança camponesa.



Fonte: EISENSTEIN, Sergei (dir.). O Velho e o Novo. 2h. União Soviética, 1929.

Aqui a carga emocional, ou melhor, a descarga emocional é elaborada por meio de um sentimento de expectativa gerada pelo novo equipamento. Eisenstein transporta as esperanças e desconfianças – em um movimento dialético com a cena anterior da procissão – dos personagens aos espectadores. A utilização de diversos frames da desnatadeira alinhados a uma montagem com cortes rápidos para mostrar as emoções dos camponeses em relação a ela é essencial para transmitir o mesmo sentimento a quem assiste o filme. A ansiedade do novo chega em seu estágio máximo – tanto para os personagens, quanto para os espectadores – quando se percebe que a máquina funciona, diferentemente da religião, aos olhos de Eisenstein. Portanto, a expectativa que é gerada no início da sequência com a procissão só é suprida na cena seguinte, incorporando o novo – a desnatadeira, a ação humana, a força do trabalho – à expectativa, promovendo uma catarse ao espectador. Além disso, o próprio diretor explica a necessidade de trabalhar com as cores para compor a imagem, mesmo tratando-se de um cinema preto e branco. Ainda é possível engendrar sentidos por meio das cores disponíveis para a produção: preto, branco e cinza, para além da técnica do claro e escuro. Eisenstein, em *Reflexões de um Cineasta*, ao discorrer sobre *O Velho e o Novo* ressalta que:

A Linha Geral [antigo título do filme] tem o branco como tonalidade dominante. Branco do *sovkhos*, das nuvens, do leite derramando-se em borbotões, das flores... Através do cinza dos motivos iniciais - a miséria. Através do negro das atrocidades e dos crimes. Mas é sempre o branco que ressalta, ligado como se acha ao tema da alegria e das formas novas de trabalho. Ele surge na cena mais intensa: aquela em que se espera a primeira gota que vai cair do 'separador'. Nascido com essa gota, o branco introduz o tema da alegria que as sequências do *sovkhos*, os rios de leite, os rebanhos, os pastos vão desenvolver (EISENSTEIN, 1969, p. 135).

Por outro lado, o branco pode ser visto de forma indireta, a partir de um trabalho de iluminação que dá destaque à desnatadeira na cena. Isso é, os *close-ups* realizados nos rostos dos camponeses, tanto no momento anterior do funcionamento da máquina quanto em seu momento posterior, são compostos por uma iluminação na área dos olhos, construindo uma interpretação de que os personagens estão olhando para a desnatadeira e, como consequência, seus rostos são iluminados. Nesse sentido, Eisenstein compõe uma estética que alinha as emoções aos processos narrativos, enquanto a chegada da desnatadeira (mecanização) e o início da coletivização dos campos se liga à alegria e à satisfação dos camponeses – perceptíveis tanto nas emoções esboçadas, quanto nos usos das cores –, as cenas da procissão e dos *kulaks* ligam-se à decepção, seja de forma direta, no próprio texto exposto na tela, ou pelos desejos não realizados – a chuva na procissão ou o animal durante a conversa de Marfa com os *kulaks*.

Lembremos de que a luta contra a religião é uma luta pelo socialismo!

A produção de uma sequência dialética entre religião e a chegada da desnatadeira permite engendrar uma noção segundo a qual a religião deve ser marginalizada para dar lugar ao novo, principalmente após a explicação de Eisenstein sobre o sistema das cores no filme. Mais que isso, há um processo de mudança, no qual a fé no divino – decepcionante e insuficiente para resolver os problemas reais – é substituída pela fé no tangível, no processo de industrialização que deságua na mecanização da produção. Bukharin, em 1919, ao discutir sobre a crença em Deus expõe uma relação com a escravidão:

“Em resumo, a crença em Deus é uma expressão das condições vis da Terra, é a crença na escravidão, que está presente, por assim dizer, não apenas na Terra, mas em todo o universo. É claro que não há verdade nessas coisas. E também está claro que esses contos de fadas são um obstáculo no caminho do progresso humano. A humanidade não avançará até que se acostume a buscar uma explicação natural para um fenômeno. Mas quando, em vez de explicações, a fé é colocada em Deus ou nos santos, ou nos demônios e espíritos da floresta, não há probabilidade de que qualquer propósito útil seja alcançado.” (tradução nossa). (BUKHARIN, 1919, n.p).

O discurso imbuído de uma base marxista representa uma conexão entre religião e um passado que deve ser deixado para trás a fim de possibilitar o progresso do homem e sua libertação de uma falsa consciência. Nesse sentido, unindo o escrito de Bukharin, à cena analisada e ao contexto estabelecido nos anos de 1920 e 1930, compreende-se uma argumentação voltada para uma visão de mundo que enxerga nos objetivos do Primeiro Plano Quinquenal uma possibilidade de um futuro do campesinato alinhado a um ideal socialista que percebe na coletivização, na mecanização e na industrialização uma possibilidade da substituição da religião por algo tangível. Ocorre, então, um movimento duplo, no qual a religião sofre um processo de dessacralização, enquanto os frutos das medidas econômicas stalinistas são sacralizados e, até mesmo, monumentalizados (Napolitano, 2007), mesmo ainda em processo histórico.

Ainda em 1923, Trotski escreve sobre a necessidade de uma arma capaz de educar a população e libertá-la da Igreja. Aqui vista muito mais como parte de um ritual antigo capaz de produzir um *habitus* que não leva ao questionamento, onde a maioria realiza performances religiosas muito mais por já estar acostumada, do que ser uma ação refletida. Assim, a ida à igreja está intrinsecamente ligada a parte da rotina dessa população que se utiliza desse encontro semanal como forma de distração, entretenimento e reencontro com amigos e familiares. O cinema, portanto, viria como uma substituição desse hábito, como uma ferramenta de educação. Nesse sentido, Trotski escreve:

“Rituais sem sentido, os quais debruçam sobre a consciência como um fardo inerte, não podem ser destruídos pela crítica somente; eles podem ser suplantados por novas formas de vida, novas diversões, novos e mais cultos teatros. Novamente, os pensamentos se voltam naturalmente para o mais poderoso - porque é o mais democrático - instrumento do teatro: o cinema. Sem a necessidade de um clero corroído etc., o cinema exhibe na tela branca imagens espetaculares de maior aderência do que as proporcionadas pela igreja mais rica, sábia na experiência de mil anos, ou pela mesquita ou sinagoga. Na igreja, apenas um drama é performado, e sempre o mesmo, ano após ano; enquanto no cinema ao lado são mostradas as Páscoas de pagãos, judeus e cristãos, em sua sequência histórica, com sua similaridade de rituais. O cinema diverte, educa, desperta a imaginação por meio de imagens e o libera da necessidade de atravessar a porta da igreja. O cinema é um grande concorrente não apenas da taberna, mas também da igreja. Aqui está um instrumento que devemos proteger a todo custo!”. (tradução nossa). (TROTSKI, 1923, n.p).

Ademais, o cinema se estabelece como uma das principais vozes de uma produção cultural bolchevique que intenta uma campanha voltada para um discurso antirreligioso. O seu caráter visual possibilita que essas ideias cheguem a um maior número de pessoas considerando a população de maioria iletrada no território soviético. Esse terreno construído pelas campanhas leninistas – que ganham maior força na parte cultural – produz um solo fértil para o que se desenvolve durante os anos de 1930 com as supressões e as renúncias religiosas, onde a religião é percebida, simultaneamente, como uma manifestação supersticiosa e antirrevolucionária. A soviétóloga Sheila Fitzpatrick identifica que:

Nos níveis mais baixos do partido, um dos critérios de um bom comunista era ter se livrado da superstição da religião. Por outro lado, uma das ofensas ideológicas mais comuns para um membro do partido era permitir que sua esposa ou outro parente do sexo feminino continuasse crente, batizasse seus filhos, frequentasse a igreja ou mantivesse ícones em casa. (tradução nossa). (FITZPATRICK, 1999, p. 22).

Fitzpatrick também chama a atenção para uma onda de renúncias de clérigos à religião. Muitas vezes feitos de forma pública, os anúncios dos baseavam-se na perspectiva do poder da ciência em detrimento da religião. Assim, a representação da Igreja e figuras religiosas voltadas, ora para a opulência, ora para a aliança com a burguesia antirrevolucionária ou, até mesmo, à ideia de passado remoto e primitivo, faz parte de uma produção dentro de uma conjuntura política e cultural soviética. Tal produção delimita uma visão de mundo na qual a religião e, principalmente, a Igreja Ortodoxa, compõe parte de uma categoria identificada pelo seu caráter antirrevolucionário, alienador e produtor de ideias “inimigas da classe”.

Conclusão

Antes foi escura a terra,
fome e dor encheram
o tempo e o espaço.
Então na história
veio Lênin
mudou a terra,
depois Stalin
mudou o homem (NERUDA, 1949).

O artigo pretendeu trabalhar com o filme *O Velho e o Novo* (1929), de Serguei Eisenstein, para analisar narrativamente e esteticamente os discursos produzidos na obra e suas relações com a conjuntura da época. Por meio da metodologia da análise documentária, transposta para a interpretação de imagens, foi possível discorrer sobre duas questões principais. A construção de uma dicotomia entre os *kulaks* e os camponeses e a promoção de uma percepção negativa sobre a Igreja ligada às falsas esperanças que ela produz. Essas duas representações apresentam intercessões notórias: primeiramente, as duas vão ao encontro de uma visão de mundo que edifica uma ruptura com o passado. Isso se faz por meio da construção narrativa e retórica de um trabalho dicotômico entre passado x presente-futuro, velho x novo. E, nesse sentido, utiliza-se de elementos para compor essas percepções. Assim, os *kulaks* e a Igreja são representados como parte da noção de atraso antirrevolucionário, enquanto a mecanização e a coletivização são ferramentas para conceber o futuro socialista. Por outro lado, esses elementos também apresentam um diálogo explícito com uma ideia daqueles que podem tomar parte na política e, conseqüentemente, dos que ficam de fora. Mediante uma narrativa pautada na legitimidade, vemos *kulaks* e clérigos pertencentes a um mundo do passado, enquanto os camponeses, principalmente ao pensarmos na figura de Marfa, tornam-se agentes políticos desse novo mundo, permitindo que a novidade, seja ela em forma da mecanização dos campos ou da coletivização, faça parte dessa nova revolução.

O Velho e o Novo promove uma perspectiva que une presente e futuro na tentativa de construir um terreno – seja por meio de justificativas ou expectativas – para as mudanças em curso naquele momento: Primeiro Plano Quinquenal, coletivização dos campos e a perseguição sistematizada à Igreja e aos *kulaks*. Partindo dessa premissa é possível relacionar a abordagem escolhida na película com os escritos de Reinhart Koselleck (2006). De acordo com o historiador, a partir do século XVIII, a história passa a tomar um sentido de singular coletivo (*Geschichte*) em detrimento do termo francês (*Histoire*) que dialogava com uma história de narrativa e uma história *magistra vitae*. Essa nova percepção permite um olhar de expectativa sobre o futuro, alinhado a uma compreensão de progresso e revolução vistos

como condutores da história que trazem como consequência a aceleração do tempo. Dessa forma, constitui-se o regime de temporalidade moderno, no qual há a existência de um horizonte de expectativa alinhado a um espaço de experiência.

Em *O Velho e o Novo* há, portanto, uma preocupação em construir o futuro revolucionário atentando para as mudanças estabelecidas no presente, ou melhor, há uma preocupação em construir um novo homem soviético, desvencilhando-o da NEP e imerso nas promessas de caráter concreto – diferentemente da Igreja – da revolução feita de cima por Stalin. A obra, nesse sentido, enxerga a revolução como um processo de rompimento com o velho e necessidade da produção do novo. Isso se dá através de uma percepção voltada para a legitimidade dos que participam dessa nova história, sem concessões, como realizou a NEP.

Fontes

BUKHARIN, Nikolai. **Church and School in the Soviet Republic.** *The Class Struggle*, v. 3, n. 2, mai. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1919/churchandschool.htm>. Acesso em: 09 out. 2024.

EISENSTEIN, Sergei (dir.). **O Velho e o Novo.** 2h. União Soviética, 1929.

STALIN, Josef. **Sobre os Problemas da Política Agrária na URSS.** [S.l.], 1929. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1929/12/28.htm>. Acesso em: 09 out. 2024.

TROTSKI, Leon. **Vodka, the Church, and the Cinema.** *Pravda*, 12 jul. 1923. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/women/life/23_07_12.htm. Acesso em: 09 out. 2024

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. **Mitologias.** 11^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOHNSACK, Ralf. **A interpretação de imagens e o Método Documentário.** *Sociologias* [online]. 2007, n. 18, pp. 286-311. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S151745222007000200013>. Acesso em: 09 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação.** Campinas: Papius Editora, 1996.

CORLEY, Felix. **Religion in the Soviet Union: An Archival Reader.** New York: New York University Press, 1996.

- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Povo em lágrimas, povo em armas**. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; MARTINS, Felipe Miguel Savegnago. **De Lênin a Stálin: A consolidação do planejamento econômico na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 33, p. 165-199, maio 2022 – agosto 2022. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/798>. Acesso em: 09 out. 2024.
- EISENSTEIN, Sergei. **A forma do filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. **O sentido do filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. **Reflexões de um cineasta**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia, 2017.
- FITZPATRICK, Sheila. **Breve história da União Soviética**. São Paulo: Todavia, 2023.
- FITZPATRICK, Sheila. **Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times: Soviet Russia in the 1930s**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1987.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LIEBEL, Vinícius. **O historiador e o trato com as fontes pictóricas – a alternativa do método documentário**. *TOPOI: REVISTA DE HISTÓRIA*, v. 17, p. 372-398, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/3cQVBmVjq4CQSGCW3nyjfMR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2024.
- NAPOLITANO, Marcos. A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparada de Amistad e Danton. In: CAPELATO, Maria Helena [et al.]. **História e cinema**. São Paulo: Alameda, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.
- SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução das Mulheres**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- STEINBERG, Mark. Emotions History in Eastern Europe. In: MATT, S.; STEARNS, P. (Org.). **Doing Emotions History**. Chicago: Univ. Illinois Press, 2014.
- VAN SJILL, Jennifer. **Narrativa cinematográfica: contando histórias com imagens em movimento: as 100 convenções mais importantes do mundo do cinema que todo cineasta precisa conhecer**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

Star Wars (1977) as an appealing fiction: the success and the gathering symbols of Americanness

Star Wars (1977) como uma ficção cativante: o seu sucesso e a conjunção de símbolos da *Americanness*

Arthur Menozzo da Rosa

Graduado em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

arthurmenozzodarosa@gmail.com

Recebido: 01/26/2024

Aprovado: 24/10/2024

Abstract: This paper orbits Star Wars (1977), Hollywood, and the usage of Americanness by the movie in a specific context and mode. It is argued that Star Wars fiction stems mostly from blending elements of democratic tradition, space exploration, Western frontier, and American Orientalism under a specific interpretation of Americanness. This fusion happened precisely after more or less a decade of New Hollywood Cinema, which, along with the usage of cultural symbols, produced the movie often considered as the one that reestablished Hollywood's substantial profit. Starting with definitions of Hollywood and Americanness, the paper then contextualizes movie theater dynamics to the 1960s and the rise of New Hollywood Cinema. Right after, it examines how these contextual elements contributed to an astonishing box office success, highlighting the potential for studying commercially successful films in a historical context where research is relatively scarce.

Keywords: Star Wars; History of Cinema; Americanness.

Resumo: Este artigo aborda Star Wars (1977), Hollywood e a utilização da Americanness pelo filme num contexto e modo específicos. Argumenta-se que a ficção do filme resulta sobretudo da fusão de elementos da tradição democrática, da exploração espacial, da fronteira ocidental e do orientalismo Estadunidense sob uma interpretação específica da Americanness. Esta fusão ocorreu precisamente após mais ou menos uma década de cinema da Nova Hollywood, que, juntamente com a utilização de símbolos culturais amalgamados, produziu o filme considerado por alguns como o restaurador de lucros altos de Hollywood. Começando com as definições de Hollywood e de Americanness, o artigo contextualiza a dinâmica das salas de cinema até a década de 1960 e a ascensão do cinema da Nova Hollywood. Logo a seguir, examina como estes elementos contextuais contribuíram para um espantoso sucesso de bilheteira, salientando o potencial de estudo de filmes de sucesso comercial num âmbito onde a investigação é relativamente escassa.

Palavras-chave: Star Wars; História do cinema; *Americanness*

Introduction

It is not a new fact that Star Wars (1977) is a fiction with a broad range of significance over the Western culture, especially the American one.⁹⁹ Be it for the aesthetics, be it for myth-based narrative, the variety of appreciators is enormous. Therefore, the whole fiction developed might be used as a cultural artifact to analyze its aspects and symbolism. Scholars not rarely undervalue pop culture objects related to ‘immature fictions’, mainly because, in a space where social and intellectual capitals are produced, the objects of study usually correspond to these capitals. Thus, fictions derived from pop culture like Star Wars are set aside to prioritize more consecrated things, as many scholars are often embarrassed by the presence of such ‘childish fiction’ (BROOKER, 2018, p. 8). Considering this point of view, I intend to use Star Wars fiction as an object of study.

This paper is part of a broad, ongoing (nonetheless in the early steps) research theme based on the fiction of Star Wars (1977) and the Cultural History of Cinema in the United States during the 20th Century. The frame introduced here aims to comprehend Star Wars as an appealing fiction due to its capacity to gather crucial elements amalgamated into American cultural life from 1900 until its official release. Therefore, the main hypothesis stated is that the fiction in matter was so popular when introduced in the Hollywood movie market because it combined, in its way, elements of democratic tradition, space exploration, Western frontier, and American Orientalism (all of them derived from a specific usage of Americanness, an important concept articulated here) in a specific momentum, which has been described as the fall of traditional Hollywood and the rise of the New Hollywood Cinema. Thus, the movie was a stunning box office and cultural success as specific, captivating cultural elements were incorporated into fiction after approximately one decade of movies with few appealing fictional elements for the average movie consumer. To structure this argument, the text starts by providing two definitions: Hollywood as a specific mode of movie business; and Americanness as an exploratory idea for the American symbolism. I use both in the meaning of a ‘cultural compendium’. Shortly after there will be a contextualizing stage for the dynamics of movie theaters starting in the 1920s, the fall of traditional movie dynamics in the 1960s, and the rise of New Hollywood Cinema in the same decade. This part is important to follow the hypothesis. Lastly, the text will navigate through the

⁹⁹ Despite the problems regarding use of “American” to refer to the United States of America in Central and Latin America, the paper will conserve the meaning of American as of belonging to the USA, as it is written in English.

aforementioned elements and how they are articulated into a successful Space Opera and then, head to the conclusion.¹⁰⁰

Concepts

Hollywood, beyond a simple geographic space where movies are produced, can be used as a concept related to a way of producing films. The American industries which were developed in California from the 1920s onwards were, mostly, developed under the conditions of a few major studios guiding and selecting special themes and ideas to produce feasible fiction capable of engaging consumers in movie theaters. It was, thus, an oligopoly situation – as can be observed with the 'block booking' practice (THOMPSON; BORDWELL, 2003, p. 335) –, which was driven by major studios – such as MGM and Paramount (SCOTT, 2004; JAY EPSTEIN, 2005, p. 4). The major studios had, under their cover, a specific range of possibilities to achieve an average American movie consumer. In such a context, Hollywood can also be understood as social and economic dynamics on the cultural pattern of American life (BORDWELL, 2005).

Considering this aforementioned idea, it is possible to argue that Hollywood, trying to produce feasible stories for American consumers, attempted to broadly use a concept to define what could be produced: the idea of Americanness. By this concept, I intend to understand a compendium of symbols that, gathered, produce the idea of what is to be an individual in the United States of America. Needless to say, it is virtually impossible to define this general idea into a few expressions and nouns, as this whole compendium covers a broad number of symbols (mostly relied upon values); however, it is frankly possible to cover some core elements.

As Bronner (2021, p. 1) points out, “Americanness represents ways of thinking and acting shaped by history, society, politics, and geography connected to the United States, and is associated with people identifying as Americans”. Albeit the intention of describing the Americanness, it is arduous to do it as the concept is hard to materialize. What is possible to catch, however, as the text follows, is precisely the general patterns that guide the sense of being born American and adopting

¹⁰⁰ There are discussions on how Star Wars is a post-modern pastiche; nevertheless, this paper does not aim for a text-literature-shaped discussion. The scope is precisely in the cultural patterns evoked in American life and how they are portrayed together to produce an appealing fiction. Some texts with these contents might be used as support. Nevertheless, the discussion orbits the cultural circulation used by the movie, not the reference to other prior fictions *per se*.

some key characteristics. The author provides three broad features articulated within the American culture: 1) space, which is understood by the presence of frontier in USA's national history; 2) time, that is, essentially the future-oriented, commercial perspective; 3) the winning culture, oriented to victory (therefore included in sports, social life, military, etc.).

If it is hard to materialize the core elements of Americanness, then does it happen to be an impossible task for the researcher to select core subjects and nouns? It might be either arduous or risky, but it is possible. For this paper, it is reasonably possible to catch up on some general subjects and describe them as significant to represent what is to be American. The intention, hence, is to provide some defined elements that have a fruitful connection with the cultural tendencies based on space, time, and winning culture as they are often understood as national traits in the USA. Some of them, important to this essay, are Christian morality, agonistic dualism, the faith in democracy, and the frontiers. These few elements happen to be understood here as traits of a living, large cultural compendium in the country's national history, which are normally shared and intertwined by industrial folklore – after all, the country has had in its historical development a solid industrial initiative, strands of Christianity from all over Europe (and especially the puritanism on its high political elites and administrators), democratic foundations opposed to the European aristocracy, and an expanding frontier in terms of land and business since its birth, all these elements normally blend as national traits.

Thus, by understanding the idea of Americanness, I intend to link it to the shown perception of Hollywood, immersed in the attempt to profit and explore always new consumers. In such a sense, Hollywood used frequently this broad cultural compendium as a manner to fully reach the audiences and, thus, create attractive stories with common themes making often references to Americanness. Star Wars, as it will be articulated, was a fiction capable of joining crucial symbolism of this cultural compendium during a specific context, which made it possible to catch up with the *momentum*.

In addition to the core elements aforementioned, Bronner also argues on the cultural patterns shown in the USA's national history. Elite, folk, and popular are ways and conditions in which culture *per se* flows through society. Despite the incompatibility between them at first glance, normally they can be together:

[...] I follow the convention of using adjectives of folk, popular, and elite to describe cultural processes. As processes of learning and production, they can be types of action that are not mutually exclusive. They should not be construed to be hierarchical divisions. Indeed, most people have combinations of folk, popular, and

elite ideas in their heads. The analytical terms are useful to draw attention to different modes of learning and transmitting culture and the social and environmental contexts associated with them. (*Ibidem*, p. 4)

Insofar he argues on folk as a matter of oral-based traditions and popular as a more commercial, standardized pattern, I shall use for this paper a derived conception: American industrial folklore. If folk is used by the author as previously explained, I shall use folklore as a collection of symbolism incorporated into some objects that are closely attached to Americanness (such as the cowboy, as it will be used ahead). Therefore, folklore refers, here, to a gathering of objects that are derived from elite, folk, and popular and are amalgamated in a melting pot of common symbols attached to Americanness and available to the average channels of cultural circulation.

New Hollywood Cinema and the Americanness

If Hollywood is, by the definition presented here, a dynamic with major studios selecting specific themes for movies, so the so-called 'Golden Age of Hollywood' can be considered as the peak of this specific dynamic. This period, usually defined by scholars as the time between 1920 and 1960, is a time in which Hollywood played a significant role in American political, economic, and social life. By this time, observing retrospectively, Hollywood obtained, as it went by, incomes from what was then called the blockbuster industry: mass productions based on merchandising and well-succeeded economically (HALL; NEALE, 2010, cap. 7).

As described by Thompson and Bordwell, the Golden Age, also called the Classical Hollywood Cinema, started its dynamics during the 1920s:

The Motion Picture Patents Company had dominated the American film industry between 1908 and 1911, but it lost much of its power after a 1912 court decision rendered the Latham-loop patent void (see p. 40). Independent firms soon regrouped and expanded into a studio system that would form the basis for American filmmaking for decades. Certain filmmaking roles -chiefly the role of the producer - became central. In addition, the star system gained full strength, as celebrities came to command enormous salaries and even began producing in their own right. (THOMPSON; BORDWELL, 2003, p. 68)

Since the 1920s, therefore, Hollywood started a characteristic process that has given the major studios a key role in movie production. Technologies such as the sound system, developed from the 1920s onwards, were innovative, and appealing, which contributed to the formation of Hollywood's dynamics (*Ibidem*, cap. 9). Furthermore, the themes were mostly strict in order to obtain high

commercial values for the major studios. These contextual elements, needless to say, were also imbibed in social pressure, cinematographic standards, and tensions amidst movie makers and movie entrepreneurs.

These dynamics, however, suffered a huge setback that started during the late 1960s, and, for a decade, they were affected and changed the ways that movie productions used to operate with. This specific process has its roots in three general situations that were happening according to the context: the social movements from the 1960s; the inflationary process started in the late 1960s; and the disbelief in the political narratives sustained by the United States Government (namely Nixon's presidency and McCarthyism).

To begin with, according to Boyler *et al* (2011, cap. 27), the domestic economic scenario after the Second World War was, in the United States, favorable to high economic development. With almost no land destroyed and victorious, the United States observed by that time continuous waves of economic production, creating what was called, for the first time, an affluent society, based on prominent levels of consumption. Between 1945 and the early 1970s, therefore, the United States was the head of what is called, by many, the golden age of capitalism:

In 1958, the economist John Kenneth Galbraith published *The Affluent Society*, a study of postwar America, whose title reflected the broad-based prosperity that made the 1950s seem the fulfillment of the American Dream. By the end of the decade, about 60 percent of American families owned homes; 75 percent, cars; and 87 percent, at least one TV. Government spending, a huge upsurge in productivity, and steadily increasing consumer demand pushed the gross national product (GNP) up 50 percent. The United States achieved the world's highest living standard ever. By 1960, the average worker's income, adjusted for inflation, was 35 percent higher than in 1945. With just 6 percent of the world's population, the United States produced and consumed nearly half of everything made and sold on Earth. (*Ibidem*, p. 826).

This general context had its end with the Oil Shock in 1973, even though the rates of production had been decreasing continuously a few years before. This stop on economic production produced elevated levels of inflation - 14% - and unemployment:

Disturbing economic developments forced millions of Americans in the 1970s to, according to a magazine, "Learn to Live with Less," less energy and jobs, less possibilities and power. Unemployment ranged between 6 and 10 percent, nearly twice the usual postwar level, and the federal deficit soared from \$8.7 billion in 1970 to \$72.7 billion in 1980. (*Ibidem*, p. 908).

This general depreciation in the economy had a significant impact on the movie in Hollywood. Postwar cinema had a few problems with television and other forms of entertainment, but the major studios found a way to overcome such problems by adapting their products and defending the investments in the oligopolies. The transition between the 1960s and 1970s, however, impacted the whole country's economy and brought bigger problems to Hollywood. The general inflation resulted in a long-term recession in the movie industry, which impacted directly the budgets for blockbusters, as well as the box offices since the consumers had less consumption power.

As well clarified by *Variety*, “Until the over-production boom of 1966–68 the film industry, by accident or design, had kept feature film inventory levels at sensible proportions commensurate with the likely return from theatrical and free-tv markets. But Hollywood got caught up in its own blockbuster fantasy which, combined with a national inflationary boom, saw fiscal discipline disintegrate.” (*VARIETY*, 1973, p.4 *apud* HALL; NEALE, 2010, p. 194).

Neil and Hall add:

The bubble finally burst in 1969, when virtually all the major studios began declaring corporate losses that over the next three years totaled over \$500 million. [...] Thus a combination of overproduction, overspending, and overestimation of the market's value, along with the accumulation of hidden costs and the maintenance of production and release policies committed to making the most expensive items, most of them distributed in the slowest and most risky release patterns, for the smallest and least reliable audience sector, had led to what was perceived at the time as the downfall of the traditional studio system (or what little remained of it). Paramount executive Martin S. Davis commented, “the era of the majors, as we knew it in the so-called golden age of Hollywood, is over.”(HALL; NEALE, 2010, p. 194, 195).

Secondly, the social movements, needless to say, had a crucial impact on the USA's domestic politics and social relations. Be it for the counterculture, be it for second-wave feminism based on the Feminine Mystique, be it for anti-war movements, be it for racial equality, the social movements from the 1960s had a deep impact on transforming American culture; what affected the artistic productions (KIRSHNER, 2012, cap. 1). Movies such as *Easy Rider* (1969) or *Chinatown* (1974) had, respectively, themes of drugs with liberty and open ends, with no constricted narratives.

The political narratives, by their time, also had a considerable influence. The Vietnam War and the Watergate Scandal, as well as other problems on a smaller scale, disrupted the political narratives (KIRSHNER, 2012, cap. 3). For the first time in decades, it was possible to observe a broader disbelief/mistrust (from both political perspectives) related to political statements. What was done did not correspond to what was being stated by head politicians.

Therefore, these specific contexts, gathering political, economic, and social factors, made Hollywood shift and open space to a new generation of moviemakers from 1968 onwards, which were preoccupied with bringing new ways to produce movies, based mostly on the new waves of French and Italian cinemas. This new generation, composed of young producers with the permission to have their own authorial role, since Hollywood was passing through the aforementioned problems, had the possibility to insert taboo-based themes, a situation unlikely to happen in Hollywood and its own use of Americanness.

Thus, as Kirscher summarizes,

The end of censorship, the passing of the old guard of the studio system, and economic and demographic changes in both the industry and its audience created unprecedented uncertainty and a crisis of confidence that afforded an opportunity for a new type of commercial film. At the same time, the content of those new films, especially (but not exclusively) those created by a new generation of filmmakers, could not help but be shaped by the omnipresent social and political upheavals of the era: the civil rights movement, the domestic consequences of the Vietnam War, the sexual revolution, women's liberation, the end of the long postwar economic boom, and the traumatic Shakespearean saga of the Nixon presidency. (*Ibidem*, p. 4).

In such a context, this new generation grew to be known as the New Hollywood or the American Wave. Directors like Francis Ford Coppola and actors like Jack Nicholson and Al Pacino became famous precisely for this context in movies like *Chinatown* (1974) or *The Godfather* (1972). This definition, incidentally, is not retrospective: during the early years of the movement, scholars were already describing it as something rather new (KIRSHNER, 2012, p. 5).

What needs to be analyzed here is precisely the themes covered by these new directors. They were trying to define new ways to observe what the United States by getting in touch with new perspectives brought by the social movements back then – a constant dialogue between society (especially youth society, in this context) and this new group of directors. Taboos were incorporated because new subjects needed to be discussed and presented to the public. It was, therefore, a movement that stood, in general, against the idea of *Americanness* (surrounded by morality, dualisms, and the defense of American democracy). The movies had no attachment to conscripted narratives with a predictable end, with a duel between good and bad, or tyranny vs democracy.

Within this framework, the movies were mostly appealing to the young generations, especially the individuals influenced by the social movements' themes. To the more conservative groups, which were still the majority in the USA, the themes were a menace: a feasible threat to the core values of

being American. And what was a new artistic exploration for some groups, was also a period of decadence and crisis in movie-making for Hollywood.

Star Wars enters the scene

If the New Hollywood was, up to some point, a considerable threat to the idea of *Americanness* and a decrease in profit margins if compared to Hollywood at its peak, I argue here that *Star Wars* (1977) was a remarkable and extremely successful fiction due to its capacity to gather crucial elements of *Americanness* into one single fiction and, therefore, with the momentum (*i.e.* after a decade of generally unsavory fictions from the New Hollywood to the average movie consumer), produced the biggest box office of its time. Needless to say, moreover, the essay analyzes the movie until its release; *Star Wars*, however, has had long-term impacts on pop culture.

Within this framework, I intend to analyze the following aspects of *Americanness* incorporated into the fiction: the frontier (in its majority with the cowboy-based character); Orientalism; space exploration; and the democratic tradition.

The cowboy-based role and the frontier are represented together in the movie based on the character Han Solo. Regarding the idea shown by Frederick J. Turner (1996) about the frontier in American History, I intend to use one of the most symbolic characters of this expansion, which has a long tradition in movie representations: the cowboy. The frontier, according to Turner, was, for the American people, the space where the civilized had to deal with the wilderness in a progressive conquer of nature. It stopped European means of expansion and created a new, purely American perspective towards the unexplored land, which settled for American democracy and individualism. This frontier situation might have the best example in the American cowboy in popular culture: an individual who comes from an urban, civilized place but has to act according to the situations in wilderness based on his sense of inner rightness in the moving frontier. There is, therefore, no theorist of peace and democracy in the frontier, only the sense of rightness and violence whenever it is necessary to prevail fair distribution.

As Slotkin (1998, cap. 2) argues, the Frontier Myth is perhaps the most enduring myth in American culture, even if it is not the only ideological myth to shape the nation's values. As a myth in essence, the Frontier Myth acts as part of the language, containing essential elements of worldview, which have been incorporated into the national mentality, even in a modern, industrialized society. They portray regenerative violence (either personal or social) as a legitimate act where no other means

are available to solve eventual problems. In terms of popular mass culture, the myth continued to gain significant ground during the 19th century.

Hollywood used this myth several times during the 20th century, up to the point where the American cowboy is still a living thing in American life. As Langford (2005, p. 55) points out, "Western illustrates the use of genre as a means of mapping historical experience onto popular media texts through an analysis of shifts in genre conventions. The exceptionally high degree of codification and conventionality to be found in Westerns makes tracing this process unusually transparent." In this context, the Western has condensed narrative patterns that have remained stable over time. Beginning in the Silent Era in 1905, the film genre reached its peak of popularity between the 1930s and 1950s, signaling its importance to the Hollywood industry. Such relevance has brought constant themes, which are, in a sense, incorporated by Star Wars.

The traditional perspective, developed especially in the early 1930s onwards, is of a character brought to the wild, where he has to deal with perilous situations without abandoning his sense of morality. Frontier, therefore, in this context, is attached to personal, regenerative justice (not necessarily by law, as the West is a frontier ground, where law *per se* is still being consolidated) amidst adventures.

In such a situation, Han Solo, played by Harrison Ford, is this symbolic character incorporated into fiction, portrayed as a space cowboy who, despite his selfishness, still engages in fighting against evil (represented by the empire). A lot of factors can be analyzed, like the discourses, the clothing, the morality, and the occupation: a character wearing something similar to a cowboy vest, the way to use a gun, the occupation in cargo transportation, and the discourse attached to rightness in a space surrounded by scammers and gangsters.¹⁰¹ Furthermore, if solitude, self-sufficiency, and pragmatism are core traits of an ideal Western hero (BIDERMAN, 2010; DEN UYL, 2010; CSAKI, 2010), one can argue that Han Solo's character incorporates those traits in the first movie.

The second possibility is the Orientalist perspective developed along the fiction, which represented inhabitants of Tatooine similarly to Orientalist representations of the Middle East and North Africa. Said, in his seminal book *Orientalism* (SAID, 1990), did not pay much attention to popular culture, especially in the United States. This was expected from a scholar who researching high

¹⁰¹ Therefore: a space where the written law is not totally applied, like the western frontier, but the character remains morally positive.

culture-based poetry and painting. Other studies, however, based on the idea of Orientalism used by Said, intended to study this representation in the United States.¹⁰²

According to Teo (TEO, 2014), Orientalism in the United States has been developed in a whole variety of modes, with a broad range of possibilities. The most common, developed at the beginning of the 20th century, was mostly about consumption and extravagant sexual fantasies about the Middle East and North Africa (*Ibidem*, p. 7), especially the ones involving harem dancers. This one was sexually based; however, by any means, the Muslim influence in the Middle East was already sometimes observed as decadent (and, consequently, stereotyped), since they were disrupting the ways of living used by the Hebrews and Christians in Jerusalem (MCALISTER, 2001, pt. Introduction) – a treat to a nation based on the protestant puritanism.

As argued by McAlister, “The disjuncture between expectation and experience was sometimes itself a proof of the superiority of Christianity, since the failures of the local population to live up to the biblically inspired romantic hopes of Americans was generally explained as evidence of a general “regression and decrepitude” that were connected both to the “weakness and vices of the Ottoman rule” and to “elements of the Mussulman character.” (*Ibidem*, p. 20).

This discussion is placed here precisely to evoke the continuous Orientalism developed in *Star Wars* (1977). Tatooine, a remote, fictional planet where Luke Skywalker was born, is largely inspired by landscapes in Tunisia (SMITHSONIAN MAGAZINE, 2024). The planet, a desolate place with no capacity for law and a lack of civilization, is related to the Muslim Berbers living in North Africa. A place where the State’s law based on bureaucracy is impossible to implant and robbers and raiders have plenty of room to rob and sell stolen merchandise. These raiders, also called the Sand People in the movie, wear stereotyped vests and use rudimentary weapons, just as the plenty of descriptions commonly reproduced by the Orientalist perspectives. Also, the way Sand People and Jawas are portrayed in scamming, trash-trade activities, and stealing are shown as a natural, common behavior, which could be used, as argued by Senanayake (2021, p. 65), as a way to provoke a strong reaction to the movie consumer and, at the same time, confirm the Western values.

Another appealing symbol is contained in the movie’s title itself: space exploration. From the late 1950s onwards, space exploration related to the Cold War was a common element in American

¹⁰² These interpretations are called Post-Saidian Orientalism since they try to positively criticize the seminal work and readjust it to new perspectives.

life,¹⁰³ and it was well-represented in the movie plenty of times. Navigating through space is one of the most remarkable situations portrayed in fiction. It possibly demonstrates, as the movie was released in 1977, the effervescence of winning culture in the USA as the Cold War had its heat moments.

Lastly, the democratic tradition is, also needless to say, an essential element of the American experience, as already explored by Turner and many other scholars in plenty of possibilities and has its representation in the scenario. The whole plot developed, together with the use of The Force, is precisely between the republican rebels and the empire. Along with this concept, republic vs empire is linked mostly to a dualistic morality: while the rebels fight the empire, it is also the good fighting against the evil. The way the movie targets good and evil in the agonistic scenario might be confusing, especially if seen by the right-wing potentialities (BROOKER, 2007; WOOD, 2003, cap. 8); however, the movie well done separates the spontaneous will of the Rebels in keeping the regional differences, which collect Luke and Han Solo to the cause, from the Empire-based initiative of shaping “the world in its own likeness” (BROOKER, 2007, p. 304). Furthermore, as the rebels have political meetings, they happen to be conference-room-liked, meanwhile, the Empire engages in ceremonies and strict hierarchies (*Ibidem*, p. 305).

All these elements are, more or less, participants in the perception of Americanness, which, by its time-orientated perspective, winning culture, and space-driven mythology, shape the elements shown in the story. Frontier, Orientalism, space exploration, and democratic tradition are living traits of those concepts and, thus, are living objects incorporated into the fiction.

The key elements explored in the movie are part of the director’s creative potential. The aim of this paper is not to elucidate the creativity of George Lucas. The aim is precisely to illustrate how this super blockbuster got an astonishing box office success due to its capacity to gather core symbols, according to the hypothesis stated previously. The special effects had a clear impact because the movie had innovative technologies to make use of. However, films with plenty of special effects do not insinuate a satisfactory box office – firstly it has to be fictionally appealing to the movie consumer. How Star Wars fiction did it is precisely the explanation required for what it considered the savior

¹⁰³ The elements are vast but can be seen, for instance, in the common designs of American cars and toys. Largely inspired by the “Atomic Age” design, futuristic cars like the 1957 Chevrolet were popular with designs inspired by space rockets and aviation. In terms of cultural production, more in KURTZ, Malisa. *Utopia ... : Science Fiction in the 1950s and 1960s*. Em: *The Cambridge History of Science Fiction*. Cambridge Histories - Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 201–217; RYAN BELLAMY, Brent. ... or Bust: Science Fiction and the Bomb, 1945–1960. Em: *The Cambridge History of Science Fiction*. Cambridge Histories - Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 218–231.

(including Spielberg's *Jaws*) of Hollywood. The 'materialized' elements used here to explain the phenomena - that is, frontier, American Orientalism, space exploration, and democratic tradition - articulate themselves with the cultural circulation within Americanness in its average channels of flowing. Moreover, ideas such as the cowboy-based character, American Orientalism, etc. are not monolithic pieces playing a determined role in the fiction, they do amalgamate themselves during the whole time, which catalyzes the story's appealing potential, after all, in a general overview, *Star Wars* portrays the struggle of rebels against the authoritarian Empire, what includes Luke's personal life in Tatooine (a location with inspirations from Tunisia), the presence of a space cowboy, who decides to engage, despite his initial selfishness and according to his inner sense of rightness, in Princess Leia's rescue in space, and the human presence in space amidst extraterrestrials (although mankind is still the dominant species). Frontier, American Orientalism, space exploration, and democratic tradition (other elements are possible, nonetheless they do not fit in one paper) blend themselves in order to generate the story based on general American perceptions of space, time, and winning culture.

Additionally, besides the fact that *Star Wars* got crucial symbolism to the cultural life in the United States, it was also released during a specific time which merged fictional, attractive elements to the *momentum* (considering that for a long time, this use of Americanness was not being fully made by movie-makers, in general) to achieve the biggest box office by its time. As already described, New Hollywood tended to produce unpopular movies for the average consumer, with taboos and open ends. *Star Wars*, released in 1977, is considered a movie that, along with Spielberg's *Jaws* (1975), helped to rescue Hollywood from its multiple crises and reestablished substantial profit for the major studios (ELSAESSER; HORWATH; KING, 2004, p. 9-73). This happened, then, according to the hypothesis, due to the incorporation of Americanness in a specific context, after a long time of unpopular fictions - to the average consumer -, a cure for a one-decade-long hangover in Hollywood, so to speak.

Star Wars, in such a context, helped to establish the basis of a 'super blockbuster' industry (with movies made for multi-purpose entertainment and, as a result, multiple sources of profit), with the biggest box office by its time, profiting 775 million USD (THE NUMBERS, 2024). The elements of Americanness gathered to produce such fiction, along with the contextual momentum, were essential to captivate the mass consumers. The movie could produce a mishmash with core elements, placing Western, frontier, democratic tradition, Orientalism, and space exploration elements into one single

story, and thus the fiction has shown its potential to join all of them and operate a well-succeeded business in the movie industry.

Conclusion

Therefore, in general, the essay intended to argue that *Star Wars* (1977) was a fiction capable of gathering core symbolism of American cultural life over the 20th century and, along with the contextual possibilities, produced an enormous success with large impacts over the culture. For this purpose, a few elements of the cultural life incorporated into the movie were brought as evidence to analyze the potentialities and reasons for such an attractive fiction to the mass consumers. The fictional elements selected can be used, thus, to partially (but substantially) explain the reason for such astonishing success, up to the point that restored the profits from Hollywood and placed profitable productions again in the center of the movie-making industry in the USA with the 'super blockbusters'. New materialized elements of cultural life can – and shall - be used to improve the argument in the future, as other possibilities are available to move towards a better, broader understating of the phenomena. For the time being, this general frame is already part of the research issue, and it intends to include highly profitable movies as possible study objects.

Referências bibliográficas

- BELLAMY, Brent Ryan. ... or Bust: Science Fiction and the Bomb, 1945–1960. Em: **The Cambridge History of Science Fiction**. Cambridge Histories - Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 218–231.
- BIDERMAN, Shai. “Do Not Forsake Me, Oh, My Darling”: Loneliness and Solitude in Westerns. Em: **The philosophy of the western**. The philosophy of popular culture. Lexington: The University Press of Kentucky, 2010. p. 13–30.
- BORDWELL, David. The classical Hollywood style, 1917-1960. Em: **The Classical Hollywood Cinema**. Film Style & Mode of Production to 1960. [s.l.]: Taylor & Francis, 2005. p. 1–72.
- BOYER, Paul. S. *et al.* **The enduring vision: a history of the American people**. 7a ed. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2011. v. 2
- BRONNER, Simon. J. **Americanness: Inquiries into the Thought and Culture of the United States**. 1. ed. New York: Routledge, 2021.
- BROOKER, Will. New Hope: The Postmodern Project of *Star Wars*. Em: REDMOND, S. (Ed.). **Liquid Metal: the science fiction reader**. New York: Wallflower Press Book, 2007. p. 298–307.

- _____. **Star Wars**. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2018.
- CSAKI, B. Steve. Mommas, Don't Let Your Babies Grow Up to Be Pragmatists. Em: **The philosophy of the western**. The philosophy of popular culture. Lexington: The University Press of Kentucky, 2010. p. 55–68.
- DEN UYL, Douglas. Civilization and Its Discontents: The Self-Sufficient Western Hero. Em: **The philosophy of the western**. The philosophy of popular culture. Lexington: The University Press of Kentucky, 2010. p. 31–54.
- ELSAESSER, Thomas; HORWATH, Alexander.; KING, Noel. (EDS.). **The last great American picture show: New Hollywood cinema in the 1970s**. Amsterdam: Amsterdam Univ. Press, 2004.
- HALL, Sheldon.; NEALE, Stephen. **Epics, spectacles, and blockbusters: a Hollywood history**. Detroit, Mich: Wayne State University Press, 2010.
- JAY EPSTEIN, Edward. **The Big Picture: The New Logic of Money and Power in Hollywood**. New York: The Random House Publishing Group, 2005.
- KIRSHNER, Jonathan. **Hollywood's last golden age: politics, society, and the seventies film in America**. Ithaca: Cornell University Press, 2012.
- KURTZ, Malisa. Utopia ... : Science Fiction in the 1950s and 1960s. Em: **The Cambridge History of Science Fiction**. Cambridge Histories - Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 201–217;
- LANGFORD, Barry. **Film Genre. Hollywood and Beyond**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.
- MCALISTER, Melani. **Epic encounters: culture, media, and U.S. interests in the Middle East, 1945-2000**. Berkeley: University of California Press, 2001.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCOTT, Allen. J. Hollywood and the World: The Geography of Motion-Picture Distribution and Marketing. **Review of International Political Economy**, v. 11, n. 1, p. 33–61, 2004.
- SENANAYAKE, Harsha. Hollywood and Wicked Other: The Identity Formation of “Western Us” Versus “Muslim Others”. **Open Political Science**, v. 4, n. 1, p. 64–67, 1 jan. 2021.
- SLOTKIN, Richard. **The fatal environment: the myth of the frontier in the age of industrialization, 1800-1890**. Norman: University of Oklahoma Press, 1998.
- SMITHSONIAN MAGAZINE. **Discover the Real and Imagined Cities of Luke Skywalker's Tatooine**. 2024. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/sponsored/star-wars-tunisia-film-locations-180960144/>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- TEO, Hsu-Ming. American popular culture through the lens of Saidian and post-Saidian Orientalist critiques. **Australian Critical Race and Whiteness Studies Association**, v. 10, n. 1, p. 1–17, 2014.
- THOMPSON, Kristin; BORDWELL, David. **Film history: an introduction**. 2. ed. Boston: McGraw-Hill, 2003.
- TURNER, Frederick. J. **The Frontier in American History**. New York: Dover, 1996.

WOOD, Robin. **Hollywood From Vietnam To Reagan... and Beyond**. New York, NY: Columbia Univ. Press, 2003.

Fontes

CHINATOWN. Direção de Roman Polanski. [S.I.]: Paramount Pictures, 1974. (131 min.), DVD, son., color.

EASY Rider. Direção de Dennis Hopper. Produção de Peter Fonda. Roteiro: Dennis Hopper. [S.I.]: Columbia Pictures, 1969. (96 min.), DVD, son., color.

STAR Wars. Direção de George Lucas. 1977. (121 min.), DVD, son., color.

THE Godfather. Direção de Francis Ford Coppola. [S.I.]: Paramount Pictures, 1972. (175 min.), DVD, son., color.

THE NUMBERS. **Star Wars Ep. IV: A New Hope** (1977) - Financial information. 2024. Disponível em: <https://www.the-numbers.com/movie/Star-Wars-Ep-IV-A-New-Hope#tab=summary>. Acesso em: 25 jan. 2024.

A saúde pública no contexto brasileiro oitocentista: As legislações em matéria de saúde e seus agentes durante as décadas de 1820/30, e início de 1840

Public health in the Brazilian context of the 19th century: Health legislation and its agents during the 1820s/30s and early 1840s

Pâmela Ferreira

Doutora em História

Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

pamelacamposf@hotmail.com

Recebido: 28/07/2024

Aprovado: 20/03/2025

Resumo: O presente artigo busca fazer uma análise empírica sobre como estava montado o universo legislativo em matéria de saúde pública. Neste sentido há que se considerar que as temáticas de saúde (que envolviam na prática variados objetos, todos concernentes à manutenção da saúde do corpo, e de como torná-lo mais saudável) vinham ganhando gradativa importância ao longo dos anos – em especial ao longo do século XVIII –, em diversas monarquias europeias (inclusive a portuguesa), pois estava associada a ideias como o aumento da população “faz a riqueza das nações”. Concepções que tornavam o cuidado com a saúde em sinônimo de aumento do Estado, numa chave analítica própria de correntes como o *cameralismo*, segundo o qual caberia ao monarca o cuidado da saúde da população, agora entendida em sua dimensão biológica. Para além de tal questão, é necessário pontuar que o recorte temporal estabelecido se concentra nas décadas de 1820, 30, e início dos anos 40.

Palavras-Chave: Saúde Pública; legislação; Império do Brasil.

Abstract: This article seeks to carry out an empirical analysis of how the legislative universe in matters of public health was set up. In this sense, it is necessary to consider that health themes (which involved in practice various objects, all concerning the maintenance of the body's health, and how to make it healthier) had been gradually gaining importance over the years - especially over the years. of the 18th century –, in several European monarchies (including the Portuguese), as it was associated with ideas such as the increase in population “makes nations rich”. Conceptions that made health care synonymous with the increase of the State, in an analytical key typical of currents such as cameralism, according to which it would be up to the monarch to care for the population's health, now understood in its biological dimension. In addition to this issue, it is necessary to point out that the established time frame focuses on the 1820s, 30s, and early 40s.

Keywords: Public health; legislation; Empire of Brazil.

Legislação municipal: Posturas Municipais da câmara de Ouro Preto e seus tópicos de saúde pública

Como bem apontado pela lei de 1º de outubro de 1828, em seu título terceiro, artigo 66, as câmaras teriam “a seu cargo tudo quanto diz respeito á polícia, e economia das povoações [...]”, uma das polícias é a que se refere à saúde pública. Elas deveriam deliberar com o fim de promover e manter a saúde. A partir da confecção de suas posturas municipais, as vereanças discorreriam sobre os muitos objetos de interesse da população.

Em uma correspondência recebida da presidência da província em 3 de dezembro de 1828, logo após a publicação da lei regulamentar, era pontuada o pertencimento às câmaras sobre:

*[...] a inspeção da saúde pública como já lhes pertenceu antes da criação do primeiro dos ditos lugares (provedor, físico e cirurgião-mor) e os exames dos comestíveis e visitas de boticas e lojas de drogas que na forma dos respectivos regimentos faziam até agora o físico-mor e cirurgião-mor por si, ou por seus delegados tão bem atualmente extintos, cumpre que essa câmara entre imediatamente no exercício das funções que lhe tocam pela referida lei. [grifo meu]*¹⁰⁴

Pelo verificado nas posturas, e segundo Maurício de Abreu, a partir da lei de 1º de outubro o que se intentava era a aplicação de “uma política de saúde destinada a colocar os interesses coletivos acima dos individuais” (ABREU, 1997, p. 38). Numa chave de pensar nessa “política de saúde” pensada pela câmara ouro pretana, as posturas de 1830 discorreriam – para além das matérias de salubridade – sobre os profissionais de saúde, quando asseverava sobre a necessidade da existência de um “professor de partido”:

Art. 1º. A câmara terá um professor do partido com o subsídio anual de 200\$000 réis pagos a quarteis;

Art. 2º. Este professor residirá dentro da cidade e suas principais obrigações são:

§ 1º. Assistir aos doentes pobres que o chamarem a suas casas;

§ 2º. Visitar todos os dias os enfermos no hospital da Santa Casa de Misericórdia, as horas em que manda o regimento;

§ 3º. Curar os enfermos, quando for chamado pelos respectivos criadores;

§ 4º. Visitar os presos que estiverem doentes, quando for chamado pelo carcereiro;

§ 5º. Ir impreterivelmente, sendo chamado a noite por algum enfermo pobre;

§ 6º. Aconselhar aos doentes pobres de quaisquer povoações do município sobre a maneira pela qual devem tratar-se, todas as vezes que for por ele consultado;

§ 7º. Vacinar-se na casa da câmara a todos os expostos e quaisquer outras pessoas que para esse fim concorrerem;

§ 8º. Dar parte circunstanciada a câmara, todas as vezes que começar alguma moléstia epidêmica, indicando os meios de prevenir o seu contágio;

¹⁰⁴ CMOP 1/1, Cx. 02, Doc. 44 – correspondência recebida da presidência da província, presidente do Conselho de Governo e do secretário de Governo. Sessão de 3 de dezembro de 1828.

- § 9º. Fazer todos os autos de corpo de delito nas duas freguesias desta cidade;
- § 10º. Examinar todos os dias as 9 horas da manhã os galés que estiverem doentes, e fazê-los recolher ao hospital, quando o julgue necessário, dando um bilhete em que declare o seu nome e enfermidade com dia, mês e ano, e competente assinatura para se lhe dar alta no hospital;
- § 11º. Assistir ao exame dos expostos em todos os trimestres naqueles dias para isso destinados pelo fiscal;
- § 12º. Acompanhar ao fiscal todas as vezes que este denunciar ou suspeitar precisando examinar o estado das drogas, ou dos gêneros comestíveis na forma que recomendar as posturas;
- § 13º. Cumprir quaesquer outras obrigações que nas mesmas lhe estejam impostas, ainda que não declaradas na presente resolução.¹⁰⁵

As funções deste profissional cobririam: a) assistência aos enfermos, bem como aplicação de terapêuticas; b) visita aos presos que estivessem doentes; c) vacinação dos expostos e demais pessoas que necessitassem; d) dar conta à municipalidade sobre alguma epidemia, dissertando sobre os meios de preveni-la; e) fazer os autos do corpo de delito; f) examinar os galés doentes; g) acompanhar o fiscal sempre que este suspeitar (ou por denúncia) das condições das drogas postas a venda. Como se vê, muitas eram as obrigações desses médicos, que ainda precisavam residir na cidade onde fossem atuar.

É interessante tomar nota para o fato de que a câmara tentava prestar uma assistência médica à população local. Ainda que na realidade cotidiana tal intento pudesse não se concretizar, esse ponto seguia como uma norma camarária, seria um dos ramos da polícia médica concernentes às câmaras dar conta (PEREIRA, 2001, p. 365-395). Tratar das funções do médico era assim, de suma importância dentro da perspectiva de criação (ou tentativa) de uma estrutura de saúde na província.

Com a cristalização das obrigações das câmaras com as matérias de saúde pública pela lei de 1º de outubro de 1828, caberia a cada localidade pensar em termos de um estabelecimento de uma rede médica, que tratasse também das questões de higiene (MANTOVANI, 2018, p. 309-344).

Para as autoridades camarárias havia uma espécie de senso comum sobre a falta de médicos e cirurgiões habilitados para atuarem nos municípios, particularmente na região de Ouro Preto. Neste sentido, em sessão de 16 de junho de 1829 da câmara ouro pretana, o vereador Couto fez um requerimento em que argumentava:

[...] sofrendo os habitantes desta capital imensas privações e dificuldades no curativo de suas famílias por *falta de médico, e hábil cirurgião*, por isso alguns dos facultativos

¹⁰⁵ Além das competências cabíveis ao profissional responsável pela cura (excetuando-se aqui os agentes das artes de curar), outras determinações seriam pontuadas: “Artigo 3º. O professor não poderá ausentar-se da cidade sem deixar quem o substitua nas suas obrigações, dando primeiro parte ao presidente da câmara; Artigo 4º. O professor é responsável pela falta de cumprimento de suas obrigações impostas tanto nas posturas como nesta resolução na conformidade do artigo 98 delas”. Ver: CMOP 3/2, Cx. 01, Doc. 18, Posturas. Ano: 1830.

existentes pertencem mais ao exército do que ao serviço particular dos habitantes, e se acham com obrigações e que [?] ponto obstam a que de pronto acudam os enfermos da cidade [...] [grifo meu].¹⁰⁶

Além de falar sobre a ausência sentida na localidade de Ouro Preto de médicos e cirurgiões o vereador Couto discorria sobre o fato de que parte dos facultativos, isto é, daqueles sujeitos com habilitação para exercerem seus ofícios estavam integrados à esfera militar. Partindo de uma separação entre essas dimensões, buscava-se constituir partido à um médico,¹⁰⁷ como já falado pelas posturas, que pudesse prestar assistência específica à população do município, e como o próprio vereador lembrou os facultativos ligados ao exército exerciam seus ofícios dentro daquele quadrante, não servindo aos habitantes.

É possível que tendo em vista a falta dessa estrutura oficial dos profissionais de saúde, formada pelo médico e cirurgião, sujeitos oriundos de outras terras pudessem exercer os ofícios de cura em Ouro Preto. Tal apontamento é corroborado por uma ata da câmara ouro pretana de 26 de março de 1829 em que se tratou (entre outras pautas) da resolução do Conselho de Governo sobre uma questão levantada pela municipalidade: “sobre o abuso com que alguns estrangeiros se dão a curativos inculcando-se médicos e cirurgiões”.¹⁰⁸ A fiscalização era, assim, um dos meios pelo qual se buscava coibir a ação de falsos médicos. O vereador Barros proporia o seguinte:

[...] que se oficiasse aos juízes de paz deste termo que faça constar a todos os que curam de medicina e cirurgia nos seus distritos, que devem apresentar-lhes suas cartas e licenças, as quais não tendo sido apresentadas a esta câmara municipal lhes faça ver que deve apresentá-las para poderem exercitar, isto se praticara não só com os nacionais, como mesmo com qualquer estrangeiro, como foi recomendado pelo Conselho de Governo.¹⁰⁹

Mapeando a documentação camarária, sobretudo em sua interface dialógica com outros espaços de poder, é possível apontar um dos temas que muito preocupava as autoridades municipais e provinciais – a disseminação da elefantíase ou lepra. Segundo Dilma Cabral o primeiro médico da Corte a tratar da lepra teria sido Joaquim Cândido Soares de Meirelles (CABRAL, 2006, p. 36). Este cirurgião mineiro e médico da Santa Casa de Misericórdia descrevia a lepra enquanto uma patologia

¹⁰⁶ CMOP 3/1, Cx. 01, Doc. 34 – Ata das sessões e pareceres de comissões da câmara. Sessão de 16 de junho de 1829.

¹⁰⁷ Este mesmo médico (se este assim existisse), segundo o vereador Couto deveria: “[...] examinar quanto antes, ouvindo ao boticário Antônio Nogueira da Cruz se nesta cidade existe algum enfermo da província do Rio infectado de febre vulgarmente denominada de [?] e que informem urgentissimamente no caso afirmativo, sobre os meios de desviar desta cidade um mal que a maior parte dos professores tem julgado contagioso”. Ver: idem.

¹⁰⁸ CMOP 3/1, Cx. 01, Doc. 14 – Atas de sessões e pareceres de comissões da câmara. Sessão: 26 de março de 1829.

¹⁰⁹ Idem.

autônoma, “[...] diferenciando-a da elefantíase-dos-gregos e da elefantíase-dos-árabes” (CABRAL, 2006, p. 36).

Ainda segundo a autora, ao longo de sua história a lepra fora confundida com doenças venéreas, particularmente a sífilis. Cabral aponta:

Na história da doença, a primeira metade do século XIX pode ser caracterizada como o período em que a medicina deu passos decisivos para dissipar a instabilidade conceitual da lepra. Assim, neste período ainda encontramos médicos que identificam o mal de Lázaro, a elefantíase-dos-gregos, a morfêia e a lepra como a mesma doença. Em outros trabalhos podemos observar a tentativa de definir estas doenças dentro de modelos diferenciados, o que significava etiologia, sintomas, sede e lesões orgânicas distintas. Este processo de desenvolvimento conceitual da doença, ao longo de todo século XIX, produziu a individualização do fenômeno patológico que conhecemos como lepra, o que alimentou divergências teóricas no meio médico, que não se explicitaram tão profundamente no campo da profilaxia e na proposição de medidas de controle da doença (CABRAL, 2006, p. 36-37).

Em linhas gerais, a teoria médica buscava diferenciar a elefantíase dos gregos e a dos árabes. A primeira, segundo Soares Meirelles, era caracterizada pelo surgimento de “tubérculos duros e proeminentes, que ocupam principalmente as orelhas, face, a testa, o nariz, os lábios e, sucessivamente o resto do corpo” (SOUZA ARAÚJO, 1946, p. 322). Pela designação de “elefantíase dos árabes” o cirurgião mineiro diria que ela era uma irrupção súbita, sendo seguida por “gastrenterites, que se manifestam por uma sede ardente, por vômitos violentos, acompanhados de frio, fenômenos inseparáveis da invasão da moléstia” (SOUZA ARAÚJO, 1946, p. 322).

A elefantíase era assim, uma doença que afetava a pele bem como o pênfigo e a morfeia (MAGALHÃES, 2005, p. 469). Ainda sobre as doenças de pele Sônia Maria de Magalhães apontaria que:

Os médicos dos séculos XVIII e XIX associavam a elefantíase, e filariose como morbididades banais entre os escravos provenientes da África. A filariose é causada por parasitas que vivem no sangue ou no tecido subcutâneo, transmitido por picadas de insetos ou através da ingestão de água contaminada. À medida que os parasitas se multiplicam, as pernas, o escroto e os seios incham até alcançarem dimensões abismais. As pernas, em particular, aumentam de volume, tanto a pele quanto o tecido enrijecem, ganhando aspecto elefantino. Nessas condições, o portador, que ficava incapacitado para o trabalho, encontrava na mendicância ou na caridade pública sua única forma de sobrevivência (MAGALHÃES, 2005, p. 470).

Sendo a elefantíase, portanto, uma doença que preocupava as autoridades mineiras, em uma correspondência recebida da presidência da província, no ano de 1827, era recomendada à câmara de Ouro Preto para que consultasse os facultativos, a fim de que estes informassem sobre a elefantíase e

“seu progresso” na província de Minas.¹¹⁰ O objetivo último discorria sobre a necessidade de fundação de um lazareto, entendido como “indispensável” no tratamento da doença. Neste sentido, no ano anterior, mais precisamente em sessão de 28 de julho de 1826, fora expedido um documento pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, onde era solicitado ao então presidente de província – Francisco Pereira de Santa Apolônia – as seguintes informações:

- 1º. Qual será aproximadamente o número dos inficionados daquele contágio na província, e se todos são pobres, ou se entre eles se contam alguns abastados;
- 2º. Se existe algum prédio rústico de propriedade nacional que possa ser convertido em lazareto, e não havendo qual será o sítio mais apropriado para morada de tais enfermos, tendo atenção não só a sua localidade, mas também as águas, ares, a fim de ser comprado pela Nação;
- 3º. Que meios pecuniários se podem haver para a edificação, e manutenção deste hospital.¹¹¹

Embora tais solicitações fossem dirigidas ao presidente de província, o mesmo buscava o amparo da câmara municipal de Ouro Preto, e em particular de seus facultativos, a fim de que essas informações fossem, assim, bem colhidas. O meio profilático pensado se daria pela criação de um lazareto. A elefantíase era portanto, uma das doenças que preocupava, ainda que não fosse a única. Embora as epidemias afetassem as populações da América desde tempos coloniais, foi no século XIX, segundo Sidney Chalhoub que os surtos epidêmicos ganharam proporções catastróficas (CHALHOUB, 1996). O pânico e pavor causados pelas epidemias (FRANCO, MOTA, PIMENTA, 2019), forçaria as autoridades imperiais a uma maior atenção pública em relação ao caso.¹¹²

¹¹⁰ CMOP 1/1, Cx. 01, Doc. 58 – Correspondência recebida da presidência da província, presidente do Conselho de Governo. Sessão: 11 de junho de 1827.

¹¹¹ Além destas solicitações, seria também exigido saber sobre: “4º. A quanto montará pouco mais ou menos o total das três quintas partes do rendimento do vínculo da Jagoara, depois de bem administrado, o qual o rendimento o mencionado presidente lembrou para a criação do asilo nas vizinhanças da vila do Sabará, e a quanto o dos Legados Pios não cumpridos em todas as câmaras das províncias, que o mesmo presidente indicou para a manutenção do dito asilo. Palácio do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1826”. Ver: idem. ¹¹² Na esteira das preocupações com a disseminação de doenças contagiosas o presidente de província de Minas em 1843, Francisco José de Souza Soares de Andréa, notificando a câmara de Ouro Preto sobre a necessidade de: “[...] me informem se existe nesse município qualquer moléstia contagiosa, participando-me logo, no caso de vir a aparecer qualquer fato que possa tornar-se como existência de contágio. Ouro Preto em 5 de setembro de 1843”. Curioso perceber que a câmara ouro pretana não atende a solicitação do presidente, pois quatro meses depois do primeiro documento, o executivo provincial cobraria a vereança, questionando: “porque não tem respondido a circular de 5 de setembro do ano passado na qual lhes ordenei que me informassem se neste município grassa qualquer moléstia contagiosa. Ouro Preto em 9 de janeiro de 1844”. Ver respectivamente: CMOP 1/1, Cx. 5, Doc. 70 – Correspondência recebida da presidência da província. Sessão: 5 de setembro de 1843; CMOP 1/1, Cx. 6, Doc. 20 – Correspondência recebida da presidência da província. Sessão: 9 de janeiro de 1844.

¹¹² Na esteira das preocupações com a disseminação de doenças contagiosas o presidente de província de Minas em 1843, Francisco José de Souza Soares de Andréa, notificando a câmara de Ouro Preto sobre a necessidade de: “[...] me informem se existe nesse município qualquer moléstia contagiosa, participando-me logo, no caso de vir a aparecer qualquer fato que possa tornar-se como existência de contágio. Ouro Preto em 5 de setembro de 1843”. Curioso perceber que a câmara ouro pretana não atende a solicitação do presidente, pois quatro meses depois do primeiro documento, o executivo provincial

Tal fora o caso, por exemplo, do já comentado cólera morbos. As autoridades – seja no nível municipal, provincial ou central – e instituições imperiais tendiam assim, a se apresentar como as defensoras e mantenedoras da saúde das populações. Como se pode verificar por alguns trechos,¹¹³ determinadas instâncias se colocavam como os órgãos (FERNANDES, 2014, p. 12) responsáveis pelo zelo e conservação da saúde da população.

É interessante apontar que tais falas são muito comuns partindo de instituições políticas, isto é, a tendência geral é delas se colocarem na posição de salvaguardar não apenas a área da saúde como a educação (SALES, 2005), entre outras pautas consideradas *nobres* para um Estado em formação e que se queria “civilizado”.

Por outro lado, é pela prática cotidiana e social que se pode localizar alguma possível mudança em relação, por exemplo, à alteração das condições insalubres de um determinado local, ou de hábitos entendidos como prejudiciais à saúde pública – tais como sepultamentos em igrejas, sujeira nas ruas etc. De todo modo, o fato dessas instituições se arrogarem à condição de “guardiãs” da conservação da saúde parece indicar o seu compromisso (que poderia se dar no âmbito tão somente teórico) com essa pauta.

Embora a câmara possuísse ingerência nos assuntos tocantes à saúde pública, ela estava inserida num *circuito* de comunicações com espaços outros como o Conselho Geral da província. Neste sentido, segundo Renata Fernandes:

A constituição de 1824 conferiu um destaque especial ao diálogo e interrelação a serem estabelecidos entre os Conselhos Gerais e as câmaras municipais no que se refere à função mestra – e constitucional – dessas instituições eletivas provinciais: a discussão e proposição de projetos acomodados às necessidades e urgências da província (FERNANDES, 2018, p. 550).

O Conselho Geral, portanto, atuava enquanto um importante canal de comunicação entre as municipalidades e o Imperador, e entre suas interlocuções com a câmara municipal de Ouro Preto variados temas eram evocados.¹¹⁴ Há que se considerar que a polícia (não apenas a médica) se

cobriaria a vereança, questionando: “porque não tem respondido a circular de 5 de setembro do ano passado na qual lhes ordenei que me informassem se neste município grassa qualquer moléstia contagiosa. Ouro Preto em 9 de janeiro de 1844”. Ver respectivamente: CMOP 1/1, Cx. 5, Doc. 70 – Correspondência recebida da presidência da província. Sessão: 5 de setembro de 1843; CMOP 1/1, Cx. 6, Doc. 20 – Correspondência recebida da presidência da província. Sessão: 9 de janeiro de 1844.

¹¹³ Como o já citado: “o Conselho Geral desta província, a quem cumpre zelar enquanto estiver a seu alcance a conservação da saúde dos povos que representa [...]”. Ver: Op. cit., CMOP 1/3, Cx. 1, Doc. 88.

¹¹⁴ Temas que iam desde infraestrutura (“obras públicas”), à instrução, saúde, “adorno das cidades”, dentre outros, temáticas próprias das posturas camarárias.

configuraria como uma das áreas de maior atuação dos poderes do Império. Tomo aqui emprestado o termo *polícia à liberal* como pensado por José Subtil, quando o autor aponta o fato de que o regime liberal enquadrava a *police* num conjunto de leis do Estado emanadas pelo poder legislativo (SUBTIL, 2013, p. 264). Neste sentido, Subtil argumenta:

Um programa liberal assente na divisão entre os poderes legislativo, executivo e judicial, mas não previsto nos primeiros objetos de *police* que aglutinaram funções e competências na presunção de que uma “mão invisível” se encarregaria de autorregular os abusos e os erros praticados [...] (SUBTIL, 2013, p. 264)

Portanto, entendo que posso me valer do termo *polícia à liberal*, pois os objetos concernentes à polícia estavam inseridos no domínio do conjunto de proposições e leis elaboradas pelo Poder Legislativo. Na senda de conhecer território e população, com o objetivo de assegurar uma ordem, bem como “[...] fomentar a agricultura, o comércio e a indústria, assegurar a saúde e a salubridade, promover a educação da mocidade” (FERNANDES, 2018, p. 356), o Conselho Geral de Minas Gerais buscava trabalhar, e segundo Ana Rosa Coclet da Silva e Carlos Eduardo França de Oliveira a polícia constituía uma área central de atuação do conselho (SILVA, 2005, p. 43-63).

Dentre as numerosas matérias que passavam por discussão, as muitas polícias, a de saúde pública aparecia com certa frequência, ou os objetos referentes à saúde e salubridade. A preocupação com o alastramento de doenças tais como o cólera como visto acima engendravam debates institucionais, onde o temor da enfermidade e suas consequências se fazia sentir. Com vias a solucionar determinadas situações apontava-se a possibilidade de um trabalho conjunto, isto é, a câmara deveria estar atenta às publicações do *Semanário da Saúde Pública* publicadas pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (FERREIRA, 1999).

A preocupação com a disseminação de doenças não seria o único objeto no interior das matérias de saúde pública.¹¹⁵ Dúvidas poderiam surgir, e surgiam, considerando-se as transformações vivenciadas ao longo da década de 1820, tais como a extinção da Fisicatura e Provedoria, por exemplo. Neste sentido, e com vias a estabelecer uma forma *ideal* na condução das resoluções, a câmara de

¹¹⁵ Pautas relacionadas à reclamações seguiriam existindo, isto é, profissionais da saúde requereriam aos poderes locais salários atrasados ou reconhecimento pelo trabalho prestado, como fora o caso do cirurgião Antônio José Vieira de Menezes quando peticionava: “[...] que por bem de sua justiça, precisa por certidão o tempo que serviu de cirurgião da mesma câmara, em que se declare se o suplicante era provisionado pelo Desembargo do Paço, e desde quando, igualmente que se declare que o suplicante substituiu a falta de médicos do partido e se exigia outro ordenado além do seu pelas faltas de médicos, e quais foram os do dito partido desde o ano de 1807 até o de 1830, ordenados que venceram por ordem de que autoridades e bem como o que vencia o suplicante anualmente”. Ver: CMOP 1/4, Cx. 2, Doc. 40 – Correspondência recebida – Requerimentos e Petições. Sessão: 5 de outubro de 1830.

Baependi questionara à municipalidade de Ouro Preto sobre pessoas que curavam doentes, mas que não eram habilitadas para tal fim.¹¹⁶

A câmara da capital lembrando o Conselho de Governo apontaria o seguinte:

[...] competindo as câmaras o cuidar da saúde dos habitantes do seu município devem elas ter em muita consideração este objeto não consentindo que arvoreem em cirurgões pessoas sem nenhuma aptidão, e que sejam ou impostores dos verdadeiramente experimentados na arte de curar, resolveu que a câmara de Baependi se recomendasse o cumprimento do artigo 69 da lei de 1º de outubro de 1828, fazendo todas as diligências para obter um médico ou cirurgião de partido, e que, entretanto que há falta de cirurgões habilitados, competentemente *é forçoso tolerar esses curandeiros*, devendo proibir que continuem a curar logo que lhe pareça prejudicial ao paiz e a saúde pública. [grifo meu]¹¹⁷

À câmara de Baependi, portanto, caberia a obrigação de privilegiar as figuras do médico e cirurgião de partido, numa tônica não muito distante das orientações dadas pelas autoridades coloniais em fins do século XVIII, isto é, os agentes das artes de curar poderiam ser *tolerados*, mas apenas quando da ausência de médicos e cirurgões habilitados em seus ofícios (FERREIRA, 2023, p. 160-246). Neste sentido, verifica-se a continuidade de uma lógica que privilegiava o exercício de profissionais formados, e devidamente encartados, em detrimento dos anônimos que saíam a curar. Ainda que na prática cotidiana fossem os sangradores, algebristas, cirurgões-barbeiros, dentre outras denominações, os responsáveis pela aplicação de terapêuticas em doentes, do ponto de vista institucional, eles não poderiam compor as estruturas “oficiais” da área de saúde.

Entre as temáticas concernentes à polícia médica, sem sombras de dúvida, a vacinação seria a mais recorrente. Pelas trocas de correspondências foi possível mapear tal discussão ocorrendo, sobretudo, em meados da década de 1830, e início dos anos 40, num contexto de extinção do Conselho Geral e Conselho de Governo e estruturação das Assembleias Provinciais (OLIVEIRA, 2018). Entre as interlocuções travadas com a esfera provincial de poder, o presidente da província Bernardo Jacinto da Veiga em 1838 viria a informar à câmara que havia:

[...] recebido com aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império datado de 20 do corrente mês algumas lâminas de fluído vacínico, resolveu enviar a câmara municipal desta cidade dois pares das referidas lâminas para ser convenientemente propagado seu fluído.¹¹⁸

¹¹⁶ CMOP 2/1, Cx. 1, Doc. 50 – Cópia de Ofícios. Ano: 1833.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ CMOP 1/1, Cx. 3, Doc. 85 – Correspondência recebida da presidência da província. Sessão: 29 de dezembro de 1838.

O executivo provincial em suas interações com o centro de poder recebeu essas lâminas, que seria a forma pela qual ocorreria a vacinação da população. Ainda numa lógica de buscar seguir as determinações oriundas da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, a câmara de Ouro Preto lembraria que em aviso da Secretaria de 15 de setembro de 1841 seria posta em pauta a “conveniência que resultará da revacinação”.¹¹⁹ A municipalidade assim tendia a seguir as orientações emanadas das instituições centrais, como neste caso em que fora informado ao médico de partido que publicasse editais notificando a população da necessidade da revacinação.¹²⁰

Segundo Tania Maria Fernandes, por revacinação é possível verificar: “um duplo entendimento: como dose de reforço da vacinação ou como segunda sensibilização imunitária não significando, neste último caso, de fato uma revacinação” (FERNANDES, 2003, p. 463-464). De todo modo, o debate envolvendo a revacinação se deu num contexto de questionamentos da validade da vacinação.

Pelos caminhos das leis imperiais: como emergem os objetos de saúde na documentação do Estado brasileiro oitocentista

A lei que regulamentaria as câmaras era já aguardada e entendida enquanto urgente pelas autoridades da época, pois como pontuado por Pablo de Oliveira Andrade, o excesso de poderes exercidos pelas municipalidades ao longo do Antigo Regime colonial não mais condizia com o regime constitucional que ora se implantava (ANDRADE, 2012, p. 75). Dividida em cinco títulos que discorriam sobre: a) forma das eleições das câmaras; b) funções municipais; c) posturas policiais; d) aplicação das rendas; e) dos empregados (LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828), esse regimento se apresentava enquanto “um modelo de racionalização do que se esperava das novas práticas administrativas” (FERREIRA, 2018, p. 70).

Dentre as matérias colocadas pela lei de 1º de outubro, a saúde e salubridade estariam presentes alinhadas a outras dimensões:

Art. 69º. Cuidarão no estabelecimento, e conservação de casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vacinem todos os meninos do districto, e adultos que o tiverem sido, tendo Médico, ou Cirurgião de partido;
[...]

¹¹⁹ Em relação à tal orientação, a câmara apontaria que havia enviado essa informação ao médico de partido para que assim se procedesse. Ver: CMOP 2/1, Cx. 1, Doc. 91 – Cópia de Ofícios. Sessão: 23 de outubro de 1841.

¹²⁰ Idem.

Art. 71º. As Câmaras deliberaram em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde, e comodidade dos habitantes [...] (LEI DE 1º de OUTUBRO DE 1828)

A pauta aparecia, então, ou próxima à questão de um assistencialismo (como no caso da construção e manutenção de casas de caridade), ou junto a outras questões como os “meios de promover a tranquilidade”. De todo modo, cabe salientar que pelas discussões travadas entre as câmaras e outras instâncias (tendo como tópico a área da saúde pública), verifico uma gama variada de matérias dentro da ampla palavra “saúde pública”.

Portanto, quando a lei de 1º de outubro de 1828 estipulava que as câmaras deveriam deliberar sobre os “meios de promover a saúde dos habitantes” é preciso salientar as muitas frentes dessa promoção. Algumas delas seriam as seguintes: a) propagação da vacina antivariólica; b) criação de hospitais (lazareto, e espaços próprios para o tratamento da elefantíase); c) construção de cemitérios extramuros (cemitérios localizados fora dos meios urbanos); d) criação de colégios médico-cirúrgicos; e) vigilância dos alimentos postos a venda; f) defesa da salubridade (e o combate a todos os meios considerados insalubres por autoridades médicas).¹²¹

A salubridade seria um dos pontos centrais (correlata a saúde) a aparecer na legislação que ora abordo. É possível observar, a partir do artigo 66, em suas posturas policiais a referência à limpeza dos meios urbanos, estabelecimento de cemitérios “fora dos recintos dos templos”, “esgotamento de pântanos”:

§ 2º. [...] e qualquer estagnação de águas infectas, [...] sobre a collocação de cortumes, sobre os depósitos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosphera;

[...]

§ 9º. Só nos matadouros públicos, ou particulares, com licença das Câmaras, se poderão matar, e esquartejar as rezes; e calculando o arroamento de cada uma rez, estando presente os exactores dos direitos impostos sobre a carne; permitir-se-há aos donos dos gados conduzi-los depois de esquartejados, e vende-los pelos preços, que quizerem, e aonde bem lhes convier, com tanto que o façam em lugares patentes, em que a Câmara possa fiscalizar a limpeza, e salubridade dos talhos, e da carne (LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828).

Vê-se, portanto, que o tema da salubridade seria àquela altura uma das preocupações das autoridades imperiais, claramente denotado pelas matérias a ela relacionada na legislação de 1º de outubro de 1828. A salubridade não fora um tema caro ao longo do século XIX sem causa, pois há

¹²¹ Esses e outros objetos estavam enquadrados na área da saúde pública, e comumente apareciam nas comunicações estabelecidas entre o poder local e outras instâncias.

que se lembrar de sua relação com os miasmas pútridos, isto é, geradores de ambientes insalubres. Muitos foram os vocábulos empregados entendidos como miasmas mortíferos, tais como: emanções nocivas e/ou “malíficas”, mortífero, corrupto, ar/água/fermento insalubre, insalubridade, infectado. Essas emanções eram percebidas pelo olfato, este as denunciava.

Um dos grandes historiadores e estudiosos do que se pode designar como uma “história das sensibilidades”, – o francês Alain Corbin – se ocupou em pensar as práticas de normatização do meio urbano a partir das percepções olfativas, revelando assim, uma difícil separação entre o real e o imaginário (CORBIN, 1987). Segundo o autor – que desenvolveu uma pesquisa crítica acerca das autoridades francesas nos séculos XVIII e XIX, dando conta de seus discursos científicos normatizadores do meio social – em meados do setecentos francês, teria florescido uma nova sensibilidade onde “o fedor e a corrupção por excremento acumulado colocam em questão a existência da cidade” (CORBIN, 1987, p. 43).

Seria em torno do olfato (leia-se aqui: emanções pútridas, miasmas malcheirosos) que muitas concepções sobre moléstias seriam formuladas. Desde meados do século XVIII, com a aglomeração das cidades, o surgimento das indústrias, o contato intenso entre pessoas, começou-se a elaboração de teorias a orientar os comportamentos sociais coletivos (MASTROMAURO, 2011, p. 3). Os miasmas poderiam estar presentes em diversos espaços, desde multidões, a excrementos humanos e animais, pântanos, habitações mal construídas, cemitérios nos meios urbanos, pessoas doentes, hospitais, solo úmido, curtumes de couro, o ar parado das igrejas (quase sempre fechadas), e etc. Neste sentido, a teoria miasmática intentava limpar o meio urbano, desinfetando-o, praticando “uma higiene ‘desodorizante’ que tenta proteger o ar das emanções e fedores provenientes das coisas” (MASTROMAURO, 2011, p. 3).

Qualquer um dos espaços que fossem considerados insalubres (por autoridades médicas) careceriam de uma intervenção com vistas à alteração de sua condição (MASTROMAURO, 2011). Tendo feito tais considerações é possível entender a centralidade que a salubridade alcançou, pois ela deve ser considerada como a base material capaz de assegurar as melhores condições de existência humana, permitindo que os indivíduos gozem da melhor saúde possível (FOUCAULT, 2009, p. 55). Sempre que um determinado ambiente, alimento, e/ou prática fosse apontado como insalubre, a intervenção por parte de autoridades (neste caso administrativas locais) deveria se fazer presente.

As câmaras, neste caso, e embasadas pela legislação de 1º de outubro de 1828, seriam as responsáveis pela observância da salubridade nas cidades e vilas, bem como sobre os meios pelos quais

se evitariam situações causadoras de insalubridade e imundície. Às municipalidades caberia a resolução das demandas e questões de saúde pública bem como salubridade. É interessante voltar o olhar para alguns debates ocorridos na Câmara dos Deputados, quando da discussão do projeto de lei das câmaras, a fim de acompanhar como a temática da saúde ali apareceu.

Em sessão de 20 de junho de 1828, em relação à discussão da *polícia* que cabiam as câmaras exercer,¹²² o deputado José Lino Coutinho argumentaria, em tom crítico: “Como é que as câmaras podem entender, por exemplo, da polícia médica? Elas podem entender alguma coisa disso?” (ANAIS da Câmara, sessão de 20 de junho de 1828). Coutinho defenderia a existência de uma polícia específica das câmaras, que dizia respeito à limpeza de ruas, o cuidado em se evitar pântanos etc.

Nessas discussões o que estava em pauta eram as competências camarárias, e dentre as variadas matérias presentes na legislação de 1º de outubro de 1828, o deputado Lino Coutinho (além de atuar na esfera política era também médico) entendia que as obrigações das vereanças não passavam pelo conhecimento médico. Ele argumentaria então: “[...] não posso de maneira nenhuma convir que os vereadores das câmaras sejam em geral encarregados de toda a polícia médica, por isso que eles nada entendem de medicina [...]” (ANAIS da Câmara, sessão de 20 de junho de 1828).

Tais discussões giravam em torno das obrigações das corporações municipais, e neste sentido, muitos deputados entendiam que as câmaras eram constituídas por homens da terra, ligados a seus negócios, e sem formação acadêmica (a maioria) que lhes imputasse autoridade para discutir certas temáticas (FERREIRA, 2018). Lino Coutinho ofereceu um Plano Geral de Saúde para apreciação da comissão de saúde pública da Câmara dos Deputados em 9 de maio de 1828, em que dizia tratar sobre a situação dos expostos, da saúde em geral, das inumações, salubridade etc.

No entanto, a comissão não havia dado nenhum parecer, e em 5 de junho de 1830, Coutinho lembraria que seu plano discorria sobre o tratamento dos males que afligiam as populações do vasto Império do Brasil. O deputado diria:

Nós temos visto como estão as ruas das cidades do Brasil, aonde não há limpeza nenhuma, o que me faz dizer, que o país do Brasil é o país mais sadio que há, porque há vista de imundícies que há nas ruas, não sei como tudo não morre de peste [...] (ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 5 de junho de 1830).

¹²² Ao longo das discussões em torno do projeto de lei das câmaras municipais ocorridas na Câmara dos Deputados, houve muitos debates sobre as competências das municipalidades (afinal, tratava-se de pensar em seu rearranjo num contexto liberal e constitucional), e neste sentido, a quais polícias deveriam exercer. Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de junho de 1828.

De todo modo, pelo formato final da lei, as municipalidades teriam como encargos as deliberações para promover os melhores meios de saúde para os povos. Elas voltavam a ter ingerência sobre os negócios relativos à saúde (ainda que pudessem contar com os facultativos), no âmbito das administrações locais eram elas as responsáveis por tal objeto. Tal ponto estaria claro a partir da confecção de suas posturas. Nas posturas as municipalidades expressariam todo o ordenamento e normatização que se buscava, tanto em relação ao meio social como ao urbano, afinal: “Meter em polícia uma Nação é o mesmo que civiliza-la e urbaniza-la” (Grande Dicionário Portuguez: Thesouro da Língua Portugueza Frei Domingos Vieira).

Se como pontuado por Frei Vieira, a “civilização” e *politesse* de uma nação passavam pela necessidade de “metê-la em polícia”, as câmaras e suas posturas (SOUZA, 2002, p. 2), eram as responsáveis por uma normatização que se intentava estabelecer sobre a população e o território. A matéria de saúde pública ganharia um título próprio nas posturas da câmara da capital de Minas Gerais – Ouro Preto. Pelas posturas da câmara municipal de Ouro Preto publicada em 1º de fevereiro de 1830, a saúde pública constava no título terceiro, compreendendo os artigos 61 a 98 (APM: CMOP: posturas de 1830).

Em seu título eram pontuadas as duas dimensões relativas à saúde pública: as questões de salubridade (temáticas muito variadas), e as obrigações dos médicos ligados ao trabalho municipal. Os primeiros capítulos versariam sobre a necessidade de construção de cemitérios fora dos meios urbanos. Em relação à tal temática, muito cara às autoridades imperiais (REIS, 2009), e compreendendo um objeto que discorria sobre a salubridade (do ar), a vereança ouro pretana decidiria:

Art. 61. Nesta Cidade o Cemitério geral será no Morro do Matoco, e do 1º de Junho do corrente anno de 1830 em diante não será feito enterramento algum em outro lugar. Multa de 30\$ rs., e prizão de oito dias na primeira contravenção: na segunda multa de 45\$ rs., e prizão de vinte dias: e na terceira multa de 60\$ rs., e prizão de trinta dias;

Art. 62. A Câmara designara quanto antes os Cemitérios das Freguezias, e Capellas de fora desta Cidade, e assignara prazos razoáveis, passados os quaes não seja permitido o enterramento senão nos Cemitérios, sob pena do Artigo antecedente (APM: CMOP).¹²³

Havia por parte dos poderes políticos instituídos na província de Minas Gerais certa urgência na construção de tais estabelecimentos, pois como aponta a fala de Manuel Ignácio de Mello e Souza, conselheiro do Conselho Geral em sessão de 1830:

¹²³ Op. cit., APM, Câmara Municipal de Ouro Preto...

Quanto é indecente revolver-se á terras muitas vezes fétida dentro dos templos dedicados ao Culto Divino [...], [uma vez que] já se conhece os males que se originam do ar metífico exalado nos Templos fechados em grande parte do dia e toda a noite abertos ao ato de entrada das pessoas. (FERREIRA, 2018, p. 117)

Falas como a de Mello e Souza seriam comuns ao longo das décadas de 30/40, como a de Francisco José de Souza Andreia, proferida em 1844 em uma sessão da Assembleia Legislativa Provincial:

... é contra a decência que os Templos sejam depósitos de cadáveres, é repugnante entrar em uma Igreja para fazer oração ou cumprir outros deveres da nossa religião, e ter de sofrer os efeitos da podridão, ou de sair dali para não se expor á um contágio (FERREIRA, 2018, p. 117).

Os sepultamentos no interior das cidades e vilas eram, portanto, condenado pelas autoridades médicas, e as municipalidades absorveram tais determinações, onde se prezava pela construção de cemitérios em meios afastados dos urbanos.

Neste sentido, o artigo 65 pontuaria:

Os cemitérios serão duzentos pés, quando menos, distantes das Povoações, tão espaçozos que não haja necessidade de abrir as sepulturas sem a total consumição dos corpos, expostos aos ventos principalmente Norte e Leste e, em lugar seco, tapado e com arvores de espaço á espaço em roda (APM: CMOP).

Dentre as proibições normatizadoras a câmara de Ouro Preto trataria:

Art. 70. Hè prohibido estabelecer-se nas Povoações cortumes de couros, ou qualquer outra manufatura que possa prejudicar a saúde pública; Os Fiscaes advertirão os donos, ou diretores, e feitores destas manufaturas para as retirarem das Povoações, e não sendo atendida a advertência pagarão os contraventores 23rs. de multa, e o dobro nas reincidências (APM: CMOP).

As condições das águas também seriam alvo de preocupação, cabendo aos fiscais fazer uma vigilância com o fim de se evitar a “estagnação de agoas infectadas”. Os fiscais deveriam, portanto, providenciar para que as águas seguissem seu curso. As câmaras seriam os espaços onde se tirariam dúvidas a respeito das situações em que as manufaturas ou estagnações das águas pudessem prejudicar a saúde pública. Finalizando os objetos referentes à dimensão salubridade/insalubridade, estariam os matadouros. Sendo este também um espaço de interesse da saúde, o artigo 74 pontuaria:

Art. 74. Só nos matadouros públicos, ou nos particulares com licença se poderão matar e esquartejar rezes para serem cortadas e vendidas ao público; permittir-se-há aos donos dos gados conduzi-los, depois de esquartejados, e vende-los pelos preços

que quizerem, e onde bem lhes convier, com tanto que o fação em lugares patentes, em que se possa fiscalizar a limpeza e salubridade dos talhos, e da carne [...] (APM: CMOP)

Neste sentido, além das preocupações relativas à salubridade que deveria existir nos matadouros, um ponto igualmente central ligado ao consumo dessa carne, seria o descanso necessário dos gados a fim de se evitar prejuízo à saúde pública.¹²⁴ Para além dos objetos relacionados à salubridade, a outra dimensão tratada discorria sobre as pessoas que curavam e as boticas. As posturas da câmara de Ouro Preto pontuariam sobre os profissionais que curavam doentes:

Art. 90. Não será admittida a exercer a profissão de curar pessoa desconhecida, sem que apresente os seus Títulos à Câmara e della obtenha licença; prisão de quatro dias, e multa de 4\$ rs., e do dobro nas reincidências;

Art. 91. O facultativo do partido (havendo-o) he obrigado a curar os enfermos, que o chamarem as suas casas. O curativo dos pobres no Hospital, ou fora delle será gratuito (APM: CMOP).

Pelos presentes artigos era colocada a obrigação de que o médico, cirurgião ou agentes das artes de curar apresentassem seus títulos, cartas, ou documento que atestasse sua experiência. Era também lembrada a obrigação dos facultativos de curarem os enfermos do município.

O “Cholera Morbus” como tema dos debates institucionais na década de 1830.

Como apontado em linhas anteriores a elefantíase não seria a única doença a alertar as autoridades, pois outra também evocada era o cólera morbos. Segundo Mariana Mayor o cólera:

[...] desde o início do século XIX arrasava populações indianas, africanas, europeias e asiáticas, sendo considerada a primeira pandemia (rigorosamente, uma epidemia generalizada) do mundo moderno, após chegar via navios ingleses à América. Causada por uma bactéria infecciosa que atinge o intestino delgado, a cólera era transmitida principalmente pelo consumo de água e alimentos contaminados. A doença alastrava-se com a mesma velocidade dos navios à vapor e o transporte ferroviário, aproveitando-se das péssimas condições dos centros urbanos oitocentistas (MAYOR, 2020, p. 37).

¹²⁴ Sobre tal questão o artigo 80 e 81 colocaria: “Art. 80. O gado não será morto sem que tenham passado 24 horas depois que tiver chegado aos Matadouros; os curraes terão coches com agoa limpa para o gado beber [...]; Art. 81. Os curraes, e matadouros se conservarão limpos quanto for possível, tendo especial cuidado o Carniceiro em não amontoar os despojos das rezes mortas de huns dias para outros”. Ver: artigos 80 e 81.

O temor pelo cólera, assim, não ficara restrito aos debates provinciais e/ou locais, mas também emergia de órgãos centrais, tais como a Assembleia Geral Legislativa. Tal fato é evidenciado pela fala do deputado Andrada e Silva na sessão de 6 de setembro de 1831, quando se referiu aos:

[...] terríveis estragos que ia produzindo a cholera-morbus, o qual tendo principiado na Ásia passara a Rússia, e dali para a Polônia, donde tinha progredido a devastar diferentes países do norte da Europa, achando ultimamente em Hamburgo, do qual porto se receava que se comunicasse à Inglaterra em razão de muito comércio que havia entre os dois países, apesar das precauções tomadas para prevenir o contágio, disse: que por este motivo sendo sabida a continuada correspondência em que estávamos também com a Grã-Bretanha e portos do norte da Europa, oferecia uma indicação para que se encarrega-se à Comissão de Saúde Pública o apresentar um plano para prevenir a entrada de semelhante flagelo (ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 6 de setembro de 1831).

O referido deputado mostrava assim, um conhecimento no que concerne o avanço do cólera por outros continentes. O medo àquela altura era de que a doença chegasse ao Brasil, e neste sentido era forçoso pensar em termos de se evitar tal cenário. Com a preocupação das autoridades legislativas do Império aumentando sobre o assunto, maiores interlocuções seriam consolidadas junto a espaços outros, como a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Em sessão de 5 de junho de 1832, cerca de nove meses depois do relato de Andrada e Silva, a temática do cólera retornara como objeto digno de atenção.

O deputado Ribeiro de Andrada propôs um requerimento em que se dirigissem à Sociedade de Medicina solicitando esclarecimentos e informações sobre a natureza do cólera, se era contagiosa ou não, bem como sobre os meios que se deveria empregar para “impedir a introdução ou comunicação de semelhante mal em todos os portos do Império” (ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 11 de agosto de 1832). Deputados como o sr. Resende discorriam sobre a necessidade de vigilância sobre as embarcações que entravam nos portos, ao que o ministro do Império rebateria argumentando que:

[...] ainda que se empregassem as cautelas sanitárias, que se reduziam a conservar os barcos em quarentena até 40 dias, cautelas, que aliás pareciam desnecessárias, porque muitos médicos entendem que esse mal é epidêmico, e não contagioso, não se obteriam os resultados que se tinha em vista, porque passada a quarentena, os navios descarregam na alfandega os objetos de lã, seda etc., que podendo conter miasmas contagiosos, comunicariam o mal do mesmo modo que se não fossem empregadas estas cautelas (ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 5 de junho de 1832).

Neste sentido, fora instituído um estreito diálogo com a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, e em sessão de 11 de agosto de 1832 a comissão de saúde pública da Assembleia Geral examinando o parecer da dita Sociedade sobre os “estragos” causados pelo cólera morbos, e entendendo a utilidade das informações ali contidas, mandou que imprimisse “com brevidade e envie gratuitamente um grande número de exemplares a todas as câmaras municipais do Império [...]” (ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 11 de agosto de 1832).

O autor que assinou o parecer remetido à Assembleia Geral foi Antonio Ferreira França, que tivera experiência como professor em Higiene Pública, tendo também uma formação em matemática. Em suas palavras, lia-se:

A cólera me parece doença flogística e assim a medicação deve ser antiflogística e nela se deve preservar enquanto a doença não tomar outra natureza. E como se evidenciará esta oportunamente? E de que excitantes se deverá usar então? Pertence ao médico, que deverá estar chamado desde o insulto.

Que conselho, pois se deve dar ao povo sem médico? Refrigerar, aquecer interna e externamente ao prazer do doente. Antônio Ferreira França (ANAIS, da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1832)

O ministro do Império Antônio Pinto Chichorro em seu relatório de 1833 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834, na parte relativa à saúde pública,¹²⁵ além de tocar na seriedade com a qual o cólera deveria ser encarado, defenderia também a Sociedade de Medicina da Corte. Neste sentido, o ministro apontaria:

Esta corporação, senhores, pode ser de summa utilidade, concorrendo para o progresso, e aperfeiçoamento da Sciencia Medica, propondo medidas sanitárias; e lembrando às Authoridades o que convem praticar para destruir as causas das moléstias, e evitar o contagio das que possuem essa qualidade: e com efeito ella se tem ate agora prestado com louvável zelo, e promptidão, para que da sua existência se tire aquella utilidade: ao seu Patriotismo se devem alguns escriptos a respeito do Cholera-Morbus [...] (*Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834 por Antônio Pinto Chichorro da Gama*, p. 17).

¹²⁵ Dentre os vários objetos tratados pelo ministro, no concernente à saúde pública seriam abordados: a necessidade de um número maior de facultativos, boticários, e medicamentos para os enfermos dos municípios brasileiros; a necessidade de que houvesse a remoção de cemitérios para fora das povoações, em respeito à salubridade pública; a construção de canais que viessem a por fim em lagos e pântanos “[...] conciliando assim a salubridade, e afformoseamento do lugar, com a commodidade dos habitantes”; propagação da vacina etc. Ver: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834 por Antônio Pinto Chichorro da Gama*. Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional. In: https://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1833_00001.pdf

As autoridades imperiais, portanto, tendiam a reforçar o caráter da Sociedade de Medicina como instância responsável por pensar em metodologias que levariam à resolução dos problemas colocados pelo cólera. E como essa doença e seu alastramento era temido pelas esferas do governo, é válido apontar algumas considerações feitas pela comissão médica da Academia Real de Ciências de Lisboa, datada de 1833, o que denota que o grupo médico português também esteve atento à tal matéria.

Redigida por Joaquim Xavier da Silva, Ignácio Antônio da Fonseca Benevides, Wanceslao Aselmo Soares, e Francisco Elias Rodrigues da Silveira (*Ensaio acerca do que há de mais essencial sobre a cholera-morbus epidêmica, redigido pela comissão médica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa em 1833), a obra pontuava desde suas primeiras linhas a falta de conhecimento sobre a origem da doença, pois:

se por ventura bem a conhecêssemos, teríamos a vantagem de podermos formar hum plano mais racionável sobre os seus meios preservativos e therapeuticos: e qual não seria então o trinfo da humanidade, quando apparecesse para a Cholera-morbus outro Jenner como para as bexigas? (*Ensaio acerca do que há de mais essencial sobre a cholera-morbus epidêmica, redigido pela comissão médica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Na Typografia da mesma Real Academia, 1833).

De todo modo, os autores preconizariam um alinhamento com as precauções de higiene e salubridade, afinal:

Os elementos mórbidos que constituem a *Cholera morbus*, conhecidos pelos seus efeitos, são a superabundância de secreção, a congestão sanguínea e a desordem excitativa da enervação, por tanto toda a Hygiene preservativa da Cholera se reduz:

- 1º. Evitar quanto seja capaz de estimular direta ou indiretamente com mais força o canal intestinal e o estomago, e chamar para aí fluxões;
- 2º. Desviar todo o gênero de excitação, que possa exasperar a sensibilidade, ou super ativar a enervação;
- 3º. Evitar a plethora, para que não haja perturbação nas funções dos órgãos, e se não formem congestões em algumas vísceras (*Ensaio acerca do que há de mais essencial sobre a cholera-morbus epidêmica, redigido pela comissão médica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Na Typografia da mesma Real Academia, 1833).

O ensaio alertava à população de que evitassem o medo e pânico, pois eles eram:

[...] os maiores predisponentes e determinativos da Cholera, pela grande irritação que produzem no cérebro, no coração, intestinos, e vias urinárias, e por isso se tem observado sempre que quando a enfermidade se aproxima maior número de vítimas são sacrificadas ao seu furor: convém por isso procurar distrações, temella o menos possível, e encara-la sem receio, e com tranquilidade de ânimo; pois a tranquilidade de espírito, os bons costumes, a regularidade da vida, e das paixões moderadas, e o

desvio perfeito das que são excessivas, e juntamente o regime dietético prescrito são os melhores, e os mais seguros preservativos da Cholera: por este motivo nos Collegios, nos conventos, nos seminários &c., aonde há vida bem ordenada, regular, socegada, occupada, e sóbria, são raros os casos de Cholera (*Ensaio acerca do que há de mais essencial sobre a cholera-morbus epidêmica, redigido pela comissão médica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Na Typografia da mesma Real Academia, 1833).

A higiene seria então um importante postulado a ganhar importância gradativa no século XIX (MANTOVANI, & MARQUES, 2020, p. 337-354). Tendo em vista o fenômeno ocorrido na Europa – o estabelecimento de uma nova forma governativa, ou o governo dos homens, designado como *polícia* –, o conjunto de súditos não mais seria observado apenas em seu aspecto jurídico-político, mas também em sua dimensão biológica. Neste sentido, a higiene se tornaria um assunto político e estratégico (MANTOVANI, & MARQUES, 2020, p. 340), no que respeita especificamente à conservação e, sobretudo, *aumento da população*. Entendo, portanto, que a higiene enquanto saber a ser gerido socialmente se estabeleceu a partir do processo de *governamentalização*, isto é, da gestão dos povos entendidas como espécie biológica.

Como colocado por Rafael Montovani e Maria Cristina da Costa Marques a higiene pública se colocaria – considerando o cuidado “de si” como um fator determinante para o Estado, e, portanto, como uma tecnologia diretamente ligada ao “aumento da população” – como uma racionalidade que impunha limpeza entre os séculos XVIII e XIX (MANTOVANI, & MARQUES, 2020, p. 350). Seguindo essa linha de raciocínio e em consonância a ela, o ensaio da Academia Real de Ciências de Lisboa (1833) assinalava a centralidade da higiene quer seja a particular, e/ou geral para “se conseguir a salubridade da atmospherá” (*Ensaio acerca do que há de mais essencial....*). Neste sentido, era apregoada que se procurasse:

[...] com todo esmero a limpeza das ruas, das praças e dos lugares aonde se ajuntam imundícies, removendo-as para sítios donde sejam lançadas ao mar, ou para longe das habitações, para ahi serem arejadas, praticando-se com ellas, durante este trabalho, a applicação dos meios desinfectantes (*Ensaio acerca do que há de mais essencial sobre a cholera-morbus epidêmica, redigido pela comissão médica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Na Typografia da mesma Real Academia, 1833).

Embora não fosse muito clara, à época, as causas de tal doença, e existissem mais especulações e hipóteses do que certezas, a comissão médica da Academia de Lisboa apostava em ambientes limpos, e no combate ao acúmulo de imundícies. Como verificado, o cólera emergira como tema de algumas reuniões da Assembleia Geral, se configurando como um objeto de significativa importância, ou neste

caso o seu combate. Para além do cólera, os deputados também estavam atentos a outras possíveis epidemias emergentes, como expressado pelas palavras da Comissão de Saúde Pública da Assembleia:

O flagelo do cholera morbus que tem vagado pela Europa e norte da América mereceu a atenção do governo, que tem dado todas as providências para vedar, se possível for, a sua entrada em nosso território, e procurando instruir os povos, de que no caso de invasão devem praticar: publicando pela imprensa, e distribuindo pelas municipalidades a memória a este respeito escrita pela sociedade de medicina desta corte, que com louvável patriotismo muito se tem dado aos interesses nacionais. O governo foi instruído de ter aparecido no Chile uma epidemia não menos perniciosa, que aquela; e na falta de informações sobre a natureza, e tratamento da enfermidade, limitou-se a recomendar a execução das medidas policiais de cautela para obstar à sua comunicação (ANAIIS, da Câmara dos Deputados. Sessão de 8 de maio de 1833).

A epidemia do cólera não seria debatida apenas nas instâncias centrais, tendo aparecido nas discussões à nível municipal/provincial. Neste sentido, o Conselho Geral da Província de Minas Gerais notificaria à câmara de Ouro Preto para que seguisse o parecer da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, na parte relativa ao cólera, apontando:

Constando por documentos oficiais que o cholera morbus tendo passado o grande oceano, se acha nas América setentrional, produzindo os mesmos estragos que desde 1822 começou a desenvolver na Ásia, donde se passou para a Europa, ficando por este fato destruídas uma das maiores esperanças que haviam para se não recear a chegada de tal flagelo ao Brazil, e convindo adotarem-se medidas que o previnam, *o Conselho Geral desta província, a quem compre zelar enquanto estiver a seu alcance a conservação da saúde dos povos que representa*, reconhecendo que a vulgarização do parecer da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sobre tão desoladora enfermidade, é uma das principais e indispensáveis cautelas que desde já convém que sejam postas em prática e que o Semanário da Saúde Pública escrito pela Sociedade contem as reflexões dos melhores facultativos, assim do velho, como do novo mundo sobre o seu curativo em diferentes climas, idades e tempos, resolveu que se recomendasse a todas as câmaras municipais que julgando-o o dito parecer, e assinem para igual fim o Semanário na certeza de que pelo mesmo Conselho ser-lhes-á abonada a necessária despesa (APM: CMOP: sessão de 24 de janeiro de 1833). [grifo meu]

As autoridades provinciais, não muito distantes da central, igualmente se preocupavam com o avanço da epidemia de cólera, e o Conselho Geral se colocando enquanto um órgão mantenedor da saúde das populações buscava traçar as melhores metodologias a serem seguidas. Neste caso, e reiterando pontos anteriores, a defesa era de que as municipalidades se familiarizassem com os pareceres publicados pela Sociedade de Medicina.

Conclusões

A polícia médica que cabia às câmaras executar, e que versava sobre muitos e variados objetos – desde as doenças que afetavam o corpo e seu trato, às matérias próprias do eixo salubridade/higiene – na verdade só pôde ser exercida (ainda que com deficiências) pela estrutura médica, os médicos de partido e/ou facultativos ligados à essas instâncias. No quesito, por exemplo, das informações devidas (relatórios, esclarecimentos sobre o avanço de determinadas doenças) à presidência da província em matéria de saúde pública – seja falando sobre a situação da vacinação, se ela era efetiva ou não, das condições de salubridade, das doenças reinantes no município etc. – elas só tinham condições de ser consolidadas e enviadas a partir dos pareceres médicos. Evidentemente, tal movimento não fora fortuito, afinal, eram os médicos ou os agentes das artes de curar vinculados ao serviço camarário os que por suas competências trabalhavam diretamente com essas matérias.

As vereanças, em grande parte do tempo apareciam como instituições intermediárias entre os pareceres vindos dos facultativos e a instância provincial. De todo modo, era às câmaras que se dirigia quando se buscavam saber sobre as condições sanitárias ou sobre o “progresso” da vacinação nas localidades, afinal, era sua a responsabilidade sobre a deliberação dos meios de promoção da saúde pública.¹²⁶

Por outro lado, toda e qualquer prática em matéria de saúde era assinada na prática cotidiana pelos facultativos, pelos homens formados e/ou forjados no saber médico/cirúrgico, que alinhados aos quadros institucionais camarários teriam maiores condições de apontar a realidade social.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Pensando a cidade no Brasil do passado**. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 38.

ANDRADE, Pablo de Oliveira. **A “legítima representante”: Câmaras Municipais, Oligarquias e a institucionalização do Império Liberal Brasileiro (Mariana, 1822-1836)**. Dissertação de Mestrado. UFOP. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

CABRAL, Dilma. **Lepra, morfêia ou elefantíase dos gregos: a singularização de uma doença na primeira metade do século XIX**. *História Unisinos* 10(1): 35-44, Janeiro/Abril, Rio de Janeiro, 2006, p. 36.

¹²⁶ Ver: op. cit., LEI DE 1º DE Outubro de 1828....

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERNANDES, Renata Silva. **As províncias do Império e o “Governo por Conselhos”: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834)**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

_____. **O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de província nos debates parlamentares (1823/1834)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de fora, 2014, p. 12.

FERNANDES, Tania Maria. **Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. 10 (suplemento 2), 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827/43)**. Análise, História, ciência, saúde-Manguinhos 6 (2). Out. 1999.

FERREIRA, Pâmela Campos. **A Polícia Médica como atribuição das câmaras municipais: instituições, agentes, relações de poder e jurisdições de saúde em Minas Gerais (1770/1850)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2023.

_____. **Pela “Conservação dos homens” e “decência dos santuários”: os debates políticos sobre a construção dos cemitérios extramuros em Minas Gerais (1800/1858)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Biblioteca de filosofia e história das ciências. Editora: Graal, 2009.

FRANCO, Sebastião Pimentel; MOTA, André; PIMENTA, Tânia Salgado (orgs.). **No rastro das províncias. As epidemias no Brasil oitocentista**. EDUFES Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **O cenário nosológico de Goiás no século XIX**. In: Varia História, Belo Horizonte, vol. 21, nº. 34: p. 456-473, Julho de 2005, p. 469.

MANTOVANI, Rafael. **A administração paulistana de saúde pública na primeira metade do século XIX**. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C; SCHRAIBER, Lília Blima (orgs.). Educação, medicina e saúde: tendências historiográficas e dimensões interdisciplinares. UFABC, Santo André, São Paulo, 2018, pp. 309-344.

MANTOVANI, Rafael & MARQUES, Maria Cristina da Costa. **Higiene como prática individual e como instrumento de Estado**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, abr.-jun., 2020, p. 337-354.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 3.

MAYOR, Mariana. **Cholera-morbus ou O morto embargado: teatro e epidemia no Rio de Janeiro em meados do século XIX**. Rebento, São Paulo, n.º 12, pp. 33-55, jan.-jun. 2020, p. 37.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Teoria política e prática de governar: o delineamento do Estado imperial nas primeiras décadas do século XIX**. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho & JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. **A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-1845**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias**. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n.º 42, 2001, p. 365-395.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo. Ed. Companhia das letras, 2009.

SALES, Zeli Efigênia Santos de. **O Conselho Geral da Província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825/1835)**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação/UFMG, Belo Horizonte, fevereiro de 2005.

SCHIAVENATTO, Iara Lis. **Questões de Poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si**. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência do Brasil: novas dimensões*. RJ: Ed. FGV, 2006, capítulo 6, p. 214.

SILVA, Ana Rosa Coclet da. **De Comunidades a Nação: regionalização do poder, localismo e construções identitárias em Minas Gerais (1821/1831)**. *Almanack Braziliense*, n.º 2, nov. 2005, pp. 43-63.

SOUZA ARAÚJO, H. C. de. 1946. **História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500/1889)**. Vol. I, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Doutorado em História, 2002, p. 2.

SUBTIL, José. **Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo**. Biblioteca de História do Direito, coordenada por Ricardo Marcelo Fonseca, editora: Juruá, 2013.

O Golpe de Prigozhin

Prigozhin Affair

Lucas Rembold

Graduado em História

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

lucas.rembold@gmail.com

Recebido: 04/08/2023

Aprovado: 20/03/2025

Resumo: O texto tem dois eixos e objetivos principais. Primeira busca comparar a significância dos eventos de julho de 2023 com o golpe de Kornilov de 1917 e o significado simbólico do movimento militar dentro da Rússia, quase 100 exatos anos após a guerra civil ter acabado no país. O segundo eixo é a construção de um histórico dos PMCs (*Private Military Companys*, Empresas Militares Privadas) e como os eventos na Rússia podem influenciar a direção desse tipo de empresa no futuro. Para isso é exposto um pequeno histórico do surgimento dos PMCs e seu modelo de negócio no mundo até a criação do grupo Wagner 2014 e como o Wagner é uma inovação no uso de PMCs pelo estado nacional Russo. Para construir o eixo de comparação com Kornilov, e o movimento branco no geral, são analisados os poucos “fatos concretos” dos eventos de julho de 2023, usando os discursos de Putin e Prigozhin no período da rebelião.

Palavras-chave: Wagner; Golpe; Kornilov.

Abstract: The text has 2 major axes and objectives. First, it seeks to compare the significance of the events in July 2023 with the Kornilov Affair of 1917 and the symbolic significance of an armed military movement inside Russia almost exactly 100 years after the end of the civil war. The second axis is the construction of a history of PMCs and how the events inside Russia can influence the direction of this type of company in the future. To do this, it first creates a small history of the emergence of the PMCs and their business model until the creation of the Wagner Group in 2014, and how the use of the Wagner PMC is a new strategy by the Russian national state. To build the axis of comparison with the Kornilov and the White movement as a whole, the small concrete facts about the events of July 2023 are analyzed using the speeches of Putin and Prighozin during the period of the rebellion.

KeyWords: Wagner; Coup; Kornilov.

Paralelos de 1917

No dia 23 de julho de 2023 a Rússia sofreu um dos maiores choques de toda sua história. Forças do PMC Wagner se rebelaram contra o governo e partiram, armados, em direção à capital, com objetivos até agora não totalmente claros. Reagindo ao discurso de Yevgeni Prigozhin, chefe do Wagner, o presidente russo Vladimir Putin, além de prometer duras sanções aos rebeldes, também trouxe à tona um paralelo histórico que começará a ser comentado nos meios de comunicação russos, principalmente na rede social Telegram. Putin compara os eventos que estavam acontecendo com o grave ano de 1917 e a dissolução do exército imperial russo na primeira guerra mundial. Para entender a comparação de Putin será feita uma breve descrição dos eventos a qual ele se refere. Um dos grandes episódios que marca o início da guerra civil Russa é o chamado “Kornilov Affair” um golpe abortado, golpe que até hoje tem seus objetivos não exatamente conhecidos, feito pelo general Kornilov contra o governo provisório. O governo provisório sobrevive, porém, é atacado por seus ditos aliados, os bolcheviques, que tomam o país e instauram o governo que viria a se tornar a União Soviética. Abrindo os paralelos entre os discursos Kornilov e Prigozhin é possível notar que ambos apontam razões similares para suas manobras. Ambos se diziam insatisfeitos com o ministério da defesa de sua e com o andamento da guerra, além de acusar o governo civil de incapacidade de lidar com a corrupção e abastecer adequadamente os seus homens no front.

Os objetivos de Kornilov não são claros até hoje para os historiadores. Enquanto a explicação mais difundida é que Kornilov queria tomar o governo, como descrito por Jacques Marie “*[...] Kornilov, que lança suas tropas sobre Petrogrado em 25 de agosto e acusa “o governo provisório de agir sob a pressão da maioria bolchevique dos soviets em total acordo com os planos do estado-maior alemão. Ele jura convocar a Assembleia Constituinte “por meio da vitória contra o inimigo”* (Jacques-Marie, 2017 p 28). Porém há historiadores que defendem que seus objetivos eram muito mais pontuais, segundo Asher (Asher, 1970, p 295) houve um desentendimento entre Kornilov e Kerensky. O desentendimento teria começado por uma falha de comunicação feita por um dos ministros de Kerensky (V. N, Lvov). A comunicação confusa de Lvov teria feito Kornilov acreditar que estava indo a ajuda de Kerensky e que, se tivesse de tomar o poder, contaria com o apoio de Kerensky e seu gabinete. Ao avançar sobre Petrogrado, Kornilov teria sido surpreendido pela resposta de Kerensky, e acreditou que ele teria sido sequestrado pelos bolcheviques. Kerensky, por paranoia política, acabou armando os bolcheviques para deter as tropas de Kornilov, acreditando que a intenção do movimento era derrubá-lo. Apesar das divergências sobre as razões e movimentações políticas do golpe é inegável para ambos os autores que a disputa entre

Kornilov e as forças civis foi, principalmente, causada pelas divergências entre Kerensky e Kornilov sobre como a guerra deveria ser conduzida. Além disso, a falta de comunicação entre o comando do exército e Kerensky, é fatal ao governo provisório.

Voltando ao presente Prigozhin, em seu discurso, afirma que o ministro da defesa e a classe política são os principais culpados pelas baixas do exército nacional, e da PMC Wagner, e que os oligarcas irresponsavelmente guiam a guerra para gerar lucros, não se preocupando com as verdadeiras aspirações nacionais dos russos no Donbass. O discurso e os movimentos de Kornilov e Prigozhin são bastante semelhantes. Ambos fazem seu avanço para a capital com um sentimento de que “o governo civil está deslocado das realidades do front, que os políticos que conduzem a guerra não sabem como vencer”. Apesar de não mencionar diretamente Putin Prigozhin ataca diretamente a oligarquia ligada ao governo, e mais diretamente o ministro da defesa, que é a figura que engloba tudo que há de errado no exército. Ataca também a falta de ação do governo quanto às falhas do exército e sua corrupção.

Em 1917 o golpe de Kornilov é derrotado em Petrogrado, e o general é mandado para uma prisão no território da presente Bielorrússia (ironicamente onde Prigozhin se instalou com o grupo Wagner após seu movimento). Após a queda de Kerensky, Kornilov vai até Rostov no Don para fundar um exército e começar suas operações contra o governo soviético. Prigozhin começa sua rebelião com passos parecidos com os de Kornilov. Após tecer várias críticas ao alto comando russo e a conduta da guerra é indiciado pela justiça russa por “propaganda antipatriótica” e, segundo ele, logo após o indiciamento suas tropas são atingidas por artilharia leal ao ministério da defesa. Prigozhin parte então para Rostov no Don e toma o centro militar do exército do sul. Horas depois de negociações falhas com um enviado do governo, ele parte em direção à capital. Apesar da competição entre Prigozhin e o ministro da defesa Shoigu ser conhecida internacionalmente, já que Prigozhin não poupa esforços em espalhar nas mídias sociais seu descontentamento, suas aspirações políticas, se existiram, são desconhecidas. O discurso de Prigozhin não é direcionado ativamente contra o presidente Putin, porém, o presidente claramente o percebe como ameaça, afinal é Putin que traça o paralelo com 1917.

Tanto Kornilov e Prigozhin podem ser caracterizados por liderança “personalista” e carisma pessoal, esse tipo de liderança personalista e carismática é também uma marca da guerra civil russa, Sanborn (Sanborn, 2010) argumenta que tal liderança de chefes militares carismáticos é uma das grandes marcas da dissolução do poder central do estado e instituições, e um dos grandes fatores que influência o resultado de guerras civis. É interessante analisar que Putin sege uma linha de raciocínio

parecida, fazendo referência aos desastrosos motins de 1917, ele ameaça uma grande repressão aos amotinados, ao mesmo tempo que suplica que eles abaijem suas armas para evitar uma guerra civil. Em 1917 Kornilov, nos meses pré-guerra civil, teve uma grande influência política no país e era extremamente popular com as tropas e com grupos civis pró guerra, principalmente entre o oficialato descontente com a direção do governo.. Prigozhin com seus esforços de propaganda do seu PMC se torna uma figura militar extremamente popular na Rússia, principalmente após a campanha de Bakhmut, basta ver os diversos vídeos que saem de Rostov no Don, onde civis vão até as tropas de Wagner demonstrar apoio a seu movimento ao que foi chamado de “Marcha da Justiça”. Até entre as tropas do governo não houve resistência a Prigozhin, quando se tomou a cidade de Rostov e não houve nenhum movimento das formações do governo na cidade para destruir a rebelião.

Os PMCs

Antes de se falar do “Golpe de Prigozhin” é importante ressaltar o que é uma PMC, e de onde surgiu o Grupo Wagner. Forças Militares Privadas, conhecidas como PMCs, são um novo fenômeno nos campos de batalha modernos. Apesar do mercenarismo não ser um fenômeno novo na história humana, se acreditava que com a criação dos exércitos nacionais, no decorrer do século XVIII, os mercenários estariam destinados à extinção.

Porém no novo contexto internacional após o fim da segunda guerra mundial o mercenarismo foi reinventado na sigla PMC. As PMCs, (do inglês Private Military Companies), são empresas privadas que prestam serviços militares a outras corporações e a governos. Os PMCs ganharam força principalmente no continente africano durante as guerras de descolonização. Eram até então principalmente contratados por governos de países instáveis, ameaçados por inimigos internos, e empresas de extração de recursos que operam em tais países, e que precisam proteger suas operações da instabilidade política de onde operam. O primeiro membro de um PMC que alcançou a fama internacional é o alemão Siegfried Müller, conhecido como “*Kongo Müller*” ou “assassino sorridente”. A trajetória de Müller começa na segunda guerra mundial, lutando pela Alemanha nazista, e terminou na guerra civil do Congo, chegando lá por meio de um contrato feito pelo líder africano Moise Tshombe. Müller ganhou fama internacional por suas fotos no continente africano, sempre exibindo sua cruz de ferro em seu uniforme. Virou infame após ser entrevistado por uma equipe de TV da Alemanha Socialista, ao beber demais durante a entrevista acaba se gabando das atrocidades que realizou no continente.

Até então as PMCs eram um fenômeno presente apenas em países subdesenvolvidos, criadas por aventureiros ex-oficiais de exércitos europeus que vendiam seu braço armado e conhecimento militar para nações, ou movimentos de aspiração nacional, de maneira pontual e individual e sem uma grande estrutura de mercado em suas operações. Na guerra fria as PMCs operam também a serviço dos países ocidentais, porém ainda em operações de baixa escala. (Brayton, 2002). Porém com a invasão do Iraque em 2003 as PMCs atingem um novo patamar, para diminuir os custos de ocupação e uma possível pressão popular anti guerra o exército norte americano contrata as PMCs para assumir algumas de suas operações, principalmente logística e “anti-terrorismo”. A inclusão dos PMCs cria um ambiente favorável a operação americana, já que minimiza as baixas do exército nacional e por consequência não afeta a imagem da administração, já que os funcionários terceirizados não fazem parte das estatísticas oficiais como descrito em Marten (Marten 2019. p. 181-204) que comenta sobre o crescimento de tais grupos nas últimas décadas, o autor argumenta que a privatização da segurança, avançada pelos Estados Unidos em suas operações no Iraque e Afeganistão, abriu as portas para essa “privatização da guerra” e deram um grande poder para os PMCS, que agora operam em escala nunca antes vistas.

A partir de então as PMCs ganham um novo papel sendo empregadas pelas grandes potências e uma nova onda de atuação se abre para seus membros agora podendo ser empregadas não só pontualmente, mas virando um modelo de negócios multinacional, bilionário e, principalmente, de projeção de interesses no exterior. Apesar de haver suspeitas do emprego de tais organizações pelos Estados Unidos durante a guerra da Bósnia, e outros conflitos, o potencial de uso de uma PMC por uma potência ainda não havia sido tão escancarado como no Iraque (Marten 2019 181-204), que segundo uma pesquisa do Washington Post contava com mais de 100 mil funcionários de PMCs atuando no país, tais empresas também ainda não haviam sido usadas em coordenação com o exército nacional, do seu país de origem, como mencionado em Karli (Karli 2009. p. 93–99).

O Wagner Group

No novo contexto dos PMCs surge o Wagner Group, em meados de 2014, fundado por Yevgeny Prigozhin. Sua história de fundação é nebulosa, assim como qualquer PMC, porém ela ganha significado internacional já em seu primeiro ano. O grupo é majoritariamente formado por ex-membros das forças especiais russas, o GRU. Alguns grupos acusam Wagner de ser diretamente fundado a mando do próprio GRU, para empreender operações em favor do Kremlin fora do país, em vista a grande quantidade de ex-membros do GRU que formam as fileiras do grupo. Uma figura

importante nessa suposta relação com o GRU é Dmitry Utkin, um dos membros mais importantes do grupo, que fez parte do GRU antes de entrar no Wagner. Em 2014 o Wagner Group ganha reconhecimento pelo mundo ocidental quando participa da operação de tomada da Criméia e no início da crise ucraniana.

Tal operação é feita por homens vestindo uniformes militares sem a insígnia de qualquer país ou unidade militar, essa operação tem sucesso e a Rússia toma o território sem resistência e o fenômeno dos “homenzinhos verdes” (como foram chamadas as tropas sem nenhuma identificação que tomam o controle da Criméia) toma a mídia ocidental. Também em 2014, se estoura a guerra no Donbass, região separatista da Ucrânia que pretende se juntar a Rússia, e então os membros do Wagner Group são “contratados” pelas repúblicas separatistas, e a partir daí são reconhecidos internacionalmente como um braço do Kremlin. O Wagner Group é usado pelo Kremlin para combater em duas frentes, primeiro no Donbass servindo como instrutores para as tropas das repúblicas e é alistado para ajudar o governo de Bashar Al Assad na Síria. O grupo cresceu exponencialmente nesse período e o Kremlin inova ao usar uma PMC pela primeira vez para, escancaradamente, avançar sua política externa, em detrimento do propósito lucrativo empresarial. Em conjunto com forças aeroespaciais russas o Wagner se torna uma importante face da guerra civil na Síria (Faulkner, 2022) no caminho de garantir a vitória, de fato, do regime de Assad, inclusive o grupo cita batalhas específicas na Síria em seus vídeos musicais de propaganda. Em tempos recentes o grupo iniciou uma grande expansão no continente africano contando com contratos na República da África central e no Mali. Tal ofensiva do Wagner sobre a África também coincide com uma ofensiva diplomática russa na região. Essa relação do Kremlin com a Wagner é a mudança chave do paradigma nos mundos dos PMCs, antes sendo fenômenos pontuais e “deslocados” dos interesses do estado. O Kremlin inova ao usar o Wagner Group como um instrumento de avançar sua influência de estado, ao contrário dos PMCs ocidentais que são contratados por interesses privados, ou apenas para dar suporte ao exército nacional norte americano em áreas sob sua jurisdição militar. Apesar dos norte-americanos usarem as PMCs como um braço de apoio em certas operações, estas ainda contam com independência sobre seus contratos e buscam a lucratividade como objetivo principal, ao contrário do Wagner que parece sempre seguir alguma diretriz implícita de Moscou, ou no mínimo ter seus interesses coordenados com a política externa russa.

PMCs em conjunto com o exército nacional

Em 2022 o Wagner Group volta às primeiras páginas no ocidente quando é “semi-incorporado” ao exército Russo durante a nova escalada na crise da Ucrânia em que começa a guerra aberta entre os dois países. Yevgeny Prigozhin se torna uma figura de influência gigantesca dentro do país e o PMC ganha diversos privilégios do governo, como a permissão de permutar sentenças de prisioneiros em serviço militar com o grupo. Também começa uma grande campanha midiática, com músicas do grupo, panfletos outdoors e a construção de uma gigantesca sede na cidade de São Petersburgo junto a uma vasta campanha online entre os jovens russos..

O Wagner é uma grande inovador nesse cenário de propaganda, enquanto PMCs americanos como a Academi (antiga Blackwater) e a maior do planeta, se mantém o máximo possível na anonimidade o Wagner empreende uma grande ofensiva de marketing, tanto interna quanto para o ocidente, louvando seus combatentes e vitórias. O grupo expande massivamente a propaganda interna de recrutamento, inova principalmente na propaganda musical produzindo diversas músicas produzidas sobre o grupo, que se tornaram extremamente populares na internet e estações de rádios russas. O Wagner Group levou o modelo de negócio do PMCs a um rumo muito diferente de seus competidores estrangeiros, e parece estar funcionando vendo que Prigozhin estava anunciando cada vez mais contratações pelo grupo, que agora além de aceitar ex-militares passou a aceitar civis sem treinamento prévio.

Com sua propaganda do Wagner tenta exprimir as virtudes de uma vida mercenária e vender para os jovens como um estilo de vida de uma aventura brutal e gloriosa com uma grande quantidade de ação e camaradagem, os temas principais de suas músicas. O Wagner até mesmo se aventurou no mundo do cinema, com o lançamento do seu filme “os melhores no inferno”, que procura mostrar a proeza militar do grupo, sendo inspirado por uma batalha na Ucrânia.

Disputas internas no campo Russo e o medo de 1917

A relação entre o Kremlin e Prigozhin nem sempre é boa, durante a campanha da Bakhmut (ou Artemovsk para os russos) Prigozhin entra em diversos conflitos com o ministério da defesa russo, e o ministro Shoigu, por conta do suprimento de armas e munição para o grupo e acusa o governo de usar seus homens como “bucha de canhão” para criar “um mar de corpos” e tomar a cidade, no intuito de destruir o grupo privado que estava competindo por influência e prestígio com o exército nacional.

Essa crise atinge seu ápice em 23 de julho de 2023, alguns dias após a tomada de Bakhmut pelo Wagner, com essa vitória o grupo atingiu seu apogeu de popularidade na Rússia. Porém o impensável acontece e Yevgeny Prigozhin se rebela contra o governo, até agora há poucas notícias sobre os “fatos concretos” dessa rebelião.

Prigozhin alega que o ministro da defesa Shoigu é responsável pela vasta corrupção no exército russo e por seus fracassos militares na Ucrânia, e que além disso forças do governo teriam atacado tropas do Wagner em um de seus acampamentos. Prigozhin então diz estar cumprindo seu dever patriótico e marcha em direção a Moscou para fazer suas reivindicações ao governo, mesmo discurso de Kornilov a marchar em Petrogrado. Ainda há pouco esclarecimento sobre esse movimento, e o principal medo de Putin, que seria uma repetição de 1917, é que o exército se rachasse entre figuras pró governo e figuras pró Prigozhin. O presidente, no seu discurso em rede nacional cita explicitamente a “tragédia de 1917” dizendo que a Rússia perdeu a primeira guerra mundial por um motim interno no exército, e que o motim de Prigozhin seria detido com o máximo de força, além de apelar para que os “Wagneritas” se rendam.

Se entende que o governo é forçado a negociar antes que a crise escale para uma guerra civil, o que seria perfeitamente possível já que o Wagner Group tomou Rostov no Don, ironicamente a cidade onde começa o movimento de Kornilov, que é a cidade que se localiza o quartel general dos exércitos do sul da Rússia, sem que houvesse nenhuma resistência das tropas do governo. É possível que, se fosse de alçada de Prigozhin, este poderia ter lançado apoio a políticos opositores do governo, que durante todo o período da crise se manifestaram incentivando que o Wagner derrubasse o governo, assim criando um conflito interno na Rússia, já que agora haveria uma força armada anti Putin e que houve uma chance de que essa derrubasse o governo vigente, essa percepção de ameaça corroborada pelo próprio discurso de Putin, que faz a comparação com 1917. É inevitável que se perceba a fraqueza do estado russo, que em 12h do início do conflito cedeu a Prigozhin por negociações mediadas pelo presidente Bielorrusso, Prigozhin se diz satisfeito com sua manobra e se “exila” em na Bielorrússia sem que ele e seus apoiadores sofram qualquer punição do estado, que anuncia uma anistia para todos os envolvidos. Apesar da crise não ter escalado para uma guerra civil, ainda sim houve uma grande perda de prestígio pelo Kremlin, pela primeira vez em 100 anos (se levarmos em conta que a guerra civil russa acaba em 1923) houve uma força antigoverno marchando pelo país em direção a capital.

Ainda pior para o governo é a não derrota militar de Prigozhin, que segundo redes sociais teria derrubado helicópteros das forças aeroespaciais russas enviados para deter suas colunas, e que após

chegar a 200km de Moscou teve suas demandas aceitas pelo governo, gerando uma grande humilhação para o presidente Putin que agora tem que lidar com uma figura militar extremamente popular, talvez até mais popular que o próprio presidente, que pode se lançar como oposição ao seu regime. Prigozhin também aparenta ter uma base de projeção entre o baixo oficialato do exército, não muito diferente de Kornilov, e com as mudanças anunciadas no alto comando, a principal demanda de Prigozhin, pode ter ganhado uma influência ainda desconhecida sobre o governo, afinal não houve nenhuma resistência pelo distrito militar do Sul em Rostov, um péssimo sinal do nível de lealdade das tropas de baixa patente. Além disso, a rebelião foi noticiada internacionalmente por diversos veículos internacionais, manchando a imagem do exército e governo russo no exterior, e exaltando as diversas divergências internas no campo russo.

A falha do golpe de Kornilov é caracterizada principalmente pela falta de tropas leais ao general. Apesar de sua grande popularidade, ele não tinha realmente regimentos que fossem apenas fiéis lealmente a ele e seus comparsas de golpe. Com movimentações feitas por Kerensky e os bolcheviques as tropas de Kornilov acabam abandonando a tentativa de golpe do general e voltam para seus quartéis. Aqui há a grande diferença entre as tentativas de Kornilov e Prigozhin, enquanto as tropas de Kornilov tem sua lealdade dividida entre seu general e seu país as tropas de Prigozhin só vão largar as armas quando seu chefe faz um acordo com o governo. Sem o problema da lealdade dividida, e sendo seu pagamento decidido apenas por Prigozhin, as tropas do Wagner não são afetadas pela pressão de autoridades civis, ao contrário das tropas de Kornilov, e aqui se mostra o grande perigo dos PMCs e suas estruturas desvincilhadas do governo nacional.

O caso Prigozhin e o futuro dos PMCs

O caso Prigozhin abre um novo paradigma para as PMCs e suas relações com o governo, apesar do Wagner Group ser o mais conhecido, há um grande número de PMCs que operam em solo norte americano, britânico, sul africano e de outros países. Até que ponto esses PMCs podem ser considerados leais a seus países de origem, ou até mesmo os interesses de seus contratantes, e se aconteceu na Rússia, seria possível um PMC norte americano se levantar contra alguma prática do governo, por exemplo para pressionar a não retirada americana de territórios em conflito, onde as PMCs tem contratos milionários, ou até mesmo usadas por seus proprietários para avançar legislações ou terminar disputas políticas de seus interesses, não muito diferente do conflito pessoal entre Prigozhin e Shoigu.

O caso Wagner apesar do seu fim, pacífico, abre a caixa de pandora para os países com PMCs de grande porte. Tais países agora precisam pensar se os benefícios de uso de um PMC em suas guerras externas justificam o risco de um “Golpe de Prigozhin”, um movimento feito por um grupo com apenas 50 mil homens em suas fileiras, e que segundo mídias sociais russas apenas metade do contingente teria participado da marcha, que com 25 mil homens conseguiu gerar uma grande crise política no país. Grupos como a Academi (PMC Norte Americana) que contam com milhares de membros a mais que o Wagner, e tem um arcabouço financeiro muito maior, podem servir para fins políticos internos no ocidente? Podem ser usados entre os membros do próprio exército nacional, aos quais agora estão integrados após os experimentos no Iraque, para ganhar disputas internas? Até que ponto o exército nacional nesse contexto serve ao interesse dos países ao ser “infiltrado” pelas PMCs, e no caso norte americano até que ponto o lobby político de acionistas dessas PMCs pode influenciar o governo e sua política externa.

Abrindo aqui um breve paralelo com a ficção, qual a possibilidade de uma situação não muito diferente da retratada no videogame “*Call Of Duty: Advanced Warfare*”, que retrata um futuro em que uma PMC, chamada Atlas, considerada uma superpotência de aluguel. A Atlas, liderada pelo personagem Jonathan Irons, ataca os estados nacionais e tem aspirações de dominação mundial. Obviamente tal situação é vista como impossível, se espera, na realidade, mas ainda a ficção serve de um exercício para pensar para o quão longe o poder de uma PMC pode chegar em um caso extremíssimo.

Conclusão

O “Prigozhin Affair”, é principalmente um grande abalo ao governo de Vladimir Putin. Olhando para a história política russa as ramificações desse evento podem vir a ser importantíssimas no futuro. A quase 100 anos da revolução que derrubou o velho sistema monárquico houve um “novo Kornilov” marchando para a capital, e pela primeira vez o presidente Putin teve uma oposição interna que poderia derrubá-lo do governo pela força das armas. As ramificações desse evento estão muito longe de serem completamente entendidas. Porém esse evento com certeza terá uma ramificação gigantesca no mundo dos PMCs, afinal com lideranças carismáticas, interesses financeiros e disputas políticas pelo mundo as PMCs tem um grande espaço de atuação na política nacional dos países. Até que ponto uma PMC fortemente armada não é um também um perigo interno para seu país de origem. Tais PMCs, com bases em territórios nacionais e depósitos de armas nas suas nações de origem, podem

servir como uma porta para que figuras como Prigozhin, ou o ficcional Jonathan Irons, criem influência política entre veteranos de guerras insatisfeitos com governos nacionais, a ponto de conseguirem poder para realizar radicais mudanças na política dos seus países de origem. Outra reflexão importante é até que ponto a “simbiose” público privada com as PMCs não é um perigo para os interesses nacionais dos estados, e uma ameaça à sua existência, ao ponto que os interesses da classe política, militar e privada são congruentes, e quais as consequências de um momento em que os interesses nacionais e das PMCs sejam conflitantes.

Referências bibliográficas

- Amid infighting Putin's Top lieutenants, head of mercenary forces appear to take a step too far. Associated Press. Washington 24/06/2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/putin-russia-ukraine-war-prigozhin-infighting-0e051f0a43522f57ef1810a8b03f6e62>. Acessado em 25/06/2023.
- Asher, Harvey. “The Kornilov Affair: A Reinterpretation.” *The Russian Review* 29, no. 3 (1970): 286–300. <https://doi.org/10.2307/127537>.
- Brayton, Steven. “Outsourcing War: Mercenaries and the Privatization of Peacekeeping.” *Journal of International Affairs* 55, no. 2 (2002): 303–29. <http://www.jstor.org/stable/24358173>.
- Burke Jason. Russian mercenaries behind slaughter in Mali village UN, report finds. *The Guardian*, London, 20 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/may/20/russian-mercenaries-behind-slaughter-in-mali-village-un-report-finds>. Acessado em 25/03/2023.
- Faulkner, Christopher (June 2022). Cruickshank, Paul; Hummel, Kristina (eds.). “Undermining Democracy and Exploiting Clients: The Wagner Group's Nefarious Activities in Africa” (PDF). CTC Sentinel. West Point, New York: Combating Terrorism Center. 15 (6): 28–37.
- Ivanov, Igor Borisovich. Página auto-biográfica Disponível em: <http://izput.narod.ru/>. Acessado em 25/06/2023.
- Jacques Marie, Jean. *História da Guerra Civil Russa 1917-1922*. 1º Edição. Editora contexto, São Paulo 2017.
- Johnston, Karli. “Private Military Contractors: Lessons Learned in Iraq and Increased Accountability in Afghanistan.” *Georgetown Journal of International Affairs* 10, no. 2 (2009): 93–99. <http://www.jstor.org/stable/43133578>.
- Heynowski, Walter; Scheumann, Gerhard (1966-03-18), *Der lachende Mann – Bekenntnisse eines Mörders Siegfried Müller*, DEFA-Studio für Dokumentarfilme, Deutscher Fernsehfunk (DFF).
- Kimberly Marten (2019) Russia's use of semi-state security forces: the case of the Wagner Group, *Post-Soviet Affairs*, 35:3, 181-204, DOI: 10.1080/1060586X.2019.1591142.

Merle Renae. Census Counts 100,00 Contractors in Iraq. Washington Post, Washington 5 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/04/AR2006120401311.html>. Acessado em 25/06/2023.

Putin Addresses the nation on Wagner Rebellion (English Subtitles), BNO News. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p_o_43QY4Jk. Acessado em 23/06/2023.

SANBORN, JOSHUA. “The Genesis of Russian Warlordism: Violence and Governance during the First World War and the Civil War.” *Contemporary European History* 19, no. 3 (2010): 195–213. <http://www.jstor.org/stable/20749809>.

Wall Street Journal. How Wagner Uses Anime, Action Movies and Pop Culture to Recruit Mercenaries | WSJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HH8gkgX87Bw> acessado em 24/06/2023.

Wagner Boss Prigozhin slams Russian Officials from a field of corpses. The Times and The Sunday Times. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j-bALDPCp4w>. Acessado em 25/05/2023.

With Russia revolt over, mercenaries’ future and Direction of Ukrainian war remain uncertain. Associated Press, Washington Disponível em: <https://apnews.com/article/russia-ukraine-war-wagner-prigozhin-belarus-deal-6782455ddc4234816bfb2d7d388d8a9a> Acessado em 25/06/2023.

Yevgney Prigozhin speaks in Rostov, 11Alive. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70ikMUTu-VA> Acessado em 25/06/2023.

Resenha

Thomaz, Fernanda. Casaco que se despe pelas costas: história do colonialismo, justiça e agências africanas em Moçambique/ Fernanda Thomaz - Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

225 p.

Lilian Alexandra Santos Pinto

Graduanda em História

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

lilian.pinto@ufv.br

Recebido: 24/11/2024

Aprovado: 17/03/2025

Publicado em 2022, o livro foi originalmente apresentado como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2012. A autora, Fernanda do Nascimento Thomaz, graduou-se e concluiu o mestrado em História na UFF. Atualmente, é professora adjunta de História da África na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ocupa o cargo de Coordenadora do setor de Memória e Verdade sobre a Escravidão e Tráfico Transatlântico de pessoas escravizadas no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.¹²⁷ Fruto de seu interesse pela História de Moçambique desde a graduação, especialmente na fase inicial da expansão colonial portuguesa, o livro destaca-se por colocar o sujeito africano como ponto central de discussão, utilizando documentação judicial como fonte.

Em *Casaco que se despe pelas costas*, Fernanda Thomaz destaca o papel das agências africanas em um sistema de justiça permeado pelas relações entre normas locais e coloniais, afastando-se do olhar eurocêntrico comum aos estudos coloniais. A obra reconhece a pluralidade jurídica africana diante de um sistema colonizador que via suas leis como superiores. Ao abordar o distrito de Cabo Delgado, a autora conduz o leitor, com linguagem acessível, a observar o sistema de justiça moçambicano, usando

¹²⁷ Professora de História da África e do PPGH da UFJF. Coordena Memória e Verdade sobre Escravidão e Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppghistoria/programa/corpo-docente/fernanda-nascimento-thomaz/>

periódicos, etnografias, relatórios, entrevistas e uma ampla quantidade de processos criminais (1894-1940) que revelam aspectos sociais, culturais e estruturais do norte de Moçambique.¹²⁸

A investigação está dividida em duas partes. A primeira aborda a construção da estrutura colonial portuguesa e sua tentativa de controlar a justiça local, marcada pela diversidade étnica e cultural.¹²⁹ A autora nomeia e caracteriza essas populações, frequentemente ausentes em outras investigações, e dá a elas narrativas próprias a partir dos processos. A segunda parte foca nos conflitos e práticas cotidianas de homens e mulheres africanas em Cabo Delgado. Com uma metodologia descritiva, Fernanda Thomaz resgata o papel de diferentes atores sociais nos processos criminais, destacando a mulher nas relações de poder e os fatores raça e classe como mediadores do cotidiano desses indivíduos.

Ao longo da leitura dos nove capítulos, surge o entusiasmo por finalmente ter acesso às "entrelinhas" tão buscadas por historiadores, antropólogos e juristas nos estudos africanos a partir dos anos 1990. São histórias não ditas, relatos pessoais no discurso jurídico, ainda difíceis de serem reconhecidos como objeto de estudo. Ao se apoiar nos trabalhos de autores como Richard Roberts, José d'Assunção Barros, Martin Chanok e Edward Thompson, que destacam a presença de diversas vozes nos documentos e as lacunas na historiografia jurídica, Thomaz se aproxima das populações de sua investigação, não apenas em sua presença em Moçambique no ano de 2011, mas no resgate da memória social coletiva silenciada dessas populações.

O silenciamento é amenizado não apenas ao retratar a violência e a exploração da força de trabalho africana disfarçada nas penalidades da justiça colonial, mas também pela escolha do recorte geográfico incomum feito pela autora. Enquanto a capital Maputo, antes Lourenço Marques, localizada no sul de Moçambique, recebe mais recursos e atenção historiográfica, Fernanda Thomaz foca no distrito de Cabo Delgado, no norte. Esse enfoque permite compreender que os aspectos socioeconômicos, jurídicos e culturais dos povos macuas, macondes, muanis e ajauas devem ser considerados novos referenciais na construção histórica de Moçambique.¹³⁰ Assim, a obra reflete um movimento de cooperação entre pesquisadores como Mariana Dias Paes, Nuno Camarinhas e Mônica

¹²⁸ Os registros judiciais (1894-1940) estão no acervo do Arquivo Histórico de Moçambique. A consulta desses documentos fundamentou a tese de doutorado "Casaco que se despe pelas costas: formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-1940", origem deste livro (p. 17).

¹²⁹ THOMAZ, Fernanda. Casaco que se despe pelas costas: história do colonialismo, justiça e agências africanas em Moçambique/ Fernanda Thomaz - Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.p.40

¹³⁰ THOMAZ, 2022, p. 21.

Dantas, que, ao investigar o "micro" centrado no indivíduo, buscam entender o "macro" das dinâmicas coloniais locais.

O título *Casaco que se despe pelas costas* pode ser compreendido ao fazer um paralelo com o sistema de justiça atual no Brasil, onde as leis não são cumpridas de forma igualitária em todo o território. Esse sistema historicamente estratificado não contempla a diversidade de povos e culturas, criando uma relação de dependência e desconfiança da população em relação à resolução de suas queixas. No livro, Fernanda Thomaz explica que o título deriva do provérbio macua “Ekunya, ekasakó; enrureliwa ottuti”, que significa: “O milando, resolvido por brancos na administração, é como o casaco que se despe pelas costas”. O provérbio reflete a experiência africana sob os limites do mundo colonial, onde o julgamento colonial alternava entre resolver queixas e manipular os envolvidos para sustentar o sistema colonizador português.

A análise deste cenário amplia a compreensão ao superar a dualidade colonizador versus colonizado, presente nos debates sobre estudos africanos até os anos 1980, e abre espaço para a complexidade além do termo resistência. Nos primeiros capítulos, a autora aborda a criação do Regimento da Administração da Justiça nas Províncias Ultramarinas em 1894 e, posteriormente, a implementação dos Tribunais Privativos dos Indígenas em 1926 em Moçambique.¹³¹ Esses marcos são essenciais, pois mostram momentos em que a justiça colonial, além de tentar uniformizar a aplicação da lei no Ultramar, buscava impor um tratamento diferenciado aos africanos, agora chamados de “indígenas”, nos julgamentos de conflitos internos. Esse processo se torna uma via de mão dupla quando os chefes locais começam a usar sua maior participação nos tribunais a seu favor, o que leva a diferentes formas de resistência, exploradas por Thomaz nos capítulos seguintes.

A justiça privativa garantiu aos chefes locais cargos com funções que variavam desde a investigação de crimes até a cobrança de impostos e o recrutamento de trabalhadores para a máquina colonial.¹³² Embora esses africanos adquirissem poder, as decisões finais eram tomadas por juízes, geralmente administradores portugueses. Nos capítulos três e quatro, a autora examina detalhadamente, a partir dos processos criminais, como a aplicação da justiça privativa alterava a realidade dos envolvidos. A força policial impunha penalidades específicas aos africanos “indígenas”, cumprindo os objetivos do projeto civilizatório defendido pelo discurso da exploração portuguesa.

¹³¹ THOMAZ, 2022, p. 44 ; p.20.

¹³² THOMAZ, 2022, p.76.

Nos capítulos cinco e seis, a autora nos convida a abandonar os parâmetros de análise de figuras como Cesare Lombroso, fundador da Escola Penal Biológica, que associava a criminalidade a atributos físicos, e a nos aproximarmos da vivência dos africanos além da justiça, explorando seus aspectos culturais registrados nos processos.¹³³ Fernanda Thomaz foca na Vila do Ibo, província de Cabo Delgado, para entender as dinâmicas sociais e a presença da religiosidade, destacando o predomínio do islã e a fusão de crenças, resultado das conexões geradas pelo comércio. Esse enfoque metodológico também revela o controle policial presente na localidade.

As práticas culturais da Vila de Ibo, abordadas por Thomaz, estão intimamente ligadas à hierarquia sociorracial discutida nos capítulos sete e oito. A coexistência de diferentes religiosidades, como o sistema matrilinear das religiões africanas e o patrilinear do islã, nos leva a refletir sobre o papel da mulher africana, além da escravização, agora como indivíduo que apresenta queixas à justiça colonial. A diferenciação racial, além do termo “indígena” como fator hierárquico, se expressa na distinção entre brancos naturais e mestiços. Esses aspectos revelam o racismo como elemento presente em todas as relações, com o sistema de leis português equilibrando a imposição da civilização e a necessidade de manter as populações sob controle. A vivência dos africanos ia além dos espaços de resolução de conflitos, mas era limitada pela justiça colonial.

Fernanda Thomaz alcança seu objetivo de produzir uma História Social de Moçambique. Como ela mesma afirma no último capítulo, é importante lembrar que os espaços de autonomia, por meio de cargos atribuídos aos africanos, representavam uma possibilidade de mudança, permitindo que usassem as leis para combater abusos diários de poder. Ao longo do livro, Thomaz se inspira em Aimé Césaire, escritor martinicano e político da negritude, cuja obra *Discurso sobre o Colonialismo* (1950) afirma: “O colonialismo desumanizou tanto os colonizados quanto os que se beneficiaram dele”.¹³⁴ Assim, a percepção do sistema de justiça moçambicano nos processos muda, pois o olhar sobre as entrelinhas humaniza esses indivíduos.

Na historiografia recente sobre justiça e colonialismo, Fernanda Thomaz se insere em um diálogo com obras como *What About African Legal History?* (2009), de Mariana Dias Paes, e *Lugares ultramarinos: a construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna* (2018), de Nuno Camarinhas.¹³⁵ Além dessas, destacam-se as obras *O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos*

¹³³ THOMAZ, 2022, p.101.

¹³⁴ CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora. 1978.p.13-29.

¹³⁵ PAES, M. D. *What About African Legal History?*. Rg 27, 2009, Zeitschrift des Max-Planck-Instituts für europäische Rechtsgeschichte Journal of the Max Planck Institute for European Legal History; CAMARINHAS, N. *Lugares ultramarinos: a construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna*. *Análise Social*, 2018, p. 136-160.

judiciais (2010), de Sidney Chalhoub, e *A importância dos acervos judiciais para a pesquisa em história: um percurso* (2020), de Monica Duarte Dantas e Felipe Nicoletti Ribeiro.¹³⁶ Essas produções dialogam com a pesquisa de Thomaz, especialmente ao abordar o silenciamento da história jurídica africana, os parâmetros eurocêntricos na historiografia jurídica do século XIX, o uso dos processos judiciais como memória e as diferentes vozes no discurso jurídico. Apesar dos diferentes recortes geográficos e temporais, esses temas são centrais nas discussões apresentadas.

As obras mencionadas, assim como o livro de Fernanda Thomaz, buscam colocar os africanos, suas vivências e hábitos no centro da análise para entender o contexto sociocultural das documentações judiciais, apresentando esse conhecimento de forma acessível. O diferencial de Thomaz está na caracterização detalhada desses aspectos cotidianos, valorizando a expressividade do indivíduo africano e utilizando diversas fontes para complementar os resultados. Em vez de generalizações, a autora adota um olhar atento sobre canções, ditados populares e brincadeiras infantis, formas importantes de resistência do povo africano. Thomaz detalha suas observações, oferecendo uma visão interna da aplicação da justiça em Moçambique, abordando questões de raça e classe, como discutido pelos intelectuais da negritude, e inclui esses aspectos na compreensão do exercício da justiça, em confronto com os corpos que enfrentam o sistema colonial.

O *Casaco que se despe pelas costas* adota um cuidado metodológico ao analisar a memória dos indivíduos africanos além da perspectiva do colonialismo, reconhecendo suas subjetividades como objeto de estudo. Essa investigação não é apenas um suporte metodológico para pesquisadores africanistas, mas também um bálsamo, ao apresentar uma nova geração de estudiosos que buscam superar os estereótipos historicamente impostos.

¹³⁶ CHALHOUB, S. O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos judiciais. In: SCHMIDT, B. (org.). Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo, 2010; DANTAS, M. D.; RIBEIRO, F. N. A importância dos acervos judiciais para a pesquisa em história: um percurso. *LexCult*, 4, 2020, p. 47-87.

Tradução

François Froger e as religiões da Senegâmbia (1695)

Froger, François. Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 & 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brezil, Cayenne & Isles Antilles, par une escadre des vaisseaux du roi, commandée par M. De Gennes. Paris: Chez Michel Brunet, dans la grande Salle du Palais, au Mercure galant, 1698.¹³⁷

Daniel Precioso

Doutor em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

daniel.precioso@ueg.br

Recebido: 07/01/2025

Aprovado: 25/02/2025

Apresentação

François Froger (1676-1715) foi um engenheiro-hidrógrafo e explorador francês, que se alistou na marinha e navegou por muitos países. Com apenas 19 anos de idade, o jovem explorador embarcou como engenheiro voluntário na esquadra de Jean-Baptiste de Gennes rumo à costa leste da América do Sul (MARTÍNEZ, 2022, p. 763). O objetivo da expedição era chegar à costa do Peru, mas ventos desfavoráveis impediram o cruzamento do Estreito de Magalhães. Froger redigiu relatos para a sua instrução particular, os quais acabaram se tornando os registros oficiais da viagem. Estes relatos foram publicados em francês no ano de 1698 sob o longo título: *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 & 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brezil, Cayenne & Isles Antilles, par une escadre des vaisseaux du roi,*

¹³⁷ Tradução parcial e abreviada: selecionamos apenas os relatos sobre a religião na Senegâmbia, que constam no item 4 do livro de François Froger, páginas 17-20 e 44-46.

commandée par M. De Gennes. Um ano depois, a obra ganhou uma tradução inglesa, o que atesta a importância dos relatos de Froger (PAREDES, 2013, p. 105).

Os principais motivos da viagem da esquadra de Froger foram comerciais e políticos (PRITCHARD, 2002, p. 56; COTTAS; CUNIN; MENDES, 2010, p. 55-56). Entre 1695 e 1697, França e Espanha estavam em guerra¹³⁸ e, segundo Froger, os espanhóis só conseguiam enfrentar os franceses graças às riquezas da Nova Espanha e Peru; consequentemente, se os franceses tivessem acesso às mercadorias americanas poderiam derrotar mais facilmente seus opositores (PRITCHARD, 2002, p. 46). Conhecedor da literatura de viagem, embora não referencie suas fontes (MARTÍNEZ, 2022, p. 765), Froger observou tudo o que julgava digno da atenção de um explorador, descrevendo povos, animais e vegetações e confeccionando rico material iconográfico, que inclui mapas, plantas e desenhos (PAREDES, 2013, p. 106; MARTÍNEZ, 2022, p. 763-764).¹³⁹

Em sua obra, Froger descreve as batalhas, as doenças, o tráfico de escravos, a fauna, a flora e, o que nos interessa, os costumes dos povos das colônias visitadas. A comitiva naval de Froger partiu do porto francês de La Rochelle em junho de 1695 e, no início de julho do mesmo ano, aportou nas proximidades da ilha de Gorée, perto de Dakar (Senegal). No final do mesmo mês, Froger chegou ao rio Gâmbia. Ainda na África Ocidental, a comitiva que levava o viajante aportou em Cabo Verde para se reabastecer antes de cruzar o Atlântico (MARTÍNEZ, 2022, p. 768).¹⁴⁰ As descrições das religiões africanas contidas na tradução a seguir consistem em um apanhado dos relatos feitos por Froger dos costumes dos povos com os quais travou contato nas regiões acima mencionadas.

No item 4 do seu livro, sobre a ilha de Gorée (a oeste de Dakar) até o sul do Senegal, o viajante se refere aos marabus, sacerdotes muito influentes tidos pelos povos locais como santos intercessores. Os relatos de Froger nos dão conta da plurissecular islamização destes sumos sacerdotes em fins do século XVII: como apontou o viajante, os marabus observavam as cinco rezas diárias à Allah e lavavam-se sempre antes das orações, além de só se comunicarem em árabe. Froger também observa que eles praticavam a poligamia e que durante as guerras permaneciam nas cidades com as mulheres orando pelo êxito das tropas do rei (FROGER, 1698, p. 17).

¹³⁸ Trata-se da Guerra dos Nove Anos (1688-1697). Para a contextualização da esquadra de De Gennes em meio à essa guerra, Cf. PRITCHARD, 2002, p. 45-59 e MARTÍNEZ, 2022, p. 768-772.

¹³⁹ A bordo do navio *The English Falcon*, Froger pôde colocar em prática as lições que aprendeu de desenho, matemática e história das viagens.

¹⁴⁰ Em outubro, os navios da comitiva de Froger partiram para o Brasil, chegando no Rio de Janeiro no final de outubro. Após visitarem o Brasil, zarparam rumo ao Caribe em 1696, concluindo o périplo em Martinica em janeiro de 1697, quando a comitiva retornou à França.

Como apontou o historiador senegalês Boubacar Barry (2010, p. 314):

O intenso tráfico e seu corolário, a caça de cativos, deu origem a profundas crises econômicas, políticas e sociais. O tráfico negreiro engendrou assim a violência nas relações entre Estados, a militarização do poder e, também, o progresso do Islã militante. Sendo assim, desde o fim do século XVII, a Senegâmbia¹⁴¹ foi o palco de um amplo movimento ligado aos marabus, que procurava unificar os Estados do vale do rio Senegal contra os nocivos efeitos do tráfico negreiro de além-mar.

Froger ressaltou – ainda que preconceituosamente, usando a expressão “seita corrupta de Maomé” (FROGER, 1698, p. 18) – que o Islã praticado pelos marabus não era ortodoxo, mas permeado de elementos da religiosidade local – a qual, como veremos, ele se recusava a dar o título de “religião”. De fato, partidários marroquinos da pureza islâmica rejeitavam o “marabutismo, ou seja, o culto dos santos e o fato de pedir-lhes que intercedam junto a Deus em favor dos homens” (EL FASI, 2010, p. 276). Seja como for, o relato superficial e etnocêntrico de Froger aponta para o papel destacado dos marabus como sacerdotes propiciadores de vitórias nas guerras da realeza da Senegâmbia de fins do século XVII, quando o tráfico de escravos já estava propagado na região e especialmente tensionado pela presença de comerciantes portugueses, franceses, holandeses e ingleses¹⁴² – não obstante, a partir de 1664, a Companhia das Índias Ocidentais tenha concedido aos franceses o monopólio comercial na Alta Guiné e, logo, na Senegâmbia, isto é, da Ilha de Gorée até o rio Senegal. Não à toa, por conseguinte, os relatos de Froger abarcam justamente estas regiões (HALL, 1995, p. 34).

Ainda sobre o Islã senegalês seiscentista, Froger menciona o hábito de circuncisar os filhos na puberdade (FROGER, 1698, p. 18-19), como também o de guardar as segundas-feiras – dia considerado santo, no qual estava proibido o trabalho e só se fazia uma única refeição (FROGER, 1698, p. 19). O jovem explorador francês também mencionou os festivais do Tabaské, que tinham lugar no mês de julho, consistindo este evento na principal festividade do Islã local. Nesta ocasião, todos se abstinham de sexo e, no auge do ritual, se reuniam em uma planície para orar e se reconciliar

¹⁴¹ “Para os franceses, geograficamente, a Senegâmbia compreendia a região entre os rios Senegal e Gâmbia. É considerada uma área de cultura homogênea e histórias em comum pelos estudiosos. Há quatro principais línguas faladas: Serere, Wolof, Peul e Malinke, esta última era uma língua mutuamente inteligível e falada pelos mandês do Leste. Estes povos viveram como vizinhos por centenas de anos e houve um intercâmbio fixo de pessoas entre eles. Os grandes impérios de Gana, Mali e Songai foram fundados nesta região” (HALL, 1995, p. 29 apud SANTOS, 2008, p. 92).

¹⁴² “A partir do século XVII, o monopólio português foi abalado pela chegada sucessiva dos holandeses, dos ingleses e dos franceses. Essas novas potências europeias instalaram-se na costa da África, iniciando a grande aventura do cercamento da África. As potências europeias engajaram-se assim em uma competição voraz e por isso conseguiram se impor na Senegâmbia, ao criar zonas de influências protegidas com zelo por feitorias fortificadas estabelecidas ao longo do litoral, em Arguin, Saint-Louis, Gorée, no forte Saint James, em Cacheu e Bissau” (BARRY, 2010, p. 320).

com os inimigos. Realizava-se um sacrifício animal (cabra, bezerro ou outro quadrúpede), que o marabu oferecia à Maomé, seguido de um banquete – que Froger comparou à “Páscoa da antiga lei”¹⁴³ (FROGER, 1698, p. 19).

Fora deste Islã – que Froger considerava “corrupto” (FROGER, 1698, p. 18) – não haveria, para o explorador francês, outra religião no Senegal. Logo, os senegaleses eram, para ele, em sua maioria irreligiosos, vivendo em florestas das esmolas dadas pelos transeuntes (FROGER, 1698, p. 18). Como observou a historiadora Gwedolyn Midlo Hall (1995), os europeus consideravam os povos da Senegâmbia (jalofos, bambaras, fulas etc.) “idólatras”, especialmente quando eles não seguiam o islamismo. Os talismãs fabricados pelos marabus, por exemplo, eram vistos pelos viajantes e missionários europeus como provas cabais de idolatria. Sincretismos muçulmano-africanos também eram condenados pelos olhares europeus e, com Froger, não foi diferente: ele relatou, com ar de desaprovação, o costume de usar *gris-gris* até mesmo por adeptos do Islã na Senegâmbia. Estas “bolsas de couro”, amarradas nos colarinhos, braços, pernas e cabelos, eram preparadas pelos marabus e entregues aos fieis para fins de proteção – por exemplo, contra investidas de animais peçonhentos e ferozes. Froger também registrou o costume difundido de guardar “passagens do Alcorão” dentro destes amuletos (FROGER, 1698, p. 18).

Na Alta Guiné, como observou a historiadora Vanicléia S. Santos (2008, p. 133 e 129), os marabus – como outros adivinhos, curadores e herbolários locais: jambacouces, bexerins, cacizes etc. – “faziam amuletos para proteger contra feitiços” porque se incumbiam da manutenção do equilíbrio comunitário. Além de atuarem como protetores (confeccionando bolsas de mandinga), os marabus se desdobravam em curandeiros (“tirando” feitiços) e juízes (condenando os feitiçeiros descobertos). Eles também guardavam as caravanas comerciais: enquanto alguns membros do grupo “andavam fortemente armados, o marabu levava apenas amuletos para proteger a todos” (SANTOS, 2008, p. 27).

Os povos do rio Gâmbia não eram mais bem quistos por Froger do que os de Gorée – embora o grande comércio praticado neste rio, para ele (1698, p. 44), tenha tornado os povos mais educados e, conseqüentemente, “maometanos muito melhores.” Dali para o interior, Froger (1698, p. 45) – valendo-se de informantes portugueses não identificados – diz que o pouco comércio que tem os negros faz deles “completamente selvagens”, havendo quem, entre eles, se gabe de ser “grande feitiçeiro.” Os mesmos informantes relataram a ele (1698, p. 45-46) que estes negros do interior da

¹⁴³ Froger se refere aos holocaustos judaicos do Antigo Testamento, que eram ofertados à Javé durante a Páscoa (Números 19-23).

Senegâmbia tinham o costume de sacrificar escravos e esposas dos reis falecidos para que eles os servissem no outro mundo.

O antropólogo Luís Nicolau Parés (2016, p. 79) assinalou que este costume também era verificado na Costa da Guiné (Aladán, Daomé e Costa do Ouro), onde as esposas prediletas e criados (escravos) eram enterrados vivos, sendo “os sacrifícios humanos [um] privilégio real e, enquanto tal, tinham uma função política.” Vanicléia S. Santos (2008, p. 192) acrescenta que “algumas pessoas se ofereciam para servir ao rei na outra vida, e eram enterradas com cavalos, joias e demais coisas importantes para o rei no outro mundo.” O enterro de objetos (fetiches) com o morto também era observado na Costa da Guiné (Uidá) se o morto fosse importante. A feitura de sacrifícios animais para a viagem do morto ao outro mundo era um hábito tanto na Alta e quanto na Baixa Guiné. Vacas, cabras, galinhas e cachorros – além de pessoas, como foi dito, no caso de morte de soberanos – eram ofertados para a “boa viagem” do falecido ao mundo dos mortos (SANTOS, 2008, p. 49).

Por fim, a tradução a seguir inclui poucas notas sobre o balafo, instrumento senegalês análogo ao xilofone, composto de teclas de madeiras acionadas com baquetas, cujo som se projeta por cabaças de diferentes tamanhos acopladas abaixo das teclas (ver desenho de FROGER, 1698, p. 46). A tradição oral mandinga atribui ao rei-feiticeiro sosoe Sumaoro Kante¹⁴⁴ a invenção do balafo em fins do século XII. Embora Froger não mencione, o balafo era utilizado em contextos cerimoniais – incluindo os religiosos – pelos *griots*.

Tradução

/ [p. 17] / 4. léguas de Gorée, até ao extremo sul do Senegal

O Norte é habitado por mouros, que vêm dos desertos de Saara em caravanas e que se dedicam ao comércio de goma com que carregam os seus camelos; trazem também cavalos berberes, que os negros traficarão para as profundezas da Guiné; O Rei de Houmel tem 400 ou 500 para a sua Guarda, e quando quer fazer a guerra pode colocar até 6000 a pé, sendo todos obrigados a marchar para a reserva dos Marabu, que são os seus Sacerdotes, e que ficam com as mulheres para fazerem orações pelo sucesso das armas do rei.

¹⁴⁴ Figura lendária que, segundo os *griots*, foi derrotada em fins do século XII por Sudiata Keita, fundador do Império do Mali (NIANE, 2010, p. 142).

Os Marabu são em grande número; cada um deles tem várias esposas; oram a Deus cinco / [p. 18] / vezes ao dia: mas principalmente à meia-noite, ao nascer e ao pôr do sol, e antes das orações lavam todo o corpo várias vezes; eles escrevem e falam árabe, assim como nós fazemos com o latim.

Religião

A maioria dos negros não tem religião e vive nas florestas com os despojos que recebe dos transeuntes. Aqueles que têm alguma crença seguem uma seita muito corrupta de Maomé; Usam nos colarinhos, nos braços, nas pernas e até amarram nos cabelos pequenas bolsas de couro que chamam de Gris-gris, onde guardam passagens do Alcorão, que o Marabu lhes deu para protegê-los das feras venenosas e alguns tipos de lesões (superstição abominável de que também observam nos cavalos que eles levam à guerra). Eles circuncidam seus / [p. 19] / filhos: mas isso só acontece aos 12 ou 13 anos. O dia de sábado deles é segunda-feira; eles não trabalham e só comem uma refeição naquele dia. Eles não têm nenhum festival significativo além do Tabaské que chega no mês de junho, e para celebrar este Festival (para o qual se preparam um mês antes por consecutivos jovens em abstinência de suas esposas) eles se reúnem em uma grande planície para dizer suas orações e se reconciliarem com seus inimigos; cada um traz uma cabra, um bezerro ou outro animal semelhante, que o Marabu, vestido com uma espécie de sobrepeliz de tanga branca, sacrifica a Maomé. Depois da Festa, que dura até a noite, todos levam a sua vítima para fazer um banquete solene com a família: o que tem muito a ver com a Páscoa da antiga Lei.

/ [p. 20] / Enterros

Quando um dos mandantes morre, o Marabu o embalsama e o expõe em uma casa, onde as mulheres do bairro se reúnem por vários dias para pranteá-lo; Terminadas essas lágrimas, que duram mais ou menos dependendo da qualidade do falecido, o Marabu o enterra em tanga e o sepulta; e é por isso que os verdadeiros amigos dos falecidos se orgulham de se esfaquearem para demonstrar sua afeição: o que eles fazem cegamente contra as defesas da sua Lei e da sua Religião. Isto é tudo o que vi e pude aprender desta Costa, que me pareceu muito semelhante.

/ [p. 44] / Partida para Gâmbia

[...] O grande comércio que se realiza neste rio tornou o seu povo muito mais educado do que o de Gorée; eles tornam os maometanos muito melhores e todos demonstram grande respeito por

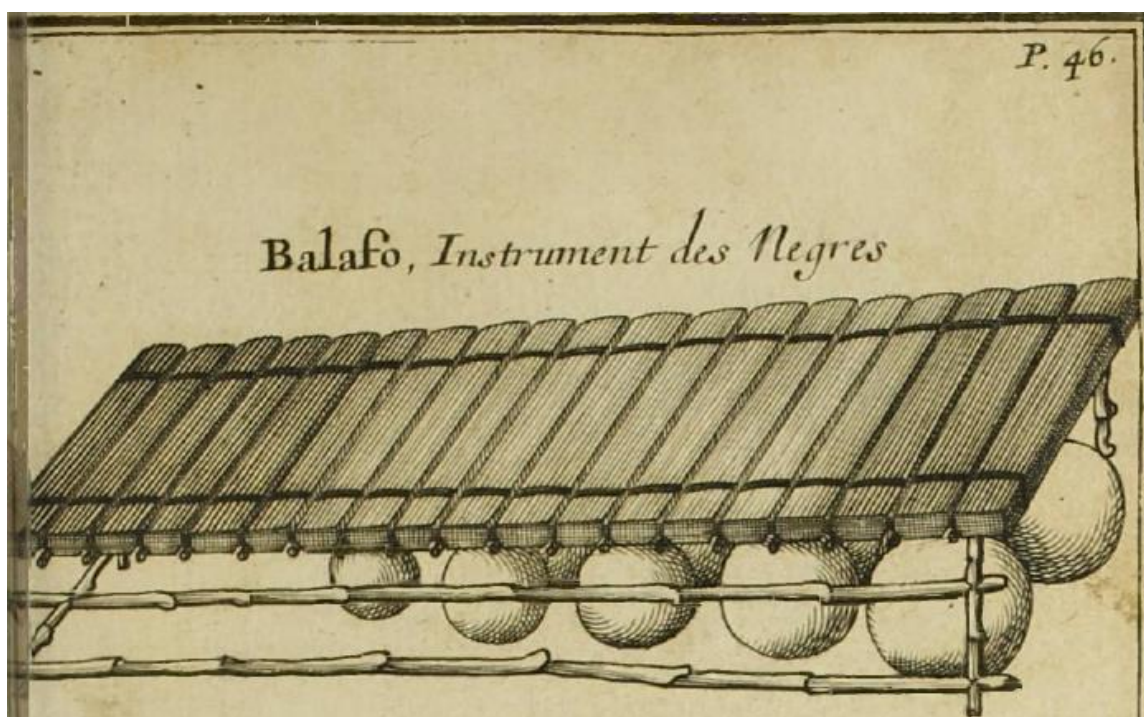
aqueles que os comandam; Eles só se aproximam deles com um joelho / [p. 45] / no chão e jogam areia em suas cabeças como sinal de submissão.

Suas cabanas são limpas e bem construídas; são feitas de uma terra gordurosa e aglutinante que endurece facilmente; estão cobertas de folhas de palmeira tão bem arranjadas que a chuva e o calor do Sol não conseguem penetrá-las; sua fachada é redonda e não podemos comparar melhor o aspecto do seu cume do que com o das nossas geleiras. A maioria dos negros se diverte ali meditando sobre o Alcorão ou tocando um instrumento que chamam de Balafo, enquanto suas esposas cultivam a terra.



Instrumento Balafo

O Balafo nada mais é do que um arranjo de réguas feitas de madeira muito dura, que vão diminuindo gradativamente de comprimento, e que são unidas por tiras de couro muito finas. Essas mesmas correias passam em torno de pequenos bastões redondos, que são colocados entre cada uma dessas réguas para deixar um pequeno intervalo. Este Instrumento tem neste aspecto uma ligação com um dos nossos: mas o dos Negros é muito mais composto, nisso que eles anexam até dez ou doze cabaças por baixo, cujos diferentes tamanhos têm o mesmo efeito dos tubos de órgão. É tocado com baquetas cuja cabeça é revestida de couro, para tornar o som menos áspero.



Os portugueses disseram-nos que os negros que avançam para o interior e com quem têm pouco comércio são completamente selvagens, gabam-se de serem grandes feiticeiros e têm pouca religião; que quando um rei morre, ou alguém dos principais, eles o colocam em uma nova casa, matam sua esposa favorita e um certo número de escravos para servi-lo no outro mundo; e que finalmente, depois de terem feito algumas / [p. 46] / orações e de terem colocado comida e tabaco nesta cabana por um tempo bastante considerável, eles a cobriram com terra.

Referências bibliográficas

BARRY, Boubacar. A Senegâmbia do século XVI ao XVIII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tuculores. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 313-355.

COTTIAS Myriam; CUNIN, Elisabeth; MENDES, António de Almeida. **Les Traites et les esclavages. Perspectives historiques et contemporaines**. Paris: Karthala Editions, 2010.

EL FASI, Mohamed. O Marrocos. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 241-277.

HALL, Gwedolyn Midlo. **Africans in Colonial Louisiana. The development of Afro-Creole culture in the Eighteenth Century**. Louisiana State University Press, 1995.

MARTÍNEZ, Carolina. Un discurso legítimo a partir de lo leído y lo vivido: Apuntes sobre un viajero francés en los contornos de América meridional (s. XVIII). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 38, n. 78, p. 761-790, set/dez 2022.

NIANE, Djibril Tamsir. O Mali e a segunda expansão manden. In: NIANE, Djibril Tamsir (ed.). **História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 133-192.

PARÉS, Luis Nicolau. **O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PAREDES, Rogelio C. Relatos imperiais: a literatura de viagem entre a política e a ciência na Espanha, França e Inglaterra (1680-1780). **Almanack**, Guarulhos, n. 6, p. 95-109, 2º semestre de 2013.

PRITCHARD, James. The French West Indies during the Nine Years War, 1688-1697: A Review and Reappraisal. **French Colonial History**, v. 2, p. 45-59, 2002.

SANTOS, Vanicléia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Entrevista

História, tecnologia e ensino: os horizontes da pós-graduação *latu sensu* em História e Práticas Docentes do CEFET-MG

Entrevista com Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.

[concedida via correio eletrônico]

Daniel Henrique Diniz Barbosa é professor da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica desde 2008. Atua como docente de História para as turmas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Graduação, pesquisa história do desenvolvimento econômico brasileiro e, atualmente, o papel das mídias no Ensino de História. Coordena, desde 2024, o Programa de Pós-Graduação Lato sensu História e Práticas Docentes do CEFET-MG.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2997722850933017>

James William Goodwin Jr. leciona História desde o século passado. É Professor Titular de História no Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica - CEFET-MG, atuando em Belo Horizonte. Pesquisa as representações das ideias de Progresso, Civilização e afins nos discursos letrados impressos, especialmente jornais e revistas periódicas, e suas relações com o espaço urbano em Minas Gerais, no final do século XIX e início do século XX. É vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação Lato sensu História e Práticas Docentes.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6993816296486502>

Entrevista elaborada por Bheatriz Alexsandra Rocha de Souza (CEFET-MG), Marcus Vinícius Damasceno de Moraes (CEFET-MG) e Wemerson F. Gomes (UFMG).¹⁴⁵

¹⁴⁵ Bheatriz Alexsandra Rocha de Souza é licenciada em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH) e pós-graduanda lato sensu em Educação Infantil pelo Centro Universitário UNA e em História e Práticas Docentes pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Atua como professora na educação básica, contratada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Marcus Vinícius Damasceno de Moraes é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduando em História e Práticas

[Entrevistadores]: Professor, como foi concebida a proposta do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História e Práticas Docentes do CEFET-MG? Quais fatores justificaram a inclusão de uma formação voltada para a docência em História em uma instituição cujo foco tradicional está (ou estava) predominantemente no ensino técnico no nível médio e nas engenharias no superior?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: A política institucional de departamentalização, verticalização dos cursos e circulação dos saberes colocou para nosso departamento o desafio de pensar, estrategicamente, nosso lugar dentro do CEFET-MG. A ideia era encontrar uma proposta que aglutinasse interesses e conhecimentos [expertise é o termo, mas acho que vai ficar muito empresarial] das e dos docentes em História – incluindo, também, as pessoas que atuam nos outros campi, fora de Belo Horizonte. Um desses pontos em comum é, justamente, nossa prática docente e todas as reflexões, experiências, vivências e desafios que ela nos traz.

A cultura escolar mais ligada às áreas técnicas apresenta desafios, mas, hoje, é a realidade de centenas de instituições, se considerarmos toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de outras instituições particulares onde docentes de História também atuam.

É nossa compreensão que a História pode desempenhar papéis importantes nesse contexto, não apenas na formação de uma pessoa crítica e cidadã, mas, também, na desnaturalização da tecnologia, na historicização dos processos e escolhas que nos trouxeram até aqui – e que influenciam tanto o que ensinamos, quanto o ambiente em que atuamos como docentes.

Além disso, é importante destacar que a Rede conta com professores específicos para as áreas técnicas mas, também, para as áreas de formação geral e que esse quadro, em sua ampla maioria, se compõe de mestres e doutores pessoal, portanto, capacitado para políticas de expansão acadêmica e institucional. Onde se torna possível a articulação desses quadros, dado o número de docentes de um determinado departamento ou a possibilidade de conexão das áreas de trabalho dos docentes envolvidos, é natural que surja o interesse pela organização de cursos em suas áreas. Sendo assim, nos parece absolutamente razoável que o CEFET-MG ofereça um curso como o nosso.

Docentes pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Atua como professor na educação básica, servidor da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Wemerson F. Gomes é doutorando em História pelo Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro da Comissão Editorial da Revista Temporalidades, gestão 2024.

[Entrevistadores]: Em um cenário de questionamentos sobre a relevância das Ciências Humanas e, particularmente, da História, quais foram os principais desafios enfrentados pelo Departamento de História do CEFET-MG para consolidar a criação de um curso de Pós-Graduação em História? Como a instituição superou esses obstáculos para validar a importância desse projeto acadêmico?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Os desafios foram vários. A dimensão operacional é sempre algo a enfrentar: somos um departamento pequeno, cujos docentes atuam nos três níveis da instituição, além de assumirem responsabilidades administrativas. Colegas de outros campi vivem uma situação similar, ainda mais intensa.

Outra dimensão foi a própria definição da proposta. Não queríamos repetir o que já existia, mas abrir um espaço novo, em que pessoas atuando em diferentes frentes pudessem se encontrar e dialogar – preferencialmente docentes, mas, também, profissionais de arquivos, da pesquisa, promotores culturais etc. Desde cedo, definimos que o curso seria gratuito e noturno, em dias de semana, visando facilitar a participação de pessoas que estivessem trabalhando.

Outros desafios surgiram, relativos à conjuntura que vivemos atualmente. O primeiro parecer de avaliação do curso refletiu a postura de um setor reacionário, repetindo ideias e preconceitos da extrema-direita de uma forma pueril, sem sustentação acadêmica. Uma peça de ignorância, em vários sentidos da palavra. Felizmente, a reação institucional foi rápida e eficaz, garantindo a liberdade de cátedra, o respeito à democracia, a exigência de qualidade intelectual e acadêmica.

Esse embate custou-nos meses de trabalho, atrasando o início das atividades. Mas tornou o grupo mais coeso e preparado, além de fortalecer a postura democrática que precisamos, atentamente, defender.

[Entrevistadores]: Quais são os planos do Departamento de História do CEFET-MG em relação à ampliação do curso de Pós-Graduação em História? Considerando a forte conexão entre os docentes e a educação básica e superior, existe a possibilidade de abertura de novas turmas ou até mesmo a criação de um curso de graduação (bacharelado ou licenciatura) em História?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Não temos pretensão em criar um curso de graduação. Não faria sentido, seja dentro da instituição, seja no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas, se tudo correr bem, pretendemos construir um projeto de Mestrado Profissionalizante, que venha atender a demandas específicas de formação continuada, da produção

de material de ensino a partir da pesquisa, de espaços de diálogo e discussão. Veremos quanto disso conseguiremos colocar em prática.

No caso específico do curso de História e Práticas Docentes, pretendemos abrir nova turma, mas isso dependerá de circunstâncias institucionais ainda a definir, o que não nos permite fechar questão.

[Entrevistadores]: A partir de uma certa concepção de tecnologia, é frequente a associação entre inovação e ferramentas materiais. No entanto, a tecnologia na História pode ser compreendida como o uso da linguagem para a produção e a disseminação do conhecimento histórico. Nesse sentido, como você avalia a relação entre o CEFET-MG e o papel social da História, da Historiografia e do ensino de História, especialmente considerando os métodos de socialização do conhecimento?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Há, aqui, dois aspectos a considerar. Um, a linguagem como tecnologia – algo no qual CEFET-MG tem investido bastante, vide o Bacharelado em Letras – Tecnologias de Edição e o POSLING – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Esta discussão já aponta para o que mencionamos antes, sobre desnaturalizar certas concepções de tecnologia. Há várias tecnologias que usamos todo o tempo, e uma abordagem que nos leve a pensar seriamente sobre elas pode enriquecer, muito, nossa maneira de pensar nossa atuação docente de pesquisa.

Por exemplo, considerarmos que o processo de ensino e aprendizagem utiliza várias tecnologias diferenciadas, seja do ponto de vista material (da cartolina à inteligência artificial), seja metodológica – e aqui é algo a se destacar, porque, se não temos uma concepção clara do lugar da tecnologia no mundo, muitas vezes não percebemos as possibilidades e as armadilhas de seu uso.

Claro, também, que há um aspecto mais restrito a abordar, também, a partir do surgimento de novas ferramentas tecnológicas, como os aparelhos celulares e os programas de inteligência artificial, que alteram completamente a maneira como pensarmos e agimos, da escrita de um artigo à elaboração de uma atividade didática.

Importante, portanto, que atentemos a esse processo todo. Para que possamos usar bem aquilo que temos à nossa disposição, o que implica, também, não limitar o uso dessas ferramentas todas para fortalecer posturas capitalistas, excludentes e destruidoras da vida.

[Entrevistadores]: Como o CEFET-MG, uma instituição com forte vocação para áreas técnicas, pode utilizar seu conhecimento tecnológico e metodológico para inovar nas práticas de ensino de História e na produção historiográfica?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Este é o desafio a que nos propomos, e não sei se temos uma resposta pronta para esta questão. Algumas pistas já estão dadas nas respostas anteriores. Reiteramos esses elementos: a historicização dos processos que constroem as ferramentas tecnológicas – seja na História da Técnica, seja na História da Educação; e a abertura ao uso de diferentes tecnologias, sem cair no deslumbramento de falsas panaceias, evitando, também, atitudes reacionárias. É bom lembrar que a técnica, qualquer que seja ela, é sempre fruto de uma escolha e uma escolha fruto da interação humana e social que, ao deixar suas marcas, torna-se a nossa matéria-prima como historiadores e historiadoras. Nesse sentido, menos importante é saber como o conhecimento tecnológico pode permitir novas abordagens no ensino de História, mas como o ensino de História que convive no cotidiano com o ensino técnico pode ajudar na compreensão de sociedades progressivamente mais demandantes da tecnologia, de forma crítica e responsável.

[Entrevistadores]: De que forma o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História e Práticas Docentes articula a teoria da história com a prática docente, considerando os três objetivos primordiais mencionados (conceitos, métodos e ensino)?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: A proposta que sustenta a estruturação do curso é pensada em três eixos: fontes documentais e sua utilização como recurso de pesquisa e docência; temas que merecem aprofundamento, como temas sensíveis ou que passaram a ser abordados nas graduações há pouco tempo; e a discussão sobre o ensino de História, em múltiplas dimensões. Este último é o ponto articulador, ao estabelecer o diálogo entre a teoria do que é o fazer histórico e a prática docente – que inclui a pesquisa e a atuação em sala de aula ou em outros espaços. Na abordagem da docência encontram-se os referenciais para a articulação entre os demais temas.

Isto se dá em termos práticos, também, já que todas as disciplinas incluem a abordagem de sua temática a partir da docência.

[Entrevistadores]: Como o conceito de História Pública – amplamente discutido durante o curso – pode ser aplicado para o aprimoramento da divulgação científica e do ensino de História em espaços não formais, como arquivos, museus e até nas redes sociais?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: O conceito de História Pública, ao ampliar o escopo de propagação da narrativa histórica, aumenta, também, o campo da própria atuação do profissional formado em História. A percepção, portanto, que o espaço da sala de aula está longe de ser exclusivo para a construção do conhecimento histórico impõe um fazer profissional que se espraia para áreas que, não obstante sempre tenham sido afins, parecem hoje mais confortáveis para nosso exercício laboral. Afora isso, é importante pensar no historiador como o profissional apto a insuflar a controvérsia, o dissenso, a dúvida onde tudo parece conformado. É notório que na atualidade, sobretudo nas redes sociais e em certa bibliografia, esse dissenso é dos produtos que mais vendem: amparados em narrativas fantasiosas ou costurando meias verdades que consolidam grandes mentiras, esses espaços semeiam muito do absurdo que vai se criando em parte da sociedade. Mas, é justamente este o embate que se pode e se deve fazer e para isso que a ideia de História Pública nos parece fundamental. Reconhecer o debate historiográfico e valer-se da metodologia operacional da História é o que nos capacita para esse debate e esse enfrentamento. Quem, senão o profissional de história, irá adicionar uma placa na estátua de um Borba Gato para, em vez de destruí-la, contextualizá-la e problematizá-la?

[Entrevistadores]: Os paradoxos entre escravidão, capitalismo histórico e racismo podem ser fundamentais para a compreensão da formação da modernidade ocidental. Como essa discussão, abordada durante o curso, contribui para um ensino de História ativamente antirracista?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Primeiro, por trazer esses temas à tona. Ainda que muito contemporâneos, ainda no início do século não eram estudados na maioria dos cursos de graduação em História do país. Logo, há todo um conjunto de profissionais da História, na docência e na pesquisa, que não teve oportunidade de ler, estudar e discutir esses temas em um ambiente acadêmico.

Segundo, pelo caráter sistêmico mesmo desta abordagem. Não é apenas uma questão de ampliar o conhecimento factual sobre os processos de escravização e resistência; é um outro olhar, que entende

esse fenômeno como constituinte da Modernidade ocidental, ou capitalista, se preferir – já que a mundialização do capitalismo, sustentada pela escravidão, não se restringiu ao hemisfério ocidental. Por exemplo, nesta visão sistêmica, o processo de formalização do conhecimento científico deixa de ser estudado à parte, como “Revolução Científica” e “Iluminismo”, para ajudar a entender o estabelecimento de um racismo científico – o qual, depois, será usado para justificar a expansão imperialista das potências capitalistas nos séculos XIX e XX. E tudo isso ocorre concomitantemente ao grande negócio da escravidão. Note bem: concomitante, não em paralelo – porque, definitivamente, essas linhas se encontram e se misturam.

O mesmo pode ser dito sobre os movimentos de resistência. A Revolução Haitiana radicalizou as ideias da Revolução Francesa, e inspirou os gregos a resgatarem a ideia de democracia na sua luta contra o Império Otomano. Não se pode separar toda a discussão sobre “liberdade” e “igualdade” proposta pelos iluministas e revolucionários europeus do contato com as civilizações indígenas na América e do contraponto da escravidão.

[Entrevistadores]: Qual a importância de incluir metodologias de trabalho científico, como os seminários de prática e pesquisa, na formação de professores de História? Como essas ferramentas contribuem para a construção de uma prática docente crítica e reflexiva?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Entendemos que a docência implica na pesquisa. E isto em, pelo menos, dois aspectos. É importante que a e o docente entenda como o conhecimento histórico é construído atualmente, para que possa melhor avaliar o material disponível ao seu trabalho – desde livros didáticos até sites na internet. Especialmente neste período de desinformação como estratégia de dominação, o conhecimento e o domínio do ferramental intelectual são imprescindíveis para que se possa trabalhar criticamente.

Mas há, também, a pesquisa propriamente. Nem todos os temas têm material disponível, especialmente quando se trabalham realidades mais específicas, como a história local de uma cidade, ou de um bairro, por exemplo, e esta lacuna exige pesquisa histórica para a construção de um material didático. Mesmo temas clássicos podem ser abordados de maneiras diversificadas, mas isto exige modificar abordagens, fontes documentais etc. – o que implica, necessariamente, no conhecimento e na prática da pesquisa.

[Entrevistadores]: Como a abordagem da historiografia e da história das mulheres pode desafiar narrativas tradicionais e contribuir para um ensino de História mais inclusivo e pluralista? Como o CEFET-MG tem se preparado para ampliar essas discussões na Pós em História e Práticas Docentes?

[Daniel Diniz Barbosa e James Goodwin Jr.]: Tais temas, como outros aqui discutidos, ajudam a ampliar os referenciais do conhecimento histórico e as possibilidades de abordagem dos temas trabalhados por profissionais da História. A “história das mulheres” é um bom exemplo, seja como um objeto em si – uma história das mulheres na tecnologia, por exemplo, seja como um outro olhar sobre temas clássicos – como a participação das mulheres no Iluminismo, movimento geralmente apresentado como ambiente masculino, apenas. Novas narrativas sobre novos temas, ou sobre temas já conhecidos, ajudam a pensar a História como conhecimento sempre em construção – o que nos obriga a sempre estudar, para podermos rever e repensar o que está estabelecido. Isso pode, caso nos esforcemos para isso, ajudar na inclusão de vozes, sujeitos e perspectivas, ampliando o escopo do que é considerado “canônico” em História.